

**CÂMARA DOS DEPUTADOS**

**TVR**  
**N.º 410, DE 2021**  
**(Do Poder Executivo)**  
**MSC 361/2021**  
**OF 660/2021**

Submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 6.217, de 01 de dezembro de 2015, que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária e Cultural de Caçu para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Caçu, Estado de Goiás.

(ÀS COMISSÕES DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA; E DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA (ART. 54, RICD).. REGIME DE TRAMITAÇÃO : ART. 223 CFAPRECIAÇÃO: PROPOSIÇÃO SUJEITA À APRECIAÇÃO CONCLUSIVA(PARECER 09/90 - CCJR))

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do art. 49, inciso XII, combinado com o § 3º, do art. 223, da Constituição, submeto à apreciação de Vossas Excelências, portarias que renovam autorizações outorgadas às entidades abaixo relacionadas para executarem, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviços de radiodifusão comunitária, conforme os seguintes atos:

- 1 - Portaria nº 2.987, de 12 de agosto de 2015 – Associação Comunitária Tapera Falando Mais Alto, no município de São José da Tapera – AL;
- 2 - Portaria nº 3.612, de 19 de agosto de 2015 – Associação Comunitária Pró Cidadania e Cultura de Paracuru, no município de Paracuru – CE;
- 3 - Portaria nº 6.217, de 1º de dezembro de 2015 – Associação Comunitária e Cultural de Caçu, no município de Caçu – GO;
- 4 - Portaria nº 758, de 10 de maio de 2016 – Instituto de Radiodifusão de Desenvolvimento Comunitário de Coreaú – IRC, no município de Coreaú – CE;
- 5 - Portaria nº 769, de 9 de maio de 2016 – Associação Comunitária de Ilhéus, no município de Ilhéus – BA;
- 6 - Portaria nº 773, de 9 de maio de 2016 – Associação Comunitária e Social de Água Branca, no município de Água Branca – AL;
- 7 - Portaria nº 1.003, de 9 de maio de 2016 – Associação Comunitária Seabrense de Comunicação (ASCOM), no município de Seabra – BA;
- 8 - Portaria nº 1.463, de 9 de maio de 2016 – Associação Comunitária de Itapirapuã, no município de Itapirapuã – GO;
- 9 - Portaria nº 1.885, de 7 de junho de 2017 – Associação de Amigos do Bairro Santa Tereza, no município de Juazeiro do Norte – CE;
- 10 - Portaria nº 1.904, de 7 de junho de 2017 – Associação Comunitária de Tremedal, no município de Tremedal – BA;
- 11 - Portaria nº 1.917, de 7 de junho de 2017 – Associação Comunitária Sambeneditense, no município de São Benedito – CE;
- 12 - Portaria nº 1.970, de 7 de junho de 2017 – Fundação PR. Valdo Martins Arruda, no município de Jaraguá – GO;
- 13 - Portaria nº 1.989, de 7 de junho de 2017 – Associação Comunitária dos Moradores Mini e Pequenos Produtores Rurais dos Povoados Baião, Malhadinha Poço Salgado e Campo Comprido – ACB, no município de Boca da Mata – AL;
- 14 - Portaria nº 2.625, de 7 de junho de 2017 – Associação Cultural Santa Edviges, no município de Fortaleza – CE;
- 15 - Portaria nº 3.188, de 28 de setembro de 2017 – Associação Comunitária Escola de Vida, no município de Beberibe – CE;
- 16 - Portaria nº 4.707, de 28 de setembro de 2017 – Associação Civil para o Desenvolvimento da Barbalha – ACDB, no município de Barbalha – CE;



- 17 - Portaria nº 5.231, de 28 de setembro de 2017 – Associação Comunitária de Desenvolvimento Artístico e Cultural de Nhamundá, no município de Nhamundá – AM;
- 18 - Portaria nº 5.711, de 7 de junho de 2017 – Associação Comunitária de Apoio ao Esporte e à Cultura de Cedro-CE, no município de Cedro – CE;
- 19 - Portaria nº 801, de 14 de março de 2018 – Associação Beneficente e Cultural Comunitária Nossa Gente, no município de Maracás – BA;
- 20 - Portaria nº 2.504, de 17 de maio de 2018 – Associação Comunitária de Itagibá, no município de Itagibá – BA;
- 21 - Portaria nº 6.631, de 27 de dezembro de 2018 – Associação Comunitária de Granja, no município de Granja – CE;
- 22 - Portaria nº 4.766, de 17 de setembro de 2019 – Associação e Movimento Comunitário de Jataúba, no município de Jataúba – PE;
- 23 - Portaria nº 4.862, de 19 de setembro de 2019 – Associação de Moradores Águas Cantantes de Ivaté, no município de Ivaté – PR;
- 24 - Portaria nº 4.865, de 19 de setembro de 2019 – Associação Comunitária de Martinópolis, no município de Martinópolis – SP;
- 25 - Portaria nº 4.869, de 19 de setembro de 2019 – Associação de Difusão Comunitária Guarani, no município de Caetés – PE;
- 26 - Portaria nº 4.876, de 19 de setembro de 2019 – Associação de Integração São Manuel, no município de São Manuel – SP;
- 27 - Portaria nº 4.878, de 19 de setembro de 2019 – Sociedade Amiga Pró Deficientes Carentes, no município de Ribeirão Preto – SP;
- 28 - Portaria nº 4.883, de 19 de setembro de 2019 – Associação a Serviço da Vida e da Verdade, no município de Taciba – SP;
- 29 - Portaria nº 5.136, de 30 de setembro de 2019 – Associação Alvarenguense Cultural Comunitária de Radiodifusão, no município de Alvarenga – MG; e
- 30 - Portaria nº 128, de 24 de julho de 2020 – Associação Comunitária de Desenvolvimento Artístico e Cultural de Eirunepé, no município de Eirunepé – AM.

Brasília, 27 de julho de 2021.

Brasília, 2 de Outubro de 2019

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

1. Encaminho a Vossa Excelência o Processo nº 53000.052021/2011-38, que veicula a Portaria de Renovação da Outorga de Autorização e a respectiva documentação para que a entidade Associação Comunitária e Cultural de Caçu, inscrita no CNPJ nº 02.896.548/0001-97, explore pelo prazo de dez anos a partir de 06 de dezembro de 2011, o Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de Caçu, estado de Goiás, em conformidade com o que dispõe o caput do art. 223 da Constituição da República Federativa do Brasil e a Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998.
2. Sobre o caso em espécie, foram efetuadas análises técnica e jurídica da petição e da documentação apresentada, constando a inexistência de óbice legal e normativo ao pleito. A área técnica deste Ministério se manifestou por meio da Nota Técnica nº 23353/2015/SEI-MC, de modo favorável à renovação da outorga. Por outro lado, informa-se que é aplicável o Parecer Referencial nº 475/2015/SEI-MC, emitido pela Consultoria Jurídica deste Órgão, por meio do qual se dispensou a análise jurídica individualizada dos processos de renovação da outorga quando, da análise técnica, atestar-se que o caso se amolda ao mencionado Parecer.
3. Com base nesses posicionamentos, o Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações expediu a Portaria MCTIC nº 6217, de 01 de dezembro de 2015, publicada no Diário Oficial da União de 09 de dezembro de 2015.
4. Em conformidade com os preceitos constitucionais e legais, a renovação da outorga da autorização, objeto deste Processo, passará a produzir efeitos legais somente após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Respeitosamente,

*Assinado eletronicamente por: Marcos Cesar Pontes*

## PORTARIA Nº 6217/2015/SEI-MC

O **MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES**, no uso de suas atribuições, conforme o disposto no art. 6º, Parágrafo Único, da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e tendo em vista o que consta dos Processos Administrativos nº 53000.052021/2011-38 e nº 53670.000736/1998, resolve:

Art. 1º Renovar pelo prazo de dez anos, a partir de 06 de dezembro de 2011, a autorização outorgada à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA E CULTURAL DE CAÇU, para executar, sem direito de exclusividade, o Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de Caçu/GO.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do §3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

**ANDRÉ FIGUEIREDO**

Ministro de Estado das Comunicações



Documento assinado eletronicamente por **ANDRÉ PEIXOTO FIGUEIREDO LIMA, Ministro de Estado das Comunicações**, em 01/12/2015, às 09:59, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **0820893** e o código CRC **E7D7F00B**.



PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA  
Secretaria-Geral

OFÍCIO Nº 660/2021/SG/PR/SG/PR

A Sua Excelência o Senhor  
Deputado Luciano Bivar  
Primeiro-Secretário  
Câmara dos Deputados – Edifício Principal  
70160-900 Brasília/DF

**Assunto: Radiodifusão.**

Senhor Primeiro-Secretário,

Encaminho a essa Secretaria Mensagem do Senhor Presidente da República, na qual submete à apreciação do Congresso Nacional os atos que renovam as autorizações outorgadas para executar, sem direito de exclusividade, serviços da radiodifusão comunitária, constantes das Portarias nºs 2.987, 3.612 e 6.217, de 2015; 758, 769, 773, 1.003 e 1.463, de 2016; 1.885, 1.904, 1.917, 1.970, 1.989, 2.625, 3.188, 4.707, 5.231 e 5.711, de 2017; 801, 2.504 e 6.631, de 2018; 4.766, 4.862, 4.865, 4.869, 4.876, 4.878, 4.883 e 5.136, de 2019; e 128, de 2020.

Atenciosamente,

ONYX LORENZONI  
Ministro de Estado Chefe da Secretaria-Geral  
da Presidência da República

---

**Referência:** Caso responda este Ofício, indicar expressamente o Processo nº 53000.015189/2014-13

SEI nº 2756995

Palácio do Planalto - 4º andar sala 402 — Telefone: (61)3411-1447

CEP 70150-900 Brasília/DF - <https://www.gov.br/planalto/pt-br>



**MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES**  
Gabinete do Ministro  
Coordenação-Geral do Gabinete do Ministro

OFÍCIO Nº 37184/2019/CGGM/GM/MCTIC

Ao Senhor  
Subchefe de Análise e Acompanhamento de Políticas Governamentais - SAG  
Casa Civil da Presidência da República  
Brasília/DF

**Assunto: Renovação de outorga de radiodifusão, Processo nº 53000.052021/2011-38.**

Senhor Subchefe,

Conforme disposto no Decreto nº 3.714, de 03 de janeiro de 2001, encaminho-lhe processo que trata de renovação de outorga de radiodifusão.

Atenciosamente,

MARACI MENDES DE SANT'ANA  
Coordenadora-Geral do Gabinete do Ministro



Documento assinado eletronicamente por **Maraci Mendes de Sant'Ana, Coordenadora-Geral do Gabinete do Ministro**, em 03/10/2019, às 17:42 (horário oficial de Brasília), com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **4702186** e o código CRC **D471EA70**.



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES  
Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica  
Departamento de Outorga de Serviços de Comunicação Eletrônica

DESPACHO

Assunto: **Renovação**

Protocolo nº: 53000.052021/2011-38 (Processo de Outorga nº 53670.000736/98)

1. Frente à apresentação da documentação anexa encaminhada pela **ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA E CULTURAL DE CAÇU**, na localidade de **CAÇU/GO**, onde solicita **RENOVAÇÃO**, opino no sentido de que seja providenciada a abertura do competente processo administrativo.

Brasília, 19 de outubro de 2011.

**VALKIRIA FERREIRA MACHADO**  
1321450



**ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA E CULTURAL DE CAÇU**

**Rádio Morada dos Sonhos FM 87,9**

**[www.moradadossonhosfm.com.br](http://www.moradadossonhosfm.com.br)**

**"DA COMUNIDADE PARA A COMUNIDADE"**

Entidade comunitária, sem fins lucrativos conf. Lei nº 9.612/98 e de utilidade pública municipal Lei nº 1667/2010.

CNPJ Nº 02.896.548/0001-97 – FONE 64-3656-1499 – Email: [moradadossonhos@hotmail.com](mailto:moradadossonhos@hotmail.com)

**Rua Manoel Carneiro Guimarães, nº 699 – Bairro Morada dos Sonhos – CEP 75813-000 – Caçu – Goiás**

Ofício nº P003/2011

Caçu, 5 de setembro de 2011.

Senhor Diretor,

Vimos nos termos da legislação em vigor solicitar a **renovação** da Licença Definitiva de Funcionamento da Associação Comunitária e Cultural de Caçu – Rádio Morada os Sonhos, em virtude de a atual estar vencendo em 06/12/2011.

Sendo o que temos para o momento e contando com a atenção de Vossa Excelência, antecipamos nossos agradecimentos.

Atenciosamente,

  
Wagner Vicente da Silva  
Presidente

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES  
BRASÍLIA - DF

53000 052021/2011-38

SEAPA/SCE

13/10/2011-08:49

Ao Senhor

Dr. DEMERVAL DA SILVA JÚNIOR

DD. Diretor do Departamento de Outorga de Serviços de Comunicação Eletrônica

Ministério das Comunicações

BRASÍLIA - DF

*Sedco*



Ao Senhor

Dr. DEMERVAL DA SILVA JÚNIOR

DD. DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

Esplanada dos Ministérios – Bloco “R” – 3º Andar – anexo oeste – sala 300

70044-900 – BRASÍLIA - DF



FC0928/38

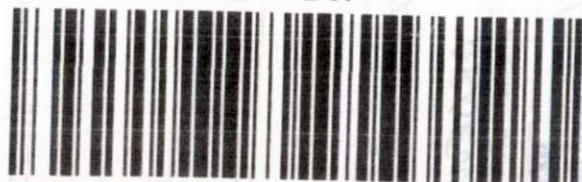
AR

MP

PESO (kg)

MANDOU, CHEGOU.

SZ 99035992 0 BR





**Associação Comunitária e Cultural de Caçu**

**Rua Manoel Carneiro Guimarães, 699 – B. Morada dos Sonhos**

**75813-000 – Caçu - Goiás**





MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES  
Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica  
Departamento de Outorga de Serviços de Comunicação Eletrônica  
Esplanada dos Ministérios, Bloco R, 3º andar 70044-900 - Brasília - DF  
(61) 3311-6177

Ofício nº 6600 /2011/CGRC/DEOC/SCE-MC

Brasília, 03 de novembro de 2011.

Ao Senhor

**WAGNER VICENTE DA SILVA**

Representante Legal da Associação Comunitária e Cultural de Caçu  
Rua Manoel Carneiro Guimarães, nº 699 – Bairro Morada dos Sonhos  
75813-000 Caçu – GO

Assunto: **Renovação de Outorga para execução do Serviço de Radiodifusão Comunitária/**  
**Processo nº. 53000.052021/2011-38.**

Senhor Representante Legal,

1. De acordo com a Lei 9.612/1998, art. 6º, alteração pela Lei 10.597/2002 a outorga para prestação do Serviço de Radiodifusão Comunitária tem validade de 10 (dez) anos, permitida a renovação por igual período, se cumpridas disposições vigentes.

2. Visto que o ato de outorga da **ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA E CULTURAL DE CAÇU** tem validade até 06/12/2011, e tendo em vista a publicação da Portaria nº 462, de 14 de outubro de 2011, publicada no DOU de 18/10/2011 que aprovou a Norma nº 1/2011, comunicamos que a Entidade poderá encaminhar caso deseje pleitear a renovação de sua outorga Requerimento assinado por seu representante legal, cujo modelo está disponível no Anexo 12 da Norma nº 1/2011, nos termos do art. 36 do Decreto nº 2.615, de 3 de junho de 1998, acompanhado, obrigatoriamente, dos seguintes documentos: ✓

I. Declaração firmada pelo representante legal da interessada, atestando que a emissora encontra-se com suas instalações e equipamentos em conformidade com a última autorização do Ministério das Comunicações, de acordo com os parâmetros técnicos previstos na regulamentação vigente, constantes da respectiva licença de funcionamento da estação; ✓

II. Certidão negativa de débitos de receitas administradas pela Anatel; ✓

III. Cópia de comprovante de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda – CNPJ válido e atual; ✓

IV. Documentos atualizados revelando eventuais alterações ocorridas no Estatuto Social da interessada, durante o período de vigência da outorga, ou cópia atualizada do Estatuto conforme itens 8.2 e 8.3; ✓

V. Ata de Eleição da diretoria em exercício, devidamente registrada no livro "A" do Registro Civil de Pessoas Jurídicas;

VI. Declaração constante do Anexo 14 desta Norma, assinada pelo representante legal da entidade, atestando que a emissora:

- a) não veicula nenhuma publicidade, veiculando apenas mensagens de apoio cultural; ✓
- b) reserva um percentual mínimo de 5% (cinco por cento) de tempo de sua programação para a transmissão de conteúdos noticiosos, de acordo com o que estabelece o art. 67, do Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963; ✓
- c) cumpre a finalidade constitucional de promover a cultura nacional e regional, assim como estímulo à produção independente, nos moldes do art. 221, da Constituição Federal; ✓

VII. Declaração, assinada pelo representante legal da entidade, indicando as pessoas responsáveis pela gestão das atividades, pela área editorial e pela direção da programação, atestando a nacionalidade dessas pessoas e juntando os respectivos documentos de comprovação; ✓

VIII. Último relatório do Conselho Comunitário, constituído nos moldes do item 21.4.1 desta Norma, sobre a programação veiculada pela emissora; ✓

✓ IX. Relação contendo o nome de todos os associados pessoas físicas, com o número de documento de identidade e órgão expedidor e endereço de residência ou domicílio, bem como de todos os associados pessoas jurídicas, com o número do CNPJ e endereço da sede;

X. Laudo de ensaio do(s) transmissor(es), com sua respectiva Anotação de Responsabilidade Técnica – ART, conforme item 12.1.1;

Obs. A entidade poderá, opcionalmente, enviar Laudo de Vistoria Técnica, elaborado por profissional habilitado (Anexo 13), com sua respectiva Anotação de Responsabilidade Técnica – ART, conforme item 12.1.1, com vistas à renovação da outorga. Se a entidade não apresentar o laudo de vistoria descrito no item 20.3.1 no prazo para interposição do pedido de renovação de outorga, o Ministério das Comunicações solicitará a Anatel realização de vistoria para o respectivo fim.

3. Quanto ao subitem 20.3, alínea k, comunicamos que oportunamente o Ministério das Comunicações indicará o valor relativo às despesas decorrentes do ato de renovação, conforme estabelecido no art. 37 do Decreto nº 2615/1998.

4. De acordo com a Norma nº 1/2011, esclarecemos que:

- I. A outorga para execução do Serviço de Radiodifusão Comunitária tem validade de 10 anos e poderá ser renovada por igual período, desde que obedecidas as exigências desta Norma e demais disposições legais vigentes.
- II. As entidades que cumprirem o disposto nos subitens 20.2 e 20.2.1 poderão manter suas emissoras em funcionamento, em caráter precário, até a conclusão do processo de renovação.

- III. A alteração do local de instalação da estação que esteja operando em caráter precário somente poderá ocorrer após a aprovação do ato de renovação da outorga pelo Congresso Nacional e publicação do Decreto Legislativo correspondente.
- IV. Os documentos devem ser apresentados no original ou em cópia autenticada e encaminhados via postal ou apresentados diretamente no protocolo central do Ministério das Comunicações.
- V. Nos casos de não envio pela entidade dos documentos listados nesta Norma e de não cumprimento das exigências feitas pelo Ministério das Comunicações, o pedido de renovação de outorga será indeferido, extinguindo-se a correspondente autorização.

5. Comunicamos que a Norma nº 1/2011 e os modelos padronizados estão disponíveis no endereço eletrônico: [www.mc.gov.br](http://www.mc.gov.br).

6. Será facultado, a essa entidade, nos termos do item 20.2.1 da Norma nº 1/2011, prazo de 3 (três) meses contados da publicação da referida Norma, apresentar os itens solicitados, sob pena de indeferimento do pedido de renovação de outorga e extinção da correspondente autorização.

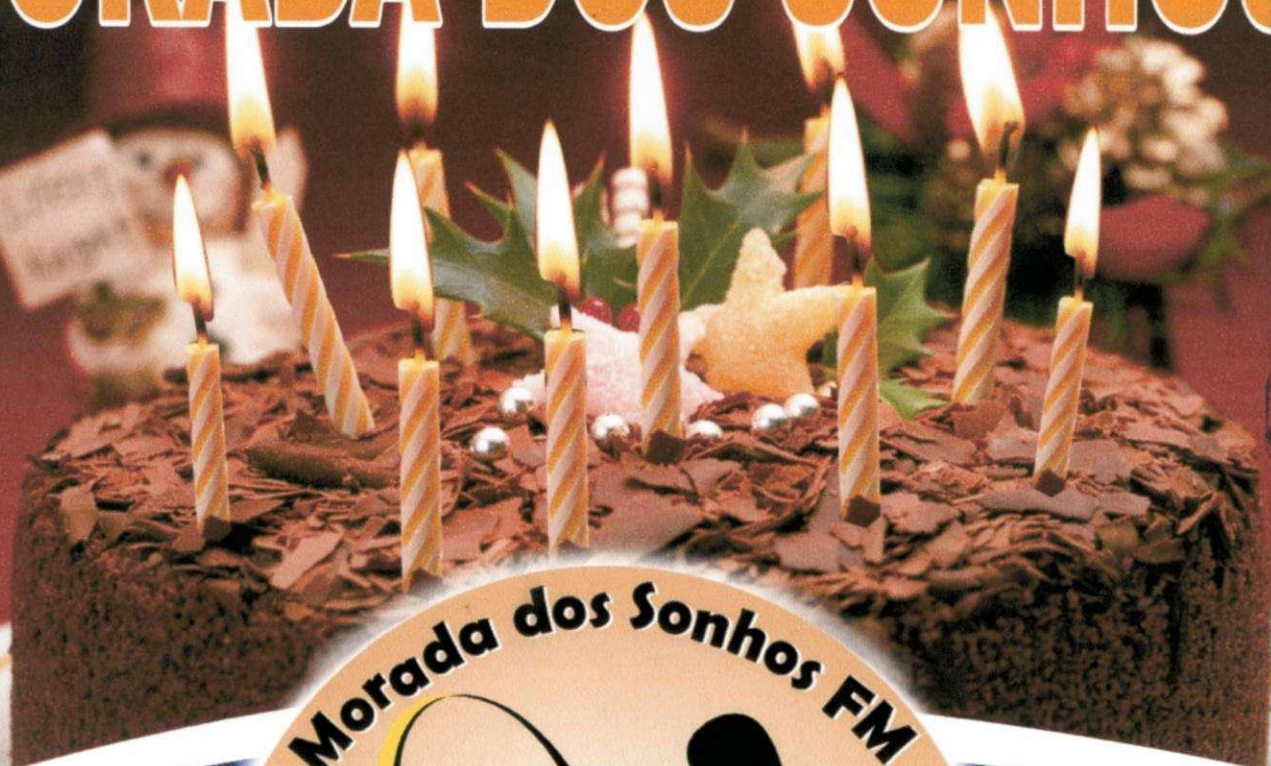
Atenciosamente,



**OCTAVIO PENNA PIERANTI**  
Coordenador-Geral de Radiodifusão Comunitária



# MORADA DOS SONHOS



**10 ANOS SERVINDO À COMUNIDADE**  
**2001 - 2011**





**ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA E CULTURAL DE CAÇU**

**Rádio Morada dos Sonhos FM 87,9**

[www.moradadossonhosfm.com.br](http://www.moradadossonhosfm.com.br)

**"DA COMUNIDADE PARA A COMUNIDADE"**

Entidade comunitária, sem fins lucrativos conf. Lei nº 9.612/98 e de utilidade pública municipal Lei nº 1667/2010.

CNPJ Nº 02.896.548/0001-97 – FONE 64-3656-1499 – Email: [moradadossonhos@hotmail.com](mailto:moradadossonhos@hotmail.com)

**Rua Manoel Carneiro Guimarães, nº 699 – Bairro Morada dos Sonhos – CEP 75813-000 – Caçu – Goiás**

Ofício nº P002/2012

Caçu, 3 de janeiro de 2012.

Senhor Coordenador,

Estamos encaminhando em anexo, novo requerimento de **renovação de outorga de execução do Serviço de Rádio Difusão Comunitária da Associação Comunitária e Cultural de Caçu e os documentos solicitados através do Ofício nº 6.600/2011/CGRC/DEOC/SCE-MC. Processo nº 53000.052021/2011-38.**

Sendo o que temos para o momento e contando com a atenção de Vossa Excelência, antecipamos nossos agradecimentos.

Atenciosamente,

  
Wagner Vicente da Silva  
Presidente

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES  
BRASÍLIA - DF  
53000 002708/2012-11  
SEAPASCE  
17/01/2012-10:26

Ao Senhor

Dr. OCTÁVIO PENNA PIERANTI

DD. Coordenador-Geral de Radiodifusão Comunitária

Ministério das Comunicações

BRASÍLIA - DF

*Sede*



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES  
Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica  
Departamento de Outorga de Serviços de Comunicação Eletrônica  
Esplanada dos Ministérios, Bloco R, 3º andar 70044-900 - Brasília – DF  
(61) 3311-6177

Ofício nº 6600 /2011/CGRC/DEOC/SCE-MC

Brasília, 03 de novembro de 2011.

Ao Senhor

**WAGNER VICENTE DA SILVA**

Representante Legal da Associação Comunitária e Cultural de Caçu  
Rua Manoel Carneiro Guimarães, nº 699 – Bairro Morada dos Sonhos  
75813-000 Caçu – GO

Assunto: **Renovação de Outorga para execução do Serviço de Radiodifusão Comunitária/**  
**Processo nº. 53000.052021/2011-38.**

Senhor Representante Legal,

1. De acordo com a Lei 9.612/1998, art. 6º, alteração pela Lei 10.597/2002 a outorga para prestação do Serviço de Radiodifusão Comunitária tem validade de 10 (dez) anos, permitida a renovação por igual período, se cumpridas disposições vigentes.

2. Visto que o ato de outorga da **ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA E CULTURAL DE CAÇU** tem validade até 06/12/2011, e tendo em vista a publicação da Portaria nº 462, de 14 de outubro de 2011, publicada no DOU de 18/10/2011 que aprovou a Norma nº 1/2011, comunicamos que a Entidade poderá encaminhar caso deseje pleitear a renovação de sua outorga Requerimento assinado por seu representante legal, cujo modelo está disponível no Anexo 12 da Norma nº 1/2011, nos termos do art. 36 do Decreto nº 2.615, de 3 de junho de 1998, acompanhado, obrigatoriamente, dos seguintes documentos:

*ok* I. Declaração firmada pelo representante legal da interessada, atestando que a emissora encontra-se com suas instalações e equipamentos em conformidade com a última autorização do Ministério das Comunicações, de acordo com os parâmetros técnicos previstos na regulamentação vigente, constantes da respectiva licença de funcionamento da estação;

*ok* II. Certidão negativa de débitos de receitas administradas pela Anatel;

*ok* III. Cópia de comprovante de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda – CNPJ válido e atual;

*ok* IV. Documentos atualizados revelando eventuais alterações ocorridas no Estatuto Social da interessada, durante o período de vigência da outorga, ou cópia atualizada do Estatuto conforme itens 8.2 e 8.3;



ok V. Ata de Eleição da diretoria em exercício, devidamente registrada no livro "A" do Registro Civil de Pessoas Jurídicas;

ok VI. Declaração constante do Anexo 14 desta Norma, assinada pelo representante legal da entidade, atestando que a emissora:

- a) não veicula nenhuma publicidade, veiculando apenas mensagens de apoio cultural;
- b) reserva um percentual mínimo de 5% (cinco por cento) de tempo de sua programação para a transmissão de conteúdos noticiosos, de acordo com o que estabelece o art. 67, do Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963;
- c) cumpre a finalidade constitucional de promover a cultura nacional e regional, assim como estímulo à produção independente, nos moldes do art. 221, da Constituição Federal;

ok VII. Declaração, assinada pelo representante legal da entidade, indicando as pessoas responsáveis pela gestão das atividades, pela área editorial e pela direção da programação, atestando a nacionalidade dessas pessoas e juntando os respectivos documentos de comprovação;

ok VIII. Último relatório do Conselho Comunitário, constituído nos moldes do item 21.4.1 desta Norma, sobre a programação veiculada pela emissora;

ok IX. Relação contendo o nome de todos os associados pessoas físicas, com o número de documento de identidade e órgão expedidor e endereço de residência ou domicílio, bem como de todos os associados pessoas jurídicas, com o número do CNPJ e endereço da sede;

ok X. Laudo de ensaio do(s) transmissor(es), com sua respectiva Anotação de Responsabilidade Técnica – ART, conforme item 12.1.1;

Obs. A entidade poderá, opcionalmente, enviar Laudo de Vistoria Técnica, elaborado por profissional habilitado (Anexo 13), com sua respectiva Anotação de Responsabilidade Técnica – ART, conforme item 12.1.1, com vistas à renovação da outorga. Se a entidade não apresentar o laudo de vistoria descrito no item 20.3.1 no prazo para interposição do pedido de renovação de outorga, o Ministério das Comunicações solicitará a Anatel realização de vistoria para o respectivo fim.

3. Quanto ao subitem 20.3, alínea k, comunicamos que oportunamente o Ministério das Comunicações indicará o valor relativo às despesas decorrentes do ato de renovação, conforme estabelecido no art. 37 do Decreto nº 2615/1998.

4. De acordo com a Norma nº 1/2011, esclarecemos que:

- I. A outorga para execução do Serviço de Radiodifusão Comunitária tem validade de 10 anos e poderá ser renovada por igual período, desde que obedecidas as exigências desta Norma e demais disposições legais vigentes.
- II. As entidades que cumprirem o disposto nos subitens 20.2 e 20.2.1 poderão manter suas emissoras em funcionamento, em caráter precário, até a conclusão do processo de renovação.



- III. A alteração do local de instalação da estação que esteja operando em caráter precário somente poderá ocorrer após a aprovação do ato de renovação da outorga pelo Congresso Nacional e publicação de Decreto Legislativo correspondente.
- IV. Os documentos devem ser apresentados no original ou em cópia autenticada e encaminhados via postal ou apresentados diretamente no protocolo central do Ministério das Comunicações.
- V. Nos casos de não envio pela entidade dos documentos listados nesta Norma e de não cumprimento das exigências feitas pelo Ministério das Comunicações, o pedido de renovação de outorga será indeferido, extinguindo-se a correspondente autorização.

5. Comunicamos que a Norma nº 1/2011 e os modelos padronizados estão disponíveis no endereço eletrônico: [www.mc.gov.br](http://www.mc.gov.br).

6. Será facultado, a essa entidade, nos termos do item 20.2.1 da Norma nº 1/2011, prazo de 3 (três) meses contados da publicação da referida Norma, apresentar os itens solicitados, sob pena de indeferimento do pedido de renovação de outorga e extinção da correspondente autorização.

Atenciosamente,



**OCTAVIO PENNA PIERANTI**  
Coordenador-Geral de Radiodifusão Comunitária



**ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA E CULTURAL DE CAÇU**

**Rádio Morada dos Sonhos FM 87,9**

**[www.moradadossonhosfm.com.br](http://www.moradadossonhosfm.com.br)**

**"DA COMUNIDADE PARA A COMUNIDADE"**

Entidade comunitária, sem fins lucrativos conf. Lei nº 9.612/98 e de utilidade pública municipal Lei nº 1667/2010.

CNPJ Nº 02.896.548/0001-97 – FONE 64-3656-1499 – Email: [moradadossonhos@hotmail.com](mailto:moradadossonhos@hotmail.com)

**Rua Manoel Carneiro Guimarães, nº 699 – Bairro Morada dos Sonhos – CEP 75813-000 – Caçu – Goiás**

Ofício nº P001/2012

Caçu, 3 de janeiro de 2012.

Senhor Ministro,

A Associação Comunitária e Cultural de Caçu, inscrita no CNPJ nº 02.896.548/0001-97, com sede à Rua Manoel Carneiro Guimarães, 699, Bairro Morada dos Sonhos, na cidade Caçu, Estado de Goiás, CEP 75813-000, entidade sem fins lucrativos, legalmente constituída e devidamente autorizada conforme Portaria nº 203 datada de 31/05/2000 e Decreto Legislativo nº 496 publicado no Diário Oficial da União datado de 06/12/2001, vem respeitosamente à presença de Vossa Excelência requerer a renovação da outorga para execução do Serviço de Radiodifusão Comunitária em atendimento ao subitem 20.2 da Norma nº 1/2011, bem como, apresentar a documentação de que trata o item 20.3 da Norma 1/2011 aprovada pela Portaria MC nº 462, de 14 de outubro de 2011, publicada no Diário Oficial da União.

Sendo o que temos para o momento e contando com a atenção de Vossa Excelência, antecipamos nossos agradecimentos.

Atenciosamente,

  
Wagner Vicente da Silva

Presidente

Ao Senhor

**DR. PAULO BERNARDO SILVA**

**DD. Ministro das Comunicações**

**Brasília - DF**



## ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA E CULTURAL DE CAÇU

Rádio Morada dos Sonhos FM 87,9

*"DA COMUNIDADE PARA A COMUNIDADE"*

[www.moradadossonhosfm.com.br](http://www.moradadossonhosfm.com.br)

Entidade comunitária, sem fins lucrativos conf. Lei nº 9.612/98 e de utilidade pública municipal Lei nº 1667/2010.

CNPJ Nº 02.896.548/0001-97 – FONE 64-356-1499 – Email: [moradadossonhos@hotmail.com](mailto:moradadossonhos@hotmail.com)


Rua Manoel Carneiro Guimarães, nº 699 – Bairro Morada dos Sonhos – CEP 75813-000 – Caçu – Goiás

### ATESTADO

Eu, **WAGNER VICENTE DA SILVA**, brasileiro, casado, residente e domiciliado no município de Caçu, Estado de Goiás, À Rua Neca Borges, 464, Centro, portador do CNPF Nº 077.218.461-53 e do RG-GO. Nº 234.881, Presidente da entidade mantenedora da Rádio Morada dos Sonhos, **ATESTO**, para os fins de direito e em atendimento à legislação em vigor que a emissora encontra com suas instalações e equipamentos em conformidade com a última autorização do Ministério das Comunicações, de acordo com os parâmetros técnicos previstos na regulamentação vigente, constante da respectiva licença de funcionamento da estação.

Por ser verdade, firmo a presente atestado.

Caçu, 03 de janeiro de 2012.

  
Wagner Vicente da Silva  
Presidente

## **CERTIDÃO POSITIVA COM EFEITO DE NEGATIVA DE DÉBITOS DE RECEITAS ADMINISTRADAS PELA ANATEL**

**Nome:** ASSOCIACAO COMUNITARIA E CULTURAL DE CACU  
**CNPJ:** 02.896.548/0001-97

Ressalvado o direito de a AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES – Anatel inscrever e cobrar as dívidas que venham a ser apuradas, certifico, para os fins de direito, que, mandado rever os registros da Anatel, verificou-se a EXISTÊNCIA de débito(s) com recurso com efeito suspensivo e/ou judicial, e/ou parcelados.

Esta certidão refere-se exclusivamente à situação do contribuinte no âmbito desta agência, não constituindo, por conseguinte, prova de inexistência de débitos inscritos em Dívida Ativa da União, administrados pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional.

Emitida às 16:08:36 do dia 15/12/2011 (hora e data de Brasília).

Válida até 14/01/2012.

Certidão expedida gratuitamente.



**Comprovante de Inscrição e de Situação Cadastral****Contribuinte,**

Confira os dados de Identificação da Pessoa Jurídica e, se houver qualquer divergência, providencie junto à RFB a sua atualização cadastral.

		<b>REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL</b>	
<b>CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA</b>			
NÚMERO DE INSCRIÇÃO <b>02.896.548/0001-97</b> MATRIZ	<b>COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL</b>		DATA DE ABERTURA <b>09/12/1998</b>
NOME EMPRESARIAL <b>ASSOCIACAO COMUNITARIA E CULTURAL DE CACU</b>			
TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) <b>RADIO MORADA DO SONHO FM</b>			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL <b>94.30-8-00 - Atividades de associações de defesa de direitos sociais</b>			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS <b>94.93-6-00 - Atividades de organizações associativas ligadas à cultura e à arte</b> <b>94.99-5-00 - Atividades associativas não especificadas anteriormente</b>			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA <b>399-9 - ASSOCIACAO PRIVADA</b>			
LOGRADOURO <b>R MONOEL CARNEIRO GUIMARAES</b>	NÚMERO <b>699</b>	COMPLEMENTO	
CEP <b>75.813-000</b>	BAIRRO/DISTRITO <b>MORADA DOS SONHOS</b>	MUNICÍPIO <b>CACU</b>	UF <b>GO</b>
SITUAÇÃO CADASTRAL <b>ATIVA</b>		DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL <b>09/12/1998</b>	
MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL			
SITUAÇÃO ESPECIAL *****		DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****	

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.183, de 19 de agosto de 2011.

Emitido no dia **3/1/2012** às **15:37:35** (data e hora de Brasília).

Página: **1/1**

[Voltar](#)

© Copyright Receita Federal do Brasil - 03/01/2012

Alteração número 02 (dois) do Estatuto Social da ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA E CULTURAL DE CAÇU, registrado sob o número 083, às folhas 158, do Livro "A", de Registro de de Pessoas Jurídicas, no Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas de Caçu – Goiás, APROVADA na Assembléia convocada para este fim, em 06 de abril de 2011, que passa a vigorar em seu inteiro teor com a seguinte redação:

Art. 1º -

Art.2º- A Associação Comunitária e Cultural de Caçu tem por objetivo EXECUTAR SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA, bem como:

I - beneficiar a comunidade com vistas a :

- a) Dar oportunidade a difusão de ideias, elementos de cultura, tradições e hábitos sociais da comunidade;
- b) oferecer mecanismos à formação e integração da comunidade, estimulando o lazer, a cultura e o convívio social;
- c) prestar serviços de utilidade pública, integrando-se aos serviços de defesa civil, sempre que necessário;
- d) contribuir para o aperfeiçoamento profissional nas áreas de atuação dos jornalistas e radialistas, de conformidade com a legislação profissional vigente;
- e) permitir a capacitação dos cidadãos no exercício do direito de expressão da forma mais acessível possível.

II – respeitar e atender aos seguintes princípios:

- a) preferência das finalidades educativas, artísticas, culturais e informativas em benefício do desenvolvimento geral da comunidade;
- b) promoção das atividades artísticas e jornalísticas na comunidade e da integração dos membros da comunidade atendida;
- c) respeito aos valores éticos e sociais da pessoa e da família, favorecendo a integração dos membros da comunidade atendida;
- d) não discriminação de raça, religião, sexo, preferências sexuais, convicção político-ideológico-partidário e condição social nas relações comunitárias;

§1º É vedado o proselitismo de qualquer natureza, assim como qualquer discriminação política, filosófica, racial, religiosa, sexual , de gênero ou de qualquer natureza na admissão dos associados;

§2º Será obrigatória a pluralidade de opiniões e versão, de forma simultânea em matérias polêmicas, na programação opinativa e informativa, divulgando, sempre, as diferentes interpretações relativas aos fatos noticiados;

§3º Qualquer cidadão da comunidade beneficiada terá direito a emitir opiniões sobre quaisquer assuntos abordados na programação da emissora, bem como manifestar idéias, propostas, sugestões, reclamações ou reivindicações, devendo apenas observar o momento adequado da programação para fazê-lo, mediante pedido encaminhado à direção responsável pela Rádio Comunitária .

Art. 3º Os dirigentes e associados não responderão, nem mesmo subsidiariamente, pelas obrigações contraindas pela Entidade, ressalvados os casos em que os dirigentes responderão por comprovada culpa no desempenho de suas funções.



Handwritten signature.



Art. 4º - A receita da Associação Comunitária de Caçu será utilizada, única e exclusivamente, para a consecução de suas finalidades institucionais e não será admitida a remuneração de seus dirigentes pelo exercício de suas funções, bem como a distribuição de lucros (sobras), dividendos, vantagens ou bonificações a qualquer dos seus associados ou dirigentes.

## II - DOS ASSOCIADOS

Art. 5º - Serão admitidos como associados as pessoas físicas e jurídicas sem fins lucrativos que tenham preenchido formulário próprio e admitidas em Assembléia Geral, com residência ou sede neste Município, desde que se comprometam a respeitar e cumprir as disposições deste Estatuto.

Art. 6º - A Associação Comunitária e Cultural de Caçu será composta pelas seguintes categorias de associados:

I - Fundadores - formada por todos aqueles que assinaram a ata de fundação.

II - Contribuintes ou Efetivos - Aqueles que filiareem após a fundação, pessoas físicas ou jurídicas sem fins lucrativos.

III - Honorários - Aqueles que prestaram ou prestam relevantes serviços à Associação Comunitária e Cultural de Caçu.

Art. 7º - As contribuições dos associados serão reguladas em Assembléia Geral.

Art. 8º - São direitos e deveres dos associados:

- o direito de concorrer às eleições é prerrogativa das pessoas físicas e de votar e opinar, de todos os associados, desde que atendam ao disposto no §2º do art. 12 e estejam em dia com a entidade;
- manter sua contribuição em dia, conforme estipulado pela AG.

Art. 9º - São passíveis de punição temporária ou de exclusão definitiva do quadro social, havendo justa causa, os associados que infringirem este estatuto, desde que sua transgressão seja indicada mediante requerimento dirigido a diretoria que, frente a procedência da solicitação, deverá submetê-la à Assembléia Geral, convocada especialmente para este fim, para deliberação fundamentada, assegurado o amplo direito de defesa do associado em questão.

## III - DOS ORGÃOS E DE SEU FUNCIONAMENTO

Art. 10 - São órgãos da Associação Comunitária e Cultural de Caçu:

- Assembléia Geral;
- Diretoria;
- Conselho Fiscal;
- Conselho Comunitário

Art. 11 - A Assembléia Geral, órgão máximo de deliberação da Associação Comunitária e Cultural de Caçu, será composta por seus associados, e ocorrerá ordinariamente a cada ano, na segunda quinzena do mês de janeiro para avaliação e prestação de contas da Diretoria, discussão e aprovação de planos, projetos e assuntos gerais. Deverá ordinariamente, ocorrer a cada dois anos para eleição da Diretoria, Conselho Comunitário e do Conselho Fiscal e extraordinariamente poderá ser convocada para destituição dos dirigentes e alteração estatutária, respeitando-se o disposto no §1º.

§ 1º - A AG poderá ser convocada extraordinariamente pela maioria da diretoria, por um terço dos associados fundadores ou, no mínimo, um quinto dos associados (colaboradores ou efetivos), para discussão e decisão relativa a assuntos de interesse geral. Quando a deliberação se relacionar a destituição de dirigentes ou alteração estatutária será exigido o voto concorde de dois terços dos presentes à Assembléia especialmente convocada para esse fim, não podendo ela deliberar, em





primeira convocação, sem a maioria absoluta dos associados, ou com pelo menos de um terço nas convocações seguintes.

§2º - A convocação deverá ser feita com antecedência mínima de oito dias, através de edital ou comunicado afixado na sede da Associação Comunitária e Cultural de Caçu, bem como na sede das entidades que compõem o Conselho Comunitário e com divulgação através de pelo menos quatro chamadas diárias durante a programação da emissora, devendo conter data, hora, local e pauta da reunião.

§3º - A AG deliberará em primeira convocação somente com metade mais um dos associados aptos a votar e, em segunda convocação, trinta minutos após com qualquer número de associados aptos a votar, respeitadas as disposições dispostas na letra "a" do art. 8º e §1º do art. 11.

§4º - A AG convocada para fins eleitorais, alienação de bens imóveis ou móveis ou extinção da entidade, deverá ser convocada com trinta dias de antecedência e, deliberará conforme este estatuto, mediante voto dos associados em dia com suas obrigações sociais filiados a pelo menos seis meses, respeitadas as disposições dispostas na letra "a" do art. 8º e §1º e 2º do art. 11.

Art. 12 - A Diretoria da Associação Comunitária e Cultural de Caçu, órgão executivo e administrativo, será composta por um Diretor Presidente, um Diretor Administrativo, um Diretor de Operações, um Diretor Cultural e um Diretor Marketing, todos com suplentes, eleitos em Assembleia Geral para um mandato de 02 (dois) anos, permitida a reeleição.

§1º - A Diretoria da Associação Comunitária e Cultural de Caçu poderá ser substituída, para finalização do mandato, no todo ou em parte, mediante decisão em Assembleia Geral, respeitadas as disposições dispostas na letra "a" do art. 8º e §1º e 2º do art. 11.

§ 2º - Apenas farão parte da Diretoria brasileiros natos ou naturalizados há mais de 10 (dez) anos e maiores de 18 anos ou emancipados, cujas residências sejam situadas na área da comunidade atendida e ainda, tais dirigentes não poderão estar no exercício de mandato eletivo que lhes assegure imunidade parlamentar ou função da qual decorra foro especial.

Art. 13 - São atribuições:

I) Da Diretoria:

- a) Administrar e superintender os trabalhos e o patrimônio da entidade.
- b) Convocar as reuniões e Assembleias Gerais;
- c) Representar a Associação Comunitária e Cultural de Caçu em atos públicos ou internos.
- d) Realizar todos atos necessários ao desenvolvimento da Associação Comunitária e Cultural de Caçu
- e) Apresentar relatório anual a Assembleia Geral, acerca do Balanço Patrimonial e o Relatório de Atividades;
- f) Prestar as contas ao final de cada exercício financeiro.
- g) Desenvolver e promover o intercâmbio com a comunidade e entidades afins
- h) Criar e instalar serviços e Departamentos para a realização e desenvolvimentos das finalidades da entidade;
- i) Alienar, decidir sobre aquisição e constituir ônus sobre bens móveis e imóveis mediante autorização da Assembleia Geral após ouvir o Conselho Fiscal;



*[Handwritten signature]*



II) De cada dirigente:

- a) Ao Diretor Presidente compete: representar a Associação Comunitária e Cultural de Caçu, passiva e ativa, judicial e extrajudicialmente, coordenar e presidir as reuniões da diretoria; assinar contratos, ajustes ou convênios de interesse da associação, movimentar conta bancária conjunta da entidade com o Diretor Administrativo, votar e deter o voto de desempate nas deliberações da diretoria e em Assembléia Geral; praticar todos os atos necessários à administração da entidade, organizar seus serviços e Departamentos; participar e presidir às reuniões do Conselho Comunitário;
- b) Ao Diretor Administrativo compete: gerir as atividades administrativas e financeiras da entidade, dirigir e supervisionar todos os serviços de escritório da associação, assinar conta conjunta com o Diretor Presidente e assinar todos documentos concernentes a vida financeira da Associação Comunitária e Cultural de Caçu, secretariar as reuniões da diretoria, lavrar as atas, ter sob sua guarda os livros, atas e pareceres da entidade, todos os documentos relativos a tesouraria e secretaria, manter disponível e atualizado o ato que estabeleceu a composição do Conselho Comunitário, dirigir e supervisionar os serviços da tesouraria e da secretaria, bem como organizar e manter a escrituração do movimento econômico financeiro da entidade;
- c) Ao Diretor de Operações compete: implementar e supervisionar todos os aspectos concernentes a execução do serviço de radiodifusão comunitária, relativamente aos seus aspectos legais, técnicos e qualitativos, gerir os recursos advindos de patrocínio sob forma de apoio cultural, bem como supervisionar e ter sob sua guarda todo o patrimônio considerado no âmbito das operações relativas ao serviço de radiodifusão; promover a integração da comunidade com o serviço prestado;
- d) Ao Diretor Cultural compete: implementar e supervisionar a área artístico e cultural da entidade dando cumprimento ao que determina a legislação.
- e) Ao Diretor de Marketing compete: buscar a inovação da programação da emissora e apoio financeiro na forma da legislação para a manutenção da entidade.

Art. 14 – Ao Conselho Fiscal, eleito em Assembléia Geral para mandato igual ao da Diretoria, será composto de 03 membros e 03 suplentes com competência para fiscalizar e aprovar balanços, balancetes e prestação de contas e manifestar sobre alienações de bens da entidade.

Art. 15 - O Conselho Comunitário, eleito em Assembléia Geral para mandato igual ao da Diretoria, será composto por, no mínimo, cinco pessoas, com suplentes, representantes de entidades da comunidade local, tais como associações de classe, beneméritas, religiosas ou de moradores, desde que legalmente instituídas, com o objetivo de acompanhar a programação da emissora, com vista ao atendimento do interesse exclusivo da comunidade.

Parágrafo único - O Conselho Comunitário deverá organizar-se através de seu regimento interno e cumprirá as atribuições definidas pela legislação vigente sobre o serviço de radiodifusão comunitária, devendo encaminhar ao Ministério das Comunicações, anualmente, sempre no aniversário da outorga, relatório resumido contendo a descrição da grade de programação, bem como sua avaliação.

IV - DAS ELEIÇÕES

Art. 16 - As chapas para a diretoria estarão aptas, se entregues até quinze dias antes da Assembléia Geral de eleição, por requerimento à Comissão eleitoral, acompanhada de nominata completa e pelo devido expresso consentimento de seus membros bem como do referendado de, no mínimo, um décimo de associados aptos a votar.

§1º - É vedada a participação de associados em mais de uma chapa, bem como o voto cumulativo ou por procuração.





§2º - A diretoria será formada pela chapa que alcançar a maioria dos votos ou de acordo com a proporcionalidade dos votos obtidos por cada chapa, desde que obtido o mínimo de vinte por cento dos votos validos totalizados no processo eleitoral. A escolha do critério para contagem será decidida no início da AG.

## V - DA PROGRAMAÇÃO

Art. 17 - A programação da emissora, deverá respeitar todos os princípios e normas dispostas na legislação vigente no território nacional sobre radiodifusão comunitária.

Parágrafo Único - Será vedada a transferência da outorga e a formação de redes, excetuadas as situações de guerra, calamidade pública, epidemias e as transmissões obrigatórias dos Poderes Executivo, Judiciário e Legislativo, definidas em leis. Também será vedada a cessão ou arrendamento da emissora do Serviço de Radiodifusão Comunitária ou de horários de sua programação.

## VI - DA RECEITA E DO PATRIMÔNIO

Art. 18 - O Patrimônio e Receita da Associação Comunitária e Cultural de Caçu será composto pelas contribuições sociais definidas pela Assembléia Geral, pelas doações, auxílios e subvenções, pelos bens móveis ou imóveis, pelas rendas e juros de depósitos bancários e aplicação financeira, pelos saldos de exercícios financeiros anteriores transferidos para a conta patrimonial, por valores advindos de suas atividades comunitárias, bem como por aqueles decorrentes do patrocínio sob forma de apoio cultural.

Parágrafo Único - Toda receita ou despesa deverá ser aprovada pela diretoria e nenhum membro de seu quadro diretivo será remunerado.

## VII - DA REFORMA DO ESTATUTO E DA DISSOLUÇÃO

Art. 19 - Este estatuto poderá ser reformado, no todo ou em parte, por deliberação da Assembléia Geral Extraordinária, especialmente convocada para este fim, sendo exigido o voto concorde de dois terços dos presentes à Assembléia, não podendo ela deliberar, em primeira convocação, sem a maioria absoluta dos associados, ou com pelo menos de um terço nas convocações seguintes.

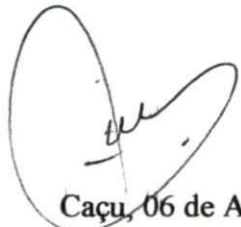
Art. 20 - A dissolução da Associação Comunitária e Cultural de Caçu ocorrerá segundo decisão de Assembléia Geral, e o remanescente de seu patrimônio líquido, será destinado a entidade de fins não econômicos congênere, definida na Assembléia e nos termos do art. 61, parágrafos 1º e 2º, do Código Civil Brasileiro.

## VIII - DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 21 - Os casos omissos neste estatuto serão resolvidos pela diretoria, com recurso a AG, pelo associado que se achar prejudicado.

Art. 22 - Esta alteração estatutária entra em vigor após sua provação, exceto no que altera a composição da atual gestão 2010/2012.



  
Caçu, 06 de Abril de 2011.

1º TAB. CACU-GO

Wagner Vicente da Silva  
Presidente

Wellington Tavares Paranaíba  
Vice-Presidente

1º TAB. CACU-GO

Fátima Maria da Cunha Rodrigues  
1ª Secretária

Carlos Humberto de Moura  
2º Secretário

João Batista Costa Nascimento  
João Batista Costa Nascimento  
1º Tesoureiro

Nely de Castro Moraes  
2º Tesoureiro

DEMAIS ASSOCIADOS PRESENTES:

Plínio Silva, PLÍNIO SILVA  
Uldino Cardoso Pimenta  
José da Fonseca Sales  
Lorizeth Guimarães  
José Luiz Vieira  
Divino Mendes Moreira  
Leomir dos Santos Machado  
Lizete Aires Pereira  
Guariz Gama Filho  
Nany Nunes de Freitas Junior  
Vitalício Fernandes de Souza

COMARCA DE CACU - ESTADO DE GOIÁS  
TABELIONATO 1º DE NÚMERO  
A presente Fotocópia é reprodução  
Fiel do documento original que  
me foi apresentado.

22 DEZ 2011



ANGELA DE CASTRO SANTOS - TAB  
MARISTELA SOUSA PARANAIBA - ESCRV.  
JIMISSE SOUSA CARVALHO - ESCRV.  
ANGELA DE CASTRO DOS SANTOS - ESCRV.  
Evania Freitas Guimarães Souza  
ESCREVENTE

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

1º Tabelionato de Notas de Cacu - Goiás

Endereço: José Reinaldo Vieira nº 508 - Centro - Cacu - GO - CEP 75813-000 - Fone: (64) 3656-1067

**TÍTULOS E DOCUMENTOS - Livro B**

Apresentado hoje para REGISTRO, protocolizado e digitalizado sob o nº 3.277 e registrado sob o nº 3.277. Dou fé. Cacu - GO 11/04/2011.



Angela de Castro Santos - Escrevente





**TABELIONATO 1º DE NOTAS**  
Fone: (64) 656-1067 - Caçu-GO  
Reconheço, por semelhança, a(s) assinatura(s) de Angela de Castro Santos  
posto que análoga(s) a(s) constante(s) de nosso arquivo.  
Dou fé, 11 de Outubro de 20 11  
Em test. da verdade  
☐ OLDACK MUSA DOS SANTOS - 1º TAB. ☐ MARISTELA SOUSA C. PARANAIBA - ESCRV.  
☐ MISSE SOUSA CARVALHO - ESCR. REV. ☐ ANGELA DE CASTRO SANTOS - ESCR. v.

**TABELIONATO 1º DE NOTAS**  
Fone: (64) 656-1067 - Caçu-GO  
Reconheço verdadeira(s) a(s) assinatura(s) de Angela de Castro Santos  
pessoa(s) por mim devidamente identificada(s) e por haver(em) sido aposta(s) em minha presença. Dou fé  
Caçu, 11 de Outubro de 20 11  
Em test. da verdade  
☐ OLDACK MUSA DOS SANTOS - 1º TAB. ☐ MARISTELA SOUSA C. PARANAIBA - ESCRV.  
☐ MISSE SOUSA CARVALHO - ESCR. REV. ☒ ANGELA DE CASTRO SANTOS - ESCR. v.

BOHARRA DE BASU - ESCR. DE BOIAS  
TABELIONATO 1º DE NOTAS  
A presente fotocópia é reprodução  
Fiel do documento original que  
que me foi apresentado.  
22 DEZ 2011  
CACH

☐ OLDACK MUSA DOS SANTOS - TAB  
☐ MARISTELA SOUSA C. PARANAIBA - ESCRV  
☐ MISSE SOUSA CARVALHO - ESCRV  
☐ ANGELA DE CASTRO SANTOS - ESCRV  
Evania Freitas Guimarães Souza  
ESCREVENTE



**ALTERAÇÃO Nº01 DO ESTATUTO SOCIAL DA ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA E CULTURAL DE CAÇU, REGISTRADO SOB Nº083, ÀS FOLHAS 158 DO LIVRO "A" DE REGISTRO DE PESSOAS JURIDICAS, NO CARTÓRIO DE REGISTRO DE PESSOAS JURIDICAS DE CAÇU-GO, APROVADA EM 13/ 06/2008, QUE PASSA A VIGORAR EM SEU INTEIRO TEOR COM A SEGUINTE REDAÇÃO:**

SSCM das Comunicações  
20

### **CAPÍTULO III**

#### **DOS DIRIGENTES, DA ESTRUTURA E DO FUNCIONAMENTO**

**Art. 8º - São legítimos dirigentes:**

Presidente

Vice-Presidente

1º Secretário

**2º Secretário**

1º Tesoureiro

**2º Tesoureiro**

**Conselho Fiscal**

Conselho Comunitário

COMARCA DE CAÇU - ESTADO DE GOIÁS  
- ABELIONATO 1º DE NOTAS  
A presente Fotocópia é reprodução  
Fiel do documento original que  
que me foi apresentado

22 DEZ 2011  
CAÇU  
☒ OLDACK M. DOS SANTOS - TAB  
☒ MARISTELA SOUSA PARANHÁ - ESCRIV  
☒ MÍSSE SOUSA CARVALHO - ESCRIV  
☒ ANGELA DE CASTRO DOS SANTOS - ESCRIV  
Evania Freitas Guimarães Souza  
ESCREVENTE



**Art. 10º - Compete ao Secretário**

I) ....

II) ....

III) ...

**IV) Na falta do 1º Secretário o 2º Secretário irá substituí-lo com todas as prerrogativas dos incisos I, II e III deste artigo.**

**Art. 11º - Compete ao Tesoureiro**

V) ....

VI) ....

**VII) Na falta do 1º Tesoureiro o 2º Tesoureiro irá substituí-lo com todas as prerrogativas dos incisos I e II deste artigo.**

**Art. 12º - Compete aos Conselhos:**



- I) Ao Conselho Comunitário acompanhar a programação da Rádio Comunitária com vistas ao atendimento do atendimento exclusivo da comunidade, exigindo a observância dos seguintes princípios.

- a)...
- b)...
- c)...
- d)...



II) Ao Conselho Fiscal

- a) Fiscalizar e aprovar balancetes e balanços anuais;
- b) Manifestar sobre alienação e venda de bens e patrimônios;
- c) Convocar reuniões e assembléias;
- d) Manifestar sobre conduta dos associados;
- e) Manifestar sobre convênios com órgãos públicos e particulares.

CAPÍTULO IV

DISPOSIÇÕES GERAIS E PERMANENTES

ART. 14º - O mandato da Diretoria Executiva será de 02 (dois) anos, com direito à reeleição ao cargo, com a modificação (alteração) de no mínimo 1/3 (um terço) dos membros da diretoria em atividade.

Caçu-GO, 13 de junho de 2008.



COMARCA DE CAÇU - EST. GOIÁS  
ABOLITIONATO 1º DE NÚMERO  
A presente Fotocópia é reprodução  
Fiel do documento original que  
me foi apresentado

22 DEZ 2011  
OLGACIA MUELOS DOS SANTOS - TAB  
MARISTELA SOUSA CARVALHO - ESCRIV.  
MISSE SOUSA CARVALHO - ESCRIV.  
ANGELA DE CASTRO DOS SANTOS - ESCRIV.  
Evania Freitas Guimarães Souza  
ESCREVENTE

JOSE LUZIA VIEIRA  
Presidente

VANY NUNES DE FREITAS JÚNIOR  
Secretário

REGISTRO DE PESSOAS JURÍDICAS,  
TÍTULOS E DOCUMENTOS  
CACÚ - GOIÁS

Protocolado sob o n.º 3.782 às fls. 254 do livro A  
Registrado sob o n.º 162 às fls. 505 do livro "A"  
de registro integral de títulos, documentos e outros papéis.

Caçu, 10 de dezembro de 2008

Alvaro Machado Nunes  
Sub. Oficial. Tab. Substituto





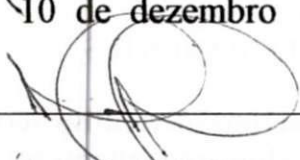
**CARTÓRIO DE REGISTRO DE PESSOAS  
JURÍDICAS, TÍTULOS E DOCUMENTOS  
CAÇU – GOIÁS**

Protocolada sob o n.º 3.782, às fls.  
254, do livro A – Protocolo.

Registrada sob o n.º 162, às fls. 505 do  
livro “A”, de Registro de Pessoas Jurídicas.

E, AVERBADA, às margens do Registro  
de n.º 083, às fls. 158, do livro “A”, de Registro  
de Pessoas Jurídicas, nesta data. Dou fé.

Caçu, 10 de dezembro de 2008

  
Alvaro Machado Nunes  
Sub. Oficial. Tab. Substituto

COMARCA DE CAÇU - ESTADO DE GOIÁS  
TABELIONATO 1º DE NOTAS  
A presente Fotocópia é reprodução  
Fiel do documento original que  
me foi apresentado.

22.05.2011  
Evania Freitas Guimarães Souza

☐ OLDAIR DOS SANTOS - TAB  
☐ MARISTELA SOUSA - PARANAÍBA - ESCRV  
☐ MÍSSE SOUSA CARVALHO - ESCRV  
☐ ANGELA DE CASTRO DOS SANTOS - ESCRV  
Evania Freitas Guimarães Souza  
ESCREVENTE



# ESTATUTO SOCIAL DA ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA E CULTURAL DE CAÇU



COMARCA DE CAÇU - ESTADO DE GOIÁS  
TABELIONATO 1º DE NOTAS  
A presente Fotocópia é reprodução  
Fiel do documento original que  
me foi apresentado.

22 DEZ. 2011

☒ GOLDACK MUSA DOS SANTOS - TAB  
☒ MARISTELA SOUSA C. PARAJIBA - ESCRV  
☒ MISSE SOUSA CARVALHO - ESCRV  
☒ ÂNGELA DE CASTRO DOS SANTOS - ESCRV

Evania Freitas Guimarães Souza

## CAPÍTULO I

### DA CONSTITUIÇÃO, DENOMINAÇÃO, SEDE E OBJETIVOS.

**Art. 1º - A ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA E CULTURAL DE CAÇU**, é uma sociedade civil, sem fins lucrativos, de defesa da cidadania, baseada nos princípios da solidariedade, do companheirismo, na cooperação e integração social, criada para atuar no âmbito distrital, abrangendo a comunidade natural formada pelos habitantes da cidade de Caçu-GO. É apartidária, não tem fins religiosos, sem discriminação de raça, sexo ou atividade econômica e profissional, é criada nesta data para organizar e congregar os grupos comunitários, objetivando a defesa dos interesses da comunidade e a exploração do serviço de radiodifusão comunitária. Para cumprir com eficiência a sua finalidade social, explorará também o serviço de radiodifusão comunitária, por ser um meio que lhe proporcionará alcançar o maior número de pessoas e viabilizará a discussão e o debate dos problemas que afeta a comunidade local, buscando a solução para esses problemas da comunidade. **São seus fundadores: Leonides Dolores Machado**, brasileiro, casado, agropecuarista, portador da C.I. nº. 298.822 SSP/GO e do CPF/MF nº. 016.700.261-91, residente e domiciliado na Faz. Matinha - Caçu-GO; **Sebastião Nunes Sousa**, brasileiro, casado, agropecuarista, portador da C.I. nº. 616.987 SSP/GO e do CPF/MF nº. 134.434.881-53, residente e domiciliado na Faz. Pinheiro - Caçu-GO; **Juarez Gama Filho**, brasileiro, casado, agropecuarista, portador da C.I. nº. 730.760 SSP/GO e do CPF/MF nº. 217.189.461-04, residente e domiciliado na Faz. Retiro - Caçu-GO e **Dezair Alves Pereira**, brasileiro, casado, agropecuarista, portador da C.I. nº. 746.145 SSP/GO e do CPF/MF nº. 350.534.451-68, residente e domiciliado na Faz. Caçu den. Retiro - município de Caçu-GO. **São membros da diretoria provisória:** para presidente o Sr. **Leonides Dolores Machado**, brasileiro, casado,





agropecuária, portador da C.I. nº 298.822 SSP/GO e do CPF/MF nº. 016.700.261-91, residente e domiciliado na Faz. Matinha - Caçu-GO; para vice-presidente o Sr. **Sebastião Nunes de Sousa**, brasileiro, casado, agropecuarista, portador da C.I. nº. 616.987 SSP/GO e do CPF/MF nº. 134.434.881-53, residente e domiciliado na Faz. Pinheiro - Caçu-GO; para secretário o Sr. **Juarez Gama Filho**, brasileiro, casado, agropecuarista, portador da C.I. nº. 730.760 SSP/GO e do CPF/MF nº. 217.189.461-04, residente e domiciliado na Faz. Retiro - Caçu-GO; e para tesoureiro o Sr. **Dezair Alves Pereira**, brasileiro, casado, agropecuarista, portador da C.I. nº. 746.145 SSP/GO e do CPF/MF nº. 350.534.451-68, residente e domiciliado na Faz. Caçu den. Retiro - município de Caçu-GO. **Conselho Comunitário:** o Sr. **Mauro Sebastião Guimarães**, brasileiro, casado, agropecuarista, portador da C.I. nº. 1.270.417 SSP/GO e do CPF/MF nº. 304.830.851-20, representante **Associação dos Produtores Rurais do Baú - ASPROBAÚ**, com endereço na Rod. Mun. CAW-2 km 14 a dir., zona rural, residente e domiciliado na Faz. Caçu den. Baú, Caçu-GO; o Sr. **Cirilo Alves de Lima Neto**, brasileiro, casado, agropecuarista, portador da C.I. nº. 2.217.274 SSP/GO e do CPF/MF nº 618.278.431-87, representante da **Associação dos Produtores Rurais do Varjão - ASPROVAR**, com endereço na Rod. Mun. CAW-1 Km 12 a esq., zona rural, residente e domiciliado na Faz. Varjão, Caçu-GO; o Sr. **Lasaro Nunes da Silva**, brasileiro, casado, agropecuarista, portador da C.I. nº 434.951 SSP/GO e do CPF/MF nº 124.704.221-91, representante da **Associação dos Produtores Rurais da Região da Guariroba - ASPRUGUAR**, com endereço na Rod. Mun. CAW-3 Km 15 a dir. a 01 Km, zona rural, residente e domiciliado na Faz. Guariroba, Caçu-GO; o Sr. **Paulo Sérgio de Sousa**, brasileiro, casado, agropecuarista, portador da C.I. nº 1.605.671 SSP/GO e do CPF/MF nº 245.219.141-87, representante da **Associação dos Produtores Rurais dos Córregos Alarcão e Cachoeirinha - 2 Córregos**, com endereço na Rod. Mun. CAW-2 Km 20 a esq. zona rural, residente e domiciliado na Faz. São José, Caçu-GO; o Sr. **Paulo César Guimarães**, brasileiro, solteiro, agropecuarista, portador da C.I. nº 1.032.540 SSP/GO e do CPF/MF nº 326.957.641-20, representante da **Associação dos Produtores Rurais da Região do Barreiro - ASPRUBAR**, com endereço na Rod. Mun. CAW-2 Km 26, zona rural, residente e domiciliado na Faz. Cervo den. Barreiro, município de Caçu-GO.

**PARÁGRAFO PRIMEIRO** - A exploração do serviço de Radiodifusão Comunitária, que dependerá de autorização do poder público competente, pela Associação, terá como objetivo:

I) dar oportunidade à difusão de idéias, elementos de cultura, tradições e hábitos sociais da comunidade;

II) oferecer mecanismos à formação e integração da comunidade, estimulando o lazer, a cultura e o convívio social;



III) prestar serviços de utilidade pública, integrando-se aos serviços de defesa civil sempre que necessário;

IV) contribuir para o aperfeiçoamento profissional nas áreas de atuação dos jornalistas e radialistas, de conformidade com a legislação profissional vigente;

V) permitir a capacitação dos cidadãos no exercício do direito de expressão da forma mais acessível possível.

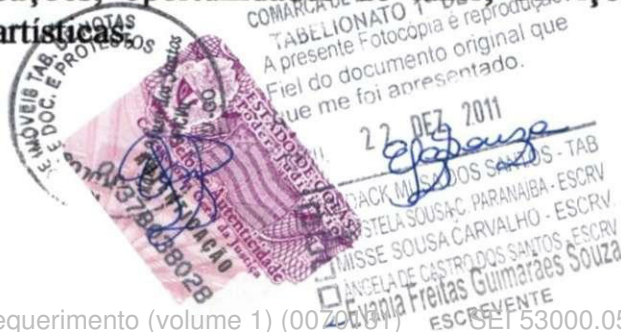
**PARÁGRAFO SEGUNDO** - O objetivo final da associação é o desenvolvimento das atividades e serviços que possam proporcionar à população local melhoria nas condições de vida e de trabalho, colocando à disposição dessa mesma comunidade as informações de interesse geral e de utilidade pública, especialmente sobre economia doméstica, abastecimento, preços e defesa do consumidor, saúde, educação, segurança, serviços básicos emergenciais, transportes, lazer, aperfeiçoamento profissional de recurso humanos, comunicação e desenvolvimento cultural e artísticos. A Associação terá duração indeterminada, com números ilimitados de sócios. E sua sede está localizada no endereço: **Rua Manoel Carneiro Guimarães, nº 699 - Bairro Morada dos Sonhos, CEP 75.813-000 - Caçu-GO.**

**Art. 2º** - Os objetivos sociais que fundamentam a constituição da Associação são os seguintes:

I) reunir cidadãos interessados, associados ou não para mobilizar forças políticas, econômicas e sociais no sentido de estudar e preservar as raízes culturais básicas da população, estimulando, especialmente nos jovens, a manifestação folclórica, artística e cultural;

II) criar e desenvolver mecanismos e instrumentos para promoção de obras culturais e manifestações artísticas de jovens e cidadãos que não disponham de recursos para desenvolver talentos e habilidades;

III) identificar, discutir e desenvolver soluções que atendam as demandas e carências de informação útil, concreta e prática, em caráter transitório ou permanente, das famílias residentes na comunidade, especialmente em questões fundamentais, como localização e preços de serviços de abastecimento, transportes, segurança, saúde, educação e aperfeiçoamento profissional, telecomunicações, oportunidades de lazer, serviços emergenciais e atividades culturais e artísticas.





IV) promover a integração social na comunidade, buscando formas para estabelecer um relacionamento de companheirismo, de solidariedade e cooperação entre os moradores do Município, estimulando a boa vontade e a ajuda mútua como instrumento para alcançar o bem-estar comum, fortalecendo a parceria com os serviços públicos nas situações de calamidades, epidemias, campanhas de defesa civil e nos esforços coletivos de defesa do interesse geral da sociedade;

V) fortalecer os laços institucionais entre os representantes políticos da comunidade e das demais organizações comunitárias em atividade e com outras associações, recolhendo e transmitindo experiências, informações e conhecimento no exercício das tarefas de defesa da cidadania, de encaminhamento de problemas de interesse coletivo e no desenvolvimento social, cultural e artísticos da sociedade comunitária;

VI) fomentar, em caráter permanente, o debate de questões fundamentais do país e da sociedade, estimulando o estudo, a pesquisa, a competição entre estudantes interessados, para ampliar a busca de informações sobre o regime democrático, os direitos e responsabilidades dos cidadãos o conhecimento das leis, da constituição, da estrutura política, da organização dos poderes, das políticas econômicas, das instituições sociais, fortalecendo o espírito de brasilidade, o respeito e a consideração para com os direitos individuais e coletivos, valorizando sobretudo, a condição de cidadania de brasileiros natos ou por adoção.

**PARÁGRAFO ÚNICO** - Para alcançar seus objetivos, a **Associação Comunitária e Cultural de Caçu** se habilitará junto ao Poder Concedente, na forma da lei que regula a matéria, devendo obedecer, uma vez autorizada a explorar esse serviço, na programação da Rádio, os seguintes princípios:

I) preferência a finalidade educativas, artísticas, culturais e informativas em benefício do desenvolvimento geral da comunidade;

II) promoção das atividades artísticas e jornalísticas na comunidade e da integração dos membros da comunidade atendida;

III) respeito aos valores éticos e sociais da pessoa e da família, favorecendo a integração dos membros da comunidade;

IV) não discriminação de raça, religião, sexo, preferências sexuais, convicções político-ideológico-partidárias e condição social nas relações comunitárias. Atuará de forma bastante ampla, realizando estudos, pesquisas, levantamentos; promovendo reuniões, encontros, debates, seminários, palestras, conferências, organizando cursos, treinamentos e qualificação de recursos humanos, estágios e



outra forma de aprendizado, publicando circulares, boletins, jornais; realizando programas especiais na Rádio Comunitária e até mesmo em televisão, tudo com o objetivo de incentivar o desenvolvimento, naturalmente observando as normas constitucionais, especialmente o disposto no art. 5º, inciso IX, da Constituição Federal.

## CAPÍTULO II

### DOS ASSOCIADOS: DIREITOS E DEVERES.

**Art. 3º** - Podem associar-se as pessoas físicas residentes ou que desenvolvam suas atividades profissionais econômicas na área compreendida pela comunidade residente no município de **Caçu-GO**, sem limitação número por família, por sexo, categoria econômica e social ou por condição de religião, raça ou ideologia político-partidária.

**PARÁGRAFO PRIMEIRO** - Só serão efetivados como associados que aceitarem as condições deste Estatuto, assinando-o como prova de concordância com as suas condições, podendo qualquer cidadão da comunidade beneficiada emitir opiniões sobre quaisquer assuntos abordados pela associação, bem como manifestar idéias, propostas, sugestões, reclamações ou reivindicações, desde que encaminhados ao Conselho Comunitário.

**PARÁGRAFO SEGUNDO** - Ao encaminhar sua inscrição, o candidato deverá preencher um cadastro básico, contendo informações e dados pessoais, profissionais e familiares.

**PARÁGRAFO TERCEIRO** - Os associados podem ser enquadrados nas seguintes categorias:

**FUNDADORES** - Os que participam das reuniões preliminares e/ou da assembléia de instalação da associação.

**CONTRIBUINTES** - Os que inscreverem após o encerramento do livro de fundação e mantenham suas contribuições e participação em dia.

**HONORÁRIOS** - Cidadãos que tenham prestado ou ainda prestem relevantes serviços à Associação ou à comunidade, ao Município, ao Estado e à Sociedade.

**Art. 4º** - São deveres inalienáveis e intransferíveis do associado:



COMARCA DE CAÇU - ESTADO DE GOIÁS  
TABELIONATO 1º DE NOTAS  
A presente Fotocópia é reprodução  
Fiel do documento original que  
me foi apresentado.

22 DEZ 2011

EVANIA FREITAS GUIMARÃES SOUZA  
ESCREVENTE



6  
6  
*[Handwritten signature]*

I) aceitar como seus, objetos fundamentais da Associação, buscando integrar-se devidamente nas tarefas assumidas pela coletividade, conhecendo, cumprindo e fazendo cumprir o Estatuto Social, o programa de atividades e as instruções da Diretoria aprovadas pelos Conselho ou Assembléia;

II) prestigiar, com sua presença, ou com representação, eventos ou atividades programadas, justificando, de alguma forma o não comparecimento especialmente quando lhe forem atribuídas tarefas e responsabilidade que envolvam outros associados ou que sejam básicas para a continuidade de trabalhos e atividades;

III) recolher com pontualidade as contribuições financeiras aprovadas nas Associações, indicando, a tempo quando não puder fazê-lo, para evitar contratempos à Diretoria no cumprimento de obrigações assumidas em nome da Associação.

**Art. 5º** - Ao Associado que infringir o Estatuto Social, as normas regimentais, os planos de atividades e as decisões aprovadas em Assembléias ou emitidas na forma do Estatuto pela Diretoria, poderão ser aplicadas as seguintes penalidades:

I) advertência por escrito, enviada para o endereço pessoal do Associado;

II) suspensão de suas atividades sociais por tempo determinado;

III) afastamento do quadro social.

**PARÁGRAFO PRIMEIRO** - O desligamento de um associado do quadro social só poderá ser aplicado após denúncia da secretaria ou da tesouraria, análise da Diretoria e consulta final ao Associado, ao qual será dado amplo direito de defesa.

**PARÁGRAFO SEGUNDO** - Será excluído automaticamente, sem necessidade de outros procedimentos, o associado que deixar de saldar seus compromissos financeiros pelo período de três meses consecutivos, podendo ser reintegrado caso liquide pendências financeiras e se disponha a retomar sua participação nas atividades associativas com a aprovação da Assembléia Geral.

### CAPÍTULO III

### DOS DIRIGENTES, DA ESTRUTURA E DO FUNCIONAMENTO.





Art. 6º - Só poderão ser eleitos dirigentes da Associação brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos, maiores, que mantenham residência na área da comunidade atendida.

Art. 7º - São legítimos Dirigentes:

**Presidente**

**Vice-Presidente**

**Secretário**

**Tesoureiro**

**Conselho Comunitário**

Art. 8º - Compete ao Presidente:

I) representar a **Associação Comunitária e Cultural de Caçu**, em todos os atos públicos, em juízo e fora dele;

II) presidir as reuniões da Diretoria e convocá-las para atos decorrentes das atividades associativas, e ainda presidir as Assembléias Extraordinárias, conferências, debates, palestras, reuniões, atividades públicas da Associação;

III) dar posse aos membros da Diretoria;

IV) contratar e admitir funcionários ou auxiliares da Associação, supervisionar quaisquer atividades da Entidade, assinar contratos, convênios, acordos e praticar atos de administração em geral, aceitar bens em comodato;

V) assinar com o secretário as atas de reuniões e assembléias, assinar com o tesoureiro os contratos que obriguem a **Associação Comunitária e Cultural de Caçu** a quaisquer ordem de pagamento ou movimentação de fundos sociais, inclusive cheques ou levantamento de depósitos e quaisquer espécie de título, cauções ordem de pagamento, previsão orçamentária, balanços, balancetes e relatórios financeiros.

**PARÁGRAFO ÚNICO** - O Presidente será substituído em seus impedimentos pelos seguintes Diretores em ordem: Vice-Presidente e Tesoureiro.

Art. 9º - Compete ao Vice-Presidente:





**I) auxiliar o Presidente em tarefas por ele designadas e substituí-lo na ordem precedente, desde que não haja algum impedimento de vital importância, o qual deverá ser manifestado por escrito;**

**II) representar a Associação na ausência do Presidente, em tarefas e funções de modo a não permitir interrupção nas atividades de rotina.**

**Art. 10º - Compete ao Secretário:**

**I) superintender os trabalhos da secretaria de forma eficiente para a boa organização da entidade;**

**II) organizar a pauta e ordem do dia das reuniões da Diretoria, e, das Assembléias;**

**III) responsabilizar-se pela guarda da arquivos da secretaria mantendo-o em dia, lavrar, subscrever as atas de reuniões da Diretorias, e, das Assembléias, fornecendo ao Presidente todos os dados solicitados sobre as atividades da entidade e do seu trabalho.**

**Art. 11º - Compete ao Tesoureiro:**

**I) assinar com o Presidente, cheques e todos os documentos financeiros, apresentar balancetes de demonstrativos de contas e relatórios financeiros anuais, inclusive com prestação de contas em forma contábil, arrecadar mensalidades, taxas e outras contribuições, pagar pontualmente os compromissos devidos pela entidade, manter os lançamentos com toda a clareza e arquivamento de comprovantes, fornecer ao presidente, quando solicitado, todos os dados referentes às suas atividades;**

**II) substituir o Presidente na ordem precedente.**

**Art. 12º - Compete ao Conselho Comunitário:**

**I) acompanhar a programação da Rádio Comunitária com vistas ao atendimento do interesse exclusivo da comunidade, exigindo a observância dos seguintes princípios:**

**a) preferência a finalidades educativas, artísticas, culturais e informativas em benefício do desenvolvimento geral da comunidade;**

**b) promoção das atividades artísticas e jornalísticas na comunidade, favorecendo a integração dos membros da comunidade atendida;**



9

c) respeito aos valores éticos e sociais da pessoa e da família, favorecendo a integração dos membros da comunidade atendida;

d) exigir que a programação não discrimine raça, religião, sexo, preferências sexuais convicções político-ideológico-partidárias e condição social nas relações comunitárias.

**PARÁGRAFO ÚNICO** - O Conselho Comunitário será composto por 05 (cinco) pessoas representantes de entidades locais, tais como: associações de classe, beneméritos, religiosos ou de moradores, desde que legalmente constituídas.

## **CAPÍTULO IV**

### **DISPOSIÇÕES GERAIS E PERMANENTES**

**Art. 13º** - O mandato da Diretoria Executiva será de cinco anos, com direito à reeleição ao cargo, quando não houver interessado.

**PARÁGRAFO ÚNICO** - Não será permitido o acúmulo de cargos, a remuneração de membros da Diretoria ou a utilização de bens, equipamentos, instalações ou propriedade da Associação por membros da Diretoria ou do Conselho.

**Art. 14º** - As mensalidades, cotas e contribuições especiais serão fixadas pela Assembléia, com proposta e aprovação da Diretoria Executiva.

**Art. 15º** - A Associação poderá outorgar direitos adquiridos, transferir bens, equipamentos, instalações, contratos, convênios, ou outros benefícios decorrentes de suas atividades, com autorização expressa para estes atos, aprovados em Assembléias Extraordinária, convocada para este fim, com o voto favorável de no mínimo 1/3 (um terço) dos associados em situação regular.

**PARÁGRAFO PRIMEIRO** - É vedada a transferência, a qualquer título, da autorização para exploração de Serviço de Radiodifusão Comunitária.

## **CAPÍTULO V**

### **DAS ELEIÇÕES**





10  
10  
SSCA  
31  
Comunicações

**Art. 16º** - Os sócios poderão votar para escolher seus representantes, desde estejam em perfeito gozo de seus direitos estatutários e em ordem com seus compromissos associativos.

**Art. 17º** - Somente poderão votar os filiados até 180 (cento e oitenta) dias antes da data das eleições.

**Art. 18º** - Somente poderão ser votados, os filiados até 12 (doze) meses antes da data das eleições, residentes no local onde se acha estabelecida a Associação, observadas as condições de elegibilidade estabelecidas no artigo 6º deste Estatuto.

**Art. 19º** - As chapas poderão inscrever-se até 60 (sessenta) dias antes das eleições, devendo apresentar os nomes de seus integrantes e seu programa.

**Art. 20º** - A Assembléia para as eleições será convocada por edital público no jornal de grande circulação no município sede da Associação.

**Art. 21º** - As eleições serão secretas, utilizando-se para a votação, cabinas indevassáveis, urnas e mesários, nos moldes das eleições majoritárias e proporcionais.

**Art. 22º** - As chapas inscritas poderão indicar 02 (dois) fiscais para acompanhar os trabalhos em cada local de votação.

**PARÁGRAFO ÚNICO** - Para tanto, as chapas deverão apresentar requerimento à secretaria da Associação até 30 (trinta) dias antes das eleições.

## **CAPÍTULO VI**

### **DAS DISPOSIÇÕES TRANSITÓRIAS**

**Art. 23º** - A Presidência poderá autorizar a Secretaria e a Tesouraria a convidar pessoas não filiadas à Associação para assessorá-las.

**Art. 24** - O atual estatuto poderá ser alterado por sugestão do Presidente, ou por maioria dos membros da Diretoria, que submeterá as eventuais mudanças à aprovação da Assembléia, comunicando ao Poder Concedente do serviço de Radiodifusão Comunitária, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados de sua efetivação, as alterações que tiverem sido processadas.

0137/B03800  
REG. DO MUNICÍPIO DE SANTOS  
TÍTULOS E DOC. E PROTOCOLOS  
22 DEZ 2011  
MARISTELA SOUSA - PARANÁ - TAB  
MISSE SOUSA CARVALHO - ESCRIV  
ANGELA DE CASTRO DOS SANTOS - ESCRIV  
Evanília Freitas Guimarães Souza  
ESCREVENTE

24



## CAPÍTULO VII

### DO PATRIMÔNIO SOCIAL

**Art. 25º** - A Associação Comunitária e Cultural de Caçu, poderá contar com os seguintes meios para garantir sua subsistência: contribuições regulares de filiados, subvenções, auxílios, doações, legados, rendas patrimoniais, contribuições de ajuda, arrecadações eventuais e quaisquer outros meios legais, arrecadação contributiva decorrentes de taxas sociais e apoio cultural de atividade de comunicação criadas pela Associação com base nos direitos legais, permitidos pela Constituição da República do Brasil.

**PARÁGRAFO ÚNICO** - Os valores das contribuições mensais e taxas de manutenção serão propostos pela diretoria conforme os critérios definidos e aprovados em Assembléia Geral específica.

**Art. 26º** - A Presidência poderá, a qualquer momento e tempo, requisitar prestação de serviços de terceiros, alheios à Associação, para o desempenho das atividades.

## CAPÍTULO VIII

### DA ASSEMBLÉIA GERAL

**Art. 27º** - A Assembléia Geral é o órgão soberano da Associação e se reunirá ordinariamente ou extraordinariamente, nos casos estabelecidos neste estatuto:

- a) uma hora antes do início dos trabalhos deverá ser colocado à mesa o livro de presença, onde sócios lançarão suas assinaturas;
- b) os trabalhos serão abertos pelo Presidente da Associação que solicitará à Assembléia a indicação e aprovação de um sócio para presidir-la, o qual assumirá imediatamente as suas funções e convidará um associado para secretariá-lo;
- c) o Presidente da Assembléia, além do seu voto de sócio terá também o voto de desempate, exceto quando se tratar de eleição;





d) as votações nas Assembléias gerais poderão ser simbólicas, nominais, secretas ou por aclamação;

e) a ata dos trabalhos, lavrada pelo secretário, será assinada pelos componentes da mesa e por três sócios escolhidos pela Assembléia.

**Art. 28º** - A Assembléia Geral Ordinária reunir-se-á, uma vez por ano, no mês de outubro.

**Art. 29º** - São atribuições da Assembléia Geral:

I) examinar e aprovar ou não, as contas da Diretoria, o balanço social, e os demais atos administrativos;

II) eleger, no devido tempo, os membros da Diretoria e do Conselho Comunitário;

III) destituir, quando assim o exigirem, os interesses da Associação, um ou mais membros da Diretoria e, ou do Conselho Comunitário, mediante o voto concorde de no mínimo 1/3 (um terço) dos Associados fundadores e efetivos, convocados para esta finalidade em Assembléia Geral Extraordinária;

IV) promover imediata substituição e pelo prazo restante do mandato, dos membros destituídos, na forma do item III deste artigo;

V) deliberar sobre os demais assuntos constantes da Ordem do Dia.

**Art. 30º** - A Assembléia Geral Extraordinária se reunirá sempre que convocada pela diretoria, pelo Conselho ou 1/3 (um terço), no mínimo dos associados, deliberando sobre assuntos que tiverem motivado a convocação.

**Art. 31º** - As Assembléias Gerais, tanto ordinária quanto extraordinária, serão convocadas com antecipação de 15 (quinze) dias, mediante Edital a ser afixado na sede social e nas repartições, além de comunicação por carta a todos associados em dia com suas obrigações, com aviso de recebimento com antecedência mínima de 05 (cinco) dias.

**Art. 32º** - A Assembléia Geral deliberará, validamente, com a presença pessoal, ou através de procuração da maioria dos associados.

**PARÁGRAFO PRIMEIRO** - A Assembléia Geral deliberará pela maioria de seus membros, cabendo um voto a cada Associado, presente ou representado.



**PARÁGRAFO SEGUNDO** - Só poderá votar, o sócio que estiver quite com a Tesouraria.

**PARÁGRAFO TERCEIRO** - Os sócios beneméritos poderão participar das Assembléias, sem direito a voto, podendo, entretanto, opinar, sugerir e debater a Ordem do Dia.

**Art. 33º** - Na falta do comparecimento à Assembléia Geral de Associados que constitua a maioria social, se reunirá ela, em segunda convocação, uma hora após a primeira convocação e deliberará com qualquer número de associados presentes.

## **CAPÍTULO IX**

### **DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

**Art. 34º** - Os casos omissos serão resolvidos pela Assembléia Geral, ouvido previamente a Diretoria da entidade.

**Art. 35º** - O presente estatuto entra em vigor nesta data.

**Art. 36º** - Os filiados não respondem subsidiariamente pelas obrigações sociais.

**Art. 37º** - A Associação, que terá tempo de duração ilimitado, somente será extinta por deliberação da maioria absoluta dos associados em Assembléia Geral convocada especificamente para tratar desse assunto, na forma prevista neste Estatuto.

**PARÁGRAFO PRIMEIRO** - No caso de extinção desta Associação o patrimônio será incorporado ao de uma Associação congênere estabelecida no Município ou Estado, observada sempre esta ordem de indicação. Não havendo estabelecimentos nas condições indicadas, o patrimônio será devolvido às pessoas jurídicas de direito público mencionadas no parágrafo único do artigo 22 do Código Civil, excetuando, em qualquer dessas situações, a outorga da autorização para a execução do serviço de Radiodifusão, cuja destinação será definida pelo Poder Concedente.

**Art. 38º** - Este Estatuto somente poderá ser modificado por decisão da maioria absoluta dos associados em Assembléia convocada para esse fim.



Caçu - GO, 09 de novembro de 1998.



*Leonides Dolores Machado*  
**Leonides Dolores Machado**  
Presidente

*Sebastião Nunes de Sousa*  
**Sebastião Nunes de Sousa**  
Vice-Presidente

*Juarez Gama Filho*  
**Juarez Gama Filho**  
Secretário

*Dezair Alves Pereira*  
**Dezair Alves Pereira**  
Tesoureiro

**CONSELHO COMUNITÁRIO:**

*Mauro Sebastião Guimarães*  
**Mauro Sebastião Guimarães**

*Cirilo Alves de Lima Neto*  
**Cirilo Alves de Lima Neto**

*Lasaro Nunes da Silva*  
**Lasaro Nunes da Silva**

*Paulo Sérgio de Sousa*  
**Paulo Sérgio de Sousa**

*Paulo César Guimarães*  
**Paulo César Guimarães**

COMARCA DE CAÇU - ESTADO DE GOIÁS  
- INDEBILITADO 1º DE NOTAR  
A presente Fotocópia é reprodução  
Fiel do documento original que  
que me foi apresentado.

22 DEZ 2011

- ☐ OLDAK NUNES DOS SANTOS - TAB
  - ☐ MARISTELA SOUSA PARANABA - ESCRV
  - ☐ MISSE SOUSA CARVALHO - ESCRV
  - ☐ ANGELA DE CASTRO DOS SANTOS - ESCRV
- Evania Freitas Guimarães Souza*  
ESCREVENTE

Reconheço, por semelhança, as assinaturas de Leonides Dolores Machado, Sebastião Nunes de Sousa, Juarez Gama Filho, Dezaíre Alves Pereira, Mauro Sebastião Guimarães, Cirilo Alves de Lima Neto, Lásaro Nunes de Silva, Paulo Sérgio de Sousa e Paulo César Guimarães, posto que análogas às constantes do arquivo deste Cartório, do que dou fé. ....

Caçu, 07 de dezembro de 1.998

Em ttº Nunes da verdade

Nes Nunes Guimarães  
2.º Tab. e Oficial

Cartório do 2.º Ofício e Anexos  
Nes Nunes Guimarães  
TABELÃO  
Clarice M. Guimarães  
ESCR. JUR.  
Marta Luisa G. Peres  
ESCR. JUR.  
CAÇU - GOIÁS

### C E R T I D ã O

Certifico que o presente Estatuto foi protocolado sob o nº 2.106, às fls. 145 do livro A-Protocolo.

Registrado sob o nº 083, às fls. 158 do livro "A", de Registro de Pessoas Jurídicas, por extrato. Dou fé.

CAÇU, 07 de dezembro de 1998

Nes Nunes Guimarães  
2.º Tab. e Oficial

COMARCA DE CAÇU - ESTADO DE GOIÁS  
A presente Fotocópia é reprodução  
Fiel do documento original que  
que me foi apresentado.

22 DEZ 2011

☐ OLDACK M. DOS SANTOS - TAB  
☐ MARISTELA SOUSA PARANÁ - ESCRV  
☐ MISSE SOUSA CARVALHO - ESCRV  
☐ ANGELA DE CASTRO DOS SANTOS - ESCRV  
Evania Freitas Guimarães Souza  
ESCREVENTE



Cartório do 2.º Ofício e Anexos  
Nes Nunes Guimarães  
TABELÃO  
Clarice M. Guimarães  
ESCR. JUR.  
Marta Luisa G. Peres  
ESCR. JUR.  
CAÇU - GOIÁS



**ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA E CULTURAL DE CAÇU**

**ATA DA ELEIÇÃO DA DIRETORIA 2008/2010.**

“Ata dos trabalhos da mesa apuradora das eleições para a Diretoria; Conselho Fiscal e Conselho Comunitário, da Associação Comunitária e Cultural de Caçu-GO, realizadas às 21:00 (vinte e uma) horas, do dia 31 (trinta e um) do mês de julho de 2.008, na sede da Rádio Morada dos Sonhos, situada na Rua Manoel Carneiro Guimarães, nº 699, Setor Morada dos Sonhos, Caçu-GO; sob a Presidência do Sr. Jair Nunes de Freitas, e como Secretária a Senhora Marcela Raquel Paula de Freitas, designados previamente pela diretoria, instalou-se a Mesa Apuradora de Votos da eleição realizada em 1ª (primeira) convocação, conforme edital, no dia 31 (trinta e um) de julho, para provimento dos cargos da Diretoria e dos Conselhos desta Associação. Ao iniciar os trabalhos, após cumprir as formalidades de costume, o Presidente da mesa mandou que fosse conferida a folha de votação, a fim de constatar a existência de “quorum” de lei, tendo comparecido e votado 22 (vinte e dois) associados votantes.; sendo que todos os votantes. Constada a integralidade da urna, foi então aberta dando-se início à contagem dos votos. Continha na urna única 22 (vinte e duas) cédulas. Feita a apuração obteve-se o seguinte resultado: Por unanimidade (22 votos) a chapa única foi eleita que é composta da seguinte forma: Diretoria Efetiva: Presidente: Nely de Castro Moraes; Vice Presidente: Plínio Silva; 1º Secretário: Wagner Vicente da Silva; 2º Secretário: Donizete Guimarães; 1º Tesoureiro: João Batista Costa Nascimento; 2º Tesoureiro: Welington Tavares Paranaíba. Conselho Fiscal – Membros Efetivos: Ubaldino Cardoso Pereira; José da Fonseca Peres; José Divino Guimarães; Membros Suplentes: Celmi Tavares Paranaíba; Ivair Antonio Freitas Guimarães; Carlos Humberto de Moura. Conselho Comunitário: Associação dos Moradores do Loteamento São Paulo; ASPROCAÇU; Sindicato Rural de Caçu; Associação Ana Custódia de Jesus; Arraial dos Amigos. Não houve protesto ou ocorrência especial, e nada mais havendo atratar, deu o Sr. Presidente da Mesa por encerrada a reunião, da qual lavrei esta ATA, que após lida e aprovada por todos os presentes, será legalmente assinada pelos componentes da Mesa Apuradora. (assinado) Marcela Raquel Paula de Freitas; Jair Nunes de Freitas e Uander Nelson Alves de Freitas.”

Caçu(GO):, 15 agosto de 2008.

  
Nely de Castro Moraes  
Presidente

  
Wagner Vicente da Silva  
Secretário



REGISTRO DE PESSOAS JURÍDICAS,  
TÍTULOS E DOCUMENTOS  
CACU - GOIÁS

Protocolado sob o n.º 3.580 às fls. 243 do livro A

Registrado sob o n.º 2.764 às fls. 126 do livro 0-5

de registro integral de títulos, documentos e outros papéis.

Cacú, 18 de agosto de 2008

*Noé Nunes Guimarães*

Noé Nunes Guimarães

2.º Tab. e Oficial



COMARCA DE CACU - ESTADO DE GOIÁS  
TABELIONATO 1.º DE NOTAS  
A presente Fotocópia é reprodução  
Fiel do documento original que  
me foi apresentado.

CACU, 22 DEZ. 2011

- ☐ OLDACK M. DOS SANTOS - TAB
- ☐ MARISTELA SOUSA C. PARANAIBA - ESCRV
- ☐ MISSE SOUSA CARVALHO - ESCRV
- ☐ ÂNGELA DE CASTRO DOS SANTOS - ESCRV

✓ Evania Freitas Guimarães Souza  
ESCREVENTE





## ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE CAÇU

### ATA DA ELEIÇÃO DA DIRETORIA DE 2010/2012



Ata dos trabalhos da mesa apuradora das eleições para a diretoria, Conselho Fiscal e Suplentes da Associação Comunitária e Cultural de Caçu – Go, (realizada) digo, encerrada às 17:00 hs do dia 30 do mês de Julho de 2010, na Sede da Rádio Morada dos Sonhos, situada a Rua Manoel Carneiro Guimarães, nº. 699, Setor Morada dos Sonhos em Caçu – Go, sobre a Presidência do senhor Jair Nunes de Freitas, e como secretária, eu Marcela Raquel Paula de Freitas e para escrutinadores o senhor Júnior César Oliveira Borges e a senhorita Elidarc Rosa Lima, designados previamente pela diretoria. Instalou-se a mesa apuradora de votos da Eleição, realizada em 1º (primeira) convocação, conforme edital, no dia 30 (trinta) de julho de 2010, para provimento dos cargos da diretoria e dos conselhos desta associação. Ao iniciar os trabalhos, após cumprir as formalidades de costume, o presidente da mesa mandou que fosse conferida a folha de votação, afim constatar a existência de “quorum” de lei, tendo comparecido e votado 21 (vinte e um) associados, sem nenhuma obtenção de votos nulos ou brancos. Constatada a integralidade da urna, foi então aberta dando-se início à contagem dos votos, continham na urna única 21 (vinte e uma) cédulas, feita a apuração obteve-se o seguinte resultado. Por unanimidade (21) votos, a chapa única foi eleita e é composta da seguinte forma: Diretoria eleita, presidente Wagner Vicente da Silva; vice-presidente Wellington Tavares Paranaíba; 1ª Secretária: Fátima Mª da Cunha Rodrigues; 2ª secretário: Carlos Humberto de Moura; 1º tesoureiro: João Batista Costa Nascimento; 2º tesoureiro: Nely de Castro Moraes. Conselho Fiscal: Membros eleitos: Dezair Alves Pereira, Leonides Dolores Machado e José Divino Guimarães. E seus suplentes: Luís Carlos da Silva Gonçalves, Altivo Domingos de Freitas, Divino Nunes Moreira. Não houve protesto ou ocorrência especial, e nada mais havendo a tratar, deu o senhor Presidente da mesa por encerrada a reunião, da qual lavrei esta ATA, que após lida e aprovada por todos os presentes, será legalmente assinada pelos componentes da mesa apuradora.

  
**Wagner Vicente da Silva**  
(Presidente)

  
**Fátima Maria da Cunha Rodrigues**  
(secretária)



**REGISTRO DE PESSOAS JURÍDICAS,  
TÍTULOS E DOCUMENTOS**  
CA U - GOIÁS

Protocolado sob o nº 4.818 às fls. 314 do livro A  
Protocolado sob o nº 3.040 às fls. 91 do livro B-6  
Registro integral de títulos, documentos e outros papéis.

Ca9 u. 12 de agosto de 2010

**Alvaro Machado Nunes**  
Sub. Oficial: Ad. Substituto

COMARCA DE SÃO PAULO - ESTADO DE SÃO PAULO  
TABELIONATO 1º DE NOTAS  
A presente Fotocópia é reprodução  
Fiel do documento original que  
me foi apresentado.

22 DE 2011  
CARTIL

- ☐ OLDACK MULLER DOS SANTOS - TAB
  - ☐ MARISTELA SOUSA CARVALHO - ESCRIV
  - ☐ MISSE SOUSA CARVALHO - ESCRIV
  - ☐ ANGELA DE CASTRO DOS SANTOS - ESCRIV
- Evania Freitas Guimarães Souza**  
ESCREVENTE







## ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA E CULTURAL DE CAÇU

Rádio Morada dos Sonhos FM 87,9

[www.moradadossonhosfm.com.br](http://www.moradadossonhosfm.com.br)

*"DA COMUNIDADE PARA A COMUNIDADE"*

Entidade comunitária, sem fins lucrativos conf. Lei nº 9.612/98 e de utilidade pública municipal Lei nº 1667/2010.

CNPJ Nº 02.896.548/0001-97 – FONE 64-3656-1499 – Email: [moradadossonhos@hotmail.com](mailto:moradadossonhos@hotmail.com)

Rua Manoel Carneiro Guimarães, nº 699 – Bairro Morada dos Sonhos – CEP 75813-000 – Caçu – Goiás

## DECLARAÇÃO

Eu, WAGNER VICENTE DA SILVA, brasileiro, casado, residente e domiciliado na Cidade de Caçu, Estado de Goiás, À Rua Neca Borges, 464, Centro, portador do CNPF Nº 077.218.461-53 e do RG-GO. Nº 234.881, na qualidade de representante legal da Associação Comunitária e Cultural de Caçu e em atendimento à Norma nº 01/20011, declaro que:

- a emissora não veicula nenhuma publicidade, ficando ressalvados os casos de apoio cultural;
- a emissora reserva um percentual mínimo de 5% (cinco por cento) de tempo de sua programação para a transmissão de conteúdos noticiosos, de acordo com o que estabelece o art. 67, 3, do Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963; e
- a emissora cumpre a finalidade constitucional de promover a cultura nacional e regional, assim como do estímulo mínimo à produção independente em relação ao conteúdo veiculado, nos moldes do artigo 221, II, da Constituição Federal.

Por ser verdade, firmo a presente declaração.

Caçu, 03 de janeiro de 2012.

  
Wagner Vicente da Silva

Presidente



Comunicação  
39  
33

## **ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA E CULTURAL DE CAÇU**

**Rádio Morada dos Sonhos FM 87,9**

**[www.moradadossonhosfm.com.br](http://www.moradadossonhosfm.com.br)**

**"DA COMUNIDADE PARA A COMUNIDADE"**

Entidade comunitária, sem fins lucrativos conf. Lei nº 9.612/98 e de utilidade pública municipal Lei nº 1667/2010.

CNPJ Nº 02.896.548/0001-97 – FONE 64-3656-1499 – Email: [moradadossonhos@hotmail.com](mailto:moradadossonhos@hotmail.com)

Rua Manoel Carneiro Guimarães, nº 699 – Bairro Morada dos Sonhos – CEP 75813-000 – Caçu – Goiás

## **DECLARAÇÃO**

Eu, WAGNER VICENTE DA SILVA, brasileiro, casado, residente e domiciliado na Cidade de Caçu, Estado de Goiás, À Rua Neca Borges, 464, Centro, portador do CNPF Nº 077.218.461-53 e do RG-GO. Nº 234.881, na qualidade de representante legal da Associação Comunitária e Cultural de Caçu e em atendimento à Norma nº 01/20011, declaro que:

- 1) O Sr. Júnior César Oliveira Borges é o responsável pela área editorial e
- 2) O Sr. Jair Nunes de Freitas é o responsável pela direção de programação.
- 3) Que ambos são brasileiros natos.

Por ser verdade, firmo a presente declaração.


Caçu, 03 de janeiro de 2012.

  
Wagner Vicente da Silva  
Presidente




REPUBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

GOVERNO DO ESTADO DE GOIÁS  
DIRETORIA GERAL DA POLÍCIA CIVIL  
INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO



POLEGAR DIREITO



ASSINATURA DO TITULAR

*Junior Cesar O. Borges*

CARTEIRA DE IDENTIDADE

VALIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

REGISTRO GERAL 4649983

DATA DE EXPEDIÇÃO 17/AGO/2001

NOME JUNIOR CESAR OLIVEIRA BORGES

FILIAÇÃO DONIZETE DIVINO BORGES  
MARIA APARECIDA DE OLIVEIRA BORGES

CACU-GO

NATURALIDADE

13/MAR/1986  
DATA DE NASCIMENTO

LOC ORIGEM C.NAS. 4696 FLS. 276-V L. A-06 CACU-GO EM  
10/10/1989

CPF 27171973

ASSINATURA DO DIRETOR

LEI Nº 7.116 DE 29/08/83

*Ass. Comunicação*  
*Fis. 40*  
*Rubrica*

MINISTÉRIO DA FAZENDA  
Secretaria da Receita Federal

**CPF**

Cadastro de Pessoas Físicas

Número de Inscrição  
**007.702.081-26**

Nome  
**JUNIOR CESAR OLIVEIRA BORGES**

Nascimento  
**13/03/1986**



Cartão de uso pessoal e intransferível.  
Deve ser apresentado junto com um documento de identidade.

Emissão  
MAI/2002

**BANCO DO BRASIL**

M. das Comunicações  
Fls.: 41  
Rúbrica: H. C. S.

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

ESTADO DE GOIÁS  
SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA  
DIVISÃO DE IDENTIFICAÇÃO

REGISTRO GERAL 425.253

NOME: JAIR NUNES DE FREITAS  
FILIAÇÃO: João Nunes de Freitas e Querubina Aparecida de Freitas  
CAGU.CO. 25/ setembro/ 1950  
NATURALIDADE: CAGU.CO. 08/ outubro/ 1973.

VALIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

VALIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

ASSINATURA DO PORTADOR

POLEGAR DIREITO

VALIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

MINISTÉRIO DA FAZENDA  
SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL  
COORDENAÇÃO DO SISTEMA DE INFORMAÇÕES ECONÔMICO-FISCAIS

CARTÃO DE IDENTIFICAÇÃO DO CONTRIBUINTE

DOCUMENTO COMPROBATÓRIO DE INSCRIÇÃO NO CADASTRO DE PESSOAS FÍSICAS

VÁLIDO EM TODO TERRITÓRIO NACIONAL

SINATURA DO CONTRIBUINTE: *Jair Nunes de Freitas*

CIC

NASCIMENTO: 25.09.50

INSCRIÇÃO NO CPF: 130 437 141 72

CONTRIBUINTE: JAIR NUNES DE FREITAS

SECRETÁRIO DA RECEITA FEDERAL





Comunicações  
42  
SSCM

## ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA E CULTURAL DE CAÇU

Rádio Morada dos Sonhos FM 87,9

[www.moradadossonhosfm.com.br](http://www.moradadossonhosfm.com.br)

"DA COMUNIDADE PARA A COMUNIDADE"

Entidade comunitária, sem fins lucrativos conf. Lei nº 9.612/98 e de utilidade pública municipal Lei nº 1667/2010.

CNPJ Nº 02.896.548/0001-97 – FONE 64-3656-1499 – Email: [moradadossonhos@hotmail.com](mailto:moradadossonhos@hotmail.com)

Rua Manoel Carneiro Guimarães, nº 699 – Bairro Morada dos Sonhos – CEP 75813-000 – Caçu – Goiás

## CONVOCAÇÃO

O presidente da Associação Comunitária e Cultural de Caçu – Rádio Morada dos Sonhos FM, vem nos termos do artigo 13, inciso II, letra a, do Estatuto, convocar o Conselho Comunitário para reunir extraordinariamente dia 08 de dezembro, às 18:00 horas, na sede da entidade, para analisar a Grade de Programação da emissora e emitir relatório resumido, atendendo disposição da legislação em vigor.

Caçu, 29 de novembro de 2011.

-Wagner Vicente da Silva-

Presidente

01

02

03

04

05



## ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA E CULTURAL DE CAÇU

Rádio Morada dos Sonhos FM 87,9

[www.moradadossonhosfm.com.br](http://www.moradadossonhosfm.com.br)

*"DA COMUNIDADE PARA A COMUNIDADE"*

Entidade comunitária, sem fins lucrativos conf. Lei nº 9.612/98 e de utilidade pública municipal Lei nº 1667/2010.

CNPJ Nº 02.896.548/0001-97 – FONE 64-3656-1499 – Email: [moradadossonhos@hotmail.com](mailto:moradadossonhos@hotmail.com)

Rua Manoel Carneiro Guimarães, nº 699 – Bairro Morada dos Sonhos – CEP 75813-000 – Caçu – Goiás

## CONSELHO COMUNITÁRIO

### RELATÓRIO ANUAL DE 2011

Nós abaixo assinados, membros do Conselho Comunitário da Associação Comunitária e Cultural de Caçu – Rádio Morada dos Sonhos FM, atendendo a legislação em vigor, emitimos o seguinte Relatório (parecer) sobre a programação da emissora durante o exercício 2011, bem como dos seus dez (10) anos de existência:

2011 – Mesmo com as dificuldades financeira e de estrutura física, a programação da emissora cumpriu a sua missão de Rádio da Comunidade durante todo o ano, atentando para os assuntos e atividades de interesse da Cidade e do Município de Caçu. Prestou apoio incondicional a todas as entidades co-irmãs (sem fim lucrativo) do município, proporcionando a divulgação de suas atividades afim e um desenvolvimento maior das mesmas. Este parecer não é embasado somente na grade de programação, mais especialmente no acompanhamento da programação da emissora.

2001/2011 - Foram dez (10) anos de lutas, de dificuldades, de altos e baixos como de quase toda entidade filantrópica, porém de bons serviços prestados à comunidade caçuense.

Sugerimos à Diretoria para 2012 que estude a possibilidade legal, técnica e financeira de criar uma programação dominical para cobrir atividades estudantis diretamente de suas escolas.

Sendo este o relatório, assinamos o mesmo em duas vias para que uma delas seja encaminhada ao Ministério das Comunicações como determina a legislação.

Caçu, 08 de dezembro de 2011.





**Dezair Alves Pereira**

**Sindicato Rural de Caçu**



**Antonio Carlos de Souza**

**Associação Ana Custódia de Jesus**



**Sílvio Henrique Ferreira**

**Associação dos Moradores do Setor São Paulo**



**Vilsonil Rodrigues de Oliveira**

**Associação dos Produtores Rurais do Ribeirão do Caçu – ASPROCAÇU**



**Zoraida Vilella de Oliveira Guimarães**

**Associação Arraial dos Amigos**



**Wagner Vicente da Silva**

**Associação Comunitária e Cultural de Caçu**



# ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA E CULTURAL DE CAÇU

Rádio Morada dos Sonhos FM 87,9

CNPJ Nº 02896548/0001-97 – FONE 64-3656-1499 – E-mail: [moradadossonhos@hotmail.com](mailto:moradadossonhos@hotmail.com)

Rua Manoel Carneiro Guimarães, nº 699 – CEP 75813-000 – Caçu – Goiás

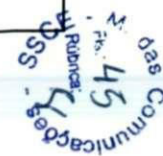
## GRADE DE PROGRAMAÇÃO - SEGUNDA A SÁBADO

<u>HORÁRIO</u>	<u>PROGRAMA</u>	<u>LOCUTOR</u>	<u>DESCRIÇÃO DO PROGRAMA</u>
05:00	GOIÁS CABOCLO	NATAIR PURCENA	1. PROGRAMA VOLTADO ÀS RAÍZES, DIRECIONADO AO PÚBLICO EM GERAL, ESPECIALMENTE ÀS PESSOAS MAIS IDOSAS; 2. NOTÍCIAS DO CAMPO; 3. COTAÇÕES AGROPECUÁRIAS; 4. VALORIZAÇÃO DA MÚSICA RAIZ; 5. PROMOÇÃO DA CULTURA REGIONAL E NACIONAL; 6. ENTREVISTAS DE INTERESSE DA COMUNIDADE.
08:00	BOM DIA CIDADE	MICHELE GUIMARÃES	1. PROGRAMA VOLTADO A TODOS OS PÚBLICOS; 2. INFORME DE NOTÍCIAS EM GERAL COM ENFOQUE NAS LOCAIS; 3. NOVELAS; 4. HORÓSCOPO; 5. ENTREVISTAS DE INTERESSE DA COMUNIDADE.
08:00	APENAS NA QUINTA-FEIRA	ESPAÇO ESPÍRITA	1. ESPAÇO VOLTADO À EXPOSIÇÃO DA RELIGIÃO ESPÍRITA.
10:30	MOMENTO ESPORTIVO	DESPORTISTAS DA CIDADE	1. PROGRAMA VOLTADO ÀS NOTÍCIAS DO ESPORTE, ESPECIALMENTE ÀS DA CIDADE; 2. INCENTIVO À PRÁTICA DE ESPORTES E EXERCÍCIOS; 3. VALORIZAÇÃO DO ESPORTE LOCAL, AMADOR E PROFISSIONAL.
11:00	CRISTO EM SEU LAR	ESPAÇO EVANGÉLICO	1. ESPAÇO VOLTADO À EXPOSIÇÃO DA RELIGIÃO EVANGÉLICA.
13:00	CONEXÃO DIRETA	JÚNIOR CÉSAR	1. PROGRAMA VOLTADO A TODOS OS PÚBLICOS; 2. INFORME DE NOTÍCIAS EM GERAL COM ENFOQUE NAS LOCAIS;
16:00	TARDE TOTAL	JAIR NUNES	1. PROGRAMA VOLTADO AO PÚBLICO SERTANEJO; 2. INFORME DE NOTÍCIAS EM GERAL COM ENFOQUE NAS LOCAIS;
19:00	VOZ DO BRASIL		
20:00	BALADA 87	WALAFFE ALVES	1. PROGRAMA VOLTADO A TODOS OS PÚBLICOS; INFORME DE NOTÍCIAS EM GERAL COM ENFOQUE NAS LOCAIS;

39

*Júlio César P. Borges*  
*Presidente da Associação*

*Wagner Vicente da Silva*  
Presidente Rádio Morada dos Sonhos







**ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA E CULTURAL DE CAÇU**

**Rádio Morada dos Sonhos FM 87,9**

CNPJ Nº 02896548/0001-97 – FONE 64-3656-1499 – E-mail: [moradadossonhos@hotmail.com](mailto:moradadossonhos@hotmail.com)

Rua Manoel Carneiro Guimarães, nº 699 – CEP 75813-000 – Caçu – Goiás

**GRADE DE PROGRAMAÇÃO - DOMINGO**

<u>HORÁRIO</u>	<u>PROGRAMA</u>	<u>LOCUTOR</u>	<u>DESCRIÇÃO DO PROGRAMA</u>
05:00	GOIÁS CABOCLO	NATAIR PURCENA	1. PROGRAMA VOLTADO ÀS RAÍZES, DIRECIONADO AO PÚBLICO EM GERAL, ESPECIALMENTE ÀS PESSOAS MAIS IDOSAS; 2. NOTÍCIAS DO CAMPO; 3. COTAÇÕES AGROPECUÁRIAS; 4. VALORIZAÇÃO DA MÚSICA RAIZ; 5. PROMOÇÃO DA CULTURA REGIONAL E NACIONAL; 6. ENTREVISTAS DE INTERESSE DA COMUNIDADE.
07:00	DOMINGO NA FEIRA	NATAIR PURCENA	1. PROGRAMA REALIZADO DIRETAMENTE DA FEIRA LIVRE DE CAÇU, CRIADO COM O OBJETIVO DE INCENTIVAR, DIVULGAR E VALORIZAR A PRODUÇÃO DOS PEQUENOS PRODUTORES RURAIS; 2. DIVULGAÇÃO ESPECIAL DA MÚSICA REGIONAL.
08:00	CANTA CAÇU	ALCEU PURCENA	1. PROGRAMA REALIZADO SEMANALMENTE COM A PARTICIPAÇÃO DE CANTORES DA TERRA; 2. PROMOÇÃO DA CULTURA REGIONAL; 3. OPORTUNIDADE AOS CANTORES AMADORES DE MOSTRAREM SEU TRABALHO; 4. ESTÍMULO À PRODUÇÃO INDEPENDENTE.
09:00	MISSA EM SEU LAR	ESPAÇO CATÓLICO	1. ESPAÇO VOLTADO À EXPOSIÇÃO DA RELIGIÃO CATÓLICA.
10:00 ÀS 00:00	AUTOMAÇÃO		

*finião b. o. Borge*  
*João Alves de Freitas*

*Wagner Vicente da Silva*  
Presidente Rádio Morada dos Sonhos





## ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA E CULTURAL DE CAÇU

Rádio Morada dos Sonhos FM 87,9

CNPJ Nº 02896548/0001-97 – FONE 64-3656-1499 – E-mail: [moradadossonhos@hotmail.com](mailto:moradadossonhos@hotmail.com)

Rua Manoel Carneiro Guimarães, nº 699 – CEP 75813-000 – Caçu – Goiás

## REALIZAÇÃO DE EVENTOS CULTURAIS

SABADÃO CULTURAL

ENCONTRO DE VIOLEIROS DO EXTREMO SUDOESTE GOIANO

## COBERTURA DE EVENTOS CULTURAIS E TURÍSTICOS

CAVALGADA EXPO CAÇU


EXPO CAÇU

ARRAIAL DOS AMIGOS

FESTA DA APAE

CAÇU FESTIVAL CULTURAL E TURÍSTICO

FESTA DE NOSSA SENHORA APARECIDA

*Wagner Vicente da Silva*  
*Wagner Vicente da Silva*  
  
Wagner Vicente da Silva  
Presidente Rádio Morada dos Sonhos





**ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA E CULTURAL DE CAÇU**

Rádio Morada dos Sonhos FM 87,9

CNPJ Nº 02896548/0001-97 – FONE 64-3656-1499 – E-mail: [moradadossonhos@hotmail.com](mailto:moradadossonhos@hotmail.com)

Rua Manoel Carneiro Guimarães, nº 699 – CEP 75813-000 – Caçu – Goiás

## INSERÇÕES DE UTILIDADE PÚBLICA ENTRE 2001 E 2011

PEDIDOS DE EMPREGO	853
ANÚNCIOS DE OFERTAS DE EMPREGOS	13.520
NOTAS DE FALECIMENTO	9.572
CAMPANHAS SÓCIOEDUCATIVAS*	46.270

- \* CAMPANHA ANTIDROGAS
- \* CAMPANHA CÂNCER COLO DE ÚTERO.
- \* CAMPANHA CÂNCER DE MAMA;
- \* CAMPANHA CONTRA CORRUPÇÃO;
- \* CAMPANHA JOGUE LIXO NO LIXO;
- \* CAMPANHA CONTRA A DENGUE;
- \* CAMPANHA ALEITAMENTO MATERNO;
- \* CAMPANHA CONTRA VIOLÊNCIA DA MULHER.
- \* CAMPANHA DST's
- \* e várias outras.

*Wagner Vicente da Silva*

*Wagner Vicente da Silva*  
**Wagner Vicente da Silva**  
Presidente Rádio Morada dos Sonhos

49  
Comunicações  
5501

## RELAÇÃO DOS SÓCIOS

NOME	CNPJ	RG	TELEFONE
ALTIVO DOMINGOS DE FREITAS	094.912.951-87	594.9449SSPGO	8426-0120
CARLOS HUMBERTO DE MOURA	104.623.978-31	2305587SSPGO	3656-1777
CELMÍ TAVARES PARANAIBA	124.701.201-87	0.944753SSPMG	3656-1482
DEZAIR ALVES PEREIRA	350.534.451-68	746.145SSPGO	9208-7103
DIVINO NUNES MOREIRA	160.009.201-49	445.927SSPGO	3656-1238
DONIZETH GUIMARÃES	130.439.511-15	425.295SSPGO	3656-1304
EDMILSON JOSÉ DE FREITAS	421.895.001-68	000.406.872SSPMT	3656-1018
EUCLIDES DA SILVA BERARDO	307.177.288-20	7.998.539SSPSP	3656-2403
FÁTIMA M. DA CUNHA RODRIGUES	597.401.241-00	2209149/2DGPCGO	3656-1306
GILSON DA FONSECA PEREZ	122.590.986-49	532.267SSPGO	3656-1004
INÁCIO DA FONSECA PEREZ	054.546.031-04	292952/2DGPCGO	3656-1425
JESUSMAR NUNES DA SILVA	435.769.236-91	1.193.759SSPGO	9643-0068
JOÃO BATISTA COSTA NASCIMENTO	220.159.901-78	1.187.181SSPGO	9967-3115
JOSÉ DA FONSECA PEREZ	041.487.381-53	154195-2ª via SSPGO	3656-1106
JOSÉ DIVINO GUIMARÃES	127.952.161-91	616.99997-2ª via GO	3656-1286
JOSÉ LUZIA VIEIRA	077.228.181-53	294.243SSPGO	8447-0603
JUAREZ GAMA FILHO	217.189.461-04	730.760-2ª via SSPGO	8135-2883
LEONIDES DOLORES MACHADO	016.700.261-91	298.822-2ª via SSPGO	9963-7405
LUIZ CARLOS DA SILVA GONÇALVES	363.943.001-87	2.308.369SSPGO	3656-1419
NELY DE CASTRO MORAIS	370.135.721-87	2.302.417SSPGO	3656-1551
PLÍNIO SILVA	044.588.261-15	137.240SSPGO	9968-5257
SEBASTIÃO NUNES SOUSA	134.434.881-53	616.987-2ª via GO	9963-7231
SÉRGIO CÂNDIDO DE CASTRO	288.286.741-72	1.446.052SSPGO	3656-1278
UBALDINO CARDOSO PEREIRA	157.857.851-53	434.959-2ª via GO	3656-2176
VALKDELÍCIO FERNANDES DE SOUSA	011.958.241-49	376.457--2ª via SSPGO	3656-1935
VANY NUNES DE FREITAS JÚNIOR	933.454.881-91	3.652.451DGPCGO	9643-0054
WAGNER VICENTE DA SILVA	077.218.461-53	234.881SSPGO	3656-1038
WELLINGTON TAVARES PARANAIBA	253.038.721-49	1.609.158SSPGO	3656-1656

  
Wagner Vicente da Silva  
Presidente Radio Morada dos Sonhos

42



# LAUDO DE VISTORIA TÉCNICA – RENOVAÇÃO DE OUTORGA

## MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica  
Departamento de Outorga de Serviços de Comunicação Eletrônica  
Rádio Comunitária

### IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE

#### DENOMINAÇÃO SOCIAL

A S S C O M U N I T A R I A E C U L T U R A L D E C A Ç U

#### DENOMINAÇÃO SOCIAL (CONTINUAÇÃO)

#### CGC

0 2 8 9 6 5 4 8 0 0 0 1 9 7

#### DENOMINAÇÃO DE FANTASIA

Portaria de Autorização nº \*\* de de Publicada no D.O.U de de de

Decreto Legislativo nº 496 de de Publicado no D.O.U de 06 de 12 de 2001

### 1. LOCALIZAÇÃO DA SEDE DA ENTIDADE

#### LOGRADOURO

R U A M A N O E L C A R N E I R O G U I M A R A E S N 6 9 9

#### BAIRRO

#### CIDADE

C E N T R O C A Ç U

#### CIDADE (CONTINUAÇÃO)

#### UF

#### COORDENADAS GEOGRÁFICAS

G O 1 8 ° 5 9 ' 5 2 " S 5 1 ° 0 8 ' 3 4 " W

- A sede da entidade encontra-se a menos de 1km do sistema irradiante?

NÃO ☐

SIM ☒

### 2. LOCALIZAÇÃO DO TRANSMISSOR E SISTEMA IRRADIANTE

#### LOGRADOURO

#### BAIRRO

#### CIDADE

#### CIDADE (CONTINUAÇÃO)

#### UF

#### COORDENADAS GEOGRÁFICAS

- São as mesmas coordenadas que constam na última licença expedida?

NÃO ☒

SIM ☐

- É o mesmo endereço que consta na última licença expedida?

NÃO ☐

SIM ☒

### 3. LOCALIZAÇÃO DO ESTÚDIO (Caso o estúdio não se encontre no local do

sistema irradiante especifique como será feita a ligação entre o estúdio e o sistema irradiante no campo 8. "Outras informações de interesse")

#### LOGRADOURO

R U A M A N O E L C A R N E I R O G U I M A R A E S N 6 9 9

#### BAIRRO

#### CIDADE

C E N T R O C A Ç U

Wagner Vicente da Silva  
Presidente Rádio Morada dos Sonhos

Engº Alexandre Momenak  
CREA nº 10941/GO

CIDADE (CONTINUAÇÃO) UF COORDENADAS GEOGRÁFICAS

#### 4. TRANSMISSOR PRINCIPAL

FABRICANTE  
M O N T E L S I S T E M A S D E C O M U N I C A T O R I A L  
MODELO POTÊNCIA DE FABRICA Nº HOMOLOGAÇÃO  
M T F M 9 8 0 2 5 , 0 watts 0 4 6 1 0 0 - 0 3 1 2  
POTÊNCIA DE OPERAÇÃO POTÊNCIA MEDIDA  
2 3 , 0 watts 2 3 , 0 watts  
FREQUENCIA DE OPERAÇÃO FREQUENCIA MEDIDA  
8 7 , 9 MHz 8 7 , 9 MHz

#### 5. TRANSMISSOR AUXILIAR (se houver)

FABRICANTE  
MODELO POTÊNCIA DE FABRICA Nº HOMOLOGAÇÃO  
POTÊNCIA DE OPERAÇÃO POTÊNCIA MEDIDA  
watts watts  
FREQUENCIA DE OPERAÇÃO FREQUENCIA MEDIDA  
MHz MHz

- Os dados dos transmissores são os mesmos dados  
que constam na última licença expedida?

NÃO ☐ SIM ☒

#### 6. SISTEMA IRRADIANTE - ANTENA/TORRE

FABRICANTE DA ANTENA MODELO  
A U A D C O R R E Q U I E L E T L T D A D P O D B  
GANHO max (Gt) ALTURA EM RELAÇÃO AO SOLO ALTURA DA TORRE ALTITUDE DO LOCAL  
0 0 , 0 28 , 0 m 0 0 2 8 , 0 m 0 4 7 3 , 0 m

- Os dados do sistema irradiante são os mesmos que constam na última licença  
expedida?

NÃO ☐ SIM ☐

#### 7 - LINHA DE TRANSMISSÃO


FABRICANTE MODELO  
K M P C A B O S C O X I A I S R G - 2 1 3  
COMPRIMENTO(L) ATENUAÇÃO EM 100 m (AL) PERDAS NA LINHA (PL) EFICIÊNCIA DA LINHA (η)  
3 0 , 0 m 0 6 , 3 dB 0 0 1 , 9 dB 0 , 6 4

Perdas na linha (PL) =  $L_{\text{AL}}$

100

Eficiência da linha (η) =  $10^{-\frac{(PL)}{10}}$

10

  
Wagner Vicente da Silva  
Presidente Rádio Morada dos Sonhos

  
Engº Alexandre Mombuca  
CREA nº 1034/D-00



# 8 - OUTRAS INFORMAÇÕES DE INTERESSE

\*\* Ato nº 19.600 da Anatel publicado no DOU de 10/10/2001

Os valores das coordenadas geográficas foram atualizadas via GPS citado no item 9 deste laudo.

# 9- INSTRUMENTOS EMPREGADOS NA VISTORIA:

Frequencímetro marca: Digimax, modelo D1200, serie nº 907409  
 GPS marca: Garmin / Calculadora marca: HP modelo 32S- RPN Scientific  
 Watímetro marca: BIRD, modelo 43, serie nº 275098  
 Analizador de Espectro marca: HP, modelo 8595E, serie nº 3543\*01686

# 10 - DADOS DO ENGENHEIRO PROJETISTA

## NOME COMPLETO

A L E X A N D R E M O M O T U K

## ENDEREÇO

R U A 8 8 N º 7 1 0

## ENDEREÇO (CONTINUAÇÃO)

S E T O R S U L

## BAIRRO

## CIDADE

G O I A N I A G O

## UF

## REG.CREA

1 0 3 4 D G O

## FORMAÇÃO

E N G E N H E I R O E L E T R I C I S T A

## CEP

7 4 0 8 5 - 0 1 0

## TELEFONE

6 2 - 3 2 4 1 4 3 0 3

## FAX

6 2 - 3 2 8 1 2 0 0 6

## E-MAIL

M O M O T U K S A C H A @ H O T M A I L . C O M

## LOCAL

G O I A N I A

## DATA


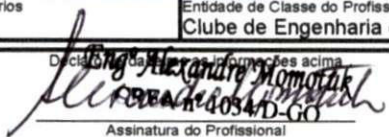
/ 0 1 / 2 0 1 2

## ASSINATURA

  
 Wagner Vicente da Silva  
 Presidente Rádio Morada dos Sonhos

3  
 Engº Alexandre Momofuk  
 CREA nº 1034/D-CE

Arquivo das Comunicações  
Folha: 52  
Rúbrica: 55

 <b>CREA-GO</b> Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de Goiás Rua 239 nr. 585, St. Universitário/Goiânia-Goiás - CEP: 74605-070 - PABX: (62) 3221-6200 ART - Anotação de Responsabilidade Técnica - Lei Federal n. 6.496/77		Número ART 00000365 2012 004397 10 Boleto: 0112004584 www.crea-go.org.br atendimento@crea-go.org.br	
<b>CONTRATADO</b>			
1 - Título do Profissional ENG.ELETRICISTA E DE SEG.DO TRABALHO		2 - Nome do Profissional ALEXANDRE MOMOTUK	
		3 - Carteira 1034/D-GO	
11 - Empresa Contratada -X-X-X-X-X-X-X-X-X-X-X-X-X-X-X-X			
<b>CONTRATANTE</b>			
20 - Nome do Contratante da Obra/Serviço Associação Comunitaria e Cultural de Caçu			
21 - Endereço Rua Manoel Carneiro Guimaraes nº 699	22 - Bairro Centro	23 - Cidade Caçu	24 - UF GO
25 - CEP 75805000	26 - Fone	27 - CPF/CGC 02896548000197	
<b>DADOS DA OBRA/SERVIÇO</b>			
28 - Nome do Proprietário da Obra/Serviço Associação Comunitaria e Cultural de Caçu		47 - Coordenada Geográfica da Obra/Serviço, em UTM (X): 0 (Y): 0	
29 - Endereço da Obra/Serviço Rua Manoel Carneiro Guimaraes nº 699	30 - Bairro Centro	31 - Cidade CACU	32 - UF GO
33 - CEP 75805000	34 - Fone	35 - CPF/CGC 02896548000197	
<b>TIPO DE ART</b> Normal		<b>PARTICIPAÇÃO</b> Individual	
		<b>VINCULAÇÃO</b> Vinculada à ART n. do Profissional	
<b>ATIVIDADE</b> 05 - LAUDO TÉCNICO	<b>NÍVEL</b> 1 - ATUACAO	<b>DESCRIÇÃO DO TRABALHO</b> B0109 - RADIODIFUSAO	<b>QUANTIDADE</b> 1,0045 - UNIDADES
45 - Resumo do Contrato Elaboração de laudo de vistoria da Radio Comunitaria da Associação Comunitaria e Cultural de Caçu com a finalidade de renovação de outorga junto ao Ministerio das Comunicações de acordo com a portaria MC nº 462 de 14/10/2011.			
46 - Descrição Complementar elaboração de Laudo de Vistoria			
Valor da Obra/Serviço 300,00	Valor dos Honorários 300,00	Entidade de Classe do Profissional Clube de Engenharia de Goiás	Taxa a Recorrer 40,00
Local e Data da Assinatura do Contrato Goiânia, 09 de janeiro de 2012.		Declaro verdadeira as informações acima  Assinatura do Profissional CPF: 058.321.521-15	
		Assinatura do Contratante CPF/CGC: 02896548000197 Autenticação Mecânica	
Este documento anota perante o CREA-GO, para os efeitos legais, o contrato escrito ou verbal realizado entre as partes			

Loterias CAIXA

CAIXA ECONÔMICA FEDERAL

GUINIA: sorteios de segunda-feira a sábado, Ap

012-822972207-0

2/JAN/2012

HORA DE 11:16:03

LOT. 08.15605-3

TERM 011101

LOCALIDADE: CACU

AG. VINCULADA: 0954

COMPROVANTE PAGAMENTO DE  
BLOQUETO BANCOS

DATA DE VENCIMENTO: 08/02/2012

VALOR DO PAGAMENTO: 40,00

0019000009 01450552011  
12004504186 2 52370000004000

Disque CAIXA - 0800 726 0101

Ouvidoria da CAIXA - 0800 725 7474  
Reclamações, sugestões e elogios

www.caixa.gov.br

012-822972207-0

VIA DO CLIENTE



## LAUDO DE ENSAIO

Comunicação  
53  
H  
SSC

### 1) Interessado:

a) Nome: ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA E CULTURAL DE CAÇU

b) Endereço completo: Rua Manuel Carneiro Guimarães nº 699 – Centro, Caçu – Goiás.

### 2) Ensaio

a) Motivo: renovação de outorga

b) Endereço completo de onde foi realizado: Rua Manoel Carneiro Guimarães nº 699- Centro, Caçu – Goiás

c) Data em que foi realizado: 22/12/2011

### 3) Fabricante:

a) Nome: Montel Sistemas de Comunicação Limitada

b) Endereço: Rua João de Paula Franco, nº 469 São Paulo –SP

### 4) Função do transmissor:

Principal

### 5) Medições:

#### 5.1) Frequência:

a) Nominal: 87,9 mHz

b) medida em ambiente normal: 87,902 mHz

c) variação máxima de frequência observada durante 60 min de funcionamento na temperatura ambiente: 87,902 mHz

#### 5.2) Resposta de audiofrequencia para:

MONO		ESTEREO	
50 Hz	2	50 Hz	2
100 Hz	1	100 Hz	1
400 Hz	0	400 Hz	0
1000 Hz	0	1000 Hz	0
5000 Hz	0	5000 Hz	1,5
7500 Hz	0	7500 Hz	1,5
10000 Hz	1,5	10000 Hz	1
15000 Hz	1	15000 Hz	0

  
Wagner Vicente da Silva  
Presidente Rádio Morada dos Sonhos

01  
Engº Alexandre M. Motuk  
CREA nº 1034/D-GO

Zero % de modulação no caso de MONO e 100% de modulação para estereofonia.

5.3) Nível de ruído da portadora (FM) em relação a 100 % de modulação:

Menor que 55dB

5.4) Nível de Ruído da portadora (AM) em relação a 100% de modulação:

Menor que 60 dB

5.5) Atenuação de harmônicos espúrias: melhor que 3%

5.6) Potencia de saída: com os valores da corrente (1,0 Amp) e tensão (23 Volts) determinamos a potencia de saída pela formula:

$$P=VI (W)= 23 \text{ Watts}$$

6) Informações específicas para estereofonia

6.1) Gerador de estério:

Fabricante e modelo: O equipamento Montel possui uma placa interna que desempenha a função de gerador de estério.

6.2) Medições:

6.2.1) Frequencia de subportadora piloto:

a) Medida: 19.000 Hz

b) Variação máxima da frequência em 60 min de funcionamento na temperatura ambiente: +/- 1,5 Hz

6.2.2) Limites das variações das percentagens de modulação da portadora principal pela subportadora piloto: 10% do desvio Maximo

6.2.3) Separação estereofônica nas frequências de 50, 100, 1000, 5000, 7500, 10000, e 15000 Hz: melhor que 42 dB

7) Informações específicas para canais secundários: prejudicado

8) Observações visuais no transmissor:

8.1) Placa de identificação:

Montel Sistemas de Comunicação LTDA

HOM 53500001254/00 Cod 046100-xxx0312

Potencia de saída 25 watts nº de serie 085 modelo MTFM 98

8.2) Medidores de estagio final de RF: prejudicado

  
Wagner Vicente da Silva  
Presidente Rádio Morada dos Sonhos

02  
Engº Alexandre Momtuf  
CREA nº 1034/D-GO



8.3) Existencia de tomadas de RF para:

a) modulação: sim

b) frequencia: sim

8.4) Existencia de dispositivos de segurança pessoal:

O transmissor tem seus circuitos montados em chassi com placas todas acondicionadas numa caixa metálica com tratamento anticorrosivo e aterrada.

8.5) Existencia de dispositivos do transmissor:

O equipamento possui fusível térmico interno e sensor de temperatura montado no dissipador do estagio de saída.

9) Declarações:

9.1) Declaração do profissional habilitado:

Declaro serem verdadeiras todas as informações constantes deste Laudo, obtidas mediante ensaio por mim realizado, pessoalmente, no transmissor a que se refere. O presente Laudo consta de folhas, todas numeradas e rubricadas com a rubrica *Au* de que faço uso.

Local e Data: Goiania, 09 de janeiro de 2012.

Nome: Alexandre Momotuk

Nº de registro no CREA: 1034DGO

*Alexandre Momotuk*  
Engº Alexandre Momotuk  
CREA nº 1034/D-GO

9.2) Parecer Conclusivo:

Para os fins previstos declaro que o transmissor de frequência modulada a que se refere este Laudo de Ensaio, na data em que foi realizado atendia à Regulamentação aplicável.

Local e data: Goiania, 09 de janeiro de 2012.

Nome: Alexandre Momotuk]

Nº registro do CREA: 1034DGO

*Alexandre Momotuk*  
Engº Alexandre Momotuk  
CREA nº 1034/D-GO

9.3) Declaração do Interessado:

Na qualidade de representante legal da ASSOCIAÇÃO COMUNITARIA E CULTURAL DE CAÇU, DECLARO que o Sr Alexandre Momotuk esteve no endereço abaixo no dia 29/12/2011 ensaiando o transmissor de frequência modulada, fabricado por Montel Sistemas de Comunicação LTDA, modelo MTFM 98 nº de serie 085 com potencia nominal (ou de operação conforme o caso) de 0,025 kW.

Local do ensaio: Rua Manoel Carneiro Guimarães nº 699- Centro, Caçu – Goiás

*Wagner Vicente da Silva*  
Wagner Vicente da Silva  
Presidente Radio Morada dos Sonhos

*Engº Alexandre Momotuk*  
Engº Alexandre Momotuk  
CREA nº 1034/D-GO

Nome:

Cargo que exerce na entidade:

9.4) instrumental utilizado:

Frequencimetro: Marca Digimax, modelo D1200, serie n° 907409

GPS: marca, Garmin modeloTrex Legenda H

Calculadora: marca HP, modelo 32S – RPN Scientific

Watímetro: marca Bird, modelo 43 nº de serie 275098

Analizador de espectro: marca HP, modelo 8595E, serie nº 3543A01685

Gerador de áudio: marca Pantex modelo 3405

Multímetro eletrônico: marca Leander, modelo LV.77


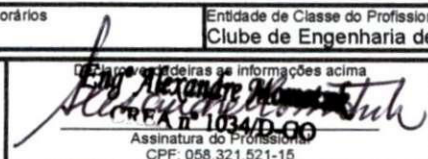

Osciloscópio: marca Elenco, modelo S-1325

### 9.5) Anotação de Responsabilidade Técnica em anexo

  
**Wagner Vicente da Silva**  
Presidente Rádio Morada dos Sonhos

Eng<sup>o</sup> Alexandre Momtuk  
CREA n° 1034/D-CC



 <b>CREA-GO</b> Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de Goiás Rua 239 nr. 585, St. Universitário/Goiânia-Goiás - CEP: 74605-070 - PABX: (62) 3221-6200 ART - Anotação de Responsabilidade Técnica - Lei Federal n. 6.496/77						Número ART 00000365 2012 004389 10 Boleto: 0112004576 <a href="http://www.crea-go.org.br">www.crea-go.org.br</a> atendimento@crea-go.org.br							
<b>CONTRATADO</b>													
1 - Título do Profissional <b>ENG. ELETRICISTA E DE SEG.DO TRABALHO</b>						2 - Nome do Profissional <b>ALEXANDRE MOMOTUK</b>				3 - Carteira <b>1034/D-GO</b>			
11 - Empresa Contratada <b>-X-X-X-X-X-X-X-X-X-X-X-X-X-X-X-X-X-X-X-X-X-</b>													
<b>CONTRATANTE</b>													
20 - Nome do Contratante da Obra/Serviço <b>Associação Comunitaria e Cultural de Caçu</b>													
21 - Endereço <b>Rua Manoel carneiro Guimaraes nº 699</b>				22 - Bairro <b>Centro</b>				23 - Cidade <b>Caçu</b>				24 - UF <b>GO</b>	
25 - CEP <b>75805000</b>				26 - Fone				27 - CPF/CGC <b>02896548000197</b>					
<b>DADOS DA OBRA/SERVIÇO</b>													
28 - Nome do Proprietário da Obra/Serviço <b>Associação Comunitaria e Cultural de Caçu</b>								47 - Coordenada Geográfica da Obra/Serviço, em UTM <b>(X): 0    (Y): 0</b>					
29 - Endereço da Obra/Serviço <b>Rua Manoel Carneiro Guimaraes N° 699</b>				30 - Bairro <b>Centro</b>				31 - Cidade <b>CACU</b>				32 - UF <b>GO</b>	
33 - CEP <b>75805000</b>				34 - Fone				35 - CPF/CGC <b>02896548000197</b>					
<b>Tipo de Art</b>		<b>Participação</b>				<b>Vinculação</b>							
Normal		Individual				Vinculada à ART n. _____ do Profissional							
<b>Atividade</b>		<b>Nível</b>		<b>Descrição do Trabalho</b>				<b>Quantidade</b>		<b>Unidade</b>			
05 - LAUDO TECNICO		1 - ATUACAO		B0109 - RADIODIFUSAO				1,00		45 - UNIDADES			
45 - Resumo do Contrato Elaboração de Laudo de ensaio do transmissor Montel Modelo MTFM 98 para a Associação Comunitaria e Cultural de Caçu com a finalidade de renovação da outorga junto ao Ministério das Comunicações.													
46 - Descrição Complementar <b>elaboração de Laudo de ensaio</b>													
Valor da Obra/Serviço <b>300,00</b>				Valor dos Honorários <b>300,00</b>				Entidade de Classe do Profissional <b>Clube de Engenharia de Goiás</b>				Taxa a Recolher <b>40,00</b>	
Local e Data da Assinatura do Contrato  <b>Goiânia, 09 de janeiro de 2012</b>				Declaro verdadeiras as informações acima  Assinatura do Profissional CPF: 058.321.521-15				Declaro verdadeiras as informações acima x  Assinatura do Contratante CPF/CGC/02896548000197 Autenticação Mecânica					
Este documento anota perante o CREA-GO, para os efeitos legais, o contrato escrito ou verbal realizado entre as partes													

50

**CAIXA ECONÔMICA FEDERAL**

**QUINA:** sorteios de segunda-feira a sábado, Ap

**012-822972210-0**

---

**02/JAN/2012** **HORA DF 11:16:55**

---

**OT. 08.15605-3** **TERM 011101**

**LOCALIDADE: CACU**

**CG. VINCULADA: 0954**

**COMPROVANTE PAGAMENTO DE**  
**BLOQUETO BANCOS**

**DATA DE VENCIMENTO: 08/02/2012**

**VALOR DO PAGAMENTO: 40,00**

<b>08190000009</b>	<b>01450552011</b>
<b>12004576182</b>	<b>1 52370000004000</b>

**Disque CAIXA - 0800 726 0101**

**Ouvitoria da CAIXA - 0800 725 7474**

**Reclamações, sugestões e elogios**

**www.caixa.gov.br**

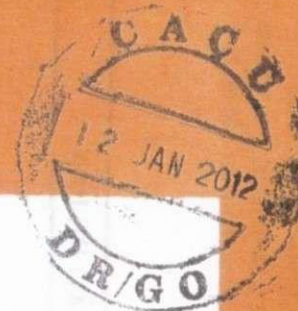
**012-822972210-0**

**IA DO CLIENTE**



Fis.: 50  
Rúbrica  
SSC  
Integridade



Ao Senhor

**Dr. OCTÁVIO PENNA PIERANTI**

Departamento de Outorga de Serviços

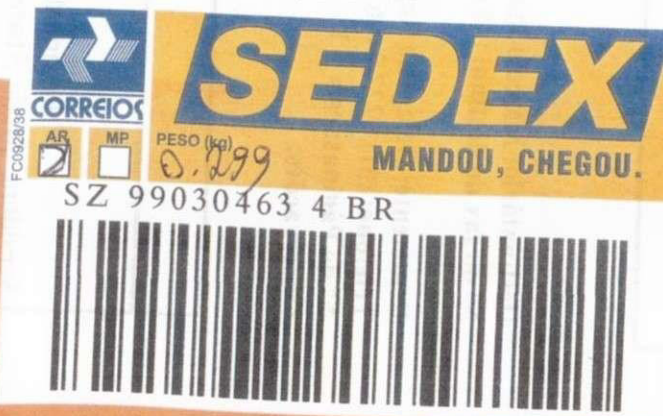
Secretaria de Serviços de Comunicações Eletrônica

Ministério das Comunicações

Esplanada dos Ministérios, Bloco R, Ed. Anexo Ala Oeste, sala 300

70044-900 - BRASÍLIA - DF

"RENOVAÇÃO DE OUTORGA"





(ETIQUETA OU CARIMBO MP)

**ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA E CULTURAL DE CAÇU**

**Rua Manoel Carneiro Guimarães, 699 – Bairro Morada dos Sonhos**

**75813-000 – Caçu - Goiás**



**MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES**  
**SECRETARIA DE SERVIÇOS DE RADIODIFUSÃO**  
**DEPARTAMENTO DE OUTORGA DE SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO**  
**ROTEIRO DE TRIAGEM E SELEÇÃO DE RADCOM**

Fls. 59  
Rubrica  
SCE-M. das Comunicações

**Identificação do Processo**

Número: 53000.052021/11 Localidade/UF: Cacu/GO  
Entidade: ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA E CULTURAL DE CAÇU  
Aviso: 0 Publicação: 01/01/2000 Prazo: 01/01/2000 Canal:

**Processo**

1.	A Entidade é uma:	Associação																														
2.	Requerimento de Solicitação?	Sim																														
fls. 10																																
3.	A Entidade tem por objetivo a execução de Serviço de Radiodifusão?	Sim																														
fls. 14																																
4.	O Estatuto e Atas estão registrados no órgão competente?	Não																														
Estatuto Social (fls. 14-19) - registrado no Livro "B" de Títulos e Documentos. OBS: Ata de Assembléia Geral para alteração estatutária (fls. 20) - devidamente registrada. Ata de Eleição (fls. 37) - devidamente registrada																																
5.	Os Estatutos ou Atos Constitutivos da entidade atendem o Art 11º da Lei nº 9.612?	Sim																														
6.	Comprovante de que obteve o assentimento prévio do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República?	Não se Aplica																														
7.	Manifestações de apoio à iniciativa, formulada por entidades associativas e comunitárias, legalmente constituídas e sediadas na área retendida para a prestação do Serviço ou, no caso de localidades cuja área urbana estiver circunscrita a um círculo com raio menor ou igual a 3,5 Km, sediadas na área urbana da localidade, firmada por pessoas naturais ou jurídicas que tenham residência, domicílio ou																															
8.	Declaração, assinada pelo representante legal, constando, se for o caso, a denominação de fantasia da entidade?																															
9.	Declaração, assinada pelo representante legal da entidade, de que todos os dirigentes residem na área da comunidade a ser atendida pela estação ou na área urbana da localidade, conforme o caso?	Não																														
10.	Declaração, assinada pelo representante legal, de que a entidade não é prestadora de qualquer modalidade de Serviço da Radiodifusão, inclusive comunitária, ou de qualquer serviço de distribuição de canais de televisão mediante assinatura, bem como de que a entidade não tem como integrante de seus quadros de sócios e de administradores pessoas que, nestas condições participem de outra entidade detentora de outorga para a execução de qualquer dos serviços mencionados?	Não																														
11.	Nº de Inscrição no CNPJ(CGC)?	Sim																														
02.896.548/0001-97 (fls. 13)																																
12.	Quadro Diretivo da Associação ou Fundação	Mandato: 2 anos, art. 12 Validade: 30/07/2012																														
	<table border="1" style="width: 100%; border-collapse: collapse;"><thead><tr><th>Nome do Dirigente</th><th>CPF</th><th>Cargo</th><th>Maioridade / Emancipação</th><th>Nacionalidade</th><th>Declaracao</th></tr></thead><tbody><tr><td>Wagner Vicente da Silva</td><td>111.111.111-11</td><td>Presidente</td><td>Não</td><td>Não</td><td>Não</td></tr><tr><td>Wellington Tavares Paranaíba</td><td>222.222.222-22</td><td>Vice Presidente</td><td>Não</td><td>Não</td><td>Não</td></tr><tr><td>Fátima Maria da Cunha Rodrigues</td><td>333.333.333-33</td><td>1ª Secretária</td><td>Não</td><td>Não</td><td>Não</td></tr><tr><td>Carlos humberto de Moura</td><td>444.444.444-44</td><td>2º Secretário</td><td>Não</td><td>Não</td><td>Não</td></tr></tbody></table>	Nome do Dirigente	CPF	Cargo	Maioridade / Emancipação	Nacionalidade	Declaracao	Wagner Vicente da Silva	111.111.111-11	Presidente	Não	Não	Não	Wellington Tavares Paranaíba	222.222.222-22	Vice Presidente	Não	Não	Não	Fátima Maria da Cunha Rodrigues	333.333.333-33	1ª Secretária	Não	Não	Não	Carlos humberto de Moura	444.444.444-44	2º Secretário	Não	Não	Não	
Nome do Dirigente	CPF	Cargo	Maioridade / Emancipação	Nacionalidade	Declaracao																											
Wagner Vicente da Silva	111.111.111-11	Presidente	Não	Não	Não																											
Wellington Tavares Paranaíba	222.222.222-22	Vice Presidente	Não	Não	Não																											
Fátima Maria da Cunha Rodrigues	333.333.333-33	1ª Secretária	Não	Não	Não																											
Carlos humberto de Moura	444.444.444-44	2º Secretário	Não	Não	Não																											



**MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES**  
**SECRETARIA DE SERVIÇOS DE RADIODIFUSÃO**  
**DEPARTAMENTO DE OUTORGA DE SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO**  
**ROTEIRO DE TRIAGEM E SELEÇÃO DE RADCOM**

**Identificação do Processo**

Número: 53000.052021/11 Localidade/UF: Cacu/GO  
Entidade: ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA E CULTURAL DE CAÇU  
Aviso: 0 Publicação: 01/01/2000 Prazo: 01/01/2000 Canal:

Nome do Dirigente	CPF	Cargo	Maioridade / Emancipação	Nacionalidade	Declaracao
João Batista Costa Nascimento	555.555.555-55	1º Tesoureiro	Não	Não	Não
Nely de Castro Moraes	666.666.666-66	2º Tesoureiro	Não	Não	Não

Relação de associados - fls. 49. OBS: Na relação de associados encaminhada a entidade não mencionou o endereço de residência dos sócios.  
Comprovantes de residência - não constam  
Certidões criminais - não constam  
fiel cumprimento - não consta

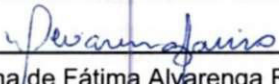
**13. Conclusão da Análise**

A entidade deverá cumprir as seguintes exigências:

1) alterações estatutárias; nova ata de eleição; comprovação do registro do Estatuto Social; comprovantes de maioridade e nacionalidade dos dirigentes, bem como os comprovantes de residência; fiel cumprimento; declarações referentes às alíneas "f.1" e "f.2" do subitem 8.1 da NC 01/2011; certidões criminais; relação de associados.

É o Relatório.

À Consideração Superior.

  
Vilma de Fátima Alvarenga Fanis  
(Analista)

24

LDE 4º 52021/11 - REN

SSCE-M. das Comunicações  
Fls. 60  
Rubrica



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES  
BRASÍLIA - DF

53000 047631/2012-09

SEAPA/SCE

12/10/2012-08:07

**ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA E CULTURAL DE CAÇU**

**Rádio Morada dos Sonhos FM 87,9**

[www.moradadossonhosfm.com.br](http://www.moradadossonhosfm.com.br)

**"DA COMUNIDADE PARA A COMUNIDADE"**

Entidade comunitária, sem fins lucrativos conf. Lei nº 9.612/98 e de utilidade pública municipal Lei nº 1667/2010.

CNPJ Nº 02.896.548/0001-97 – FONE 64-3656-1499 – Email: [moradadossonhos@hotmail.com](mailto:moradadossonhos@hotmail.com)

Rua Manoel Carneiro Guimarães, nº 699 – Bairro Morada dos Sonhos – CEP 75813-000 – Caçu – Goiás

Ofício nº P004/2012

Caçu, 2 de outubro de 2012.

Senhor Diretor,

Estamos encaminhando, em anexo, nos termos da legislação, a documentação da Eleição da nova Diretoria, Conselho Comunitário e Conselho Fiscal para o período 2012/2014.

Sendo o que temos para o momento e contando com a atenção de Vossa Excelência, antecipamos nossos agradecimentos.

Atenciosamente,

  
Wellington Tavares Paranaíba  
Presidente

Ao Senhor

**Dr. DEMERVAL DA SILVA JÚNIOR**

**DD. Diretor do Departamento de Outorga de Serviços de Comunicação Eletrônica**

**Ministério das Comunicações**

**BRASÍLIA - DF**

servex





**ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA E CULTURAL DE CAÇU**

**Rádio Morada dos Sonhos FM 87,9**

**[www.moradadossonhosfm.com.br](http://www.moradadossonhosfm.com.br)**

***"DA COMUNIDADE PARA A COMUNIDADE"***

Entidade comunitária, sem fins lucrativos conf. Lei nº 9.612/98 e de utilidade pública municipal Lei nº 1667/2010.

CNPJ Nº 02.896.548/0001-97 – FONE 64-3656-1499 – Email: [moradadossonhos@hotmail.com](mailto:moradadossonhos@hotmail.com)

**Rua Manoel Carneiro Guimarães, nº 699 – Bairro Morada dos Sonhos – CEP 75813-000 – Caçu – Goiás**

**Ofício nº P004/2012**

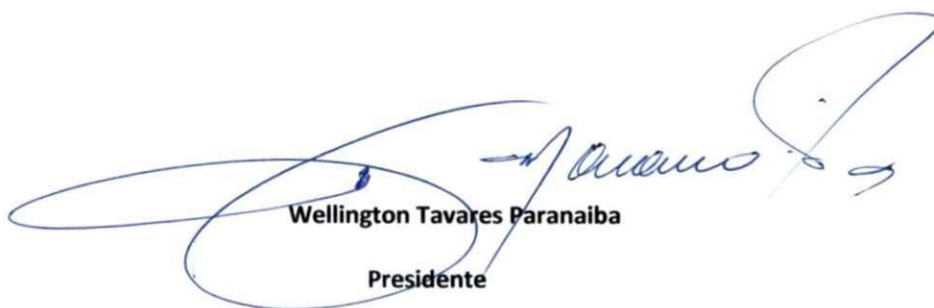
**Caçu, 2 de outubro de 2012.**

**Senhor Diretor,**

Estamos encaminhando, em anexo, nos termos da legislação, a documentação da Eleição da nova Diretoria, Conselho Comunitário e Conselho Fiscal para o período 2012/2014.

Sendo o que temos para o momento e contando com a atenção de Vossa Excelência, antecipamos nossos agradecimentos.

**Atenciosamente,**

  
**Wellington Tavares Paranaíba**  
**Presidente**

**Ao Senhor**

**Dr. DEMERVAL DA SILVA JÚNIOR**

**DD. Diretor do Departamento de Outorga de Serviços de Comunicação Eletrônica**

**Ministério das Comunicações**

**BRASÍLIA - DF**



COMARCA DE CAÇU - ESTADO DE GOIÁS  
TABELIONATO 1º DE NOTAS  
A presente Fotocópia é reprodução  
Fiel do documento original que  
me foi apresentado.

10 AGO 2012

OLDAK MUSA DOS SANTOS - TAB  
MARISTELA SOUSA PARANAIBA - ESCRIV  
MISSE SOUSA CARVALHO - ESCRIV  
ANGELA DE CASTRO DOS SANTOS - ESCRIV  
Thaiz Cristina Guimarães - Escrevente



SS-EC-M. das Comunicações  
Fls. 62  
Rubrica

## ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA E CULTURAL DE CAÇU

Rádio Morada dos Sonhos FM 87,9

[www.moradadossonhosfm.com.br](http://www.moradadossonhosfm.com.br)

"DA COMUNIDADE PARA A COMUNIDADE"

Entidade comunitária, sem fins lucrativos conf. Lei nº 9.612/98 e de utilidade pública municipal Lei nº 1667/2010.

CNPJ Nº 02.896.548/0001-97 – FONE 64-3656-1499 – Email: [moradadossonhos@hotmail.com](mailto:moradadossonhos@hotmail.com)

Rua Manoel Carneiro Guimarães, nº 699 – Bairro Morada dos Sonhos – CEP 75813-000 – Caçu – Goiás

Cópia da Ata de Eleição da Diretoria 2012/2014 lavrada no livro de Atas da Associação Comunitária e Cultural de Caçu, às fls 6 e verso. "Ata dos trabalhos da mesa apuradora das eleições para a Diretoria Executiva, Conselho Fiscal, Conselho Comunitário e Suplentes, da Associação Comunitária e Cultural de Caçu-GO, realizadas às 17:00 (dezessete) horas, do dia 31 (trinta e um) do mês de julho de 2.012, na sede da Rádio Morada dos Sonhos, situada na Rua Manoel Carneiro Guimarães, nº 699, Setor Morada dos Sonhos, Caçu-GO. Sob a Presidência do Sr. Jair Nunes de Freitas, e como Secretária a Senhorita Alinne Alves Guimarães, designados previamente pela diretoria, instalou-se a Mesa Apuradora de Votos da eleição realizada em 1ª (primeira) convocação, conforme edital, no dia 31 (trinta e um) de julho, para provimento dos cargos da Diretoria Executiva, dos Conselhos, digo, Conselheiros e Suplentes desta Associação. Ao iniciar os trabalhos, após cumprir as formalidades de costume, o Presidente da mesa mandou que fosse conferida a folha de votação, a fim de constatar a existência de "quorum" Estatutário, tendo comparecido e votado 26 (vinte e seis) associados votantes, sendo que todos os votantes estavam aptos a votar. Constatada a integralidade da urna, foi então aberta, dando-se início à contagem dos votos. Continha na urna única 26 (vinte e seis) cédulas. Feita a apuração obteve-se o seguinte resultado: Por unanimidade 26 (vinte e seis) votos, a chapa única foi eleita, que é composta da seguinte forma: Diretoria Executiva: Diretor Presidente: Wellington Tavares Paranaíba, Suplente: Donizeth Guimarães; Diretor Administrativo: João Batista Costa Nascimento, Suplente: Divino Nunes Moreira; Diretor de Operações: Jesusmar Nunes da Silva, Suplente: Leonides Dolores Machado; Diretor Cultural: Nely de Castro Moraes, Suplente: Dezair Alves Pereira; Diretor de Marketing: Wagner Vicente da Silva, Suplente: Juarez Gama Filho. Conselho Fiscal – Membros Efetivos: Sérgio Cândido de Castro, José Luzia Vieira e Fátima Maria da Cunha Rodrigues; Suplentes: Carlos Humberto de Moura, José Divino Guimarães e Ubaldo Cardoso Pereira; Conselho Comunitário: Celso Batista Pacheco, Suplente: Divina Maura de Paula Pacheco – Representando a Associação Arraial dos Amigos; Elias Rodrigues da Fonseca, Suplente: Elaine Aparecida da Silva – Representando a Associação Comercial e Industrial de Caçu; Joveci Rodrigues de Queiroz Cabral, Suplente: Reni Donizet da Silva – Representando a Associação Caçu Esporte Clube; Cirilo Alves de Lima Neto, Suplente: Lázaro de Freitas Pinto – Representando o Sindicato Rural de Caçu; Maria José Malta, Suplente: Iraides Borges da Silva – Representando o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Caçu. Não houve protesto ou



*[Handwritten signature]*

*[Handwritten signature]*



ocorrência especial, e nada mais havendo a tratar, deu o Sr. Presidente da Mesa por encerrada a reunião, da qual lavrei esta ATA, que após lida será assinada por todos os presentes e pelos componentes da Mesa Apuradora. (assinado) Alinne Alves Guimarães, Fátima Maria da Cunha Rodrigues, Jair Nunes de Freitas, Jesusmar Nunes da Silva, Wellington Tavares Paranaíba e Wagner Vicente da Silva". Era tudo o que continha.



Caçu, 01 de agosto de 2012.



Wagner Vicente da Silva  
Presidente



Fátima Maria da Cunha Rodrigues  
Secretária



**TABELIONATO 1º DE NOTAS**  
Fone: (64) 656-1067 - Caçu-GO

Reconheço, por semelhança, a(s) assinatura(s) de Wagner Vicente da Silva e Fátima Maria da Cunha Rodrigues

posto que adote(a) a(s) constante(s) de nosso arquivo. Dou fé.

Caçu, 01 de agosto de 2012

Em testº, Evania Freitas Guimarães Souza da verdade.

☒ OLDACK MUSA DOS SANTOS - 1º TAB. ☒ MARISTELA SOUSA C. PARANAIBA - ESCRIV.  
☒ MISSÉ SOUSA CARVALHO - ESCRIV. ☒ ÂNGELA DE CASTRO SANTOS - ESCRIV.

Evania Freitas Guimarães Souza  
ESCREVENTE

COMARCA DE CAÇU - ESTADO DE GOIÁS  
TABELIONATO 1º DE NOTAS  
A presente Fotocópia é reprodução  
fidel do documento original que  
me foi apresentado.

10 AGO 2012  
OLDACK MUSA DOS SANTOS - TAB.  
MARISTELA SOUSA C. PARANAIBA - ESCRIV.  
MISSÉ SOUSA CARVALHO - ESCRIV.  
ÂNGELA DE CASTRO SANTOS - ESCRIV.



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL  
1º Tabellionato de Notas de Caçu - Goiás

Rua José Reinaldo Vieira nº 508 - Centro - Caçu - GO - CEP 75813-000 - Fone: (64) 3656-1067

**TÍTULOS E DOCUMENTOS - Livro B**

Apresentado hoje para REGISTRO, protocolizado e digitalizado sob o nº 6.008 e registrado sob o nº 3.955. Dou fé. Caçu - GO 06/08/2012.



Evania Freitas Guimarães Souza - Escrevente

Ata de posse dos membros Efetivos da Diretoria, Conselho fiscal e Conselho Comunitário da Associação Comunitária e Cultural de Cacu. Realizada às dezesseis horas e trinta minutos do dia 14 (Quatorze) de agosto de 2012, no auditório da Associação Comercial e Industrial de Cacu, Situada na Rua Paulo e Silva, nº 495, Centro, Cacu - GO; reuniram-se os membros





*Finis, A. B. C.*





15. ~~Flávio~~ ~~Don~~ ~~6.7.~~

16. ~~Flávio~~

17. ~~Flávio~~

18. ~~Flávio~~

19. ~~Flávio~~

20. ~~Flávio~~ ~~Marcel~~ ~~da~~ ~~Costa~~ ~~Rodrigues~~

21. ~~Flávio~~ ~~Marcel~~ ~~da~~ ~~Costa~~ ~~Rodrigues~~

Registro de presença dos Sócios da Associação Comunitária e Cultural de Caju, que compareceram para votar na escolha da Nova Diretoria, Conselho Fiscal e Conselho Comunitário, realizada dia 31 (trinta e um) de julho de 2012, na sede da mesma, sito à Rua Marcel Carmo Guimarães, nº 699, Caju - Goiás, no horário das 8:00 às 14:00 horas.

01. ~~Flávio~~ ~~Marcel~~ ~~da~~ ~~Costa~~ ~~Rodrigues~~

02. ~~Flávio~~ ~~Marcel~~ ~~da~~ ~~Costa~~ ~~Rodrigues~~

03. ~~Flávio~~ ~~Marcel~~ ~~da~~ ~~Costa~~ ~~Rodrigues~~

04. ~~Flávio~~ ~~Marcel~~ ~~da~~ ~~Costa~~ ~~Rodrigues~~

05. ~~Flávio~~ ~~Marcel~~ ~~da~~ ~~Costa~~ ~~Rodrigues~~

06. ~~Flávio~~ ~~Marcel~~ ~~da~~ ~~Costa~~ ~~Rodrigues~~

07. ~~Flávio~~ ~~Marcel~~ ~~da~~ ~~Costa~~ ~~Rodrigues~~

08. ~~Flávio~~ ~~Marcel~~ ~~da~~ ~~Costa~~ ~~Rodrigues~~

09. ~~Flávio~~ ~~Marcel~~ ~~da~~ ~~Costa~~ ~~Rodrigues~~

10. ~~Flávio~~ ~~Marcel~~ ~~da~~ ~~Costa~~ ~~Rodrigues~~

11. ~~Flávio~~ ~~Marcel~~ ~~da~~ ~~Costa~~ ~~Rodrigues~~

12. ~~Flávio~~ ~~Marcel~~ ~~da~~ ~~Costa~~ ~~Rodrigues~~

13. ~~Flávio~~ ~~Marcel~~ ~~da~~ ~~Costa~~ ~~Rodrigues~~

14. ~~Flávio~~ ~~Marcel~~ ~~da~~ ~~Costa~~ ~~Rodrigues~~

15. ~~Flávio~~ ~~Marcel~~ ~~da~~ ~~Costa~~ ~~Rodrigues~~

16. ~~Flávio~~ ~~Marcel~~ ~~da~~ ~~Costa~~ ~~Rodrigues~~

17. ~~Flávio~~ ~~Marcel~~ ~~da~~ ~~Costa~~ ~~Rodrigues~~

18. ~~Flávio~~ ~~Marcel~~ ~~da~~ ~~Costa~~ ~~Rodrigues~~

19. ~~Flávio~~ ~~Marcel~~ ~~da~~ ~~Costa~~ ~~Rodrigues~~

20. ~~Flávio~~ ~~Marcel~~ ~~da~~ ~~Costa~~ ~~Rodrigues~~

21. ~~Flávio~~ ~~Marcel~~ ~~da~~ ~~Costa~~ ~~Rodrigues~~

- 22- José da Fonseca Reis.
- 23- Ubaldo Cardoso Pereira
- 24- José Luiz Vaino
- 25- Jesusomar Nunes da Silva
- 26- Fatima Maria da Cunha Rodrigues



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

GOVERNO DO ESTADO DE GOIÁS  
DIRETORIA GERAL DA POLÍCIA CIVIL  
INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO

*Maria José Malta*  
SIGNATURA DO TITULAR

CARTEIRA DE IDENTIDADE

VALIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

REGISTRO GERAL 2018369/2.A VIA DATA DE EXPEDIÇÃO 31/MAR/2000

NOME MARIA JOSE MALTA

FILIAÇÃO JOAQUIM MARTINS SOUTO IRACEMA ROSA SOUTO

ITARUMA-GO 17/SET/1951  
NATURALIDADE DATA DE NASCIMENTO

NAO DOADOR DE ORGAOS E TECIDOS

DOC ORIGEM: C.CAS. 1199 FLS. 74 L. B9 CACU-GO EM 22/02/1994

CPF 555053

SIGNATURA DO DIRETOR 24814733  
EI N° 7.116 DE 29/08/83

DICATO DOS TRABALHADORES RURAIS DE CAÇU  
ESTADO DE GOIÁS  
MTPS 309.331/71

IDENTIDADE FUNCIONAL SINDICAL

autor Maria Jose Malta  
Válida 26 / 09 / 2008

ação { Pai Joaquim Martins Souto  
Mãe Iracema Rosa Souto

ural de Itarumã Estado Go

do Civil Casada Data Nasc. 17.09.51

ção 1º Membro do Conselho Fiscal

Carteira Identidade N° 2018369

Título de Eleitor N°

Certificado Militar N°

Carteira de Trabalho N°

CPF N° 433452041-34

FOTO 3x4

CACU 26 / 09 / 2004

Presidente: Wilson Hermuth Gotten

Portador: Maria José Malta

MINISTÉRIO DA FAZENDA

SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL  
CADASTRO DE PESSOAS FÍSICAS

CIC

LA JOSE MALTA

NASCIMENTO 17.09.51

*Maria José Malta*  
E SOMENTE COM A APRESENTAÇÃO DE DOCUMENTO DE IDENTIDADE

VALIDO EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

ESTE CARTÃO É O ÚNICO COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO NO CADASTRO DE PESSOAS FÍSICAS - CPF DE USO OBRIGATORIO NOS CASOS LEGALMENTE DETERMINADOS PARA QUALQUER ORIENTAÇÃO DE NATUREZA TRIBUTARIA. PRODUZ A UNIDADE LOCAL DA SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL

CARIMBO DO AGENTE EMISSOR

001/1110-3  
15-12-86

BANCO DO BRASIL  
CAÇU (GO)  
11481/9285

Mário Reginaldo Menezes  
Supervisor Substituído

NOME, MATRÍCULA E ASSINATURA DO FUNCIONÁRIO RESPONSÁVEL PELA EMISSÃO.  
APROVADO POR INSTRUÇÃO NORMATIVA DO SIF

ATO DOS TRABALHADORES RURAIS DE CAÇU  
ESTADO DE GOIÁS  
MTb 301.380-82

CARTEIRA DE IDENTIDADE SINDICAL

Maria José Malta

Admitido em 15 / 04 / 03

Pai Joaquim Martins Souto

Mãe Iracema Rosa Souto

Itarumã Estado Go

Carteira Identidade N° 2018369

Título de Eleitor N° 179557410-23

Certificado Militar N°

Carteira de Trabalho N°

CPF N° 433452041-34

CACU 15 / 04 / 2003

Presidente: Maria José Malta

das Comunicações  
Fls. 67  
Rubrica



CNPJ - 01.543.032/0001-04 INSC. EST - 100.549.420 Rua 2 Qd. A-37, S/N - Jardim Goiás - CEP 74.805-180 - Goiânia - Goiás  
www.celg.com.br**ELIO PEDRO MALTA**SITIO NS APARECIDA, N. 01  
- ASSENTAMENTO SANTA ELZA  
ZONA RURAL  
CACU GO  
CACUDATA DA EMISSÃO: 29/05/2009  
RAZÃO: 39  
REGIONAL: P25  
MEDIDOR: 2730684-4  
ROTA: 5 - 66400

020979

CÓDIGO DO CLIENTE

1282228

CONTA

1140048263

UNIDADE CONSUMIDORA

1140048263

VENCIMENTO

09/06/2009

**ENDEREÇO DAS AGÊNCIAS DE ATENDIMENTO**DT-AGCC AG. ATEND. DE CAÇU  
RUA JOAO BATISTA GAMA, N 599 SETOR CENTRAL  
CEP: 75813-000 CACU GO**PARA USO DO ENTREGADOR**

- |                                   |                                        |                                                       |
|-----------------------------------|----------------------------------------|-------------------------------------------------------|
| <input type="checkbox"/> MUDOU-SE | <input type="checkbox"/> FALECIDO      | <input type="checkbox"/> NÃO EXISTE O NÚMERO INDICADO |
| <input type="checkbox"/> RECUSADO | <input type="checkbox"/> NÃO PROCURADO | <input type="checkbox"/> ENDEREÇO INSUFICIENTE        |
| <input type="checkbox"/> AUSENTE  | <input type="checkbox"/> DESCONHECIDO  |                                                       |

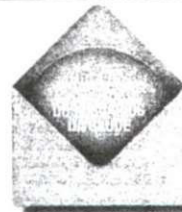
DATA \_\_\_\_ / \_\_\_\_ / \_\_\_\_

ASSINATURA E Nº DO ENTREGADOR



O Ministério Público de Goiás aprovou como meta prioritária a defesa da melhoria da qualidade dos serviços de saúde. Certo de que o conhecimento é uma ferramenta essencial para o exercício da cidadania, faz a divulgação dos direitos assegurados aos usuários do Sistema Único de Saúde (SUS), conforme texto do Ministério da Saúde, para que todos possamos exigir o seu cumprimento e o respeito, pelo Estado, à dignidade da população.

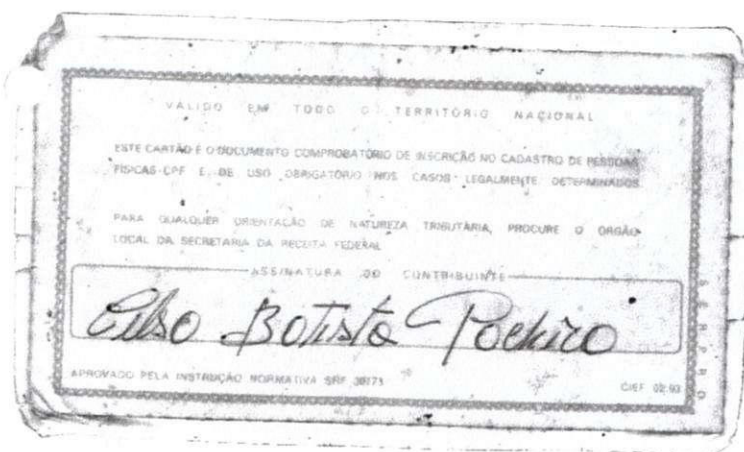
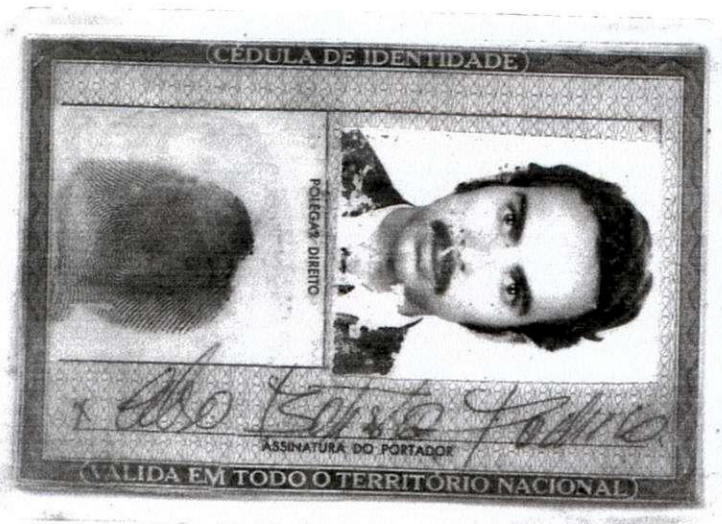
Centro de Apoio Operacional do Cidadão



- 1º Todo cidadão tem direito a ser atendido com ordem e organização;
- 2º Todo cidadão tem direito a ter um atendimento com qualidade;
- 3º Todo cidadão tem direito a um tratamento humanizado e sem nenhuma discriminação;
- 4º Todo cidadão deve ter respeitados os seus direitos de paciente;
- 5º Todo cidadão tem deveres na hora de buscar atendimento de saúde;
- 6º Todos devem cumprir o que diz a Carta dos Direitos dos Usuários de Saúde.

**TELEFONES PARA CONTATO****0800-620196 - Atendimento Comercial e de Emergência****0800-621500 - Ouvidoria Celg D****0800-7043200 - Agência Goiana de Regulação AGR****167 - Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL - Ligação Gratuita de telefones fixos e Tarifada na origem para telefones celulares**





SSC-M. das Comunicações  
Fls. 69  
Rubrica



www.celg.com.br

Fale com a Celg: 0800 62 0196

CNPJ: 01.543.032/0001-04 IE: 100.549.420 Rua 2 Qd. A-37 S/N - Jardim Goiás - CEP 74.805-180 - Goiânia - Goiás

# NOTA FISCAL

FATURA DO SERVIÇO DE FORNECIMENTO DE ENERGIA ELÉTRICA - GRUPO B

NUMERO	SERIE	EMISSION	GRUPO
1563133	4	23/08/2012	B1

## CELSE BATISTA PACHECO

CNPJ/CPF: 189.606.421-34 INSC.:  
RUA VILMAR JOSE DE CASTRO 250 QD. 09 L.15  
CASA - JARDIM AGUA FRIA  
JARDIM AGUA FRIA  
CEP: 75813000 CACU GO

## UNIDADE CONSUMIDORA

10002353430

## VENCIMENTO

05/09/2012

## CÓDIGO CLIENTE

1282194

## USAR P/ DÉBITO AUTOMÁTICO CONTA

0074432451

## MÊS REFERENTE

08/2012

## VALOR TOTAL

R\$\*\*\*\*\*26,09

## DADOS DA UNIDADE CONSUMIDORA FATURAMENTO / FORNECIMENTO

### ATIVIDADE

100 RESIDENCIAL  
CLASSE / TIPO DE LIGAÇÃO

01 01 RESIDENCIAL NORMAL MONOFÁSICO (0 a 12 kW)  
VENCIMENTO BASE BANCO AGÊNCIA CONTA CORRENTE

04/09/2012

### DADOS DA MEDIÇÃO

LEITURA ATUAL 03269  
LEITURA ANTERIOR 03211  
DIFERENÇA LEITURA 58  
FM 1.000  
TOTAL CONSUMO 58  
MEDIDOR kWh 10282715-0  
MÉDIA TRIMESTRAL 49  
MÊS DE REFERÊNCIA 08/2012  
DATA DA LEITURA ATUAL 21/08/2012  
DATA DA LEITURA ANTERIOR 18/07/2012  
DATA DA PRÓXIMA LEITURA 20/09/2012  
DATA DA APRESENTAÇÃO 29/08/2012  
NÚMERO DE DIAS FATURADO 33  
MÉDIA / DIA 1,7576  
MÉDIA ANUAL 73

### DADOS DO CONSUMO REATIVO

LEITURA ATUAL  
LEITURA ANTERIOR  
DIFERENÇA LEITURA

## PRODUTO

## QUANTIDADE

## TARIFA

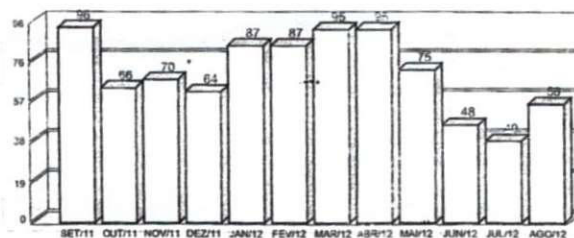
## VALOR

MULTA - 07/2012.		0,000000	0,08
CONSUMO KWH - ICMS/PIS/COFINS	50	0,456830	26,49
COMPENSAÇÃO DE FIC MENSAL		0,000000	-0,19
COMPENSAÇÃO DE FIC TRIMESTRAL		0,000000	-0,29

## CONSUMO

REFERÊNCIA	HISTÓRICO CONSUMO	ENERGIA FATURADA
AGO / 12	58	LIDA
JUL / 12	40	LIDA
JUN / 12	48	LIDA
MAI / 12	75	LIDA
ABR / 12	95	LIDA
MAR / 12	95	LIDA
FEV / 12	87	LIDA
JAN / 12	87	LIDA
DEZ / 11	64	LIDA
NOV / 11	70	LIDA
OUT / 11	66	LIDA
SET / 11	96	LIDA

## GRÁFICO



## RESERVADO AO FISCO

ACE8.7A7A.43C0.F3B0.7631.618E.8436.7582

## TRIBUTOS

## ALÍQUOTA

## BASE DE CÁLCULO

## VALOR

ICMS	25%	R\$*****26,49	R\$*****6,62
COFINS	3,5629%	R\$*****26,49	R\$*****0,94
PIS/PASEP	0,7735%	R\$*****26,49	R\$*****0,20

## INDICADORES DE CONTINUIDADE

	MENSAL			TRIMESTRAL		ANUAL		TENSÃO NOMINAL LIMITES CONJUNTO	220 V 200.2 V a 231.0 V CACHOEIRA ALTA
	DEC	FEC	DIC	FIC	DMIC	DIC	FIC		
METAS	DEC	FEC	DIC	FIC	DMIC	DIC	FIC		
VALORES APURADOS	7,2	7,2	6,87	4,35	3,97	13,74	8,71	0,00	0,00
	0,7674	0,8977	3,97	5	2,00	10,97	10,00	0,00	0,00



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

GOVERNO DO ESTADO DE GOIÁS

DIRETORIA GERAL DA POLÍCIA CIVIL

INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO



ASSINATURA DO TITULAR

Joveci Rodrigues de Queiroz Cabral

CARTEIRA DE IDENTIDADE

VALIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

REGISTRO GERAL 3652252

DATA DE EXPEDIÇÃO 03/AGO/1994

NOME JOVECI RODRIGUES DE QUEIROZ CABRAL

FILIAÇÃO OLIVINO RODRIGUES DE QUEIROZ FILADELFICA DA SILVA QUEIROZ

CACU-GO

NATURALIDADE

16/DEZ/1972

DATA DE NASCIMENTO

DOC. ORIGEM C.CAS. 862 FLS. 120 L. B-04 CRC-CACU-GO EM 21/12/1990

CPF

ASSINATURA DO DIRETOR

10452869

LEI Nº 7.116 DE 29/08/83

MINISTÉRIO DA FAZENDA

Secretaria da Receita Federal

CPF

Cadastro de Pessoas Físicas

Número de Inscrição

9.790.501-30

Nome

JOVECI RODRIGUES DE QUEIROZ CABRAL

Nascimento

16/12/1972

Cartão de uso pessoal e intransferível

Deve ser apresentado junto com um documento de identidade

Emissão

Março/2002

CORREIOS

www.correios.gov.br

SSCE-M. das Comunicações

Fls. 71

Rubrica

**SANEAMENTO DE GOIÁS S/A**

FATURA DE ÁGUA/ESGOTO/SERVIÇOS

CNPJ. 01.616.929/0001-02 - INSC. EST. 10.013.357-6

ENDEREÇO: RUA JOSE REINALDO VIEIRA NR. 448 QD. O LT. O CENTRO

CEP: 75613-000 TEL: 35561388

PROPRIETÁRIO: ANTONIO FERREIRA CABRAL

USUÁRIO

ENDEREÇO: LAZARO DA SILVEIRA CHAVES Nr. 310

BAIRRO: SETOR ARCO IRIS Q 09 L 13

CIDADE: CACU

CEP: FATURANº: 540591431-9 COD: 059.66.01

HIDRÔMETRO: Y11N046168

DATA DE EMISSÃO: 10/08/2012

REFERÊNCIA: AGO/2012

CONTA Nº: 0484979-5

DESCRIÇÃO

CUSTO MÍNIMO FIXO	6,93
TARIFA ÁGUA - RESIDENCIAL	28,10
COLETA/AFASTAMENTO ESGOTO RESIDENCIAL	20,54
TRATAMENTO ESGOTO RESIDENCIAL	5,62

VENCIMENTO: 25/08/2012

VALOR TOTAL (R\$): 61,19

LEITURA ANTERIOR: 195	DATA: 10/07/2012	CONSUMO FATURADO: 12 m3
LEITURA ATUAL: 207	DATA: 10/08/2012	CONSUMO ESTIMADO: 18 m3



SSCE-M. das Comunicações  
Fls. 72  
Rubrica



Prezado Cliente, efetue o pagamento desta conta no banco que você indicou acima e considere a cadastrada no débito automático após a inclusão do primeiro débito em conta corrente.

Nº CONTA CORRENTE:

Nº AGÊNCIA:

CÓDIGO DO BANCO:

CONTA (UC): 0127732360

ASSINATURA:

CPF/CNPJ:

CLIENTE: ELIAS RODRIGUES DA FONSECA

Autorizo o débito automático em minha CONTA CORRENTE, dos valores relativos à minha conta de energia. Comprometo-me a manter saldo suficiente e disponível no momento do débito.

AUTORIZAÇÃO PARA DÉBITO AUTOMÁTICO



www.celg.com.br

Fale com a Celg: 0800 62 0196



DATA DE EMISSÃO 28/08/2012  
 RAZÃO 39  
 REGIONAL P25  
 MEDIDOR 800409-9  
 ROTA 14 - 22000

ELIAS RODRIGUES DA FONSECA

AVENIDA ILDEFONSO CARNEIRO, Q. 10, L. 10, N. 999, SALA - RR MATERIAIS P/ CONSTRUÇÃO  
 SETOR CENTRAL  
 CEP: 75813000 CACU GO BRASIL  
 CACU

13901140010053



006120

CÓDIGO DO CLIENTE

USAR P/ DÉBITO AUTOMÁTICO

CONTA

UNIDADE CONSUMIDORA

VENCIMENTO

1281332

0127732360

1140010053

10/09/2012

\* ENDEREÇO ALTERNATIVO



SCE-M. das Comunicações  
 Fls. 73  
 Rubrica



VALIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

REGISTRO GERAL 2.217.274 DATA DE EXPEDIÇÃO 08-mar-1990

NOME CIRILO ALVES DE LIMA NETO  
Miguel Vicente da Silva  
FILIÇÃO Divina Eunice da Silva

CACU-GO, 20-jan-1972  
NATURALIDADE DATA DE NASCIMENTO

CN.nº 6.851 L.15 fls.109,  
DOC ORIGEM CACU-GO, 28-abr-1989.

CPF

ASSINATURA DO DIRETOR

LEI Nº 7.116 DE 29/08/83

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

ESTADO DE GOIÁS  
SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA  
DIVISÃO DE IDENTIFICAÇÃO

POLEGAR DÍGITADO

Cirilo A. de Lima Neto

ASSINATURA DO TITULAR

CARTEIRA DE IDENTIDADE

MINISTÉRIO DA FAZENDA  
Secretaria da Receita Federal

**CPF**

Cadastro de Pessoas Físicas

Número de Inscrição  
618.278.431-87

Nome  
CIRILO ALVES DE LIMA NETO

Nascimento  
20/1/1972

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL  
15 de Novembro de 1988

SSCE-M. das Comunicações  
Fls. 74  
Rubrica

AUTORIZAÇÃO PARA DÉBITO AUTOMÁTICO

**CELG**  
DISTRIBUIÇÃO

[www.celg.com.br](http://www.celg.com.br)  
Fale com a Celg: 0800 62 0196



DATA DE EMISSÃO 28/08/2012  
RAZÃO 39  
REGIONAL P25  
MEDIDOR 1373086-0  
ROTA 5 - 33200

006073

CÓDIGO DO CLIENTE

2067462

**CIRILO ALVES DE LIMA NETO**  
RUA JOSE REINALDO VIEIRA, Q. 10, L. 10, N. 144, CASA - CENTRO  
SETOR CENTRAL  
CEP: 75813000 CACU GO BRASIL  
CACU

13901140033788



USAR P/ DÉBITO AUTOMÁTICO

CONTA

1140033788

UNIDADE CONSUMIDORA

1140033788

VENCIMENTO

25/09/2012



NASCIMENTO 30.07.65  
 INSCRIÇÃO ANO CM 253.038.721 49  
 CONTRIBUINTE  
 WELLINGTON TAVARES PARANAIBA  
 SECRETARIO DA RECEITA FEDERAL

(CÉDULA DE IDENTIDADE)  
 FOTOGRAFIA DIREITA  
 ASSINATURA DO PORTADOR  
 (VALIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL)

COORDENADOR  
 GOVERNADOR DO ESTADO  
 PALACIO AQUIANA  
 VISITANTE  
 COORDENADOR  
 GOVERNADOR DO ESTADO  
 PALACIO AQUIANA  
 VISITANTE

REPUBLICA FEDERATIVA DO BRASIL  
 ESTADO DE GOIAS  
 SECRETARIA DA SEGURANCA PUBLICA  
 DIVISAO DE IDENTIFICACAO  
 REGISTRO CIVIL 1.609.158  
 NOME WELLINGTON TAVARES PARANAIBA  
 NOME PRETERITO Celio Moraes Paranaiba  
 MILITANCIA Milosa TAVARES Moraes  
 DATA 30.07.1965  
 VALIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

SSCE-M.  
 Fls. 75  
 Rubrica  
 das Comunicações



(CEDULA DE IDENTIDADE)

POLEGAR DIREITO

JOÃO BATISTA C. NASCIMENTO

ASSINATURA DO PORTADOR

(VALIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL)

CASA DA MOEDA DO BRASIL

ESTADO DE GOIÁS  
SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA  
DIVISÃO DE IDENTIFICAÇÃO

REGISTRO GERAL

NOME: JOÃO BATISTA COSTA NASCIMENTO  
Zacarias Costa do Nascimento  
SUAÇÃO: Dagmar Maria de Jesus

Rio Verde - GO - 01. Ago. 1957

NATURALIDADE: 21. Fev. 1979  
COLÔNIA: GO

CHEFE DA DIVISÃO DE IDENTIFICAÇÃO

(VALIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL)

CASA DA MOEDA DO BRASIL

VÁLIDO EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

ESTE CARTÃO É O DOCUMENTO COMPROVATÓRIO DE INSCRIÇÃO NO CADASTRO DE PESSOAS FÍSICAS - CPF E DE USO OBRIGATÓRIO NOS CASOS LEGALMENTE DETERMINADOS. PARA QUALQUER ORIENTAÇÃO DE NATUREZA TRIBUTÁRIA, PROCURE A UNIDADE LOCAL DA SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL.

CARIMBO DO AGENTE RECEPTOR

237/083-2

29/12/83

BRADECO

11431/9285

CHEF - 0.504

ORIGEM PELA INSTRUÇÃO NORMATIVA DO SRF 135/80

ORIGEM 0806 / N.º 035/81



MINISTÉRIO DA FAZENDA  
SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL  
COORDENAÇÃO DO SISTEMA DE INFORMAÇÕES  
ECONÔMICO - FISCALIS - CIEF

CIC

N.º DE INSCRIÇÃO NO CADASTRO DE PESSOAS FÍSICAS - CPF

220 159 901 78

NOME DO CONTRIBUINTE

JOÃO BATISTA COSTA NASCIMENTO

VÁLIDO ATÉ 180 DIAS A CONTAR DA DATA  
DO CARIMBO DO AGENTE RECEPTOR

NASCIMENTO

01/08/1.957

ASSINATURA DO CONTRIBUINTE

\* João Batista Costa Nascimento

TERA VALIDADE SOMENTE COM A APRESENTAÇÃO DA CARTEIRA DE IDENTIDADE

TIPOGRAFIA SÃO DOMINGOS S.A. - AVENIDA MIGUEL ESTEFÃO, 354/364 - CATANDUVA - SP - C.G.C. 47.064.738/0001-86 - ATQ

SECEM das Comunicações  
Fls. 76  
Rubrica

**CELG**  
DISTRIBUIÇÃO

CNPJ - 01.543.032/0001-04 INSC. EST - 100.549.420 Rua 2 Qd. A-37 S/N - Jardim Goiás - CEP 74.805-180 - Goiânia - Goiás  
www.celg.com.br

JOAO BATISTA COSTA NASCIMENTO

RUA NECA BORGES QD. 2 L.8 1021,

SETOR CENTRAL  
Cep: 75813000 CACU GO  
CACU

DATA DA EMISSÃO: 24/02/2011  
RAZÃO: 37  
REGIONAL: P25  
MEDIDOR: 1235448-1  
ROTA: 4 - 184600

13701140028586



020823

CÓDIGO DO CLIENTE

1283950

CONTA (UC)

1140028586

UNIDADE CONSUMIDORA

1140028586

VENCIMENTO

07/03/2011

ENDEREÇO DAS AGÊNCIAS DE ATENDIMENTO

DT-AGCC - AG. ATEND. DE CACU - RUA JOAO BATISTA GAMA, N. 599 SETOR CENTRAL CEP: 75813-000 CACU GO



VALIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

REGISTRO GERAL 2 302 417 DATA DE EXPEDIÇÃO 30-mai-1985

NOME NELY DE CASTRO MORAIS.

FILIAÇÃO Joaquim Carvalho de Moraes

TUZIA Archanja de Moraes

CAGU-GO.

NATURALIDADE CAGU-GO.

CN.nº 6.684 L.15 Fls.67V., 17-jul-1972

DOC ORIGEM CAGU-GO.

CPF 370.135.721-87

ASSINATURA DO DIRETOR

01-mai-1966 DATA DE NASCIMENTO

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

ESTADO DE GOIÁS

SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA

DIVISÃO DE IDENTIFICAÇÃO

POLEGAR DIREITO

ASSINATURA DO TITULAR

NELY DE CASTRO MORAIS

CARTEIRA DE IDENTIDADE

MINISTÉRIO DA FAZENDA

SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL

COORDENAÇÃO DO SISTEMA DE INFORMAÇÕES ECONÔMICO-FISCAIS

CARTÃO DE IDENTIFICAÇÃO DO CONTRIBUINTE

DOCUMENTO COMPROBATORIO DE INSCRIÇÃO NO CADASTRO DE PESSOAS FÍSICAS

VALIDO EM TODO TERRITÓRIO NACIONAL

NATURA DO CONTRIBUINTE

NELY DE CASTRO MORAIS

C/C

NASCIMENTO 01.05.66

INSCRIÇÃO NO CPF 370 135 721 87

CONTRIBUINTE NELY DE CASTRO MORAIS

SECRETARIO DA RECEITA FEDERAL

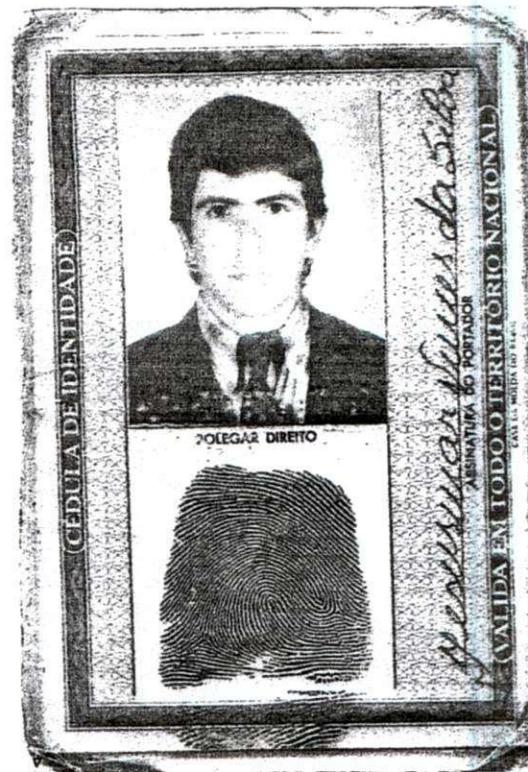
SECRETARIA das Comunicações

Fls. 77

Rubrica

R. José Reinaldo Chieira n: 1427





MINISTÉRIO DA FAZENDA  
SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL  
COORDENAÇÃO DO SISTEMA DE INFORMAÇÕES ECONÔMICO-FISCAIS

CARTÃO DE IDENTIFICAÇÃO DO CONTRIBUINTE

DOCUMENTO COMPROBATORIO DE INSCRIÇÃO NO  
CADASTRO DE PESSOAS FÍSICAS

VALIDO EM TODO TERRITÓRIO NACIONAL

ASSINATURA DO CONTRIBUINTE

Jesusmar Nunes da Silva

C/C

NASCIMENTO  
27.02.62

INSCRIÇÃO NO CPF  
435 769 236 91

CONTRIBUINTE

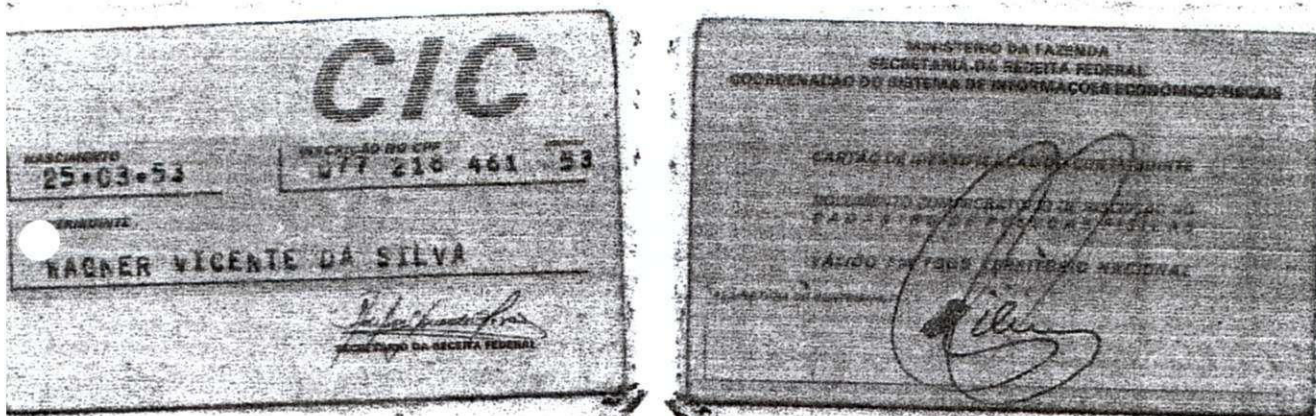
JESUSMAR NUNES DA SILVA

Assinatura do Titular  
SECRETARIO DA RECEITA FEDERAL

R. João Batista Gama n.º 560

SSCE-M. das Comunicações  
Fls. 78  
Rubrica







**CIC**

NASCIMENTO  
13.12.51

INSCRIÇÃO NO CPF  
077 228 181 53

CONTRIBUINTE  
JOSE LUZIA VIEIRA

*[Assinatura]*  
SECRETÁRIO DA RECEITA FEDERAL

**CEDULA DE IDENTIDADE**

*[Fotografia]*

*[Assinatura]*  
ASSINATURA DO PORTADOR

(VALIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL)

MINISTÉRIO DA FAZENDA  
SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL  
COORDENAÇÃO DO SISTEMA DE INFORMAÇÕES ECONÔMICO-FISCAIS

**CARTÃO DE IDENTIFICAÇÃO DO CONTRIBUINTE**

DOCUMENTO COMPROBATORIO DE INSCRIÇÃO NO  
CADASTRO DE PESSOAS FÍSICAS

VALIDO EM TODO TERRITÓRIO NACIONAL

ASSINATURA DO CONTRIBUINTE  
*[Assinatura]*

**REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL**

ESTADO DE GOIÁS  
SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA  
DIVISÃO DE IDENTIFICAÇÃO

294 243

JOSE LUZIA VIEIRA

Joaquim Vieira Inácio e  
Vitalina Felizarda de Jesus

Natalia de Souza 13/dez-1951  
02-mai-1972

TERRITÓRIO NACIONAL

SCE-M. das Comunicações  
Fls. 80  
Rubrica

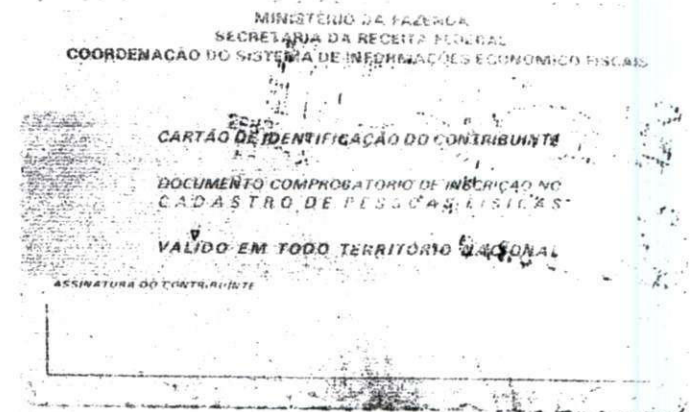
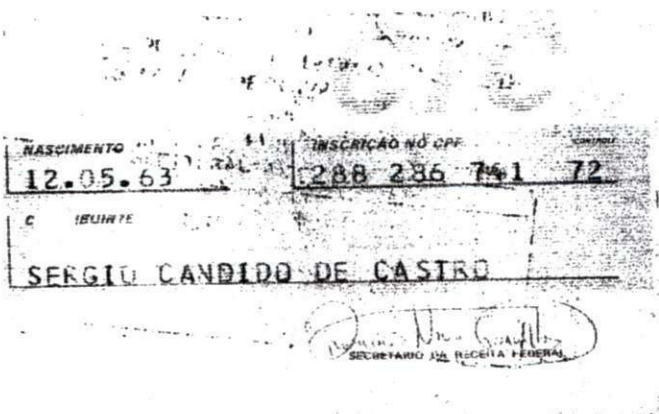




SSCE-M.  
das Comunicações  
Rubrica  
Fis. 21







SSC-M. das Comunicações  
Fls. 82  
Rubrica



(ETIQUETA OU CARIMBO MP)



**Rádio Morada dos Sonhos FM 87,9**  
**FONE 64-3656-1499 – E-mail: [moradadossonhos@hotmail.com](mailto:moradadossonhos@hotmail.com)**  
**Rua Manoel Carneiro Guimarães, nº 699**  
**– CEP 75813-000 – Caçu – Goiás**

SSCE-M  
Fis. 89  
Rubrica  
das Comunicações



Ao Dr.

DEMERVAL DA SILVA JÚNIOR

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

DEPARTAMENTO DE OUTORGA DE SERVIÇOS

ESPLANADA DOS MINISTÉRIOS, BLOCO R

EDIFÍCIO ANEXO ALA OESTE, SALA 300

70044-900 – BRASÍLIA - DF



SI 77206148 0 BR



**Ministério das Comunicações**  
Secretaria de Serviço de Radiodifusão  
Departamento de Outorga de Serviço de Radiodifusão  
**ROTEIRO DE ANÁLISE TÉCNICA DE RADCOM**

**Identificação do Processo**

Número: 53000.052021/2011

Localidade/UF: CAÇU/GO

Entidade: ASSOCIACAO COMUNITARIA E CULTURAL DE CACU

Aviso: 0 Canal: 0



**Processo**

1. Entregou documentação tempestivamente?	Sim
-------------------------------------------	-----

**Check List**

2. Apresentou cópia de comprovante de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas	Sim
3. Apresentou documentos atualizados revelando eventuais alterações ocorridas no	Sim
4. Apresentou Ata de Eleição da diretoria em exercício, devidamente registrada no livro	Sim
5. Apresentou declaração constante do Anexo 14 da Norma 1/2011, assinada pelo	Sim
6. Apresentou declaração, assinada pelo representante legal da entidade, indicando as	Sim
7. Apresentou último relatório do Conselho Comunitário, constituído nos moldes do item	Sim
8. Apresentou relação contendo o nome de todos os associados pessoas físicas, com o	Sim
9. Apresentou comprovante de recolhimento da taxa relativa às despesas decorrente	Não
10. Apresentou certidão negativa de débitos de receitas administradas pela Anatel?	Sim
11. Apresentou laudo de ensaio do(s) transmissor(es), com sua respectiva Anotação de	Não
12. Apresentou declaração firmada pelo representante legal da interessada, atestando	Sim
13. Apresentou Laudo de Vistoria Técnica, elabora por engenheiro habilitado (Anexo 13	Não

**15. Conclusão Geral (Parecer Técnico)**

-

**16. Conclusão Geral (Parecer Jurídico)**

A entidade deverá encaminhar os seguintes documentos:

- a) certidões do subitem 10.8 da Norma nº 01/2011 (comprovação de idoneidade da entidade);
- b) relação de associados contendo o endereço de todos os sócios;
- c) relatório sobre a programação da emissora, referente ao ano de 2012;
- d) comprovante de registro do estatuto social no livro "A" do RPJ.
- e) declarações de fiel cumprimento e as de alíneas "f.1" e "f.2" do subitem 8.1 da Norma.

OBS: Documentos e comprovantes de residência dos dirigentes às fls. 67/82.





MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES  
Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica  
Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária



Nota Técnica nº 0575/2013/CGRC/SCE-MC

Assunto: **Constatação de pendências.**

Referência: Processo nº 53000.052021/2011

---

**SUMÁRIO EXECUTIVO**

1. Trata-se de pedido de renovação de outorga encaminhado pela **Associação Comunitária e Cultural de Caçu**, entidade autorizada a executar o Serviço de Radiodifusão Comunitária, na localidade de **Caçu / GO**.

---

**ANÁLISE**

2. Tendo em vista a análise realizada no processo, observou-se a necessidade do envio da documentação que instrui o requerimento, devendo a entidade providenciar os itens dispostos abaixo, na forma dos subitens 8.1, 10.8 e 20.3 da Norma nº 01/2011:

I. Certidão Cartorária comprovando o registro do Estatuto Social no Livro “A” do Registro de Pessoas Jurídicas;

II. Comprovação de idoneidade da entidade interessada, bem como de seus dirigentes, em atenção ao disposto no art. 34, alínea “a” do Código Brasileiro de Telecomunicações (Lei nº 4.117/1962) e nos subitens 10.8 e 20.5 da Norma nº 01/2011, mediante apresentação dos seguintes documentos:

a. Certidão dos setores de distribuição dos foros criminais dos lugares em que cada dirigente tenha residido nos últimos cinco anos, da Justiça Federal, Estadual e Eleitoral;

b. Folha de antecedentes da Polícia Federal e da Polícia dos Estados nos quais os dirigentes da entidade residiram nos últimos cinco anos, expedida, no máximo, há seis meses;

c. Certidão que comprove a regularidade fiscal da entidade perante as Fazendas Nacional, Estadual e Municipal do local onde está sediada; e

d. Certidão de regularidade da entidade perante a Seguridade Social e o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS);

III. Declaração, assinada por todos os diretores, comprometendo-se ao fiel cumprimento das normas estabelecidas para o Serviço, de acordo com o subitem 8.1, alínea “i”, da Norma nº 1/2011.

IV. Declaração, assinada pelo representante legal, de que todos os seus dirigentes residem na área da comunidade a ser atendida pela estação ou na área urbana da localidade, conforme o caso, de acordo com ao subitem 8.1, alínea "f", subalínea "f.", da Norma nº 1/2011.

V. Declaração, assinada pelo representante legal, de que a entidade não tem como integrante de seu quadro diretivo ou de associados, pessoas que, nessas condições, participem de outra entidade detentora de outorga para execução de qualquer dos serviços mencionados; de acordo com o disposto no subitem 8.1, alínea "f", subalínea "f.2", da Norma nº 1/2011.

VI. Relação contendo o nome de todos os associados pessoas físicas, com o número de documento de identidade e órgão expedidor e endereço de residência ou domicílio, bem como de todos os associados pessoas jurídicas, com o número do CNPJ e endereço da sede.

OBS: Na relação de associados encaminhada não consta o endereço de residência dos sócios.

3. Quanto ao subitem 20.3, alínea k, comunicamos que oportunamente o Ministério das Comunicações indicará o valor relativo às despesas decorrentes do ato de renovação, conforme estabelecido no art. 37 do Decreto nº 2615/1998.

## CONCLUSÃO

4. Em face do exposto, constatou-se a necessidade de saneamento das referidas pendências.

5. Desta forma, a entidade deverá ser comunicada para apresentar toda a documentação solicitada, sob pena de indeferimento do pedido de renovação de outorga e extinção da correspondente autorização.

À consideração superior.

Brasília, 26 de fevereiro de 2013.

  
NATÁLIA FROEMMING  
Chefe de Serviço

De acordo. Aprovo a Nota Técnica nº 0575/2013/CGRC/SCE-MC.

Brasília, 27 de fevereiro de 2013.

  
SAMIR AMANDO GRANJA NOBRE MAIA  
Coordenador-Geral de Radiodifusão Comunitária





MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES  
Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica  
Coordenação-Geral de radiodifusão Comunitária  
Esplanada dos Ministérios, Bloco R, 3º andar 70044-900 - Brasília – DF  
(61) 3311-6281



Ofício nº 686 /2013/CGRC/SCE-MC

Brasília, 27 de fevereiro de 2013.

Ao Senhor

**WELLINGTON TAVARES PARANAÍBA**

Representante Legal da Associação Comunitária e Cultural de Caçu  
Rua Manoel Carneiro Guimarães, nº 699 – Bairro Morado dos Sonhos  
75813-000 Caçu – GO

Assunto: **Encaminha Nota Técnica relativa à análise do Processo nº 53000.052021/2011.**

Senhor Representante Legal,

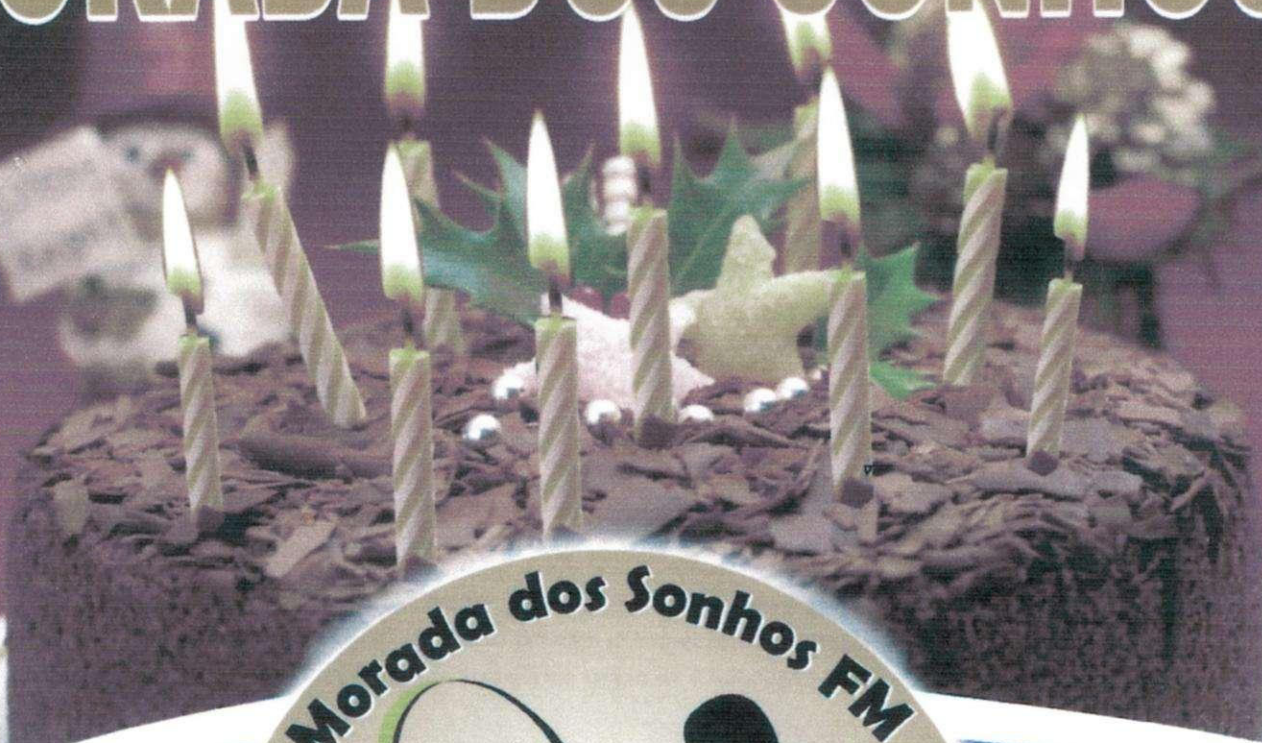
1. Tendo em vista a análise realizada no processo nº **53000.052021/2011**, na localidade de **Caçu / GO**, no qual essa Entidade requer renovação da outorga para execução do Serviço de Radiodifusão Comunitária, encaminhamos cópia da Nota Técnica nº **0575/2013**, que indica pendências na documentação encaminhada pela entidade.
2. Comunicamos, por fim, o prazo de 30 (trinta) dias, contados a partir da data de recebimento deste ofício de acordo com o AR Postal (Aviso de Recebimento) que o acompanha, para que a entidade apresente toda a documentação solicitada, sob pena de extinção da outorga.
3. O referido prazo poderá ser prorrogado por uma única vez, por igual período, **apenas** na ocorrência de caso fortuito ou de força maior, bem como nos casos de emergência ou de calamidade pública, regularmente comprovados, desde que a requerente apresente uma solicitação formal neste sentido, dentro do prazo para cumprimento das exigências. Decorrido esse prazo, a documentação encaminhada será considerada intempestiva. Ressaltamos ainda que não serão aceitas prorrogações de prazo solicitadas por fax, e-mail ou telefone.

Atenciosamente,

**SAMIR AMANDO GRANJA NOBRE MAIA**  
Coordenador-Geral de Radiodifusão Comunitária



# MORADA DOS SONHOS



**10 ANOS SERVINDO À COMUNIDADE**  
**2001 - 2011**





**ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA E CULTURAL DE CAÇU**

**Rádio Morada dos Sonhos FM 87,9**

**CNPJ Nº 02.896.548/0001-97**

**E-mail: [moradadossonhos@hotmail.com](mailto:moradadossonhos@hotmail.com)**

**[www.moradadossonhosfm.com.br](http://www.moradadossonhosfm.com.br)**

**Rua Manoel Carneiro Guimarães, nº 699 – Bairro Morada dos Sonhos**

**CEP 75813-000 – Caçu – Goiás**

**Telefone: 64-3656-1499**

Caçu – GO, 05 de abril de 2013.

Ilmo. Sr.

Samir Amando Granja Nobre Maia

MD Coordenador-Geral de Radiodifusão Comunitária

Brasília – DF

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES  
BRASÍLIA - DF

53000 017063/2013-34

SE4PA/SCE

11/04/2013-07:18

Prezado Senhor:

Ref. Processo nº 53000.052021/2011

Associação Comunitária e Cultural de Caçu

CNPJ: 02.896.548/0001-97

Vimos a presença de Vossa Senhoria, em atendimento ao Ofício nº 686/2013/CGRC/SCE-MC de 27/02/2013, encaminhar em anexo a documentação solicitada, para fins de sanar as pendências da entidade.

Sendo só o que apresenta para o momento, subscrevemo-nos.

Atenciosamente.

  
Wellington Tavares Paranaíba  
Representante Legal

132



**ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA E CULTURAL DE CAÇU**

**Rádio Morada dos Sonhos FM 87,9**

**CNPJ Nº 02.896.548/0001-97**

**E-mail: [moradadossonhos@hotmail.com](mailto:moradadossonhos@hotmail.com)**

**[www.moradadossonhosfm.com.br](http://www.moradadossonhosfm.com.br)**

**Rua Manoel Carneiro Guimarães, nº 699 – Bairro Morada dos Sonhos**

**CEP 75813-000 – Caçu – Goiás**

**Telefone: 64-3656-1499**

**DECLARAÇÃO**

Eu, **Wellington Tavares Paranaíba** - CPF: 253.038.721-49, na qualidade de representante legal da **ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA E CULTURAL DE CAÇU**, declaro para os devidos fins que todos os seus dirigentes residem na área da comunidade a ser atendida pela estação, de acordo com o subitem 8.1, alínea "f", subalínea "f", da Norma nº 1/2011.

**Wellington Tavares Paranaíba**

**CPF: 253.038.721-49**

**Representante Legal**





**ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA E CULTURAL DE CAÇU**

**Rádio Morada dos Sonhos FM 87,9**

**CNPJ Nº 02.896.548/0001-97**

**E-mail: [moradadossonhos@hotmail.com](mailto:moradadossonhos@hotmail.com)**

**[www.moradadossonhosfm.com.br](http://www.moradadossonhosfm.com.br)**

**Rua Manoel Carneiro Guimarães, nº 699 – Bairro Morada dos Sonhos**


**CEP 75813-000 – Caçu – Goiás**

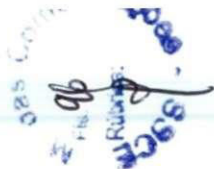
**Telefone: 64-3656-1499**

**DECLARAÇÃO**

Eu, Wellington Tavares Paranaíba - CPF: 253.038.721-49, na qualidade de representante legal da ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA E CULTURAL DE CAÇU, declaro para os devidos fins de a entidade não tem como integrante de seu quadro diretivo ou de associados, pessoas que, nessas condições, participem de outra entidade detentora de outorga para execução de qualquer dos serviços mencionados, de acordo com o disposto no subitem 8.1, alínea "f", subalínea "f2", da Norma nº 2/2011.

**Caçu-GO, 05 de abril de 2013**

  
**Wellington Tavares Paranaíba**  
**CPF: 253.038.721-49**  
**Representante Legal**



## RELAÇÃO DOS SÓCIOS

Endereço

NOME	CNPJ	RG	TELEFONE	Endereço
ALTIVO DOMINGOS DE FREITAS	094.912.951-87	594.9449SSPGO	8426-0120	Av. Ildefonso Carneiro N° 797 - Centro
CARLOS HUMBERTO DE MOURA	104.623.978-31	2305587SSPGO	3656-1777	Av. ildefonso Carneiro N° 1170 - Centro
CELMÍ TAVARES PARANAIBA	124.701.201-87	0.944753SSPMG	3656-1482	Av. Ildefonso Carneiro N° 1346 - Centro
DEZAIR ALVES PEREIRA	350.534.451-68	746.145SSPGO	9208-7103	Fazenda Retiro - zona rural
DIVINO NUNES MOREIRA	160.009.201-49	445.927SSPGO	3656-1238	R: José Reinaldo Vieira N° 454 Centro
DONIZETH GUIMARÃES	130.439.511-15	425.295SSPGO	3656-1304	R: Sena e melo N° 510 - Centro
EDMILSON JOSÉ DE FREITAS	421.895.001-68	000.406.872SSPMT	3656-1018	R: Manuel carneiro guimarães N°750 - Bairro Morada dos Sonhos
EUCLIDES DA SILVA BERARDO	307.177.288-20	7.998.539SSPSP	3656-2403	R: Neca Borges N° 1497 - Setor São Paulo
FÁTIMA M. DA CUNHA RODRIGUES	597.401.241-00	2209149/2DGPCGO	3656-1306	Av. Ildefonso carneiro N° 999 - Centro
GILSON DA FONSECA PEREZ	122.590.986-49	532.267SSPGO	3656-1004	R: José Reinaldo Vieira N° 763 - Centro
INÁCIO DA FONSECA PEREZ	054.546.031-04	292952/2DGPCGO	3656-1425	R: Jose Reinaldo Vieira N° 890 - Centro
JESUSMAR NUNES DA SILVA	435.769.236-91	1.193.759SSPGO	9643-0068	Fazenda Rosilho - Zona Rural
JOÃO BATISTA COSTA NASCIMENTO	220.159.901-78	1.187.181SSPGO	9967-3115	R: Neca Borges N° 1021 - Centro
JOSÉ DA FONSECA PEREZ	041.487.381-53	154195-2ª via SSPGO	3656-1106	R: Neca Borges N° 738 - Centro
JOSÉ DIVINO GUIMARÃES	127.952.161-91	616.99997-2ª viaGO	3656-1286	R: Neca Borges N° 1125 - Centro
JOSÉ LUZIA VIEIRA	077.228.181-53	294.243SSPGO	8403-7733	Av. Ildefonso Carneiro N° 909 - Centro
JUAREZ GAMA FILHO	217.189.461-04	730.760-2ª viaSSPGO	8135-2883	R: José Manuel de Castro N° 191 - Centro
LEONIDES DOLORES MACHADO	016.700.261-91	298.822-2ª viaSSPGO	9963-7405	Fazenda Matinha - Zona Rural
LUIZ CARLOS DA SILVA GONÇALVES	363.943.001-87	2.308.369SSPGO	3656-1419	R: 11 N° 941 - setor industrial
NELY DE CASTRO MORAIS	370.135.721-87	2.302.417SSPGO	3656-1551	R: José Reinaldo vieira N° 1427 - Centro
PLÍNIO SILVA	044.588.261-15	137.240SSPGO	9968-5257	R: Arthur Ferraz de Almeida N° 185 - Bairro Morada dos Sonhos
SEBASTIÃO NUNES SOUSA	134.434.881-53	616.987-2ª viaGO	9963-7231	R: Ataliba Ribeiro N° 405 - Centro
SÉRGIO CÂNDIDO DE CASTRO	288.286.741-72	1.446.052SSPGO	3656-1278	R: Pedro Pacheco N° 594 - Centro
UBALDINO CARDOSO PEREIRA	157.857.851-53	434.959-2ª viaGO	3656-2176	R: Joaquim Cardoso de Lemos N° 20 - Bairro Boa Vista
VALDELÍCIO FERNANDES DE SOUSA	011.958.241-49	376.457-2ª viaSSPGO	3656-1935	Av. Ildefonso Caeneiro N° 1733 - Centro
VANY NUNES DE FREITAS JÚNIOR	933.454.881-91	3.652.451DGPCGO	9643-0054	R: Arthur Ferraz de Almeida N° 2319 - Setor São Paulo
WAGNER VICENTE DA SILVA	077.218.461-53	234.881SSPGO	3656-1038	R: Neca Borges N° 464 - Centro
WELLINGTON TAVARES PARANAIBA	253.038.721-49	1.609.158SSPGO	3656-1656	Av: Pedro Pacheco N° 491 - Centro





**ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA E CULTURAL DE CAÇU**

**Rádio Morada dos Sonhos FM 87,9**

**CNPJ Nº 02.896.548/0001-97**

**E-mail: [moradadossonhos@hotmail.com](mailto:moradadossonhos@hotmail.com)**

**[www.moradadossonhosfm.com.br](http://www.moradadossonhosfm.com.br)**

**Rua Manoel Carneiro Guimarães, nº 699 – Bairro Morada dos Sonhos**

**CEP 75813-000 – Caçu – Goiás**

**Telefone: 64-3656-1499**

**DECLARAÇÃO DE FIEL CUMPRIMENTO DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL À  
RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA**

Nós, na qualidade de dirigentes da ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA E CULTURAL DE CAÇU, declaramos, para os devidos fins, que nos comprometemos ao fiel cumprimento da Lei nº 9.612/98 de 19 de fevereiro de 1998, do Regulamento e das Normas estabelecidas para o Serviço de Radiodifusão Comunitária.

**Wellington Tavares Paranaíba**

**CPF: 253.038.721-49**

**Representante Legal**

**Jesusmar Nunes da Silva**

**CPF: 435.769.236-91**

**Diretor de Operações**

**João Batista Costa Nascimento**

**CPF: 220.159.901-78**

**Diretor Administrativo**

**Nely de Castro Morais**

**CPF: 370.135.721-87**

**Diretor Cultural**



Caçu, 04 de abril de 2013.

Senhor Presidente,

Em virtude da necessidade de uma maior disponibilidade de atenção à minha família, venho em caráter irrevogável renunciar ao cargo de Diretor de Marketing da Associação Comunitária e Cultural de Caçu – Rádio Morada dos Sonhos.

Sendo o que tenho para o momento e contando com a compreensão de Vossa Senhoria e dos nobres pares, antecipo agradecimentos.

Atenciosamente,

-Wagner Vicente da Silva-

Ao Senhor

Wellington Tavares Paranaíba

DD. Diretor Executivo da Associação Comunitária e Cultural de Caçu

Nesta



COMARCA DE CAÇU - ESTADO DE GOIÁS  
TABELIONATO 1º DE NOTAS  
A presente Fotocópia é reprodução  
Fiel do documento original que  
me foi apresentado.

08-APR-2013  
CAÇU.  
☐ OLÍDIA M. DOS SANTOS - TAB  
☐ MARISTELA SOUSA C. PARANAIBA - ESCRIV  
☐ MÍSSE SOUSA CARVALHO - ESCRIV  
☐ ÂNGELA DE CASTRO DOS SANTOS - ESCRIV  
~ Evânia Freitas Guimarães Souza  
ESCREVENTE



**TABELIONATO 1º DE NOTAS**  
 Fone: (64) 556-1067 - Caçu-GO  
 Reconheço, por semelhança, a(s) assinatura(s) de \_\_\_\_\_  
 \_\_\_\_\_  
 posto que análoga(s) a(s) constante(s) de nosso arquivo.  
 Dou fé.  
 Caçu, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 20 \_\_\_\_  
 Em testº. \_\_\_\_\_ da verdade.

☐ OLDACK MUSA DOS SANTOS - 1º TAB. ☐ MARISTELA SOUSA C. PARANAÍRA - ESCRIV.  
☐ MISSE SOUSA CARVALHO - ESCRIV. ☐ ÂNGELA DE CASTRO SANTOS - ESCRIV.

*Sheila de Castro Santos Pessoa*  
 Escrevente



**TABELIONATO 1º DE NOTAS**  
 Fone: (64) 556-1067 - Caçu-GO  
 Reconheço, por semelhança, a(s) assinatura(s) de \_\_\_\_\_  
 \_\_\_\_\_  
 posto que análoga(s) a(s) constante(s) de nosso arquivo.  
 Dou fé.  
 Caçu, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 20 \_\_\_\_  
 Em testº. \_\_\_\_\_ da verdade.

☐ OLDACK MUSA DOS SANTOS - 1º TAB. ☐ MARISTELA SOUSA C. PARANAÍRA - ESCRIV.  
☐ MISSE SOUSA CARVALHO - ESCRIV. ☐ ÂNGELA DE CASTRO SANTOS - ESCRIV.

*Sheila de Castro Santos Pessoa*  
 Escrevente



COMARCA DE CAÇU - ESTADO DE GOIÁS  
**TABELIONATO 1º DE NOTAS**  
 A presente Fotocópia é reprodução  
 Fiel do documento original que  
 me foi apresentado.

CAÇU, 08 ABR 2013  
*[Signature]*  
☐ OLDACK MUSA DOS SANTOS - TAB.  
☐ MARISTELA SOUSA C. PARANAÍRA - ESCRIV.  
☐ MISSE SOUSA CARVALHO - ESCRIV.  
☐ ÂNGELA DE CASTRO DOS SANTOS - ESCRIV.

*Evania Freitas Guimarães Souza*  
 ESCRIVENTE





SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
MINISTÉRIO DA JUSTIÇA  
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL



**CERTIDÃO DE ANTECEDENTES CRIMINAIS**

Nº 10582972013

O Departamento de Polícia Federal **CERTIFICA**, após pesquisa no Sistema Nacional de Informações Criminais - SINIC, que até a presente data, **NÃO CONSTA** registro de antecedentes criminais em nome de **WELLINGTON\*TAVARES\*PARANAIBA**, nacionalidade brasileira, filho(a) de CÉLIO MORAIS PARANAÍBA e MILOSA TAVARES MORAIS, nascido(a) aos 30/07/1965, natural de JATAÍ/GO, Documento de identificação 1609158 SSP/GO, CPF 253.038.721-49.

**Observações:**

- 1) Certidão expedida gratuitamente por meio da **Internet** em conformidade com a Instrução Normativa nº 005/2008-DG/DPF;
- 2) Esta certidão foi expedida com base nos dados informados e somente será válida com a apresentação de documento de identificação para confirmação dos dados;
- 3) A autenticidade desta certidão DEVERÁ ser confirmada na página do Departamento de Polícia Federal, no endereço (<http://www.dpf.gov.br>);
- 4) Para evitar incorreções no nome do titular, os espaços foram substituídos por asteriscos (\*);
- 5) Verifique, antes de apresentar ou aceitar esta certidão, se os nomes foram informados corretamente e se há apenas um asterisco entre cada nome ou sobrenome do titular;
- 6) Esta certidão é válida por 90 dias.

Brasília-DF, 14:14 de 01/04/2013





PODER JUDICIÁRIO  
Tribunal Regional Federal da 1ª Região  
Seção Judiciária do Estado de Goiás



Certidão de Distribuição  
Ações e Execuções Cíveis, Criminais e JEF

Nº 105649

**CERTIFICO**, revendo os registros de distribuição de 25 de abril de 1.967 até a presente data, **que contra:**

**WELLINGTON TAVARES PARANAIBA**, ou vinculado ao **CPF: 253.038.721-49**,

**N A D A C O N S T A** na Justiça Federal de 1ª Instância, Seção Judiciária do Estado de Goiás.

**Observações:**

- a) Certidão expedida gratuitamente, através da **Internet**;
- b) a informação do nº do CPF acima é de responsabilidade do solicitante da Certidão, devendo a titularidade ser conferida pelo interessado e destinatário;
- c) a autenticidade desta certidão poderá ser confirmada na página da Seção Judiciária do Estado de Goiás (**www.jfgo.jus.br**), pelo prazo de até 3 (três) meses após a sua expedição;
- d) válida por 30 (trinta) dias;
- e) esta Certidão tem a mesma validade da emitida diretamente no balcão da Justiça Federal, ressalvada a obrigatoriedade do destinatário conferir a titularidade do número do CPF informado, bem como confirmar a autenticidade da certidão na página eletrônica da Justiça federal.
- f) A presente Certidão abrange, inclusive, as Subseções Judiciárias da Seção Judiciária do Estado de Goiás, com banco(s) de dados atualizado(s) em:  
Subseção Judiciária de Anápolis(GO) = Anápolis/GO;  
Subseção Judiciária de Aparecida de Goiânia(GO) = Aparecida de Goiânia/GO;  
Subseção Judiciária de Formosa(GO) = Formosa/GO;  
Subseção Judiciária de Itumbiara(GO) = Itumbiara/GO;  
Subseção Judiciária de Jataí(GO) = Jataí/GO;  
Subseção Judiciária de Luziania(GO) = Luziânia/GO;  
Subseção Judiciária de Rio Verde(GO) = Rio Verde-GO;  
Subseção Judiciária de Uruaçu(GO) = Uruaçu/GO;

Goiânia/GO, 10h45, 01/04/2013.

Endereço: Rua 19, nº 244 - Centro, CEP: 74030-090, Goiânia-GO.  
Fone: (62) 3226-1549. e-Mail: nucju@go.trf1.gov.br







Estado de Goiás  
Poder Judiciário  
Comarca de CAÇU



### Distribuidor de Caçu

S.Sa , escrivão(ã) do Cartório Distribuidor da Comarca de CAÇU,  
Estado de Goiás, na forma da lei, etc.

## CERTIDÃO NEGATIVA - CRIMINAL

**CERTIFICA** a requerimento da parte interessada que, revendo nesta Serventia o seu banco de dados informatizado, os livros, fichas, papéis e demais assentamentos, verificou dos mesmos **NAO CONSTAR AÇÃO PENAL EM ANDAMENTO CONTRA:**

Identificação:

Requerente : WELLINGTON TAVARES PARANAIBA  
Nome do Pai : CELIO MORAIS PARANAIBA  
Nome da Mãe : MILOSA TAVARES MORAIS  
Data Nascimento : 30/07/1965  
Nacionalidade : BRASILEIRA  
Profissão : COMERCIANTE  
Estado Civil : CASADO  
Sexo : Masculino  
CPF : 25303872149  
Domicilio : CACU - GOIAS

**NADA MAIS.** Era tudo o que foi pedido para Certificar, do que se reporta e da fé. Dada e passada nesta Cidade e Comarca, do Estado de Goiás em 26 de Março de 2013.

CARTÓRIO DISTRIBUIDOR

Valor da Certidão.....  
Valor da Taxa Judiciária.....  
Total.....  
Data da Receita.....  
Guia no.....

RS 23,37

RS 10,11

RS 33,48

109647361



ESTA CERTIDÃO ABRANGE OS PROCESSOS DO SPG (SISTEMAS DE PRIMEIRO GRAU) E PROJUDI.

16:13:49 JADICO ANTÔNIO FURTADO 2668807



Tribunal de Justiça do Estado de Goiás

Documento Publicado Digitalmente em 26/03/2013 - 16:13:53

Validação pelo código: 109982831635, no endereço: <https://projudi.tjgo.jus.br/CertidaoPublica>



JUSTIÇA ELEITORAL  
106ª ZONA ELEITORAL DE CAÇU - GO  
AVENIDA JOSE JUNQUEIRA DE ALMEIDA 714 Telefone 64 36561466



## Certidão

Certifico que, de acordo com os assentamentos do Cadastro Eleitoral e com o que dispõe a Res.-TSE nº 21.823/2004, o eleitor abaixo qualificado está quite com a Justiça Eleitoral na presente data .

Eleitor: WELLINGTON TAVARES PARANAIBA  
Inscrição: 017990101066      Zona: 106    Seção: 8  
Município: 92851 - CAÇU    UF: GO  
Data de nascimento: 30/07/1965    Domiciliado desde: 18/09/1986  
Filiação: MILOSA TAVARES MORAIS  
            CELIO MORAIS PARANAIBA

Em 26 de março de 2013.

DEINER CÉSAR PÁDUA TOLEDO  
CHEFE DO CARTÓRIO

Res.-TSE nº 21.823/2004:

"O conceito de quitação eleitoral reúne a plenitude do gozo dos direitos políticos, o regular exercício do voto, salvo quando facultativo, o atendimento a convocações da Justiça Eleitoral para auxiliar os trabalhos relativos ao pleito, a inexistência de multas aplicadas, em caráter definitivo, pela Justiça Eleitoral e não remetidas, excetuadas as anistias legais, e a regular prestação de contas de campanha eleitoral, quando se tratar de candidatos."

A plenitude do gozo de direitos políticos decorre da inocorrência de perda de nacionalidade; cancelamento de naturalização por sentença transitada em julgado; interdição por incapacidade civil absoluta; condenação criminal transitada em julgado, enquanto durarem seus efeitos; recusa de cumprir obrigação a todos imposta ou prestação alternativa; condenação por improbidade administrativa; conscrição; inelegibilidade; e opção, em Portugal, pelo estatuto da igualdade.





JUSTIÇA ELEITORAL  
106ª ZONA ELEITORAL DE CAÇU - GO  
AVENIDA JOSE JUNQUEIRA DE ALMEIDA 714 Telefone 64 36561466



## Certidão

Certifico que, consultando o cadastro eleitoral, verificou-se NÃO CONSTAR registro de condenação criminal eleitoral, transitada em julgado, para o eleitor abaixo qualificado.

Eleitor: WELLINGTON TAVARES PARANAIBA  
Inscrição: 017990101066      Zona: 106    Seção: 8  
Município: 92851 - CAÇU    UF: GO  
Data de nascimento: 30/07/1965    Domiciliado desde: 18/09/1986  
Filiação: MILOSA TAVARES MORAIS  
            CELIO MORAIS PARANAIBA

Em 26 de março de 2013.

DEINER CÉSAR PÁDUA TOLEDO  
CHEFE DO CARTÓRIO



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
MINISTÉRIO DA JUSTIÇA  
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL



**CERTIDÃO DE ANTECEDENTES CRIMINAIS**

Nº 10536042013

O Departamento de Polícia Federal **CERTIFICA**, após pesquisa no Sistema Nacional de Informações Criminais - SINIC, que até a presente data, **NÃO CONSTA** registro de antecedentes criminais em nome de **JOÃO\*BATISTA\*COSTA\*NASCIMENTO**, nacionalidade brasileira, filho(a) de ZACARIAS COSTA DO NASCIMENTO e DAGMAR MARIA DE JESUS, nascido(a) aos 01/08/1957, natural de RIO VERDE/GO, Documento de identificação 1187181 SSP/GO, CPF 220.159.901-78.

**Observações:**

- 1) Certidão expedida gratuitamente por meio da **Internet** em conformidade com a Instrução Normativa nº 005/2008-DG/DPF;
- 2) Esta certidão foi expedida com base nos dados informados e somente será válida com a apresentação de documento de identificação para confirmação dos dados;
- 3) A autenticidade desta certidão DEVERÁ ser confirmada na página do Departamento de Polícia Federal, no endereço (<http://www.dpf.gov.br>)
- 4) Para evitar incorreções no nome do titular, os espaços foram substituídos por asteriscos (\*);
- 5) Verifique, antes de apresentar ou aceitar esta certidão, se os nomes foram informados corretamente e se há apenas um asterisco entre cada nome ou sobrenome do titular;
- 6) Esta certidão é válida por 90 dias.

Brasília-DF, 11:01 de 01/04/2013





PODER JUDICIÁRIO  
Tribunal Regional Federal da 1ª Região  
Seção Judiciária do Estado de Goiás



Certidão de Distribuição  
Ações e Execuções Cíveis, Criminais e JEF

Nº 105652

**CERTIFICO**, revendo os registros de distribuição de 25 de abril de 1.967 até a presente data, **que contra:**

**JOAO BATISTA COSTA NASCIMENTO**, ou vinculado ao **CPF: 220.159.901-78**,

**N A D A C O N S T A** na Justiça Federal de 1ª Instância, Seção Judiciária do Estado de Goiás.

**Observações:**

- a) Certidão expedida gratuitamente, através da **Internet**;
- b) a informação do nº do CPF acima é de responsabilidade do solicitante da Certidão, devendo a titularidade ser conferida pelo interessado e destinatário;
- c) a autenticidade desta certidão poderá ser confirmada na página da Seção Judiciária do Estado de Goiás (**www.jfgo.jus.br**), pelo prazo de até 3 (três) meses após a sua expedição;
- d) válida por 30 (trinta) dias;
- e) esta Certidão tem a mesma validade da emitida diretamente no balcão da Justiça Federal, ressalvada a obrigatoriedade do destinatário conferir a titularidade do número do CPF informado, bem como confirmar a autenticidade da certidão na página eletrônica da Justiça federal.
- f) A presente Certidão abrange, inclusive, as Subseções Judiciárias da Seção Judiciária do Estado de Goiás, com banco(s) de dados atualizado(s) em:
  - Subseção Judiciária de Anápolis(GO) = Anápolis/GO;
  - Subseção Judiciária de Aparecida de Goiânia(GO) = Aparecida de Goiânia/GO;
  - Subseção Judiciária de Formosa(GO) = Formosa/GO;
  - Subseção Judiciária de Itumbiara(GO) = Itumbiara/GO;
  - Subseção Judiciária de Jataí(GO) = Jataí/GO;
  - Subseção Judiciária de Luziania(GO) = Luziânia/GO;
  - Subseção Judiciária de Rio Verde(GO) = Rio Verde-GO;
  - Subseção Judiciária de Uruaçu(GO) = Uruaçu/GO;

Goiânia/GO, 10h47, 01/04/2013.

Endereço: Rua 19, nº 244 - Centro, CEP: 74030-090, Goiânia-GO.  
Fone: (62) 3226-1549. e-Mail: nucju@go.trf1.gov.br







Estado de Goiás  
Poder Judiciário  
Comarca de CAÇU



### Distribuidor de Caçu

S.Sa , escrivão(ã) do Cartório Distribuidor da Comarca de CAÇU,  
Estado de Goiás, na forma da lei, etc.

## CERTIDÃO NEGATIVA - CRIMINAL

**CERTIFICA** a requerimento da parte interessada que, revendo nesta Serventia o seu banco de dados informatizado, os livros, fichas, papéis e demais assentamentos, verificou dos mesmos **NAO CONSTAR AÇÃO PENAL EM ANDAMENTO CONTRA:**

Identificação:

Requerente : JOAO BATISTA COSTA NASCIMENTO  
Nome do Pai : ZACARIAS COSTA DO NASCIMENTO  
Nome da Mãe : DAGMAR MARIA DE JESUS  
Data Nascimento : 01/08/1957  
Nacionalidade : BRASILEIRA  
Profissão : REPRESENTANTE COMERCIAL  
Estado Civil : CASADO  
Sexo : Masculino  
CPF : 22015990178  
Domicilio : CACU - GOIAS

**NADA MAIS.** Era tudo o que foi pedido para Certificar, do que se reporta e da fé. Dada e passada nesta Cidade e Comarca, do Estado de Goiás em 26 de Março de 2013.

CARTÓRIO DISTRIBUIDOR

Valor da Certidão.....  
Valor da Taxa Judiciária.....  
Total.....  
Data da Receita.....  
Guia no.....

R\$ 23,37

R\$ 10,11

R\$ 33,48

109643585



ESTA CERTIDÃO ABRANGE OS PROCESSOS DO SPG (SISTEMAS DE PRIMEIRO GRAU) E PROJUDI.

15:47:03 JADICO ANTÔNIO FURTADO 2668807



Tribunal de Justiça do Estado de Goiás  
Documento Publicado Digitalmente em 26/03/2013 - 15:47:05  
Validação pelo código: 109382871221, no endereço: <https://projudi.tjgo.jus.br/CertidaoPublica>



JUSTIÇA ELEITORAL  
106ª ZONA ELEITORAL DE CAÇU - GO  
AVENIDA JOSE JUNQUEIRA DE ALMEIDA 714 Telefone 64 36561466



## Certidão

Certifico que, consultando o cadastro eleitoral, verificou-se NÃO CONSTAR registro de condenação criminal eleitoral, transitada em julgado, para o eleitor abaixo qualificado.

Eleitor: JOAO BATISTA COSTA NASCIMENTO  
Inscrição: 017991201007 Zona: 106 Seção: 4  
Município: 92851 - CAÇU UF: GO  
Data de nascimento: 01/08/1957 Domiciliado desde: 18/09/1986  
Filiação: DAGMAR MARIA DE JESUS  
ZACARIAS COSTA DO NASCIMENTO

Em 26 de março de 2013.

DEINER CÉSAR PÁDUA TOLEDO  
CHEFE DO CARTÓRIO





JUSTIÇA ELEITORAL  
106ª ZONA ELEITORAL DE CAÇU - GO  
AVENIDA JOSE JUNQUEIRA DE ALMEIDA 714 Telefone 64 36561466



## Certidão

Certifico que, de acordo com os assentamentos do Cadastro Eleitoral e com o que dispõe a Res.-TSE nº 21.823/2004, o eleitor abaixo qualificado está quite com a Justiça Eleitoral na presente data .

Eleitor: JOAO BATISTA COSTA NASCIMENTO  
Inscrição: 017991201007      Zona: 106   Seção: 4  
Município: 92851 - CAÇU      UF: GO  
Data de nascimento: 01/08/1957   Domiciliado desde: 18/09/1986  
Filiação: DAGMAR MARIA DE JESUS  
             ZACARIAS COSTA DO NASCIMENTO

Em 26 de março de 2013.

DEINER CÉSAR PÁDUA TOLEDO  
CHEFE DO CARTÓRIO

Res.-TSE nº 21.823/2004:

"O conceito de quitação eleitoral reúne a plenitude do gozo dos direitos políticos, o regular exercício do voto, salvo quando facultativo, o atendimento a convocações da Justiça Eleitoral para auxiliar os trabalhos relativos ao pleito, a inexistência de multas aplicadas, em caráter definitivo, pela Justiça Eleitoral e não remitidas, excetuadas as anistias legais, e a regular prestação de contas de campanha eleitoral, quando se tratar de candidatos."

A plenitude do gozo de direitos políticos decorre da inoccorrência de perda de nacionalidade; cancelamento de naturalização por sentença transitada em julgado; interdição por incapacidade civil absoluta; condenação criminal transitada em julgado, enquanto durarem seus efeitos; recusa de cumprir obrigação a todos imposta ou prestação alternativa; condenação por improbidade administrativa; conscrição; inelegibilidade; e opção, em Portugal, pelo estatuto da igualdade.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
MINISTÉRIO DA JUSTIÇA  
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL



**CERTIDÃO DE ANTECEDENTES CRIMINAIS**

Nº 10583952013

O Departamento de Polícia Federal **CERTIFICA**, após pesquisa no Sistema Nacional de Informações Criminais - SINIC, que até a presente data, **NÃO CONSTA** registro de antecedentes criminais em nome de **JESUSMAR\*NUNES\*DA\*SILVA**, nacionalidade brasileira, filho(a) de **TEÓFILO FERREIRA DA SILVA** e **ELIZIANUNES DA SILVA**, nascido(a) aos 27/02/1962, natural de CAÇU/GO, Documento de identificação 1193759 SSP/GO, CPF 435.769.236-91.

**Observações:**

- 1) Certidão expedida gratuitamente por meio da **Internet** em conformidade com a Instrução Normativa nº 005/2008-DG/DPF;
- 2) Esta certidão foi expedida com base nos dados informados e somente será válida com a apresentação de documento de identificação para confirmação dos dados;
- 3) A autenticidade desta certidão **DEVERÁ** ser confirmada na página do Departamento de Polícia Federal, no endereço (<http://www.dpf.gov.br>);
- 4) Para evitar incorreções no nome do titular, os espaços foram substituídos por asteriscos (\*);
- 5) Verifique, antes de apresentar ou aceitar esta certidão, se os nomes foram informados corretamente e se há apenas um asterisco entre cada nome ou sobrenome do titular;
- 6) Esta certidão é válida por 90 dias.

Brasília-DF, 14:18 de 01/04/2013





PODER JUDICIÁRIO  
Tribunal Regional Federal da 1ª Região  
Seção Judiciária do Estado de Goiás



Certidão de Distribuição  
Ações e Execuções Cíveis, Criminais e JEF

Nº 105672

**CERTIFICO**, revendo os registros de distribuição de 25 de abril de 1.967 até a presente data, **que contra:**

**JESUSMAR NUNES DA SILVA**, ou vinculado ao **CPF: 435.769.236-91**,

**N A D A   C O N S T A** na Justiça Federal de 1ª Instância, Seção Judiciária do Estado de Goiás.

**Observações:**

- a) Certidão expedida gratuitamente, através da **Internet**;
- b) a informação do nº do CPF acima é de responsabilidade do solicitante da Certidão, devendo a titularidade ser conferida pelo interessado e destinatário;
- c) a autenticidade desta certidão poderá ser confirmada na página da Seção Judiciária do Estado de Goiás (**www.jfgo.jus.br**), pelo prazo de até 3 (três) meses após a sua expedição;
- d) válida por 30 (trinta) dias;
- e) esta Certidão tem a mesma validade da emitida diretamente no balcão da Justiça Federal, ressalvada a obrigatoriedade do destinatário conferir a titularidade do número do CPF informado, bem como confirmar a autenticidade da certidão na página eletrônica da Justiça federal.
- f) A presente Certidão abrange, inclusive, as Subseções Judiciárias da Seção Judiciária do Estado de Goiás, com banco(s) de dados atualizado(s) em:
  - Subseção Judiciária de Anápolis(GO) = Anápolis/GO;
  - Subseção Judiciária de Aparecida de Goiânia(GO) = Aparecida de Goiânia/GO;
  - Subseção Judiciária de Formosa(GO) = Formosa/GO;
  - Subseção Judiciária de Itumbiara(GO) = Itumbiara/GO;
  - Subseção Judiciária de Jataí(GO) = Jataí/GO;
  - Subseção Judiciária de Luziania(GO) = Luziânia/GO;
  - Subseção Judiciária de Rio Verde(GO) = Rio Verde-GO;
  - Subseção Judiciária de Uruaçu(GO) = Uruaçu/GO;

Goiânia/GO, 10h51, 01/04/2013.

Endereço: Rua 19, nº 244 - Centro, CEP: 74030-090, Goiânia-GO.  
Fone: (62) 3226-1549. e-Mail: nucju@go.trf1.gov.br







Estado de Goiás  
Poder Judiciário  
Comarca de CAÇU



### Distribuidor de Caçu

S.Sa, escrivão(ã) do Cartório Distribuidor da Comarca de CAÇU,  
Estado de Goiás, na forma da lei, etc.

## CERTIDÃO NEGATIVA - CRIMINAL

**CERTIFICA** a requerimento da parte interessada que, revendo nesta Serventia o seu banco de dados informatizado, os livros, fichas, papéis e demais assentamentos, verificou dos mesmos **NAO CONSTAR AÇÃO PENAL EM ANDAMENTO CONTRA:**

#### Identificação:

Requerente : JESUSMAR NUNES DA SILVA  
Nome do Pai : TEOFILO FERREIRA DA SILVA  
Nome da Mãe : ELIZIA NUNES FERREIRA  
Data Nascimento : 27/02/1962  
Nacionalidade : BRASILEIRA  
Profissão : PECUARISTA  
Estado Civil : CASADO  
Sexo : Masculino  
CPF : 43576923691  
Domicílio : CACU - GOIAS

**NADA MAIS.** Era tudo o que foi pedido para Certificar, do que se reporta e da fé. Dada e passada nesta Cidade e Comarca, do Estado de Goiás em 1 de Abril de 2013.

CARTÓRIO DISTRIBUIDOR

Valor da Certidão..... R\$ 23,37  
Valor da Taxa Judiciária..... R\$ 10,11  
Total..... R\$ 33,48  
Data da Receita.....  
Guia no..... 109761634

*Jadico Antônio Furtado*  
Jadico Antônio Furtado  
Escritor Dist. e Partida



ESTA CERTIDÃO ABRANGE OS PROCESSOS DO SPG (SISTEMAS DE PRIMEIRO GRAU) E PROJUDI.

15:56:56 JADICO ANTÔNIO FURTADO 2668807



Tribunal de Justiça do Estado de Goiás  
Documento Publicado Digitalmente em 01/04/2013 - 15:56:58  
Validação pelo código: 109982340586, no endereço: <https://projudi.tjgo.jus.br/CertidaoPublica>



JUSTIÇA ELEITORAL  
106ª ZONA ELEITORAL DE CAÇU - GO  
AVENIDA JOSE JUNQUEIRA DE ALMEIDA 714 Telefone 64 36561466



## Certidão

Certifico que, de acordo com os assentamentos do Cadastro Eleitoral e com o que dispõe a Res.-TSE nº 21.823/2004, o eleitor abaixo qualificado está quite com a Justiça Eleitoral na presente data .

Eleitor: JESUSMAR NUNES DA SILVA  
Inscrição: 017943001007 Zona: 106 Seção: 6  
Município: 92851 - CAÇU UF: GO  
Data de nascimento: 27/02/1962 Domiciliado desde: 18/09/1986  
Filiação: ELIZIA NUNES DA SILVA  
TEOFILO FERREIRA DA SILVA

Em 1 de abril de 2013.

LÉU DE ALMEIDA SOUZA  
TÉCNICO JUDICIÁRIO - ÁREA JUDICIÁRIA

Res.-TSE nº 21.823/2004:

"O conceito de quitação eleitoral reúne a plenitude do gozo dos direitos políticos, o regular exercício do voto, salvo quando facultativo, o atendimento a convocações da Justiça Eleitoral para auxiliar os trabalhos relativos ao pleito, a inexistência de multas aplicadas, em caráter definitivo, pela Justiça Eleitoral e não remetidas, excetuadas as anistias legais, e a regular prestação de contas de campanha eleitoral, quando se tratar de candidatos."

A plenitude do gozo de direitos políticos decorre da inocorrência de perda de nacionalidade; cancelamento de naturalização por sentença transitada em julgado; interdição por incapacidade civil absoluta; condenação criminal transitada em julgado, enquanto durarem seus efeitos; recusa de cumprir obrigação a todos imposta ou prestação alternativa; condenação por improbidade administrativa; conscrição; inelegibilidade; e opção, em Portugal, pelo estatuto da igualdade.





SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
MINISTÉRIO DA JUSTIÇA  
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL



**CERTIDÃO DE ANTECEDENTES CRIMINAIS**

Nº 10581262013

O Departamento de Polícia Federal **CERTIFICA**, após pesquisa no Sistema Nacional de Informações Criminais - SINIC, que até a presente data, **NÃO CONSTA** registro de antecedentes criminais em nome de **NELY\*DE\*CASTRO\*MORAIS**, nacionalidade brasileira, filho(a) de JOAQUIM CARVALHO DE MORAIS e LUZIA ARCHANJA DE MORAIS, nascido(a) aos 01/05/1966, natural de CAÇU/GO, Documento de identificação 2302417 SSP/GO.

**Observações:**

- 1) Certidão expedida gratuitamente por meio da **Internet** em conformidade com a Instrução Normativa nº 005/2008-DG/DPF;
- 2) Esta certidão foi expedida com base nos dados informados e somente será válida com a apresentação de documento de identificação para confirmação dos dados;
- 3) A autenticidade desta certidão DEVERÁ ser confirmada na página do Departamento de Polícia Federal, no endereço (<http://www.dpf.gov.br>)
- 4) Para evitar incorreções no nome do titular, os espaços foram substituídos por asteriscos (\*);
- 5) Verifique, antes de apresentar ou aceitar esta certidão, se os nomes foram informados corretamente e se há apenas um asterisco entre cada nome ou sobrenome do titular;
- 6) Esta certidão é válida por 90 dias.

Brasília-DF, 14:06 de 01/04/2013



PODER JUDICIÁRIO  
Tribunal Regional Federal da 1ª Região  
Seção Judiciária do Estado de Goiás



Certidão de Distribuição  
Ações e Execuções Cíveis, Criminais e JEF

Nº 105660

**CERTIFICO**, revendo os registros de distribuição de 25 de abril de 1.967 até a presente data, **que contra:**

**NELY DE CASTRO MORAIS**, ou vinculado ao **CPF: 370.135.721-87**,

**N A D A   C O N S T A** na Justiça Federal de 1ª Instância, Seção Judiciária do Estado de Goiás.

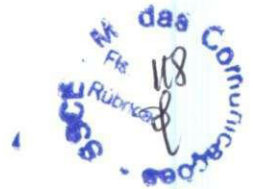
**Observações:**

- a) Certidão expedida gratuitamente, através da **Internet**;
- b) a informação do nº do CPF acima é de responsabilidade do solicitante da Certidão, devendo a titularidade ser conferida pelo interessado e destinatário;
- c) a autenticidade desta certidão poderá ser confirmada na página da Seção Judiciária do Estado de Goiás (**www.jfgo.jus.br**), pelo prazo de até 3 (três) meses após a sua expedição;
- d) válida por 30 (trinta) dias;
- e) esta Certidão tem a mesma validade da emitida diretamente no balcão da Justiça Federal, ressalvada a obrigatoriedade do destinatário conferir a titularidade do número do CPF informado, bem como confirmar a autenticidade da certidão na página eletrônica da Justiça federal.
- f) A presente Certidão abrange, inclusive, as Subseções Judiciárias da Seção Judiciária do Estado de Goiás, com banco(s) de dados atualizado(s) em:
  - Subseção Judiciária de Anápolis(GO) = Anápolis/GO;
  - Subseção Judiciária de Aparecida de Goiânia(GO) = Aparecida de Goiânia/GO;
  - Subseção Judiciária de Formosa(GO) = Formosa/GO;
  - Subseção Judiciária de Itumbiara(GO) = Itumbiara/GO;
  - Subseção Judiciária de Jataí(GO) = Jataí/GO;
  - Subseção Judiciária de Luziania(GO) = Luziânia/GO;
  - Subseção Judiciária de Rio Verde(GO) = Rio Verde-GO;
  - Subseção Judiciária de Uruaçu(GO) = Uruaçu/GO;

Goiânia/GO, 10h49, 01/04/2013.



Endereço: Rua 19, nº 244 - Centro, CEP: 74030-090, Goiânia-GO.  
Fone: (62) 3226-1549. e-Mail: nucju@go.trf1.gov.br





Estado de Goiás  
Poder Judiciário  
Comarca de CAÇU



### Distribuidor de Caçu

S.Sa , escrivão(ã) do Cartório Distribuidor da Comarca de CAÇU,  
Estado de Goiás, na forma da lei, etc.

### CERTIDÃO NEGATIVA - CRIMINAL

**CERTIFICA** a requerimento da parte interessada que, revendo nesta Serventia o seu banco de dados informatizado, os livros, fichas, papéis e demais assentamentos, verificou dos mesmos **NAO CONSTAR AÇÃO PENAL EM ANDAMENTO CONTRA:**

#### Identificação:

Requerente : NELY DE CASTRO MORAIS  
Nome do Pai : JOAQUIM CARVALHO DE MORAIS  
Nome da Mãe : LUZIA ARCHANJA DE MORAIS  
Data Nascimento : 01/05/1966  
Nacionalidade : BRASILEIRA  
Profissão : COMERCIANTE  
Estado Civil : CASADO  
Sexo : Masculino  
CPF : 37013572187  
Domicílio : CACU - GOIAS

**NADA MAIS.** Era tudo o que foi pedido para Certificar, do que se reporta e da fé. Dada e passada nesta Cidade e Comarca, do Estado de Goiás em 26 de Março de 2013.

CARTÓRIO DISTRIBUIDOR

Valor da Certidão.....  
Valor da Taxa Judiciária.....  
Total.....  
Data da Receita.....  
Guia no.....

*Jadico Antonio Furtado*  
Jadico Antonio Furtado  
Escritor de Cartório

RS 26,34  
RS 10,11  
RS 33,48  
109638662



ESTA CERTIDÃO ABRANGE OS PROCESSOS DO SPG (SISTEMAS DE PRIMEIRO GRAU) E PROJUDI.

15:26:26 JADICO ANTÔNIO FURTADO 2668807



Tribunal de Justiça do Estado de Goiás  
Documento Publicado Digitalmente em 26/03/2013 - 15:26:29  
Validação pelo código: 109182861379, no endereço: <https://projudi.tjgo.jus.br/CertidaoPublica>





JUSTIÇA ELEITORAL  
106ª ZONA ELEITORAL DE CAÇU - GO  
AVENIDA JOSE JUNQUEIRA DE ALMEIDA 714 Telefone 64 36561466



## Certidão

Certifico que, de acordo com os assentamentos do Cadastro Eleitoral e com o que dispõe a Res.-TSE nº 21.823/2004, o eleitor abaixo qualificado está quite com a Justiça Eleitoral na presente data .

Eleitor: NELY DE CASTRO MORAIS  
Inscrição: 017955211015      Zona: 106    Seção: 7  
Município: 92851 - CAÇU    UF: GO  
Data de nascimento: 01/05/1966    Domiciliado desde: 18/09/1986  
Filiação: LUZIA ARCANJA DE MORAIS  
              JOAQUIM CARVALHO DE MORAIS

Em 26 de março de 2013.

DEINER CÉSAR PÁDUA TOLEDO  
CHEFE DO CARTÓRIO

Res.-TSE nº 21.823/2004:

"O conceito de quitação eleitoral reúne a plenitude do gozo dos direitos políticos, o regular exercício do voto, salvo quando facultativo, o atendimento a convocações da Justiça Eleitoral para auxiliar os trabalhos relativos ao pleito, a inexistência de multas aplicadas, em caráter definitivo, pela Justiça Eleitoral e não remitidas, excetuadas as anistias legais, e a regular prestação de contas de campanha eleitoral, quando se tratar de candidatos."

A plenitude do gozo de direitos políticos decorre da inoccorrência de perda de nacionalidade; cancelamento de naturalização por sentença transitada em julgado; interdição por incapacidade civil absoluta; condenação criminal transitada em julgado, enquanto durarem seus efeitos; recusa de cumprir obrigação a todos imposta ou prestação alternativa; condenação por improbidade administrativa; conscrição; inelegibilidade; e opção, em Portugal, pelo estatuto da igualdade.



JUSTIÇA ELEITORAL  
106ª ZONA ELEITORAL DE CAÇU - GO  
AVENIDA JOSE JUNQUEIRA DE ALMEIDA 714 Telefone 64 36561466



## Certidão

Certifico que, consultando o cadastro eleitoral, verificou-se NÃO CONSTAR registro de condenação criminal eleitoral, transitada em julgado, para o eleitor abaixo qualificado.

Eleitor: NELY DE CASTRO MORAIS  
Inscrição: 017955211015 Zona: 106 Seção: 7  
Município: 92851 - CAÇU UF: GO  
Data de nascimento: 01/05/1966 Domiciliado desde: 18/09/1986  
Filiação: LUZIA ARCANJA DE MORAIS  
JOAQUIM CARVALHO DE MORAIS

Em 26 de março de 2013.

DEINER CÉSAR PÁDUA TOLEDO  
CHEFE DO CARTÓRIO





**MINISTÉRIO DA FAZENDA**  
**Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional**  
**Secretaria da Receita Federal do Brasil**

**CERTIDÃO CONJUNTA NEGATIVA**  
**DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS FEDERAIS E À DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO**

**Nome: ASSOCIACAO COMUNITARIA E CULTURAL DE CACU**  
**CNPJ: 02.896.548/0001-97**

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que não constam pendências em seu nome, relativas a tributos administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e a inscrições em Dívida Ativa da União junto à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Esta certidão, emitida em nome da matriz e válida para todas as suas filiais, refere-se exclusivamente à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN, não abrangendo as contribuições previdenciárias e as contribuições devidas, por lei, a terceiros, inclusive as inscritas em Dívida Ativa do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), objeto de certidão específica.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <<http://www.receita.fazenda.gov.br>> ou <<http://www.pgfn.fazenda.gov.br>>.

Certidão emitida com base na Portaria Conjunta PGFN/RFB nº 3, de 02/05/2007.

Emitida às 09:28:19 do dia 12/03/2013 <hora e data de Brasília>.

Válida até 08/09/2013.

Código de controle da certidão: **F148.F02D.5FCE.78A5**

Certidão emitida gratuitamente.

Atenção: qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.

[Nova Consulta](#)



Preparar página  
para impressão



Estado de Goiás  
Secretaria de Fazenda  
Gerencia de Cobrança e Processos Especiais  
Gerencia da Dívida Ativa e de Apoio a Execução Fiscal

**CERTIDAO DE DEBITO INSCRITO EM DÍVIDA ATIVA - NEGATIVA****NR. CERTIDÃO: Nº 9886307****IDENTIFICAÇÃO:**

NOME:

**VALIDA PARA O CNPJ INFORMADO NESTE DOCUMENTO**

CNPJ:

**02.896.548/0001-97****DESPACHO (Certidao valida para a matriz e suas filiais):**

NAO CONSTA DEBITO

.....  
.....  
.....  
.....  
.....  
.....  
.....  
.....  
.....  
.....

**FUNDAMENTO LEGAL:**

Esta certidao e expedida nos termos do Paragrafo 2 do artigo 1, combinado com a alinea 'b' do inciso II do artigo 2, ambos da IN nr. 405/1999-GSF, de 16 de dezembro de 1999, alterada pela IN nr. 828/2006-GSF, de 13 de novembro de 2006 e constitui documento habil para comprovar a regularidade fiscal perante a Fazenda Publica Estadual, nos termos do inciso III do artigo 29 da Lei nr.8.666 de 21 de junho de 1993.

**SEGURANÇA:**

Certidao VALIDA POR 30 DIAS.

A autenticidade pode ser verificada pelo TELEFONE 0800-62-0707 ou pela INTERNET, no endereco: <http://www.sefaz.go.gov.br>.

Fica ressalvado o direito de a Fazenda Publica Estadual inscrever na divida ativa e COBRAR EVENTUAIS DEBITOS QUE VIEREM A SER APURADOS.

**VALIDADOR: 5.555.499.536.165****EMITIDA VIA INTERNET**

SGTI-SEFAZ

**LOCAL E DATA:** GOIANIA, 12 MARCO DE 2013**HORA:** 9:29:13:7





ESTADO DE GOIÁS  
PREFEITURA DE CAÇU



## CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS MUNICIPAIS

### 01 – IDENTIFICAÇÃO

**NOME: ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA E CULTURAL DE CAÇU**  
**CPF/CNPJ: 02.896.548/0001-97**

### 02 – FINALIDADE

PARA FINS DE QUITAÇÃO.

### 03 – DESPACHO

**Certifico, que revendo os arquivos desta Prefeitura, verifiquei que, NADA CONSTA como devedor até a presente data.**

### 04- RESSALVA

**Fica ressalvado o direito da Fazenda Pública Municipal, cobrar quaisquer dívidas de responsabilidade do contribuinte acima citado, que vierem a ser apurados, mediante futura verificação, mesmo anterior a presente data.**

### 05– OBSERVAÇÃO / EMISSÃO E VALIDADE

Esta CERTIDÃO é isenta de taxas conforme art. 5º, XXXIV, b, da constituição federal.

DATA DA EMISSÃO: 19/03/2013

VALIDADE: 19/04/2013

.....*Samira A. Castro*.....

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAÇU  
DEPARTAMENTO DE CADASTRO  
ESTADO DE GOIÁS



**MINISTÉRIO DA FAZENDA**  
**Secretaria da Receita Federal do Brasil**



**CERTIDÃO NEGATIVA**  
**DE DÉBITOS RELATIVOS ÀS CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS**  
**E ÀS DE TERCEIROS**

Nº 000512013-08001548

Nome: ASSOCIACAO COMUNITARIA E CULTURAL DE CACU

CNPJ: 02.896.548/0001-97

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que não constam pendências em seu nome relativas a contribuições administradas pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e a inscrições em Dívida Ativa da União (DAU).

Esta certidão, emitida em nome da matriz e válida para todas as suas filiais, refere-se exclusivamente às contribuições previdenciárias e às contribuições devidas, por lei, a terceiros, inclusive às inscritas em DAU, não abrangendo os demais tributos administrados pela RFB e as demais inscrições em DAU, administradas pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), objeto de Certidão Conjunta PGFN/RFB.

Esta certidão é válida para as finalidades previstas no art. 47 da Lei nº 8.212 de 24 de julho de 1991, exceto para:

- averbação de obra de construção civil no Registro de Imóveis;
- redução de capital social, transferência de controle de cotas de sociedade limitada e cisão parcial ou transformação de entidade ou de sociedade empresária simples;
- baixa de firma individual ou de empresário, conforme definido pelo art. 931 da Lei nº 10.406, de 10 de Janeiro de 2002 - Código Civil, extinção de entidade ou sociedade empresária ou simples.

A aceitação desta certidão está condicionada à finalidade para a qual foi emitida e à verificação de sua autenticidade na Internet, no endereço <<http://www.receita.fazenda.gov.br>>.

Certidão emitida com base na Portaria Conjunta PGFN/RFB nº 01, de 20 de janeiro de 2010.

Emitida em 12/03/2013.

Válida até 08/09/2013.

Certidão emitida gratuitamente.

Atenção: qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.



IMPRIMIR

VOLTAR

**Certificado de Regularidade do FGTS - CRF**

**Inscrição:** 02896548/0001-97  
**Razão Social:** ASSOCIACAO COMUNITARIA E CULTURAL DE CACU  
**Nome Fantasia:** ASSOCIACAO COMUNITARIA  
**Endereço:** RUA MANOEL CARNEIRO GUIMARAES 699 / MORADA DOS  
SONHOS / CACU / GO / 75813-000

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

**Validade:** 12/03/2013 a 10/04/2013

**Certificação Número:** 2013031211054356937749

Informação obtida em 12/03/2013, às 11:05:43.

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei está condicionada à verificação de autenticidade no site da Caixa:  
**[www.caixa.gov.br](http://www.caixa.gov.br)**

01378043872

REG. DE IMOVEIS, TAB. DE NOTAS E PROTESTOS

Oldack Musa dos Santos  
OFICIAL  
CAÇU-GO

10 AGO 2012

DECLIONATO 1º DE NOTAS  
A presente Fotocópia é reprodução  
Fiel do documento original que  
que me foi apresentado.

REG. DE IMOVEIS, TAB. DE NOTAS E PROTESTOS

Oldack Musa dos Santos  
OFICIAL  
CAÇU-GO



**ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA E CULTURAL DE CAÇU**

**Rádio Morada dos Sonhos FM 87,9**

[www.moradadossonhosfm.com.br](http://www.moradadossonhosfm.com.br)

**"DA COMUNIDADE PARA A COMUNIDADE"**

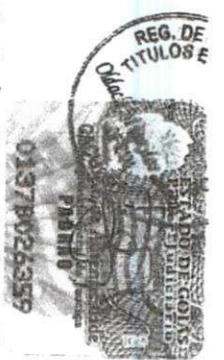
Entidade comunitária, sem fins lucrativos conf. Lei nº 9.612/98 e de utilidade pública municipal Lei nº 1667/2010.

CNPJ Nº 02.896.548/0001-97 – FONE 64-3656-1499 – Email: [moradadossonhos@hotmail.com](mailto:moradadossonhos@hotmail.com)

**Rua Manoel Carneiro Guimarães, nº 699 – Bairro Morada dos Sonhos – CEP 75813-000 – Caçu – Goiás**

Comarca de Caçu - Estado de Goiás  
Tabelionato de Notas  
Confere com Fotocópia Autenticada  
Caçu, 21/08/2012  
Evania Freitas Guimarães Souza  
ESCREVENTE

Cópia da Ata de Eleição da Diretoria 2012/2014 lavrada no livro de Atas da Associação Comunitária e Cultural de Caçu, às fls 6 e verso. "Ata dos trabalhos da mesa apuradora das eleições para a Diretoria Executiva, Conselho Fiscal, Conselho Comunitário e Suplentes, da Associação Comunitária e Cultural de Caçu-GO, realizadas às 17:00 (dezesete) horas, do dia 31 (trinta e um) do mês de julho de 2.012, na sede da Rádio Morada dos Sonhos, situada na Rua Manoel Carneiro Guimarães, nº 699, Setor Morada dos Sonhos, Caçu-GO. Sob a Presidência do Sr. Jair Nunes de Freitas, e como Secretária a Senhorita Alinne Alves Guimarães, designados previamente pela diretoria, instalou-se a Mesa Apuradora de Votos da eleição realizada em 1ª (primeira) convocação, conforme edital, no dia 31 (trinta e um) de julho, para provimento dos cargos da Diretoria Executiva, dos Conselhos, digo, Conselheiros e Suplentes desta Associação. Ao iniciar os trabalhos, após cumprir as formalidades de costume, o Presidente da mesa mandou que fosse conferida a folha de votação, a fim de constatar a existência de "quorum" Estatutário, tendo comparecido e votado 26 (vinte e seis) associados votantes, sendo que todos os votantes estavam aptos a votar. Constatada a integralidade da urna, foi então aberta, dando-se início à contagem dos votos. Continha na urna única 26 (vinte e seis) cédulas. Feita a apuração obteve-se o seguinte resultado: Por unanimidade 26 (vinte e seis) votos, a chapa única foi eleita, que é composta da seguinte forma: Diretoria Executiva: Diretor Presidente: Wellington Tavares Paranaíba, Suplente: Donizeth Guimarães; Diretor Administrativo: João Batista Costa Nascimento, Suplente: Divino Nunes Moreira; Diretor de Operações: Jesusmar Nunes da Silva, Suplente: Leonides Dolores Machado; Diretor Cultural: Nely de Castro Morais, Suplente: Dezair Alves Pereira; Diretor de Marketing: Wagner Vicente da Silva, Suplente: Juarez Gama Filho. Conselho Fiscal – Membros Efetivos: Sérgio Cândido de Castro, José Luzia Vieira e Fátima Maria da Cunha Rodrigues; Suplentes: Carlos Humberto de Moura, José Divino Guimarães e Ubaldino Cardoso Pereira; Conselho Comunitário: Celso Batista Pacheco, Suplente: Divina Maura de Paula Pacheco – Representando a Associação Arraial dos Amigos; Elias Rodrigues da Fonseca, Suplente; Elaine Aparecida da Silva – Representando a Associação Comercial e Industrial de Caçu; Joveci Rodrigues de Queiroz Cabral, Suplente: Reni Donizet da Silva – Representando a Associação Caçu Esporte Clube; Cirilo Alves de Lima Neto, Suplente: Lázaro de Freitas Pinto – Representando o Sindicato Rural de Caçu; Maria José Malta, Suplente: Iraides Borges da Silva – Representando o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Caçu. Não houve protesto de





ocorrência especial, e nada mais havendo a tratar, deu o Sr. Presidente da Mesa por encerrada a reunião, da qual lavrei esta ATA, que após lida será assinada por todos os presentes e pelos componentes da Mesa Apuradora. (assinado) Alinne Alves Guimarães, Fátima Maria da Cunha Rodrigues, Jair Nunes de Freitas, Jesusmar Nunes da Silva, Wellington Tavares Paranaíba e Wagner Vicente da Silva". Era tudo o que continha.

Caçu, 01 de agosto de 2012.



Wagner Vicente da Silva  
Presidente

Fátima Maria da Cunha Rodrigues  
Secretária



**TABELIONATO 1º DE NOTAS**  
Fone: (64) 656-1067 - Caçu-GO

Reconheço, por semelhança, a(s) assinatura(s) de  
Wagner Vicente da Silva e Fátima Maria da Cunha Rodrigues

posto que análoga(s) a(s) constante(s) de nosso arquivo.  
Dou fé.

Caçu, 01 de agosto de 20 12

Em testº, Alinne Alves Guimarães da verdade.

☐ OLDACK MUSA DOS SANTOS - 1º TAB. ☐ MARISTELA SOUSA C. PARANAIBA - ESCRIV.

☐ MISSE SOUSA CARVALHO - ESCRIV. ☐ ÂNGELA DE CASTRO SANTOS - ESCRIV.

Evania Freitas Guimarães Souza  
ESCREVENTE

COMARCA DE CAÇU - ESTADO DE GOIÁS  
TABELIONATO 1º DE NOTAS  
A presente fotocópia é reprodução  
fiel do documento original que  
me foi apresentado.

0137B043873

01 AGO 2012  
OLDACK MUSA DOS SANTOS - TAB.  
MARISTELA SOUSA C. PARANAIBA - ESCRIV.  
MISSE SOUSA CARVALHO - ESCRIV.  
ÂNGELA DE CASTRO SANTOS - ESCRIV.  
Thaiz Cristina Guimarães  
Escrivente



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL  
1º Tabelionato de Notas de Caçu - Goiás  
Rua José Reinaldo Vieira nº 508 - Centro - Caçu - GO - CEP 75813-000 - Fone: (64) 3656-1067

**TÍTULOS E DOCUMENTOS - Livro B**

Apresentado hoje para REGISTRO, protocolizado e digitalizado sob o nº  
6.008 e registrado sob o nº 3.988. Dou fé. Caçu - GO 06/08/2012.

Evania Freitas Guimarães Souza - Escrivente



0137B048974  
Comarca de Caçu - Estado de Goiás  
Tabelionato de Notas  
Comfere com fotocópia Autenticada  
Caçu, 21/03/2013

Evania Freitas Guimarães Souza  
ESCREVENTE



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL  
REGISTRO DE IMÓVEIS, PROTESTOS E ANEXOS  
COMARCA DE CAÇU - GO  
Av. Ildefonso Carneiro, Nº 635 - Centro  
**Oldack Musa dos Santos**  
Oficial



## CERTIDÃO

Certifica, em virtude de requerimento de pessoa interessada e por dever de ofício, que, revendo os arquivos de PESSOAS JURIDICAS - Livro A a meu cargo, foi encontrado o protocolo sob o nº 2.106, registro sob o nº 83 em 07/12/1998, contendo 15 páginas do seguinte documento, transcrito na sua íntegra:

### ESTATUTO SOCIAL DA ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA E CULTURAL DE CAÇU

#### CAPÍTULO I

#### DA CONSTITUIÇÃO, DENOMINAÇÃO, SEDE E OBJETIVOS.

**Art. 1º - A ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA E CULTURAL DE CAÇU**, é uma sociedade civil, sem fins lucrativos, de defesa da cidadania, baseada nos princípios da solidariedade, do companheirismo, na cooperação e integração social, criada para atuar no âmbito distrital, abrangendo a comunidade natural formada pelos habitantes da cidade de Caçu-GO. É apartidária, não tem fins religiosos, sem discriminação de raça, sexo ou atividade econômica e profissional, é criada nesta data para organizar e congregar os grupos comunitários, objetivando a defesa dos interesses da comunidade e a exploração do serviço de radiodifusão comunitária. Para cumprir com eficiência a sua finalidade social, explorará também o serviço de radiodifusão comunitária, por ser um meio que lhe proporcionará alcançar o maior número de pessoas e viabilizará a discussão e o debate dos problemas que afeta a comunidade local, buscando a solução para esses problemas da comunidade. **São seus fundadores: Leonides Dolores Machado**, brasileiro, casado, agropecuarista, portador da C.I. nº. 298.822 SSP/GO e do CPF/MF nº. 016.700.261-91, residente e domiciliado na Faz. Matinha - Caçu-GO; **Sebastião Nunes Sousa**, brasileiro, casado, agropecuarista, portador da C.I. nº. 616.987 SSP/GO e do CPF/MF nº. 134.434.881-53, residente e domiciliado na Faz. Pinheiro - Caçu-GO; **Juarez Gama Filho**, brasileiro, casado, agropecuarista, portador da C.I. nº. 730.760 SSP/GO e do CPF/MF nº. 217.189.461-04, residente e domiciliado na Faz. Retiro - Caçu-GO e **Dezair Alves Pereira**, brasileiro, casado, agropecuarista, portador da C.I. nº. 746.145 SSP/GO e do CPF/MF nº. 350.534.451-68, residente e domiciliado na Faz. Caçu den. Retiro - município de Caçu-GO. **São membros da diretoria provisória:** para presidente o Sr. **Leonides Dolores Machado**, brasileiro, casado,





REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL  
REGISTRO DE IMÓVEIS, PROTESTOS E ANEXOS  
COMARCA DE CAÇU - GO  
Av. Ildefonso Carneiro, Nº 635 - Centro  
**Oldack Musa dos Santos**  
Oficial



Continuação

Página: 2

agropecuária, portador da C.I. nº. 298.822 SSP/GO e do CPF/MF nº. 016.700.261-91, residente e domiciliado na Faz. Matinha - Caçu-GO; para vice-presidente o Sr. **Sebastião Nunes de Sousa**, brasileiro, casado, agropecuarista, portador da C.I. nº. 616.987 SSP/GO e do CPF/MF nº. 134.434.881-53, residente e domiciliado na Faz. Pinheiro - Caçu-GO; para secretário o Sr. **Juarez Gama Filho**, brasileiro, casado, agropecuarista, portador da C.I. nº. 730.760 SSP/GO e do CPF/MF nº. 217.189.461-04, residente e domiciliado na Faz. Retiro - Caçu-GO; e para tesoureiro o Sr. **Dezair Alves Pereira**, brasileiro, casado, agropecuarista, portador da C.I. nº. 746.145 SSP/GO e do CPF/MF nº. 350.534.451-68, residente e domiciliado na Faz. Caçu den. Retiro - município de Caçu-GO. **Conselho Comunitário:** o Sr. **Mauro Sebastião Guimarães**, brasileiro, casado, agropecuarista, portador da C.I. nº. 1.270.417 SSP/GO e do CPF/MF nº. 304.830.851-20, representante **Associação dos Produtores Rurais do Baú - ASPROBAÚ**, com endereço na Rod. Mun. CAW-2 km 14 a dir., zona rural, residente e domiciliado na Faz. Caçu den. Baú, Caçu-GO; o Sr. **Cirilo Alves de Lima Neto**, brasileiro, casado, agropecuarista, portador da C.I. nº. 2.217.274 SSP/GO e do CPF/MF nº. 618.278.431-87, representante da **Associação dos Produtores Rurais do Varjão - ASPROVAR**, com endereço na Rod. Mun. CAW-1 Km 12 a esq., zona rural, residente e domiciliado na Faz. Varjão, Caçu-GO; o Sr. **Lasaro Nunes da Silva**, brasileiro, casado, agropecuarista, portador da C.I. nº. 434.951 SSP/GO e do CPF/MF nº. 124.704.221-91, representante da **Associação dos Produtores Rurais da Região da Guariroba - ASPRUGUAR**, com endereço na Rod. Mun. CAW-3 Km 15 a dir. a 01 Km, zona rural, residente e domiciliado na Faz. Guariroba, Caçu-GO; o Sr. **Paulo Sérgio de Sousa**, brasileiro, casado, agropecuarista, portador da C.I. nº. 1.605.671 SSP/GO e do CPF/MF nº. 245.219.141-87, representante da **Associação dos Produtores Rurais dos Córregos Alarcão e Cachoeirinha - 2 Córregos**, com endereço na Rod. Mun. CAW-2 Km 20 a esq. zona rural, residente e domiciliado na Faz. São José, Caçu-GO; o Sr. **Paulo César Guimarães**, brasileiro, solteiro, agropecuarista, portador da C.I. nº. 1.032.540 SSP/GO e do CPF/MF nº. 326.957.641-20, representante da **Associação dos Produtores Rurais da Região do Barreiro - ASPRUBAR**, com endereço na Rod. Mun. CAW-2 Km 26, zona rural, residente e domiciliado na Faz. Cervo den. Barreiro, município de Caçu-GO.

**PARÁGRAFO PRIMEIRO** - A exploração do serviço de Radiodifusão Comunitária, que dependerá de autorização do poder público competente, pela Associação, terá como objetivo:

I) dar oportunidade à difusão de idéias, elementos de cultura, tradições e hábitos sociais da comunidade;

II) oferecer mecanismos à formação e integração da comunidade, estimulando o lazer, a cultura e o convívio social;



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL  
REGISTRO DE IMÓVEIS, PROTESTOS E ANEXOS  
COMARCA DE CAÇU - GO  
Av. Ildefonso Carneiro, Nº 635 - Centro  
**Oldack Musa dos Santos**  
Oficial



Continuação



Página: 3

III) prestar serviços de utilidade pública, integrando-se aos serviços de defesa civil sempre que necessário;

IV) contribuir para o aperfeiçoamento profissional nas áreas de atuação dos jornalistas e radialistas, de conformidade com a legislação profissional vigente;

V) permitir a capacitação dos cidadãos no exercício do direito de expressão da forma mais acessível possível.

**PARÁGRAFO SEGUNDO** - O objetivo final da associação é o desenvolvimento das atividades e serviços que possam proporcionar à população local melhoria nas condições de vida e de trabalho, colocando à disposição dessa mesma comunidade as informações de interesse geral e de utilidade pública, especialmente sobre economia doméstica, abastecimento, preços e defesa do consumidor, saúde, educação, segurança, serviços básicos emergenciais, transportes, lazer, aperfeiçoamento profissional de recurso humanos, comunicação e desenvolvimento cultural e artísticos. A Associação terá duração indeterminada, com números ilimitados de sócios. E sua sede está localizada no endereço: **Rua Manoel Carneiro Guimarães, nº 699 - Bairro Morada dos Sonhos, CEP 75.813-000 - Caçu-GO.**

**Art. 2º** - Os objetivos sociais que fundamentam a constituição da Associação são os seguintes:

I) reunir cidadãos interessados, associados ou não para mobilizar forças políticas, econômicas e sociais no sentido de estudar e preservar as raízes culturais básicas da população, estimulando, especialmente nos jovens, a manifestação folclórica, artística e cultural;

II) criar e desenvolver mecanismos e instrumentos para promoção de obras culturais e manifestações artísticas de jovens e cidadãos que não disponham de recursos para desenvolver talentos e habilidades;

III) identificar, discutir e desenvolver soluções que atendam as demandas e carências de informação útil, concreta e prática, em caráter transitório ou permanente, das famílias residentes na comunidade, especialmente em questões fundamentais, como localização e preços de serviços de abastecimento, transportes, segurança, saúde, educação e aperfeiçoamento profissional, telecomunicações, oportunidades de lazer, serviços emergenciais e atividades culturais e artísticas;





REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL  
REGISTRO DE IMÓVEIS, PROTESTOS E ANEXOS  
COMARCA DE CAÇU - GO  
Av. Ildefonso Carneiro, Nº 635 - Centro  
**Oldack Musa dos Santos**  
Oficial



Continuação



Página: 4

IV) promover a integração social na comunidade, buscando formas para estabelecer um relacionamento de companheirismo, de solidariedade e cooperação entre os moradores do Município, estimulando a boa vontade e a ajuda mútua como instrumento para alcançar o bem-estar comum, fortalecendo a parceria com os serviços públicos nas situações de calamidades, epidemias, campanhas de defesa civil e nos esforços coletivos de defesa do interesse geral da sociedade;

V) fortalecer os laços institucionais entre os representantes políticos da comunidade e das demais organizações comunitárias em atividade e com outras associações, recolhendo e transmitindo experiências, informações e conhecimento no exercício das tarefas de defesa da cidadania, de encaminhamento de problemas de interesse coletivo e no desenvolvimento social, cultural e artísticos da sociedade comunitária;

VI) fomentar, em caráter permanente, o debate de questões fundamentais do país e da sociedade, estimulando o estudo, a pesquisa, a competição entre estudantes interessados, para ampliar a busca de informações sobre o regime democrático, os direitos e responsabilidades dos cidadãos o conhecimento das leis, da constituição, da estrutura política, da organização dos poderes, das políticas econômicas, das instituições sociais, fortalecendo o espírito de brasilidade, o respeito e a consideração para com os direitos individuais e coletivos, valorizando sobretudo, a condição de cidadania de brasileiros natos ou por adoção.

**PARÁGRAFO ÚNICO** - Para alcançar seus objetivos, a **Associação Comunitária e Cultural de Cacu** se habilitará junto ao Poder Concedente, na forma da lei que regula a matéria, devendo obedecer, uma vez autorizada a explorar esse serviço, na programação da Rádio, os seguintes princípios:

I) preferência a finalidade educativas, artísticas, culturais e informativas em benefício do desenvolvimento geral da comunidade;

II) promoção das atividades artísticas e jornalísticas na comunidade e da integração dos membros da comunidade atendida;

III) respeito aos valores éticos e sociais da pessoa e da família, favorecendo a integração dos membros da comunidade;

IV) não discriminação de raça, religião, sexo, preferências sexuais, convicções político-ideológico-partidárias e condição social nas relações comunitárias. Atuará de forma bastante ampla, realizando estudos, pesquisas, levantamentos; promovendo reuniões, encontros, debates, seminários, palestras, conferências, organizando cursos, treinamentos e qualificação de recursos humanos, estágios e



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL  
REGISTRO DE IMÓVEIS, PROTESTOS E ANEXOS  
COMARCA DE CAÇU - GO  
Av. Ildefonso Carneiro, Nº 635 - Centro  
**Oldack Musa dos Santos**  
Oficial



Continuação

Página: 5

outra forma de aprendizado, publicando circulares, boletins, jornais; realizando programas especiais na Rádio Comunitária e até mesmo em televisão, tudo com o objetivo de incentivar o desenvolvimento, naturalmente observando as normas constitucionais, especialmente o disposto no art. 5º, inciso IX, da Constituição Federal.

## CAPÍTULO II

### DOS ASSOCIADOS: DIREITOS E DEVERES.

**Art. 3º** - Podem associar-se as pessoas físicas residentes ou que desenvolvam suas atividades profissionais econômicas na área compreendida pela comunidade residente no município de **Caçu-GO**, sem limitação número por família, por sexo, categoria econômica e social ou por condição de religião, raça ou ideologia político-partidária.

**PARÁGRAFO PRIMEIRO** - Só serão efetivados como associados que aceitarem as condições deste Estatuto, assinando-o como prova de concordância com as suas condições, podendo qualquer cidadão da comunidade beneficiada emitir opiniões sobre quaisquer assuntos abordados pela associação, bem como manifestar idéias, propostas, sugestões, reclamações ou reivindicações, desde que encaminhados ao Conselho Comunitário.

**PARÁGRAFO SEGUNDO** - Ao encaminhar sua inscrição, o candidato deverá preencher um cadastro básico, contendo informações e dados pessoais, profissionais e familiares.

**PARÁGRAFO TERCEIRO** - Os associados podem ser enquadrados nas seguintes categorias:

**FUNDADORES** - Os que participam das reuniões preliminares e/ou da assembléia de instalação da associação.

**CONTRIBUINTES** - Os que inscreverem após o encerramento do livro de fundação e mantenham suas contribuições e participação em dia.

**HONORÁRIOS** - Cidadãos que tenham prestado ou ainda prestem relevantes serviços à Associação ou à comunidade, ao Município, ao Estado e à Sociedade.

**Art. 4º** - São deveres inalienáveis e intransferíveis do associado:





REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL  
REGISTRO DE IMÓVEIS, PROTESTOS E ANEXOS  
COMARCA DE CAÇU - GO  
Av. Ildefonso Carneiro, Nº 635 - Centro  
**Oldack Musa dos Santos**  
Oficial



Continuação

Página: 6

I) aceitar como seus, objetos fundamentais da Associação, buscando integrar-se devidamente nas tarefas assumidas pela coletividade, conhecendo, cumprindo e fazendo cumprir o Estatuto Social, o programa de atividades e as instruções da Diretoria aprovadas pelos Conselho ou Assembléia;

II) prestigiar, com sua presença, ou com representação, eventos ou atividades programadas, justificando, de alguma forma o não comparecimento especialmente quando lhe forem atribuídas tarefas e responsabilidade que envolvam outros associados ou que sejam básicas para a continuidade de trabalhos e atividades;

III) recolher com pontualidade as contribuições financeiras aprovadas nas Associações, indicando, a tempo quando não puder fazê-lo, para evitar contratempos à Diretoria no cumprimento de obrigações assumidas em nome da Associação.

**Art. 5º** - Ao Associado que infringir o Estatuto Social, as normas regimentais, os planos de atividades e as decisões aprovadas em Assembléias ou emitidas na forma do Estatuto pela Diretoria, poderão ser aplicadas as seguintes penalidades:

I) advertência por escrito, enviada para o endereço pessoal do Associado;

II) suspensão de suas atividades sociais por tempo determinado;

III) afastamento do quadro social.

**PARÁGRAFO PRIMEIRO** - O desligamento de um associado do quadro social só poderá ser aplicado após denúncia da secretaria ou da tesouraria, análise da Diretoria e consulta final ao Associado, ao qual será dado amplo direito de defesa.

**PARÁGRAFO SEGUNDO** - Será excluído automaticamente, sem necessidade de outros procedimentos, o associado que deixar de saldar seus compromissos financeiros pelo período de três meses consecutivos, podendo ser reintegrado caso liquide pendências financeiras e se disponha a retomar sua participação nas atividades associativas com a aprovação da Assembléia Geral.

### **CAPÍTULO III**

#### **DOS DIRIGENTES, DA ESTRUTURA E DO FUNCIONAMENTO.**



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL  
REGISTRO DE IMÓVEIS, PROTESTOS E ANEXOS  
COMARCA DE CAÇU - GO  
Av. Ildefonso Carneiro, Nº 635 - Centro  
**Oldack Musa dos Santos**  
Oficial



Continuação

Página: 7

**Art. 6º** - Só poderão ser eleitos dirigentes da Associação brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos, maiores, que mantenham residência na área da comunidade atendida.

**Art. 7º** - São legítimos Dirigentes:

**Presidente**

**Vice-Presidente**

**Secretário**

**Tesoureiro**

**Conselho Comunitário**

**Art. 8º** - Compete ao Presidente:

I) representar a **Associação Comunitária e Cultural de Caçu**, em todos os atos públicos, em juízo e fora dele;

II) presidir as reuniões da Diretoria e convocá-las para atos decorrentes das atividades associativas, e ainda presidir as Assembléias Extraordinárias, conferências, debates, palestras, reuniões, atividades públicas da Associação;

III) dar posse aos membros da Diretoria;

IV) contratar e admitir funcionários ou auxiliares da Associação, supervisionar quaisquer atividades da Entidade, assinar contratos, convênios, acordos e praticar atos de administração em geral, aceitar bens em comodato;

V) assinar com o secretário as atas de reuniões e assembléias, assinar com o tesoureiro os contratos que obriguem a **Associação Comunitária e Cultural de Caçu** a quaisquer ordem de pagamento ou movimentação de fundos sociais, inclusive cheques ou levantamento de depósitos e quaisquer espécie de título, cauções ordem de pagamento, previsão orçamentária, balanços, balancetes e relatórios financeiros.

**PARÁGRAFO ÚNICO** - O Presidente será substituído em seus impedimentos pelos seguintes Diretores em ordem: Vice-Presidente e Tesoureiro.

**Art. 9º** - Compete ao Vice-Presidente:





REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL  
REGISTRO DE IMÓVEIS, PROTESTOS E ANEXOS  
COMARCA DE CAÇU - GO  
Av. Ildefonso Carneiro, Nº 635 - Centro  
**Oldack Musa dos Santos**  
Oficial



Continuação



Página: 8

I) auxiliar o Presidente em tarefas por ele designadas e substituí-lo na ordem precedente, desde que não haja algum impedimento de vital importância, o qual deverá ser manifestado por escrito;

II) representar a Associação na ausência do Presidente, em tarefas e funções de modo a não permitir interrupção nas atividades de rotina.

**Art. 10º - Compete ao Secretário:**

I) superintender os trabalhos da secretaria de forma eficiente para a boa organização da entidade;

II) organizar a pauta e ordem do dia das reuniões da Diretoria, e, das Assembléias;

III) responsabilizar-se pela guarda dos arquivos da secretaria mantendo-o em dia, lavrar, subscrever as atas de reuniões da Diretoria, e, das Assembléias, fornecendo ao Presidente todos os dados solicitados sobre as atividades da entidade e do seu trabalho.

**Art. 11º - Compete ao Tesoureiro:**

I) assinar com o Presidente, cheques e todos os documentos financeiros, apresentar balancetes de demonstrativos de contas e relatórios financeiros anuais, inclusive com prestação de contas em forma contábil, arrecadar mensalidades, taxas e outras contribuições, pagar pontualmente os compromissos devidos pela entidade, manter os lançamentos com toda a clareza e arquivamento de comprovantes, fornecer ao presidente, quando solicitado, todos os dados referentes às suas atividades;

II) substituir o Presidente na ordem precedente.

**Art. 12º - Compete ao Conselho Comunitário:**

I) acompanhar a programação da Rádio Comunitária com vistas ao atendimento do interesse exclusivo da comunidade, exigindo a observância dos seguintes princípios:

a) preferência a finalidades educativas, artísticas, culturais e informativas em benefício do desenvolvimento geral da comunidade;

b) promoção das atividades artísticas e jornalísticas na comunidade, favorecendo a integração dos membros da comunidade atendida;



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL  
REGISTRO DE IMÓVEIS, PROTESTOS E ANEXOS  
COMARCA DE CAÇU - GO  
Av. Ildefonso Carneiro, Nº 635 - Centro  
**Oldack Musa dos Santos**  
Oficial



Continuação



Página: 9

c) respeito aos valores éticos e sociais da pessoa e da família, favorecendo a integração dos membros da comunidade atendida;

d) exigir que a programação não discrimine raça, religião, sexo, preferências sexuais convicções político-ideológico-partidárias e condição social nas relações comunitárias.

**PARÁGRAFO ÚNICO** - O Conselho Comunitário será composto por 05 (cinco) pessoas representantes de entidades locais, tais como: associações de classe, beneméritos, religiosos ou de moradores, desde que legalmente constituídas.

#### CAPÍTULO IV

##### DISPOSIÇÕES GERAIS E PERMANENTES

**Art. 13º** - O mandato da Diretoria Executiva será de cinco anos, com direito à reeleição ao cargo, quando não houver interessado.

**PARÁGRAFO ÚNICO** - Não será permitido o acúmulo de cargos, a remuneração de membros da Diretoria ou a utilização de bens, equipamentos, instalações ou propriedade da Associação por membros da Diretoria ou do Conselho.

**Art. 14º** - As mensalidades, cotas e contribuições especiais serão fixadas pela Assembléia, com proposta e aprovação da Diretoria Executiva.

**Art. 15º** - A Associação poderá outorgar direitos adquiridos, transferir bens, equipamentos, instalações, contratos, convênios, ou outros benefícios decorrentes de suas atividades, com autorização expressa para estes atos, aprovados em Assembléias Extraordinária, convocada para este fim, com o voto favorável de no mínimo 1/3 (um terço) dos associados em situação regular.

**PARÁGRAFO PRIMEIRO** - É vedada a transferência, a qualquer título, da autorização para exploração de Serviço de Radiodifusão Comunitária.

#### CAPÍTULO V

##### DAS ELEIÇÕES





REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL  
REGISTRO DE IMÓVEIS, PROTESTOS E ANEXOS  
COMARCA DE CAÇU - GO  
Av. Ildefonso Carneiro, Nº 635 - Centro  
*Oldack Musa dos Santos*  
Oficial



Continuação



Página: 10

**Art. 16º** - Os sócios poderão votar para escolher seus representantes, desde estejam em perfeito gozo de seus direitos estatutários e em ordem com seus compromissos associativos.

**Art. 17º** - Somente poderão votar os filiados até 180 (cento e oitenta) dias antes da data das eleições.

**Art. 18º** - Somente poderão ser votados, os filiados até 12 (doze) meses antes da data das eleições, residentes no local onde se acha estabelecida a Associação, observadas as condições de elegibilidade estabelecidas no artigo 6º deste Estatuto.

**Art. 19º** - As chapas poderão inscrever-se até 60 (sessenta) dias antes das eleições, devendo apresentar os nomes de seus integrantes e seu programa.

**Art. 20º** - A Assembleia para as eleições será convocada por edital público no jornal de grande circulação no município sede da Associação.

**Art. 21º** - As eleições serão secretas, utilizando-se para a votação, cabinas indevassáveis, urnas e mesários, nos moldes das eleições majoritárias e proporcionais.

**Art. 22º** - As chapas inscritas poderão indicar 02 (dois) fiscais para acompanhar os trabalhos em cada local de votação.

**PARÁGRAFO ÚNICO** - Para tanto, as chapas deverão apresentar requerimento à secretaria da Associação até 30 (trinta) dias antes das eleições.

## CAPÍTULO VI

### DAS DISPOSIÇÕES TRANSITÓRIAS

**Art. 23º** - A Presidência poderá autorizar a Secretaria e a Tesouraria a convidar pessoas não filiadas à Associação para assessorá-las.

**Art. 24** - O atual estatuto poderá ser alterado por sugestão do Presidente, ou por maioria dos membros da Diretoria, que submeterá as eventuais mudanças à aprovação da Assembleia, comunicando ao Poder Concedente do serviço de Radiodifusão Comunitária, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados de sua efetivação, as alterações que tiverem sido processadas.



Continuação

Página: 11

## CAPÍTULO VII

### DO PATRIMÔNIO SOCIAL

**Art. 25º** - A Associação Comunitária e Cultural de Cacu, poderá contar com os seguintes meios para garantir sua subsistência: contribuições regulares de filiados, subvenções, auxílios, doações, legados, rendas patrimoniais, contribuições de ajuda, arrecadações eventuais e quaisquer outros meios legais, arrecadação contributiva decorrentes de taxas sociais e apoio cultural de atividade de comunicação criadas pela Associação com base nos direitos legais, permitidos pela Constituição da República do Brasil.

**PARÁGRAFO ÚNICO** - Os valores das contribuições mensais e taxas de manutenção serão propostos pela diretoria conforme os critérios definidos e aprovados em Assembléia Geral específica.

**Art. 26º** - A Presidência poderá, a qualquer momento e tempo, requisitar prestação de serviços de terceiros, alheios à Associação, para o desempenho das atividades.

## CAPÍTULO VIII

### DA ASSEMBLÉIA GERAL

**Art. 27º** - A Assembléia Geral é o órgão soberano da Associação e se reunirá ordinariamente ou extraordinariamente, nos casos estabelecidos neste estatuto:

- a) uma hora antes do início dos trabalhos deverá ser colocado à mesa o livro de presença, onde sócios lançarão suas assinaturas;
- b) os trabalhos serão abertos pelo Presidente da Associação que solicitará à Assembléia a indicação e aprovação de um sócio para predi-la, o qual assumirá imediatamente as suas funções e convidará um associado para secretariá-lo;
- c) o Presidente da Assembléia, além do seu voto de sócio terá também o voto de desempate, exceto quando se tratar de eleição;





REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL  
REGISTRO DE IMÓVEIS, PROTESTOS E ANEXOS  
COMARCA DE CAÇU - GO  
Av. Ildefonso Carneiro, Nº 635 - Centro  
**Oldack Musa dos Santos**  
Oficial



Continuação

Página: 12

d) as votações nas Assembléias gerais poderão ser simbólicas, nominais, secretas ou por aclamação;

e) a ata dos trabalhas, lavrada pelo secretário, será assinada pelos componentes da mesa e por três sócios escolhidos pela Assembléia.

**Art. 28º** - A Assembléia Geral Ordinária reunir-se-á, uma vez por ano, no mês de outubro.

**Art. 29º** - São atribuições da Assembléia Geral:

I) examinar e aprovar ou não, as contas da Diretoria, o balanço social, e os demais atos administrativos;

II) eleger, no devido tempo, os membros da Diretoria e do Conselho Comunitário;

III) destituir, quando assim o exigirem, os interesses da Associação, um ou mais membros da Diretoria e, ou do Conselho Comunitário, mediante o voto concorde de no mínimo 1/3 (um terço) dos Associados fundadores e efetivos, convocados para esta finalidade em Assembléia Geral Extraordinária;

IV) promover imediata substituição e pelo prazo restante do mandato, dos membros destituídos, na forma do item III deste artigo;

V) deliberar sobre os demais assuntos constantes da Ordem do Dia.

**Art. 30º** - A Assembléia Geral Extraordinária se reunirá sempre que convocada pela diretoria, pelo Conselho ou 1/3 (um terço), no mínimo dos associados, deliberando sobre assuntos que tiverem motivado a convocação.

**Art. 31º** - As Assembléias Gerais, tanto ordinária quanto extraordinária, serão convocadas com antecipação de 15 (quinze) dias, mediante Edital a ser afixado na sede social e nas repartições, além de comunicação por carta a todos associados em dia com suas obrigações, com aviso de recebimento com antecedência mínima de 05 (cinco) dias.

**Art. 32º** - A Assembléia Geral deliberará, validamente, com a presença pessoal, ou através de procuração da maioria dos associados.

**PARÁGRAFO PRIMEIRO** - A Assembléia Geral deliberará pela maioria de seus membros, cabendo um voto a cada Associado, presente ou representado.



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL  
REGISTRO DE IMÓVEIS, PROTESTOS E ANEXOS  
COMARCA DE CACU - GO  
Av. Ildefonso Carneiro, Nº 635 - Centro  
**Oldack Musa dos Santos**  
Oficial



Continuação

Página: 13



**PARÁGRAFO SEGUNDO** - Só poderá votar, o sócio que estiver quíte com a Tesouraria.

**PARÁGRAFO TERCEIRO** - Os sócios beneméritos poderão participar das Assembléias, sem direito a voto, podendo, entretanto, opinar, sugerir e debater a Ordem do Dia.

**Art. 33º** - Na falta do comparecimento à Assembléia Geral de Associados que constitua a maioria social, se reunirá ela, em segunda convocação, uma hora após a primeira convocação e deliberará com qualquer número de associados presentes.

## **CAPÍTULO IX**

### **DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

**Art. 34º** - Os casos omissos serão resolvidos pela Assembléia Geral, ouvido previamente a Diretoria da entidade.

**Art. 35º** - O presente estatuto entra em vigor nesta data.

**Art. 36º** - Os filiados não respondem subsidiariamente pelas obrigações sociais.

**Art. 37º** - A Associação, que terá tempo de duração ilimitado, somente será extinta por deliberação da maioria absoluta dos associados em Assembléia Geral convocada especificamente para tratar desse assunto, na forma prevista neste Estatuto.

**PARÁGRAFO PRIMEIRO** - No caso de extinção desta Associação o patrimônio será incorporado ao de uma Associação congênere estabelecida no Município ou Estado, observada sempre esta ordem de indicação. Não havendo estabelecimentos nas condições indicadas, o patrimônio será devolvido às pessoas jurídicas de direito público mencionadas no parágrafo único do artigo 22 do Código Civil, excetuando, em qualquer dessas situações, a outorga da autorização para a execução do serviço de Radiodifusão, cuja destinação será definida pelo Poder Concedente.

**Art. 38º** - Este Estatuto somente poderá ser modificado por decisão da maioria absoluta dos associados em Assembléia convocada para esse fim.





REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL  
REGISTRO DE IMÓVEIS, PROTESTOS E ANEXOS  
COMARCA DE CAÇU - GO  
Av. Ildefonso Carneiro, Nº 635 - Centro  
Oldack Musa dos Santos  
Oficial



Ass. das Comunicações  
142  
Rubrica

Continuação

Página: 14

Caçu - GO, 09 de novembro de 1998.

2.º ofício  
CAÇU - GO.

*Leonides Dolores Machado*  
Leonides Dolores Machado  
Presidente

2.º ofício  
CAÇU - GO.

*Sebastião Nunes de Sousa*  
Sebastião Nunes de Sousa  
Vice-Presidente

2.º ofício  
CAÇU - GO.

*Juarez Gama Filho*  
Juarez Gama Filho  
Secretário

2.º ofício  
CAÇU - GO.

*Dezair Alves Pereira*  
Dezair Alves Pereira  
Tesoureiro

CONSELHO COMUNITÁRIO:

2.º ofício  
CAÇU - GO.

*Mauro Sebastião Guimarães*  
Mauro Sebastião Guimarães

2.º ofício  
CAÇU - GO.

*Cirilo Alves de Lima Neto*  
Cirilo Alves de Lima Neto

2.º ofício  
CAÇU - GO.

*Lasaro Nunes da Silva*  
Lasaro Nunes da Silva

2.º ofício  
CAÇU - GO.

*Paulo Sérgio de Sousa*  
Paulo Sérgio de Sousa

2.º ofício  
CAÇU - GO.

*Paulo César Guimarães*  
Paulo César Guimarães



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL  
REGISTRO DE IMÓVEIS, PROTESTOS E ANEXOS  
COMARCA DE CAÇU - GO  
Av. Ildefonso Carneiro, Nº 635 - Centro  
Oldack Musa dos Santos  
Oficial



Continuação



Página: 15

Reconheço, por semelhança, as assinaturas de Leonides Dolores Machado, Sebastião Nunes de Sousa, Juez Gama Filho, Dextir Alves Pereira, Mauro Sebastião Guimarães, Cirilo Alves de Lima Neto, Lásaro Nunes de Silva, Paulo Sérgio de Sousa e Paulo César Guimarães, posto que análogas às constantes do arquivo deste Cartório, do que dou fé. .-.-.-

Caçu, 07 de dezembro de 1.998

Em té Moisés Nunes Guimarães de verdade

Moisés Nunes Guimarães  
2.º Tab. e Oficial

Cartório do 2.º Ofício e Anexos  
Moisés Nunes Guimarães  
TABELÃO  
Clarice M. Guimarães  
ESCR. JUR.  
Marta Luisa G. Peres  
ESCR. JUR.  
CAÇU - GOIÁS

C E R T I D ã O

Certifico que o presente Estatuto foi protocolado sob o nº 2.106, às fls. 145 do livro A-Protocolo.

Registrado sob o nº 083, às fls. 158 do livro "A", de Registro de Pessoas Jurídicas, por extrato. Dou fé.

CAÇU, 07 de dezembro de 1998

Moisés Nunes Guimarães  
2.º Tab. e Oficial

Cartório do 2.º Ofício e Anexos  
Moisés Nunes Guimarães  
TABELÃO  
Clarice M. Guimarães  
ESCR. JUR.  
Marta Luisa G. Peres  
ESCR. JUR.  
CAÇU - GOIÁS





REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL  
REGISTRO DE IMÓVEIS, PROTESTOS E ANEXOS  
COMARCA DE CAÇU - GO  
Av. Ildefonso Carneiro, Nº 635 - Centro  
Oldack Musa dos Santos  
Oficial



**CERTIDÃO**

Certifica, em virtude de requerimento de pessoa interessada e por dever de ofício, que, revendo os arquivos de PESSOAS JURIDICAS - Livro A a meu cargo, foi encontrado o protocolo sob o nº 3.782, registro sob o nº 88 AV-001 em 10/12/2008, contendo 3 páginas do seguinte documento, transcrito na sua íntegra:

ALTERAÇÃO Nº01 DO ESTATUTO SOCIAL DA ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA E CULTURAL DE CAÇU, REGISTRADO SOB Nº083, ÀS FOLHAS 158 DO LIVRO "A" DE REGISTRO DE PESSOAS JURIDICAS, NO CARTÓRIO DE REGISTRO DE PESSOAS JURIDICAS DE CAÇU-GO, APROVADA EM 13/ 06/2008, QUE PASSA A-VIGORAR EM SEU INTEIRO TEOR COM A SEGUINTE REDAÇÃO:

**CAPÍTULO III**

**DOS DIRIGENTES, DA ESTRUTURA E DO FUNCIONAMENTO**

**Art. 8º - São legítimos dirigentes:**

Presidente

Vice-Presidente

1º Secretário

2º Secretário

1º Tesoureiro

2º Tesoureiro

**Conselho Fiscal**

Conselho Comunitário

**Art. 10º - Compete ao Secretário**

- I) ....
- II) ....
- III) ....
- IV) Na falta do 1º Secretário o 2º Secretário irá substituí-lo com todas as prerrogativas dos incisos I, II e III deste artigo.

**Art. 11º - Compete ao Tesoureiro**

- V) ....
- VI) ....
- VII) Na falta do 1º Tesoureiro o 2º Tesoureiro irá substituí-lo com todas as prerrogativas dos incisos I e II deste artigo.

**Art. 12º - Compete aos Conselhos:**





REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL  
REGISTRO DE IMÓVEIS, PROTESTOS E ANEXOS  
COMARCA DE CAÇU - GO  
Av. Ildefonso Carneiro, Nº 635 - Centro  
Oldack Musa dos Santos  
Oficial



Continuação

Página: 17

I) Ao Conselho Comunitário acompanhar a programação da Rádio Comunitária com vistas ao atendimento do atendimento exclusivo da comunidade, exigindo a observância dos seguintes princípios.

- a)...
- b)...
- c)...
- d)...

II) Ao Conselho Fiscal

- a) Fiscalizar e aprovar balancetes e balanços anuais;
- b) Manifestar sobre alienação e venda de bens e patrimônios;
- c) Convocar reuniões e assembléias;
- d) Manifestar sobre conduta dos associados;
- e) Manifestar sobre convênios com órgãos públicos e particulares.

CAPÍTULO IV

DISPOSIÇÕES GERAIS E PERMANENTES

ART. 14º - O mandato da Diretoria Executiva será de 02 (dois) anos, com direito à reeleição ao cargo, com a modificação (alteração) de no mínimo 1/3 (um terço) dos membros da diretoria em atividade.

Caçu-GO, 13 de junho de 2008.

JOSE LUZIA VIEIRA  
Presidente

VANY NUNES DE FREITAS JÚNIOR  
Secretário

REGISTRO DE PESSOAS JURÍDICAS,  
TÍTULOS E DOCUMENTOS  
CACU - GOIÁS

Protocolado sob o n.º 3.782 às fls. 254 do livro A  
Registrado sob o n.º 162 às fls. 505 do livro "A"  
de registro integral de títulos, documentos e outros papéis.  
Caçu, 10 de Setembro de 2008

Alvaro Machado Nunes  
Sub. Oficial. Tab. Substituto







REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL  
REGISTRO DE IMÓVEIS, PROTESTOS E ANEXOS  
COMARCA DE CAÇU - GO  
Av. Ildefonso Carneiro, N° 635 - Centro  
**Oldack Musa dos Santos**  
Oficial



Continuação



Página: 18

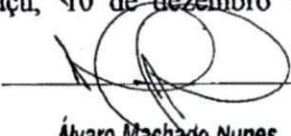
CARTÓRIO DE REGISTRO DE PESSOAS  
JURÍDICAS, TÍTULOS E DOCUMENTOS  
CAÇU - GOIÁS

Protocolada sob o n.º 3.782, às fls.  
254, do livro A - Protocolo.

Registrada sob o n.º 162, às fls. 505 do  
livro "A", de Registro de Pessoas Jurídicas.

E, AVERBADA, às margens do Registro  
de n.º 083, às fls. 158, do livro "A", de Registro  
de Pessoas Jurídicas, nesta data. Dou fé.

Caçu, 10 de dezembro de 2008

  
**Álvaro Machado Nunes**  
Sub. Oficial. Tab. Substituto



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL  
REGISTRO DE IMÓVEIS, PROTESTOS E ANEXOS  
COMARCA DE CAÇU - GO  
Av. Ildefonso Carneiro, Nº 635 - Centro  
**Oldack Musa dos Santos**  
Oficial



## CERTIDÃO

Certifica, em virtude de requerimento de pessoa interessada e por dever de ofício, que, revendo os arquivos de PESSOAS JURIDICAS - Livro A a meu cargo, foi encontrado o protocolo sob o nº 5.447, registro sob o nº 83 AV-002 em 09/06/2011, contendo 7 páginas do seguinte documento, transcrito na sua íntegra:

Alteração número 02 (dois) do Estatuto Social da ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA E CULTURAL DE CAÇU, registrado sob o número 083, às folhas 158, do Livro "A", de Registro de de Pessoas Jurídicas, no Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas de Caçu - Goiás, APROVADA na Assembléia convocada para este fim, em 06 de abril de 2011, que passa a vigorar em seu inteiro teor com a seguinte redação:

Art. 1º -

Art.2º- A Associação Comunitária e Cultural de Caçu tem por objetivo EXECUTAR SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA, bem como:

I - beneficiar a comunidade com vistas a :

- a) Dar oportunidade a difusão de ideias, elementos de cultura, tradições e hábitos sociais da comunidade;
- b) oferecer mecanismos à formação e integração da comunidade, estimulando o lazer, a cultura e o convívio social;
- c) prestar serviços de utilidade pública, integrando-se aos serviços de defesa civil, sempre que necessário;
- d) contribuir para o aperfeiçoamento profissional nas áreas de atuação dos jornalistas e radialistas, de conformidade com a legislação profissional vigente;
- e) permitir a capacitação dos cidadãos no exercício do direito de expressão da forma mais acessível possível.

II - respeitar e atender aos seguintes princípios:

- a) preferência das finalidades educativas, artísticas, culturais e informativas em benefício do desenvolvimento geral da comunidade;
- b) promoção das atividades artísticas e jornalísticas na comunidade e da integração dos membros da comunidade atendida;
- c) respeito aos valores éticos e sociais da pessoa e da família, favorecendo a integração dos membros da comunidade atendida;
- d) não discriminação de raça, religião, sexo, preferências sexuais, convicção político-ideológico-partidário e condição social nas relações comunitárias;

§1º É vedado o proselitismo de qualquer natureza, assim como qualquer discriminação política, filosófica, racial, religiosa, sexual, de gênero ou de qualquer natureza na admissão dos associados;

§2º Será obrigatória a pluralidade de opiniões e versão, de forma simultânea em matérias polêmicas, na programação opinativa e informativa, divulgando, sempre, as diferentes interpretações relativas aos fatos noticiados;

§3º Qualquer cidadão da comunidade beneficiada terá direito a emitir opiniões sobre quaisquer assuntos abordados na programação da emissora, bem como manifestar idéias, propostas, sugestões, reclamações ou reivindicações, devendo apenas observar o momento adequado da programação para fazê-lo, mediante pedido encaminhado à direção responsável pela Rádio Comunitária.

Art. 3º - Os dirigentes e associados não responderão, nem mesmo subsidiariamente, pelas obrigações contraídas pela Entidade, ressalvados os casos em que os dirigentes responderão por comprovada culpa no desempenho de suas funções.







REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL  
REGISTRO DE IMÓVEIS, PROTESTOS E ANEXOS  
COMARCA DE CAÇU - GO  
Av. Ildefonso Carneiro, Nº 635 - Centro  
Oldack Musa dos Santos  
Oficial



Continuação



Página: 20

Art. 4º - A receita da Associação Comunitária de Cacu será utilizada, única e exclusivamente, para a consecução de suas finalidades institucionais e não será admitida a remuneração de seus dirigentes pelo exercício de suas funções, bem como a distribuição de lucros (sobras), dividendos, vantagens ou bonificações a qualquer dos seus associados ou dirigentes.

## II - DOS ASSOCIADOS

Art. 5º - Serão admitidos como associados as pessoas físicas e jurídicas sem fins lucrativos que tenham preenchido formulário próprio e admitidas em Assembléia Geral, com residência ou sede neste Município, desde que se comprometam a respeitar e cumprir as disposições deste Estatuto.

Art. 6º - A Associação Comunitária e Cultural de Cacu será composta pelas seguintes categorias de associados:

- I - Fundadores - formada por todos aqueles que assinaram a ata de fundação.
- II - Contribuintes ou Efetivos - Aqueles que filiarem após a fundação, pessoas físicas ou jurídicas sem fins lucrativos.
- III - Honorários - Aqueles que prestaram ou prestam relevantes serviços à Associação Comunitária e Cultural de Cacu.

Art. 7º - As contribuições dos associados serão reguladas em Assembléia Geral.

Art. 8º - São direitos e deveres dos associados:

- a) o direito de concorrer às eleições é prerrogativa das pessoas físicas e de votar e opinar, de todos os associados, desde que atendam ao disposto no §2º do art. 12 e estejam em dia com a entidade;
- b) manter sua contribuição em dia, conforme estipulado pela AG.

Art. 9º - São passíveis de punição temporária ou de exclusão definitiva do quadro social, havendo justa causa, os associados que infringirem este estatuto, desde que sua transgressão seja indicada mediante requerimento dirigido a diretoria que, frente a procedência da solicitação, deverá submetê-la à Assembléia Geral, convocada especialmente para este fim, para deliberação fundamentada, assegurado o amplo direito de defesa do associado em questão.

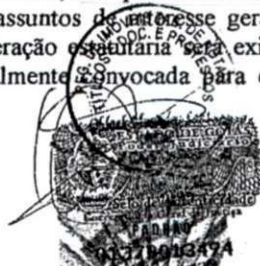
## III - DOS ORGÃOS E DE SEU FUNCIONAMENTO

Art. 10 - São órgãos da Associação Comunitária e Cultural de Cacu:

- a) Assembléia Geral;
- b) Diretoria;
- c) Conselho Fiscal;
- d) Conselho Comunitário

Art. 11 - A Assembléia Geral, órgão máximo de deliberação da Associação Comunitária e Cultural de Cacu, será composta por seus associados, e ocorrerá ordinariamente a cada ano, na segunda quinzena do mês de janeiro para avaliação e prestação de contas da Diretoria, discussão e aprovação de planos, projetos e assuntos gerais. Deverá ordinariamente, ocorrer a cada dois anos para eleição da Diretoria, Conselho Comunitário e do Conselho Fiscal e extraordinariamente poderá ser convocada para destituição dos dirigentes e alteração estatutária, respeitando-se o disposto no §1º.

§ 1º - A AG poderá ser convocada extraordinariamente pela maioria da diretoria, por um terço dos associados fundadores ou, no mínimo, um quinto dos associados (colaboradores ou efetivos), para discussão e decisão relativa a assuntos de interesse geral. Quando a deliberação se relacionar a destituição de dirigentes ou alteração estatutária será exigido o voto concorde de dois terços dos presentes à Assembléia especialmente convocada para esse fim, não podendo ela deliberar, em





REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL  
REGISTRO DE IMÓVEIS, PROTESTOS E ANEXOS  
COMARCA DE CAÇU - GO  
Av. Ildefonso Carneiro, Nº 635 - Centro  
Oldack Musa dos Santos  
Oficial



Continuação

Página: 21

primeira convocação, sem a maioria absoluta dos associados, ou com pelo menos de um terço nas convocações seguintes.

§2º - A convocação deverá ser feita com antecedência mínima de oito dias, através de edital ou comunicado afixado na sede da Associação Comunitária e Cultural de Cacu, bem como na sede das entidades que compõem o Conselho Comunitário e com divulgação através de pelo menos quatro chamadas diárias durante a programação da emissora, devendo conter data, hora, local e pauta da reunião.

§3º - A AG deliberará em primeira convocação somente com metade mais um dos associados aptos a votar e, em segunda convocação, trinta minutos após com qualquer número de associados aptos a votar, respeitadas as disposições dispostas na letra "a" do art. 8º e §1º do art. 11.

§4º - A AG convocada para fins eleitorais, alienação de bens imóveis ou móveis ou extinção da entidade, deverá ser convocada com trinta dias de antecedência e, deliberará conforme este estatuto, mediante voto dos associados em dia com suas obrigações sociais filiados a pelo menos seis meses, respeitadas as disposições dispostas na letra "a" do art. 8º e §1º e 2º do art. 11.

Art. 12 - A Diretoria da Associação Comunitária e Cultural de Cacu, órgão executivo e administrativo, será composta por um Diretor Presidente, um Diretor Administrativo, um Diretor de Operações, um Diretor Cultural e um Diretor Marketing, todos com suplentes, eleitos em Assembléia Geral para um mandato de 02 (dois) anos, permitida a reeleição.

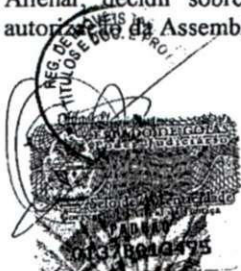
§1º - A Diretoria da Associação Comunitária e Cultural de Cacu poderá ser substituída, para finalização do mandato, no todo ou em parte, mediante decisão em Assembléia Geral, respeitadas as disposições dispostas na letra "a" do art. 8º e §1º e 2º do art. 11.

§ 2º - Apenas farão parte da Diretoria brasileiros natos ou naturalizados há mais de 10 (dez) anos e maiores de 18 anos ou emancipados, cujas residências sejam situadas na área da comunidade atendida e ainda, tais dirigentes não poderão estar no exercício de mandato eletivo que lhes assegure imunidade parlamentar ou função da qual decorra foro especial.

Art. 13 - São atribuições:

I) Da Diretoria:

- a) Administrar e superintender os trabalhos e o patrimônio da entidade.
- b) Convocar as reuniões e Assembléias Gerais;
- c) Representar a Associação Comunitária e Cultural de Cacu em atos públicos ou internos.
- d) Realizar todos atos necessários ao desenvolvimento da Associação Comunitária e Cultural de Cacu
- e) Apresentar relatório anual a Assembléia Geral, acerca do Balanço Patrimonial e o Relatório de Atividades;
- f) Prestar as contas ao final de cada exercício financeiro.
- g) Desenvolver e promover o intercâmbio com a comunidade e entidades afins
- h) Criar e instalar serviços e Departamentos para a realização e desenvolvimentos das finalidades da entidade;
- i) Alienar, decidir sobre aquisição e constituir ônus sobre bens móveis e imóveis mediante autorização da Assembléia Geral após ouvir o Conselho Fiscal;







REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL  
REGISTRO DE IMÓVEIS, PROTESTOS E ANEXOS  
COMARCA DE CAÇU - GO  
Av. Ildefonso Carneiro, N° 635 - Centro  
Oldack Musa dos Santos  
Oficial



Continuação

Min. das Comunicações  
Fls. 150  
Rubrica  
Página: 22

II) De cada dirigente:

- a) Ao Diretor Presidente compete: representar a Associação Comunitária e Cultural de Caçu, passiva e ativa, judicial e extrajudicialmente, coordenar e presidir as reuniões da diretoria; assinar contratos, ajustes ou convênios de interesse da associação, movimentar conta bancária conjunta da entidade com o Diretor Administrativo, votar e deter o voto de desempate nas deliberações da diretoria e em Assembléia Geral; praticar todos os atos necessários à administração da entidade, organizar seus serviços e Departamentos; participar e presidir às reuniões do Conselho Comunitário;
- b) Ao Diretor Administrativo compete: gerir as atividades administrativas e financeiras da entidade, dirigir e supervisionar todos os serviços de escritório da associação, assinar conta conjunta com o Diretor Presidente e assinar todos documentos concernentes a vida financeira da Associação Comunitária e Cultural de Caçu, secretariar as reuniões da diretoria, lavrar as atas, ter sob sua guarda os livros, atas e pareceres da entidade, todos os documentos relativos a tesouraria e secretaria, manter disponível e atualizado o ato que estabeleceu a composição do Conselho Comunitário, dirigir e supervisionar os serviços da tesouraria e da secretaria, bem como organizar e manter a escrituração do movimento econômico financeiro da entidade;
- c) Ao Diretor de Operações compete: implementar e supervisionar todos os aspectos concernentes a execução do serviço de radiodifusão comunitária, relativamente aos seus aspectos legais, técnicos e qualitativos, gerir os recursos advindos de patrocínio sob forma de apoio cultural, bem como supervisionar e ter sob sua guarda todo o patrimônio considerado no âmbito das operações relativas ao serviço de radiodifusão; promover a integração da comunidade com o serviço prestado;
- d) Ao Diretor Cultural compete: implementar e supervisionar a área artístico e cultural da entidade dando cumprimento ao que determina a legislação.
- e) Ao Diretor de Marketing compete: buscar a inovação da programação da emissora e apoio financeiro na forma da legislação para a manutenção da entidade.

Art. 14 - Ao Conselho Fiscal, eleito em Assembléia Geral para mandato igual ao da Diretoria, será composto de 03 membros e 03 suplentes com competência para fiscalizar e aprovar balanços, balancetes e prestação de contas e manifestar sobre alienações de bens da entidade.

Art. 15 - O Conselho Comunitário, eleito em Assembléia Geral para mandato igual ao da Diretoria, será composto por, no mínimo, cinco pessoas, com suplentes, representantes de entidades da comunidade local, tais como associações de classe, beneméritas, religiosas ou de moradores, desde que legalmente instituídas, com o objetivo de acompanhar a programação da emissora, com vista ao atendimento do interesse exclusivo da comunidade.

Parágrafo único - O Conselho Comunitário deverá organizar-se através de seu regimento interno e cumprirá as atribuições definidas pela legislação vigente sobre o serviço de radiodifusão comunitária, devendo encaminhar ao Ministério das Comunicações, anualmente, sempre no aniversário da outorga, relatório resumido contendo a descrição da grade de programação, bem como sua avaliação.

IV - DAS ELEIÇÕES

Art. 16 - As chapas para a diretoria estarão aptas, se entregues até quinze dias antes da Assembléia Geral de eleição, por requerimento à Comissão eleitoral, acompanhada de nominata completa e pelo devido expresse consentimento de seus membros bem como do referendado de, no mínimo, um décimo de associados aptos a votar.

§1º - É vedada a participação de associados em mais de uma chapa, bem como o voto cumulativo ou por procuração.



Assinatura manuscrita





REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL  
REGISTRO DE IMÓVEIS, PROTESTOS E ANEXOS  
COMARCA DE CAÇU - GO  
Av. Ildefonso Carneiro, Nº 635 - Centro  
*Oldack Musa dos Santos*  
Oficial



Continuação



§2º - A diretoria será formada pela chapa que alcançar a maioria dos votos ou de acordo com a proporcionalidade dos votos obtidos por cada chapa, desde que obtido o mínimo de vinte por cento dos votos validos totalizados no processo eleitoral. A escolha do critério para contagem será decidida no início da AG.

#### V - DA PROGRAMAÇÃO

Art. 17 - A programação da emissora, deverá respeitar todos os princípios e normas dispostas na legislação vigente no território nacional sobre radiodifusão comunitária.

Parágrafo Único - Será vedada a transferência da outorga e a formação de redes, excetuadas as situações de guerra, calamidade pública, epidemias e as transmissões obrigatórias dos Poderes Executivo, Judiciário e Legislativo, definidas em leis. Também será vedada a cessão ou arrendamento da emissora do Serviço de Radiodifusão Comunitária ou de horários de sua programação.

#### VI - DA RECEITA E DO PATRIMÔNIO

Art. 18 - O Patrimônio e Receita da Associação Comunitária e Cultural de Caçu será composto pelas contribuições sociais definidas pela Assembléia Geral, pelas doações, auxílios e subvenções, pelos bens móveis ou imóveis, pelas rendas e juros de depósitos bancários e aplicação financeira, pelos saldos de exercícios financeiros anteriores transferidos para a conta patrimonial, por valores advindos de suas atividades comunitárias, bem como por aqueles decorrentes do patrocínio sob forma de apoio cultural.

Parágrafo Único - Toda receita ou despesa deverá ser aprovada pela diretoria e nenhum membro de seu quadro diretivo será remunerado.

#### VII - DA REFORMA DO ESTATUTO E DA DISSOLUÇÃO

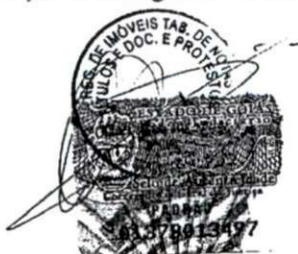
Art. 19 - Este estatuto poderá ser reformado, no todo ou em parte, por deliberação da Assembléia Geral Extraordinária, especialmente convocada para este fim, sendo exigido o voto concorde de dois terços dos presentes à Assembléia, não podendo ela deliberar, em primeira convocação, sem a maioria absoluta dos associados, ou com pelo menos de um terço nas convocações seguintes.

Art. 20 - A dissolução da Associação Comunitária e Cultural de Caçu ocorrerá segundo decisão de Assembléia Geral, e o remanescente de seu patrimônio líquido, será destinado a entidade de fins não econômicos congênere, definida na Assembléia e nos termos do art. 61, parágrafos 1º e 2º, do Código Civil Brasileiro.

#### VIII - DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 21 - Os casos omissos neste estatuto serão resolvidos pela diretoria, com recurso a AG, pelo associado que se achar prejudicado.

Art. 22 - Esta alteração estatutária entra em vigor após sua provação, exceto no que altera a composição da atual gestão 2010/2012.



*(Assinatura)*

Caçu, 06 de Abril de 2011.





REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL  
REGISTRO DE IMÓVEIS, PROTESTOS E ANEXOS  
COMARCA DE CAÇU - GO  
Av. Ildefonso Carneiro, Nº 635 - Centro  
Oldack Musa dos Santos  
Oficial



Continuação

Página: 24

Wagner Vicente da Silva  
Presidente

Wellington Tavares Paranaíba  
Vice-Presidente

Fátima Maria da Cunha Rodrigues  
1ª Secretária

Carlos Humberto de Moura  
2º Secretário

João Batista Costa Nascimento  
João Batista Costa Nascimento  
1º Tesoureiro

Nely de Castro Moraes  
Nely de Castro Moraes  
2º Tesoureiro

DEMAIS ASSOCIADOS PRESENTES:

Plínio Silva; PLÍNIO SILVA  
Waldino Cardoso Pires  
José da Passagem  
Luis Carlos Guimarães  
João Ruy de Almeida  
Dirceu Nunes Moreira  
Rodrigo de Moraes Machado  
Lizauri Alves Pereira  
Leandro Gama Filho  
Vany Nunes de Freitas Júnior  
Vitor Hugo de Faria

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL  
1º Tabelionato de Notas de Caçu - Goiás  
Rua José Reinaldo Vieira nº 600 - Centro - Caçu - GO - CEP 75813-800 - Fone: (64) 3656-1067  
Tabelião: Oldack Musa dos Santos

Apresentado hoje para AVERBAÇÃO, protocolizado e digitalizado sob o nº 5.447, averbado sob nº 002 e margem do Registro nº 83. Dou fé. Caçu - GO 09/05/2011.

Angela de Castro Santos - Escrevente



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL  
1º Tabelionato de Notas de Caçu - Goiás  
Rua José Reinaldo Vieira nº 600 - Centro - Caçu - GO - CEP 75813-800 - Fone: (64) 3656-1067  
Tabelião: Oldack Musa dos Santos

TÍTULOS E DOCUMENTOS - Livro B

Apresentado hoje para REGISTRO, protocolizado e digitalizado sob o nº 5.308 e registrado sob o nº 2.277. Dou fé. Caçu - GO 11/04/2011.

Angela de Castro Santos - Escrevente



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL  
REGISTRO DE IMÓVEIS, PROTESTOS E ANEXOS  
COMARCA DE CAÇU - GO  
Av. Ildefonso Carneiro, Nº 635 - Centro  
**Oldack Musa dos Santos**  
Oficial



Continuação

153  
Página: 25

**TABELIONATO 1º DE NOTAS**  
Fone: (64) 656-1067 - Caçu-GO  
Reconheço, por semelhança, a(s) assinatura(s) de  
Wladimir Alves de Castro  
posto que anexo(s) a(s) constante(s) de nosso arquivo.  
Dou fé.  
Caçu, 11 de março de 2013  
Em test.: \_\_\_\_\_ da verdade

**TABELIONATO 1º DE NOTAS**  
Fone: (64) 656-1067 - Caçu-GO  
Reconheço verdadeira(s) a(s) assinatura(s) de  
Wladimir Alves de Castro  
pessoa(s) por meio de semelhança identificada(s) e por  
haver(em) sido aporadas em minha presença. Dou fé  
Caçu, 11 de março de 2013  
Em test.: \_\_\_\_\_ da verdade

OLDACK MUSA DOS SANTOS - OFICIAL  
MISSE SOUSA CARVALHO - ESCRIV.  
MARISTELA SOUSA C. PEREIRA - ESCRIV.  
ANGELA DE CASTRO SANTOS - ESCRIV.

Transcrito o que se tinha a tornar público, a teor e para os fins do §1º do art. 160 da Lei Federal nº 6.015 de 31/12/1973, lavrei o presente termo, que assino, em público e fiel testemunho da verdade. Dou fé.

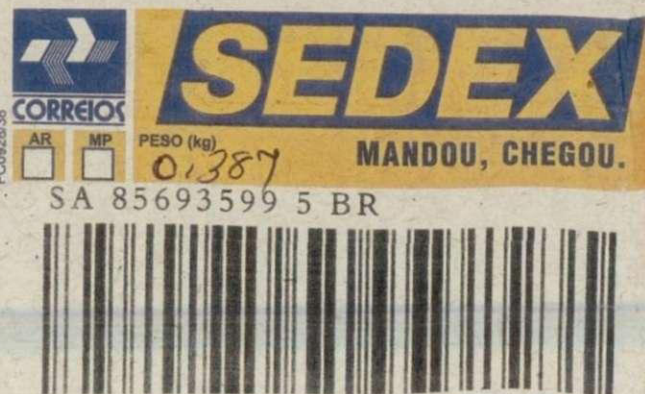
CAÇU, 21 de março de 2013.

Evania Freitas Guimarães Souza  
Escrevente





MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES  
SECRETÁRIA DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÕES ELETRÔNICA  
DEPARTAMENTO DE OUTORGA DE SERVIÇOS  
ESPLANADA DOS MINISTÉRIOS, BLOCO R,  
ED. ANEXO ALA OESTE, SALA 300  
CEP. 70044-900 – BRASILIA – DF





(ETIQUETA OU CARIMBO NP)

**ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA ● CULTURAL DE CAÇU**  
**RUA MANOEL CARNEIRO GUIMARÃES, 699**  
**BAIRRO: MORADA DOS SONHOS**  
**CEP: 75.813-000 – CAÇU - GO**



**Ministério das Comunicações**  
Secretaria de Serviço de Radiodifusão  
Departamento de Outorga de Serviço de Radiodifusão  
**ROTEIRO DE ANÁLISE LEGAL DE RADCOM**



**Identificação do Processo**

Número: 53000.052021/2011 Localidade / UF: CAÇU/GO  
Entidade: ASSOCIACAO COMUNITARIA E CULTURAL DE CACU  
Aviso: 0 Publicação: 01/01/2000 Prazo: 0 Canal: 0

**Processo**

1. A Entidade é uma: Associação

**2. Quadro Diretivo da Associação ou Fundação**

Nome	CPF	Cargo	Mandato	Telefone
Wagner Vicente da Silva	077.218.461-53	2º Diretor Cultural, de Comunicação Social e Marketing	31/07/2012 31/07/2014	
WELLINGTON TAVARES PARANAIBA	253.038.721-49	Diretor Geral	31/07/2012 31/07/2014	
Jesusmar Nunes da Silva	435.769.236-91	Diretor de Operações	31/07/2012 31/07/2014	
Nely de Castro Moraes	370.135.721-87	1º Diretor Cultural, de Comunicação Social e Marketing	31/07/2012 31/07/2014	
João Batista Costa Nascimento	220.159.901-78	Diretor Administrativo	31/07/2012 31/07/2014	

**3. Conclusão Geral (Parecer Legal)**

**PROCESSO INSTRUÍDO COM OS SEGUINTE DOCUMENTOS:**

1. Declaração de que a emissora apresenta os mesmos parâmetros técnicos em conformidade com a última autorização do MiniCom: f. 11
2. Certidão Negativa de débitos administrados pela ANATEL: f. 12
3. CNPJ válido e atual: f. 13
4. Estatuto: f. 14-21 e 147-151
5. Ata de eleição: f. 62-63
6. Relatório Conselho Comunitário: PENDENTE
7. Cópias dos RG e CPF dos Diretores: PENDENTE

**CONSTATAÇÕES:**

- a. O processo ainda não está completamente instruído.
- b. O Estatuto necessita adequar-se à Norma 1/2011.
- c. Verificou-se a existência de indícios de vínculos político partidários.

**CONCLUSÃO:**

- Elaborada NT 632-2014 solicitando documentos e esclarecimentos.
- Elaborado Memo 81/2014 encaminhando documentos à CGAO.
- Os documentos que subsidiam as constatações supra acompanham o presente parecer.

\*\*\* Analista Jurídico: TÁCIO NEVES

Pedro Luis Barreto Vianna Rocha





## JUSTIÇA ELEITORAL



## CERTIDÃO

Certifico que, de acordo com os assentamentos da Justiça Eleitoral, o(s) Membro(s) abaixo relacionado(s):

Nome	Título Eleitoral	Cargo	Exercício
NELITON ALVES CARNEIRO	025812961031	1º - SUPLENTE DA EXECUTIVA - COMISSÃO EXECUTIVA	30/04/2012 a 30/04/2015 - ATIVO
ADELSON BATISTA ARANTES	017949681082	2º - SUPLENTE DA EXECUTIVA - COMISSÃO EXECUTIVA	30/04/2012 a 30/04/2015 - ATIVO
JUAREZ GAMA FILHO	018015401090	3º - SUPLENTE DA EXECUTIVA - COMISSÃO EXECUTIVA	30/04/2012 a 30/04/2015 - ATIVO
SEBASTIÃO MARTINS DE SOUZA	017946991090	3º - SUPLENTE DA EXECUTIVA - COMISSÃO EXECUTIVA	30/04/2012 a 30/04/2015 - ATIVO
KIXIANE PAULA VIEIRA LIMA	034375981082	4º - SUPLENTE DA EXECUTIVA - COMISSÃO EXECUTIVA	30/04/2012 a 30/04/2015 - ATIVO
CIRILO ALVES DE LIMA NETO	025809021040	DELEGADO DA CONVENÇÃO ESTADUAL	30/04/2012 a 30/04/2015 - ATIVO
CIRILO ALVES DE LIMA NETO	025809021040	PRESIDENTE	30/04/2012 a 30/04/2015 - ATIVO
ELISA MARIA PIMENTA MENDONÇA SEGANTINI	030299951007	SUPLENTE - DIRETÓRIO	30/04/2012 a 30/04/2015 - ATIVO
ÉRICA REIJANE LIMA	029433081082	MEMBRO - DIRETÓRIO	30/04/2012 a 30/04/2015 - ATIVO
FÁBIO MODESTO DE MELO SILVA	046350591040	2º VICE PRESIDENTE	30/04/2012 a 30/04/2015 - ATIVO
FERNANDO ROCHA DE ARAÚJO CAMPOS	161374950167	SUPLENTE - DIRETÓRIO	30/04/2012 a 30/04/2015 - ATIVO
GILMAR NUNES DA SILVA	022585291007	1º VICE PRESIDENTE	30/04/2012 a 30/04/2015 - ATIVO
JESUSMAR NUNES DA SILVA	017943001007	SUPLENTE DE DELEGADO DA CONVENÇÃO REGIONAL	30/04/2012 a 30/04/2015 - ATIVO
JOÃO FRANCO COELHO	025082751023	2º VOGAL	30/04/2012 a 30/04/2015 - ATIVO
JOSÉ BATISTA DE OLIVEIRA	017939741074	SECRETÁRIO ADJUNTO	30/04/2012 a 30/04/2015 - ATIVO



MARCO ANTÔNIO CAETANO	010825881066	SUPLENTE - DIRETÓRIO	30/04/2012 a 30/04/2015 - ATIVO
MARCOS DE FREITAS	018000901082	MEMBRO - DIRETÓRIO	30/04/2012 a 30/04/2015 - ATIVO
OLDAISA PEREIRA MARTINS	000267051082	SECRETÁRIA GERAL	30/04/2012 a 30/04/2015 - ATIVO
ORIZA RODRIGUES COIMBRA	017956871007	MEMBRO - DIRETÓRIO	30/04/2012 a 30/04/2015 - ATIVO
SELY FERREIRA	017987161040	MEMBRO - DIRETÓRIO	30/04/2012 a 30/04/2015 - ATIVO
SUELY FERREIRA GAMA	018014591031	MEMBRO - DIRETÓRIO	30/04/2012 a 30/04/2015 - ATIVO
UBIRATAN DA SILVA SEGANTINI	037240461031	SUPLENTE - DIRETÓRIO	30/04/2012 a 30/04/2015 - ATIVO
VICENTE DE SOUZA LIMA	018003111074	MEMBRO - DIRETÓRIO	30/04/2012 a 30/04/2015 - ATIVO
WEDVAN FREITAS GOMES	029444011023	SUPLENTE - DIRETÓRIO	30/04/2012 a 30/04/2015 - ATIVO
EDUARDO SIQUEIRA MARTINS	044531511066	1º - CONSELHO FISCAL	30/04/2012 a 30/04/2015 - ATIVO
TIBÚRCIO SIQUEIRA GAMA NETO	017960751040	1º - CONSELHO DE ÉTICA E DISCIPLINA	30/04/2012 a 30/04/2015 - ATIVO
EDNA CRISTINA FREITAS	029443411058	2º - CONSELHO FISCAL	30/04/2012 a 30/04/2015 - ATIVO
NEUTON JOSÉ DA SILVA	025079041023	2º - CONSELHO DE ÉTICA E DISCIPLINA	30/04/2012 a 30/04/2015 - ATIVO
ANTÔNIO JOSUÉ	017948551007	3º - CONSELHO DE ÉTICA E DISCIPLINA	30/04/2012 a 30/04/2015 - ATIVO
JESUSMAR NUNES DA SILVA	017943001007	TESOUREIRO	30/04/2012 a 30/04/2015 - ATIVO

Faz(em) parte do seguinte orgão partidário:

CNPJ: **15.929.943/0001-70**

Partido: **PARTIDO TRABALHISTA**  
Político: **BRASILEIRO - PTB**

Orgão  
Partidário: **Diretório**

Abrangência: **MUNICIPAL - CAÇU/GO**

Protocolo: **346022012**

Vigência: **Início:30/04/2012 Final: 30/04/2015**

Logradouro: **FAZENDA VARJÃO**

Bairro: **ZONA RURAL**

Telefone: **(64)9279-0503**

E-mail: **pingodevida@hotmail.com**

Data: **01/06/2012**  
Protocolo: **17:33:46**

CEP: **75.813-000**  
Fax: **(62)3212-1414**



Código: **BLEJ.KPB\$.NHV\$.ELQN.**  
Certidão  
emitida às: **11/02/2014 09:42:16**



- Esta certidão é expedida gratuitamente. Sua autenticidade poderá ser confirmada na página do Tribunal Superior Eleitoral na Internet, no endereço: <http://www.tse.jus.br/partidos/partidos-politicos/validar-certidao>.
- **As informações constantes desta certidão retratam o conteúdo dos assentamentos da Justiça Eleitoral na data e hora de sua emissão, o que não impede a ocorrência de alterações futuras nestas informações.**
- Os dados partidários de abrangência nacional são de responsabilidade do TSE e os de abrangência regional/municipal são de responsabilidade dos respectivos tribunais regionais.



## ESTATÍSTICA TSE

## Eleições 2008

Estatísticas de Candidaturas

Estatísticas do Eleitorado

Estatísticas de Resultados

**Estatísticas de Resultados**

- > Candidatos por Vaga
- > Cargo/Sexo
- > Pesquisa Nominal
- > Quadro de Comparecimento
- > Quadro de Votação
- > Quadro Partido/Cargo
- > Resultado da Eleição
- > Municípios em que ocorreram eleições suplementares
- > Municípios que não totalizaram a Eleição

:: Pesquisa Nominal | Voltar

**Parâmetros de pesquisa**Parte do Nome **Pesquisa Nominal**

Município	Nome Candidato	Nome Urna	Cargo	Partido	Situação
CAÇU/GO	JESUSMAR NUNES DA SILVA	JESUSMAR NUNES	Vereador	PTB	Eleito

1 - 1

**Informações Adicionais**

Fonte dos dados: Data Mart de Resultado do Pleito de 2008.

Dados sujeitos a alteração.

Data da última atualização: 30/07/2013 - 14:21

Praça dos Tribunais Superiores - Bloco C - 70096-900 Brasília, DF - Brasil - Tel. (61) 3316-3000



[Últimas](#)[Ciência](#)[Cotidiano](#)[Economia](#)[Eleições 2012](#)[Internacional](#)[Jornais](#)[Política](#)[Saúde](#)Começa o perfil de  
Fernando Rodrigues[Blog](#) [Políticos do Brasil](#) [Pesquisas](#) [Escândalos no Congresso](#) [Twitter](#) [Vídeos](#) [Áudio](#)

Dados sobre todos os candidatos de 2010 e de eleições anteriores

Digite nome/número ou selecione um filtro e clique Pesquisar

## Leonides (2008)

### Dados pessoais do candidato

**Nome completo:** Leonides Dolores Machad  
**CPF:** 016.700.261-91 \*  
**Data de nascimento:** 29/03/1938  
**Idade ao final de 2008:** 70  
**Município de nascimento:** Jataí /GO  
**Nacionalidade:** Brasileira  
**Município de residência:** Caçu /GO  
**Sexo:** Masculino  
**Estado Civil:** Casado(A)  
**Grau de Instrução:** Ensino Fundamental Incompleto  
**Ocupação principal declarada:** Produtor Agropecuário



\* [Saiba como checar o CPF dos políticos e sua situação fiscal](#)

### Dados eleitorais do candidato

**Cargo disputado:** Vice-Prefeito  
**Município onde concorre:** Caçu  
**UF onde concorre:** GO  
**Nome na urna:** Leonides  
**Número eleitoral:** 23  
**Nome do partido:** Partido Da Social Democracia Brasileira  
**Sigla/ número do partido:** PSDB /45  
**Coligação:** União Fraternidade E Trabalho (PR / PTB / PP / PSDB / PPS / PSB)  
**Situação da candidatura:** Deferido

### Declaração de bens apresentada à Justiça Eleitoral

Descrição do bem	Valor do bem
Casa Residencial Na Rua Artur Ferraz De Almeida, Caçu	R\$ 36.086,58
Fazenda Matinha Em Caçu 175,3 Ha	R\$ 145.734,28
50% De Um Predio Comercial Em Cassilandia-Ms	R\$ 14.400,00
Cooperativa De Credito Do Vale Do Paranaiba Ltda	R\$ 13.659,68
<b>Valor total dos bens declarados:</b>	<b>R\$ 209.880,54</b>





## TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL

Eleições 2008

Divulgação de Registro de Candidaturas

## Detalhes do Registro de Candidatura - Vice-Prefeito



Situação do Registro:

**Apto**  
(Deferido)

Nome na urna eletrônica: **LEONIDES** Número: \_\_\_\_\_

Nome completo: **LEONIDES DQLORES MACHADO** Sexo: Masculino

Data de nascimento: 29/03/1938 Estado civil: Casado(a)

Nacionalidade: Brasileira nata Naturalidade: JATAI - GO

Grau de instrução: Ensino Fundamental Incompleto Ocupação: Produtor Agropecuário

Partido: -- ()

Coligação: \_\_\_\_\_

Composição da coligação: \_\_\_\_\_

Cargo a que concorre: **Vice-Prefeito - CAÇU (GO)**

No. processo/protocolo: 9886 / 287651/2008



Dados fornecidos pelo candidato no processo de registro de candidaturas. Outras informações, entrar em contato com o cartório eleitoral no município.

Processo de Candidatura	Declaração de Bens	Prestação de Contas - 1ª Parcial	Prestação de Contas - 2ª Parcial
Seq.	Descrição	Total	
1	CASA RESIDENCIAL NA RUA ARTUR FERRAZ DE ALMEIDA, CAÇU	R\$ 36.086,58	
2	FAZENDA MATINHA EM CAÇU 175,3 HA	R\$ 145.734,28	
3	50% DE UM PREDIO COMERCIAL EM CASSILANDIA-MS	R\$ 14.400,00	
4	COOPERATIVA DE CREDITO DO VALE DO PARANAIBA LTDA	R\$ 13.659,68	
		<b>R\$ 209.880,54</b>	

Fechar X



**REQUERIMENTO Nº 47/2013, DE 05 DE AGOSTO DE 2013**

Requer a aquisição de área para estacionamento anexa ao Parque de Exposição Leonides Dolores Machado.

Exmº Sr.  
**ORLANDO OLIVEIRA SILVA**  
Presidente da Câmara Municipal de Caçu  
Nesta:

Poder Legislativo  
**Câmara Municipal de Caçu-Goiás**  
**PROTOCOLO Nº: 025775**  
Fls.: 05 Livro: 002  
Data 05/08/13 Hora: 10:55  
Assinatura

Senhor Presidente,

O Vereador que este subscreve, requer a Vossa Excelência que, após os devidos trâmites regimentais e ouvido o Plenário, seja encaminhado Expediente ao Chefe do Poder Executivo Municipal, solicitando daquela autoridade, providências para que feita a aquisição de área para estacionamento, anexa ao Parque de Exposição Leonides Dolores Machado.

*Nestes Termos,  
P. Deferimento.*

Sala das Sessões da Câmara Municipal de Caçu, aos 05 dias do mês de Agosto do ano de 2013.

Vereador *Antônio Severino da Silva*

**Justificativa:**

A EXPOCAÇU se tornou a maior exposição agropecuária, industrial e comercial do extremo sudoeste goiano. É bastante conhecida pela qualidade, organização e tamanho deste evento que hoje é mencionada além dos limites do Estado goiano, trazendo inúmeros visitantes e negociantes que aqui fazem aquisições de produtos dando uma forte contribuição para a economia de nosso Município.

Ocorre que, contraria a organização interna da festa, o estacionamento dos veículos se torna um verdadeiro caos, pois no Parque de Exposição Leonides Dolores Machado não existe estacionamento, o que força os visitantes da festa estacionar na rua, no canteiro central da avenida ou sobre as calçadas do Parque, atrapalhando todo o trânsito de carros e pedestres nas proximidades do Parque.

Haja vista que, para conseguir realizar um evento como é realizado, o Sindicato Rural, por não possuir fonte de renda, depende de patrocínios e contribuições, e por conta disso necessita da ajuda do Poder Público para a construção deste estacionamento.

Diante do exposto, solicitamos o apoio dos nobres colegas na aprovação da presente matéria.

**CÂMARA MUNICIPAL DE CAÇU**

Edifício Vicente de Sousa Lima

Avenida Ildelfonso Carneiro, 399-A, Centro - Caçu-GO - Cep: 75813-000

Telefone: (64) 3656-1348 | 3656-1442 | 3656-1174 - www.camaradecacu.go.gov.br





MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES  
Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica  
Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária  
Esplanada dos Ministérios, Bloco R, 3º andar - 70044-900 - Brasília - DF  
(61) 3311-6281

Ofício nº 998 /2014/CGRC/SCE-MC

Brasília, 12 de fevereiro de 2014.

Ao(À) Senhor(a)

**WELLINGTON TAVARES PARANAÍBA**

Representante Legal da **ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA E CULTURAL DE CAÇU**

Rua Manoel Carneiro Guimarães, nº. 699, Bairro Morada dos Sonhos

75.813-000 / Caçu - GO

Assunto: **Encaminhamento de Nota Técnica relativa à Análise do Processo de Renovação nº 53000.052021/2011-38.**

Senhor(a) Representante Legal,

1. Tendo em vista a análise realizada no processo nº **53000.052021/2011-38**, no qual esta entidade requer renovação da outorga para execução do Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de **Caçu/GO**, encaminhamos cópia da Nota Técnica nº **632/2014/CGRC/SCE-MC**, que solicita documentos necessários à instrução processual e esclarecimentos acerca de possíveis irregularidades encontradas nos autos.

2. Comunicamos, por fim, o prazo de 30 (trinta) dias, contados a partir da data de recebimento deste ofício de acordo com o AR Postal (Aviso de Recebimento) que o acompanha, para que a entidade apresente toda a documentação solicitada, sob pena de extinção da outorga.

Atenciosamente,

  
**SAMIR AMANDO GRANJA NOBRE MAIA**  
Coordenador-Geral de Radiodifusão Comunitária





MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES  
Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica  
Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária



Nota Técnica nº 632/2014/CGRC/SCE-MC

Assunto: **Constatação de pendências relativas ao requerimento de Renovação de Outorga.**

Referências: Processo de Outorga nº 53670.000736/1998.  
Processo de Renovação nº 53000.052021/2011-38.

---

**SUMÁRIO EXECUTIVO**

1. Trata-se de requerimento para renovação da outorga concedida à **ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA E CULTURAL DE CAÇU** para execução do Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de **Caçu/GO**.

---

**ANÁLISE**

2. Tendo em vista a análise realizada no processo, observou-se a necessidade do saneamento de pendências relativas à documentação que instrui o requerimento, devendo a entidade providenciar o envio dos itens dispostos abaixo, na forma dos subitens 8.1 e 20.3 da Norma nº 01/2011: (Para outorgas que venceram após 30/11/2013)

I. Da leitura do Estatuto Social apresentado pela entidade, constata-se a necessidade de adequação da atual redação dos artigos 12 e 8, ao disposto nos itens 8.2, alínea *h* e 8.3, alínea *d* da Norma nº 1/2011, sem prejuízo das demais modificações que devem ser realizadas para o fim de adequar o Estatuto aos textos normativos a seguir:

8.2. *O Estatuto Social das associações comunitárias e das fundações interessadas em executar o serviço deverá:*

(...)

*h) indicar o modo de constituição e funcionamento dos órgãos deliberativos e administrativos da entidade, estabelecendo:*

(...)

*h.3) o tempo de mandato dos membros que compõem a diretoria, limitado ao máximo de 4 (quatro) anos, sendo admitida uma recondução;*

8.3. *Os Estatutos Sociais das entidades comunitárias deverão ainda conter disposições que:*

(...)

53000.052021/2011-38/CGRC



- b) assegurem o ingresso gratuito, como associado, de todo e qualquer cidadão domiciliado na área de execução do serviço;*
- c) assegurem a todos os seus associados, pessoas físicas, em dia com as suas obrigações estatutárias, o direito de votar e ser votado para todos os cargos que compõem os órgãos administrativos e deliberativos, bem como o direito de voz e voto nas deliberações sobre a vida social da entidade, nas instâncias deliberativas existentes;*
- d) assegurem o ingresso gratuito, como associadas, de pessoas jurídicas sem fins lucrativos, sediadas na área de execução do serviço, conferindo-lhes inclusive, por intermédio de seus representantes legais, o direito de escolher, mediante voto, os integrantes dos órgãos deliberativos e administrativos, bem como o direito de voz e voto nas deliberações sobre a vida social da entidade, nas instâncias deliberativas existentes;*
- (...)*

**II.** Prova de que os diretores WAGNER VICENTE DA SILVA, DONIZETH GUIMARÃES, DIVINO NUNES MOREIRA, LEONIDES DOLORES MACHADO, DEZAIR ALVES PEREIRA, JUAREZ GAMA FILHO são brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos e maiores de dezoito anos ou emancipados (cópia do RG ou Certidão de Casamento), de acordo com o subitem 8.1, alínea “e”, da Norma nº 01/2011. Não serão aceitos, a título de comprovação deste item, a carteira nacional de habilitação (CNH) e a inscrição no Cadastro de Pessoas Jurídicas (CPF), em atenção às restrições dispostas nos subitens 8.4.1 e 8.4.2;

**III.** CPF de dos dirigentes acima nominados; e

**IV.** Último relatório do Conselho Comunitário, constituído nos moldes do item 21.4.1 da Norma nº 01/2011, versando sobre a programação veiculada pela emissora.

3. Cabe ressaltar que as alterações estatutárias promovidas devem ser devidamente averbadas junto ao registro inicial do Estatuto Social, ou seja, no Registro de Pessoas Jurídicas, mediante apresentação de certidão cartorária que vise tal comprovação.

4. Com o fim de orientar a entidade, é importante informar que nos autos consta documento do Diretor WAGNER VICENTE DA SILVA (f. 79), nada obstante a cópia encontra-se ilegível, razão pelo qual não é possível perceber os dados ali descritos. À oportunidade, é importante esclarecer que também os suplentes devem apresentar os comprovantes de maioridade e nacionalidade visto que, por conta da sua condição, podem potencialmente ocupar a Diretoria, exigindo-se que preencham os mesmos requisitos de maioridade e nacionalidade brasileira nata ou naturalizada há mais de 10 anos (art. 9º, §2º, III e IV).

5. Sobre a solicitação constante no “item IV” acima, atentou-se para a existência nos autos de documento elaborado pelo Conselho Comunitário (fls. 43-45). Todavia, este documento limita-se a aprovar a grade de programação, não analisando de fato se ela cumpre as finalidades legais (art. 4º da Lei nº. 9.612/1998). Em vista disso, é necessário que o Conselho elabore novo relatório, agora acompanhado de análise da grade de programação segundo o que determina o subitem 21.4.1 da Norma 1/2011.

6. Finalmente, em pesquisa à rede mundial de computadores bem como ao banco de dados do Tribunal Superior Eleitoral, vislumbrou-se possíveis indícios de que a requerente mantém vínculos que a subordinam ou a sujeitam à gerência, à administração, ao domínio, ao comando ou à orientação de outra entidade, mediante compromissos ou relações político-partidárias, em potencial infringência ao disposto no art. 11 da Lei 9.612/98. Essa afirmação justifica-se ante os seguintes fatos:



- I. O Diretor de Operações (JESUSMAR NUNES DA SILVA) ocupa a função de Tesoureiro de órgão municipal de partido político (Partido Trabalhista Brasileiro);
- II. O Diretor de Operações acima nominado é suplente de delegado da Convenção Regional do mesmo partido em questão;
- III. O Sr. JESUSMAR NUNES DA SILVA foi candidato a Vereador nas eleições de 2008, obtendo êxito ao ser eleito;
- IV. O Suplente do Diretor de Marketing (JUAREZ GAMA FILHO) é 3º Suplente da Comissão Executiva do Partido Trabalhista Brasileiro – PTB;
- V. O Suplente do Diretor de Operações (LEONIDES DOLORES MACHADO) candidatou-se ao cargo de Vice Prefeito no pleito municipal de 2008, mas não foi eleito.

7. Assim, como os fatos elencados podem representar infração à Lei, em obediência aos direitos humanos fundamentais da ampla defesa e do contraditório, garantidos pela Constituição da República, cumpre que seja aberto prazo para que a entidade apresente as razões entendidas pertinentes.

8. Finalmente, como se notou a identidade de nomes entre um dos Diretores da associação (LEONIDES DOLORES MACHADO) e o Parque de Exposições da cidade de Caçu/GO, insta que seja esclarecido também se o Parque assim se chama em homenagem ao Diretor em questão e, caso não o seja, quem é o homenageado.

#### CONCLUSÃO

9. Em face do exposto, a entidade deverá ser comunicada para apresentar toda a documentação solicitada e prestar os devidos esclarecimentos sobre os pontos acima elencados.

10. Esclarecemos ainda que a constatação de vínculo com outra entidade poderá ensejar a não renovação da outorga.

À consideração superior.

Brasília, 12 de fevereiro de 2014.



**TÁCIO NEVES FROTA SOUZA**

*Técnico de Nível Superior*

De acordo. Aprovo a Nota Técnica nº 632/2014/CGRC/SCE-MC

Brasília, 12 de

de

de 2014.



**SAMIR AMANDO GRANJA NOBRE MAIA**

*Coordenador-Geral de Radiodifusão Comunitária*



Aviso Autorizado Caçu-60 39

52021/2011  
EXIREN



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES  
BRASIL - DF

53000 014033/2014-15

SEAPA/SCE

01/04/2014-09:14



**ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA E CULTURAL DE CAÇU**

**Rádio Morada dos Sonhos FM 87,9**

[www.moradadossonhosfm.com.br](http://www.moradadossonhosfm.com.br)

**"DA COMUNIDADE PARA A COMUNIDADE"**

Entidade comunitária, sem fins lucrativos conf. Lei nº 9.612/98 e de utilidade pública municipal Lei nº 1667/2010.

CNPJ Nº 02.896.548/0001-97 – FONE 64-3656-1499 – Email: [moradadossonhos@hotmail.com](mailto:moradadossonhos@hotmail.com)

**Rua Manoel Carneiro Guimarães, nº 699 – Bairro Morada dos Sonhos – CEP 75813-000 – Caçu – Goiás**

OF. Nº P005/2014

Caçu, 27 de março de 2014.

Senhor Coordenador,

Em atendimento ao OF. Nº 998/2014/CGRC/SCE-ME e a Nota Técnica nº 632/2014/CGRC/SCE-MC, passamos prestar os seguintes esclarecimentos:

01 – 8.2

h – indicar o modo de constituição e funcionamento dos órgãos deliberativos e administrativos da entidade, estabelecendo:

Resposta:

Consta do artigo 12 e 13 do Novo Estatuto (Processo nº 53.000.019342/2011);

h.3 – o tempo de mandato dos membros que compõe a diretoria, limitado ao máximo de 4 (quatro) anos, sendo admitida uma recondução;

Resposta:

Consta do Artigo 12 caput do novo Estatuto, inclusive fixa o mandato em 2 (dois) anos devido a dificuldade de encontrar associados dispostos a assumir um mandato maior, porém iremos convocar a Assembleia Geral para deixar o texto mais claro de que será permitida uma única reeleição.

*Art. 12 - A Diretoria da Associação Comunitária e Cultural de Caçu, órgão executivo e administrativo, será composta por um Diretor Presidente, um Diretor Administrativo, um Diretor de Operações, um Diretor Cultural e um Diretor Marketing, todos com suplentes, eleitos em Assembleia Geral para um mandato de 02 (dois) anos, permitida a reeleição.*

searc  
131

NB: Documentação encaminhada em 13/04/2011, através do OF. Nº 013/2011, em atendimento ao OF. Nº 1.157 do dia 28/02/2011, Processo nº 53.000.019342/2011:

8.3

b – assegurem o ingresso gratuito, como associado, de todo e qualquer cidadão domiciliado na área de execução do serviço:



Resposta:

O ingresso é gratuito e são os sócios que definem na Assembleia Geral se deve ter mensalidade e qual será o valor.

*Art. 5º - Serão admitidos como associados as pessoas físicas e jurídicas sem fins lucrativos que tenham preenchido formulário próprio e admitidas em Assembleia Geral, com residência ou sede neste Município, desde que se comprometam a respeitar e cumprir as disposições deste Estatuto.*

c – assegurem a todos os seus associados, pessoas físicas, em dias com suas obrigações estatutárias, o direito de votar e ser votado para todos os cargos que compõe os órgãos administrativos e deliberativos, bem como o direito de voz e voto nas deliberações sobre a vida social da entidade, nas instâncias deliberativas existentes;

Resposta:

Art. 8º - São direitos e deveres dos associados:

- a) o direito de concorrer às eleições é prerrogativa das pessoas físicas e de votar e opinar, de todos os associados, desde que atendam ao disposto no §2º do art. 12 e estejam em dia com a entidade;

Art. 12 -

§2º - Apenas farão parte da Diretoria brasileiros natos ou naturalizados há mais de 10 (dez) anos e maiores de 18 anos ou emancipados, cujas residências sejam situadas na área da comunidade atendida e ainda, tais dirigentes não poderão estar no exercício de mandato eletivo que lhes assegure imunidade parlamentar ou função da qual decorra foro especial.

II – Prova de que os diretores WAGNER VICENTE DA SILVA, DONIZETH GUIMARÃES, DIVINO NUNES MOREIRA, LEONIDES DOLORES MACHADO, DEZAIR ALVES PERIRA, JUAREZ GAMA FILHO são brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos e maiores de dezoito anos ou emancipados (cópia do RG ou Certidão de Casamento), de acordo com ao subitem 8.1, alínea “e”, da Norma nº 01/2011. Não serão aceitos, a título de comprovação deste item, a carteira nacional de habilitação (CNH) e a inscrição no Cadastro de Pessoas Jurídicas (CPF), em atenção as restrições dispostas nos subitens 8.4.1 e 8.4.2;

Resposta:

Documentos em anexo.





III – CPF dos dirigentes acima nominados;

Resposta:

Documentos em anexo.



IV – Último relatório do Conselho Comunitário, constituído nos moldes do item 21.4.1 da Norma nº 01/2011, versando sobre a programação veiculada pela emissora.

Resposta:

Em anexo.

4 – Com o fim de orientar a entidade, é importante informar que nos autos consta documento do Diretor WAGNER VICENTE DA SILVA (f.79), nada obstante a cópia encontra-se ilegível, razão pela qual não é possível perceber os dados ali descritos. À oportunidade, é importante esclarecer que também os suplentes devem apresentar os comprovantes de maioridade e nacionalidade visto que, por conta da sua condição, podem potencialmente ocupar a Diretoria, exigindo-se que preencham os mesmos requisitos de maioridade e nacionalidade brasileira ou naturalizada há mais de 10 anos (art.9º, §2º, III e IV);

Resposta:

Tais documentos já constam junto à relação de associados e no que se refere ao sócio WAGNER VICENTE DA SILVA, o mesmo renunciou ao mandato de Diretor de Marketing em 04 de abril de 2013 (cópia em anexo), sendo assim desnecessário o envio de novas cópias dos documentos.

5 – Sobre a solicitação constante no " item IV" acima, atentou-se para a existência nos autos elaborado pelo Conselho Comunitário (fls. 43-45). Todavia, este documento limita-se a aprovar Lei nº 9.612/1988). Em vista disso, é necessário que o Conselho elabore novo relatório, agora acompanhado de análise da grade de programação segundo o que determina o subitem 21.4.1 da Norma nº 01/2011.

Resposta:

No encaminhamento da grade de programação o Conselho fez a análise, podem por desconhecimento ter feito de forma indevida ou muito resumida, apesar de ser o que diz a Norma nº 01/2011.

6 – Finalmente, em pesquisa à rede mundial de computadores bem como ao banco de dados do Tribunal Eleitoral, vislumbrou-se possíveis indícios de que a requerente mantém vínculos que a subordinam ou a sujeitam à gerência, à administração, ao comando ou à orientação de outra entidade, mediante compromissos ou relações político-partidárias, em potencial infringência ao disposto no art. 11 da Lei nº 9.612/98. Essa afirmação justifica-se ante os seguintes itens:

I – O Diretor (JESUSMAR NUNES DA SILVA) ocupa a função de órgão municipal de partido político (Partido Trabalhista Brasileiro);

II – O Diretor de Operações acima nominado é suplente de delegado da Convenção Regional do mesmo partido em questão;

III – O Sr. JESUSMAR NUNES DA SILVA foi candidato a Vereador nas eleições de 2008, obtendo êxito ao ser eleito;

IV – O Suplente do Diretor de Marketing (JUAREZ GAMA FILHO) é 3º Suplente da Comissão Executiva do Partido Trabalhista Brasileiro – PTB;

V – O Suplente do Diretor de Operações (LEONIDES DOLORES MACHADO) candidatou-se ao cargo de Vice Prefeito no pleito municipal de 2008, mas não foi eleito.

7 – Assim como os fatos elencados podem representar infração à Lei, em obediência aos direitos humanos fundamentais da ampla defesa e do contraditório, garantidos pela Constituição da República, cumpre que seja aberto prazo para que a entidade apresente as razões entendidas pertinentes.

Resposta:

1 – Apesar das coincidências a Associação se sente ofendida pela colocação do analista, pois temos convicção de que somos uma entidade séria, sem nenhum vínculo e que sempre respeitou as diferenças políticas, tanto é que no seu quadro de sócios tem pessoas de vários partidos, pessoas estas que tiram parte do seu tempo para contribuir com a sua comunidade:

2 – Mantemos convênio com o Município de Caçu desde junho de 2002, conforme Lei Municipal nº 1306/2002, de 16 de maio de 2002, até a presente data e, neste período Caçu teve Prefeitos do PP, do PPS, do PMDB e agora do PSDB, isto demonstra a imparcialidade político-partidária da entidade.

3- A Associação é reconhecida como de Utilidade Pública Municipal pela Lei 1.667/10, de 10/09/2010;

4 – A área onde foi construída a Sede Própria da Associação foi doada na gestão de um Prefeito do PMDB;

5 – O dono do Loteamento onde se encontra a sede própria, ainda em fase final de construção, questionou judicialmente a área doada, veja o que disse o Ministério Público Estadual no arquivamento do processo (cópia em anexo):

***“ Verifica-se ainda, que a desafetação de parte da área vere da quadra nº 19, do Loteamento São Paulo, para alienação por doação à Associação Comunitária e Cultural de Caçu, atendeu também ao requisito do artigo 4º, inciso I, e parágrafo 2º, da Lei Federal nº 6.766/79, haja vista que a Associação Comunitária e Cultural de Caçu é uma entidade sem fins lucrativos, que presta serviço social a todas as entidades do município através de divulgação do trabalho das mesmas, faz anuncio de emprego, perda de documentos, notas de falecimento, informativos em geral e campanhas sem nenhum custo à população, dá oportunidades na área cultural para aprendizes, músicos, poetas, escritores, incentivando a cultura municipal e regional. E ainda, a referida Associação, ora beneficiada, é a única rádio comunitária do município de Caçu, se enquadrando como equipamento urbano e***





**comunitário de cultura. Dessa forma, o município de Caçu atendeu à função social do espaço verde, que se caracteriza como interesse público.**

**Ressalta-se, por fim, que a construção da Sede da Associação Comunitária e Cultural de Caçu, Goiás, ocorreu com a ajuda da população, tendo sido o material doado pela comunidade de Caçu."**

Senhor Coordenador, queremos salientar ainda o seguinte:

1 – A solicitação de renovação da Licença de Funcionamento foi solicitada no dia 05/09/2011, pois a mesma venceria no dia 06/12/2011, em atendimento a legislação (cópia em anexo);

2 – Já atendemos as seguintes solicitações:

2.1 – Ofício nº 1.157/RADCOM/DEOC/SCE-MC, de 28/02/2011;

2.2 – Ofício nº 2.491/RADCOM/DEOC/SCE-MC, de 03/05/2011;

2.3 – Ofício nº 6.6600/2011/CGRC/DEOC/SCE-MC, de 03/11/2011;

2.4 – Ofício nº 686/2013/CGRC/SCE-MC, de 27/02/2013 e a Nota Técnica nº 0575/2013/CGRC/SCE-MC .

8 – Finalmente, como se notou a identidade de nomes entre um dos Diretores da associação (LEONIDES DOLORES MACHADO) e o Parque de Exposições da Cidade de Caçu/Go, insta que seja esclarecido também se o Parque assim se chama em homenagem ao Diretor em questão e, caso não o seja, quem é o homenageado.

Resposta:

O Parque tem o nome do Diretor, foi uma homenagem prestada em vida ao senhor Leonides Dolores Machado pelos relevantes serviços prestados à classe produtora do município de Caçu.

Esperando ter atendido a atual solicitação, colocamo-nos a inteira disposição deste Ministério para novos esclarecimentos.

Atenciosamente

  
Wellington Tavares Paranaíba  
Diretor Presidente





Ao Senhor

SAMIR AMANDO GRANJA NOBRE MAIA

DD. Coordenador Geral de Radiodifusão Comunitária

Ministério das Comunicações

Brasília - DF







**ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA E CULTURAL DE CAÇU**

**Rádio Morada dos Sonhos FM 87,9**

**[www.moradadossonhosfm.com.br](http://www.moradadossonhosfm.com.br)**

**"DA COMUNIDADE PARA A COMUNIDADE"**

Entidade comunitária, sem fins lucrativos conf. Lei nº 9.612/98 e de utilidade pública municipal Lei nº 1667/2010.

CNPJ Nº 02.896.548/0001-97 – FONE 64-3656-1499 – Email: [moradadossonhos@hotmail.com](mailto:moradadossonhos@hotmail.com)

**Rua Manoel Carneiro Guimarães, nº 699 – Bairro Morada dos Sonhos – CEP 75813-000 – Caçu – Goiás**

Ofício nº P003/2011

Caçu, 5 de setembro de 2011.

Senhor Diretor,

Vimos nos termos da legislação em vigor solicitar a renovação da Licença Definitiva de Funcionamento da Associação Comunitária e Cultural de Caçu – Rádio Morada os Sonhos, em virtude de a atual estar vencendo em 06/12/2011.

Sendo o que temos para o momento e contando com a atenção de Vossa Excelência, antecipamos nossos agradecimentos.

Atenciosamente,

  
**Wagner Vicente da Silva**  
Presidente

Ao Senhor

Dr. DEMERVAL DA SILVA JÚNIOR

DD. Diretor do Departamento de Outorga de Serviços de Comunicação Eletrônica

Ministério das Comunicações

BRASÍLIA - DF





**ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA E CULTURAL DE CAÇU**

**Rádio Morada dos Sonhos FM 87,9**

**[WWW.moradadossonhosfm.com.br](http://WWW.moradadossonhosfm.com.br)**

**"DA COMUNIDADE PARA A COMUNIDADE"**

Entidade comunitária, sem fins lucrativos conf. Lei nº 9.612/98 e de utilidade pública municipal Lei nº 1667/2010.

CNPJ Nº 02.896.548/0001-97 – FONE 64-3656-1499 – Email: [moradadossonhos@hotmail.com](mailto:moradadossonhos@hotmail.com)

**Rua Manoel Carneiro Guimarães, nº 699 – Bairro Morada dos Sonhos – CEP 75813-000 – Caçu – Goiás**

Ofício nº P002/2012

Caçu, 3 de janeiro de 2012.

Senhor Coordenador,

Estamos encaminhando em anexo, novo requerimento de renovação de outorga de execução do Serviço de Rádio Difusão Comunitária da Associação Comunitária e Cultural de Caçu e os documentos solicitados através do Ofício nº 6.600/2011/CGRC/DEOC/SCE-MC. Processo nº 53000.052021/2011-38.

Sendo o que temos para o momento e contando com a atenção de Vossa Excelência, antecipamos nossos agradecimentos.

Atenciosamente,

**Wagner Vicente da Silva**

**Presidente**

Ao Senhor

**Dr. OCTÁVIO PENNA PIERANTI**

**DD. Coordenador-Geral de Radiodifusão Comunitária**

**Ministério das Comunicações**

**BRASÍLIA - DF**



# ESTATUTO SOCIAL DA ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA E CULTURAL DE CAÇU



## CAPÍTULO I

### DA CONSTITUIÇÃO, DENOMINAÇÃO, SEDE E OBJETIVOS.

**Art. 1º - A ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA E CULTURAL DE CAÇU**, é uma sociedade civil, sem fins lucrativos, de defesa da cidadania, baseada nos princípios da solidariedade, do companheirismo, na cooperação e integração social, criada para atuar no âmbito distrital, abrangendo a comunidade natural formada pelos habitantes da cidade de Caçu-GO. É apartidária, não tem fins religiosos, sem discriminação de raça, sexo ou atividade econômica e profissional, é criada nesta data para organizar e congregar os grupos comunitários, objetivando a defesa dos interesses da comunidade e a exploração do serviço de radiodifusão comunitária. Para cumprir com eficiência a sua finalidade social, explorará também o serviço de radiodifusão comunitária, por ser um meio que lhe proporcionará alcançar o maior número de pessoas e viabilizará a discussão e o debate dos problemas que afeta a comunidade local, buscando a solução para esses problemas da comunidade. **São seus fundadores: Leonides Dolores Machado**, brasileiro, casado, agropecuarista, portador da C.I. nº. 298.822 SSP/GO e do CPF/MF nº. 016.700.261-91, residente e domiciliado na Faz. Matinha - Caçu-GO; **Sebastião Nunes Sousa**, brasileiro, casado, agropecuarista, portador da C.I. nº. 616.987 SSP/GO e do CPF/MF nº. 134.434.881-53, residente e domiciliado na Faz. Pinheiro - Caçu-GO; **Juarez Gama Filho**, brasileiro, casado, agropecuarista, portador da C.I. nº. 730.760 SSP/GO e do CPF/MF nº. 217.189.461-04, residente e domiciliado na Faz. Retiro - Caçu-GO e **Dezair Alves Pereira**, brasileiro, casado, agropecuarista, portador da C.I. nº. 746.145 SSP/GO e do CPF/MF nº. 350.534.451-68, residente e domiciliado na Faz. Caçu den. Retiro - município de Caçu-GO. **São membros da diretoria provisória:** para presidente o Sr. **Leonides Dolores Machado**, brasileiro, casado,





agropecuária, portador da C.I. nº. 298.822 SSP/GO e do CPF/MF nº. 016.700.261-91, residente e domiciliado na Faz. Matinha - Caçu-GO; para vice-presidente o Sr. **Sebastião Nunes de Sousa**, brasileiro, casado, agropecuarista, portador da C.I. nº. 616.987 SSP/GO e do CPF/MF nº. 134.434.881-53, residente e domiciliado na Faz. Pinheiro - Caçu-GO; para secretário o Sr. **Juarez Gama Filho**, brasileiro, casado, agropecuarista, portador da C.I. nº. 730.760 SSP/GO e do CPF/MF nº. 217.189.461-04, residente e domiciliado na Faz. Retiro - Caçu-GO; e para tesoureiro o Sr. **Dezair Alves Pereira**, brasileiro, casado, agropecuarista, portador da C.I. nº. 746.145 SSP/GO e do CPF/MF nº. 350.534.451-68, residente e domiciliado na Faz. Caçu den. Retiro - município de Caçu-GO. **Conselho Comunitário:** o Sr. **Mauro Sebastião Guimarães**, brasileiro, casado, agropecuarista, portador da C.I. nº. 1.270.417 SSP/GO e do CPF/MF nº. 304.830.851-20, representante **Associação dos Produtores Rurais do Baú - ASPROBAÚ**, com endereço na Rod. Mun. CAW-2 km 14 a dir., zona rural, residente e domiciliado na Faz. Caçu den. Baú, Caçu-GO; o Sr. **Cirilo Alves de Lima Neto**, brasileiro, casado, agropecuarista, portador da C.I. nº. 2.217.274 SSP/GO e do CPF/MF nº. 618.278.431-87, representante da **Associação dos Produtores Rurais do Varjão - ASPROVAR**, com endereço na Rod. Mun. CAW-1 Km 12 a esq., zona rural, residente e domiciliado na Faz. Varjão, Caçu-GO; o Sr. **Lasaro Nunes da Silva**, brasileiro, casado, agropecuarista, portador da C.I. nº. 434.951 SSP/GO e do CPF/MF nº. 124.704.221-91, representante da **Associação dos Produtores Rurais da Região da Guariroba - ASPRUGUAR**, com endereço na Rod. Mun. CAW-3 Km 15 a dir. a 01 Km, zona rural, residente e domiciliado na Faz. Guariroba, Caçu-GO; o Sr. **Paulo Sérgio de Sousa**, brasileiro, casado, agropecuarista, portador da C.I. nº. 1.605.671 SSP/GO e do CPF/MF nº. 245.219.141-87, representante da **Associação dos Produtores Rurais dos Córregos Alarcão e Cachoeirinha - 2 Córregos**, com endereço na Rod. Mun. CAW-2 Km 20 a esq. zona rural, residente e domiciliado na Faz. São José, Caçu-GO; o Sr. **Paulo César Guimarães**, brasileiro, solteiro, agropecuarista, portador da C.I. nº. 1.032.540 SSP/GO e do CPF/MF nº. 326.957.641-20, representante da **Associação dos Produtores Rurais da Região do Barreiro - ASPRUBAR**, com endereço na Rod. Mun. CAW-2 Km 26, zona rural, residente e domiciliado na Faz. Cervo den. Barreiro, município de Caçu-GO.



Alteração número 02 (dois) do Estatuto Social da ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA E CULTURAL DE CAÇU, registrado sob o número 083, às folhas 158, do Livro "A", de Registro de de Pessoas Jurídicas, no Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas de Caçu – Goiás, APROVADA na Assembléia convocada para este fim, em 06 de abril de 2011, que passa a vigorar em seu inteiro teor com a seguinte redação:

Art. 1º -

Art.2º- A Associação Comunitária e Cultural de Caçu tem por objetivo EXECUTAR SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA, bem como:

I - beneficiar a comunidade com vistas a :

- a) Dar oportunidade a difusão de ideias, elementos de cultura, tradições e hábitos sociais da comunidade;
- b) oferecer mecanismos à formação e integração da comunidade, estimulando o lazer, a cultura e o convívio social;
- c) prestar serviços de utilidade pública, integrando-se aos serviços de defesa civil, sempre que necessário;
- d) contribuir para o aperfeiçoamento profissional nas áreas de atuação dos jornalistas e radialistas, de conformidade com a legislação profissional vigente;
- e) permitir a capacitação dos cidadãos no exercício do direito de expressão da forma mais acessível possível.

II – respeitar e atender aos seguintes princípios:

- a) preferência das finalidades educativas, artísticas, culturais e informativas em benefício do desenvolvimento geral da comunidade;
- b) promoção das atividades artísticas e jornalísticas na comunidade e da integração dos membros da comunidade atendida;
- c) respeito aos valores éticos e sociais da pessoa e da família, favorecendo a integração dos membros da comunidade atendida;
- d) não discriminação de raça, religião, sexo, preferências sexuais, convicção político-ideológico-partidário e condição social nas relações comunitárias;

§1º É vedado o proselitismo de qualquer natureza, assim como qualquer discriminação política, filosófica, racial, religiosa, sexual , de gênero ou de qualquer natureza na admissão dos associados;

§2º Será obrigatória a pluralidade de opiniões e versão, de forma simultânea em matérias polêmicas, na programação opinativa e informativa, divulgando, sempre, as diferentes interpretações relativas aos fatos noticiados;

§3º Qualquer cidadão da comunidade beneficiada terá direito a emitir opiniões sobre quaisquer assuntos abordados na programação da emissora, bem como manifestar idéias, propostas, sugestões, reclamações ou reivindicações, devendo apenas observar o momento adequado da programação para fazê-lo, mediante pedido encaminhado à direção responsável pela Rádio Comunitária .

Art. 3º - Os dirigentes e associados não responderão, nem mesmo subsidiariamente, pelas obrigações contraídas pela Entidade, ressalvados os casos em que os dirigentes responderão por comprovada culpa no desempenho de suas funções.





Art. 4º - A receita da Associação Comunitária de Caçu será utilizada, única e exclusivamente, para a consecução de suas finalidades institucionais e não será admitida a remuneração de seus dirigentes pelo exercício de suas funções, bem como a distribuição de lucros (sobras), dividendos, vantagens ou bonificações a qualquer dos seus associados ou dirigentes.

## II - DOS ASSOCIADOS

Art. 5º - Serão admitidos como associados as pessoas físicas e jurídicas sem fins lucrativos que tenham preenchido formulário próprio e admitidas em Assembleia Geral, com residência ou sede neste Município, desde que se comprometam a respeitar e cumprir as disposições deste Estatuto.

Art. 6º - A Associação Comunitária e Cultural de Caçu será composta pelas seguintes categorias de associados:

I - Fundadores - formada por todos aqueles que assinaram a ata de fundação.

II - Contribuintes ou Efetivos - Aqueles que filiarem após a fundação, pessoas físicas ou jurídicas sem fins lucrativos.

III - Honorários - Aqueles que prestaram ou prestam relevantes serviços à Associação Comunitária e Cultural de Caçu.

Art. 7º - As contribuições dos associados serão reguladas em Assembleia Geral.

Art. 8º - São direitos e deveres dos associados:

- a) o direito de concorrer às eleições é prerrogativa das pessoas físicas e de votar e opinar, de todos os associados, desde que atendam ao disposto no §2º do art. 12 e estejam em dia com a entidade;
- b) manter sua contribuição em dia, conforme estipulado pela AG.

Art. 9º - São passíveis de punição temporária ou de exclusão definitiva do quadro social, havendo justa causa, os associados que infringirem este estatuto, desde que sua transgressão seja indicada mediante requerimento dirigido a diretoria que, frente a procedência da solicitação, deverá submetê-la à Assembleia Geral, convocada especialmente para este fim, para deliberação fundamentada, assegurado o amplo direito de defesa do associado em questão.

## III - DOS ORGÃOS E DE SEU FUNCIONAMENTO

Art. 10 - São órgãos da Associação Comunitária e Cultural de Caçu:

- a) Assembleia Geral;
- b) Diretoria;
- c) Conselho Fiscal;
- d) Conselho Comunitário

Art. 11 - A Assembleia Geral, órgão máximo de deliberação da Associação Comunitária e Cultural de Caçu, será composta por seus associados, e ocorrerá ordinariamente a cada ano, na segunda quinzena do mês de janeiro para avaliação e prestação de contas da Diretoria, discussão e aprovação de planos, projetos e assuntos gerais. Deverá ordinariamente, ocorrer a cada dois anos para eleição da Diretoria, Conselho Comunitário e do Conselho Fiscal e extraordinariamente poderá ser convocada para destituição dos dirigentes e alteração estatutária, respeitando-se o disposto no §1º.

§ 1º - A AG poderá ser convocada extraordinariamente pela maioria da diretoria, por um terço dos associados fundadores ou, no mínimo, um quinto dos associados (colaboradores ou efetivos), para discussão e decisão relativa a assuntos de interesse geral. Quando a deliberação se relacionar a destituição de dirigentes ou alteração estatutária será exigido o voto concorde de dois terços dos presentes à Assembleia especialmente convocada para esse fim, não podendo ela deliberar, em





II) De cada dirigente:

- a) Ao Diretor Presidente compete: representar a Associação Comunitária e Cultural de Caçu, passiva e ativa, judicial e extrajudicialmente, coordenar e presidir as reuniões da diretoria; assinar contratos, ajustes ou convênios de interesse da associação, movimentar conta bancária conjunta da entidade com o Diretor Administrativo, votar e deter o voto de desempate nas deliberações da diretoria e em Assembléia Geral; praticar todos os atos necessários à administração da entidade, organizar seus serviços e Departamentos; participar e presidir às reuniões do Conselho Comunitário;
- b) Ao Diretor Administrativo compete: gerir as atividades administrativas e financeiras da entidade, dirigir e supervisionar todos os serviços de escritório da associação, assinar conta conjunta com o Diretor Presidente e assinar todos documentos concernentes a vida financeira da Associação Comunitária e Cultural de Caçu, secretariar as reuniões da diretoria, lavrar as atas, ter sob sua guarda os livros, atas e pareceres da entidade, todos os documentos relativos a tesouraria e secretaria, manter disponível e atualizado o ato que estabeleceu a composição do Conselho Comunitário, dirigir e supervisionar os serviços da tesouraria e da secretaria, bem como organizar e manter a escrituração do movimento econômico financeiro da entidade;
- c) Ao Diretor de Operações compete: implementar e supervisionar todos os aspectos concernentes a execução do serviço de radiodifusão comunitária, relativamente aos seus aspectos legais, técnicos e qualitativos, gerir os recursos advindos de patrocínio sob forma de apoio cultural, bem como supervisionar e ter sob sua guarda todo o patrimônio considerado no âmbito das operações relativas ao serviço de radiodifusão; promover a integração da comunidade com o serviço prestado;
- d) Ao Diretor Cultural compete: implementar e supervisionar a área artístico e cultural da entidade dando cumprimento ao que determina a legislação.
- e) Ao Diretor de Marketing compete: buscar a inovação da programação da emissora e apoio financeiro na forma da legislação para a manutenção da entidade.

Art. 14 - Ao Conselho Fiscal, eleito em Assembléia Geral para mandato igual ao da Diretoria, será composto de 03 membros e 03 suplentes com competência para fiscalizar e aprovar balanços, balancetes e prestação de contas e manifestar sobre alienações de bens da entidade.

Art. 15 - O Conselho Comunitário, eleito em Assembléia Geral para mandato igual ao da Diretoria, será composto por, no mínimo, cinco pessoas, com suplentes, representantes de entidades da comunidade local, tais como associações de classe, beneméritas, religiosas ou de moradores, desde que legalmente instituídas, com o objetivo de acompanhar a programação da emissora, com vista ao atendimento do interesse exclusivo da comunidade.

Parágrafo único - O Conselho Comunitário deverá organizar-se através de seu regimento interno e cumprirá as atribuições definidas pela legislação vigente sobre o serviço de radiodifusão comunitária, devendo encaminhar ao Ministério das Comunicações, anualmente, sempre no aniversário da outorga, relatório resumido contendo a descrição da grade de programação, bem como sua avaliação.

#### IV - DAS ELEIÇÕES

Art. 16 - As chapas para a diretoria estarão aptas, se entregues até quinze dias antes da Assembléia Geral de eleição, por requerimento à Comissão eleitoral, acompanhada de nominata completa e pelo devido expresso consentimento de seus membros bem como do referendun de, no mínimo , um décimo de associados aptos a votar.

§1º - É vedada a participação de associados em mais de uma chapa, bem como o voto cumulativo ou por procuração.





primeira convocação, sem a maioria absoluta dos associados, ou com pelo menos de um terço nas convocações seguintes.

§2º - A convocação deverá ser feita com antecedência mínima de oito dias, através de edital ou comunicado afixado na sede da Associação Comunitária e Cultural de Caçu, bem como na sede das entidades que compõem o Conselho Comunitário e com divulgação através de pelo menos quatro chamadas diárias durante a programação da emissora, devendo conter data, hora, local e pauta da reunião.

§3º - A AG deliberará em primeira convocação somente com metade mais um dos associados aptos a votar e, em segunda convocação, trinta minutos após com qualquer número de associados aptos a votar, respeitadas as disposições dispostas na letra "a" do art. 8º e §1º do art. 11.

§4º - A AG convocada para fins eleitorais, alienação de bens imóveis ou móveis ou extinção da entidade, deverá ser convocada com trinta dias de antecedência e, deliberará conforme este estatuto, mediante voto dos associados em dia com suas obrigações sociais filiados a pelo menos seis meses, respeitadas as disposições dispostas na letra "a" do art. 8º e §1º e 2º do art. 11.

Art. 12 - A Diretoria da Associação Comunitária e Cultural de Caçu, órgão executivo e administrativo, será composta por um Diretor Presidente, um Diretor Administrativo, um Diretor de Operações, um Diretor Cultural e um Diretor Marketing, todos com suplentes, eleitos em Assembléia Geral para um mandato de 02 (dois) anos, permitida a reeleição.

§1º - A Diretoria da Associação Comunitária e Cultural de Caçu poderá ser substituída, para finalização do mandato, no todo ou em parte, mediante decisão em Assembléia Geral, respeitadas as disposições dispostas na letra "a" do art. 8º e §1º e 2º do art. 11.

§ 2º - Apenas farão parte da Diretoria brasileiros natos ou naturalizados há mais de 10 (dez) anos e maiores de 18 anos ou emancipados, cujas residências sejam situadas na área da comunidade atendida e ainda, tais dirigentes não poderão estar no exercício de mandato eletivo que lhes assegure imunidade parlamentar ou função da qual decorra foro especial.

Art. 13 - São atribuições:

I) Da Diretoria:

- a) Administrar e superintender os trabalhos e o patrimônio da entidade.
- b) Convocar as reuniões e Assembléias Gerais;
- c) Representar a Associação Comunitária e Cultural de Caçu em atos públicos ou internos.
- d) Realizar todos atos necessários ao desenvolvimento da Associação Comunitária e Cultural de Caçu
- e) Apresentar relatório anual a Assembléia Geral, acerca do Balanço Patrimonial e o Relatório de Atividades;
- f) Prestar as contas ao final de cada exercício financeiro.
- g) Desenvolver e promover o intercâmbio com a comunidade e entidades afins
- h) Criar e instalar serviços e Departamentos para a realização e desenvolvimentos das finalidades da entidade;
- i) Alienar, decidir sobre aquisição e constituir ônus sobre bens móveis e imóveis mediante autorização da Assembléia Geral após ouvir o Conselho Fiscal;





§2º - A diretoria será formada pela chapa que alcançar a maioria dos votos ou de acordo com a proporcionalidade dos votos obtidos por cada chapa, desde que obtido o mínimo de vinte por cento dos votos validos totalizados no processo eleitoral. A escolha do critério para contagem será decidida no início da AG.

## V - DA PROGRAMAÇÃO

Art. 17 - A programação da emissora, deverá respeitar todos os princípios e normas dispostas na legislação vigente no território nacional sobre radiodifusão comunitária.

Parágrafo Único - Será vedada a transferência da outorga e a formação de redes, excetuadas as situações de guerra, calamidade pública, epidemias e as transmissões obrigatórias dos Poderes Executivo, Judiciário e Legislativo, definidas em leis. Também será vedada a cessão ou arrendamento da emissora do Serviço de Radiodifusão Comunitária ou de horários de sua programação.

## VI - DA RECEITA E DO PATRIMÔNIO

Art. 18 - O Patrimônio e Receita da Associação Comunitária e Cultural de Caçu será composto pelas contribuições sociais definidas pela Assembléia Geral, pelas doações, auxílios e subvenções, pelos bens móveis ou imóveis, pelas rendas e juros de depósitos bancários e aplicação financeira, pelos saldos de exercicios financeiros anteriores transferidos para a conta patrimonial, por valores advindos de suas atividades comunitárias, bem como por aqueles decorrentes do patrocínio sob forma de apoio cultural.

Parágrafo Único - Toda receita ou despesa deverá ser aprovada pela diretoria e nenhum membro de seu quadro diretivo será remunerado.

## VII - DA REFORMA DO ESTATUTO E DA DISSOLUÇÃO

Art. 19 - Este estatuto poderá ser reformado, no todo ou em parte, por deliberação da Assembléia Geral Extraordinária, especialmente convocada para este fim, sendo exigido o voto concorde de dois terços dos presentes à Assembléia, não podendo ela deliberar, em primeira convocação, sem a maioria absoluta dos associados, ou com pelo menos de um terço nas convocações seguintes.

Art. 20 - A dissolução da Associação Comunitária e Cultural de Caçu ocorrerá segundo decisão de Assembléia Geral, e o remanescente de seu patrimônio líquido, será destinado a entidade de fins não econômicos congênere, definida na Assembléia e nos termos do art. 61, parágrafos 1º e 2º, do Código Civil Brasileiro.

## VIII - DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 21 - Os casos omissos neste estatuto serão resolvidos pela diretoria, com recurso a AG, pelo associado que se achar prejudicado.

Art. 22 - Esta alteração estatutária entra em vigor após sua provação, exceto no que altera a composição da atual gestão 2010/2012.



Caçu, 06 de Abril de 2011.

Wagner Vicente da Silva  
Presidente

Wellington Tavares Paranaíba  
Vice-Presidente

Fátima Maria da Cunha Rodrigues  
1ª Secretária

Carlos Humberto de Moura  
2º Secretário

João Batista Costa Nascimento  
João Batista Costa Nascimento  
1º Tesoureiro

Nely de Castro Morais  
Nely de Castro Morais  
2º Tesoureiro

DEMAIS ASSOCIADOS PRESENTES:

Plínio Silva; PLÍNIO SILVA  
Ubaldo Carlos Cardoso  
José da Ressung Bar  
Erizete Guimarães  
Rúbia Viana  
Dirino Nunes Moreira  
Leonardo Delgado Machado  
Rizai Ottoni Pereira  
Le Juarez Gama Filho  
Vany Nunes de Freitas Junior  
Walter de Almeida



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL  
1º Tabellionato de Notas de Caçu - Goiás

Rua José Reinaldo Vieira nº 500 - Centro - Caçu - GO - CEP 75813-000 - Fone: (64) 3656-1067  
1º Tabelião: Oldack Musa dos Santos

**PESSOAS JURÍDICAS - Livro A**

Apresentado hoje para AVERBAÇÃO, protocolizado e digitalizado sob o nº 5.447, averbado sob nº 002 a margem do Registro nº 83. Dou fé. Caçu - GO 09/06/2011.

Ângela de Castro Santos - Escrevente

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

1º Tabellionato de Notas de Caçu - Goiás

Rua José Reinaldo Vieira nº 500 - Centro - Caçu - GO - CEP 75813-000 - Fone: (64) 3656-1067

**TÍTULOS E DOCUMENTOS - Livro B**

Apresentado hoje para REGISTRO, protocolizado e digitalizado sob o nº 5.309 e registrado sob o nº 3.277. Dou fé. Caçu - GO 11/04/2011.

Ângela de Castro Santos - Escrevente



**NULO**





**TABELIONATO 1º DE NOTAS**  
Fone: (64) 656-1067 - Caçu-GO  
Reconheço, por semelhança, a(s) assinatura(s) de  
Valdemir Vicente da Silva  
posto que análogo(s) a(s) constante(s) de nosso arquivo.  
Dou fé.  
Caçu, 11 de maio de 20 11  
Em test. da verdade  
☒ OLDACK MUSA DOS SANTOS - TAB. ☐ MARISTELA SOUSA C. PARAMAIBA - ESCRIV.  
☐ MISSE SOUSA CARVALHO - ESCRIV. ☒ ÂNGELA DE CASTRO SANTOS - ESCRIV.

**TABELIONATO 1º DE NOTAS**  
Fone: (64) 656-1067 - Caçu-GO  
Reconheço verdadeira(s) a(s) assinatura(s) de  
Valdemir Vicente da Silva  
pessoa(s) por mim devidamente identificada(s) e por  
haver(em) sido aposte(s) em minha presença. Dou fé  
Caçu, 11 de maio de 20 11  
Em test. da verdade  
☐ OLDACK MUSA DOS SANTOS - TAB. ☒ MARISTELA SOUSA C. PARAMAIBA - ESCRIV.  
☐ MISSE SOUSA CARVALHO - ESCRIV. ☒ ÂNGELA DE CASTRO SANTOS - ESCRIV.



**ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA E CULTURAL DE CAÇU**

**Rádio Morada dos Sonhos FM 87,9**

**CNPJ Nº 02.896.548/0001-97**

**E-mail: [moradadossonhos@hotmail.com](mailto:moradadossonhos@hotmail.com)**

**Rua Manoel Carneiro Guimarães, nº 699 – Bairro Morada dos Sonhos**

**CEP 75813-000 – Caçu – Goiás**

**CONSELHO COMUNITÁRIO**  
**RELATÓRIO REFERENTE A 2012 E 2013**

Nós abaixo assinados, membros do Conselho Comunitário da Associação Comunitária e Cultural de Caçu – Rádio Morada dos Sonhos FM, atendendo a legislação em vigor, emitimos o seguinte relatório (parecer) sobre a programação da emissora durante o exercício de 2012 e 2013.

Verificando a grade de programação constatamos que a mesma vem cumprindo com a sua missão de acordo com o que dispõe a lei nº 6.612/98.

Mesmo com dificuldades em relação à estrutura física da entidade, a programação da emissora cumpriu com o papel de Rádio Comunitária, atentando para os assuntos e atividades de interesse da cidade de Caçu. Ao longo dos últimos dois anos, a emissora contribuiu veementemente com a comunidade, prestando-lhe serviços de Utilidade Pública na divulgação de procura e oferta de empregos, notas de falecimento, documentos perdidos, campanhas sócioeducativas, apresentações culturais de artistas da terra (Canta Caçu) e incentivo ao pequeno produtor rural na feira livre de Caçu, com programa transmitido ao vivo daquele local (Domingo na Feira). Tudo isso sem nenhum custo. Não poderíamos deixar de mencionar o apoio dado a todas as entidades -irmãs, às quais também foram prestados serviços de divulgação das ações desenvolvidas junto à comunidade, bem como eventos realizados por estas, o que, sem dúvida, fortalece ainda mais o trabalho desempenhado na sociedade.

É preciso dizer ainda, que apreciando a programação e propostas advindas da Direção Administrativa da RADCOM, que a emissora vem conduzindo o processo de maneira organizada, com ética, propostas inovadoras e ideias transformadoras, permitindo a comunidade a também utilizar dos microfones da emissora de forma democrática.

Por outro lado, em cumprimento à pauta, o Conselho sugere à Diretoria da Rádio Morada dos Sonhos FM a criação de um programa semanal, com a participação de jovens da comunidade, conscientizando os mesmos sobre direitos e deveres.

Sendo este o relatório, assinamos o mesmo em duas vias para que uma delas seja encaminhada ao Ministério das Comunicações como determina a legislação.

Caçu, 31 de dezembro de 2013.





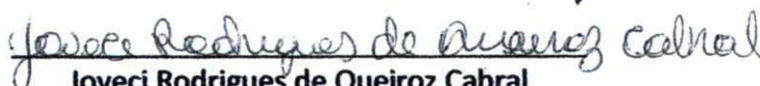
**Celso Batista Pacheco**

**Representado a Associação Arraial dos Amigos**



**Elias Rodrigues da Fonseca**

**Representando a Associação Comercial e Industrial de Caçu**



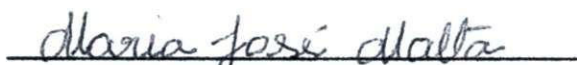
**Joveci Rodrigues de Queiroz Cabral**

**Representando a Associação Caçu Esporte Clube**



**Lázaro de Freitas Pinto**

**Representando o Sindicato Rural de Caçu**



**Maria José Malta**

**Representando o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Caçu**



**Wellington Tavares Paranaíba**

**Associação Comunitária e Cultural de Caçu**



**ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA E CULTURAL DE CAÇU**

**Rádio Morada dos Sonhos FM 87,9**

**CNPJ Nº 02.896.548/0001-97**

**E-mail: [moradadossonhos@hotmail.com](mailto:moradadossonhos@hotmail.com)**

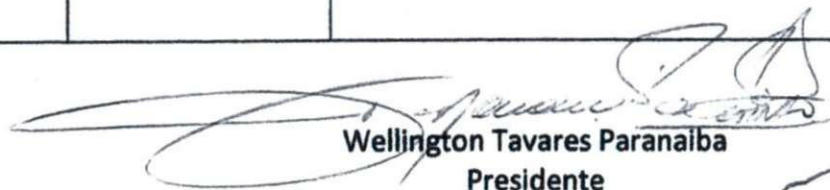
**Rua Manoel Carneiro Guimarães, nº 699 – Bairro Morada dos Sonhos**

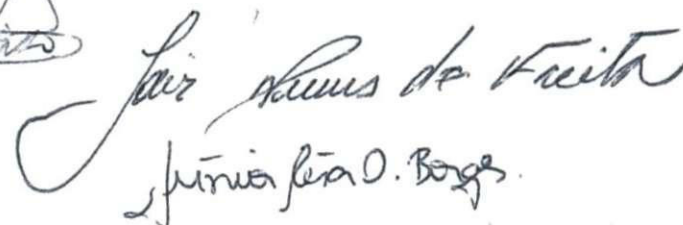
**CEP 75813-000 – Caçu – Goiás**

**GRADE DE PROGRAMAÇÃO – DOMINGO**

HORÁRIO	PROGRAMA	LOCUTOR	DESCRIÇÃO DO PROGRAMA
05:00	GOIÁS CABOCLO	NATAIR PURCENA	1.PROGRAMA VOLTADO ÀS RAÍZES, DIRECIONADO AO PÚBLICO EM GERAL, ESPECIALMENTE ÀS PESSOAS IDOSAS; 2. NOTÍCIAS DO CAMPO; 3. COTAÇÕES AGROPECUÁRIAS; 4. VALORIZAÇÃO DA MÚSICA RAIZ; 5. PROMOÇÃO DA CULTURA REGIONAL E NACIONAL; 6. ENTREVISTAS DE INTERESSE DA COMUNIDADE.
07:00	DOMINGO NA FEIRA	NATAIR PURCENA	1.PROGRAMA REALIZADO DIRETAMENTE DA FEIRA LIVRE DE CAÇU, CRIADO COM O OBJETIVO DE INCENTIVAR, DIVULGAR E VALORIZAR A PRODUÇÃO DOS PEQUENOS PRODUTORES RURAIS; 2. DIVULGAÇÃO ESPECIAL DA MÚSICA REGIONAL.
08:00	CANTA CAÇU	ALCEU PURCENA	1.PROGRAMA REALIZADO SEMANALMENTE COM A PARTICIPAÇÃO DE CANTORES DA TERRA; 2. PROMOÇÃO DA CULTURA REGIONAL; 3. OPORTUNIDADE AOS CANTORES AMADORES DE MOSTRAREM SEU TRABALHO; 4. ESTÍMULO À PRODUÇÃO INDEPENDENTE.
09:00	MISSA	ESPAÇO CATÓLICO	1.ESPAÇO VOLTADO À EXPOSIÇÃO DA RELIGIÃO CATÓLICA.
11:00	CRISTO EM SEU LAR	ESPAÇO EVANGÉLICO	1.ESPAÇO VOLTADO À EXPOSIÇÃO DA RELIGIÃO EVANGÉLICA.
13:00 ÀS 00:00	AUTOMAÇÃO		

Caçu, 27 de dezembro de 2013

  
Wellington Tavares Paranaíba  
Presidente

  
Jânio Pereira Borges





**ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA E CULTURAL DE CAÇU**

**Rádio Morada dos Sonhos FM 87,9**

**CNPJ Nº 02.896.548/0001-97**

**E-mail: [moradadossonhos@hotmail.com](mailto:moradadossonhos@hotmail.com)**

**Rua Manoel Carneiro Guimarães, nº 699 – Bairro Morada dos Sonhos**

**CEP 75813-000 – Caçu – Goiás**

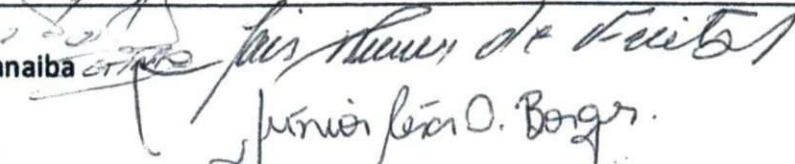
**GRADE DE PROGRAMAÇÃO – SEGUNDA A SÁBADO -**

HORÁRIO	PROGRAMA	LOCUTOR	DESCRIÇÃO DO PROGRAMA
05:00	GOIÁS CABOCLO	NATAIR PURCENA	1.PROGRAMA VOLTADO ÀS RAÍZES, DIRECIONADO AO PÚBLICO EM GERAL, ESPECIALMENTE ÀS PESSOAS IDOSAS; 2. NOTÍCIAS DO CAMPO; 3. COTAÇÕES AGROPECUÁRIAS; 4. VALORIZAÇÃO DA MÚSICA RAIZ; 5. PROMOÇÃO DA CULTURA REGIONAL E NACIONAL; 6. ENTREVISTAS DE INTERESSE DA COMUNIDADE.
08:00	BOM DIA CIDADE	MICHELLE GUIMARÃES	1.PROGRAMA VOLTADO A TODOS OS PÚBLICOS; 2. INFORME DE NOTÍCIAS EM GERAL COM ENFOQUE NAS LOCAIS; 3. NOVELAS; 4. HORÓSCOPO; 5. ENTREVISTAS DE INTERESSE DA COMUNIDADE.
08:00	ESPAÇO ESPÍRITA (APENAS QUINTA-FEIRA	MEMBRO DA IGREJA	1.ESPAÇO VOLTADO À EXPOSIÇÃO DA RELIGIÃO ESPÍRITA.
10:30	MOMENTO ESPORTIVO	DESPORTISTAS DA CIDADE	1.PROGRAMA VOLTADO ÀS NOTÍCIAS DO ESPORTE, ESPECIALMENTE ÀS DA CIDADE; 2. INCENTIVO À PRÁTICA DE ESPORTES E EXERCÍCIOS; 3. VALORIZAÇÃO DO ESPORTE LOCAL, AMADOR E PROFISSIONAL.
11:00	CRISTO EM SEU LAR	ESPAÇO EVANGÉLICO	1.ESPAÇO VOLTADO À EXPOSIÇÃO DA RELIGIÃO EVANGÉLICA.
13:00	CONEXÃO DIRETA	JÚNIOR CÉSAR	1.PROGRAMA VOLTADO A TODOS OS PÚBLICOS; INFORME DE NOTÍCIAS EM GERAL COM ENFOQUE NAS LOCAIS;
16:00	TARDE TOTAL	JAIR NUNES	1.PROGRAMA VOLTADO A TODOS OS PÚBLICOS; 2.INFORME DE NOTÍCIAS EM GERAL COM ENFOQUE NAS LOCAIS;
19:00	VOZ DO BRASIL		
20:00	BALADA 87	WALAFFE ALVES	1.PROGRAMA VOLTADO A TODOS OS PÚBLICOS; 2.INFORME DE NOTÍCIAS EM GERAL COM ENFOQUE NAS LOCAIS;

Caçu, 27 de dezembro de 2013

  
Wellington Tavares Paranaíba

Presidente

  
Júnior César O. Borges



**ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA E CULTURAL DE CAÇU**

**Rádio Morada dos Sonhos FM 87,9**

**CNPJ Nº 02.896.548/0001-97**

**E-mail: [moradadossonhos@hotmail.com](mailto:moradadossonhos@hotmail.com)**

**Rua Manoel Carneiro Guimarães, nº 699 – Bairro Morada dos Sonhos**

**CEP 75813-000 – Caçu – Goiás**

**INSERÇÕES DE UTILIDADE PÚBLICA ENTRE 2001 E 2013**

Pedidos de emprego	1.008
Anúncios de ofertas de empregos	15.978
Notas de falecimento	11.312
Campanhas Sócioeducativas*	54.682

**\*\*\*CAMPANHAS:**

ANTIDROGAS

CÂNCER COLO DE ÚTERO

CÂNCER DE MAMA

CÂNCER DE PRÓSTATA

CONTRA CORRUPÇÃO

JOGUE LIXO NO LIXO

CONTRA A DENGUE

ALEITAMENTO MATERNO

VIOLÊNCIA DA MULHER

DOENÇAS SEXUALMENTE TRANSMISSÍVEIS

- E VÁRIAS OUTRAS

Caçu, 31 de dezembro de 2013

*João Nunes de Freitas*  
*Junior Leon O. Borges*

*Wellington Tavares Paranaíba*  
Wellington Tavares Paranaíba  
Presidente

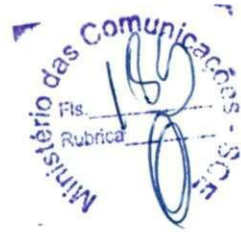




**ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA E CULTURAL DE CAÇU**  
**Rádio Morada dos Sonhos FM 87,9**  
**CNPJ Nº 02.896.548/0001-97**

**E-mail: [moradadossonhos@hotmail.com](mailto:moradadossonhos@hotmail.com)**

**Rua Manoel Carneiro Guimarães, nº 699 – Bairro Morada dos Sonhos**  
**CEP 75813-000 – Caçu – Goiás**



## **REALIZAÇÃO DE EVENTOS CULTURAIS**

**SABADÃO CULTURAL**

**ENCONTRO DE VIOLEIROS DO EXTREMO SUDOESTE GOIANO**

## **COBERTURA DE EVENTOS CULTURAIS E TURÍSTICOS**

**CAVALGADA EXPOCAÇU**

**EXPOCAÇU**

**ARRAIAL DOS AMIGOS**

**FESTA DA APAE**

**CAÇU FESTIVAL E TURÍSTICO**

**FESTA DE NOSSA SENHORA APARECIDA**

**Caçu, 31 de dezembro de 2013**

  
**Wellington Tavares Paranaíba**  
**Presidente**

  
**Junior Pereira Borges**

Caçu, 04 de abril de 2013.



**Senhor Presidente,**

**Em virtude da necessidade de uma maior disponibilidade de atenção à minha família, venho em caráter irrevogável renunciar ao cargo de Diretor de Marketing da Associação Comunitária e Cultural de Caçu – Rádio Morada dos Sonhos.**

**Sendo o que tenho para o momento e contando com a compreensão de Vossa Senhoria e dos nobres pares, antecipo agradecimentos.**

**Atenciosamente,**



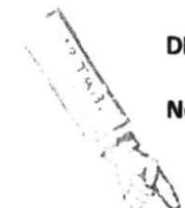
**-Wagner Vicente da Silva-**

**Ao Senhor**

**Wellington Tavares Paranaíba**

**DD. Diretor Executivo da Associação Comunitária e Cultural de Caçu**

**Nesta**





**TABELIONATO 1º DE NOTAS**  
 Fone: (64) 556-1067 - Caçu-GO  
 Reconheço, por semelhança, a(s) assinatura(s) de  
Wilson Carlos da Silva  
 posto que análoga(s) a(s) constante(s) de nosso arquivo.  
 Dou fé.  
 Caçu, 08 de abril de 20 13  
 Em testº. [assinatura] da verdade.

☐ OLDACK MUSA DOS SANTOS - 1º TAB. ☐ MARISTELA SOUSA C. PARANAIBA - ESCRIV.  
☐ MISSE SOUSA CARVALHO - ESCRIV. ☐ ÂNGELA DE CASTRO SANTOS - FEN.

x **Sheila de Castro Santos Pessoa**  
 Escrevente



**TABELIONATO 1º DE NOTAS**  
 Fone: (64) 556-1067 - Caçu-GO  
 Reconheço, por semelhança, a(s) assinatura(s) de  
Wilson Carlos da Silva  
 posto que análoga(s) a(s) constante(s) de nosso arquivo.  
 Dou fé.  
 Caçu, 08 de abril de 20 13  
 Em testº. [assinatura] da verdade.

☐ OLDACK MUSA DOS SANTOS - 1º TAB. ☐ MARISTELA SOUSA C. PARANAIBA - ESCRIV.  
☐ MISSE SOUSA CARVALHO - ESCRIV. ☐ ÂNGELA DE CASTRO SANTOS - FEN.

x **Sheila de Castro Santos Pessoa**  
 Escrevente







Handwritten mark resembling a stylized 'V' or '7'.

**(REPUBLICA FEDERATIVA DO BRASIL)**

**ESTADO DE GOIAS**  
**SECRETARIA DA SEGURANCA PUBLICA**  
**DIVISAO DE IDENTIFICACAO**

REGISTRO GERAL **425.205**

NOME: **DONIZETH GUIMARAES**

LIACAO: **Izoniel Carneiro Guimarães e**  
**Analia Delfina Guimarães.**

**Cagu-Go.** **16/abril/1955.**

NATURALIDADE: **GOIAS**

DATA DO NASCIMENTO: **08/outubro/1973.**

CHEFE DA DIVISAO DE IDENTIFICACAO

**(VÁLIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL)**

CASA DA MOEDA DO BRASIL

**MINISTERIO DA FAZENDA**  
**SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL**  
**COORDENACAO DO SISTEMA DE INFORMACOES ECONOMICAS FISCAIS**

**CARTEIRA DE IDENTIFICACAO DO CONTRIBUINTE**

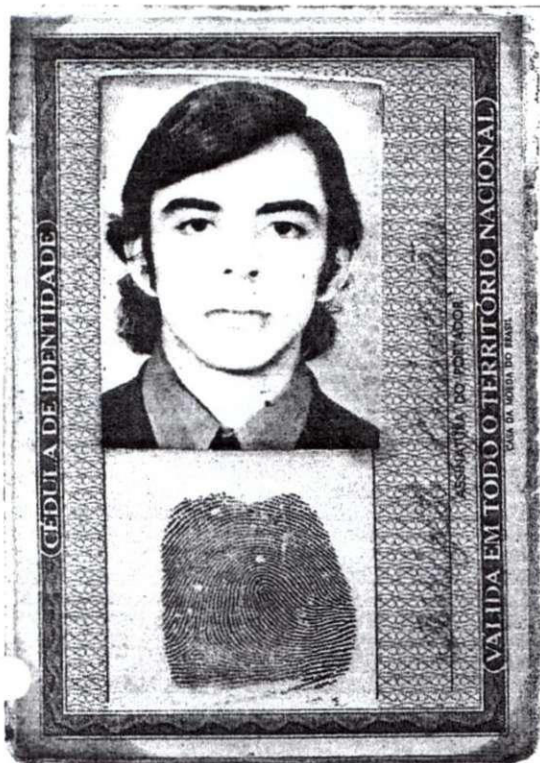
**DOCUMENTO COM PROVA DE ASSUNTOS DO**  
**GOIAS, A QUE SE REFEREM AS**  
**INFORMACOES**

**VÁLIDO EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL**

**COORDENADOR DO SISTEMA DE INFORMACOES ECONOMICAS FISCAIS**

*[Handwritten signature]*





<b>GOVERNO DE GOIÁS</b> <b>SEAGRO</b> SECRETARIA DE AGRICULTURA, PECUÁRIA E APROVEITAMENTO <small>COM PLANO PRODUTIVO E INSCRIÇÕES DE 1992/1993</small>		<b>AR</b> <b>AGENCIARURAL</b>	
CREDENCIAMENTO Nº <b>004.918</b>		DATA DE EMISSÃO <b>24/03/2003</b>	
INSCRIÇÃO ESTADUAL <b>11.140.781-8</b>		C.G.C. / C.P.F. <b>130.439.511-15</b>	
RAZÃO SOCIAL <b>DONIZETH GUIMARÃES</b>			
ENDEREÇO <b>RODOVIA MUNICIPAL À CAW 1 - KM 8 - FAZENDA GABRIELA - CAÇU - GO</b>			
ATIVIDADE ECONÔMICA <b>BOVINOCULTURA DE CORTE E LEITE</b>			
Assinatura: <i>Pacheco</i> <b>APARECIDO DOS REIS PACHECO</b> Med. Veterinário CRMV-GO 0278 Delegação de Competência port. Nº 001/2000 - DDA / AGENCIARURAL		<b>199,9 HECTARES</b> ÁREA DO IMÓVEL RURAL	

OBSERVAÇÃO
<b>DECRETO ESTADUAL Nº 5.067 DE 25/06/1999.</b> <b>LEI ESTADUAL Nº 13.443 DE 19/01/1999, REGULAMENTADA PELO DECRETO Nº 5.068 DE 30/06/1999.</b>
Assinatura: <i>[Signature]</i> ASSINATURA DO PRODUTOR RURAL / INDUSTRIAL



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

ESTADO DE GOIÁS

SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA

DIVISÃO DE IDENTIFICAÇÃO

REGISTRO CIVIL

445.927

Valdemar Nunes Moreira e

Maria Emeline Moreira

Cagu-CO

11/10/1955

12/12/1973

DATA DO NASCIMENTO

DATA DA ÚLTIMA ATUALIZAÇÃO

VALIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

Ministério da Comunicação Social

Rubrica

POLEGAR DIREITO

VALIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

MINISTÉRIO DA FAZENDA

SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL

COORDENAÇÃO DO SISTEMA DE INFORMAÇÕES ECONÔMICO-FISCAIS

CARTÃO DE IDENTIFICAÇÃO DO CONTRIBUINTE

DOCUMENTO COMPROBATORIO DE INSCRIÇÃO NO

CADASTRO DE PESSOAS FÍSICAS

VALIDO EM TODO TERRITÓRIO NACIONAL

ASSINATURA DO CONTRIBUINTE

Divino Nunes Moreira

CIC

NASCIMENTO

31.07.55

INSCRIÇÃO NO CPF

170 009 201-49

CONTRIBUINTE

DIVINO NUNES MOREIRA

SECRETÁRIO DA RECEITA FEDERAL

R. José Rinaldo Chieira m: 454

*[Handwritten mark]*



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

ESTADO DE GOIÁS  
SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA  
DIVISÃO DE IDENTIFICAÇÃO

NOME **LEONIDES DOLORES MACHADO**  
FILIAÇÃO **João Rodrigues Machado e Maria Dolores de Jesus**  
Data de Nascimento **29/março/1938**  
NATURALIDADE **Jatá - GO.**  
REGISTRO CEBAL **298 822 2ª via**  
Data de Emissão **03-novembro-1981**

VALIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

Comunicações - SCS

Rubrica

POLEGAR DIREITO

ASSINATURA DO PORTADOR

VALIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

MINISTÉRIO DA FAZENDA  
SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL  
COORDENAÇÃO DO SISTEMA DE INFORMAÇÕES ECONÔMICO-FISCAIS

CARTÃO DE IDENTIFICAÇÃO DO CONTRIBUINTE

DOCUMENTO COMPROBATORIO DE INSCRIÇÃO NO CADASTRO DE PESSOAS FÍSICAS

VALIDO EM TODO TERRITÓRIO NACIONAL

ASSINATURA DO CONTRIBUINTE

*Leonides Dolores Machado*

**CIC**

NASCIMENTO **29.03.38**

INSCRIÇÃO NO CPF **015 700 261 91**

CONTRIBUINTE

**LEONIDES DOLORES MACHADO**

SECRETÁRIO DA RECEITA FEDERAL

R. Paula e Silva m: 466

1

(CÉDULA DE IDENTIDADE)



ASSINATURA DO PORTADOR

(VALIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL)

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

ESTADO DE GOIÁS

SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA

DIREÇÃO DE IDENTIFICAÇÃO

REGISTRO GERAL 746 145

DEZAIR ALVES PEREIRA

Levindo Alves Ferreira

Nivalda Pereira Ferreira

Cachu GO

02.01.1957

06.06.1976

(VALIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL)

MINISTÉRIO DA FAZENDA

Secretaria da Receita Federal

CPF - CADASTRO DE PESSOAS FÍSICAS

DEZAIR ALVES PEREIRA

Nº de Inscrição 350534451-68

Data do Nascimento 02/07/57



Este documento é o comprovante de inscrição no CADASTRO DE PESSOAS FÍSICAS - CPF, vedada a exigência por terceiros, salvo nos casos previstos na Legislação vigente.

Assinatura

DEZAIR ALVES PEREIRA

SERPRO

VÁLIDO EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

Emitido em : 04/05/97

Fazenda Retiro



VALIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

REGISTRO GERAL 730.760 2ª via DATA DE EXPEDIÇÃO 21.out.1985

NOME JUAREZ GAMA FILHO

FILIAÇÃO Juarez Gama da Silva

CÉLIA GAMA DA SILVA

NATURALIDADE Caçú-GO.

C.Nas. nº 2.022 fls. 56 liv. 10 em

DOC ORIGEM Caçú-GO., 13.05.76.

CPF 217.189.461-04

ASSINATURA DO TITULAR

LEI Nº 7.116 DE 29/09/83

\*02 jan. 1958

Ministério das Comunicações

Rubrica

ESTADO DE GOIÁS

SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA

DIVISÃO DE IDENTIFICAÇÃO

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

POLEGAR DIREITO

ASSINATURA DO TITULAR

CARTEIRA DE IDENTIDADE

MINISTÉRIO DA FAZENDA

SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL

COORDENAÇÃO DO SISTEMA DE INFORMAÇÕES ECONÔMICAS FISCAIS

CARTÃO DE IDENTIFICAÇÃO DO CONTRIBUINTE

DOCUMENTO COMPROBATORIO DE INSCRIÇÃO NO CADASTRO DE PESSOAS FÍSICAS

VALIDO EM TODO TERRITÓRIO NACIONAL

ASSINATURA DO CONTRIBUINTE

NASCIMENTO 02.01.58

INSCRIÇÃO Nº 217.189.461

CONTRIBUINTE

JUAREZ GAMA FILHO

ASSINATURA DO CONTRIBUINTE

SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL

A. José Manoel de Castro 191

É justamente o que deve ser feito no caso em tela: investigar os meios que o Ente Público utilizou e os fins que ele objetivou alcançar.

Verifica-se, ainda, que a desafetação de parte da área verde da quadra nº 19, do Loteamento São Paulo, para alienação por doação à Associação Comunitária e Cultural de Caçu, **atendeu também ao requisito do artigo 4º, inciso I, e parágrafo 2º, da Lei Federal nº 6.766/79, haja vista que a Associação Comunitária e Cultural de Caçu é uma entidade sem fins lucrativos, que presta serviço social a todas as entidades do município através de divulgação do trabalho das mesmas, faz anúncios de emprego, perda de documentos, notas de falecimento, informativos em geral e campanhas sem nenhum custo à população, dá oportunidades na área cultural para aprendizes, músicos, poetas, escritores, incentivando a cultura municipal e regional. E ainda, a referida Associação, ora beneficiada, é a única rádio comunitária do município de Caçu, se enquadrando como equipamento urbano e comunitário de cultura. Dessa forma, o município de Caçu atendeu à função social do espaço verde, que se caracteriza como interesse público.**

**Ressalte-se, por fim, que a construção da Sede da Associação Comunitária e Cultural de Caçu, Goiás, ocorreu com ajuda da população, tendo sido o material doado pela comunidade de Caçu.**

Destarte, observa-se que o município de Caçu não feriu os ditames da Lei Federal, ou da Carta Magna, agindo, por conseguinte, em conformidade com o ordenamento jurídico.



Inquérito Civil Público nº 001/2010

Assunto: Desafetação de Área Verde com a finalidade de doação para construção de rádio comunitária

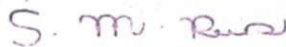


**NOTIFICAÇÃO Nº 037/2010**

A Doutora Silvia Maria Apostólico Alves Reis, Promotora de Justiça da Comarca de Caçu, – **NOTIFICA** Vossa Senhoria, do inteiro teor da promoção de arquivamento nos autos em epigrafe (cópia anexa).

Informo-lhe ainda, que a partir do recebimento desta Vossa Senhoria tem o prazo de 15 (quinze) dias para formalização de eventual recurso, que deverá ser dirigido ao Conselho Superior do Ministério Público.

Caçu - GO, 01 de julho de 2010.



Silvia Maria Apostólico Alves Reis

Promotora de Justiça

Ilustríssimo Senhor

**NELY CASTRO MORAIS**

Presidente da Associação Comunitária e Cultural de Caçu



**ESTADO DE GOIÁS**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE CAÇU**

**LEI Nº 1306/02, DE 15 DE MAIO DE 2002**



"Autoriza firmar convênio com a Associação Comunitária e Cultural de Caçu - Rádio Morada do Sonho "FM" e dá outras providências."

**O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇU:**

Faço saber que a Câmara Municipal de Caçu, Estado de Goiás, aprovou e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a firmar convênio com a Associação Comunitária e Cultural de Caçu - Rádio Morada do Sonho "FM", objetivando:

a) repassar à Associação, mensalmente, mediante requisição, até a importância de R\$1.500,00 (mil e quinhentos reais), para acorrer despesas indispensáveis ao seu funcionamento;

b) ceder mediante solicitação, toda vez que necessitar, aos domingos no horário das 07h30 às 14h00, o Centro Cultural Rozenda Cândida Guimarães, para a Rádio Morada do Sonho "FM" 87.9, a fim de realizar "Programa ao Vivo", com a participação de ouvintes e artistas deste Município e de Municípios vizinhos;

c) permissão de uso dos seguintes móveis: uma mesa para escritório com gavetas; um armário de madeira ou de ferro; duas cadeiras e um jogo de sofá com dois ou três lugares; e

d) parceria na realização de eventos culturais e desportivos.

§ 1º - A partir do segundo repasse da importância mencionada na letra "a" deste artigo, o deferimento da parcela seguinte ficará sujeito à prestação de contas da anterior e assim sucessivamente enquanto perdurar o convênio.

§ 2º - O Centro Cultural Rozenda Cândida Guimarães, somente será cedido à Associação, aos domingos, em não havendo necessidade do Poder Público Municipal realizar ali qualquer evento, daí a razão da autorização ser precedida de solicitação.

§ 3º - O prazo de vigência e denúncia do convênio será fixado a critério da administração.

Art. 2º - As despesas decorrentes da presente lei, correrão por conta das dotações orçamentárias existentes no orçamento programa, devendo constar nos termos dos convênios e aditivos a rubrica, a atividade e o órgão próprio para lançamentos.





**ESTADO DE GOIÁS**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE CAÇU**



Art. 3º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

**PREFEITURA MUNICIPAL DE CAÇU**, Estado de Goiás, em 15 de maio de 2002.

**RUI ALVES MARTINS**  
Prefeito Municipal

**IVAIR ANTÔNIO FREITAS GUIMARÃES**  
Secretário da Administração



**ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA E CULTURAL DE CAÇU**

**Rádio Morada dos Sonhos FM 87,9**

**"DA COMUNIDADE PARA A COMUNIDADE"**

Entidade comunitária, sem fins lucrativos conf. Lei nº 9.612/98 e de utilidade pública municipal Lei nº 1667/2010.

CNPJ Nº 02.896.548/0001-97 – FONE 64-3656-1499 – Email: [moradadossonhos@hotmail.com.br](mailto:moradadossonhos@hotmail.com.br)

Rua Manoel Carneiro Guimarães, nº 699 – Bairro Morada dos Sonhos – CEP 75813-000 – Caçu – Goiás

Ofício nº P001/2011


Caçu, 1 de agosto de 2011.

Prezados Conselheiros,

Estamos encaminhando em anexo, Cartilha contendo orientações, legislação federal e nosso Estatuto, oportunizando assim o conhecimento das funções de Conselheiro de uma Rádio Comunitária, para que possam desempenhar a contendo a missão que a comunidade lhes confiou.

Sendo o que temos para o momento e contando com a atenção que a Cartilha merece, antecipamos nossos agradecimentos.

Atenciosamente,

  
**Wagner Vicente da Silva**  
Presidente

Ao s Senhores:

DEZAIR ALVES PEREIRA

VILSONIL RODRIGUES DE OLIVEIRA

ZORAIDA VILLELA DE OLIVEIRA GUIMARÃES

ANTONIO CARLOS DE SOUZA

SÍLVIO HENRIQUE FERREIRA

DD. Conselheiros do Conselho Comunitário

Caçu – Goiás

*Recebi*  
*03/08/11*  
*[Signature]*





**ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA E CULTURAL DE CAÇU**

**Rádio Morada dos Sonhos FM 87,9**

**"DA COMUNIDADE PARA A COMUNIDADE"**

Entidade comunitária, sem fins lucrativos conf. Lei nº 9.612/98 e de utilidade pública municipal Lei nº 1667/2010.

CNPJ Nº 02.896.548/0001-97 – FONE 64-3656-1499 – Email: [moradadossonhos@hotmail.com.br](mailto:moradadossonhos@hotmail.com.br)

Rua Manoel Carneiro Guimarães, nº 699 – Bairro Morada dos Sonhos – CEP 75813-000 – Caçu – Goiás

**RESOLUÇÃO Nº 001/2011**

O presidente da Associação Comunitária e Cultural de Caçu – Rádio Morada dos Sonhos, no uso de suas atribuições legais conforme o Artigo 13, inciso II, letra "a", combinado com o Artigo 17 do Estatuto da entidade, da Lei 9.612/98, do Decreto 2.615/98, da norma nº02/98, da norma complementar nº 01/2004 e em decorrência da decisão da Diretoria Executiva e do Conselho Comunitário, tomada em reunião conjunta do dia nove de agosto, próximo passado, RESOLVE:

Art. 1º – QUALQUER MUDANÇA NA GRADE DE PROGRAMAÇÃO DEVERÁ SER APROVADA COM ANTECEDÊNCIA MÍNIMA DE QUINZE DIAS, EXCETO AS EMERGENCIAIS E AMBAS COM AUTORIZAÇÃO EXPRESSA DA DIREÇÃO.

Art. 2º – TODA DIVULGAÇÃO SÓ PODERÁ IR AO AR APÓS APROVADA E GRAVADA, EXCETO AQUELAS URGENTES, APÓS A AUTORIZAÇÃO. OS ANÚNCIOS DE MORTE, PERDA DE DOCUMENTOS, EMPREGO E UTILIDADE PÚBLICA EMERGENCIAL PODERÃO SER VEICULADAS AO VIVO SEM PRÉVIA AUTORIZAÇÃO.

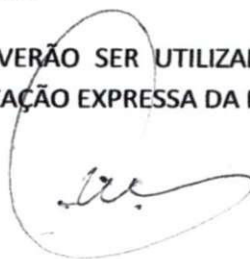
Art. 3º – FICAM PROIBIDO RECADOS, MENSAGENS, OFERECIMENTO DE MÚSICAS E SIMILARES QUE TENHAM POR TRÁS A INTENÇÃO DE PROPAGANDA, EXCETO EM SE TRATANDO DE EMPRESAS PARCEIRAS E ENTIDADES SEM FINS LUCRATIVOS.

Art. 4º – TODAS AS PROMOÇÕES QUE ENVOLVEM A RÁDIO SÓ PODERÃO SER DESENVOLVIDAS APÓS AUTORIZAÇÃO EXPRESSA DA DIREÇÃO, FICANDO TERMINANTEMENTE PROIBIDO A PARTICIPAÇÃO E CONTEMPLAÇÃO NO SORTEIO DE MEMBROS DA DIRETORIA, FUNCIONÁRIOS E SEUS FAMILIARES COM PARENTESCO ATÉ O SEGUNDO GRAU.

Art. 5º – OS BENS E EQUIPAMENTOS DA ENTIDADE DEVERÃO SER UTILIZADOS ÚNICA E EXCLUSIVAMENTE A SERVIÇO DA MESMA OU COM AUTORIZAÇÃO EXPRESSA DA DIREÇÃO.

  
ETIMIO

  
Costa





Art. 6º – FICA PROIBIDO NO STÚDIO DE LOCUÇÃO A UTILIZAÇÃO DE EQUIPAMENTOS COM REGULAGEM DIFERENTE DO DETERMINADO PELA DIREÇÃO.

Art. 7º - Para efeito desta Resolução a Direção da Associação inicia com o Coordenador Geral cargo de confiança da Diretoria Executiva.

Art. 8º - Esta Resolução entra em vigor na data da sua publicação e será revogada automaticamente com a aprovação do Regimento Interno.

CUMPRASE

Caçu, 11 de agosto de 2011.

Wagner Vicente da Silva

Presidente

Fátima Maria da Cunha Rodrigues

1ª Secretária







# PREFEITURA MUNICIPAL DE CAÇU

ESTADO DE GOIÁS

CNPJ/MF nº. 01164292/0001-60

GABINETE DO PREFEITO

Certifico para os devidos fins que  
documento foi devidamente publicado  
no placard dessa Prefeitura *[assinatura]*  
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

## LEI Nº 1667/10, DE 10 DE SETEMBRO DE 2010



"Declara de Utilidade Pública a  
Associação Comunitária e Cultural de  
Caçu/GO e dá outras providências".

A **CÂMARA MUNICIPAL DE CAÇU**, Estado de Goiás, por seus nobres Edis, **APROVA** e eu, **PREFEITO MUNICIPAL**, no uso das atribuições conferidas pela Lei Orgânica do Município, **SANCIONO** a seguinte **LEI MUNICIPAL**:

**Art. 1º** - É declarada de Utilidade Pública a Associação Comunitária e Cultural de Caçu/GO, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF nº 02.896.548/0001-97, nome fantasia Rádio Morada dos Sonhos FM, com sede na Rua Manoel Carneiro Guimarães, nº 699, centro, na cidade de Caçu/GO.

**Art. 2º** - A Associação Comunitária e Cultural de Caçu/GO, salvo por motivo justo, deverá, durante o transcorrer do primeiro semestre de cada ano, apresentar a Secretaria de Cultura deste Município, relatório circunstanciado dos serviços prestados à coletividade no ano precedente.

**Art. 3º** - Cessarão os efeitos da Declaração de Utilidade Pública, se a entidade:

- I - deixar de cumprir por três anos consecutivos as exigências do artigo anterior;
- II - substituir os fins estatutários ou negar-se a prestar serviços nesses compreendidos;
- III - alterar a sua denominação e, dentro de noventa dias, contados da averbação no registro público, não comunicar a ocorrência ao Departamento competente da Prefeitura Municipal.

**Art. 4º** - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se a Lei Municipal nº 1517/07, de 27 de novembro de 2007 e demais disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçu/GO, 10 de setembro de 2010.

*[Assinatura]*  
**ANDRÉ LUIZ GUIMARÃES VIEIRA**  
Prefeito Municipal





MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

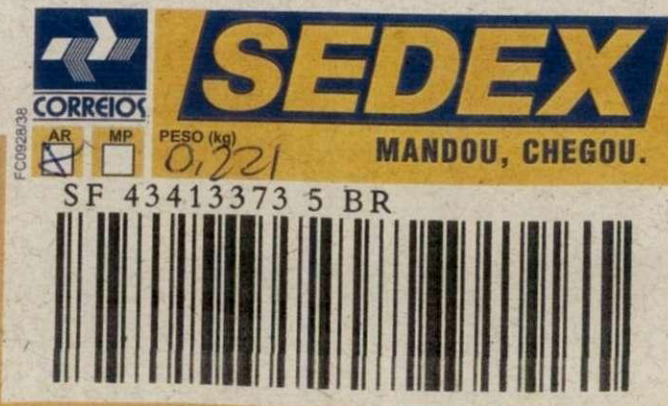
Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica

Coordenação- Geral de Radiodifusão Comunitária

Esplanada dos Ministérios, Bloco R, 3ª andar

70044-900 – BRASÍLIA – DF

AT. DR. SAMIR AMANDO





**ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA E CULTURAL DE CAÇU**

**Rua Manoel Carneiro Guimarães, 699 - Morada dos Sonhos**



## TERMO DE CADASTRO DE INFORMAÇÕES PROCESSUAIS NO ÂMBITO DO SEI

1. Certifico que as informações cadastrais referentes ao processo supracitado foram devidamente inseridas no Sistema Eletrônico de Informações (SEI), permanecendo com o mesmo número do processo físico.
2. Foi providenciada a digitalização e consequente inserção do seu conteúdo no Sistema, devendo o processo físico ser encaminhado ao Serviço de Arquivo Geral e Biblioteca para arquivo.
3. A partir desta data, todas as movimentações referentes ao presente processo se darão no âmbito do SEI, devendo este fato ser informado ao interessado na primeira oportunidade.

Brasília, 05 de agosto de 2014.



Documento assinado eletronicamente por **Antonio Pereira magalhaes**, **Agente Administrativo**, em 05/08/2014, às 16:54, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **0071007** e o código CRC **DF9C2966**.



# MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

Delegacia Regional do Estado de Santa Catarina

## **NOTA TÉCNICA Nº 7637/2014/SEI-MC**

Processo de Renovação nº: **53000.052021/2011-38**

Processo de Outorga nº: 53670.000736/1998

Assunto: **Exigências relativas ao requerimento de renovação de outorga.**

### **SUMÁRIO EXECUTIVO**

1. Trata-se da análise do pedido de renovação de outorga da **Associação Comunitária e Cultural de Caçu**, entidade autorizada a executar o Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de **Caçu/GO**.

### **ANÁLISE**

2. Tendo em vista a análise realizada no processo, observou-se a necessidade de saneamento de pendências relativas à documentação que instrui o requerimento, devendo a entidade providenciar o envio dos itens dispostos abaixo, na forma dos itens 8 e 20 da Norma nº 1/2011, com a devida documentação apresentada **no original ou em cópia autenticada, conforme o subitem 20.4**, da mesma norma:

I. Certidão negativa de débitos das receitas administradas pela Anatel, atualizada;

II. Documentos atualizados revelando eventuais alterações ocorridas no Estatuto Social da interessada, durante o período de vigência da outorga, ou cópia atualizada do Estatuto, conforme subitens 8.2 e 8.3 da Norma nº 01/2011;

III. Da leitura da Segunda Alteração do Estatuto Social, apresentada pela entidade, constata-se a necessidade de adequação da atual redação dos artigos 8º e 12, ao disposto no item 8.2, alínea “h.3” e 8.3, alíneas “b” e “d” da Norma nº 1/2011 e dispositivos da Lei nº 9.612/1998, conforme transcrição a seguir:

8.2. *O Estatuto Social das associações comunitárias e das fundações interessadas em executar o serviço deverá:*

(...)

*h) indicar o modo de constituição e funcionamento dos órgãos deliberativos e administrativos da entidade, estabelecendo:*

(...)

*h.3) o tempo de mandato dos membros que compõem a diretoria, limitado ao máximo de 4 (quatro ) anos, sendo admitida **uma** recondução; (deve estar redigido o numeral)*

8.3. Os Estatutos Sociais das entidades comunitárias deverão ainda conter disposições que:

(...)

b) **assegurem o ingresso gratuito**, como associado, de todo e qualquer cidadão domiciliado na área de execução do serviço;

(...)

d) **assegurem o ingresso gratuito**, como associadas, de pessoas jurídicas sem fins lucrativos, sediadas na área de execução do serviço, conferindo-lhes inclusive, por intermédio de seus representantes legais, o direito de escolher, mediante voto, os integrantes dos órgãos deliberativos e administrativos, bem como o direito de voz e voto nas deliberações sobre a vida social da entidade, nas instâncias deliberativas existentes;

IV. Ata de Eleição da nova Diretoria, em exercício a partir de 01/08/2014, devidamente registrada no Registro Civil de Pessoas Jurídicas, observando os subitens 8.2, alínea “h”, “h.3”; 8.3, alínea “c” e 21.4.3, da Norma 01/2011.

V. Prova de que seus **diretores e suplentes** são brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos e maiores de dezoito anos ou emancipados (cópia do RG ou Certidão de Casamento), de acordo com o subitem 8.1, alínea “e”, da Norma nº 01/2011. Não serão aceitos, a título de comprovação deste item, a carteira nacional de habilitação (CNH) e a inscrição no Cadastro de Pessoas Jurídicas (CPF), em atenção às restrições dispostas nos subitens 8.4.1 e 8.4.2;

VI. CPF de todos os **diretores e suplentes**.

VII. Toda a documentação de diretores e suplentes deverá ser apresentada de forma legível, respeitando o subitem 20.4, da Norma 01/2011.

## CONCLUSÃO

4. Diante do exposto, a entidade deverá ser comunicada para **apresentar** toda a documentação solicitada e/ou **esclarecer** as pendências constatadas, sob pena de indeferimento do pedido de renovação e consequente extinção da autorização.



À consideração superior.

---



Documento assinado eletronicamente por **Tiane Aimi Severo, Analista Tec Administrativo**, em 28/08/2014, às 09:50, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.

---



Documento assinado eletronicamente por **Marcelo Jose Dudeque, Delegado Substituto**, em 28/08/2014, às 15:32, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.

---



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **0088653** e o código CRC **741B767A**.

---



**Ministério das Comunicações**  
Delegacia Regional em Santa Catarina  
Praça XV de Novembro, nº 242 - 1º andar - Centro  
CEP: 88010-970 Florianópolis-SC  
(48) 3229-4373 FAX (48) 3225.6724

Ofício nº 9326/2014/SEI-MC

**Florianópolis, 28 de agosto de 2014.**

Ao Senhor

**WELLINGTON TAVARES PARANAÍBA**

Representante Legal da ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA E CULTURAL DE CAÇU

Rua Manoel Carneiro Guimarães, 699 - Bairro Morada dos Sonhos

75.813-000 / Caçu - GO

Assunto: **Encaminhamento de Nota Técnica relativa à análise do processo nº 53000.052021/2011-38.**

Senhor Representante Legal,

1. Cumprimentando-a cordialmente, refiro-me ao processo em epígrafe para encaminhar cópia da Nota Técnica nº **7637/SEI-MC**, desta Delegacia, que trata de pendências encontradas nos autos.
2. A esse respeito, fica estabelecido o prazo de 30 (trinta) dias, contado a partir da data de recebimento deste ofício de acordo com o AR POSTAL (Aviso de Recebimento) que o acompanha, para que essa entidade se manifeste sobre o assunto e apresente a documentação pendente, no original ou em cópia autenticada, sob pena da **extinção da outorga**.
3. O referido prazo poderá ser prorrogado por uma única vez, por igual período, **apenas** na ocorrência de caso fortuito ou de força maior, bem como nos casos de emergência ou de calamidade pública, regularmente comprovados, desde que a requerente apresente uma solicitação formal neste sentido, dentro do prazo para cumprimento das exigências. Decorrido esse prazo, a documentação encaminhada será considerada intempestiva. Ressaltamos ainda que não serão aceitas prorrogações de prazo solicitadas por fax, e-mail ou telefone.
4. Aproveitamos para informar que esta Secretaria poderá, a seu critério, enviar comunicados oficiais via SMS e documentos digitalizados via internet às entidades interessadas, desde que complementem seu cadastro com telefone celular e mantenham atualizado o endereço eletrônico do respectivo representante legal. Ressalte-se que o fornecimento de tais dados implica anuência dessa entidade em receber as referidas comunicações oficiais e deve ser



feito por meio de ofício, com assinatura do seu representante legal. Os conteúdos encaminhados por esses meios referem-se tão somente à entidade destinatária e não serão considerados para fins legais como contagem de prazo e ciência de interessado.

Atenciosamente,  
**MARCELO JOSÉ DUDEQUE**



Documento assinado eletronicamente por **Marcelo Jose Dudeque, Delegado Substituto**, em 28/08/2014, às 15:35, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **0108048** e o código CRC **8BD1AFCE**.

PREENCHER COM LETRA DE FORMA

**AR**

**DESTINATÁRIO DO OBJETO / DESTINATAIRE**

NOME OU RAZÃO SOCIAL DO DESTINATÁRIO DO OBJETO / NOM OU RAISON SOCIALE DU DESTINATAIRE

SR. WELLINGTON TAVARES PARANAÍBA

ENDEREÇO / ADRESSE

RUA MANOEL CARNEIRO GUIMARÃES 699

CEP / CODE POSTAL

CIDADE / LOCALITÉ

UF

PAÍS / PAYS

75.813-000

CACU

GO BRASÍL

DECLARAÇÃO DE CONTEÚDO (SUJEITO À VERIFICAÇÃO) / DISCRIMINATION

Ofício 9326/2014/SEJ-MC.

53000-052021/2011-38

NATUREZA DO ENVIO / NATURE DE L'ENVOI

☐ PRIORITÁRIA / PRIORITAIRE

☐ EMS

☐ SEGURADO / VALEUR DÉCLARÉ

ASSINATURA DO RECEBEDOR / SIGNATURE DU RÉCEPTEUR

DATA DE RECEBIMENTO  
DATE DE LIVRATION

LOCAL DE ENTREGA  
UNIDADE DE DESTINO  
BUREAU DE DESTINATION

NOME LEGÍVEL DO RECEBEDOR / NOM LISIBLE DU RÉCEPTEUR

Ray Berto de Almeida Cabral

Nº DO DOCUMENTO DE IDENTIFICAÇÃO DO  
RECEBEDOR / ÓRGÃO EXPEDIDOR

RUBRICA E MAT. DO EMPREGADO /  
SIGNATURE DE L'AGENT

JOSE DOS  
Matr.: 8.327  
Correios



ENDEREÇO PARA DEVOLUÇÃO NO VERSO / ADRESSE DE RETOUR DANS LE VERSO

75240203-0

FC0463 / 16

114 x 186 mm





CORREIOS  
BRASIL

AVISO DE  
RECEBIMENTO

AR

JH 12906136 6 BR

DATA DE POSTAGEM / DATE DE DÉPÔT

UNIDADE DE POSTAGEM / BUREAU DE DÉPÔT

TENTATIVAS DE ENTREGA / TENTATIVES DE LIVRAISON

: h : h : h

PREENCHER COM LETRA DE FORMA

NOME OU RAZÃO SOCIAL DO REMETENTE / NOM OU RAISON SOCIALE DE L'EXPÉDITEUR

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

ENDEREÇO PARA DEVOLUÇÃO / ADRESSE

Delegacia Regional em Santa Catarina - DRMC-04

Praça XV de Novembro, 242 - 1º andar

CIDADE / LOCALITÉ

88010-970 - FLORIANÓPOLIS - SC

UF

BRASIL

ENDEREÇO PARA  
DEVOLUÇÃO  
RETOUR





**ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA E CULTURAL DE CAÇU**

**Rádio Morada dos Sonhos FM 87,9**

**[www.moradadossonhosfm.com.br](http://www.moradadossonhosfm.com.br)**

**"DA COMUNIDADE PARA A COMUNIDADE"**

Entidade comunitária, sem fins lucrativos conf. Lei nº 9.612/98 e de utilidade pública municipal Lei nº 1667/2010.

CNPJ Nº 02.896.548/0001-97 – FONE 64-3656-1499 – Email: [moradadossonhos@hotmail.com](mailto:moradadossonhos@hotmail.com)

Rua Manoel Carneiro Guimarães, nº 699 – Bairro Morada dos Sonhos – CEP 75813-000 – Caçu – Goiás

Ofício nº P006/2014


Caçu, 8 de outubro de 2014.

Senhor Delegado,

Vimos em atendimento ao Ofício nº 9326/2014/SEI-MC, de 28/08/2014, encaminhar as alterações estatutárias e os documentos solicitados, esperando estar sanadas as exigências e que seja renovada a nossa Licença Definitiva de Funcionamento uma vez que atual está vencida desde 06/12/2011.

Sendo o que temos para o momento e contando com a atenção de Vossa Excelência, antecipamos nossos agradecimentos.

Atenciosamente,

  
Wellington Tavares Paranaíba  
Presidente

Ao Senhor

Dr. MARCELO JOSÉ DUDEQUE

DD. Delegado Substituto da Delegacia Regional de Santa Catarina

Ministério das Comunicações

FLORIANÓPOLIS - SC



Alteração número 03 (três) do Estatuto Social da ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA E CULTURAL DE CAÇU, registrado sob o número 083, às folhas 158, do Livro "A", de Registro de de Pessoas Jurídicas, no Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas de Caçu - Goiás, APROVADA na Assembléia convocada para este fim, em 20 de setembro de 2014, que passa a vigorar em seu inteiro teor com a seguinte redação.

## CAPÍTULO I

### DA CONSTITUIÇÃO, DENOMINAÇÃO, SEDE E OBJETIVOS.

**Art. 1º - A ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA E CULTURAL DE CAÇU**, é uma sociedade civil, sem fins lucrativos, de defesa da cidadania, baseada nos princípios da solidariedade, do companheirismo, na cooperação e integração social, criada para atuar no âmbito distrital, abrangendo a comunidade natural formada pelos habitantes da cidade de Caçu-GO. É apartidária, não tem fins religiosos, sem discriminação de raça, sexo ou atividade econômica e profissional, é criada nesta data para organizar e congregar os grupos comunitários, objetivando a defesa dos interesses da comunidade e a exploração do serviço de radiodifusão comunitária. Para cumprir com eficiência a sua finalidade social, explorará também o serviço de radiodifusão comunitária, por ser um meio que lhe proporcionará alcançar o maior número de pessoas e viabilizará a discussão e o debate dos problemas que afeta a comunidade local, buscando a solução para esses problemas da comunidade. **São seus fundadores: Leonides Dolores Machado**, brasileiro, casado, agropecuarista, portador da C.I. nº. 298.822 SSP/GO e do CPF/MF nº. 016.700.261-91, residente e domiciliado na Faz. Matinha - Caçu-GO; **Sebastião Nunes Sousa**, brasileiro, casado, agropecuarista, portador da C.I. nº. 616.987 SSP/GO e do CPF/MF nº. 134.434.881-53, residente e domiciliado na Faz. Pinheiro - Caçu-GO; **Juarez Gama Filho**, brasileiro, casado, agropecuarista, portador da C.I. nº. 730.760 SSP/GO e do CPF/MF nº. 217.189.461-04, residente e domiciliado na Faz. Retiro - Caçu-GO e **Dezair Alves Pereira**, brasileiro, casado, agropecuarista, portador da C.I. nº. 746.145 SSP/GO e do CPF/MF nº. 350.534.451-68, residente e domiciliado na Faz. Caçu den. Retiro - município de Caçu-GO. **São membros da diretoria provisória:** para presidente o Sr. **Leonides Dolores Machado**, brasileiro, casado, agropecuarista, portador da C.I. nº. 298.822 SSP/GO e do CPF/MF nº. 016.700. 261-91, residente e domiciliado na Faz. Matinha - Caçu-GO; para vice-presidente o Sr. **Sebastião Nunes de Sousa**, brasileiro, casado, agropecuarista, portador da C.I. nº. 616.987 SSP/GO e do CPF/MF nº. 134.434.881-53, residente e domiciliado na Faz. Pinheiro - Caçu-GO; para secretário o Sr. **Juarez Gama Filho**, brasileiro, casado, agropecuarista, portador da C.I. nº. 730.760 SSP/GO e do CPF/MF nº. 217.189. 461-04, residente e domiciliado na Faz. Retiro - Caçu-GO; e para tesoureiro o Sr. **Dezair Alves Pereira**, brasileiro, casado, agropecuarista, portador da C.I. nº. 746. 145 SSP/GO e do CPF/MF nº. 350.534.451-68, residente e domiciliado na Faz. Caçu den. Retiro - município de Caçu-GO. **Conselho Comunitário:** o Sr. **Mauro Sebastião Guimarães**, brasileiro, casado, agropecuarista, portador da C.I. nº.





CARTÓRIO DE REGISTRO DE IMÓVEIS, 1º TABELIONATO DE NOTAS,  
REG. DE TÍTULOS E DOCUMENTOS E DE PESSOAS  
JURÍDICAS E PROTESTO DE TÍTULOS  
Oldack Musa dos Santos  
Tabelião e Oficial Vitalício  
Rua José Reinaldo Vieira nº 1.201, Lot. Municipal - Caçu-GO - CEP: 75.813-000  
Fone: (64) 3696-1067 - CNPJ 02.751.386/0001-07

A presente fotocópia é reprodução fiel do documento original  
que me foi apresentado. (Decreto Lei nº 2.148/40, art 2º)  
Dou Fê. Caçu - GO, 09 de outubro de 2014.  
00831405210901026000851

Em testemunho  da verdade

  
Sibelle Marques de Oliveira Garcia - Escrevente







1.270.417 SSP/GO e do CPF/MF nº 304.830.851-20, representante **Associação dos Produtores Rurais do Baú - ASPROBAÚ**, com endereço na Rod. Mun. CAW-2 km 14 a dir., zona rural, residente e domiciliado na Faz. Caçu den. Baú, Caçu-GO; o Sr. **Cirilo Alves de Lima Neto**, brasileiro, casado, agropecuarista, portador da C.I. nº 2.217.274 SSP/GO e do CPF/MF nº 618.278.431-87, representante da **Associação dos Produtores Rurais do Varjão - ASPROVAR**, com endereço na Rod. Mun. CAW-1 Km 12 a esq., zona rural, residente e domiciliado na Faz. Varjão, Caçu-GO; o Sr. **Lasaro Nunes da Silva**, brasileiro, casado, agropecuarista, portador da C.I. nº 434.951 SSP/GO e do CPF/MF nº 124.704.221-91, representante da **Associação dos Produtores Rurais da Região da Guariroba - ASPRUGUAR**, com endereço na Rod. Mun. CAW-3 Km 15 a dir. a 01 Km, zona rural, residente e domiciliado na Faz. Guariroba, Caçu-GO; o Sr. **Paulo Sérgio de Sousa**, brasileiro, casado, agropecuarista, portador da C.I. nº 1.605.671 SSP/GO e do CPF/MF nº 245.219.141-87, representante da **Associação dos Produtores Rurais dos Córregos Alarcão e Cachoeirinha - 2 Córregos**, com endereço na Rod. Mun. CAW-2 Km 20 a esq. zona rural, residente e domiciliado na Faz. São José, Caçu-GO; o Sr. **Paulo César Guimarães**, brasileiro, solteiro, agropecuarista, portador da C.I. nº 1.032.540 SSP/GO e do CPF/MF nº 326.957.641-20, representante da **Associação dos Produtores Rurais da Região do Barreiro - ASPRUBAR**, com endereço na Rod. Mun. CAW-2 Km 26, zona rural, residente e domiciliado na Faz. Cervo den. Barreiro, município de Caçu-GO.

**PARÁGRAFO PRIMEIRO** - A exploração do serviço de Radiodifusão Comunitária, que dependerá de autorização do poder público competente, pela Associação, terá como objetivo:

- I) dar oportunidade à difusão de idéias, elementos de cultura, tradições e hábitos sociais da comunidade;
- II) oferecer mecanismos à formação e integração da comunidade, estimulando o lazer, a cultura e o convívio social;
- III) prestar serviços de utilidade pública, integrando-se aos serviços de defesa civil sempre que necessário;
- IV) contribuir para o aperfeiçoamento profissional nas áreas de atuação dos jornalistas e radialistas, de conformidade com a legislação profissional vigente;
- V) permitir a capacitação dos cidadãos no exercício do direito de expressão da forma mais acessível possível.

**PARÁGRAFO SEGUNDO** - O objetivo final da associação é o desenvolvimento das atividades e serviços que possam proporcionar à população local melhoria nas condições de vida e de trabalho, colocando à disposição dessa mesma comunidade as informações de interesse geral e de utilidade pública, especialmente sobre economia doméstica, abastecimento, preços e defesa do consumidor, saúde, educação, segurança, serviços básicos emergenciais, transportes, lazer, aperfeiçoamento profissional de recurso humanos, comunicação e desenvolvimento cultural e artísticos. A Associação terá duração indeterminada, com números ilimitados de sócios. E sua



**CARTÓRIO DE REGISTRO DE IMÓVEIS, 1º TABELIONATO DE NOTAS,  
REG. DE TÍTULOS E DOCUMENTOS E DE PESSOAS  
JURÍDICAS E PROTESTO DE TÍTULOS**

**Oldack Musa dos Santos**  
Tabelião e Oficial Vitalício  
Rua José Reinaldo Vieira nº 1.201, Ldt. Municipal - Caçu-GO - CEP: 75.813-000  
Fone: (64) 3656-1067 - CNPJ 02.751.386/0001-07

A presente fotocópia e reprodução fiel do documento original  
que me foi apresentado. (Decreto Lei nº 2.148/40, art. 2º)

Dou Fé. **Caçu - GO, 09 de outubro de 2014.**

00831405210901026000852

Em testemunho *delegado* da verdade

*Sibelle Marques de Oliveira Garcia*  
**Sibelle Marques de Oliveira Garcia - Escrevente**







sede está localizada no endereço: **Rua Manoel Carneiro Guimarães, nº 699 - Bairro Morada dos Sonhos, CEP 75.813-000 - Caçu-GO.**

Art.2º- A Associação Comunitária e Cultural de Caçu tem por objetivo EXECUTAR SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA, bem como:

I - beneficiar a comunidade com vistas a :

- a) Dar oportunidade a difusão de ideias, elementos de cultura, tradições e hábitos sociais da comunidade;
- b) oferecer mecanismos à formação e integração da comunidade, estimulando o lazer, a cultura e o convívio social;
- c) prestar serviços de utilidade pública, integrando-se aos serviços de defesa civil, sempre que necessário;
- d) contribuir para o aperfeiçoamento profissional nas áreas de atuação dos jornalistas e radialistas, de conformidade com a legislação profissional vigente;
- e) permitir a capacitação dos cidadãos no exercício do direito de expressão da forma mais acessível possível.

II – respeitar e atender aos seguintes princípios:

- a) preferência das finalidades educativas, artísticas, culturais e informativas em benefício do desenvolvimento geral da comunidade;
- b) promoção das atividades artísticas e jornalísticas na comunidade e da integração dos membros da comunidade atendida;
- c) respeito aos valores éticos e sociais da pessoa e da família, favorecendo a integração dos membros da comunidade atendida;
- d) não discriminação de raça, religião, sexo, preferências sexuais, convicção político-ideológico-partidário e condição social nas relações comunitárias;

§1º É vedado o proselitismo de qualquer natureza, assim como qualquer discriminação política, filosófica, racial, religiosa, sexual de gênero ou de qualquer natureza na admissão dos associados;

§2º Será obrigatória a pluralidade de opiniões e versão, de forma simultânea em matérias polêmicas, na programação opinativa e informativa, divulgando, sempre, as diferentes interpretações relativas aos fatos noticiados;

§3º Qualquer cidadão da comunidade beneficiada terá direito a emitir opiniões sobre quaisquer assuntos abordados na programação da emissora, bem como manifestar idéias, propostas, sugestões, reclamações ou reivindicações, devendo apenas observar o momento adequado da programação para fazê-lo, mediante pedido encaminhado à direção responsável pela Rádio Comunitária.

Art. 3º - Os dirigentes e associados não responderão, nem mesmo subsidiariamente, pelas obrigações contraídas pela Entidade, ressalvados os casos em que os dirigentes responderão por comprovada culpa no desempenho de suas funções.

Art.4º- A receita da Associação Comunitária de Caçu será utilizada, única e exclusivamente, para a consecução de suas finalidades institucionais e não será admitida a remuneração de seus dirigentes pelo exercício de suas funções, bem como a distribuição de lucros (sobras), dividendos, vantagens ou bonificações a qualquer dos seus associados ou dirigentes.

## II - DOS ASSOCIADOS

Art. 5º - Serão admitidos como associados de forma gratuita todas as pessoas físicas e jurídicas sem fins lucrativos que tenham preenchido formulário próprio, com residência ou sede neste Município, desde que se comprometam a respeitar as disposições deste Estatuto.



**CARTÓRIO DE REGISTRO DE IMÓVEIS, 1º TABELIONATO DE NOTAS,  
REG. DE TÍTULOS E DOCUMENTOS E DE PESSOAS  
JURÍDICAS E PROTESTO DE TÍTULOS**

**Oldack Musa dos Santos**  
Tabelião e Oficial Vitalício  
Rua José Reinaldo Vieira nº 1.291, Lot. Municipal - Caçu-GO - CEP: 75.813-000  
Fone: (64) 3658-1987 - CNPJ 02.751.396/0001-07

A presente fotocópia é reprodução fiel do documento original  
que me foi apresentado. (Decreto Lei nº 2.148/40, art. 2º)

Dou Fé. Caçu - GO, 09 de outubro de 2014.

00831405210901026600853

Em testemunho *[assinatura]* da verdade

*[assinatura]*  
Sibelle Marques de Oliveira Garcia - Escrevente







Art. 6º - A Associação Comunitária e Cultural de Caçu será composta pelas seguintes categorias de associados:

I – Fundadores – formada por todos aqueles que assinaram a ata de fundação.

II – Contribuintes ou Efetivos – Aqueles que filiarem após a fundação, pessoas físicas ou jurídicas sem fins lucrativos.

III – Honorários – Aqueles que prestaram ou prestam relevantes serviços à Associação Comunitária e Cultural de Caçu.

Art. 7º - As contribuições dos associados não poderão ser obrigatórias.

Art. 8º - São direitos e deveres dos associados:

- a) Os Associados pessoas físicas terão o direito de votar e serem votados desde que atendam ao disposto no §2º do art. 12.
- b) Os Associados pessoas jurídicas, através de seus representantes legais terão o direito de escolher, mediante voto, os integrantes dos órgãos deliberativos e administrativos, bem como o direito de voz e voto nas deliberações sobre a vida social da entidade, nas instâncias deliberativas existentes.
- c) Todos os Associados deverão zelar para que a entidade cumpra o seu papel na comunidade.

Art. 9º - São passíveis de punição temporária ou de exclusão definitiva do quadro social, havendo justa causa, os associados que infringirem este estatuto, desde que sua transgressão seja indicada mediante requerimento dirigido a diretoria que, frente a procedência da solicitação, deverá submetê-la à Assembléia Geral, convocada especialmente para este fim, para deliberação fundamentada, assegurado o amplo direito de defesa do associado em questão.

### III - DOS ORGÃOS E DE SEU FUNCIONAMENTO

Art. 10 - São órgãos da Associação Comunitária e Cultural de Caçu:

- a) Assembléia Geral;
- b) Diretoria;
- c) Conselho Fiscal;
- d) Conselho Comunitário

Art. 11 - A Assembléia Geral, órgão máximo de deliberação da Associação Comunitária e Cultural de Caçu, será composta por seus associados, e ocorrerá ordinariamente a cada ano, na segunda quinzena do mês de janeiro para avaliação e prestação de contas da Diretoria, discussão e aprovação de planos, projetos e assuntos gerais. Deverá ordinariamente, ocorrer a cada dois anos para eleição da Diretoria, Conselho Comunitário e do Conselho Fiscal e extraordinariamente poderá ser convocada para destituição dos dirigentes e alteração estatutária, respeitando-se o disposto no §1º.

§ 1º - A AG poderá ser convocada extraordinariamente pela maioria da diretoria, por um terço dos associados fundadores ou, no mínimo, um quinto dos associados (colaboradores ou efetivos), para discussão e decisão relativa a assuntos de interesse geral. Quando a deliberação se relacionar a destituição de dirigentes ou alteração estatutária será exigido o voto concorde de dois terços dos presentes à Assembléia especialmente convocada para esse fim, não podendo ela deliberar, em primeira convocação, sem a maioria absoluta dos associados, ou com pelo menos de um terço nas convocações seguintes.

§2º - A convocação deverá ser feita com antecedência mínima de oito dias, através de edital ou comunicado afixado na sede da Associação Comunitária e Cultural de Caçu, bem como na sede das entidades que compõem o Conselho Comunitário e com divulgação através de pelo menos quatro chamadas diárias durante a programação da emissora, devendo conter data, hora, local e pauta da reunião.



**CARTÓRIO DE REGISTRO DE IMÓVEIS, 1º TABELIONATO DE NOTAS,  
REG. DE TÍTULOS E DOCUMENTOS E DE PESSOAS  
JURÍDICAS E PROTESTO DE TÍTULOS**

**Oldack Musa dos Santos**  
Tabelião e Oficial Vitalício  
Rua José Reinaldo Vieira nº 1.201, Lot. Municipal - Caçu-GO - CEP: 75.813-000  
Fone: (64) 3656-1067 - CNPJ 02.751.386/0001-67

A presente fotocópia é reprodução fiel do documento original  
que me foi apresentado. (Decreto Lei nº 2.148/40, art. 2º)

Dou Fe. Caçu - GO, 09 de outubro de 2014.

00831405210901026000854

Em testemunha  da verdade

  
Sibelle Marques de Oliveira Garcia - Escrevente







§3º - A AG deliberará em primeira convocação somente com metade mais um dos associados aptos a votar e, em segunda convocação, trinta minutos após com qualquer número de associados aptos a votar, respeitadas as disposições dispostas na letra "a" do art. 8º e §1º do art. 11.

§4º - A AG convocada para fins eleitorais, alienação de bens imóveis ou móveis ou extinção da entidade, deverá ser convocada com trinta dias de antecedência e, deliberará conforme este estatuto, mediante voto dos associados em dia com suas obrigações sociais filiados a pelo menos seis meses, respeitadas as disposições dispostas na letra "a" do art. 8º e §1º e 2º do art. 11.

**Art. 12 - A Diretoria da Associação Comunitária e Cultural de Caçu, órgão executivo e administrativo, será composta por um Diretor Presidente, um Diretor Administrativo, um Diretor de Operações, um Diretor Cultural e um Diretor Marketing, todos com suplentes, eleitos em Assembléia Geral para um mandato de 02 (dois) anos, permitida uma (01) única reeleição.**

§1º - A Diretoria da Associação Comunitária e Cultural de Caçu poderá ser substituída, para finalização do mandato, no todo ou em parte, mediante decisão em Assembléia Geral, respeitadas as disposições dispostas na letra "a" do art. 8º e §1º e 2º do art. 11.

§ 2º - Apenas farão parte da Diretoria, brasileiros natos ou naturalizados há mais de 10 (dez) anos e maiores de 18 anos ou emancipados, cujas residências sejam situadas na área da comunidade atendida e ainda, tais dirigentes não poderão estar no exercício de mandato eletivo que lhes assegure imunidade parlamentar ou função da qual decorra foro especial.

**Art. 13 - São atribuições:**

**I) Da Diretoria:**

- a) Administrar e superintender os trabalhos e o patrimônio da entidade.
- b) Convocar as reuniões e Assembléias Gerais;
- c) Representar a Associação Comunitária e Cultural de Caçu em atos públicos ou internos.
- d) Realizar todos os atos necessários ao desenvolvimento da Associação Comunitária e Cultural de Caçu
- e) Apresentar relatório anual a Assembléia Geral, acerca do Balanço Patrimonial e o Relatório de Atividades;
- f) Prestar as contas ao final de cada exercício financeiro.
- g) Desenvolver e promover o intercâmbio com a comunidade e entidades afins
- h) Criar e instalar serviços e Departamentos para a realização e desenvolvimentos das finalidades da entidade;
- i) Alienar, decidir sobre aquisição e constituir ônus sobre bens móveis e imóveis mediante autorização da Assembléia Geral após ouvir o Conselho Fiscal;

**II) De cada dirigente:**

- a) Ao Diretor Presidente compete: representar a Associação Comunitária e Cultural de Caçu, passiva e ativa, judicial e extrajudicialmente, coordenar e presidir as reuniões da diretoria; assinar contratos, ajustes ou convênios de interesse da associação, movimentar conta bancária conjunta da entidade com o Diretor Administrativo, votar e deter o voto de desempate nas deliberações da diretoria e em Assembléia Geral; praticar todos os atos necessários à administração da entidade, organizar seus serviços e Departamentos; participar e presidir às reuniões do Conselho Comunitário;
- b) Ao Diretor Administrativo compete: gerir as atividades administrativas e financeiras da entidade, dirigir e supervisionar todos os serviços de escritório da associação, assinar conta conjunta com o Diretor Presidente e assinar todos documentos concernentes a vida financeira da Associação Comunitária e Cultural de Caçu, secretariar as reuniões da diretoria, lavrar as atas, ter sob sua guarda os livros, atas e pareceres da entidade, todos os documentos relativos a tesouraria e secretaria, manter disponível e atualizado o ato que estabeleceu a composição do



**CARTÓRIO DE REGISTRO DE IMÓVEIS, 1º TABELIONATO DE NOTAS,  
REG. DE TÍTULOS E DOCUMENTOS E DE PESSOAS  
JURÍDICAS E PROTESTO DE TÍTULOS**

**Oldack Musa dos Santos**  
Tabelião e Oficial Vitalício  
Rua José Reinaldo Vieira nº 1.201, Lof. Municipal - Caçu-GO - CEP: 75.813-000  
Fone: (64) 3656-1067 - CNPJ 02.751.386/0001-87

A presente fotocópia é reprodução fiel do documento original  
que me foi apresentado. (Decreto Lei nº 2.148/40, art. 2º)

Dou Fé. **Caçu - GO, 09 de outubro de 2014.**

00831405210901026000855

Em testemunho *[assinatura]* da verdade

*[assinatura]*  
**Sibelle Marques de Oliveira Garcia - Escrevente**







Conselho Comunitário, dirigir e supervisionar os serviços da tesouraria e da secretaria, bem como organizar e manter a escrituração do movimento econômico financeiro da entidade;

- c) Ao Diretor de Operações compete: implementar e supervisionar todos os aspectos concernentes a execução do serviço de radiodifusão comunitária, relativamente aos seus aspectos legais, técnicos e qualitativos, gerir os recursos advindos de patrocínio sob forma de apoio cultural, bem como supervisionar e ter sob sua guarda todo o patrimônio considerado no âmbito das operações relativas ao serviço de radiodifusão; promover a integração da comunidade com o serviço prestado;
- d) Ao Diretor Cultural compete: implementar e supervisionar a área artístico e cultural da entidade dando cumprimento ao que determina a legislação.
- e) Ao Diretor de Marketing compete: buscar a inovação da programação da emissora e apoio financeiro na forma da legislação para a manutenção da entidade.
- f) **Aos Suplentes caberá substituir seus titulares em caso de impedimento ou vacância.**

Art. 14 – Ao Conselho Fiscal, eleito em Assembléia Geral para mandato igual ao da Diretoria, será composto de 03 membros e 03 suplentes com competência para fiscalizar e aprovar balanços, balancetes e prestação de contas e manifestar sobre alienações de bens da entidade.

Art. 15 - O Conselho Comunitário, eleito em Assembléia Geral para mandato igual ao da Diretoria, será composto por, no mínimo, cinco pessoas, com suplentes, representantes de entidades da comunidade local, tais como associações de classe, beneméritas, religiosas ou de moradores, desde que legalmente instituídas, com o objetivo de acompanhar a programação da emissora, com vista ao atendimento do interesse exclusivo da comunidade.

Parágrafo único - O Conselho Comunitário deverá organizar-se através de seu regimento interno e cumprirá as atribuições definidas pela legislação vigente sobre o serviço de radiodifusão comunitária, devendo encaminhar ao Ministério das Comunicações, anualmente, sempre no aniversário da outorga, relatório resumido contendo a descrição da grade de programação, bem como sua avaliação.

#### IV - DAS ELEIÇÕES

Art. 16 - As chapas para a diretoria estarão aptas, se entregues até quinze dias antes da Assembléia Geral de eleição, por requerimento à Comissão eleitoral, acompanhada de nominata completa e pelo devido expresse consentimento de seus membros bem como do referendado de, no mínimo, um décimo de associados aptos a votar.

§1º - É vedada a participação de associados em mais de uma chapa, bem como o voto cumulativo ou por procuração.

§2º - A diretoria será formada pela chapa que alcançar a maioria dos votos ou de acordo com a proporcionalidade dos votos obtidos por cada chapa, desde que obtido o mínimo de vinte por cento dos votos válidos totalizados no processo eleitoral. A escolha do critério para contagem será decidida no início da AG.

#### V - DA PROGRAMAÇÃO

Art. 17 - A programação da emissora, deverá respeitar todos os princípios e normas dispostas na legislação vigente no território nacional sobre radiodifusão comunitária.

Parágrafo Único - Será vedada a transferência da outorga e a formação de redes, excetuadas as situações de guerra, calamidade pública, epidemias e as transmissões obrigatórias dos Poderes Executivo, Judiciário e Legislativo, definidas em leis. Também será vedada a cessão ou arrendamento da emissora do Serviço de Radiodifusão Comunitária ou de horários de sua programação.

#### VI - DA RECEITA E DO PATRIMÔNIO



**CARTÓRIO DE REGISTRO DE IMÓVEIS, 1º TABELIONATO DE NOTAS,  
REG. DE TÍTULOS E DOCUMENTOS E DE PESSOAS  
JURÍDICAS E PROTESTO DE TÍTULOS**

**Oldack Musa dos Santos**

Tabelião e Oficial Vitalício  
Rua José Reinaldo Vieira nº 1.201, Lot. Municipal - Caçu-GO - CEP: 75.813-000  
Fone: (64) 3656-1067 - CNPJ 02.751.386/0001-07

A presente fotocópia é reprodução fiel do documento original  
que me foi apresentado. (Decreto Lei nº 2.148/40, art. 2º)

Dou Fé. **Caçu - GO, 09 de outubro de 2014.**

00831405210901026000856

Em testemunho *[assinatura]* da verdade.

*[assinatura]*  
**Sibelle Marques de Oliveira Garcia - Escrevente**







Art. 18 - O Patrimônio e Receita da Associação Comunitária e Cultural de Caçu será composto pelas contribuições sociais definidas pela Assembléia Geral, pelas doações, auxílios e subvenções, pelos bens móveis ou imóveis, pelas rendas e juros de depósitos bancários e aplicação financeira, pelos saldos de exercícios financeiros anteriores transferidos para a conta patrimonial, por valores advindos de suas atividades comunitárias, bem como por aqueles decorrentes do patrocínio sob forma de apoio cultural.

Parágrafo Único - Toda receita ou despesa deverá ser aprovada pela diretoria e nenhum membro de seu quadro diretivo será remunerado.

## VII - DA REFORMA DO ESTATUTO E DA DISSOLUÇÃO

Art. 19 - Este estatuto poderá ser reformado, no todo ou em parte, por deliberação da Assembléia Geral Extraordinária, especialmente convocada para este fim, sendo exigido o voto concorde de dois terços dos presentes à Assembléia, não podendo ela deliberar, em primeira convocação, sem a maioria absoluta dos associados, ou com pelo menos de um terço nas convocações seguintes.

Art. 20 - A dissolução da Associação Comunitária e Cultural de Caçu ocorrerá segundo decisão de Assembléia Geral, e o remanescente de seu patrimônio líquido, será destinado a entidade de fins não econômicos congênere, definida na Assembléia e nos termos do art. 61, parágrafos 1º e 2º, do Código Civil Brasileiro.

## VIII - DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 21 - Os casos omissos neste estatuto serão resolvidos pela diretoria, com recurso a AG, pelo associado que se achar prejudicado.

Art. 22 - Esta alteração estatutária entra em vigor imediatamente após sua provação.

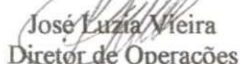
Caçu, 20 de setembro de 2014.



  
Wellington Tavares Paranaíba  
Diretor Presidente

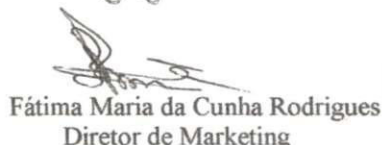
  
João Batista Costa Nascimento  
Diretor Administrativo



  
José Luzia Vieira  
Diretor de Operações



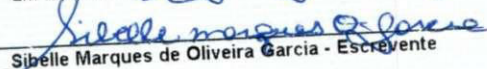
  
Nely de Castro Moraes  
Diretor Cultural

  
Fátima Maria da Cunha Rodrigues  
Diretor de Marketing



CARTÓRIO DE REGISTRO DE IMÓVEIS, 1º TABELIONATO DE NOTAS,  
REG. DE TÍTULOS E DOCUMENTOS E DE PESSOAS  
JURÍDICAS E PROTESTO DE TÍTULOS  
Oldack Musa dos Santos  
Tabelião e Oficial Vitalício  
Rua José Reinaldo Vieira nº 1.201, Lot. Municipal - Caçu-GO - CEP: 75.813-000  
Fone: (64) 3656-1067 - CNPJ 02.751.388/0001-07

A presente fotocópia e reprodução fiel do documento original  
que me foi apresentado. (Decreto Lei nº 2.148/40, art. 2º)  
Dou Fé. Caçu - GO, 09 de outubro de 2014.  
00831405210901026000857  
Em testemunho da verdade

  
Sibelle Marques de Oliveira Garcia - Escrevente



**CARTÓRIO DE REGISTRO DE IMÓVEIS, 1º TABELIONATO DE NOTAS, REG. DE TÍTULOS E DOCUMENTOS E DE PESSOAS JURÍDICAS E PROTESTO DE TÍTULOS**  
Oldack Musa dos Santos  
Tabelião e Oficial Vitalício  
Rua José Reinaldo Vieira nº 1.201, Lot. Municipal - Caçu-GO - CEP: 75.813-000  
Fone: (64) 3656-1067 - CNPJ 02.751.386/0001-07

Reconheço por **SEMELHANÇA** as assinaturas de WELLINGTON TAVARES PARANAÍBA e JOÃO BATISTA COSTA NASCIMENTO. são ao exemplar existente em meu arquivo.  
Dou Fé. Caçu - GO, 08 de outubro de 2014.  
Em test. *Sibelle Marques de Oliveira Garcia* da verdade.  
00831405210901023002781 e 00831405210901023002784  
*Sibelle Marques de Oliveira Garcia*  
Sibelle Marques de Oliveira Garcia - Escrevente



**CARTÓRIO DE REGISTRO DE IMÓVEIS, 1º TABELIONATO DE NOTAS, REG. DE TÍTULOS E DOCUMENTOS E DE PESSOAS JURÍDICAS E PROTESTO DE TÍTULOS**  
Oldack Musa dos Santos  
Tabelião e Oficial Vitalício  
Rua José Reinaldo Vieira nº 1.201, Lot. Municipal - Caçu-GO - CEP: 75.813-000  
Fone: (64) 3656-1067 - CNPJ 02.751.386/0001-07

Reconheço por **SEMELHANÇA** as assinaturas de JOSÉ LUZIA VIEIRA, NELY DE CASTRO MORAIS e FÁTIMA MARIA DA CUNHA RODRIGUES. são ao exemplar existente em meu arquivo.  
Dou Fé. Caçu - GO, 08 de outubro de 2014.  
Em test. *Sibelle Marques de Oliveira Garcia* da verdade.  
00831405210901023002787, 00831405210901023002790 e 00831405210901023002793  
*Sibelle Marques de Oliveira Garcia*  
Sibelle Marques de O. Garcia - Escrevente

**CARTÓRIO DE REGISTRO DE IMÓVEIS, 1º TABELIONATO DE NOTAS, REG. DE TÍTULOS E DOCUMENTOS E DE PESSOAS JURÍDICAS E PROTESTO DE TÍTULOS**  
Oldack Musa dos Santos  
Tabelião e Oficial Vitalício  
Rua José Reinaldo Vieira nº 1.201, Lot. Municipal - Caçu-GO - CEP: 75.813-000  
Fone: (64) 3656-1067 - CNPJ 02.751.386/0001-07

**PESSOAS JURÍDICAS - Livro A**

Apresentado hoje para AVERBAÇÃO no Livro A, protocolizado e digitalizado sob o nº 6.735, e registrado sob o nº 83. Dou fe Caçu-GO 09/10/2014. Emolumentos: R\$ 40.70 Taxa Jud.: R\$ 11.00  
TOTAL: R\$ 51,70

Selo Digital: 00831401231318111000001  
*Sibelle Marques de Oliveira Garcia*  
Sibelle Marques de Oliveira Garcia - Escrevente

**CARTÓRIO DE REGISTRO DE IMÓVEIS, 1º TABELIONATO DE NOTAS, REG. DE TÍTULOS E DOCUMENTOS E DE PESSOAS JURÍDICAS E PROTESTO DE TÍTULOS**  
Oldack Musa dos Santos  
Tabelião e Oficial Vitalício  
Rua José Reinaldo Vieira nº 1.201, Lot. Municipal - Caçu-GO - CEP: 75.813-000  
Fone: (64) 3656-1067 - CNPJ 02.751.386/0001-07

A presente fotocópia e reprodução fiel do documento original que me foi apresentado. (Decreto Lei nº 2.148/40, art. 2º)  
Dou Fé. Caçu - GO, 09 de outubro de 2014.  
00831405210901026000858  
Em testemunho *Sibelle Marques de Oliveira Garcia* da verdade  
*Sibelle Marques de Oliveira Garcia*  
Sibelle Marques de Oliveira Garcia - Escrevente






 **Menu Principal** ▾

**BOA NOITE**  
**WELLINGTON TAVARES PARANAIBA**

**Sistemas**  
**Interativos**

BOLETO »» **Nada Consta** | [menu](#) [ajuda](#)



## **CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS DE RECEITAS ADMINISTRADAS PELA ANATEL**

**Nome:** ASSOCIACAO COMUNITARIA E CULTURAL DE CACU  
**CNPJ:** 02.896.548/0001-97

Certificamos que não constam, até esta data, pendências em seu nome, relativas às receitas administradas pela Anatel, ressalvado o direito desta agência de cobrar quaisquer dívidas de responsabilidade do contribuinte acima que vierem a ser apuradas.

Esta certidão refere-se exclusivamente à situação do contribuinte no âmbito desta agência, não constituindo, por conseguinte, prova de inexistência de débitos inscritos em Dívida Ativa da União, administrados pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional.

Emitida às 18:05:09 do dia 07/10/2014 (hora e data de Brasília).

Válida até 06/11/2014.

Certidão expedida gratuitamente.



A presente fotocópia é reprodução fiel do documento original  
que me foi apresentado. (Decreto Lei nº 2.148/40, art. 2º)

Dou Fé. Caçu - GO, 09 de outubro de 2014.

00831405210901026800849

Em testemunho da verdade.

*Sibelle Marques de Oliveira Garcia*  
Sibelle Marques de Oliveira Garcia - Escrevente

## ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA E CULTURAL DE CAÇU

Rádio Morada dos Sonhos FM 87,9

[www.moradadossonhosfm879.com.br](http://www.moradadossonhosfm879.com.br)

"DA COMUNIDADE PARA A COMUNIDADE"

Entidade comunitária, sem fins lucrativos conf. Lei nº 9.612/98 e de utilidade pública municipal Leinº 1667/2010

CNPJ Nº 02896548/0001-97 - FONE 64-3656-1499 - E-mail: [moradadossonhos@hotmail.com](mailto:moradadossonhos@hotmail.com)

Rua Manoel Carneiro Guimarães, nº 699 - Bairro Morada dos Sonhos - CEP 75813-000 - Caçu - Goiás

Cópia da ata da Eleição da Diretoria do Biênio 2014/2016 lavrada no livro de Atas da Associação Comunitária e Cultural de Caçu, às fls verso da 7 e folha 8. "Ata dos trabalhos da mesa apuradora das eleições para a Diretoria Executiva, conselho fiscais e conselho comunitário e suplentes, da associação comunitária e cultural de Caçu-GO, realizadas à 17:00 (dezessete) horas, do dia 02 (dois) do mês de Agosto de 2014, na sede da Rádio Morada dos sonhos, situada na Rua Manoel Carneiro Guimarães, Nº699, setor Morada dos Sonhos, Caçu-GO. Sob a Presidência do Sr. Jair Nunes de Freitas, e como a secretária a senhorita Vanessa Bento de Oliveira, designados previamente pela diretoria, instalou-se a mesa apuradora de votos da eleição realizada em 1ª (primeira) convocação, conforme edital, no dia 02 (dois) de agosto, para provimento dos cargos da diretoria executiva dos conselheiros e suplentes desta Associação. Ao iniciar os trabalhos, após cumprir as formalidades de costumes, o presidente da mesa mandou que fosse conferida a folha de votação, a fim de constatar a existência de quorum "Estatutário, tendo comparecido e votado (vinte) associados votantes, sendo que todos os votantes estavam aptos a votar. Constatada a integralidade da urna, foi então aberta, dando-se início, à contagem dos votos. Continha na urna única (vinte) cédulas. Feita a apuração obteve-se o seguinte resultado: Por unanimidade (vinte) votos, a chapa única foi eleita, que é composta da seguinte forma: Diretoria Executiva: Diretor presidente: Wellington Tavares Paranaíba, Suplente: Jesusmar Nunes da Silva - Diretor administrativo: João Batista Costa Nascimento, Suplente: José da Fonseca Peres - Diretor de operações: José Luzia Viera, Suplente: Plínio Silva - Diretor de cultura: Neli de Castro Moraes, Suplente: Leonides Dolores Machado - Diretor de marketing: Fátima Maria da cunha Rodrigues, Suplente: Sebastião Nunes Sousa. Conselho Fiscal - Membros efetivos: Sergio Candido de Castro, Divino Nunes Moreira, José Divino Guimarães, Suplente: Altivo Domingos de Freitas, Dezair Alves Pereira, Gilson da Fonseca Peres - Conselho Comunitário - representando a ACIC: Elias Rodrigues da Fonseca, Suplente: Elaine Aparecida da Silva - Representando o Arraial dos Amigos: Celso Batista Pacheco, Suplente: Divina Moura Paula Pacheco - Representando Caçu Esporte Clube: Joveci Rodrigues de Queiroz Cabral, Suplente: Reni Donizete da Silva - Representando o Sindicato Rural: Adelmo Barbosa de Freitas, Suplente: Lazaro de Freitas Pinto - Representando o Sindicato dos trabalhadores: Maria Jose Malta, Suplente:



Iraides Borges da Silva. Não houve protesto ou ocorrência especial, e nada mais havendo a tratar, deu o Sr. Presidente da mesa por encerrada a reunião, da qual lavrei a presente ATA, que após lida será assinada por todos os presentes e pelos componentes da mesa apuradora. (assinado) Vanêssa Bento de Oliveira, Jair Nunes de Freitas, Wellington Tavares Paranaíba, João Batista Costa Nascimento, Vany Nunes de Freitas Júnior, Wagner Vicente da Silva". Era tudo o que continha.

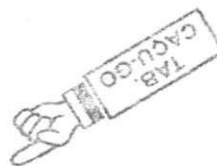


Caçu, 04 de agosto de 2014



Wellington Tavares Paranaíba

Presidente



João Batista Costa Nascimento

Diretor administrativo

CARTÓRIO DE REGISTRO DE IMÓVEIS, 1º TABELIONATO DE NOTAS,  
REG. DE TÍTULOS E DOCUMENTOS E DE PESSOAS  
JURÍDICAS E PROTESTO DE TÍTULOS  
Oldack Musa dos Santos  
Tabelião e Oficial Vitalício  
Rua José Reinaldo Vieira nº 1.201, Lote Municipal - Caçu-GO - CEP: 75.813-000  
Fone: (64) 3658-1067 - CNPJ 02.751.388/0001-07

Reconheço por **SEMELHANÇA** as assinaturas de  
WELLINGTON TAVARES PARANAÍBA e JOÃO BATISTA  
COSTA NASCIMENTO, são ao exemplar existente em meu  
arquivo.

Dou Fé. Caçu - GO, 18 de setembro de 2014.  
Em test<sup>o</sup> da verdade  
00831405210901023002075 e 00831405210901023002077

*Sibelle Marques de Oliveira Garcia*  
Sibelle Marques de Oliveira Garcia - Escrevente



CARTÓRIO DE REGISTRO DE IMÓVEIS, 1º TABELIONATO DE NOTAS,  
REG. DE TÍTULOS E DOCUMENTOS E DE PESSOAS  
JURÍDICAS E PROTESTO DE TÍTULOS  
Oldack Musa dos Santos  
Tabelião e Oficial Vitalício  
Rua José Reinaldo Vieira nº 1.201, Lote Municipal - Caçu-GO - CEP: 75.813-000  
Fone: (64) 3658-1067 - CNPJ 02.751.388/0001-07

TÍTULOS E DOCUMENTOS - Livro B

Apresentado hoje para REGISTRO no Livro B, protocolizado e  
digitalizado sob o nº 6.725, e registrado sob o nº 4.613. Dou fé  
Caçu-GO 18/09/2014. Emolumentos: R\$ 20,96 Taxa Jud.: R\$ 11,01  
TOTAL: R\$ 31,96

Selo Digital: 00831310021732084000114

*Sibelle Marques de Oliveira Garcia*  
Sibelle Marques de Oliveira Garcia - Escrevente



CARTÓRIO DE REGISTRO DE IMÓVEIS, 1º TABELIONATO DE NOTAS,  
REG. DE TÍTULOS E DOCUMENTOS E DE PESSOAS  
JURÍDICAS E PROTESTO DE TÍTULOS  
Oldack Musa dos Santos  
Tabelião e Oficial Vitalício  
Rua José Reinaldo Vieira nº 1.201, Lote Municipal - Caçu-GO - CEP: 75.813-000  
Fone: (64) 3658-1067 - CNPJ 02.751.388/0001-07

A presente fotocópia é reprodução fiel do documento original  
que me foi apresentado. (Decreto Lei nº 2.148/40, art. 2º)

Dou Fé. Caçu - GO, 09 de outubro de 2014.

00831405210901026000850

Em testemunho, da verdade

*Sibelle Marques de Oliveira Garcia*  
Sibelle Marques de Oliveira Garcia - Escrevente





Ata da Assembleia Geral Extraordinária do dia 20/09/2014.

Ata da Assembleia Geral Extraordinária do dia 20 (vinte) de setembro de dois mil e quatorze (2014), convocada com o fim específico de promover mudanças no Estatuto da Associação Comunitária e Cultural de Caçu, devido solicitação do Ministério das Comunicações. O senhor Presidente Wellington Tavares Paranaíba abriu a Assembleia às 20h00 horas com o quórum exigido pelo artigo 19 do Estatuto em vigor, agradeceu a todos os presentes e fez uma explanação das mudanças efetuadas nos artigos 5, 7, 8, 12, 13 e 22, salientando que a partir de agora as contribuições dos sócios não mais poderão ser obrigatórias. Após as informações julgadas necessárias o senhor Presidente colocou as mudanças sugeridas em discussão. Uma vez encerrada as discussões as mudanças foram submetidas uma a uma a votação, sendo todas aprovadas por unanimidade dos presentes. Terminada a Ordem do Dia o senhor Presidente agradeceu a presença de todos e pediu que todos aguardassem para assinar a Ata da Assembleia e deu por encerrada a mesma. Eu, João Batista Costa Nascimento, Diretor Administrativo, fiz lavrar esta Ata que vai por mim assinada e por todos os presentes.

Caçu (GO), 21 de setembro de 2014.

TAB.  
CAÇU-GO

TAB.  
CAÇU-GO

*João Batista Costa Nascimento*

João Batista Costa Nascimento

Diretor Administrativo

*Wellington Tavares Paranaíba*

Wellington Tavares Paranaíba

Diretor Presidente



CARTÓRIO DE REGISTRO DE IMÓVEIS, 1º TABELIONATO DE NOTAS,  
REG. DE TÍTULOS E DOCUMENTOS E DE PESSOAS  
JURÍDICAS E PROTESTO DE TÍTULOS

Oldack Musa dos Santos  
Tabelião e Oficial Vitalício

Rua José Reinaldo Vieira nº 1.201, Lot. Municipal - Caçu-GO - CEP: 75.813-000  
Fone: (64) 3656-1067 - CNPJ 02.751.386/0001-07

Reconheço por **SEMELHANÇA** as assinaturas de JOÃO  
BATISTA COSTA NASCIMENTO e WELLINGTON TAVARES  
PARANAÍBA, são ao exemplar existente em meu arquivo  
Dou Fé. Caçu - GO, 08 de outubro de 2014.

Em test. *Sibelle Marques de Oliveira Garcia* da verdade  
00831405210901023002796 e 00831405210901023002796

*Sibelle Marques de Oliveira Garcia* - Escrevente



CARTÓRIO DE REGISTRO DE IMÓVEIS, 1º TABELIONATO DE NOTAS,  
REG. DE TÍTULOS E DOCUMENTOS E DE PESSOAS  
JURÍDICAS E PROTESTO DE TÍTULOS

Oldack Musa dos Santos  
Tabelião e Oficial Vitalício

Rua José Reinaldo Vieira nº 1.201, Lot. Municipal - Caçu-GO - CEP: 75.813-000  
Fone: (64) 3656-1067 - CNPJ 02.751.386/0001-07

TÍTULOS E DOCUMENTOS - LIVRO B

Apresentado hoje para REGISTRO no Livro B, protocolizado e  
digitalizado sob o nº 5.736, e registrado sob o nº 4.622. Dou fé.  
Caçu-GO 09/10/2014. Emolumentos: R\$ 16.03 Taxa Jud.: R\$ 11.80  
TOTAL: R\$ 27,83

Selo Digital: 00831310021732094000119

*Sibelle Marques de Oliveira Garcia* - Escrevente



CARTÓRIO DE REGISTRO DE IMÓVEIS, 1º TABELIONATO DE NOTAS,  
REG. DE TÍTULOS E DOCUMENTOS E DE PESSOAS  
JURÍDICAS E PROTESTO DE TÍTULOS

Oldack Musa dos Santos  
Tabelião e Oficial Vitalício

Rua José Reinaldo Vieira nº 1.201, Lot. Municipal - Caçu-GO - CEP: 75.813-000  
Fone: (64) 3656-1067 - CNPJ 02.751.386/0001-07

A presente fotocopia e reprodução fiel do documento original  
que me foi apresentado. (Decreto Lei nº 2.148/40, art. 2º)  
Dou Fé. Caçu - GO, 09 de outubro de 2014.

00831405210901026000848  
Em testemunho *Sibelle Marques de Oliveira Garcia* da verdade

*Sibelle Marques de Oliveira Garcia* - Escrevente



**Diretor Presidente:** Wellington Tavares Paranaíba

**CPF:** 253.038.721-49 **RG:** 1609158 SSPGO

**Suplente:** Jesusmar Nunes da Silva

**CPF:** 435.769.236-91 **RG:** 1193759 SSPGO

---

**Diretor Administrativo:** João Batista Costa Nascimento

**CPF:** 220.159.901-78 **RG:** 1187181 SSPGO

**Suplente:** José da Fonseca Peres

**CPF:** 041.487.381-53 **RG:** 1541952 2º via SSPGO

---

**Diretor de Operações:** José Luzia Vieira

**CPF:** 077.228.181-53 **RG:** 294243 SSPGO

**Suplente:** Plínio Silva

**CPF:** 044.588.261-15 **RG:** 137240 SSPGO

---

**Diretor de cultura:** Neli de Castro Moraes

**CPF:** 370.135.721-87 **RG:** 2302417 SSPGO

**Suplente:** Leonides Dolores Machado

**CPF:** 016.700.261-91 **RG:** 298822 2º via SSPGO

---

**Diretor de Marketing :** Fátima Maria da Cunha Rodrigues

**CPF:** 597.401.241-00 **RG:** 2209149 DGPCGO

**Suplente:** Sebastião Nunes Sousa

**CPF:** 134.434.881-53 **RG:** 616987 2º via



**CTC**

NASCIMENTO 30.07.65 253 438 721 49

IDENTIFICANTE

**WELLINGTON TAVARES PARANAIBA**

SECRETARIA DE DEFESA PÚBLICA



COMARCA DE CAÇU - ESTADO DE GOIÁS  
TABELIONATO 1º DE NOTAS  
A presente Fotocópia é reprodução  
Fiel do documento original que  
que me foi apresentado.

CACU. 24/06/2012

- ☐ OLDACK MUSA DOS SANTOS - TAB
- ☐ MARISTELA SOUSA C. PARANAIBA - ESCRV
- ☐ MISSE SOUSA CARVALHO - ESCRV
- ☐ ÂNGELA DE CASTRO DOS SANTOS - ESCRV

**Sheila de Castro Santos Pessoa**  
Escrevente



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

ESTADO DE GOIÁS  
SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA  
DIVISÃO DE IDENTIFICAÇÃO

PROTESTO Nº 11609-158

**WELLINGTON TAVARES PARANAIBA**

filho de Celso Moraes Paranaiba  
Mílson Tavares Moraes

Jatá - GO

30/07/1965

30/07/1983

VALIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL



**CARTÓRIO DE REGISTRO DE IMÓVEIS, 1º TABELIONATO DE NOTAS,  
REG. DE TÍTULOS E DOCUMENTOS E DE PESSOAS  
JURÍDICAS E PROTESTO DE TÍTULOS**

Oldack Musa dos Santos  
Tabelião e Oficial Vitalício

Rua José Reinaldo Vieira nº 1.201, Lot. Municipal - Caçu-GO - CEP: 75.813-000  
Fone: (64) 3656-1087 - CNPJ 02.751.386/0001-07

A presente fotocópia é reprodução fiel do documento original  
que me foi apresentado. (Decreto Lei nº 2.148/40, art. 2º)

Dou Fe. Caçu - GO, 09 de outubro de 2014.  
00831405210901026000867

Em testemunho da verdade

**Oldack Musa dos Santos - Tabelião**







MINISTÉRIO DA FAZENDA  
SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL  
COORDENAÇÃO DO SISTEMA DE INFORMAÇÕES ECONÔMICO-FISCAIS

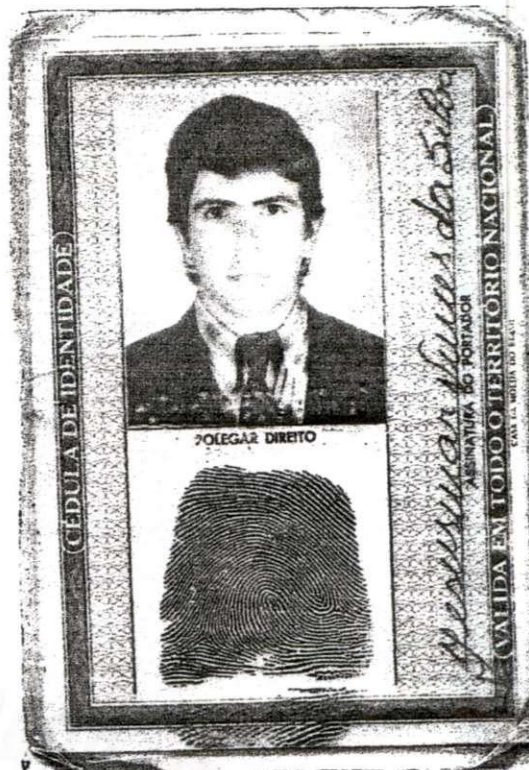
**CARTÃO DE IDENTIFICAÇÃO DO CONTRIBUINTE**

DOCUMENTO COMPROBATORIO DE INSCRIÇÃO NO  
CADASTRO DE PESSOAS FÍSICAS

VÁLIDO EM TODO TERRITÓRIO NACIONAL

ASSINATURA DO CONTRIBUINTE

*Jesusmar Nunes da Silva*



**C/C**

NASCIMENTO  
27.02.62

INSCRIÇÃO NO CPF  
435 769 236 91

CONTRIBUINTE

JESUSMAR NUNES DA SILVA

*Oldack Musa dos Santos*  
SECRETÁRIO DA RECEITA FEDERAL

*R. João Batista Gama n.º 560*



CARTÓRIO DE REGISTRO DE IMÓVEIS, 1º TABELIONATO DE NOTAS,  
REG. DE TÍTULOS E DOCUMENTOS E DE PESSOAS  
JURÍDICAS E PROTESTO DE TÍTULOS

Oldack Musa dos Santos  
Tabelião e Oficial Vitalício  
Rua José Reinaldo Vieira nº 1.201, Lot. Municipal - Caçu-GO - CEP: 75.813-000  
Fone: (64) 3656-1067 - CNPJ 02.751.386/0001-07



A presente fotocópia é reprodução fiel do documento original  
que me foi apresentado. (Decreto Lei nº 2.148/40, art 2º)

Dou Fé. Caçu - GO, 09 de outubro de 2014.

00831405210901026000866

Em testemunho da verdade

*Oldack Musa dos Santos*  
Oldack Musa dos Santos - Tabelião



(CEDULA DE IDENTIDADE)

POLEGA DIREITA

JOÃO BATISTA C. NASCIMENTO

ASSINATURA DO PORTADOR

VALIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

CASA DA MOEDA DO BRASIL

ESTADO DE GOIÁS  
SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA  
DIVISÃO DE IDENTIFICAÇÃO

REGISTRO CÍVIL

NOME: JOÃO BATISTA COSTA NASCIMENTO  
Zacarias Costa do Nascimento  
FILIAÇÃO: Dagmar Maria de Jesus  
Rio Verde - GO 01. Ago. 1957  
NATURALIDADE: 01. Fev. 1919  
CÔNUGO: Solteiro

CHEFE DA DIVISÃO DE IDENTIFICAÇÃO

VALIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

CASA DA MOEDA DO BRASIL

VÁLIDO EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

ESTE CARTÃO É O DOCUMENTO COMPROVATÓRIO DE INSCRIÇÃO NO CADASTRO DE PESSOAS FÍSICAS - CPF E DE USO OBRIGATÓRIO NOS CASOS LEGALMENTE DETERMINADOS. PARA QUALQUER ORIENTAÇÃO DE NATUREZA TRIBUTÁRIA, PROCURE A UNIDADE LOCAL DA SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL.

CARIMBO DO AGENTE RECEPTOR

237/083-2

29/12/83

BRASCO

11431/9286

APROVADO PELA INSTRUÇÃO NORMATIVA DO SRF 135/80

CIEF - 0.504

ARATÓRIO 0806 - N.º 035/81



MINISTÉRIO DA FAZENDA  
SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL  
COORDENAÇÃO DO SISTEMA DE INFORMAÇÕES  
ECONÔMICO - FISCALIS - CIEF

CIC

N.º DE INSCRIÇÃO NO CADASTRO DE PESSOAS FÍSICAS - CPF

220 159 901 78

NOME DO CONTRIBUINTE

JOÃO BATISTA COSTA NASCIMENTO

VÁLIDO ATÉ 180 DIAS A CONTAR DA DATA DO CARIMBO DO AGENTE RECEPTOR

NASCIMENTO

01/08/1.957

ASSINATURA DO CONTRIBUINTE

\*João Batista Costa Nascimento

TERA VALIDADE SOMENTE COM A APRESENTAÇÃO DA CARTERA DE IDENTIDADE

EMPRESA DOMINGOS S.A. - AVENIDA MIGUEL ESTEFNO, 354/364 - CATANDUVA - SP - C.G.C. 47.064.738/0001-86 - A



**CELG**  
DISTRIBUIÇÃO

CNPJ - 01.543.032/0001-04 INSC. EST - 100.549.420 Rua 2 Qd. A-37 S/N - Jardim Goiás - CEP 74.805-180 - Goiânia - Goiás  
www.celg.com.br

JOAO BATISTA COSTA NASCIMENTO

RUA NECA BORGES QD. 2 L.8 1021,

SETOR CENTRAL  
Cep: 75813000 CACU GO  
CACU

DATA DA EMISSÃO: 24/02/2011  
RAZÃO: 37  
REGIONAL: P25  
MEDIDOR: 1235448-1  
ROTA: 4 - 184600

13701140028586



020823

CÓDIGO DO CLIENTE

1283950

CONTA (UC)

1140028586

UNIDADE CONSUMIDORA

1140028586

VENCIMENTO

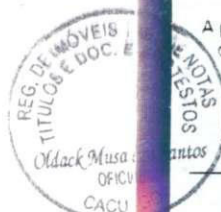
07/03/2011

ENDEREÇO DAS AGÊNCIAS DE ATENDIMENTO

DT-AGCC - AG. ATEND. DE CACU - RUA JOAO BATISTA GAMA, N. 599 SETOR CENTRAL CEP: 758



CARTÓRIO DE REGISTRO DE IMÓVEIS, 1º TABELIONATO DE NOTAS, REG. DE TÍTULOS E DOCUMENTOS E DE PESSOAS JURÍDICAS E PROTESTO DE TÍTULOS  
Oldack Musa dos Santos  
Tabelião e Oficial Vitalício  
Rua José Reinaldo Vieira nº 1.201, Lot. Municipal - Cacu-GO - CEP: 75.813-000  
Fone: (64) 3656-1067 - CNPJ 02.751.386/0001-07



A presente fotocópia é reprodução fiel do documento original que me foi apresentado. (Decreto Lei nº 2.148/40, art. 2º)

Dou Fê. Cacu - GO, 09 de outubro de 2014.

00831405210901026000864

Em testemunho da verdade

Oldack Musa dos Santos - Tabelião



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

ESTADO DE GOIÁS  
SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA  
DIVISÃO DE IDENTIFICAÇÃO

 POLSAR 018/87



*Jose da Fonseca Peres*  
ASSINATURA DO TITULAR

CARTEIRA DE IDENTIDADE

VÁLIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

REGISTRO GERAL 154.195 2ª via DATA DE EXPEDIÇÃO 10-mar-1

NOME JOSÉ DA FONSECA PERES

FILIAÇÃO Valdemar Peres de Sousa  
Adalgisa Peres da Fonsêca

NATURALIDADE Santa Vitoria-MG DATA DE NASCIMENTO 05-nov-19

C.Nas. nº 2.926 fls. 180 L.04 e  
Paranaiguara-GO, 02-mar-1959\*

DOC. ORIGEM 041.487.381-53

CPF

*Jose da Fonseca Peres*  
ASSINATURA DO DIRETOR

LEI Nº 7.116 DE 29/08/83



**CIC**

NASCIMENTO 05.11.48

INSCRIÇÃO NO CPF 041 487 381 53

CONTRIBUINTE

**JOSE FONSECA PERES**

*Jose da Fonseca Peres*  
SECRETÁRIO DA RECEITA FEDERAL

MINISTÉRIO DA FAZENDA  
SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL  
COORDENAÇÃO DO SISTEMA DE INFORMAÇÕES ECONÔMICO-FISCAIS

CARTÃO DE IDENTIFICAÇÃO DO CONTRIBUINTE

DOCUMENTO COMPROVATÓRIO DE INSCRIÇÃO NO  
CADASTRO DE PESSOAS FÍSICAS

VÁLIDO EM TODO TERRITÓRIO NACIONAL

ASSINATURA DO CONTRIBUINTE

*Jose da Fonseca Peres*



CARTÓRIO DE REGISTRO DE IMÓVEIS, 1º TABELIONATO DE NOTAS,  
REG. DE TÍTULOS E DOCUMENTOS E DE PESSOAS  
JURÍDICAS E PROTESTO DE TÍTULOS

Oldack Musa dos Santos  
Tabelião e Oficial Vitalício  
Rua José Reinaldo Vieira nº 1.201, Lot. Municipal - Caçu-GO - CEP: 75.813-000  
Fone: (64) 3656-1967 - Cx-PJ 92.751.395/0001-07

A presente fotocópia é reprodução fiel do documento original  
que me foi apresentado. (Decreto Lei nº 2.148/40, art 2º)

Dou Fe. Caçu - GO, 09 de outubro de 2014.  
00831405210901026000862

Em testemunho da verdade

*Oldack Musa dos Santos*  
Oldack Musa dos Santos - Tabelião



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL  
ESTADO DE GOIÁS  
SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA  
DIVISÃO DE IDENTIFICAÇÃO  
PROTESTO GERAL 294 243  
NOME JOSE LUZIA VIEIRA  
FILIAÇÃO Joaquim Vieira Inácio e Vitalina Felizarda de Jesus  
Estrela do Sul-GO 13/dez-1951  
NACIONALIDADE DATA DO NASCIMENTO  
GOIÁS GO 02-mai-1972  
UNIDADE DE IDENTIFICAÇÃO  
(VALIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL)

CEDULA DE IDENTIDADE  
FOTO  
FOTO  
ASSINATURA DO PORTADOR  
(VALIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL)



MINISTÉRIO DA FAZENDA  
SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL  
COORDENAÇÃO DO SISTEMA DE INFORMAÇÕES ECONÔMICO-FISCAIS  
CARTÃO DE IDENTIFICAÇÃO DO CONTRIBUINTE  
DOCUMENTO COMPROBATÓRIO DE INSCRIÇÃO NO  
CADASTRO DE PESSOAS FÍSICAS  
VÁLIDO EM TODO TERRITÓRIO NACIONAL  
ASSINATURA DO CONTRIBUINTE

CIC  
NASCIMENTO 13.12.51  
INSCRIÇÃO NO CPF 017 228 181 53  
CONTRIBUINTE JOSE LUZIA VIEIRA  
SECRETÁRIO DA RECEITA FEDERAL

CARTÓRIO DE REGISTRO DE IMÓVEIS, 1º TABELIONATO DE NOTAS,  
REG. DE TÍTULOS E DOCUMENTOS E DE PESSOAS  
JURÍDICAS E PROTESTO DE TÍTULOS  
Oldack Musa dos Santos  
Tabelião e Oficial Vitalício  
Rua José Reinaldo Vieira nº 1.201, Lot. Municipal - Cacu-GO - CEP: 75.813-000  
Fone: (64) 3656-1067 - CNPJ 02.751.386/0001-07  
A presente fotocópia e reprodução fiel do documento original  
que me foi apresentado. (Decreto Lei nº 2.148/40, art 2º)  
Dou Fé. Cacu - GO, 09 de outubro de 2014.  
00831405210901026000868  
Em testemunho da verdade  
Oldack Musa dos Santos - Tabelião





**CARTÃO DE IDENTIDADE**

ESTADOS UNIDOS DO BRASIL  
ESTADO DE GOIÁS  
SERVIÇO DE IDENTIFICAÇÃO E CRIMINALÍSTICA

**PLINIO SILVA**

10/6/1.948.

**Olinto Vicente da Silva**  
FILIAÇÃO  
**Coleta Parreira da Sil-**  
VA.

**Cassio-Go.** **BRAS.**  
NACIONALIDADE NACIONALIDADE

VALIDO SOMENTE COM MARCA D'ÁGUA - ARMAS DA REPÚBLICA

*Plinio Silva*  
ASSINATURA DO PORTADOR

137.240. 1º 1ª  
REGISTRO GERAL N.º  
**branca** **casta** **pretos.**  
CUTIS OLHOS CABELO

OBSERVAÇÕES (MARCAS-CICATRIZES-ETC.)

**GOIÂNIA, 16 de outubro de 67**

GOIÁS - GOIÁS - GOIÁS

**CIC**

NASCIMENTO 10-06-48 INSCRIÇÃO NO CPF 044 588 261 15

CONTRIBUINTE  
**PLINIO SILVA**

*Helio...*  
SECRETÁRIO DA RECEITA FEDERAL

MINISTÉRIO DA FAZENDA  
SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL  
COORDENAÇÃO DO SISTEMA DE INFORMAÇÕES ECONÔMICAS FISCALIS

**CARTÃO DE IDENTIFICAÇÃO DO CONTRIBUINTE**

DOCUMENTO COMPROVATÓRIO DE INSCRIÇÃO NO CADASTRO DE PESSOAS FÍSICAS

VALIDO EM TODO TERRITÓRIO NACIONAL



**SANEAMENTO DE GOIÁS S/A**  
FATURA DE ÁGUA/ESGOTO/SERVIÇOS  
CNPJ. 01.616.829/0001-02 - INSC. EST. 10.613.357-6

ENDEREÇO: RUA JOSÉ REINALDO VIEIRA N.º 410 GO. LT. CENTRO  
CEP: 75013-000 TEL: 366139

PROPRIETÁRIO: **PLINIO SILVA**  
USUÁRIO  
ENDEREÇO: **ARTHUR FERRAZ DE ALMEIDA N.º 185**  
BAIRRO: **MORADA DOS SONHOS Q 23 L 08**  
CIDADE: **CACU**  
CEP: **75813-006** ATURAN.º: **516314601-2** HIDRÔMETRO: **805 64.02**  
COD: **A85A896447**

DATA DE EMISSÃO: **11/03/2011**  
REFERÊNCIA: **MAR/2011** CONTAN.º: **1243599-6**

DESCRIÇÃO

CUSTO MÍNIMO FIXO	6,21
TARIFA ÁGUA - RESIDENCIAL	16,40
COLETA/AFASTAMENTO ESGOTO RESIDENCIAL	11,99
TRATAMENTO ESGOTO RESIDENCIAL	3,28

VENCIMENTO: **23/03/2011** VALOR TOTAL (R\$): **37,88**

LEITURA ANTERIOR: 1204 DATA: 09/02/2011 CONSUMO FATURADO: 3 m3  
LEITURA ATUAL: 1212 DATA: 11/03/2011 CONSUMO ESTIMADO: 18 m3

TIPO DE CONSUMO FATURADO: **MEDIDA**

HISTÓRICO DE CONSUMO (m³/mês)

SET 00018	OUT 00016	NOV 00008	DEZ 00009	IAN 00012	FEV
-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----

RESIDENCIAL CATEGORIA/ECONOMIA



**CARTÓRIO DE REGISTRO DE IMÓVEIS, 1º TABELIONATO DE NOTAS, REG. DE TÍTULOS E DOCUMENTOS E DE PESSOAS JURÍDICAS E PROTESTO DE TÍTULOS**  
Oldack Musa dos Santos  
Tabelião e Oficial Vitalício  
Rua José Reinaldo Vieira n.º 1.201, Lot. Municipal - Cacu-GO - CEP: 75.813-000  
Fone: (64) 3656-1067 - CNPJ 02.751.386/0001-07

A presente fotocópia e reprodução fiel do documento original que me foi apresentado. (Decreto Lei nº 2.148/40, art. 2º)  
Dou Fé. Cacu - GO, 09 de outubro de 2014.  
00831405210901026000861  
Em testemunho da verdade

*Oldack Musa dos Santos*  
**Oldack Musa dos Santos - Tabelião**



VALIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

REGISTRO 2 302 417 DATA DE EXPEDIÇÃO 30-mai-1985

NOME NELY DE CASTRO MORAIS.

FILIAÇÃO Joaquim Carvalho de Moraes

Luzia Archanja de Moraes

NATURALIDADE Cagu-GO.

DOC ORIGEM CN.nº 6.684 L.15 Fls.67V., Cagu-GO.

CPF 370.135.721-87

01-mai-1966 DATA DE NASCIMENTO

ASSINATURA DO DIRETOR



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

ESTADO DE GOIÁS

SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA

DIVISÃO DE IDENTIFICAÇÃO

POLEGAR DIREITO

ASSINATURA DO TITULAR

CARTEIRA DE IDENTIDADE

NELY DE CASTRO MORAIS

MINISTÉRIO DA FAZENDA

SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL

COORDENAÇÃO DO SISTEMA DE INFORMAÇÕES ECONÔMICO-FISCAIS

CARTÃO DE IDENTIFICAÇÃO DO CONTRIBUINTE

DOCUMENTO COMPROBATORIO DE INSCRIÇÃO NO CADASTRO DE PESSOAS FÍSICAS

VÁLIDO EM TODO TERRITÓRIO NACIONAL

ASSINATURA DO CONTRIBUINTE

NELY DE CASTRO MORAIS

C/C

NASCIMENTO 01.05.66

INSCRIÇÃO NO CPF 370 135 721 87

CONTRIBUINTE

NELY DE CASTRO MORAIS

SECRETÁRIO DA RECEITA FEDERAL

R. José Reinaldo Vieira n: 1427



CARTÓRIO DE REGISTRO DE IMÓVEIS, 1º TABELIONATO DE NOTAS, REG. DE TÍTULOS E DOCUMENTOS E DE PESSOAS JURÍDICAS E PROTESTO DE TÍTULOS

Oldack Musa dos Santos

Tabelião e Oficial Vitalício

Rua José Reinaldo Vieira nº 1.201, Lot. Municipal - Cagu-GO - CEP: 75.813-000

Fone: (64) 3656-1067 - CNPJ 02.751.386/0001-07

A presente fotocópia é reprodução fiel do documento original que me foi apresentado. (Decreto Lei nº 2.148/40, art. 2º)

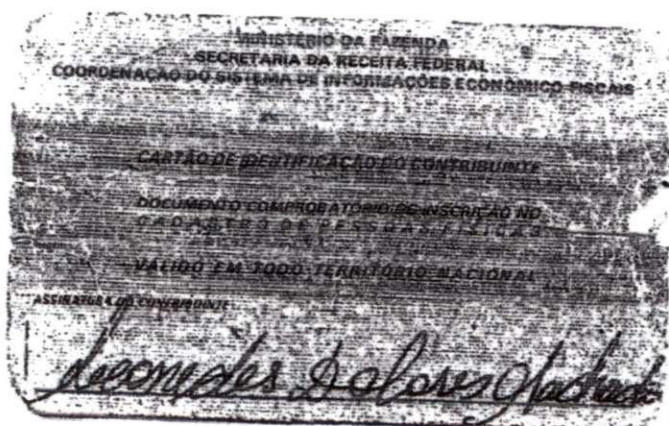
Dou Fê. Cagu - GO, 09 de outubro de 2014.

00831405210901026000865

Em testemunho da verdade

Oldack Musa dos Santos - Tabelião





R. Paula e Silva nº 466





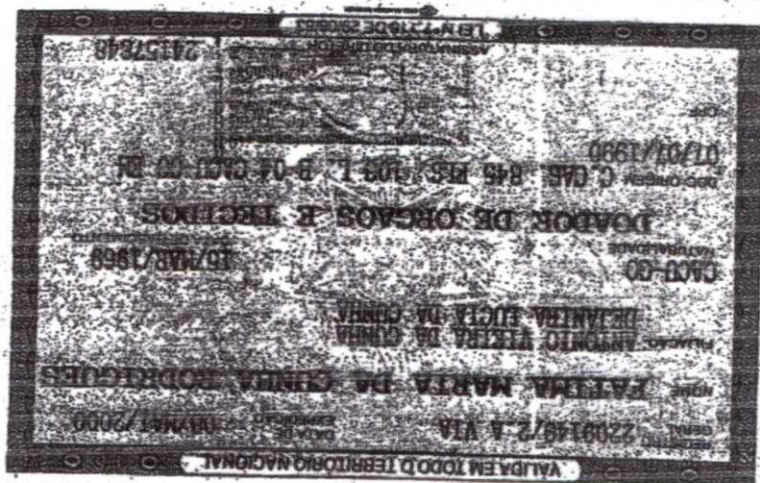
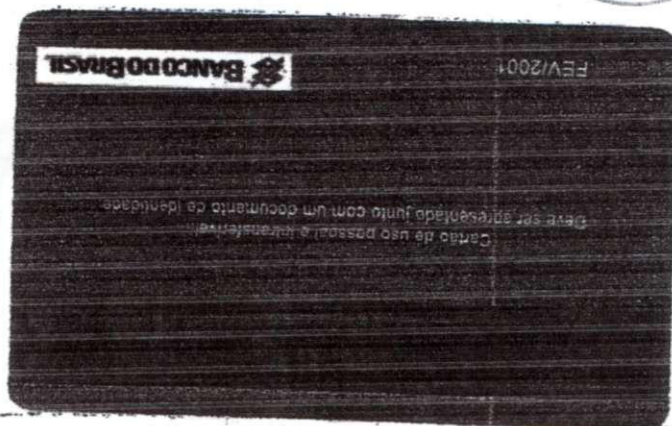


CARTÓRIO DE REGISTRO DE IMÓVEIS, 1º TABELIONATO DE NOTAS,  
REG. DE TÍTULOS E DOCUMENTOS E DE PESSOAS  
JURÍDICAS E PROTESTO DE TÍTULOS  
Oldack Musa dos Santos  
Tabelião e Oficial Vitalício  
Rua José Reinaldo Vieira nº 1.201, Ldt. Municipal - Caçu-GO - CEP: 75.813-000  
Fone: (64) 3656-1067 - CNPJ 02.751.386/0001-07

A presente fotocópia é reprodução fiel do documento original  
que me foi apresentado. (Decreto Lei nº 2.148/40, art 2º)  
Dou Fé. Caçu - GO, 09 de outubro de 2014.  
00831405210901026000863

Em testemunho da verdade

Oldack Musa dos Santos - Tabelião





VALIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

REGISTRO GERAL 616987/2.A VIA

DATA DE EXPEDIÇÃO 27/JUL/1997

NOME SEBASTIAO NUNES SOUSA

PLACAO ADARIO NUNES MARQUES  
JOVILIA AMBROSIA DE SOUSA

CACU-60

NATURALIDADE DOADOR DE ORGAOS E TECIDOS

03/MAR/1956

DIR. ORIGEM C.CAS. 254 FLS. 107 L. 02-B CRC CACU 60

EM 23/12/1978

CPF 134434881-53

ASSINATURA DO DIRETOR

LEI Nº 7.116 DE 20/06/85

16836920

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

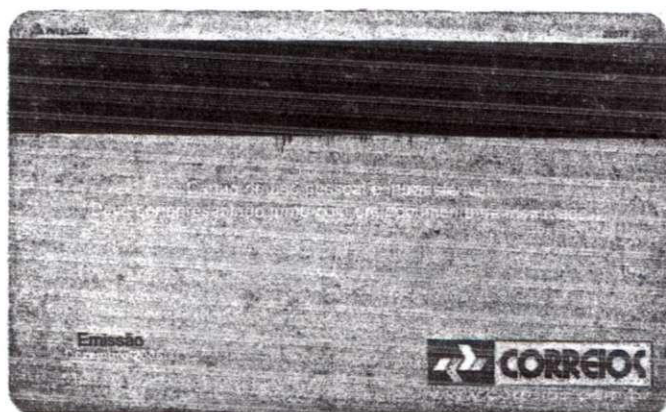
GOVERNO DO ESTADO DE GOIÁS

DIRETORIA GERAL DA POLÍCIA CIVIL

INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO

ASSINATURA DO TITULAR

CARTEIRA DE IDENTIDADE



MINISTÉRIO DA FAZENDA

SECRETARIA DE RECEITA FEDERAL

**CPF**

Cadastro de Pessoas Físicas

Número de inscrição 134 434.881-53

Nome SEBASTIAO NUNES SOUSA

Nascimento 03/03/1956

R. Ataliba Ribeiro 405



CARTÓRIO DE REGISTRO DE IMÓVEIS, 1º TABELIONATO DE NOTAS,  
REG. DE TÍTULOS E DOCUMENTOS E DE PESSOAS  
JURÍDICAS E PROTESTO DE TÍTULOS

Oldack Musa dos Santos  
Tabelião e Oficial Vitalício  
Rua José Reinaldo Vieira nº 1.201, Lot. Municipal - Caçu-GO - CEP: 75.813-000  
Fone: (64) 3656-1067 - CNPJ 02.751.386/0001-07

A presente fotocópia e reprodução fiel do documento original  
que me foi apresentado. (Decreto Lei nº 2.148/40, art. 2º)

Dou Fé. Caçu - GO, 09 de outubro de 2014.

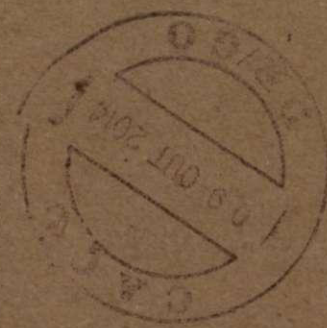
00831405210901026000860

Em testemunho da verdade

Oldack Musa dos Santos - Tabelião







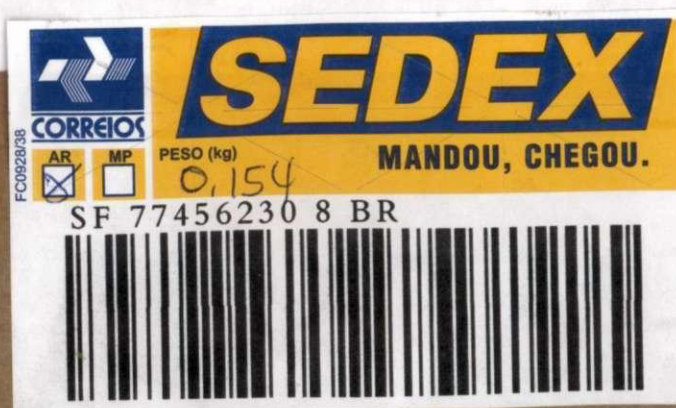
AO

DR. MARCELO JOSÉ DUDEQUE

DELEGACIA REGIONAL DE SANTA CATARINA

PRAÇA XV DE NOVEMBRO, Nº 242 – 1º ANDAR – CENTRO

88010-970 – FLORIANÓPOLIS – SC





(ETIQUETA OU CARIMBO MP)

**REMETENTE:**

**ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA E CULTURAL DE CAÇU**

**RUA MANOEL CARNEIRO GUIMARÃES, 699 – BAIRRO MORADA  
DOS SONHOS**

**75813-000 – CAÇU - GOIÁS**

# MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

Delegacia Regional no Estado de Santa Catarina - DRMC/SC

## NOTA TÉCNICA Nº 15820/2014/SEI-MC

Processo de Renovação nº: **53000.052021/2011-38**

Processo de Outorga nº: 53670.000736/1998

Assunto: **Exigências relativas ao requerimento de renovação de outorga.**

### SUMÁRIO EXECUTIVO

---

1. Trata-se da análise do pedido de renovação de outorga da **Associação Comunitária e Cultural de Caçu**, entidade autorizada a executar o Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de **Caçu/GO**.

### ANÁLISE

---

1. Existem indícios de que a requerente mantém vínculos que a subordinam ou a sujeitam à gerência, à administração, ao domínio, ao comando ou à orientação de outra entidade, mediante compromissos ou relações ideológicas e político-partidárias, em infringência ao disposto no art. 11 da Lei 9612/98 e ao subitem 8.1, "f.7" da Norma 1/2011, vez que, em pesquisa à rede mundial de computadores e ao banco de dados do Tribunal Superior Eleitoral, verificou-se que membros da diretoria executiva eleita em agosto do corrente ano são filiados a partidos políticos e/ou membros ativos de órgãos partidários. Essa afirmação justifica-se ante os seguintes fatos:

- a. O Diretor Cultural **Nely de Castro Moraes** é Secretário Geral do partido PSB;
- b. A Diretora de Marketing **Fátima Maria da Cunha Rodrigues** é Delegada da Convenção Estadual e Membro da Comissão Executiva do partido DEM;
- c. O Suplente do Presidente **Jesusmar Nunes da Silva** é Suplente de Delegado e Tesoureiro do partido PTB, e também Vice-Presidente do partido PSB;
- d. O Suplente do Diretor de Marketing **Sebastião Nunes Sousa** é Suplente de Delegado e 1º Suplente de Executiva do partido PMDB;
- e. Demais integrantes da Diretoria Executiva são filiados a partidos políticos.

2. Desta maneira, como todos os fatos acima citados têm o potencial de infringir dispositivos legais, em obediência aos princípios Constitucionais da ampla defesa e do contraditório, é necessário que a entidade se manifeste no prazo referido no Ofício que acompanha esta NT, apresentando as razões que entender pertinentes e/ou realize nova Assembleia para Eleição de novo quadro diretivo, que não tenham vínculos político-partidários, religiosos, familiares ou comerciais, e que, se pela eleição optarem, encaminhem a Ata devidamente registrada no Registro



Civil de Pessoas Jurídicas e cópia legível autenticada do RG e CPF de diretores e suplentes, de acordo com subitem 8.1, alíneas “c”, “e” e “j”, da Norma nº 01/2011.

## CONCLUSÃO

---

3. Diante do exposto, a entidade deverá ser comunicada para **apresentar** toda a documentação solicitada e/ou **esclarecer** as pendências constatadas, sob pena de indeferimento do pedido de renovação e consequente extinção da autorização.

À consideração superior.



Documento assinado eletronicamente por **Tiane Aimi Severo, Analista Tec Administrativo**, em 04/11/2014, às 16:54, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



Documento assinado eletronicamente por **Argelia Diniz Schramm, Delegado Substituto**, em 05/11/2014, às 12:05, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **0220582** e o código CRC **89C07313**.

## Minutas e Anexos

Não Possui.



**MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES**  
Delegacia Regional em Santa Catarina  
Praça XV de Novembro, nº 242 - 1º andar , salas 107 a 110  
CEP: 88010-970 Florianópolis - SC  
Tel: (48) 3229-4373 / (48) 3225-4730 Fax: (48) 3225.6724  
e-mail: argelia.schramm@comunicacoes.gov.br

Ofício nº 17971/2014/SEI-MC

**Florianópolis, 04 de novembro de 2014.**

Ao Senhor

WELLINGTON TAVARES PARANAÍBA

Representante Legal da Associação Comunitária e Cultural de Caçu

Rua Manoel Carneiro Guimarães, 699. Bairro Morada dos Sonhos.

CEP 75813-000 / Caçu - GO

Assunto: **Encaminhamento de Nota Técnica relativa à análise do processo nº 53000.052021/2011-38.**

Senhor Representante Legal,

1. Cumprimentando-a cordialmente, refiro-me ao processo em epígrafe para encaminhar cópia da Nota Técnica nº **17971/2014/SEI-MC**, desta Delegacia, que trata de pendências encontradas nos autos.
2. A esse respeito, fica estabelecido o prazo de 30 (trinta) dias, contado a partir da data de recebimento deste ofício de acordo com o AR POSTAL (Aviso de Recebimento) que o acompanha, para que essa entidade se manifeste sobre o assunto e apresente a documentação pendente, no original ou em cópia autenticada, sob pena da **extinção da outorga**.
3. O referido prazo poderá ser prorrogado por uma única vez, por igual período, **apenas** na ocorrência de caso fortuito ou de força maior, bem como nos casos de emergência ou de calamidade pública, regularmente comprovados, desde que a requerente apresente uma solicitação formal neste sentido, dentro do prazo para cumprimento das exigências. Decorrido esse prazo, a documentação



encaminhada será considerada intempestiva. Ressaltamos ainda que não serão aceitas prorrogações de prazo solicitadas por fax, e-mail ou telefone.

4. Aproveitamos para informar que esta Secretaria poderá, a seu critério, enviar comunicados oficiais via SMS e documentos digitalizados via internet às entidades interessadas, desde que complementem seu cadastro com telefone celular e mantenham atualizado o endereço eletrônico do respectivo representante legal. Ressalte-se que o fornecimento de tais dados implica anuência dessa entidade em receber as referidas comunicações oficiais e deve ser feito por meio de ofício, com assinatura do seu representante legal. Os conteúdos encaminhados por esses meios referem-se tão somente à entidade destinatária e não serão considerados para fins legais como contagem de prazo e ciência de interessado.

Atenciosamente,

Argélia Diniz Schramm

Delegada Regional Substituta



Documento assinado eletronicamente por **Argelia Diniz Schramm**, **Delegado Substituto**, em 05/11/2014, às 12:06, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **0220616** e o código CRC **B18042BC**.



**Justiça Eleitoral**  
**Tribunal Superior Eleitoral**  
**Certidão**

Certifico que, de acordo com os assentamentos do Sistema de Filiação Partidária e com o que dispõe a Res.-TSE nº 23.117/2009, o eleitor abaixo qualificado **ESTÁ REGULARMENTE FILIADO.**

**Nome do Eleitor:** WELLINGTON TAVARES PARANAIBA

**Inscrição:** 017990101066

Dados da Ocorrências de Filiação Partidária

Partido	UF	Município	Data de Filiação
1PP	GO	CAÇU	28/03/1999

Certidão emitida às 09:54:25 de 04/11/2014

Esta certidão de filiação partidária é expedida gratuitamente e os dados nela contidos refletem os registros oficiais de filiação, na forma da lei. Sua autenticidade poderá ser confirmada na página do Tribunal Superior Eleitoral na Internet, no endereço:  
**<http://www.tse.gov.br>**, por meio do código de autenticação: **YKFA.RDTV.78IS.LDKS**





## JUSTIÇA ELEITORAL

## CERTIDÃO

Certifico que, de acordo com os assentamentos da Justiça Eleitoral, o(a) Senhor(a) **FATIMA MARIA DA CUNHA RODRIGUES (Título Eleitoral: 025187811031 )** é **MEMBRO - COMISSÃO EXECUTIVA (exercício 16/07/2011 a 16/07/2015)** do órgão partidário, abaixo discriminado:

Partido Político: **DEM - 25 DEMOCRATAS**  
Órgão Partidário: **Diretório**  
Abrangência: **MUNICIPAL - CAÇU/GO**  
Vigência: **Início: 16/07/2011 Final: 16/07/2015**  
Código: **1ZMN.X6W9.4DEM.DCXN.**  
Certidão emitida às: **04/11/2014 09:34:55**

- Esta certidão é expedida gratuitamente. Sua autenticidade poderá ser confirmada na página do Tribunal Superior Eleitoral na Internet, no endereço:  
<http://www.tse.jus.br/partidos/partidos-politicos/validar-certidao>.
- **As informações constantes desta certidão retratam o conteúdo dos assentamentos da Justiça Eleitoral na data e hora de sua emissão, o que não impede a ocorrência de alterações futuras nestas informações.**
- Os dados partidários de abrangência nacional são de responsabilidade do TSE e os de abrangência regional/municipal são de responsabilidade dos respectivos tribunais regionais.



## JUSTIÇA ELEITORAL

## CERTIDÃO

Certifico que, de acordo com os assentamentos da Justiça Eleitoral, o(a) Senhor(a) **FATIMA MARIA DA CUNHA RODRIGUES (Título Eleitoral: 025187811031 )** é **DELEGADO DA CONVENÇÃO ESTADUAL (exercício 16/07/2011 a 16/07/2015)** do órgão partidário, abaixo discriminado:

Partido Político: **DEM - 25 DEMOCRATAS**  
Órgão Partidário: **Diretório**  
Abrangência: **MUNICIPAL - CAÇU/GO**  
Vigência: **Início: 16/07/2011 Final: 16/07/2015**  
Código: **/HUG.S7NA.P#BJ.R\$MG.**  
Certidão emitida às: **04/11/2014 09:32:44**

- Esta certidão é expedida gratuitamente. Sua autenticidade poderá ser confirmada na página do Tribunal Superior Eleitoral na Internet, no endereço:  
<http://www.tse.jus.br/partidos/partidos-politicos/validar-certidao>.
- **As informações constantes desta certidão retratam o conteúdo dos assentamentos da Justiça Eleitoral na data e hora de sua emissão, o que não impede a ocorrência de alterações futuras nestas informações.**
- Os dados partidários de abrangência nacional são de responsabilidade do TSE e os de abrangência regional/municipal são de responsabilidade dos respectivos tribunais regionais.





## JUSTIÇA ELEITORAL

## CERTIDÃO

Certifico que, de acordo com os assentamentos da Justiça Eleitoral, o(a) Senhor(a) **FÁTIMA MARIA DA CUNHA PRODRIGUES (Título Eleitoral: 025187811031 )** é **MEMBRO - DIRETÓRIO (exercício 16/07/2011 a 16/07/2015)** do órgão partidário, abaixo discriminado:

Partido Político: **DEM - 25 DEMOCRATAS**  
Órgão Partidário: **Diretório**  
Abrangência: **MUNICIPAL - CAÇU/GO**  
Vigência: **Início: 16/07/2011 Final: 16/07/2015**  
Código: **LA6A.AZR#.PWUK.NUVP.**  
Certidão emitida às: **04/11/2014 09:33:36**

- Esta certidão é expedida gratuitamente. Sua autenticidade poderá ser confirmada na página do Tribunal Superior Eleitoral na Internet, no endereço:  
<http://www.tse.jus.br/partidos/partidos-politicos/validar-certidao>.
- **As informações constantes desta certidão retratam o conteúdo dos assentamentos da Justiça Eleitoral na data e hora de sua emissão, o que não impede a ocorrência de alterações futuras nestas informações.**
- Os dados partidários de abrangência nacional são de responsabilidade do TSE e os de abrangência regional/municipal são de responsabilidade dos respectivos tribunais regionais.



## JUSTIÇA ELEITORAL

## CERTIDÃO

Certifico que, de acordo com os assentamentos da Justiça Eleitoral, o(a) Senhor(a) **JESUSMAR NUNES DA SILVA (Título Eleitoral: 017943001007 ) é SUPLENTE DE DELEGADO DA CONVENÇÃO REGIONAL (exercício 30/04/2012 a 30/04/2015)** do órgão partidário, abaixo discriminado:

Partido Político: **PTB - 14 PARTIDO TRABALHISTA BRASILEIRO**  
Órgão Partidário: **Diretório**  
Abrangência: **MUNICIPAL - CAÇU/GO**  
Vigência: **Início: 30/04/2012 Final: 30/04/2015**  
Código: **FCTU.VC4H.NX4Y.F6\$C.**  
Certidão emitida às: **04/11/2014 09:30:11**

- Esta certidão é expedida gratuitamente. Sua autenticidade poderá ser confirmada na página do Tribunal Superior Eleitoral na Internet, no endereço:  
<http://www.tse.jus.br/partidos/partidos-politicos/validar-certidao>.
- **As informações constantes desta certidão retratam o conteúdo dos assentamentos da Justiça Eleitoral na data e hora de sua emissão, o que não impede a ocorrência de alterações futuras nestas informações.**
- Os dados partidários de abrangência nacional são de responsabilidade do TSE e os de abrangência regional/municipal são de responsabilidade dos respectivos tribunais regionais.





## JUSTIÇA ELEITORAL

## CERTIDÃO

Certifico que, de acordo com os assentamentos da Justiça Eleitoral, o(a) Senhor(a) **JESUSMAR NUNES DA SILVA (Título Eleitoral: 017943001007 )** é **TESOUREIRO** (exercício 30/04/2012 a 30/04/2015) do órgão partidário, abaixo discriminado:

Partido Político: **PTB - 14 PARTIDO TRABALHISTA BRASILEIRO**  
Órgão Partidário: **Diretório**  
Abrangência: **MUNICIPAL - CAÇU/GO**  
Vigência: **Início: 30/04/2012 Final: 30/04/2015**  
Código: **VSD/.UWGJ.RCFV.YFUN.**  
Certidão emitida às: **04/11/2014 09:29:02**

- Esta certidão é expedida gratuitamente. Sua autenticidade poderá ser confirmada na página do Tribunal Superior Eleitoral na Internet, no endereço:  
<http://www.tse.jus.br/partidos/partidos-politicos/validar-certidao>.
- **As informações constantes desta certidão retratam o conteúdo dos assentamentos da Justiça Eleitoral na data e hora de sua emissão, o que não impede a ocorrência de alterações futuras nestas informações.**
- Os dados partidários de abrangência nacional são de responsabilidade do TSE e os de abrangência regional/municipal são de responsabilidade dos respectivos tribunais regionais.



## JUSTIÇA ELEITORAL

## CERTIDÃO

Certifico que, de acordo com os assentamentos da Justiça Eleitoral, o(a) Senhor(a) **JESUSMAR NUNES DA SILVA (Título Eleitoral: 017943001007 )** é **VICE - PRESIDENTE (exercício 01/10/2011 a Indeterminado)** do órgão partidário, abaixo discriminado:

Partido Político: **PSD - 55 PARTIDO SOCIAL DEMOCRÁTICO**  
Órgão Partidário: **Comissão Provisória**  
Abrangência: **MUNICIPAL - CAÇU/GO**  
Vigência: **Início: 01/10/2011 Final: Indeterminada**  
Código: **M1ZP.TUBB.FU\$D.BWHQ.**  
Certidão emitida às: **04/11/2014 09:46:49**

- Esta certidão é expedida gratuitamente. Sua autenticidade poderá ser confirmada na página do Tribunal Superior Eleitoral na Internet, no endereço:  
<http://www.tse.jus.br/partidos/partidos-politicos/validar-certidao>.
- **As informações constantes desta certidão retratam o conteúdo dos assentamentos da Justiça Eleitoral na data e hora de sua emissão, o que não impede a ocorrência de alterações futuras nestas informações.**
- Os dados partidários de abrangência nacional são de responsabilidade do TSE e os de abrangência regional/municipal são de responsabilidade dos respectivos tribunais regionais.





**Justiça Eleitoral**  
**Tribunal Superior Eleitoral**  
**Certidão**

Certifico que, de acordo com os assentamentos do Sistema de Filiação Partidária e com o que dispõe a Res.-TSE nº 23.117/2009, o eleitor abaixo qualificado **ESTÁ REGULARMENTE FILIADO.**

**Nome do Eleitor:** JOAO BATISTA COSTA NASCIMENTO

**Inscrição:** 017991201007

Dados da Ocorrências de Filiação Partidária

Partido	UF	Município	Data de Filiação
1PSB	GO	CAÇU	12/04/2013

Certidão emitida às 09:55:27 de 04/11/2014

Esta certidão de filiação partidária é expedida gratuitamente e os dados nela contidos refletem os registros oficiais de filiação, na forma da lei. Sua autenticidade poderá ser confirmada na página do Tribunal Superior Eleitoral na Internet, no endereço:

**<http://www.tse.gov.br>**, por meio do código de autenticação:

**54HF.TPWB.QGJX.SB2M**



**Justiça Eleitoral**  
**Tribunal Superior Eleitoral**  
**Certidão**

Certifico que, de acordo com os assentamentos do Sistema de Filiação Partidária e com o que dispõe a Res.-TSE nº 23.117/2009, o eleitor abaixo qualificado **ESTÁ REGULARMENTE FILIADO.**

**Nome do Eleitor:** JOSE DA FONSECA PERES

**Inscrição:** 017957941007

Dados da Ocorrências de Filiação Partidária

Partido	UF	Município	Data de Filiação
1PP	GO	CAÇU	03/09/1980

Certidão emitida às 10:23:15 de 04/11/2014

Esta certidão de filiação partidária é expedida gratuitamente e os dados nela contidos refletem os registros oficiais de filiação, na forma da lei. Sua autenticidade poderá ser confirmada na página do Tribunal Superior Eleitoral na Internet, no endereço:

**<http://www.tse.gov.br>**, por meio do código de autenticação: **1OV5.BK4V.NZFB.FHS4**





**Justiça Eleitoral**  
**Tribunal Superior Eleitoral**  
**Certidão**

Certifico que, de acordo com os assentamentos do Sistema de Filiação Partidária e com o que dispõe a Res.-TSE nº 23.117/2009, o eleitor abaixo qualificado **ESTÁ REGULARMENTE FILIADO.**

**Nome do Eleitor:** LEONIDES DOLORES MACHADO

**Inscrição:** 017951181066

Dados da Ocorrências de Filiação Partidária

Partido	UF	Município	Data de Filiação
1PSB	GO	CAÇU	12/04/2013

Certidão emitida às 09:57:58 de 04/11/2014

Esta certidão de filiação partidária é expedida gratuitamente e os dados nela contidos refletem os registros oficiais de filiação, na forma da lei. Sua autenticidade poderá ser confirmada na página do Tribunal Superior Eleitoral na Internet, no endereço:

**<http://www.tse.gov.br>**, por meio do código de autenticação: **E3LN.Z8YF.L4FS.Q7QB**



## JUSTIÇA ELEITORAL

## CERTIDÃO

Certifico que, de acordo com os assentamentos da Justiça Eleitoral, o(a) Senhor(a) **NELY DE CASTRO MORAIS (Título Eleitoral: 017955211015 )** é **SECRETÁRIO GERAL (exercício 20/10/2013 a 31/12/2014)** do órgão partidário, abaixo discriminado:

Partido Político: **PSB - 40 PARTIDO SOCIALISTA BRASILEIRO**  
Órgão Partidário: **Comissão Provisória**  
Abrangência: **MUNICIPAL - CAÇU/GO**  
Vigência: **Início: 20/10/2013 Final: 31/12/2014**  
Código: **PH5B.UHAF.VVQ+.483J.**  
Certidão emitida às: **04/11/2014 09:41:59**

- Esta certidão é expedida gratuitamente. Sua autenticidade poderá ser confirmada na página do Tribunal Superior Eleitoral na Internet, no endereço:  
<http://www.tse.jus.br/partidos/partidos-politicos/validar-certidao>.
- **As informações constantes desta certidão retratam o conteúdo dos assentamentos da Justiça Eleitoral na data e hora de sua emissão, o que não impede a ocorrência de alterações futuras nestas informações.**
- Os dados partidários de abrangência nacional são de responsabilidade do TSE e os de abrangência regional/municipal são de responsabilidade dos respectivos tribunais regionais.





**Justiça Eleitoral**  
**Tribunal Superior Eleitoral**  
**Certidão**

Certifico que, de acordo com os assentamentos do Sistema de Filiação Partidária e com o que dispõe a Res.-TSE nº 23.117/2009, o eleitor abaixo qualificado **ESTÁ REGULARMENTE FILIADO.**

**Nome do Eleitor:** PLINIO SILVA

**Inscrição:** 017940671023

Dados da Ocorrências de Filiação Partidária

Partido	UF	Município	Data de Filiação
1PP	GO	CAÇU	02/09/1980

Certidão emitida às 09:57:06 de 04/11/2014

Esta certidão de filiação partidária é expedida gratuitamente e os dados nela contidos refletem os registros oficiais de filiação, na forma da lei. Sua autenticidade poderá ser confirmada na página do Tribunal Superior Eleitoral na Internet, no endereço:

**<http://www.tse.gov.br>**, por meio do código de autenticação:

**O9RY.F9U1.UGSV.ZYRM**



## JUSTIÇA ELEITORAL

## CERTIDÃO

Certifico que, de acordo com os assentamentos da Justiça Eleitoral, o(a) Senhor(a) **SEBASTIÃO NUNES DE SOUSA (Título Eleitoral: 025817521031 ) é 1º - SUPLENTE DA EXECUTIVA - COMISSÃO EXECUTIVA (exercício 16/12/2012 a 25/11/2014)** do órgão partidário, abaixo discriminado:

Partido Político: **PMDB - 15 PARTIDO DO MOVIMENTO DEMOCRÁTICO BRASILEIRO**  
Orgão Partidário: **Diretório**  
Abrangência: **MUNICIPAL - CAÇU/GO**  
Vigência: **Início: 16/12/2012 Final: 25/11/2014**  
Código: **DHR/.M+U+.6IAA.CLPT.**  
Certidão emitida às: **04/11/2014 09:26:16**

- Esta certidão é expedida gratuitamente. Sua autenticidade poderá ser confirmada na página do Tribunal Superior Eleitoral na Internet, no endereço:  
<http://www.tse.jus.br/partidos/partidos-politicos/validar-certidao>.
- **As informações constantes desta certidão retratam o conteúdo dos assentamentos da Justiça Eleitoral na data e hora de sua emissão, o que não impede a ocorrência de alterações futuras nestas informações.**
- Os dados partidários de abrangência nacional são de responsabilidade do TSE e os de abrangência regional/municipal são de responsabilidade dos respectivos tribunais regionais.





## JUSTIÇA ELEITORAL

## CERTIDÃO

Certifico que, de acordo com os assentamentos da Justiça Eleitoral, o(a) Senhor(a) **SEBASTIÃO NUNES DE SOUSA (Título Eleitoral: 025817521031 )** é **SUPLENTE - DE DELEGADO (exercício 16/12/2012 a 25/11/2014)** do órgão partidário, abaixo discriminado:

Partido Político: **PMDB - 15 PARTIDO DO MOVIMENTO DEMOCRÁTICO BRASILEIRO**  
Órgão Partidário: **Diretório**  
Abrangência: **MUNICIPAL - CAÇU/GO**  
Vigência: **Início: 16/12/2012 Final: 25/11/2014**  
Código: **#8L/.EDAP.TFXZ.B#JU.**  
Certidão emitida às: **04/11/2014 09:25:03**

- Esta certidão é expedida gratuitamente. Sua autenticidade poderá ser confirmada na página do Tribunal Superior Eleitoral na Internet, no endereço:  
<http://www.tse.jus.br/partidos/partidos-politicos/validar-certidao>.
- **As informações constantes desta certidão retratam o conteúdo dos assentamentos da Justiça Eleitoral na data e hora de sua emissão, o que não impede a ocorrência de alterações futuras nestas informações.**
- Os dados partidários de abrangência nacional são de responsabilidade do TSE e os de abrangência regional/municipal são de responsabilidade dos respectivos tribunais regionais.

**MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES**  
**DELEGACIA REGIONAL EM SANTA CATARINA**  
Praça XV de Novembro, 242, 1º andar, salas 107 a 110.  
CEP 88.010-970 Florianópolis - SC  
Tel.: (48) 3229-4373 / 3225-4730 - Fax: (48) 3225-6724  
e-mail: argelia.schramm@comunicacoes.gov.br

Memo. nº 1706/2014/SEI-MC

Florianópolis, 04 de novembro de 2014.

À Coordenadora-Geral de Acompanhamento de Outorga

Assunto: **Solicitação de abertura de processo de apuração de infração.**

Processo nº: **53000.052021/2011-38**

1. Foram encontrados indícios de que a Associação Comunitária e Cultural de Caçu, entidade que requer renovação de outorga para execução do Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de CAÇU / GO, estaria infringindo o art. 11 da Lei nº 9.612/1998, ao manter vínculos político-partidários, conforme exposto abaixo:

- O Diretor Cultural **Nely de Castro Moraes** é Secretário Geral do partido PSB;
- A Diretora de Marketing **Fátima Maria da Cunha Rodrigues** é Delegada da Convenção Estadual e Membro da Comissão Executiva do partido DEM;
- O Suplente do Presidente **Jesusmar Nunes da Silva** é Suplente de Delegado e Tesoureiro do partido PTB, e também Vice-Presidente do partido PSB;
- O Suplente do Diretor de Marketing **Sebastião Nunes Sousa** é Suplente de Delegado e 1º Suplente de Executiva do partido PMDB;
- Demais integrantes da Diretoria Executiva são filiados a partidos políticos.

2. Diante do exposto, solicitamos abertura de processo de apuração de infração.

Atenciosamente,

Argélia Diniz Schramm

Delegada Regional Substituta



Documento assinado eletronicamente por **Argelia Diniz Schramm**, **Delegado Substituto**, em 05/11/2014, às 12:07, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.





A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **0220780** e o código CRC **5439957F**.

---

## MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica

Departamento de Acompanhamento e Avaliação de Serviços de Comunicação Eletrônica

Coordenação-Geral de Acompanhamento de Outorgas

Coordenação de Análise de Denúncias

### DESPACHO

Processo nº: **53000.052021/2011-38**

Interessado(a): **ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA E CULTURAL DE CAÇU**

Em atenção ao Memorando nº 1706/2014/SEI-MC, de 4 de novembro de 2014, informamos que foi instaurado o Processo nº 53900.027907/2014-42, em desfavor da ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA E CULTURAL DE CAÇU, autorizada à executar o serviço de radiodifusão comunitária, na localidade de Caçu/GO.

Atenciosamente,



Documento assinado eletronicamente por **Itamar Marques Teixeira, Coordenador-geral de Acompanhamento de Outorgas**, em 12/11/2014, às 09:25, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **0230575** e o código CRC **42BF8250**.

### Minutas e Anexos

Não Possui.



PREENCHER COM LETRA DE FORMA

AR

DESTINATÁRIO DO OBJETO / DESTINATAIRE

NOME OU RAZÃO SOCIAL DO DESTINATÁRIO DO OBJETO / NOM OU RAISON SOCIALE DU DESTINATAIRE

SR. WELLINGTON TAVARES PARANAÍBA

ENDEREÇO / ADRESSE

RUA MANOEL CARNEIRO GUIMARAES 699 - Morado das Sembras

CEP / CODE POSTAL

CIDADE / LOCALITÉ

UF

PAÍS / PAYS

75.813-060

CACU

GOIÁS

DECLARAÇÃO DE CONTEÚDO (SUJEITO À VERIFICAÇÃO) / DISCRIMINATION

Ofício 17971/2014/SEI-MC

53000-052021/2011-38

NATUREZA DO ENVIO / NATURE DE L'ENVOI

☐ PRIORITÁRIA / PRIORITAIRE

☐ EMS

☐ SEGURADO / VALEUR DÉCLARÉ

ASSINATURA DO RECEBEDOR / SIGNATURE DU RÉCEPTEUR

DATA DE RECEBIMENTO  
DATE DE LIVRATION

CARIMBO DE ENTREGA  
UNIDADE DE DESTINO  
BUREAU DE DESTINATION

NOME LEGÍVEL DO RECEBEDOR / NOM LISIBLE DU RÉCEPTEUR

X Janessa Bentes de Oliveira

Nº DOCUMENTO DE IDENTIFICAÇÃO DO  
RECEBEDOR / ÓRGÃO EXPEDIDOR

RUBRICA E MAT. DO EMPREGADO /  
SIGNATURE DE L'AGENT

José dos Reis  
Matr.: 8.327.406-5  
Carreira - Adv. Dist. / Celata



ENDEREÇO PARA DEVOLUÇÃO NO VERSO / ADRESSE DE RETOUR DANS LE VERSO

75240203-0

FC0463 / 16

114 x 186 mm



CORREIOS  
BRÉSIL

AVISO DE  
RECEBIMENTO

AR

( CÓDIGO DE BARRAS OU Nº DE REGISTRO DO OBJETO )

AVIS CN07

DATA DE POSTAGEM / DATE DE DÉPÔT

UNIDADE DE POSTAGEM / BUREAU DE DÉPÔT

TENTATIVAS DE ENTREGA / TENTATIVES DE LIVRAISON

: h : h : h

PREENCHER COM LETRA DE FORMA

NOME OU RAZÃO SOCIAL DO REMETENTE / NOM OU RAISON SOCIALE DE L'EXPÉDITEUR

ENDEREÇO PARA DEVOLUÇÃO / ADRESSE

CIDADE / LOCALITÉ

UF

BRASIL

ENDEREÇO PARA  
DEVOLUÇÃO  
RETOUR







**ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA E CULTURAL DE CAÇU**

**Rádio Morada dos Sonhos FM 87,9**

[www.moradadossonhosfm.com.br](http://www.moradadossonhosfm.com.br)

**"DA COMUNIDADE PARA A COMUNIDADE"**

Entidade comunitária, sem fins lucrativos conf. Lei nº 9.612/98 e de utilidade pública municipal Lei nº 1667/2010.

CNPJ Nº 02.896.548/0001-97 – FONE 64-3656-1499 – Email: [moradadossonhos@hotmail.com](mailto:moradadossonhos@hotmail.com)

Rua Manoel Carneiro Guimarães, nº 699 – Bairro Morada dos Sonhos – CEP 75813-000 – Caçu – Goiás

Ofício nº P012/2014

Caçu, 10 de dezembro de 2014.

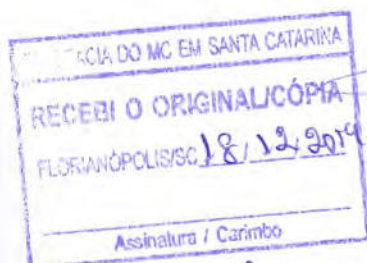
Prezada Dra. Argélia,

A Associação Comunitária e Cultural de Caçu em atendimento ao OF. Nº 17971/2014/SEI-MC, desta Delegacia, vem com o devido respeito e acatamento tentar demonstrar a Vossa Senhoria e ao Ministério das Comunicações de que não há nenhum tipo de ingerência na entidade e principalmente política, pois entre os associados existem pessoas de todos os partidos políticos, uma prova de que elas participam com um único objetivo, contribuir com a comunidade, pois politicamente com certeza os interesses são diferentes.

Para que não paire nenhuma dúvida sobre a retidão da entidade, os Diretores atuais numa demonstração de que estão lá somente para servir à comunidade, decidiram renunciar ao mandato para que se eleja uma nova Diretoria conforme solicitado pela Nota Técnica nº 15820/2014. A nova eleição já foi convocada e logo após sua realização encaminharemos a Ata devidamente registrada.

Esperando estar trabalhando no sentido de atender as exigências do Ministério, contamos com a compreensão e contribuição de Vossa Senhoria.

Atenciosamente,



*Wellington Tavares Paranaíba*  
Wellington Tavares Paranaíba

Presidente

*Márcia Inês M. Ferreira*  
Márcia Inês M. Ferreira

Agente Administrativo

Em anexo: Edital para Eleição de nova Diretoria.

A Senhora

Dra. Argélia Diniz Schramm

DD. Delegada Substituta da Delegacia Regional de Santa Catarina

Ministério das Comunicações

FLORIANÓPOLIS - SC







Rua Manoel Carneiro Guimarães, nº 699 – Bairro Morada dos Sonhos – CEP 75813-000 – Caçu – Goiás

## **EDITAL**

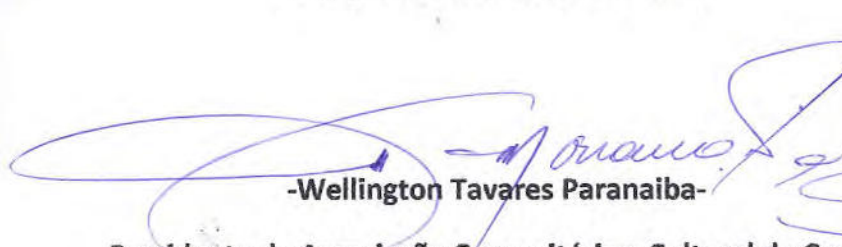
Pelo presente Edital, faço saber que no dia vinte e dois (22) de dezembro de dois mil e quatorze (2014), no horário das 12:00 às 17:00 horas, na sede desta entidade, será realizada eleição para escolha de novos titulares e suplentes da Diretoria e Conselho Fiscal, atendendo as disposições contidas na Nota Técnica nº 15820/2014 do Ministério das Comunicações..

O prazo para inscrição das chapas encerrará dia 06 de dezembro (15 dias antes da eleição).

As chapas deverão ser apresentadas via ofício, na sede da entidade, contendo os nomes para preenchimento de todos os cargos e o programa de governo para o biênio 2014/2016.

A Eleição será realizada em um só dia, na data e horário acima, com o quorum de no mínimo cinquenta por cento mais um (50% + 1) dos associados com direito a voto.

Caçu, 21 de novembro de 2014.

  
-Wellington Tavares Paranaíba-  
Presidente da Associação Comunitária e Cultural de Caçu  
-Rádio Morada dos Sonhos-

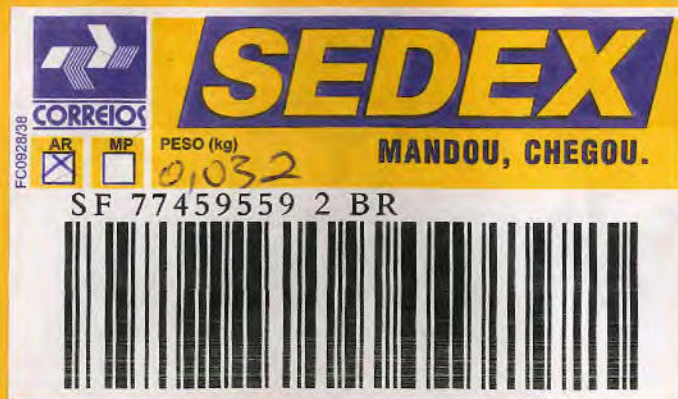
À Dra. Argélia Diniz Schramm

DD. Delegada Regional do Ministério das Comunicações em Santa Catarina – DRMC-SC

Ministério das Comunicações

Praça XV de Novembro, nº0242 – 1º Andar

88010-970 – FLORIANÓPOLIS – SC





Associação Comunitária e Cultural de Caçu

Rua Manoel Carneiro Guimarães, 699 – Morada dos Sonhos

75813-000 – Caçu – Go.

(ETIQUETA OU CARIMBO MP)



**ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA E CULTURAL DE CAÇU**

**Rádio Morada dos Sonhos FM 87,9**

**[www.moradadossonhosfm.com.br](http://www.moradadossonhosfm.com.br)**

**"DA COMUNIDADE PARA A COMUNIDADE"**

Entidade comunitária, sem fins lucrativos conf. Lei nº 9.612/98 e de utilidade pública municipal Lei nº 1667/2010.

CNPJ Nº 02.896.548/0001-97 – FONE 64-3656-1499 – Email: [moradadossonhos@hotmail.com](mailto:moradadossonhos@hotmail.com)

**Rua Manoel Carneiro Guimarães, nº 699 – Bairro Morada dos Sonhos – CEP 75813-000 – Caçu – Goiás**

Ofício nº P002/2015

Caçu, 05 de janeiro de 2015.

Prezada Dra. Argélia,

A Associação Comunitária e Cultural de Caçu em atendimento ao OF. Nº 17971/2014/SEI-MC e a Nota Técnica nº 15820/2014, desta Delegacia, está encaminhando em anexo a documentação já enviada via e-mail bem como os documentos pessoais dos Diretores.

Esperamos ter atendido todas as exigências para a efetiva Renovação da Licença Definitiva, caso contrário estamos disposição para qualquer esclarecimento.

Sendo o que temos para o momento, valemo-nos da oportunidade para externar a Vossa Senhoria nossos agradecimentos pela presteza no atendimento.

Atenciosamente,

Dezair Alves Pereira

Diretor Presidente

A Senhora

Dra. Argélia Diniz Schramm

DD. Delegada Substituta da Delegacia Regional de Santa Catarina

Ministério das Comunicações

FLORIANÓPOLIS - SC





**CARTÓRIO DE REGISTRO DE IMÓVEIS, 1º TABELIONATO DE NOTAS,  
REG. DE TÍTULOS E DOCUMENTOS E DE PESSOAS  
JURÍDICAS E PROTESTO DE TÍTULOS**

Oldack Musa dos Santos  
Tabelião e Oficial Público  
Rua José Reinaldo Vieira nº 1.281, Ldt. Municipal - Caçu-GO - CEP: 75.813-000  
Fone: (64) 3656-1067 - CNPJ 02.751.386/0001-07

A presente fotocópia é reprodução fiel do documento original  
que me foi apresentado. (Decreto Lei nº 2.148/40, art. 2º)

Dou Fe. Caçu - GO, 07 de janeiro de 2015.

00831405210901026002874

Em testemunho da verdade.

Dezaíza Cristina Guimarães - Escrevente



**ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA E CULTURAL DE CAÇU**

**Rádio Morada dos Sonhos FM 87,9**

[www.moradadossonhosfm.com.br](http://www.moradadossonhosfm.com.br)

**"DA COMUNIDADE PARA A COMUNIDADE"**

Entidade comunitária, sem fins lucrativos conf. Lei nº 9.612/98 e de utilidade pública municipal Lei nº 1667/2010.

CNPJ Nº 02.896.548/0001-97 – FONE 64-3656-1499 – Email: [moradadossonhos@hotmail.com](mailto:moradadossonhos@hotmail.com)

Rua Manoel Carneiro Guimarães, nº 699 – Bairro Morada dos Sonhos – CEP 75813-000 – Caçu – Goiás

Cópia da Ata de Eleição da Diretoria 2014/2016 lavrada no livro de Atas da Associação Comunitária e Cultural de Caçu, às fls 8 e verso. "Ata dos trabalhos da mesa apuradora das eleições para a Diretoria Executiva e Conselho Fiscal, da Associação Comunitária e Cultural de Caçu-GO, realizadas às 17:00 (dezessete) horas, do dia 22 (vinte e dois) do mês de dezembro de 2.014, na sede da Rádio Morada dos Sonhos, situada na Rua Manoel Carneiro Guimarães, nº 699, Setor Morada dos Sonhos, Caçu-GO. Sob a Presidência do Sr. Jair Nunes de Freitas, e como Secretária a Senhorita Alinne Alves Guimarães, designados previamente pela diretoria, instalou-se a Mesa Apuradora de Votos da eleição realizada em 1ª (primeira) convocação, conforme edital, do dia 21 (vinte e um) de novembro, para provimento dos cargos da Diretoria Executiva e do Conselho Fiscal desta Associação, uma vez que a Diretoria e Conselho Fiscal renunciaram ao mandato. Ao iniciar os trabalhos, após cumprir as formalidades de costume, o Presidente da mesa mandou que fosse conferida a folha de votação, a fim de constatar a existência de "quorum" Estatutário, tendo comparecido e votado 19 (dezenove) associados votantes, sendo que todos os votantes estavam aptos a votar. Constatada a integralidade da urna, foi então aberta, dando-se início à contagem dos votos. Continha na urna única 19 (dezenove) cédulas. Feita a apuração obteve-se o seguinte resultado: Por unanimidade 19 (dezenove) votos, a chapa única foi eleita, que é composta da seguinte forma: Diretoria Executiva: Diretor Presidente: Dezair Alves Pereira, Suplente: Divino Nunes Moreira; Diretor Administrativo: João Batista Costa Nascimento, Suplente: José Fonseca Peres; Diretor de Operações: Donizeth Guimarães, Suplente: Wagner Vicente da Silva; Diretor Cultural: Wellington Tavares Paranaíba, Suplente: Valdelício Fernandes de Souza; Diretor de Marketing: José Divino Guimarães, Suplente: Edmilson José de Freitas. Conselho Fiscal – Membros Efetivos: Sérgio Cândido de Castro, Inácio da Fonseca Peres e Altivo Domingos de Freitas; Suplentes: Luiz Carlos da Silva Gonçalves, Celmi Tavares Paranaíba e José Luzia Vieira; Conselho Comunitário: continua o mesmo eleito em dois de agosto de dois mil e quatorze (02/08/2014) uma vez que não renunciaram aos seus mandatos. Não houve protesto ou ocorrência especial, e nada mais havendo a tratar, deu o Sr. Presidente da Mesa por encerrada a reunião, da qual lavrei esta ATA, que após lida será assinada por todos os presentes e pelos componentes da Mesa Apuradora."(assinado) Alinne Alves Guimarães, Jair Nunes de Freitas, Wagner Vicente da Silva, Nely de Castro Moraes, Wellington Tavares Paranaíba e Dezair Alves Pereira. Era tudo o que continha.




TAB.  
CAÇU-GO

Caçu, 23 de dezembro de 2014.

TAB.  
CAÇU-GO




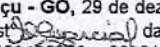
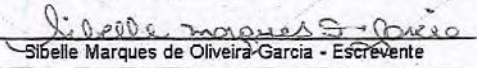
  
Dezaire Alves Pereira

  
João Batista Costa Nascimento

Diretor Presidente

Diretor Administrativo

  
CARTÓRIO DE REGISTRO DE IMÓVEIS, 1º TABELIONATO DE NOTAS,  
REG. DE TÍTULOS E DOCUMENTOS E DE PESSOAS  
JURÍDICAS E PROTESTO DE TÍTULOS  
Oldack Musa dos Santos  
Tabelião e Oficial Vitalício  
Rua José Reinaldo Vieira nº 1.201, Lot. Municipal - Caçu-GO - CEP: 75.813-000  
Fone: (64) 3656-1067 - CNPJ 02.751.306/0001-07

Reconheço por **SEMELHANÇA** as assinaturas de DEZAIRE  
ALVES PEREIRA e JOÃO BATISTA COSTA NASCIMENTO  
são ao exemplar existente em meu arquivo.  
Dou Fé. Caçu - GO, 29 de dezembro de 2014.  
Em test.  da verdade.  
00831412171031023000323 e 00831412171031023000327  
  
Sibelle Marques de Oliveira Garcia - Escrevente



  
CARTÓRIO DE REGISTRO DE IMÓVEIS, 1º TABELIONATO DE NOTAS,  
REG. DE TÍTULOS E DOCUMENTOS E DE PESSOAS  
JURÍDICAS E PROTESTO DE TÍTULOS  
Oldack Musa dos Santos  
Tabelião e Oficial Vitalício  
Rua José Reinaldo Vieira nº 1.201, Lot. Municipal - Caçu-GO - CEP: 75.813-000  
Fone: (64) 3656-1067 - CNPJ 02.751.306/0001-07

**TÍTULOS E DOCUMENTOS - Livro B**

Apresentado hoje para REGISTRO no Livro B, protocolizado e  
digitalizado sob o nº 6.783, e registrado sob o nº 4.666. Dou fé  
Caçu-GO 29/12/2014. Emolumentos: R\$ 20,96 Taxa Jud.: R\$ 11,00  
TOTAL: R\$ 31,96

Selo Digital: 00831310021732094000134  
  
Sibelle Marques de Oliveira Garcia - Escrevente

  
CARTÓRIO DE REGISTRO DE IMÓVEIS, 1º TABELIONATO DE NOTAS,  
REG. DE TÍTULOS E DOCUMENTOS E DE PESSOAS  
JURÍDICAS E PROTESTO DE TÍTULOS  
Oldack Musa dos Santos  
Tabelião e Oficial Vitalício  
Rua José Reinaldo Vieira nº 1.201, Lot. Municipal - Caçu-GO - CEP: 75.813-000  
Fone: (64) 3656-1067 - CNPJ 02.751.306/0001-07

A presente fotocopia é reprodução fiel do documento original  
que me foi apresentado. (Decreto Lei nº 2.148/40, art. 2º)  
Dou Fé. Caçu - GO, 07 de janeiro de 2015.  
00831405210901026002875  
Em testemunho  da verdade  
\_Thaiz Cristina Guimarães - Escrevente

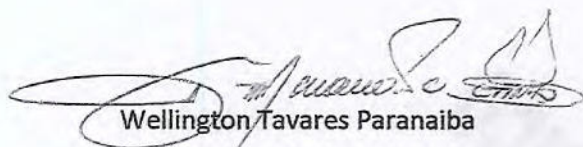




## RENÚNCIA

Nós abaixo assinados, membros da Diretoria Executiva e Conselho Fiscal 2014/2016 da Associação Comunitária e Cultural de Caçu – Rádio Morada dos Sonhos, em atendimento à Nota Técnica nº 15820/2014 do Ministério das Comunicações, mesmo discordando da interpretação dada ao artigo 11 da Lei nº 6.912/98, neste caso, mais em respeito ao direito maior que é o da Comunidade, RENUNCIAMOS ao nosso mandato para que seja eleita uma nova Diretoria nos moldes exigidos pela Nota Técnica.

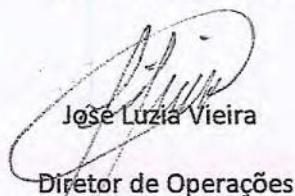
Caçu, 12 de dezembro de 2014.

  
Wellington Tavares Paranaíba

Diretor Presidente


  
João Batista Costa Nascimento

Diretor Administrativo

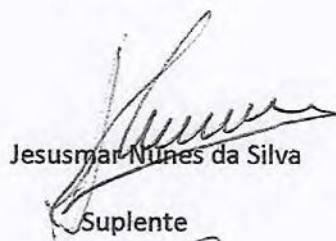
  
José Luzia Vieira  
Diretor de Operações

  
Nely de Castro Morais

Diretor Cultural

  
Fátima Maria da Cunha Rodrigues

Diretora de Marketing

  
Jesusmar Nunes da Silva  
Suplente

  
José da Fonseca Peres

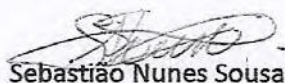
Suplente

  
Plínio Silva

Suplente

  
Leonides Dolores Machado

Suplente

  
Sebastião Nunes Sousa

Suplente

CARTÓRIO DE REGISTRO DE IMÓVEIS, 1º TABELIONATO DE NOTAS,  
REG. DE TÍTULOS E DOCUMENTOS E DE PESSOAS  
JURÍDICAS E PROTESTO DE TÍTULOS



Oldack Musa dos Santos  
Tabelião e Oficial Vitalício  
Rua José Reinaldo Vieira nº 1.201, Lm. Municipal - Caçu/GO - CEP: 75.813-000  
Fone: (64) 3595-1987 - CNPJ 02.791.388/0001-67

A presente fotocópia é reprodução fiel do documento original  
que me foi apresentado. (Decreto Lei nº 2.148/40, art. 2º).  
Dou Fé. Caçu - GO, 07 de janeiro de 2015.  
00831405210901026002876

Em testemunho da verdade

Thaiz Cristina Guimarães - Escrevente



Conselho Fiscal

Sergio Cândido de Castro

Jose Divino Guimarães

Dezair Alves Pereira

Divino Nunes Moreira

Altivo Domingos de Freitas

Gilson da Fonseca Peres



CARTÓRIO DE REGISTRO DE IMÓVEIS, 1º TABELIONATO DE NOTAS,  
REG. DE TÍTULOS E DOCUMENTOS E DE PESSOAS  
JURÍDICAS E PROTESTO DE TÍTULOS

Oldack Musa dos Santos  
Tabelião e Oficial Vitalício  
Rua José Reinaldo Vieira nº 1.201, Lot. Municipal - Caçu-GO - CEP: 75.913-000  
Fone: (64) 3656-1067 - CNPJ 02.751.368/0001-07

A presente fotocópia é reprodução fiel do documento original  
que me foi apresentado. (Decreto Lei nº 2.148/40, art. 2º)

Dou Fé. Caçu - GO, 07 de janeiro de 2015.

00831405210901026002877

Em testemunho da verdade.

Thaiz Cristina Guimarães - Escrevente





**Carteira de Identidade**



ASSINATURA DO PORTADOR

**VÁLIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL**

**REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL**  
**ESTADO DE GOIÁS**  
**SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA**  
**DIVISÃO DE IDENTIFICAÇÃO**

**745 145**

**Dezaire Alves Pereira**  
**Rivalda Resende Pereira**

**Cachoeira** **02.07.1957**  
PAÍS DE NASCIMENTO DATA DO NASCIMENTO

**06.06.1976**  
DATA DE EMISSÃO

**CHIEF DA DIVISÃO DE IDENTIFICAÇÃO**

**VÁLIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL**  
CASA DA MOEDA DO BRASIL

**MINISTÉRIO DA FAZENDA**  
**Secretaria da Receita Federal**

**CPF - CADASTRO DE PESSOAS FÍSICAS**


Nome  
**DEZAIR ALVES PEREIRA**

Nº de inscrição  
**350534451-68**

Data de Nascimento  
**02/07/57**



Este documento é o comprovante de inscrição no CADASTRO DE PESSOAS FÍSICAS - CPF, vedada a exigência por terceiros, salvo nos casos previstos na Legislação vigente.

Assinatura  
  
**DEZAIR ALVES PEREIRA**

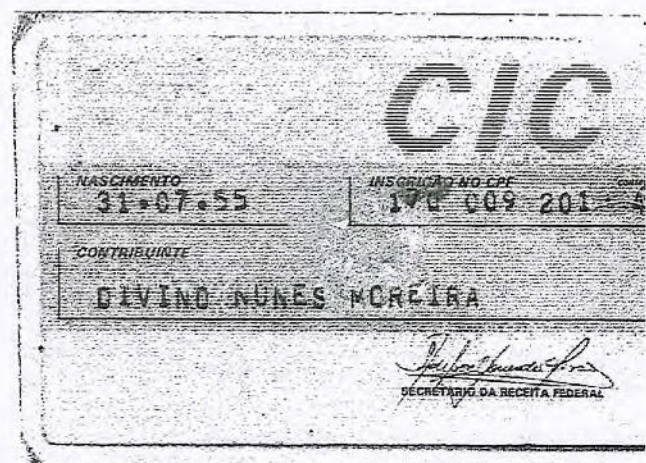
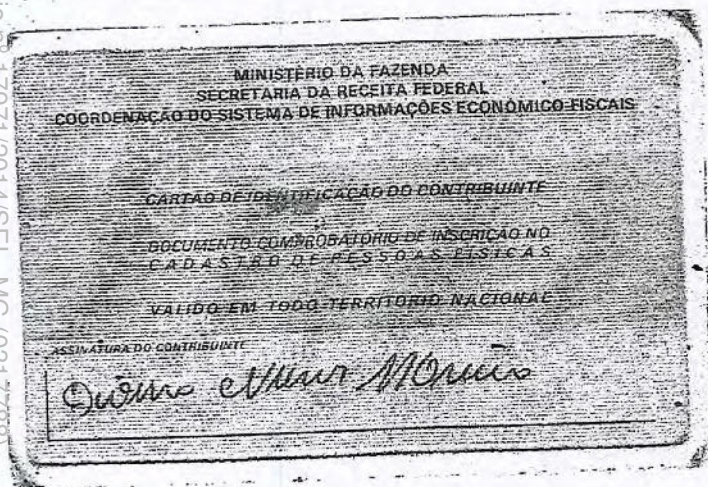
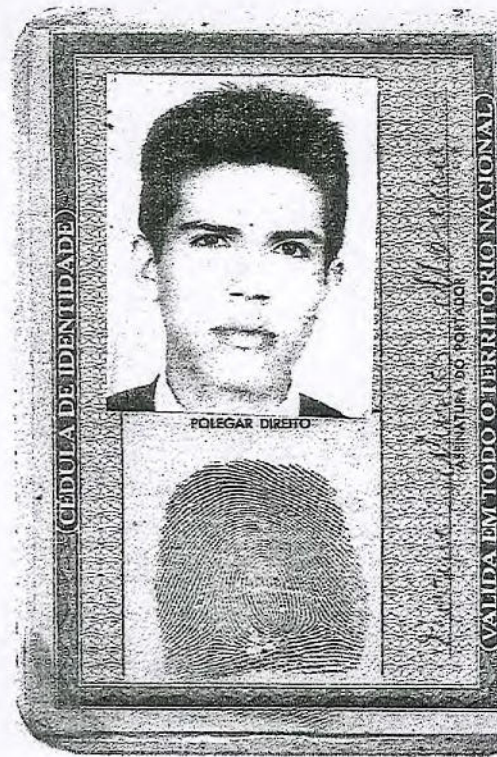
**VÁLIDO EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL**

Emitido em: **04/05/97**

**S E R P R O**

*Fazenda Retiro*





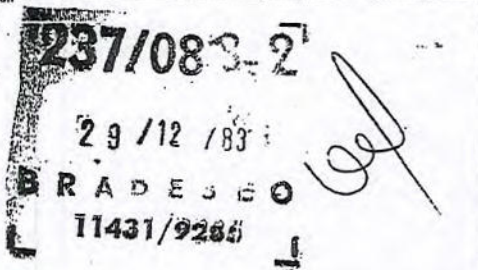
R. José Rinaldo Vieira m: 454





VÁLIDO EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL  
ESTE CARTÃO É O DOCUMENTO COMPROVATÓRIO DE INSCRIÇÃO NO CADASTRO DE PESSOAS FÍSICAS - CPF E DE USO OBRIGATÓRIO NOS CASOS LEGALMENTE DETERMINADOS.  
PARA QUALQUER ORIENTAÇÃO DE NATUREZA TRIBUTÁRIA, PROCURE A UNIDADE LOCAL DA SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL.

CARIMBO DO AGENTE RECEPTOR



APROVADO PELA INSTRUÇÃO NORMATIVA DO SRF 135/80

CEF - 0.504

LABORATÓRIO 0806 / N.º 035/81



MINISTÉRIO DA FAZENDA  
SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL  
COORDENAÇÃO DO SISTEMA DE INFORMAÇÕES  
ECONÔMICO - FISCALIS - CIEF

CIC

N.º DE INSCRIÇÃO NO CADASTRO DE PESSOAS FÍSICAS - CPF

220 159 901 78

NOME DO CONTRIBUINTE

JOÃO BATISTA COSTA NASCIMENTO

VÁLIDO ATÉ 180 DIAS A CONTAR DA DATA  
DO CARIMBO DO AGENTE RECEPTOR

NASCIMENTO

01/08/1957

ASSINATURA DO CONTRIBUINTE

\*João Batista Costa Nascimento

TERA VALIDADE SOMENTE COM A APRESENTAÇÃO DA CARTEIRA DE IDENTIDADE

TIPOGRAFIA SÃO DOMINGOS S.A. - AVENIDA MIGUEL ESTEFANO, 354/364 - CATANDUVA - SP - C.G.C. 47.064.738/0001-8



CNPJ - 01.543.032/0001-04 INSC. EST - 100.549.420 Rua 2 Qd. A-37 S/N - Jardim Goiás - CEP 74.805-180 - Goiânia - Goiás  
www.celg.com.br

JOAO BATISTA COSTA NASCIMENTO

RUA NECA BORGES QD. 2 L.8 1021,

SETOR CENTRAL  
Cep: 75813000 CACU GO  
CACU

DATA DA EMISSÃO: 24/02/2011  
RAZÃO: 37  
REGIONAL: P25  
MEDIDOR: 1235448-1  
ROTA: 4 - 184600

13701140028586



020823

CÓDIGO DO CLIENTE

1283950

CONTA (UC)

1140028586

UNIDADE CONSUMIDORA

1140028586

VENCIMENTO

07/03/2011

ENDEREÇO DAS AGÊNCIAS DE ATENDIMENTO

DT-AGCC - AG. ATEND. DE CACU - RUA JOAO BATISTA GAMA, N. 599 SETOR CENTRAL CEP: 75813-000 CACU GO





ESTADO DE GOIÁS  
SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA  
DIVISÃO DE IDENTIFICAÇÃO



POLGAR DIREITO



*Jose da Fonseca Peres*  
ASSINATURA DO TITULAR

CARTEIRA DE IDENTIDADE

REGISTRO  
GERAL

154.195 2ª Via

DATA DE  
EXPECIAÇÃO

10-mar-1986

NOME

JOSÉ DA FONSECA PERES

FILIAÇÃO

Valdemar Peres de Sousa  
Adalgisa Peres da Fonsêca

NATURALIDADE

Santa Vitoria-MG

05-nov-1948

DATA DE NASCIMENTO

DOC. ORIGEM

C.Nas.nº2.926 fls.180 L.04 em  
Paranaiguara-GO, 02-mar-1959\*

CPF

041.487.381-53

ASSINATURA DO DIRETOR

LEI Nº7.116 DE 29/08/83

CIC

NASCIMENTO

05.11.48

INSCRIÇÃO NO CPF

041 487 381 53

CONTROLE

CONTRIBUINTE

JOSE FONSECA PERES

*Jose da Fonseca Peres*  
SECRETÁRIO DA RECEITA FEDERAL

MINISTÉRIO DA FAZENDA  
SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL  
COORDENAÇÃO DO SISTEMA DE INFORMAÇÕES ECONÔMICAS-FISCAIS

CARTÃO DE IDENTIFICAÇÃO DO CONTRIBUINTE

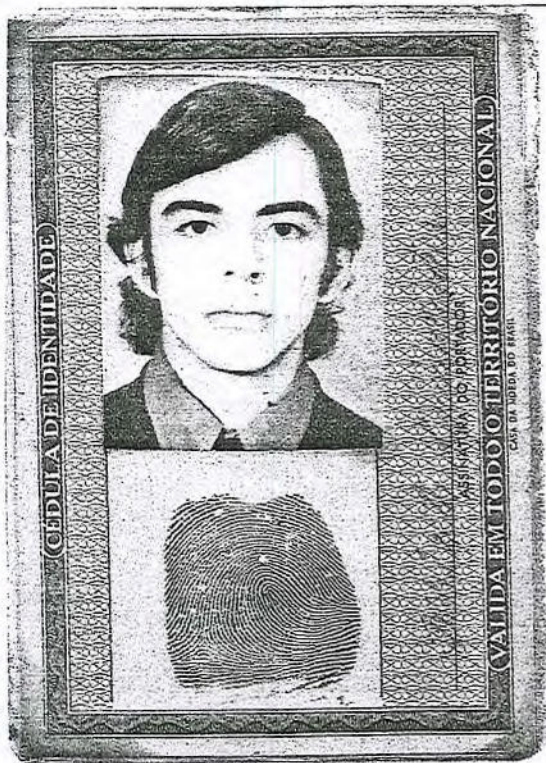
DOCUMENTO COMPROBATORIO DE INSCRIÇÃO NO  
CADASTRO DE PESSOAS FÍSICAS

VÁLIDO EM TODO TERRITÓRIO NACIONAL

ASSINATURA DO CONTRIBUINTE

*Jose da Fonseca Peres*





**210**

NASCIMENTO 18.04.55 INSCRIÇÃO NO CPF 130.439.511-15

CONTRIBUINTE

**DONIZETH GUIMARÃES**

*[Assinatura]*  
SECRETÁRIO DA RECEITA FEDERAL

4

**GOVERNO DE GOIAS**  
SEAGRO SECRETARIA DE AGRICULTURA, PECUARIA E AMBIENTAL  
COM PLANO BARRIO E PROTEÇÃO DE MEIO AMBIENTE

**AR**  
AGENCIARURAL

CREDENCIAMENTO Nº 004.918 DATA DE EMISSÃO 24/03/2003

INSCRIÇÃO ESTADUAL 11.140.781-8 C.G.C./C.P.F. 130.439.511-15

RAZÃO SOCIAL

**DONIZETH GUIMARÃES**

ENDEREÇO

RODOVIA MUNICIPAL A CAW 1 - KM 8 - FAZENDA GABRIELA - CAÇU - GO

ATIVIDADE ECONÔMICA

**BOVINOCULTURA DE CORTE E LEITE**

*[Assinatura]*  
APARECIDO DOS REIS PACHECO  
Med. Veterinário CRMV-GO 0276  
Delegação de Competência port.  
Nº 001/2000 - DDA / AGENCIARURAL

**199,9 HECTARES**

ÁREA DO IMÓVEL RURAL

OBSERVAÇÃO

**DECRETO ESTADUAL Nº 5.067 DE 25/06/1999.  
LEI ESTADUAL Nº 13.443 DE 19/01/1999, REGU-  
LAMENTADA PELO DECRETO Nº 5.068 DE  
30/06/1999.**

*[Assinatura]*

*[Assinatura]*  
ASSINATURA DO PRODUTOR RURAL / INDUSTRIAL



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL  
ESTADO DE GOIÁS  
SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA  
DIVISÃO DE IDENTIFICAÇÃO

REGISTRO GERAL 224.221

NOME **WAGNER VICENTE DA SILVA**

FILIAÇÃO **JOAQUIM VICENTE DA SILVA e  
EVA CANDIDA DA SILVA**

NATURALIDADE **GOIÁS** DATA DO NASCIMENTO **25/03/1953**

CHEFE DA DIVISÃO DE IDENTIFICAÇÃO

**VALIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL**

**CIC**

NASCIMENTO **25-03-53** INSCRIÇÃO NO CPF **077 218 461 53**

CONTRIBUINTE

**WAGNER VICENTE DA SILVA**

SECRETÁRIO DA RECEITA FEDERAL

**CEDULA DE IDENTIDADE**

POLEGAR DIREITO

ASSINATURA DO PORTADOR

**VALIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL**

MINISTÉRIO DA FAZENDA  
SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL  
COORDENAÇÃO DO SISTEMA DE INFORMAÇÕES ECONÔMICO-FISCAIS

**CARTÃO DE IDENTIFICAÇÃO DO CONTRIBUINTE**

DOCUMENTO COMPROBATÓRIO DE INSCRIÇÃO NO  
CADASTRO DE PESSOAS FÍSICAS

**VALIDO EM TODO TERRITÓRIO NACIONAL**

ASSINATURA DO CONTRIBUINTE

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL  
MINISTÉRIO DAS CIDADES  
DEPARTAMENTO NACIONAL DE TRÂNSITO  
CARTEIRA NACIONAL DE HABILITAÇÃO

NOME **WAGNER VICENTE DA SILVA**

DOC. IDENTIDADE / ORG. EMISSOR / UF **DP234881SSPGO**

CPF **077.218.461-53** DATA NASCIMENTO **25/03/1953**

FILIAÇÃO **JOAQUIM VICENTE DA SILVA  
EVA CANDIDA DA SILVA**

PERMISSÃO **B** ACC **B** CAT. HAB. **B**

Nº REGISTRO **02964497716** VALIDADE **27/05/2018** 1ª HABILITAÇÃO **05/05/1979**

OBSERVAÇÕES

ASSINATURA DO PORTADOR

LOCAL **CACU, GO** DATA EMISSÃO **04/06/2013**

ASSINATURA DO EMISSOR

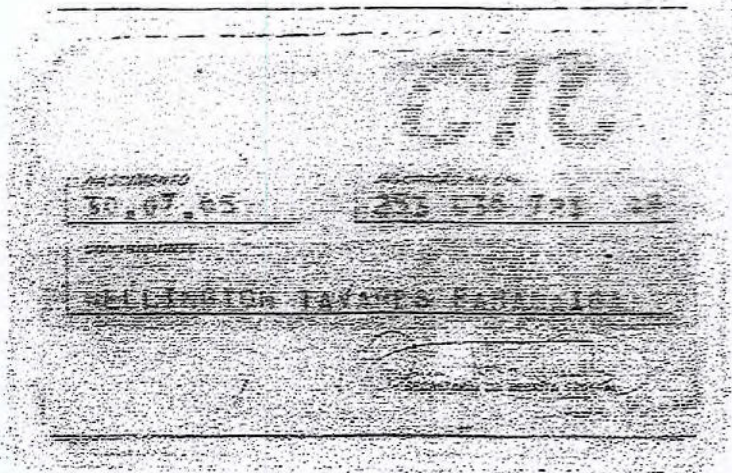
**11466614171  
00065680057**

**DETRAN GO (GOIÁS)**

**VALIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL  
767253530**

**PROIBIDO PLASTIFICAR  
767253530**





COMARCA DE CAÇU - ESTADO DE GOIÁS  
TABELIONATO 1º DE NÚMERO  
A presente Fotocópia é reprodução  
Fiel do documento original que  
que me foi apresentado.

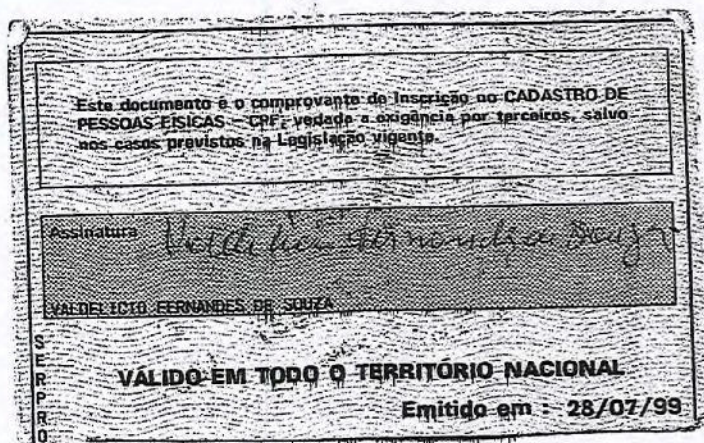
CACU. 24 AGO 2017

- ☐ OLDAK MUSA DOS SANTOS - TAB
- ☐ MARISTELA SOUSA C. PARANAIBA - ESCRIV
- ☐ MISSE SOUSA CARVALHO - ESCRIV
- ☐ ÂNGELA DE CASTRO DOS SANTOS - ESCRIV

X **Sheila de Castro Santos Pessoa**  
Escrevente







Av. Uldeponso Carneiro n= 1733



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

ESTADO DE GOIÁS  
SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA  
DIVISÃO DE IDENTIFICAÇÃO



*Guimarães*  
ASSINATURA DO TITULAR

CARTEIRA DE IDENTIDADE

VÁLIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

REGISTRO 616.997-23 via DATA DE EXPEDIÇÃO 10-out-86

NOME JOSÉ DIVINO GUIMARÃES  
Izoel Carneiro Guimarães  
Analia Delfina Guimarães

LOCALIDADE Caçu-GO. DATA DE NASCIMENTO 12-out-52

NAT. NACIONALIDADE CC.nº 284 L.B-02 fls.137, exp.e

DOSS. OR. Caçu-GO, em 01-jun-79.

CPF 127 952 161-91

*Guimarães*  
ASSINATURA DO DIRETOR

LEI Nº 7.116 DE 29/08/53

MINISTÉRIO DA FAZENDA  
SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL  
COORDENAÇÃO DO SISTEMA DE INFORMAÇÕES ECONÔMICAS FISCAIS

CARTEÃO DE IDENTIFICAÇÃO DO CONTRIBUINTE

DOCUMENTO COMPROBATÓRIO DE INSCRIÇÃO NO  
CADASTRO DE PESSOAS FÍSICAS

VÁLIDO EM TODO TERRITÓRIO NACIONAL

ASSINATURA DO CONTRIBUINTE

**CIC**

NASCIMENTO 12-05-52 INSCRIÇÃO NO CPF 127 952 161 91

CONTRIBUINTE

JOSÉ DIVINO GUIMARÃES

*Guimarães*  
SECRETÁRIO DA RECEITA FEDERAL

*Sua Neca Borges, 1125 - Centro*



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL  
SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA  
INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO

PI - 10

MO-DADOR DE GRACAS E BENEFÍCIOS

COLEÇÃO IMAGEM

Edmilson José de Freitas

NATURALIDADE

CARTEIRA DE IDENTIDADE

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

EDMILSON JOSÉ DE FREITAS

CONTRIBUINTE

10.12.48

100.558.124

10.12.48

VALIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

REGISTRO GERAL 000406872

DATA DE EMISSÃO 21/02/2000

NOME Edmilson José de Freitas

FILIAÇÃO Valdomiro José de Freitas e Aparecida Cruz de Freitas

NATURALIDADE Aparecida do Taboado-MS

DATA DE NASCIMENTO 10/12/1947

DOC. ORIGEM C C 1.111 L B-05 F 71

CACU-80

CPF 421895001-68

Alza F. de Moraes dos Santos

ASSINATURA DO DIRETOR

Edmilson José de Freitas

SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL

COOPERAÇÃO DO SISTEMA DE INFORMAÇÕES FISCALIS

CARTEIRA DE IDENTIFICAÇÃO DO CONTRIBUINTE

DOCUMENTO COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO

VALIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL



ESTADO DE GOIÁS  
SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA  
DIVISÃO DE IDENTIFICAÇÃO

REGISTRO CREA 1.446.052

NOME SERGIO CANDIDO DE CASTRO

Adalberto Teixeira de Castro

EDUCAÇÃO

Marcelina Candida de Castro

Jataí-GO

12 Maio-1963

NATURALIDADE DATA DO NASCIMENTO

12 Jan-1982

SECRETARIA DA DIVISÃO DE IDENTIFICAÇÃO

VALIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

ASSINATURA DO PORTADOR

Sergio Candido de Castro

ESTADO DE GOIÁS  
SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA  
DIVISÃO DE IDENTIFICAÇÃO

REGISTRO CREA 1.446.052

NOME SERGIO CANDIDO DE CASTRO

Adalberto Teixeira de Castro

EDUCAÇÃO

Marcelina Candida de Castro

Jataí-GO

12 Maio-1963

NATURALIDADE DATA DO NASCIMENTO

12 Jan-1982

SECRETARIA DA DIVISÃO DE IDENTIFICAÇÃO

VALIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

NASCIMENTO 12.05.63

INSCRIÇÃO NO CPF 288 286 141 72

CONTRIBUINTE

SERGIO CANDIDO DE CASTRO

SECRETARIO DA RECEITA FEDERAL

MINISTERIO DA FAZENDA  
SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL  
COORDENACAO DO SISTEMA DE INFORMACOES ECONOMICO FISCAIS

CARTÃO DE IDENTIFICAÇÃO DO CONTRIBUINTE

DOCUMENTO COMPROBATORIO DE INSCRIÇÃO NO CADASTRO DE PESSOAS FISICAIS

VALIDO EM TODO TERRITÓRIO NACIONAL

ASSINATURA DO CONTRIBUINTE



VALIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

REGISTRO GERAL 292952/2.A VIA DATA DE EXPEDIÇÃO 22/DEZ/1997

NOME **INACIO DA FONSECA PERES**

FILIAÇÃO **WALDEMAR PERES DE SOUSA  
ADALGISA PERES DA FONSECA**

PARANAIGUARA GO. DATA DE NASCIMENTO 24/JUL/1953

NATURALIDADE **NAO DOADOR DE ORGAOS E TECIDOS**

DOC ORIGEM C.CAS. 131 FLs. 184 L. B 1 CRC CACU GO EM 07/07/1977

CPF 054546031-04

ASSINATURA DO DIRETOR 17696089

LEI Nº 7.116 DE 29/08/83

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

GOVERNO DO ESTADO DE GOIÁS

DIRETORIA GERAL DA POLÍCIA CIVIL

INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO





ASSINATURA DO TITULAR

CARTEIRA DE IDENTIDADE

MINISTÉRIO DA FAZENDA

Secretaria da Receita Federal

**CPF - CADASTRO DE PESSOAS FÍSICAS**

Nome **INACIO DA FONSECA PERES**

Nº de inscrição **054546031-04**

Data de Nascimento **24/07/53**



Este documento é o comprovante de inscrição no CADASTRO DE PESSOAS FÍSICAS - CPF, vedada a utilização por terceiros, salvo nos casos previstos na legislação vigente.

Assinatura

**INACIO DA FONSECA PERES**

**VÁLIDO EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL**

Emitido em : 31/07/94



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

GOVERNO DO ESTADO DE GOIÁS **P-17**

SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA  
INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO

ASSINATURA DO TITULAR 

CARTEIRA DE IDENTIDADE

VÁLIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

REGISTRO GERAL 5949449 DATA DE EXPEDIÇÃO 01/SEI/2010

NOME ALTIVO DOMINGOS DE FREITAS

FILIAÇÃO SEBASTIAO DOMINGOS PEREIRA  
DELICIDIA BENTA DE FREITAS

SANTA VITORIA-MG

NATURALIDADE 06/ABR/1954  
DATA DE NASCIMENTO

DOC ORIGEM C.CAS. 10003 FLS. 211 L. B29 UBERLANDIA - MG EM 28/09/1984

CPF 094912951-87

5603263

ASSINATURA DO DIRETOR 

6774580

DEF Nº 7.116 DE 29/08/83

Este documento é o comprovante de inscrição no CADASTRO DE PESSOAS FÍSICAS - CPF, válido em todo o território nacional.

Nome: ALTIVO DOMINGOS DE FREITAS

CPF: 094912951-87

VÁLIDO EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

Emissão em: 17/06


MINISTÉRIO DA FAZENDA  
Secretaria da Receita Federal

CPF - CADASTRO DE PESSOAS FÍSICAS

Nome: ALTIVO DOMINGOS DE FREITAS

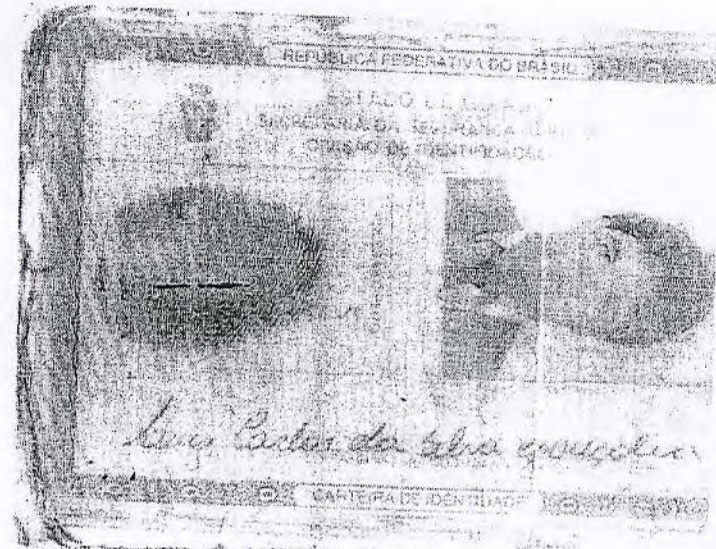
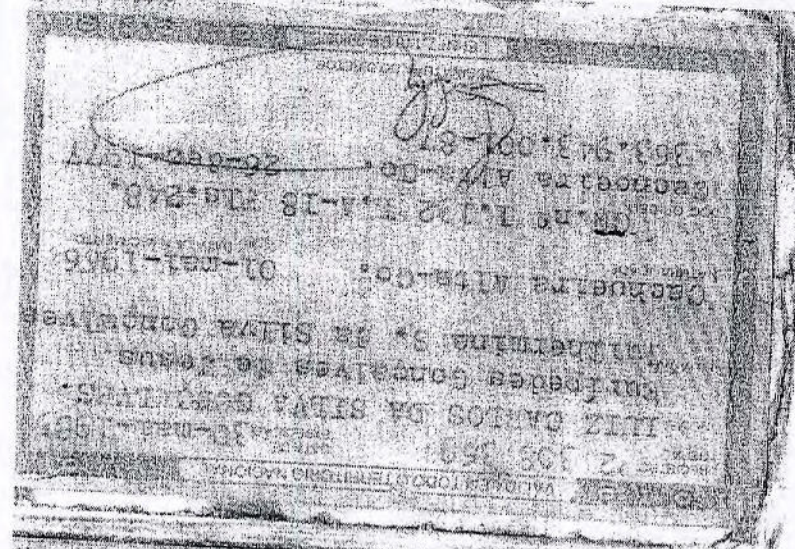
No de Inscrição: 094912951-87

Data de Nascimento: 06/04/54



Endereço - AV. Ildefonso Carneiro  
nº 797 - Setor Central.  
Cage - GO





**VILAÇA**  
**EURIPEDES CONCALVES DE JESUS**  
**GUILHERMINA S DA SILVA GONCALVES**

Nº DE REGISTRO 605320784	DATA DO REGISTRO 10/12/1999	Nº DE HABILITAÇÃO 12/07/1989
-----------------------------	--------------------------------	---------------------------------

ASSINATURA DO RENTADOR  
*Luiz Carlos da Silva Gonçalves*

ASSINATURA DO EXPEDIDOR  
*AK*

130024438

GO004021277

**REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL**  
**CONSELHO NACIONAL DE TRANSITO**  
**CARTEIRA NACIONAL DE HABILITAÇÃO**  
**DETRAN - GO**

**LUIZ CARLOS DA SILVA GONCALVES**

DOC. IDENT. 230836968PGO

DATA DO NASCIMENTO 01/05/1966

CRC 363.943.001-87

DATA DO CADASTRO 01/05/2004

DATA DO EXAME 01/05/2004

DATA DO EXAME 01/05/2004

DATA DO EXAME 01/05/2004

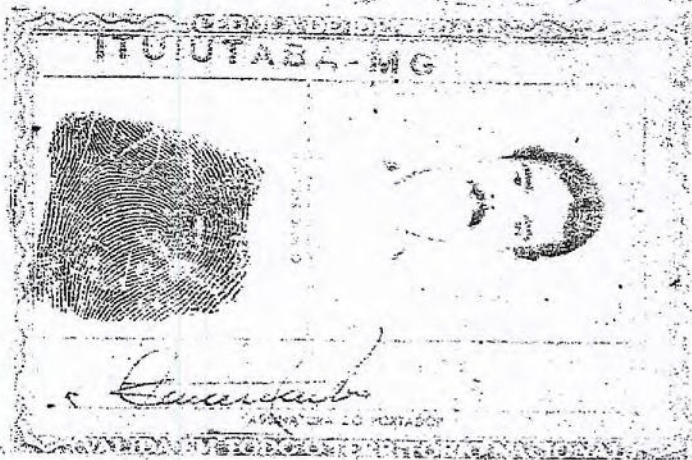
**COMARCA DE CAÇU - ESTADO DE GOIÁS**  
**TABELIONATO 1º DE NOTAS**  
A presente fotocópia é reprodução fiel do documento original que me foi apresentado.

CAÇU, 16-08-2004

*[Assinatura]*

☐ Gloraci Musa dos Santos - 1º Tab. ☐ Mariete Sousa C. Paranaíba - Escriv.  
☒ Misse Sousa Carvalho - Escrev. ☐ Ângela de Castro Santos - Escrev.





124 701 201 87

CELMÍ TAVARES PARANAÍBA

*Celmi Tavares Paranaíba*

18.06.1956

01.2.01.09 - 3

06/08/92

RF - JATAI - GO

ASSINATURA DO FUNCIONÁRIO RESPONSÁVEL

06.08.92  
Cláudio Rodrigues Carneiro  
Mat. 5.018.896-8  
Chefe de Setor



**CIC**



NASCIMENTO  
**13.12.51**

INSCRIÇÃO NO CPF  
**077 228 181 53**

CONTRIBUINTE  
**JOSE LUZIA VIEIRA**

*[Assinatura]*  
SECRETÁRIO DA RECEITA FEDERAL

**CÉDULA DE IDENTIDADE**

*[Assinatura]*  
ASSINATURA DO PORTADOR

**VALIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL**

MINISTÉRIO DA FAZENDA  
SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL  
COORDENAÇÃO DO SISTEMA DE INFORMAÇÕES ECONÔMICAS FISCAIS

**CARTÃO DE IDENTIFICAÇÃO DO CONTRIBUINTE**

DOCUMENTO COMPROBATÓRIO DE INSCRIÇÃO NO  
CADASTRO DE PESSOAS FÍSICAS

**VALIDO EM TODO TERRITÓRIO NACIONAL**

ASSINATURA DO CONTRIBUINTE  
*[Assinatura]*

**REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL**

ESTADO DE GOIÁS  
SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA  
DIVISÃO DE IDENTIFICAÇÃO

294 243

**JOSE LUZIA VIEIRA**

Joaquim Vieira, Indado e  
Vitalina Selma de Jesus

Natalia de Jesus  
22/Dez-1951

GOIÁS  
02/Jan-1972

**VALIDO EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL**



A Senhora

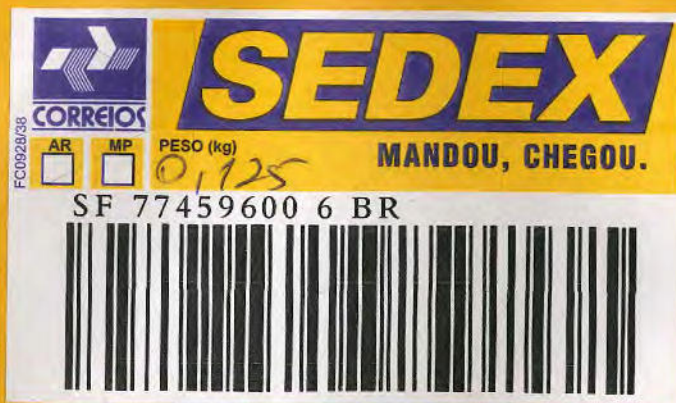
Dra. Argélia Diniz Schramm

DD. Delegada Substituta da Delegacia Regional de Santa Catarina

Praça XV de Novembro, nº 242 – 1º Andar, Salas 107 a 110

Ministério das Comunicações

88010-970 - FLORIANÓPOLIS – SC



(ETIQUETA OU CARIMBO MP)

ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA E CULTURAL DE CAÇU

Rua Manoel Carneiro Guimarães, 699 – Morada dos Sonhos

75813-000 – CAÇU - GOIÁS



**Ministério das Comunicações**  
**Secretaria de Serviço de Radiodifusão**  
**Departamento de Outorga de Serviço de Radiodifusão**  
**ROTEIRO DE ANÁLISE LEGAL DE RADCOM**

**Identificação do Processo**

Número: 53000.052021/2011 Localidade / UF: CAÇUI/GO  
Entidade: ASSOCIACAO COMUNITARIA E CULTURAL DE CACU  
Aviso: 0 Publicação: 01/01/2000 Prazo: 0 Canal: 0

**Processo**

1. A Entidade é uma: Associação

**2. Quadro Diretivo da Associação ou Fundação**

Nome	CPF	Cargo	Mandato	Telefone
José Divino Guimarães	127.952.161-91	Outros	22/12/2014 22/12/2016	
Wagner Vicente da Silva	077.218.461-53	Outros	22/12/2014 22/12/2016	
Wellington Tavares Paranaíba	253.038.721-49	Diretor Cultural	22/12/2014 22/12/2016	
Valdelício Fernandes de Souza	011.958.241-49	Outros	22/12/2014 22/12/2016	
DEZAIR ALVES PEREIRA	350.534.451-68	Presidente	22/12/2014 22/12/2016	
Edmilson José de Freitas	421.895.001-68	Outros	22/12/2014 22/12/2016	
Donizeth Guimarães	130.439.511-15	Diretor de Operações	22/12/2014 22/12/2016	
José da Fonseca Peres	041.487.381-53	Outros	22/12/2014 22/12/2016	
João Batista Costa Nascimento	220.159.901-78	Diretor Administrativo	22/12/2014 22/12/2016	
Divino Nunes Moreira	170.009.201-49	Outros	22/12/2014 22/12/2016	

**3. Conclusão Geral (Parecer Legal)**

**PROCESSO INSTRUÍDO COM OS SEGUINTE DOCUMENTOS:**

1. Declaração de que a emissora apresenta os mesmos parâmetros técnicos em conformidade com a última autorização do MiniCom: f. 14 (Requerimento volume 1 - doc SEI 0070131)
2. Certidão Negativa de débitos administrados pela ANATEL: f. 16 (Req de atend à exig - doc SEI 0184875)
3. CNPJ válido e atual: f. 16 (Requerimento volume 1 - doc SEI 0070131)
4. Estatuto: f. 21 a 29 (Requerimento volume 4 - doc SEI 0070927); f. 02 a 15 (Req de atend à exig - doc SEI 0184875)
5. Ata de eleição: f. 02 e 03 (Resposta ao Of 17971 - doc SEI 0317788)
6. Relatório Conselho Comunitário: f. 30 a 35 (Requerimento volume 4 - doc SEI 0070927)
7. Cópias dos RG e CPF dos Diretores: f. 06 a 21 (Resposta ao Of 17971 - doc SEI 0317788); f. 38-40 e 42 (Requerimento volume 4 - doc SEI 0070927)

**CONCLUSÃO:**

Processo instruído.

Analista: Tiane Aimi Severo

*Tiane A. Severo*

TIANE AIMI SEVERO

*Tiane Aimi Severo*  
Analista Técnico-Administrativo  
DRMC - 04 / Novembro 2011



**MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES**  
**DELEGACIA REGIONAL EM SANTA CATARINA**  
Praça XV de Novembro, 242, 1º andar, salas 107 a 110.  
CEP 88.010-970 Florianópolis - SC  
Tel.: (48) 3229-4373 / 3225-4730 - Fax: (48) 3225-6724  
e-mail: argelia.schramm@comunicacoes.gov.br

Memo. nº 847/2015/SEI-MC

Florianópolis, 24 de março de 2015.

À Coordenadora-Geral de Acompanhamento de Outorga

Assunto: **Informação sobre entidade comunitária que pleiteia a Renovação da Outorga.**

1. Solicitamos informação acerca da existência de eventual Processo de Apuração de Infração (concluído ou em trâmite) instaurado em face da entidade **Associação Comunitária e Cultural de Caçu**, autorizada para execução do Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de **Caçu/GO**, devendo ser esclarecida a situação, salientando, ainda, se e quando houve aplicação de sanção.

2. Cabe informar que a pendência que levou à solicitação de abertura de PAI mencionado no Memorando 1706/2014 (doc SEI 0220780) foi sanada, conforme Resposta ao Ofício 17971/2014 (doc SEI 0317788), pois a entidade fez nova eleição para seu quadro diretivo.

Atenciosamente,

Argélia Diniz Schramm  
Delegada Regional  
Substituta



Documento assinado eletronicamente por **Argelia Diniz Schramm**, **Delegado Substituto**, em 25/03/2015, às 13:36, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **0430433** e o código CRC **6FE35FC5**.

**MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES**

Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica

Departamento de Acompanhamento e Avaliação de Serviços de Comunicação Eletrônica

Coordenação-Geral de Acompanhamento de Outorgas

Coordenação de Análise de Denúncias

**DESPACHO**Processo nº: **53000.052021/2011-38**Interessado(a): **ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA E CULTURAL DE CAÇU.**

1. Em atenção ao Memorando nº 847/2015/SEI-MC, informamos que foram encontrados registros de processos atribuídos à Interessada no banco de dados de controle de Processos de Apuração de Infração - PAIs e no Sistema de Controle de Radiodifusão - SRD, cujo resultado segue abaixo:

Descrição	Nº Processo	Situação Atual
Registros de PAIs ativos	53900.011518/2014	<ul style="list-style-type: none"><li>• Em trâmite;</li><li>• Processo aguardando análise da defesa;</li><li>• Irregularidade apurada: vínculo político.</li></ul>
Registros de PAIs ativos	53900.027907/2014	<ul style="list-style-type: none"><li>• Em trâmite;</li><li>• Processo aguardando o envio da defesa;</li><li>• Irregularidade apurada: vínculo político. Anexado ao PAI nº 53900.011518/2014, por se tratar da mesma matéria.</li></ul>

2. Quanto ao questionamento referente à instauração do Processo de Apuração de Infração nº 53900.027907/2014, cabe comentar que o Processo foi instaurado considerando a solicitação do Memorando nº 1706/2014/SEI-MC, proveniente da Delegacia Regional do Ministério das Comunicações em Santa Catarina, e considerando as informações angariadas não mencionadas no Processo nº 53900.011518/2014.

3. Ademais, cabe esclarecer que a constatação da irregularidade de manutenção de vínculo é motivo suficiente para a apuração da infração e possível penalização da entidade, ainda que a infração em comento tenha sido sanada pela Associação, considerando os termos do artigo 1º, da Lei nº 9.873, de 23 de novembro de 1999, a qual estabeleceu o prazo para prescrição da ação punitiva em 5 (cinco) anos, contados a partir da prática do ato ou, no caso de infração continuada, do dia em que houver cessado. No caso concreto, a partir da eleição da nova diretoria.



Atenciosamente,



Documento assinado eletronicamente por **Itamar Marques Teixeira**, **Coordenador-geral de Acompanhamento de Outorgas**, em 18/05/2015, às 10:41, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **0489197** e o código CRC **13D4B456**.

## Minutas e Anexos

Não Possui.



**ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO**  
**CONSULTORIA-GERAL DA UNIÃO**  
**CONSULTORIA JURÍDICA JUNTO AO MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES**

**PARECER Nº 475 / 2015 / SEI-MC**

**PROCESSO Nº 53900.030496/2015-53**

**INTERESSADO:** Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica

**ASSUNTO:** Renovação de outorga de radiodifusão comunitária.

Radiodifusão comunitária. Renovação de outorgas. Elaboração de manifestação jurídica referencial, nos termos da ON AGU nº 55/2014. Dispensa de análise jurídica individualizada. Documentos a serem conferidos pela área técnica. Hipóteses de renovação e de não renovação. Desnecessidade de remessa dos processos de renovação de outorga para esta CONJUR, salvo nas hipóteses especificadas no Parecer.

## **I – RELATÓRIO**

1. Trata-se de solicitação do Consultor Jurídico para elaboração de manifestação jurídica referencial a respeito dos processos de renovação de outorga dos serviços de radiodifusão comunitária, nos termos do que autoriza a Orientação Normativa nº 55, de 23 de maio de 2014, do Advogado-Geral da União.
2. A elaboração desta manifestação referencial se soma aos esforços da Consultoria Jurídica do Ministério das Comunicações quanto à desburocratização e racionalização de procedimentos, além da atribuição de maior celeridade à tramitação de processos relativos aos serviços de radiodifusão.
3. É o relatório.

## **II – FUNDAMENTAÇÃO**

### **II.I. Requisitos para elaboração de manifestação jurídica referencial.**

4. A ON AGU nº 55/2014 autoriza a dispensa de análise jurídica individualizada nos casos repetitivos que sejam objeto de "manifestação jurídica referencial". Assim, nessas hipóteses, cabe à área técnica atestar no processo que o caso se amolda ao parecer referencial, ficando dispensada a remessa do processo à Consultoria Jurídica - CONJUR. Vejamos a íntegra do ato:

ORIENTAÇÃO NORMATIVA Nº 55, DE 23 DE MAIO DE 2014.

O ADOGADO-GERAL DA UNIÃO, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I, X, XI e XIII, do art. 4º da Lei Complementar nº 73, de 10 de fevereiro de 1993, considerando o que consta do Processo nº 56377.000011/2009-12, resolve expedir a presente orientação normativa a todos os órgãos jurídicos enumerados nos arts. 2º e 17 da Lei Complementar nº 73, de 1993:



I - Os processos que sejam objeto de manifestação jurídica referencial, isto é, aquela que analisa todas as questões jurídicas que envolvam matérias idênticas e recorrentes, estão dispensados de análise individualizada pelos órgãos consultivos, desde que a área técnica ateste, de forma expressa, que o caso concreto se amolda aos termos da citada manifestação.

II - Para a elaboração de manifestação jurídica referencial devem ser observados os seguintes requisitos: a) o volume de processos em matérias idênticas e recorrentes impactar, justificadamente, a atuação do órgão consultivo ou a celeridade dos serviços administrativos; e b) a atividade jurídica exercida se restringir à verificação do atendimento das exigências legais a partir da simples conferência de documentos.

Referência: Parecer nº 004/ASMG/CGU/AGU/2014

LUÍS INÁCIO LUCENA ADAMS

5. Como se pode observar, a ON AGU nº 55/2014 prevê dois requisitos para a utilização desse expediente: (i) o volume elevado de processos com impacto sobre a atuação da CONJUR e sobre a celeridade dos serviços administrativos; e (ii) a atividade jurídica exercida se restringir à verificação do atendimento às exigências legais a partir da conferência de documentos.
6. Quanto ao primeiro requisito, verifica-se que, atualmente, cerca de 60% dos processos em tramitação na Coordenação-Geral de Assuntos Judiciais se referem à renovação de outorgas de rádios comunitárias. Ademais, segundo informações colhidas junto à área técnica, há mais de mil processos idênticos em tramitação na Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica – SCE, com previsão de serem encaminhados para a análise desta CONJUR.
7. Assim, fica demonstrado que o impacto sobre a atuação deste órgão consultivo é significativo, atendendo ao primeiro requisito previsto na ON AGU 55/2014.
8. A segunda exigência também está contemplada, isto porque, sob o aspecto jurídico, boa parte dos processos de renovação se resume a simples verificação de documentos.
9. Dessa maneira, este Parecer referencial tratará dos processos que não necessitem de uma análise mais aprofundada desta Consultoria, por constituir mera verificação de documentos.
10. É importante registrar, ainda, que a questão da renovação das outorgas já foi objeto de análise de diversos pareceres desta CONJUR, constituindo objeto da presente manifestação, tão somente, a consolidação desse entendimento.

## **II.II. Dos requisitos para a renovação das outorgas de radiodifusão comunitária.**

11. A possibilidade de renovação das outorgas do serviço de radiodifusão comunitária está contemplada na Lei nº 9.612/1998 (art. 6º, parágrafo único), que permite “a renovação por igual período, se cumpridas as exigências desta Lei e demais disposições legais vigentes”.
12. Por sua vez, o Regulamento do Serviço de Radiodifusão Comunitária, aprovado pelo Decreto nº 2.615/1998, determina, em seu art. 36, que a autorizada deve: (i) apresentar requerimento de renovação no prazo compreendido entre os seis e os três meses anteriores ao término da vigência da outorga; e (ii) cumprir as exigências estabelecidas pelo Ministério das Comunicações.
13. O primeiro requisito tem a ver com a tempestividade do requerimento por meio do qual a entidade manifesta interesse em continuar a prestar o serviço. A análise da tempestividade deve observar o disposto na Portaria nº 197, de 1º de julho de 2013:

Art. 1º Os pedidos de renovação de outorga de serviços de radiodifusão comunitária apresentados até 30

de novembro de 2013, por protocolo ou postagem pelos Correios, que não atendam ao prazo referido no item 20.2[1] da Norma nº 1/2011 – Serviço de Radiodifusão Comunitária, aprovada pela [Portaria nº 462, de 14 de outubro de 2011](#), serão conhecidos pelo Ministério das Comunicações, que dará prosseguimento aos respectivos processos e avaliará a sua conformidade com os demais requisitos previstos na legislação em vigor.

§ 1º As entidades que cumprirem o disposto no caput, poderão manter suas emissoras em funcionamento, em caráter precário, até a conclusão do processo de renovação.

§ 2º Serão considerados intempestivos e não serão conhecidos pelo Ministério das Comunicações, os pedidos de renovação de outorga de serviços de radiodifusão comunitária apresentados após a data a que se refere o caput e que não atendam ao prazo referido no item 20.2 da Norma nº 1/2011.

§ 3º Expirado o prazo de vigência da outorga, a autorização será declarada extinta:

I - na hipótese do § 2º deste artigo; e

II - nos casos em que a entidade não tenha apresentado pedido de renovação.

14. Dessa maneira, a tempestividade é condição para o deferimento do pedido de renovação, sendo a sua intempestividade causa de extinção da outorga, nos termos do art. 1º, §§ 2º e 3º da Portaria nº 197/2013 acima transcritos. Como a matéria refere-se apenas à conferência do cumprimento do prazo, entende-se que não há maiores empecilhos jurídicos, amoldando-se à hipótese da ON AGU nº 55/2014. Assim, caberá à área técnica averiguar, em cada caso concreto, se o pedido da entidade requerente é ou não tempestivo.

15. Verificada a tempestividade do requerimento, cabe analisar o atendimento às demais exigências fixadas pelo Ministério das Comunicações, conforme relação de documentos constante da legislação em vigor, em especial do item 20.3, da Norma nº 01/2011, com a redação dada pela Portaria nº 197/2013:

(1) declaração firmada pelo representante legal da interessada, atestando que a emissora encontra-se com suas instalações e equipamentos em conformidade com a última autorização do Ministério das Comunicações, de acordo com os parâmetros técnicos previstos na regulamentação vigente, constantes da respectiva licença de funcionamento da estação;

(2) certidão negativa de débitos de receitas administradas pela Anatel;

(3) comprovante de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda – CNPJ válido e atual;

(4) documentos atualizados revelando eventuais alterações ocorridas no Estatuto Social da interessada, durante o período de vigência da outorga, ou cópia atualizada do Estatuto Social;

(5) ata de eleição da diretoria em exercício, devidamente registrada no Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas;

(6) comprovante de nacionalidade e maioria dos dirigentes;

(7) último relatório do Conselho Comunitário, constituído nos moldes do item 21.4.1[2] da Norma nº 1/2011, sobre a programação veiculada pela emissora;

(8) Relatório de apuração de infrações da entidade durante o prazo de vigência da outorga.

16. A respeito desses documentos cabe tecer algumas considerações adicionais.

17. O documento 1 exige que o representante da entidade confirme que os seus equipamentos e instalações estão funcionando conforme os termos da autorização conferida pelo Ministério das Comunicações.

18. Quanto às certidões referentes à regularidade perante a Anatel e ao CNPJ (documentos 2 e 3), recomenda-se que, sempre que disponível, a própria área técnica efetue a consulta e junte os documentos em questão aos autos.



19. Nesses casos, caberá à SCE instruir o processo com vistas à renovação, se demonstrada a regularidade no CNPJ e perante a Anatel. Em sentido contrário, e desde que a entidade não regularize as pendências encontradas, o processo deverá ser instruído com vistas a não renovação.
20. Por sua vez, o Estatuto social atualizado e a ata de eleição da diretoria em exercício (documentos 4 e 5) tem por objetivo confirmar os quadros societário e diretivo da entidade, bem como permitir a verificação de sua adequação às finalidades do serviço, conforme previstas na Lei nº 9.612/1998 e na regulamentação. Assim, caberá à área técnica analisar a referida documentação e tomar as providências cabíveis ante a infração de algum dispositivo. Somente deverá encaminhar à CONJUR em caso de dúvida jurídica, mediante formulação de consulta.
21. Quanto à comprovação de nacionalidade e maioria dos dirigentes (documento 6), trata-se de exigência que decorre do disposto no art. 9º, § 2º, incisos II e III, da Lei nº 9.612/1998. Para essa finalidade, deve ser admitida a apresentação de cópia, entre outros, dos seguintes documentos: certidão de nascimento ou casamento; certificado de reservista; título de eleitor; carteira profissional; cédula de identidade; certificado de naturalização expedido há mais de 10 anos e, para os portugueses, reconhecimento de igualdade de direitos civis ou prova de residência permanente no Brasil. A maioria pode ser comprovada, ainda, por meio de escritura pública de emancipação.
22. Em sentido contrário, não devem ser aceitos, a título de comprovação de maioria e de nacionalidade, os seguintes documentos: a) cartão de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) e b) Carteira Nacional de Habilitação (CNH).
23. O relatório do Conselho Comunitário (documento 7) é instrumento relevante para fins de avaliação da programação da entidade, além de constituir expressão do controle social exercido sobre a rádio comunitária. O conteúdo do relatório deve atender ao disposto no item 21.4.1 da Norma nº 01/2011:

21.4.1. O Conselho Comunitário deverá encaminhar ao Ministério das Comunicações, sempre que solicitado, relatório resumido contendo a descrição da grade de programação, bem como sua avaliação a respeito da mesma, considerando as finalidades legais do Serviço de Radiodifusão Comunitária.
24. Finalmente, o relatório de processos de apuração de infração (documento 8) instaurados durante o período da outorga tem por finalidade verificar a existência de sanção que impeça a renovação da outorga. Isso ocorrerá nos casos em que tenha sido aplicada, de forma definitiva, a pena de revogação de autorização. Ressalte-se que o mesmo princípio é aplicável às outorgas de radiodifusão comercial e educativa, para as quais não se admite a renovação “quando a pena de cassação tiver sido aplicada à outorga objeto do pedido de renovação” (art. 10, IV, Portaria nº 329, de 4 de julho de 2012).
25. Assim, constatado que foi aplicada, de forma definitiva, a pena de revogação de autorização, não será admissível a renovação da outorga.
26. De outro lado, havendo qualquer dúvida jurídica quanto ao relatório de infrações, o processo deverá ser encaminhado para a análise da CONJUR, notadamente quando se constatar a ocorrência de infrações graves ou um número significativo de irregularidades, que possam ensejar a revogação da autorização.
27. Portanto, verificada a tempestividade do requerimento e apresentados os documentos acima mencionados, o pedido de renovação deverá ser deferido pelo Ministério das Comunicações, encaminhando-se os autos para a deliberação do Congresso Nacional.
28. Caso não atendidos os requisitos, o pedido de renovação deve ser indeferido, conforme prevê o item 20.6 da Norma nº 01/2011:

20.6. Nos casos de não envio pela entidade dos documentos listados nesta Norma e de não cumprimento das exigências feitas pelo Ministério das Comunicações, o pedido de renovação de outorga será indeferido, extinguindo-se a correspondente autorização.

29. Feitos esses comentários, no Anexo a este parecer foi elaborada *relação completa* dos documentos e das demais questões a serem observadas na análise dos processos de renovação. Essa relação, com a devida conferência dos documentos apresentados, deve ser juntada aos autos, acompanhando a Nota Técnica da SCE e cópia integral deste parecer, dispensando-se, assim, a remessa do processo para esta CONJUR e a análise jurídica individualizada.
30. Como afirmado antes, nos casos de dúvida jurídica fundada, os autos devem ser encaminhados para elaboração de análise específica por parte desta CONJUR.

### III - CONCLUSÃO

31. Ante o exposto, opino pela aprovação deste Parecer como manifestação jurídica referencial, a ser adotada como parâmetro para a análise dos processos de renovação de outorga dos serviços de radiodifusão comunitária.
32. Recomenda-se, ainda, que, em cada caso concreto, a Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica ateste, de forma expressa, o atendimento aos termos deste Parecer, notadamente da relação de documentos anexa, que deve ser preenchida e juntada aos autos, dispensando-se a análise jurídica individualizada e a remessa dos processos a esta CONJUR, exceto nos casos de dúvida jurídica fundada.
33. À consideração superior.

LUCAS BORGES DE CARVALHO

Assessor do Consultor Jurídico

### ANEXO

#### PARECER REFENCIAL Nº 475/2015

#### RENOVAÇÃO DE OUTORGA – RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA

	DOCUMENTOS		SIM	NÃO	Fls. / nº do doc.
1	Requerimento, solicitando a renovação, assinado pelo representante legal da pessoa jurídica interessada.				
1.1.		O requerimento é tempestivo?			



2	Declaração firmada pelo representante legal da interessada, atestando que a emissora encontra-se com suas instalações e equipamentos em conformidade com a última autorização do Ministério das Comunicações, de acordo com os parâmetros técnicos previstos na regulamentação vigente, constantes da respectiva licença de funcionamento da estação.			
3	Certidão negativa de débitos de receitas administradas pela Anatel.			
4	Comprovante de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda – CNPJ válido e atual.			
5	Documentos atualizados revelando eventuais alterações ocorridas no Estatuto Social da interessada, durante o período de vigência da outorga, ou cópia atualizada do Estatuto Social, adequado às finalidades da Lei nº 9.612/1998.			
6	Ata de eleição da diretoria em exercício, devidamente registrada no Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas.			
7	Comprovante de nacionalidade e maioria dos dirigentes.			
8	Último relatório do Conselho Comunitário, constituído nos moldes do item 21.4.1 da Norma nº 1/2011, sobre a programação veiculada pela emissora.			
9	Relatório de apuração de infrações.			
9.1	Foi aplicada, de forma definitiva, pena de revogação de autorização?			
9.2	Existem outras situações que suscitem dúvidas quanto à renovação, tais como a ocorrência de infrações graves ou número significativo de irregularidades que possam ensejar a revogação da autorização? Em caso afirmativo, encaminhar os autos para a CONJUR com o posicionamento da área técnica.			

---

[1] 20.2. As entidades que pretenderem a renovação deverão obrigatoriamente dirigir ao Ministério das Comunicações, entre o terceiro e o último mês anterior ao vencimento das respectivas autorizações, requerimento assinado por seu representante legal, cujo modelo está disponível no Anexo 12 desta Norma, nos termos do art. 36 do Decreto nº 2.615, de 3 de junho de 1998.

[2] 21.4.1. O Conselho Comunitário deverá encaminhar ao Ministério das Comunicações, sempre que solicitado, relatório resumido contendo a descrição da grade de programação, bem como sua avaliação a respeito da mesma, considerando as finalidades legais do Serviço de Radiodifusão Comunitária.



Documento assinado eletronicamente por **Alan Emanuel Cavalcante Trajano, Consultor**





**Jurídico**, em 19/06/2015, às 14:36, conforme art. 3º, III, "b", da Portaria MC 89/2014.

---



Documento assinado eletronicamente por **Lucas Borges de Carvalho, Assessor do Consultor Jurídico**, em 19/06/2015, às 18:18, conforme art. 3º, III, "a", da Portaria MC 89/2014.

Nº de Série do Certificado: 4809944487027627816

---



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://sei.mc.gov.br/verifica.html> informando o código verificador **0562589** e o código CRC **133A832C**.

---

Criado por [lucas.carvalho](#), versão 3 por [lucas.carvalho](#) em 19/06/2015 08:15:56.

**NOTA TÉCNICA Nº 23353/2015/SEI-MC**

Processo nº: **53000.052021/2011-38**

Assunto: **Renovação de outorga.**

**SUMÁRIO EXECUTIVO**

---

1. Trata-se da **Associação Comunitária e Cultural de Caçu**, entidade autorizada a executar o Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de **Caçu/GO**, por meio da Portaria nº **203**, publicada no DOU de 31/05/2000, e Decreto Legislativo nº **496**, publicado no DOU de 06/12/2001.

**ANÁLISE**

---

2. O prazo de 10 (dez) anos concedido à entidade para exploração do Serviço de Radiodifusão Comunitária se expirou em 06/12/2011. A entidade, que doravante passa a ser tratada como requerente, apresentou, tempestivamente, seu pedido de renovação de outorga em 18/10/2011, à página 02, evento SEI 0070131, subscrito por seu representante legal, nos termos do art. 6º, Parágrafo Único da Lei nº 9.612/1998 e do subitem 20.2 da Norma nº 01/2011, aprovada pela Portaria nº 462/2011.

REQUERENTE
<b>ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA E CULTURAL DE CAÇU</b>
QUADRO DIRETIVO
Diretor Presidente: Dezair Alves pereira
Diretor Presidente Suplente: Divino Nunes Moreira
Diretor de Operações: Donizeth Guimarães



Diretor de Operações Suplente: Wagner Vicente da Silva

Diretor Administrativo: João Batista Costa Nascimento

Diretor Administrativo Suplente: José Fonseca Peres

Diretor Cultural: Wellington Tavares Paranaíba

Diretor Cultural Suplente: Valdelício Fernandes de Souza

Diretor de Marketing: José Divino Guimarães

Diretor de Marketing Suplente: Edmilson José de Freitas

3. A análise da documentação apresentada, com base no que dispõem a Lei nº 9.612/1998 e a Norma nº 01/2011, indicou a completa instrução do pedido, conforme *check-list* abaixo:

ITEM		ANÁLISE
1.	Estatuto social registrado em conformidade com os preceitos do Código Civil e adequado às finalidades da Lei nº 9.612, de 1998, e aos pressupostos da Norma nº 01/2011.	Ok, pgs 21 a 29 (0070927) e pgs 02 a 15 (0184875)
2.	Ata de Eleição da diretoria em exercício, devidamente registrada no Registro Civil de Pessoas Jurídicas.	Ok, pgs 02 e 03 (0317788)
3.	Comprovantes relativos à maioria e nacionalidade e CPF dos dirigentes.	Ok, pgs 06 a 21 (0317788) e 38 a 40 e 42 (0070927)
4.	Declaração, firmada pelo representante legal, atestando que a emissora encontra-se com suas instalações e equipamentos em conformidade com a última autorização do Ministério das Comunicações, de acordo com os parâmetros técnicos previstos na regulamentação vigente, constantes da respectiva licença de funcionamento da estação.	Ok, pg 14 (0070131)

5.	Certidão negativa de débitos das receitas administradas pela Anatel.	Ok, pg 16 (0184875)
6.	Cópia do comprovante de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda – CNPJ, válido e atual.	Ok, pg 16 (0070131)
7.	Último relatório do Conselho Comunitário, constituído nos moldes do item 21.4.1 da Norma nº 01/2011, versando sobre a programação veiculada pela emissora.	Ok, pgs 30 a 35 (0070927)

4. Existem apontamentos quanto a processos de apuração de infrações atribuídos para a entidade, conforme informação da Coordenação de Análise de Denúncias, evento SEI 0489197 processos anexados 53900.011518/2014 e 53900.027907/2014, ambos em trâmite.

## CONCLUSÃO

5. Diante do exposto, esta Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária posiciona-se pelo **deferimento** do pedido de renovação de outorga da requerente, tendo em vista a completa instrução do feito, conforme *check-list* constante do **item 3** desta Nota Técnica. Sugerimos, ainda, que o processo seja encaminhado à apreciação do Sr. Ministro de Estado das Comunicações, com dispensa de análise individualizada pela Consultoria Jurídica nos termos do Parecer Referencial nº 475/2015/SEI-MC, evento SEI 0772476.

À consideração superior.

## Minutas e Anexos

### EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS

Excelentíssima Senhora Presidenta da República,

1. Submeto à apreciação de Vossa Excelência o Processo Administrativo nº 53000.052021/2011-38, acompanhado da Portaria que renova, pelo prazo de dez anos, até 06 de dezembro de 2021, a autorização outorgada à Associação Comunitária e Cultural de Caçu, para executar, sem



direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão comunitária, na localidade de Caçu/GO.

2. Diante do exposto e em observância ao que dispõe o art. 223, §3o, da Constituição da República, encaminho o Processo à Vossa Excelência, para conhecimento e submissão da matéria ao Congresso Nacional.

Respeitosamente,

ANDRÉ FIGUEIREDO  
Ministro de Estado das Comunicações

### MINUTA

PORTARIA Nº DE DE DE 2015.

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, conforme o disposto no art. 6º, Parágrafo Único, da Lei no 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e tendo em vista o que consta dos Processos Administrativos nº 53000.052021/2011-38 e nº 53670.000736/1998, resolve:

Art. 1o Renovar pelo prazo de dez anos, a partir de 06 de dezembro de 2011, a autorização outorgada à Associação Comunitária e Cultural de Caçu, para executar, sem direito de exclusividade, o Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de Caçu/GO.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2o Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do §3o do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 3o Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ANDRÉ FIGUEIREDO



Documento assinado eletronicamente por **Tiane Aimi Severo, Analista Tec Administrativo**, em 16/10/2015, às 11:14, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



Documento assinado eletronicamente por **Carlos Vinicius Lannes Duering, Delegado Regional do Ministério das Comunicações no Estado de Santa Catarina**, em 19/10/2015, às 14:22, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



Documento assinado eletronicamente por **Samir Amando Granja Nobre**



**Maia, Coordenador-Geral de Radiodifusão Comunitária**, em 22/10/2015, às 15:41, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.

---



Documento assinado eletronicamente por **Adolpho Henrique Almeida Loyola, Diretor do Departamento de Acompanhamento e Avaliação de Serviços de Comunicação Eletrônica**, em 29/10/2015, às 12:46, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.

---



Documento assinado eletronicamente por **Emiliano José da Silva Filho, Secretário Serviços de Comunicação Eletrônica**, em 06/11/2015, às 17:11, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.

---



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **0772485** e o código CRC **1A65A6C9**.

---

## Minutas e Anexos

Não Possui.



**MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES**  
Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica  
Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária

**DESPACHO**

**Processo nº: 53000.052021/2011-38**

**Interessado: Associação Comunitária e Cultural de Caçu**

**Assunto: Minutas de Portaria de Autorização e Exposição de Motivos**

À Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica,

Diante da instrução do processo nº 53000.052021/2011-38 (ver documento 0772485), no qual a **Associação Comunitária e Cultural de Caçu** solicita renovação de outorga do Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de **Caçu / GO**, encaminho as minutas da Portaria de Autorização e da Exposição de Motivos, para as providências cabíveis.

Brasília, 12 de novembro de 2015.



Documento assinado eletronicamente por **Samir Amando Granja Nobre Maia, Coordenador-Geral de Radiodifusão Comunitária**, em 12/11/2015, às 16:47, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **0818832** e o código CRC **AAF8EC34**.

**Minutas e Anexos**

**EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS**

Excelentíssima Senhora Presidenta da República,

1. Submeto à apreciação de Vossa Excelência o Processo Administrativo nº 53000.052021/2011-38, acompanhado da Portaria que renova, pelo prazo de dez anos, a partir de 06 de dezembro de 2011, a autorização outorgada à Associação Comunitária e Cultural de Caçu, para executar, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão comunitária, na localidade de Caçu/GO.

2. Diante do exposto e em observância ao que dispõe o art. 223, §3º, da Constituição da República, encaminho o Processo à Vossa Excelência, para conhecimento e submissão da matéria ao Congresso Nacional.

Respeitosamente,

**MINUTA**

PORTARIA Nº        DE        DE 2015.

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, conforme o disposto no art. 6º, Parágrafo Único, da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e tendo em vista o que consta dos Processos Administrativos nº 53000.052021/2011-38 e nº 53670.000736/1998, resolve:

Art. 1º Renovar pelo prazo de dez anos, a partir de 06 de dezembro de 2011, a autorização outorgada à Associação Comunitária e Cultural de Caçu, para executar, sem direito de exclusividade, o Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de Caçu/GO.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do §3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.



## PORTARIA Nº 6217/2015/SEI-MC

O **MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES**, no uso de suas atribuições, conforme o disposto no art. 6º, Parágrafo Único, da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e tendo em vista o que consta dos Processos Administrativos nº 53000.052021/2011-38 e nº 53670.000736/1998, resolve:

Art. 1º Renovar pelo prazo de dez anos, a partir de 06 de dezembro de 2011, a autorização outorgada à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA E CULTURAL DE CAÇU, para executar, sem direito de exclusividade, o Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de Caçu/GO.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do §3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

**ANDRÉ FIGUEIREDO**

Ministro de Estado das Comunicações



Documento assinado eletronicamente por **ANDRÉ PEIXOTO FIGUEIREDO LIMA, Ministro de Estado das Comunicações**, em 01/12/2015, às 09:59, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **0820893** e o código CRC **E7D7F00B**.

Excelentíssima Senhora Presidenta da República,

1. Submeto à apreciação de Vossa Excelência o Processo Administrativo nº 53000.052021/2011-38, acompanhado da Portaria que renova, pelo prazo de dez anos, a partir de 06 de dezembro de 2011, a autorização outorgada à Associação Comunitária e Cultural de Caçu, para executar, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão comunitária, na localidade de Caçu/GO.

2. Diante do exposto e em observância ao que dispõe o art. 223, §3º, da Constituição da República, encaminho o Processo à Vossa Excelência, para conhecimento e submissão da matéria ao Congresso Nacional.

Respeitosamente,

**ANDRÉ FIGUEIREDO**

Ministro de Estado das Comunicações



Documento assinado eletronicamente por **ANDRÉ PEIXOTO FIGUEIREDO LIMA, Ministro de Estado das Comunicações**, em 01/12/2015, às 09:59, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **0820902** e o código CRC **07DF02FA**.





## PORTARIA Nº 6.213, DE 1º DE DEZEMBRO DE 2015

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, conforme o disposto no art. 6º, Parágrafo Único, da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e tendo em vista o que consta dos Processos Administrativos nº 53000.058076/2011-51 e nº 53630.000222/1998, resolve:

Art. 1º Renovar pelo prazo de dez anos, a partir de 15 de maio de 2011, a autorização outorgada à ASSOCIAÇÃO RÁDIO COMUNITÁRIA BELO HORIZONTE, para executar, sem direito de exclusividade, o Serviço de Radiodifusão Comunitária, na localidade de Manaus/AM.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, leis subseqüentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do §3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ANDRÉ FIGUEIREDO

## PORTARIA Nº 6.217, DE 1º DE DEZEMBRO DE 2015

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, conforme o disposto no art. 6º, Parágrafo Único, da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e tendo em vista o que consta dos Processos Administrativos nº 53000.052021/2011-38 e nº 53670.000736/1998, resolve:

Art. 1º Renovar pelo prazo de dez anos, a partir de 06 de dezembro de 2011, a autorização outorgada à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA E CULTURAL DE CAÇU, para executar, sem direito de exclusividade, o Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de Caçu/GO.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, leis subseqüentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do §3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ANDRÉ FIGUEIREDO

## PORTARIA Nº 6.219, DE 1º DE DEZEMBRO DE 2015

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, conforme o disposto no art. 6º, Parágrafo Único, da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e tendo em vista o que consta dos Processos Administrativos nº 53720.000293 e nº 53000.044171/2012-59, resolve:

Art. 1º Renovar pelo prazo de dez anos, a partir de 13 de dezembro de 2012, a autorização outorgada à Associação Comunitária de Rádio Comunicações Vale do Rio Jari, para executar, sem direito de exclusividade, o Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de Laranjal do Jari/AP.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, leis subseqüentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do §3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ANDRÉ FIGUEIREDO

## PORTARIA Nº 6.224, DE 1º DE DEZEMBRO DE 2015

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, conforme o disposto no art. 6º, Parágrafo Único, da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e tendo em vista o que consta dos Processos Administrativos nº 53000.006880/2013-17 e nº 53780.000257/1998, resolve:

Art. 1º Renovar pelo prazo de dez anos, a partir de 27 de novembro de 2012, a autorização outorgada à ASSOCIAÇÃO DA RADIO COMUNITÁRIA CIDADANIA FM, para executar, sem direito de exclusividade, o Serviço de Radiodifusão Comunitária, na localidade de Alexandria/RN.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, leis subseqüentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do §3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ANDRÉ FIGUEIREDO

## PORTARIA Nº 6.310, DE 1º DE DEZEMBRO DE 2015

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, conforme o disposto no art. 6º, Parágrafo Único, da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e tendo em vista o que consta dos Processos Administrativos nº 53000.055771/2011-61 e nº 53710.000945/1998, resolve:

Art. 1º Renovar pelo prazo de dez anos, a partir de 13 de agosto de 2011, a autorização outorgada à ASSOCIAÇÃO SETE-LAGOANA DE ENTIDADES ASSISTENCIAIS E RADIO COMUNITÁRIA, para executar, sem direito de exclusividade, o Serviço de Radiodifusão Comunitária, na localidade de Sete Lagoas / MG.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, leis subseqüentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do §3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ANDRÉ FIGUEIREDO

## PORTARIA Nº 6.311, DE 1º DE DEZEMBRO DE 2015

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, conforme o disposto no art. 6º, Parágrafo Único, da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e tendo em vista o que consta dos Processos Administrativos nº 53000.056209/2011-55 e nº 53710.00779/1998, resolve:

Art. 1º Renovar pelo prazo de dez anos, a partir de 11 de setembro de 2011, a autorização outorgada à ASSOCIAÇÃO CULTURAL COMUNITÁRIA DE LAGOA FORMOSA, para executar, sem direito de exclusividade, o Serviço de Radiodifusão Comunitária, na localidade de Lagoa Formosa/MG.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, leis subseqüentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do §3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ANDRÉ FIGUEIREDO

## PORTARIA Nº 6.313, DE 1º DE DEZEMBRO DE 2015

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, conforme o disposto no art. 6º, Parágrafo Único, da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e tendo em vista o que consta dos Processos Administrativos nº 53000.056238/2011-17 e nº 53710.000984/1998, resolve:

Art. 1º Renovar pelo prazo de dez anos, a partir de 28 de setembro de 2011, a autorização outorgada à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA CENTRAL DE RITÁPOLIS, para executar, sem direito de exclusividade, o Serviço de Radiodifusão Comunitária, na localidade de Ritópolis / MG.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, leis subseqüentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do §3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ANDRÉ FIGUEIREDO

## PORTARIA Nº 6.315, DE 1º DE DEZEMBRO DE 2015

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, conforme o disposto no art. 6º, Parágrafo Único, da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e tendo em vista o que consta dos Processos Administrativos nº 53000.058136/2011-36 e nº 53710.001034/1998, resolve:

Art. 1º Renovar pelo prazo de dez anos, a partir de 15 de junho de 2011, a autorização outorgada à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE COMUNICAÇÃO E CULTURA LASAFÁ, para executar, sem direito de exclusividade, o Serviço de Radiodifusão Comunitária, na localidade de Caeté/MG.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, leis subseqüentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do §3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ANDRÉ FIGUEIREDO

## PORTARIA Nº 6.316, DE 1º DE DEZEMBRO DE 2015

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, conforme o disposto no art. 6º, Parágrafo Único, da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e tendo em vista o que consta dos Processos Administrativos nº 53000.065035/2012-01 e nº 53710.001006/1998, resolve:

Art. 1º Renovar pelo prazo de dez anos, a partir de 24 de dezembro de 2012, a autorização outorgada ao SERVIR - SERVIÇO DE PROMOÇÃO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE, para executar, sem direito de exclusividade, o Serviço de Radiodifusão Comunitária, na localidade de Januária / MG.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, leis subseqüentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do §3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ANDRÉ FIGUEIREDO

AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES  
CONSELHO DIRETOR

## ATO Nº 6.547, DE 26 DE NOVEMBRO DE 2015

O CONSELHO DIRETOR DA AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pelo art. 19 da Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1999, e pelo art. 16 do Regulamento da Agência Nacional de Telecomunicações, aprovado pelo Decreto nº 2.338, de 7 de outubro de 1997,

CONSIDERANDO o disposto na Lei nº 9.472, de 1997, no art. 133, incisos XLI e XLIV, do Regimento Interno da Anatel, aprovado pela Resolução nº 612, de 29 de abril de 2013, no Regulamento dos Serviços de Telecomunicações, aprovado pela Resolução nº 73, de 25 de novembro de 1998, no Regulamento para Apuração de Controle e de Transferência de Controle em Empresas Prestadoras de Serviços de Telecomunicações, aprovado pela Resolução nº 101, de 4 de fevereiro de 1999, nos Termos de Autorização e, ainda, o que consta no Processo nº 53500.003516/2013-64;

CONSIDERANDO a deliberação tomada em sua Reunião nº 777, realizada em 11 de junho de 2015, e o Acórdão nº 212/2015-CD, do dia 12 de junho de 2015, resolve:

Art. 1º Anuir previamente com as alterações do Contrato Social da EQUANT BRASIL LTDA., CNPJ/MF nº 66.624.776/0001-90, autorizada a prestar o Serviço Telefônico Fixo Comutado destinado ao uso do público em geral - STFC e o Serviço de Comunicação Multimídia - SCM, nos termos dos seus pedidos protocolizados perante a Anatel em 12 de setembro de 2014, sob o nº 53508.009619/2014-49, e em 19 de dezembro de 2014, sob o nº 53508.013022/2014-07.

Art. 2º A documentação relativa às alterações do Contrato Social deverá ser apresentada à Anatel no prazo de 60 (sessenta) dias contado do registro dos atos no órgão competente, nos termos do art. 35 do Regulamento do SCM, aprovado pela Resolução nº 614/2013.

Art. 3º A aprovação de que trata o art. 1º não exime a requerente do cumprimento de obrigações junto a outras entidades.

Art. 4º Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

JOÃO BATISTA DE REZENDE  
Presidente do Conselho

SUPERINTENDÊNCIA DE FISCALIZAÇÃO  
GERÊNCIA REGIONAL NO ESTADO  
DE SÃO PAULO

## ATOS DE 4 DE DEZEMBRO DE 2015

Expede autorização para exploração do Serviço Auxiliar de Radiodifusão - Transmissão de Programas e outorga autorização de uso de radiofrequência associada a autorização do serviço à:

Nº 6.617 - RÁDIO CACIQUE DE CAPÃO BONITO LTDA - ME, CNPJ nº 46.825.527/0001-56;

Nº 6.618 - RÁDIO CULTURA DE ASSIS LTDA - ME, CNPJ nº 44.365.278/0001-38.

SANDRO ALMEIDA RAMOS  
Gerente

GERÊNCIA REGIONAL NOS ESTADOS DO CEARÁ,  
RIO GRANDE DO NORTE E PIAUÍ

## ATO Nº 6.641, DE 8 DE DEZEMBRO DE 2015

Expede autorização à TROPICAL COMUNICACAO LTDA, CNPJ nº 10.702.082/0001-70 para exploração do Serviço Auxiliar de Radiodifusão e Correlatos na modalidade Ligação para Transmissão de Programas e outorga autorização de uso de radiofrequência associada a autorização do serviço

JOSÉ AFONSO COSMO JUNIOR  
Gerente

**MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES  
GABINETE DO MINISTRO  
COORDENAÇÃO-GERAL DE SERVIÇOS DO GABINETE**

**DESPACHO**

**Processo nº: 53000.052021/2011-38**

**Referência: Portaria nº 6.217, de 1º de dezembro de 2015.**

**Assunto: Restituição de processo.**

**Destinatário: SCE**

Tendo em vista a publicação, na Seção 1 do Diário Oficial da União de 09/12/2015, da Portaria nº 6.217, de 01/12/2015, do Senhor Ministro de Estado das Comunicações, restitua-se o presente processo à Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica deste Ministério.

Brasília, 9 de dezembro de 2015.



Documento assinado eletronicamente por **Renata Moraes Checchio**, **Coordenadora-Geral de Serviços do Gabinete**, em 10/12/2015, às 11:53, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **0872670** e o código CRC **15EFED9F**.

---

**Minutas e Anexos**

Não Possui.



**MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES**  
Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica  
Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária

DESPACHO

Processo nº: **53000.052021/2011-38**

Entidade: **Associação Comunitária e Cultural de Caçu**

Assunto: Encaminhamento de Cópia de Processo à Presidência da República.

Tendo em vista a publicação da Portaria nº 6.217, de 01/12/2015, no Diário Oficial da União de 09/12/2015, que renova a outorga da entidade para executar o serviço de radiodifusão comunitária na localidade de **Caçu/GO**, consoante com o disposto no § 3º do art. 223 da Constituição, encaminhe-se o processo n.º **53000.052021/2011-38**, em cópia autenticada, acompanhado do ato de renovação de outorga e exposição de motivos, ao Gabinete do Ministro de Estado das Comunicações, para posterior envio à Presidência da República.

Atenciosamente,



Documento assinado eletronicamente por **Eliane Almeida da Silva, Coordenadora-Geral de Radiodifusão Comunitária**, em 16/12/2015, às 13:31, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **0880975** e o código CRC **CBBA5D8F**.

**Minutas e Anexos**

Não Possui.

Brasília, 1 de Fevereiro de 2016

Excelentíssima Senhora Presidenta da República,

1. Submeto à apreciação de Vossa Excelência o Processo Administrativo nº 53000.052021/2011-38, acompanhado da Portaria que renova, pelo prazo de dez anos, a partir de 06 de dezembro de 2011, a autorização outorgada à Associação Comunitária e Cultural de Caçu, para executar, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão comunitária, na localidade de Caçu/GO.
2. Diante do exposto e em observância ao que dispõe o art. 223, §3º, da Constituição da República, encaminho o Processo à Vossa Excelência, para conhecimento e submissão da matéria ao Congresso Nacional.

Respeitosamente,

*Assinado eletronicamente por: Andre Peixoto Figueiredo Lima*



**PARECER Nº 475 / 2015 / SEI-MC**

**PROCESSO Nº 53900.030496/2015-53**

**INTERESSADO:** Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica

**ASSUNTO:** Renovação de outorga de radiodifusão comunitária.

Radiodifusão comunitária. Renovação de outorgas. Elaboração de manifestação jurídica referencial, nos termos da ON AGU nº 55/2014. Dispensa de análise jurídica individualizada. Documentos a serem conferidos pela área técnica. Hipóteses de renovação e de não renovação. Desnecessidade de remessa dos processos de renovação de outorga para esta CONJUR, salvo nas hipóteses especificadas no Parecer.

## **I – RELATÓRIO**

1. Trata-se de solicitação do Consultor Jurídico para elaboração de manifestação jurídica referencial a respeito dos processos de renovação de outorga dos serviços de radiodifusão comunitária, nos termos do que autoriza a Orientação Normativa nº 55, de 23 de maio de 2014, do Advogado-Geral da União.
2. A elaboração desta manifestação referencial se soma aos esforços da Consultoria Jurídica do Ministério das Comunicações quanto à desburocratização e racionalização de procedimentos, além da atribuição de maior celeridade à tramitação de processos relativos aos serviços de radiodifusão.
3. É o relatório.

## **II – FUNDAMENTAÇÃO**

### **II.I. Requisitos para elaboração de manifestação jurídica referencial.**

4. A ON AGU nº 55/2014 autoriza a dispensa de análise jurídica individualizada nos casos repetitivos que sejam objeto de "manifestação jurídica referencial". Assim, nessas hipóteses, cabe à área técnica atestar no processo que o caso se amolda ao parecer referencial, ficando dispensada a remessa do processo à Consultoria Jurídica - CONJUR. Vejamos a íntegra do ato:

**ORIENTAÇÃO NORMATIVA Nº 55, DE 23 DE MAIO DE 2014.**

O AVOGADO-GERAL DA UNIÃO, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I, X, XI e XIII, do art. 4º da Lei Complementar nº 73, de 10 de fevereiro de 1993, considerando o que consta do Processo nº 56377.000011/2009-12, resolve expedir a presente orientação normativa a todos os órgãos jurídicos enumerados nos arts. 2º e 17 da Lei Complementar nº 73, de 1993:

I - Os processos que sejam objeto de manifestação jurídica referencial, isto é, aquela que analisa todas as questões jurídicas que envolvam matérias idênticas e recorrentes, estão dispensados de análise individualizada pelos órgãos consultivos, desde que a área técnica ateste, de forma expressa, que o caso concreto se amolda aos termos da citada manifestação.

II - Para a elaboração de manifestação jurídica referencial devem ser observados os seguintes requisitos: a) o volume de processos em matérias idênticas e recorrentes impactar, justificadamente, a atuação do órgão consultivo ou a celeridade dos serviços administrativos; e b) a atividade jurídica exercida se restringir à verificação do atendimento das exigências legais a partir da simples conferência de documentos.

Referência: Parecer nº 004/ASMG/CGU/AGU/2014

LUÍS INÁCIO LUCENA ADAMS

5. Como se pode observar, a ON AGU nº 55/2014 prevê dois requisitos para a utilização desse expediente: (i) o volume elevado de processos com impacto sobre a atuação da CONJUR e sobre a celeridade dos serviços administrativos; e (ii) a atividade jurídica exercida se restringir à verificação do atendimento às exigências legais a partir da conferência de documentos.

6. Quanto ao primeiro requisito, verifica-se que, atualmente, cerca de 60% dos processos em tramitação na Coordenação-Geral de Assuntos Judiciais se referem à renovação de outorgas de rádios comunitárias. Ademais, segundo informações colhidas junto à área técnica, há mais de mil processos idênticos em tramitação na Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica – SCE, com previsão de serem encaminhados para a análise desta CONJUR.

7. Assim, fica demonstrado que o impacto sobre a atuação deste órgão consultivo é significativo, atendendo ao primeiro requisito previsto na ON AGU 55/2014.

8. A segunda exigência também está contemplada, isto porque, sob o aspecto jurídico, boa parte dos processos de renovação se resume a simples verificação de documentos.

9. Dessa maneira, este Parecer referencial tratará dos processos que não necessitem de uma análise mais aprofundada desta Consultoria, por constituir mera verificação de documentos.

10. É importante registrar, ainda, que a questão da renovação das outorgas já foi objeto de análise de diversos pareceres desta CONJUR, constituindo objeto da presente manifestação, tão somente, a consolidação desse entendimento.

## **II.II. Dos requisitos para a renovação das outorgas de radiodifusão comunitária.**

11. A possibilidade de renovação das outorgas do serviço de radiodifusão comunitária está contemplada na Lei nº 9.612/1998 (art. 6º, parágrafo único), que permite “a renovação por igual período, se cumpridas as exigências desta Lei e demais disposições legais vigentes”.

12. Por sua vez, o Regulamento do Serviço de Radiodifusão Comunitária, aprovado pelo Decreto nº 2.615/1998, determina, em seu art. 36, que a autorizada deve: (i) apresentar



requerimento de renovação no prazo compreendido entre os seis e os três meses anteriores ao término da vigência da outorga; e (ii) cumprir as exigências estabelecidas pelo Ministério das Comunicações.

13. O primeiro requisito tem a ver com a tempestividade do requerimento por meio do qual a entidade manifesta interesse em continuar a prestar o serviço. A análise da tempestividade deve observar o disposto na Portaria nº 197, de 1º de julho de 2013:

Art. 1º Os pedidos de renovação de outorga de serviços de radiodifusão comunitária apresentados até 30 de novembro de 2013, por protocolo ou postagem pelos Correios, que não atendam ao prazo referido no item 20.2[1] da Norma nº 1/2011 – Serviço de Radiodifusão Comunitária, aprovada pela [Portaria nº 462, de 14 de outubro de 2011](#), serão conhecidos pelo Ministério das Comunicações, que dará prosseguimento aos respectivos processos e avaliará a sua conformidade com os demais requisitos previstos na legislação em vigor.

§ 1º As entidades que cumprirem o disposto no caput, poderão manter suas emissoras em funcionamento, em caráter precário, até a conclusão do processo de renovação.

§ 2º Serão considerados intempestivos e não serão conhecidos pelo Ministério das Comunicações, os pedidos de renovação de outorga de serviços de radiodifusão comunitária apresentados após a data a que se refere o caput e que não atendam ao prazo referido no item 20.2 da Norma nº 1/2011.

§ 3º Expirado o prazo de vigência da outorga, a autorização será declarada extinta:

I - na hipótese do § 2º deste artigo; e

II - nos casos em que a entidade não tenha apresentado pedido de renovação.

14. Dessa maneira, a tempestividade é condição para o deferimento do pedido de renovação, sendo a sua intempestividade causa de extinção da outorga, nos termos do art. 1º, §§ 2º e 3º da Portaria nº 197/2013 acima transcritos. Como a matéria refere-se apenas à conferência do cumprimento do prazo, entende-se que não há maiores empecilhos jurídicos, amoldando-se à hipótese da ON AGU nº 55/2014. Assim, caberá à área técnica averiguar, em cada caso concreto, se o pedido da entidade requerente é ou não tempestivo.

15. Verificada a tempestividade do requerimento, cabe analisar o atendimento às demais exigências fixadas pelo Ministério das Comunicações, conforme relação de documentos constante da legislação em vigor, em especial do item 20.3, da Norma nº 01/2011, com a redação dada pela Portaria nº 197/2013:

(1) declaração firmada pelo representante legal da interessada, atestando que a emissora encontra-se com suas instalações e equipamentos em conformidade com a última autorização do Ministério das Comunicações, de acordo com os parâmetros técnicos previstos na regulamentação vigente, constantes da respectiva licença de funcionamento da estação;

(2) certidão negativa de débitos de receitas administradas pela Anatel;

(3) comprovante de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda – CNPJ válido e atual;

(4) documentos atualizados revelando eventuais alterações ocorridas no Estatuto Social da interessada, durante o período de vigência da outorga, ou cópia atualizada do Estatuto Social;

(5) ata de eleição da diretoria em exercício, devidamente registrada no Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas;

(6) comprovante de nacionalidade e maioria dos dirigentes;

(7) último relatório do Conselho Comunitário, constituído nos moldes do item 21.4.1[2] da Norma nº 1/2011, sobre a programação veiculada pela emissora;

(8) Relatório de apuração de infrações da entidade durante o prazo de vigência da outorga.

16. A respeito desses documentos cabe tecer algumas considerações adicionais.

17. O documento 1 exige que o representante da entidade confirme que os seus equipamentos e instalações estão funcionando conforme os termos da autorização conferida pelo Ministério das Comunicações.

18. Quanto às certidões referentes à regularidade perante a Anatel e ao CNPJ (documentos 2 e 3), recomenda-se que, sempre que disponível, a própria área técnica efetue a consulta e junte os documentos em questão aos autos.

19. Nesses casos, caberá à SCE instruir o processo com vistas à renovação, se demonstrada a regularidade no CNPJ e perante a Anatel. Em sentido contrário, e desde que a entidade não regularize as pendências encontradas, o processo deverá ser instruído com vistas a não renovação.

20. Por sua vez, o Estatuto social atualizado e a ata de eleição da diretoria em exercício (documentos 4 e 5) tem por objetivo confirmar os quadros societário e diretivo da entidade, bem como permitir a verificação de sua adequação às finalidades do serviço, conforme previstas na Lei nº 9.612/1998 e na regulamentação. Assim, caberá à área técnica analisar a referida documentação e tomar as providências cabíveis ante a infração de algum dispositivo. Somente deverá encaminhar à CONJUR em caso de dúvida jurídica, mediante formulação de consulta.

21. Quanto à comprovação de nacionalidade e maioria dos dirigentes (documento 6), trata-se de exigência que decorre do disposto no art. 9º, § 2º, incisos II e III, da Lei nº 9.612/1998. Para essa finalidade, deve ser admitida a apresentação de cópia, entre outros, dos seguintes documentos: certidão de nascimento ou casamento; certificado de reservista; título de eleitor; carteira profissional; cédula de identidade; certificado de naturalização expedido há mais de 10 anos e, para os portugueses, reconhecimento de igualdade de direitos civis ou prova de residência permanente no Brasil. A maioria pode ser comprovada, ainda, por meio de escritura pública de emancipação.

22. Em sentido contrário, não devem ser aceitos, a título de comprovação de maioria e de nacionalidade, os seguintes documentos: a) cartão de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) e b) Carteira Nacional de Habilitação (CNH).

23. O relatório do Conselho Comunitário (documento 7) é instrumento relevante para fins de avaliação da programação da entidade, além de constituir expressão do controle social exercido sobre a rádio comunitária. O conteúdo do relatório deve atender ao disposto no item 21.4.1 da Norma nº 01/2011:

21.4.1. O Conselho Comunitário deverá encaminhar ao Ministério das Comunicações, sempre que solicitado, relatório resumido contendo a descrição da grade de programação, bem como sua avaliação a respeito da mesma, considerando as finalidades legais do Serviço de Radiodifusão Comunitária.



24. Finalmente, o relatório de processos de apuração de infração (documento 8) instaurados durante o período da outorga tem por finalidade verificar a existência de sanção que impeça a renovação da outorga. Isso ocorrerá nos casos em que tenha sido aplicada, de forma definitiva, a pena de revogação de autorização. Ressalte-se que o mesmo princípio é aplicável às outorgas de radiodifusão comercial e educativa, para as quais não se admite a renovação “quando a pena de cassação tiver sido aplicada à outorga objeto do pedido de renovação” (art. 10, IV, Portaria nº 329, de 4 de julho de 2012).

25. Assim, constatado que foi aplicada, de forma definitiva, a pena de revogação de autorização, não será admissível a renovação da outorga.

26. De outro lado, havendo qualquer dúvida jurídica quanto ao relatório de infrações, o processo deverá ser encaminhado para a análise da CONJUR, notadamente quando se constatar a ocorrência de infrações graves ou um número significativo de irregularidades, que possam ensejar a revogação da autorização.

27. Portanto, verificada a tempestividade do requerimento e apresentados os documentos acima mencionados, o pedido de renovação deverá ser deferido pelo Ministério das Comunicações, encaminhando-se os autos para a deliberação do Congresso Nacional.

28. Caso não atendidos os requisitos, o pedido de renovação deve ser indeferido, conforme prevê o item 20.6 da Norma nº 01/2011:

20.6. Nos casos de não envio pela entidade dos documentos listados nesta Norma e de não cumprimento das exigências feitas pelo Ministério das Comunicações, o pedido de renovação de outorga será indeferido, extinguindo-se a correspondente autorização.

29. Feitos esses comentários, no Anexo a este parecer foi elaborada *relação completa* dos documentos e das demais questões a serem observadas na análise dos processos de renovação. Essa relação, com a devida conferência dos documentos apresentados, deve ser juntada aos autos, acompanhando a Nota Técnica da SCE e cópia integral deste parecer, dispensando-se, assim, a remessa do processo para esta CONJUR e a análise jurídica individualizada.

30. Como afirmado antes, nos casos de dúvida jurídica fundada, os autos devem ser encaminhados para elaboração de análise específica por parte desta CONJUR.

### **III - CONCLUSÃO**

31. Ante o exposto, opino pela aprovação deste Parecer como manifestação jurídica referencial, a ser adotada como parâmetro para a análise dos processos de renovação de outorga dos serviços de radiodifusão comunitária.

32. Recomenda-se, ainda, que, em cada caso concreto, a Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica ateste, de forma expressa, o atendimento aos termos deste Parecer, notadamente da relação de documentos anexa, que deve ser preenchida e juntada aos autos, dispensando-se a análise jurídica individualizada e a remessa dos processos a esta CONJUR, exceto nos casos de dúvida jurídica fundada.

33. À consideração superior.

LUCAS BORGES DE CARVALHO

Assessor do Consultor Jurídico

**ANEXO**  
**PARECER REFERENCIAL Nº 475/2015**  
**RENOVAÇÃO DE OUTORGA – RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA**

DOCUMENTOS		SI	NÃ	Fls. /
		M	O	nº do doc.
1	Requerimento, solicitando a renovação, assinado pelo representante legal da pessoa jurídica interessada.			
1.				
1.	O requerimento é tempestivo?			
2	Declaração firmada pelo representante legal da interessada, atestando que a emissora encontra-se com suas instalações e equipamentos em conformidade com a última autorização do Ministério das Comunicações, de acordo com os parâmetros técnicos previstos na regulamentação vigente, constantes da respectiva licença de funcionamento da estação.			
3	Certidão negativa de débitos de receitas administradas pela Anatel.			
4	Comprovante de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda – CNPJ válido e atual.			
5	Documentos atualizados revelando eventuais alterações ocorridas no Estatuto Social da interessada, durante o período de vigência da outorga, ou cópia atualizada do Estatuto Social, adequado às finalidades da Lei nº 9.612/1998.			
6	Ata de eleição da diretoria em exercício, devidamente registrada no Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas.			
7	Comprovante de nacionalidade e maioria dos dirigentes.			
8	Último relatório do Conselho Comunitário, constituído nos moldes do item 21.4.1 da Norma nº 1/2011, sobre a programação veiculada pela emissora.			
9	Relatório de apuração de infrações.			
9.	Foi aplicada, de forma definitiva, pena de revogação de			
1	autorização?			
9.	Existem outras situações que suscitem dúvidas quanto à			



- 2      renovação, tais como a ocorrência de infrações graves ou número significativo de irregularidades que possam ensejar a revogação da autorização? Em caso afirmativo, encaminhar os autos para a CONJUR com o posicionamento da área técnica.

[1] 20.2. As entidades que pretenderem a renovação deverão obrigatoriamente dirigir ao Ministério das Comunicações, entre o terceiro e o último mês anterior ao vencimento das respectivas autorizações, requerimento assinado por seu representante legal, cujo modelo está disponível no Anexo 12 desta Norma, nos termos do art. 36 do Decreto nº 2.615, de 3 de junho de 1998.

[2] 21.4.1. O Conselho Comunitário deverá encaminhar ao Ministério das Comunicações, sempre que solicitado, relatório resumido contendo a descrição da grade de programação, bem como sua avaliação a respeito da mesma, considerando as finalidades legais do Serviço de Radiodifusão Comunitária.

---

Documento assinado eletronicamente por **Alan Emanuel Cavalcante Trajano, Consultor Jurídico**, em 19/06/2015, às 14:36, conforme art. 3º, III, "b", da Portaria MC 89/2014.

---

Documento assinado eletronicamente por **Lucas Borges de Carvalho, Assessor do Consultor Jurídico**, em 19/06/2015, às 18:18, conforme art. 3º, III, "a", da Portaria MC 89/2014. Nº de Série do Certificado: 4809944487027627816

---

A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://sei.mc.gov.br/verifica.html> informando o código verificador **0562589** e o código CRC **133A832C**.

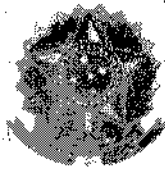
---

---

Criado por lucas.carvalho, versão 3 por lucas.carvalho em 19/06/2015 08:15:56.

***Assinado eletronicamente por: Cacilda Lanuza da Rocha Duque***

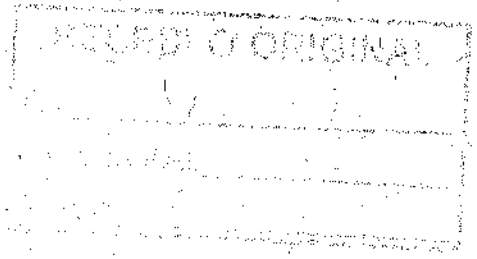




**MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES**  
**GABINETE DO MINISTRO**  
**COORDENAÇÃO-GERAL DE SERVIÇOS DO GABINETE**

Esplanada dos Ministérios, Bloco R, Sala 721 – 70044-900 Brasília-DF - Tel.: (61) 2027-6242 / 6225

Ofício nº 4416/2016/SEI-MC



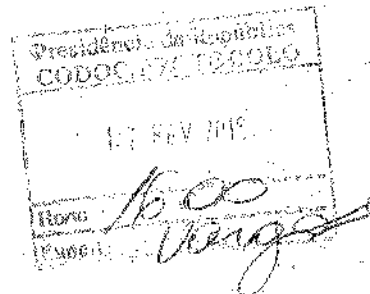
Ao Senhor

**ADAUTO MODESTO JÚNIOR**

Subchefe-Adjunto da Subchefia de Análise e Acompanhamento de Políticas Governamentais da Casa Civil da Presidência da República

Palácio do Planalto – 4º andar  
70150-900 Brasília-DF

Assunto: **Processos (encaminha)**



Senhor Subchefe-Adjunto,

Atendendo à orientação dessa Subchefia e ao que dispõe o Decreto nº 3.714, de 3 de janeiro de 2001, referente à transmissão eletrônica de documentos, encaminho, em anexo, os seguintes processos impressos a partir de arquivos digitais com valor de original:

EM nº 01/2016 MC ✓

- 53000.020436/2013

EM nº 02/2016 MC ✓

- 53000.029406/2013

EM nº 03/2016 MC ✓

- 53000.055380/2013

EM nº 04/2016 MC ✓

- 53000.004800/2014

EM nº 05/2016 MC ✓

- 53000.059200/2013

EM nº 06/2016 MC ✓

- 53000.060033/2013

EM nº 07/2016 MC ✓

- 53000.026610/2013

EM nº 08/2016 MC ✓

- 53000.006807/2013

EM nº 09/2016 MC ✓

- 53000.069868/2013

EM nº 10/2016 MC ✓

- 53000.071599/2013

EM nº 11/2016 MC ✓

- 53000.005567/2013

EM nº 12/2016 MC ✓

- 53000.069421/2013

EM nº 13/2016 MC ✓

- 53000.057576/2013

EM nº 14/2016 MC ✓

- 53000.062556/2013

EM nº 15/2016 MC ✓

- 53000.029836/2013

EM nº 16/2016 MC ✓

- 53000.024521/2009

EM nº 17/2016 MC ✓

- 53000.046500/2013

EM nº 18/2016 MC ✓

- 53000.041415/2008

EM nº 19/2016 MC ✓

- 53000.067628/2013

EM nº 20/2016 MC ✓

- 53000.069249/2013

EM nº 22/2016 MC ✓

- 53000.059223/2013

EM nº 23/2016 MC ✓

- 53830.000833/2001

EM nº 24/2016 MC ✓

- 53000.058385/2013

EM nº 25/2016 MC ✓

- 53000.067636/2013

EM nº 26/2016 MC ✓

- 53000.070749/2013



EM nº 27/2016 MC ✓

- 53000.008262/2014

EM nº 28/2016 MC ✓

- 53000.071627/2013

EM nº 29/2016 MC ✓

- 53000.071201/2013

EM nº 30/2016 MC ✓

- 53000.027270/2013

EM nº 31/2016 MC ✓

- 53000.052005/2013

EM nº 32/2016 MC ✓

- 53000.001775/2003

EM nº 33/2016 MC ✓

- 53000.028782/2013

EM nº 34/2016 MC ✓

- 53000.053176/2013

EM nº 35/2016 MC ✓

- 53000.057226/2011

EM nº 36/2016 MC ✓

- 53000.057353/2011

EM nº 37/2016 MC ✓

- 53000.065557/2013

EM nº 38/2016 MC ✓

- 53000.017967/2013

EM nº 39/2016 MC ✓

- 53000.016224/2012

EM nº 41/2016 MC ✓

- 53000.069957/2013

EM nº 42/2016 MC ✓

- 53000.092143/2006

EM nº 43/2016 MC ✓

- 53000.008629/2012

EM nº 45/2016 MC ✓

- 53000.059736/2013

EM nº 46/2016 MC ✓

- 53000.064843/2007

EM nº 48/2016 MC ✓

- 53000.030808/2008

EM nº 49/2016 MC ✓

- 53000.023452/2013

EM nº 50/2016 MC ✓

- 53000.025519/2007

EM nº 51/2016 MC ✓

- 53000.050216/2012

EM nº 52/2016 MC ✓

- 53000.056637/2011

EM nº 53/2016 MC ✓

- 53000.071343/2013

EM nº 54/2016 MC ✓

- 53000.061913/2013

EM nº 55/2016 MC ✓

- 53000.056642/2011

EM nº 56/2016 MC ✓

- 53000.058098/2011

EM nº 57/2016 MC ✓

- 53000.020796/2013

EM nº 58/2016 MC ✓

- 53000.046522/2013

EM nº 59/2016 MC ✓

- 53000.069974/2013

EM nº 60/2016 MC ✓

- 53000.015829/2013

EM nº 61/2016 MC ✓

- 53000.039068/2013

EM nº 62/2016 MC ✓

- 53000.058131/2011

EM nº 63/2016 MC ✓

- 53000.065780/2013

EM nº 64/2016 MC ✓

- 53000.062558/2013

EM nº 65/2016 MC ✓

- 53000.057914/2011

EM nº 66/2016 MC ✓

- 53000.051987/2012

EM nº 67/2016 MC ✓

- 53000.020798/2013



EM nº 68/2016 MC ✓

- 53000.031942/2012

EM nº 69/2016 MC ✓

- 53000.056238/2011

EM nº 70/2016 MC ✓

- 53000.058125/2011

EM nº 71/2016 MC ✓

- 53000.052021/2011

EM nº 72/2016 MC ✓

- 53000.059226/2012

EM nº 73/2016 MC ✓

- 53000.057295/2012

EM nº 74/2016 MC ✓

- 53000.006880/2013

EM nº 75/2016 MC ✓

- 53000.062335/2013

EM nº 76/2016 MC ✓

- 53000.031927/2012

EM nº 77/2016 MC ✓

- 53000.070233/2013

EM nº 78/2016 MC ✓

- 53000.045558/2013

EM nº 79/2016 MC ✓

- 53000.046522/2011

EM nº 80/2016 MC ✓

- 53000.040134/2011

EM nº 81/2016 MC ✓

- 53000.016939/2012

EM nº 82/2016 MC ✓

- 53000.055763/2011

EM nº 83/2016 MC ✓

- 53000.020068/2012

EM nº 84/2016 MC ✓

- 53000.048414/2012

EM nº 85/2016 MC ✓

- 53000.071796/2013

EM nº 86/2016 MC ✓

- 53000.056634/2011

EM nº 105/2016 MC (antiga EM 394/2015 MC) ✓

- 53000.062227/2013

EM nº 106/2016 MC (antiga EM nº 368/2015 MC) ✓

- 53000.004549/2005

EM nº 108/2016 MC (antiga EM 120/2012 MC) ✓

- 53000.037683/2007

EM nº 109/2016 MC (antiga EM 672/2011 MC) ✓

- 53670.002069/2002

Atenciosamente,

**RENATA MORAES CHECCHIO**  
Coordenadora-Geral



Documento assinado eletronicamente por **Renata Moraes Checchio, Coordenadora-Geral de Serviços do Gabinete**, em 17/02/2016, às 10:49, conforme art. 3º, III, "b", da Portaria MC 89/2014.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://sei.mc.gov.br/verifica.html> informando o código verificador **0969905** e o código CRC **A9732DA7**.



**MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES  
GABINETE DO MINISTRO  
COORDENAÇÃO-GERAL DE SERVIÇOS DO GABINETE**

**DESPACHO**

**Processo nº: 53000.052021/2011-38**

**Referência:Ofício nº 4416/2016/SEI-MC, de 17 de fevereiro de 2016.**

**Interessado: Associação Comunitária e Cultural de Caçu**

**Assunto:Restituição de processo.**

**Destinatário: SCE**

Tendo em vista a expedição do Ofício nº 4416/2016/SEI-MC, de 17 de fevereiro de 2016, à Subchefia de Análise e Acompanhamento de Políticas Governamentais da Casa Civil da Presidência da República, restitua-se o presente processo à Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica deste Ministério.

Brasília, 19 de fevereiro de 2016.



Documento assinado eletronicamente por **Renata Moraes Checchio**, **Coordenadora-Geral de Serviços do Gabinete**, em 19/02/2016, às 10:33, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **0976091** e o código CRC **5DEC49C6**.

**Minutas e Anexos**

Não Possui.



**MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES**  
Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica  
Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária  
Esplanada dos Ministérios, Bloco R, 3º Andar  
CEP: 70044-900 / Brasília-DF  
Fone: (61) 2027-6281

Ofício nº 17616/2016/SEI-MCTIC

Ao Senhor

WELLINGTON TAVARES PARANAÍBA

Representante Legal da Associação Comunitária e Cultural de Caçu

Rua Manoel Carneiro Guimarães, 699. Bairro Morada dos Sonhos.

CEP 75813-000 / Caçu - GO

CNPJ nº 02.896.548/0001-97

Assunto: **Renovação da Outorga / Processo nº 53000.052021/2011-38.**

Senhor(a) Representante Legal,

1. Informamos que a outorga para execução do Serviço de Radiodifusão Comunitária concedida à Associação Comunitária e Cultural de Caçu, sediada em **Caçu - GO**, foi renovada pelo prazo de dez anos, a partir de **06 de dezembro de 2011**, conforme Portaria nº 6.217, de 01/12/2015, publicada no DOU de 09/12/2015.

Atenciosamente,



Documento assinado eletronicamente por **Vilma de Fatima Alvarenga Fanis, Coordenadora-Geral de Radiodifusão Comunitária, Substituta**, em 18/05/2016, às 14:28, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **1137339** e o código CRC **9AD67E44**.

Ofício nº 17616/2016/SEI-MC - Processo nº 53000.052021/2011-38



NOME OU RAZÃO SOCIAL ENDEREÇO / ADDRESS CEP / CODE POSTAL		OFÍCIO nº 17616/ 2016/SEI-MCTIC, de 18/05/2016 Nº DO PROCESSO: 53000.052021/2011-38 WELLINGTON TAVARES PARANAÍBA ASS. COMUNITÁRIA E CULTURAL DE CAÇU RUA MANOEL CARNEIRO GUIMARÃES, 699 - MORADA DOS SONHOS. 75813-000 CAÇU - GO	
DECLARAÇÃO DE CONTEÚDO (SUJEITO À VERIFICAÇÃO) / DISCRIMINATION		NATUREZA DO ENVIO / NATURE DE L'ENVOI <input type="checkbox"/> PRIORITÁRIA / PRIORITAIRE <input type="checkbox"/> EMS <input type="checkbox"/> SEGURADO / VALEUR DÉCLARÉ	
ASSINATURA DO RECEBEDOR / SIGNATURE DU RÉCEPTEUR NOME LEGÍVEL DO RECEBEDOR / NOM LISIBLE DU RÉCEPTEUR Nº DOCUMENTO DE IDENTIFICAÇÃO DO RECEBEDOR / ÓRGÃO EXPEDIDOR		DATA DE RECEBIMENTO / DATE DE LIVRATION 31 / 5 / 16 RUBRICA E MAT. DO EMPREGADO / SIGNATURE DE L'AGENT Wellington Vicente da Costa Matrícula: 8.332.752-5 Carteiro	
ENDEREÇO PARA DEVOLUÇÃO NO VERSO / ADRESSE DE RETOUR DANS LE VERSO		CARIMBO DE ENTREGA UNIDADE DE DESTINO BUREAU DE DESTINATION 31 MAI 2016	



**AVISO DE  
RECEBIMENTO  
AVIS CN07**

**AR**

JO 39168237 5 BR

DATA DE POSTAGEM / DATE DE DÉPÔT

UNIDADE DE POSTAGEM / BUREAU DE DÉPÔT

**AGÊNCIA MINICOM**

**TENTATIVAS DE ENTREGA / TENTATIVES DE LIVRAISON**

<div></div> <div></div> <div></div>	<div></div> <div></div> <div></div>	<div></div> <div></div> <div></div>			
:	h	:	h	:	h

PREENCHER COM LETRA DE FORMA

NOME OU RAZÃO SOCIAL DO REMETENTE / NOM OU RAISON SOCIALE DE L'EXPÉDITEUR

ENDEREÇO PARA DEVOLUÇÃO / ADRESSE

Serviço Público Federal  
Ministério das Comunicações  
Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica  
Departamento de Gestão de Serviços de Comunicação Eletrônica  
Esplanada dos Ministérios, Bloco R, Anexo B Sala 300-O  
70044-900 - Brasília - DF

CIDADE / LOCALITÉ

UF

**BRASIL  
BRÉSIL**

ENDEREÇO PARA  
DEVOLUÇÃO  
RETOUR



A-29

T-1

Ofício nº 0252/2016 - SAJ

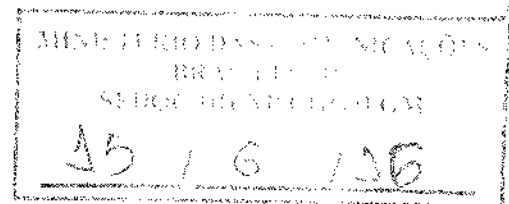
Em 8 de junho de 2016.

Ao Senhor

ARLEY AYRES

Chefe de Gabinete do Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações  
BRASÍLIA/DFAssunto: **Restituição de Exposições de Motivos.**

Senhor Chefe de Gabinete,



Restituo a Vossa Senhoria, para reavaliação pelo novo titular da pasta competente para a matéria, os processos e as Exposições de Motivos abaixo relacionadas:

Quantidade	Nº da EXM - MC	Nº Processo
1	336/2015 - MC	53000.042680/2010-85
2	79/2016 - MC	53000.046522/2011-85
3	70/2016 - MC	53000.058125/2011-56
4	115/2016 - MC	53000.038016/2006-55
5	131/2016 - MC	53000.008174/2012-29
6	139/2016 - MC	53000.040064/2011-71
7	136/2016 - MC	53000.050136/2011-98
8	127/2016 - MC	53000.040711/2013-14
9	74/2016 - MC	53000.006880/2013-17
10	132/2016 - MC	53000.061475/2011-08
11	128/2016 - MC	53000.059721/2011-53
12	134/2016 - MC	53740.000060/2002-03
13	135/2016 - MC	53000.026815/2009-21
14	86/2016 - MC	53000.056634/2011-44
15	58/2016 - MC	53000.046522/2013-47
16	84/2016 - MC	53000.048414/2012-28
17	138/2016 - MC	53000.057121/2013-12
18	358/2015 - MC	53000.056640/2013-63
19	340/2015 - MC	53000.005277/2007-70
20	213/2015 - MC	53000.014911/2007-65
21	385/2015 - MC	53000.003696/2007-77

22	350/2015 - MC	53000.015437/2009-51
23	89/2016 - MC	53000.045180/2012-67
24	10/2016 - MC	53000.071599/2013-55
25	306/2015 - MC	53000.003644/2010-04
26	304/2015 - MC	53000.039692/2010-22
27	88/2016 - MC	53000.058119/2011-07
28	333/2016 - MC	53000.015435/2013-48
29	332/2015 - MC	53000.000298/2013-47
30	8/2016 - MC	53000.006807/2013-45
31	7/2016 - MC	53000.026610/2013-22
32	2/2016 - MC	53000.029406/2013-63
33	354/2015 - MC	53000.046795/2012-19
34	305/2015 - MC	53000.013513/2010-27
35	363/2015 - MC	53000.041617/2013-74
36	104/2016 - MC	53000.058133/2011-01
37	4/2016 - MC	53000.004800/2014-70
38	341/2015 - MC	53000.065263/2007-13
39	101/2016 - MC	53000.058136/2011-36
40	362/2015 - MC	53000.025840/2007-26
41	346/2015 - MC	53000.062713/2007-16
42	347/2015 - MC	53000.010896/2008-67
43	307/2015 - MC	53720.000299/2000-41
44	351/2015 - MC	53000.010790/2008-63
45	102/2016 - MC	53000.058139/2011-70
46	5/2016 - MC	53000.059200/2013-68
47	328/2015 - MC	53000.006271/2010-15
48	287/2015 - MC	53000.016325/2014-84
49	98/2016 - MC	53000.051583/2012-45
50	353/2015 - MC	53000.049480/2012-15
51	359/2015 - MC	53000.056251/2011-76
52	337/2015 - MC	53000.056648/2012-49
53	9/2016 - MC	53000.069868/2013-13
54	302/2015 - MC	53000.003848/2010-37
55	379/2015 - MC	53000.065326/2013-71
56	375/2015 - MC	53000.040135/2013-05
57	380/2015 - MC	53000.059407/2013-32
58	303/2015 - MC	53000.006481/2010-11
59	301/2015 - MC	53720.000225/2002-77
60	309/2015 - MC	53790.000211/2000-68
61	60/2016 - MC	53000.015829/2013-04
62	87/2016 - MC	53000.065857/2011-01
63	59/2016 - MC	53000.069974/2013-05
64	170/2016 - MC	53000.048613/2013-17
65	154/2016 - MC	53000.044171/2012-59
66	164/2016 - MC	53000.057297/2012-93
67	117/2016 - MC	53000.057904/2011-34
68	125/2016 - MC	53000.057221/2011-87
69	168/2016 - MC	53000.024276/2012-91
70	105/2016 - MC	53000.062227/2013-38
71	61/2016 - MC	53000.039068/2013-78



72	94/2016 – MC	53000.055771/2011-61
73	93/2016 – MC	53000.019647/2013-02
74	96/2016 – MC	53000.056635/2011-99
75	52/2016 – MC	53000.056637/2011-88
76	360/2015 – MC	53000.056644/2011-80
77	361/2015 – MC	53000.052145/2007-37
78	355/2015 – MC	53000.015189/2014-13
79	364/2015 – MC	53000.028014/2012-04
80	324/2015 – MC	53000.014329/2010-02
81	103/2016 – MC	53000.065035/2012-01
82	383/2015 – MC	53000.051948/2006-93
83	323/2015 – MC	53000.042099/2010-63
84	214/2015 – MC	53000.063955/2006-38
85	1/2016 – MC	53000.02.0436/2013-12
86	162/2016 – MC	53000.040866/2012-61
87	153/2016 – MC	53000.031930/2012-13
88	149/2016 – MC	53000.008124/2013-22
89	143/2016 – MC	53000.058587/2011-73
90	147/2016 – MC	53000.019259/2014-02
91	167/2016 – MC	53000.006813/2013-01
92	144/2016 – MC	53000.056608/2011-16
93	163/2016 – MC	53000.031924/2012-66
94	120/2016 – MC	53000.029031/2013-31
95	371/2015 – MC	53000.068928/2007-32
96	3/2016 – MC	53000.055380/2013-17
97	376/2015 – MC	53000.040584/2013-45
98	367/2015 – MC	53000.063230/2005-69
99	365/2015 – MC	53000.070758/2013-02
100	272/2015 – MC	53000.014022/2013-46
101	243/2015 – MC	53000.019342/2008-25
102	279/2015 – MC	53000.068058/2013-40
103	286/2015 – MC	53000.058945/2013-18
104	80/2016 – MC	53000.040134/2011-91
105	77/2016 – MC	53000.070233/2013-69
106	75/2016 – MC	53000.062335/2013-19
107	68/2016 – MC	53000.031942/2012-48
108	6/2016 – MC	53000.060033/2013-06
109	378/2015 – MC	53000.046274/2013-34
110	366/2015 – MC	53000.056194/2013-97
111	81/2016 – MC	53000.016939/2012-02
112	273/2015 – MC	53000.041679/2013-86
113	63/2016 – MC	53000.065780/2013-22
114	269/2015 – MC	53000.058466/2011-21
115	197/2015 – MC	53000.059414/2011-72
116	319/2015 – MC	53000.003556/2012-66
117	266/2015 – MC	53000.007034/2013-14
118	67/2016 – MC	53000.020798/2013-03
119	55/2016 – MC	53000.056642/2011-91
120	62/2016 – MC	53000.058131/2011-11
121	54/2016 – MC	53000.061913/2013-91

122	211/2015 – MC	53000.057294/2012-50
123	193/2015 – MC	53000.016307/2011-50
124	261/2015 – MC	53000.045699/2010-83
125	281/2015 – MC	53000.019532/2013-18
126	298/2015 – MC	53000.022860/2008-26
127	219/2015 – MC	53000.029611/2007-81
128	294/2015 – MC	53000.007687/2014-84
129	228/2015 – MC	53000.054050/2012-15
130	192/2015 – MC	53000.031931/2012-68
131		
132	278/2015 – MC	53000.007050/2013-15
133	277/2015 – MC	53000.068456/2013-66
134	252/2015 – MC	53650.000357/2002-70
135	244/2015 – MC	53000.051345/2007-72
136	207/2015 – MC	53000.019584/2007-38
137	257/2015 – MC	53710.000326/2002-67
138	263/2015 – MC	53000.007834/2008-78
139	194/2015 – MC	53000.024307/2008-28
140	199/2015 – MC	53000.046729/2011-50
141	288/2015 – MC	53000.028473/2013-61
142	71/2016 – MC	53000.052021/2011-38
143	78/2016 – MC	53000.045558/2013-11
144	271/2015 – MC	53000.055786/2012-19
145	283/2015 – MC	53000.041134/2011-16
146	65/2016 – MC	53000.057914/2011-70
147	227/2015 – MC	53000.048732/2013-70
148	291/2015 – MC	53000.015610/2013-05
149	292/2015 – MC	53000.034808/2013-80
150	285/2015 – MC	53000.070495/2013-23
151	265/2015 – MC	53000.046584/2006-20
152	234/2015 – MC	53000.057324/2005-07
153	106/2016 – MC	53000.004549/2005-52
154	159/2016 – MC	53900.006400/2014-55
155	150/2016 – MC	53000.056221/2011-60
156	151/2016 – MC	53000.056610/2011-95
157	152/2016 – MC	53000.028629/2012-22
158	108/2016 – MC	53000.037683/2007-00
159	146/2016 – MC	53000.057442/2011-55
160	161/2016 – MC	53000.026302/2013-05
161	158/2016 – MC	53000.029374/2013-04
162	166/2016 – MC	53000.053992/2010-14
163	155/2016 – MC	53000.058142/2011-93
164	140/2016 – MC	53000.027802/2007-16
165	109/2016 – MC	53670.002069/2002-11
166	157/2016 – MC	53000.073739/2012-49
167	142/2016 – MC	53000.056631/2011-19
168	145/2016 – MC	53000.058076/2011-51
169	160/2016 – MC	53000.053259/2013-42
170	156/2016 – MC	53000.058134/2011-47
171	229/2015 – MC	53000.038653/2013-51



172	232/2015 – MC	53000.056240/2011-96
173	83/2016 – MC	53000.020068/2012-13
174	82/2016 – MC	53000.055763/2011-15
175	73/2016 – MC	53000.057295/2012-02
176	85/2016 – MC	53000.071796/2013-74
177	66/2016 – MC	53000.051987/2012-39
178	165/2016 – MC	53000.048835/2013-30
179	275/2015 – MC E 276/2015	53710.000552/2002-48

Atenciosamente,



ENGELS AUGUSTO MUNIZ

Chefe de Gabinete da Subchefia para Assuntos Jurídicos da  
Casa Civil da Presidência da República

53000.052021/2011-38

EM nº 00071/2016 MC

142

Brasília, 1 de Fevereiro de 2016

Excelentíssima Senhora Presidenta da República,

1. Submeto à apreciação de Vossa Excelência o Processo Administrativo nº 53000.052021/2011-38, acompanhado da Portaria que renova, pelo prazo de dez anos, a partir de 06 de dezembro de 2011, a autorização outorgada à Associação Comunitária e Cultural de Caçu, para executar, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão comunitária, na localidade de Caçu/GO.
2. Diante do exposto e em observância ao que dispõe o art. 223, §3º, da Constituição da República, encaminho o Processo à Vossa Excelência, para conhecimento e submissão da matéria ao Congresso Nacional.

Respeitosamente,

*Assinado eletronicamente por: Andre Peixoto Figueiredo Lima*



**PARECER Nº 475 / 2015 / SEI-MC**

**PROCESSO Nº 53900.030496/2015-53**

**INTERESSADO:** Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica

**ASSUNTO:** Renovação de outorga de radiodifusão comunitária.

Radiodifusão comunitária. Renovação de outorgas. Elaboração de manifestação jurídica referencial, nos termos da ON AGU nº 55/2014. Dispensa de análise jurídica individualizada. Documentos a serem conferidos pela área técnica. Hipóteses de renovação e de não renovação. Desnecessidade de remessa dos processos de renovação de outorga para esta CONJUR, salvo nas hipóteses especificadas no Parecer.

## **I – RELATÓRIO**

1. Trata-se de solicitação do Consultor Jurídico para elaboração de manifestação jurídica referencial a respeito dos processos de renovação de outorga dos serviços de radiodifusão comunitária, nos termos do que autoriza a Orientação Normativa nº 55, de 23 de maio de 2014, do Advogado-Geral da União.
2. A elaboração desta manifestação referencial se soma aos esforços da Consultoria Jurídica do Ministério das Comunicações quanto à desburocratização e racionalização de procedimentos, além da atribuição de maior celeridade à tramitação de processos relativos aos serviços de radiodifusão.
3. É o relatório.

## **II – FUNDAMENTAÇÃO**

### **II.I. Requisitos para elaboração de manifestação jurídica referencial.**

4. A ON AGU nº 55/2014 autoriza a dispensa de análise jurídica individualizada nos casos repetitivos que sejam objeto de "manifestação jurídica referencial". Assim, nessas hipóteses, cabe à área técnica atestar no processo que o caso se amolda ao parecer referencial, ficando dispensada a remessa do processo à Consultoria Jurídica - CONJUR. Vejamos a íntegra do ato:

**ORIENTAÇÃO NORMATIVA Nº 55, DE 23 DE MAIO DE 2014.**

O ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I, X, XI e XIII, do art. 4º da Lei Complementar nº 73, de 10 de fevereiro de 1993, considerando o que consta do Processo nº 56377.000011/2009-12, resolve expedir a presente orientação normativa a todos os órgãos jurídicos enumerados nos arts. 2º e 17 da Lei Complementar nº 73, de 1993:

I - Os processos que sejam objeto de manifestação jurídica referencial, isto é, aquela que analisa todas as questões jurídicas que envolvam matérias idênticas e recorrentes, estão dispensados de análise individualizada pelos órgãos consultivos, desde que a área técnica ateste, de forma expressa, que o caso concreto se amolda aos termos da citada manifestação.

II - Para a elaboração de manifestação jurídica referencial devem ser observados os seguintes requisitos: a) o volume de processos em matérias idênticas e recorrentes impactar, justificadamente, a atuação do órgão consultivo ou a celeridade dos serviços administrativos; e b) a atividade jurídica exercida se restringir à verificação do atendimento das exigências legais a partir da simples conferência de documentos.

Referência: Parecer nº 004/ASMG/CGU/AGU/2014

LUÍS INÁCIO LUCENA ADAMS

5. Como se pode observar, a ON AGU nº 55/2014 prevê dois requisitos para a utilização desse expediente: (i) o volume elevado de processos com impacto sobre a atuação da CONJUR e sobre a celeridade dos serviços administrativos; e (ii) a atividade jurídica exercida se restringir à verificação do atendimento às exigências legais a partir da conferência de documentos.

6. Quanto ao primeiro requisito, verifica-se que, atualmente, cerca de 60% dos processos em tramitação na Coordenação-Geral de Assuntos Judiciais se referem à renovação de outorgas de rádios comunitárias. Ademais, segundo informações colhidas junto à área técnica, há mais de mil processos idênticos em tramitação na Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica – SCE, com previsão de serem encaminhados para a análise desta CONJUR.

7. Assim, fica demonstrado que o impacto sobre a atuação deste órgão consultivo é significativo, atendendo ao primeiro requisito previsto na ON AGU 55/2014.

8. A segunda exigência também está contemplada, isto porque, sob o aspecto jurídico, boa parte dos processos de renovação se resume a simples verificação de documentos.

9. Dessa maneira, este Parecer referencial tratará dos processos que não necessitem de uma análise mais aprofundada desta Consultoria, por constituir mera verificação de documentos.

10. É importante registrar, ainda, que a questão da renovação das outorgas já foi objeto de análise de diversos pareceres desta CONJUR, constituindo objeto da presente manifestação, tão somente, a consolidação desse entendimento.

## **II.II. Dos requisitos para a renovação das outorgas de radiodifusão comunitária.**

11. A possibilidade de renovação das outorgas do serviço de radiodifusão comunitária está contemplada na Lei nº 9.612/1998 (art. 6º, parágrafo único), que permite “a renovação por igual período, se cumpridas as exigências desta Lei e demais disposições legais vigentes”.

12. Por sua vez, o Regulamento do Serviço de Radiodifusão Comunitária, aprovado pelo Decreto nº 2.615/1998, determina, em seu art. 36, que a autorizada deve: (i) apresentar requerimento de renovação no prazo compreendido entre os seis e os três meses anteriores ao término da vigência da outorga; e (ii) cumprir as exigências estabelecidas pelo Ministério das Comunicações.

13. O primeiro requisito tem a ver com a tempestividade do requerimento por meio do qual a entidade manifesta interesse em continuar a prestar o serviço. A análise da tempestividade deve observar o disposto na Portaria nº 197, de 1º de julho de 2013:

Art. 1º Os pedidos de renovação de outorga de serviços de radiodifusão comunitária apresentados até 30 de novembro de 2013, por protocolo ou postagem pelos Correios, que não atendam ao prazo referido no item 20.2[1] da Norma nº 1/2011 – Serviço de Radiodifusão Comunitária, aprovada pela Portaria nº 462, de 14 de outubro de 2011, serão conhecidos pelo Ministério das Comunicações, que dará



prosseguimento aos respectivos processos e avaliará a sua conformidade com os demais requisitos previstos na legislação em vigor.

§ 1º As entidades que cumprirem o disposto no caput, poderão manter suas emissoras em funcionamento, em caráter precário, até a conclusão do processo de renovação.

§ 2º Serão considerados intempestivos e não serão conhecidos pelo Ministério das Comunicações, os pedidos de renovação de outorga de serviços de radiodifusão comunitária apresentados após a data a que se refere o caput e que não atendam ao prazo referido no item 20.2 da Norma nº 1/2011.

§ 3º Expirado o prazo de vigência da outorga, a autorização será declarada extinta:

I - na hipótese do § 2º deste artigo; e

II - nos casos em que a entidade não tenha apresentado pedido de renovação.

14. Dessa maneira, a tempestividade é condição para o deferimento do pedido de renovação, sendo a sua intempestividade causa de extinção da outorga, nos termos do art. 1º, §§ 2º e 3º da Portaria nº 197/2013 acima transcritos. Como a matéria refere-se apenas à conferência do cumprimento do prazo, entende-se que não há maiores empecilhos jurídicos, amoldando-se à hipótese da ON AGU nº 55/2014. Assim, caberá à área técnica averiguar, em cada caso concreto, se o pedido da entidade requerente é ou não tempestivo.

15. Verificada a tempestividade do requerimento, cabe analisar o atendimento às demais exigências fixadas pelo Ministério das Comunicações, conforme relação de documentos constante da legislação em vigor, em especial do item 20.3, da Norma nº 01/2011, com a redação dada pela Portaria nº 197/2013:

(1) declaração firmada pelo representante legal da interessada, atestando que a emissora encontra-se com suas instalações e equipamentos em conformidade com a última autorização do Ministério das Comunicações, de acordo com os parâmetros técnicos previstos na regulamentação vigente, constantes da respectiva licença de funcionamento da estação;

(2) certidão negativa de débitos de receitas administradas pela Anatel;

(3) comprovante de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda – CNPJ válido e atual;

(4) documentos atualizados revelando eventuais alterações ocorridas no Estatuto Social da interessada, durante o período de vigência da outorga, ou cópia atualizada do Estatuto Social;

(5) ata de eleição da diretoria em exercício, devidamente registrada no Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas;

(6) comprovante de nacionalidade e maioria dos dirigentes;

(7) último relatório do Conselho Comunitário, constituído nos moldes do item 21.4.1[2] da Norma nº 1/2011, sobre a programação veiculada pela emissora;

(8) Relatório de apuração de infrações da entidade durante o prazo de vigência da outorga.

16. A respeito desses documentos cabe tecer algumas considerações adicionais.

17. O documento 1 exige que o representante da entidade confirme que os seus equipamentos e instalações estão funcionando conforme os termos da autorização conferida pelo Ministério das Comunicações.

18. Quanto às certidões referentes à regularidade perante a Anatel e ao CNPJ (documentos 2 e 3), recomenda-se que, sempre que disponível, a própria área técnica efetue a consulta e junte os



documentos em questão aos autos.

19. Nesses casos, caberá à SCE instruir o processo com vistas à renovação, se demonstrada a regularidade no CNPJ e perante a Anatel. Em sentido contrário, e desde que a entidade não regularize as pendências encontradas, o processo deverá ser instruído com vistas a não renovação.

20. Por sua vez, o Estatuto social atualizado e a ata de eleição da diretoria em exercício (documentos 4 e 5) tem por objetivo confirmar os quadros societário e diretivo da entidade, bem como permitir a verificação de sua adequação às finalidades do serviço, conforme previstas na Lei nº 9.612/1998 e na regulamentação. Assim, caberá à área técnica analisar a referida documentação e tomar as providências cabíveis ante a infração de algum dispositivo. Somente deverá encaminhar à CONJUR em caso de dúvida jurídica, mediante formulação de consulta.

21. Quanto à comprovação de nacionalidade e maioria dos dirigentes (documento 6), trata-se de exigência que decorre do disposto no art. 9º, § 2º, incisos II e III, da Lei nº 9.612/1998. Para essa finalidade, deve ser admitida a apresentação de cópia, entre outros, dos seguintes documentos: certidão de nascimento ou casamento; certificado de reservista; título de eleitor; carteira profissional; cédula de identidade; certificado de naturalização expedido há mais de 10 anos e, para os portugueses, reconhecimento de igualdade de direitos civis ou prova de residência permanente no Brasil. A maioria pode ser comprovada, ainda, por meio de escritura pública de emancipação.

22. Em sentido contrário, não devem ser aceitos, a título de comprovação de maioria e de nacionalidade, os seguintes documentos: a) cartão de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) e b) Carteira Nacional de Habilitação (CNH).

23. O relatório do Conselho Comunitário (documento 7) é instrumento relevante para fins de avaliação da programação da entidade, além de constituir expressão do controle social exercido sobre a rádio comunitária. O conteúdo do relatório deve atender ao disposto no item 21.4.1 da Norma nº 01/2011:

21.4.1. O Conselho Comunitário deverá encaminhar ao Ministério das Comunicações, sempre que solicitado, relatório resumido contendo a descrição da grade de programação, bem como sua avaliação a respeito da mesma, considerando as finalidades legais do Serviço de Radiodifusão Comunitária.

24. Finalmente, o relatório de processos de apuração de infração (documento 8) instaurados durante o período da outorga tem por finalidade verificar a existência de sanção que impeça a renovação da outorga. Isso ocorrerá nos casos em que tenha sido aplicada, de forma definitiva, a pena de revogação de autorização. Ressalte-se que o mesmo princípio é aplicável às outorgas de radiodifusão comercial e educativa, para as quais não se admite a renovação “quando a pena de cassação tiver sido aplicada à outorga objeto do pedido de renovação” (art. 10, IV, Portaria nº 329, de 4 de julho de 2012).

25. Assim, constatado que foi aplicada, de forma definitiva, a pena de revogação de autorização, não será admissível a renovação da outorga.

26. De outro lado, havendo qualquer dúvida jurídica quanto ao relatório de infrações, o processo deverá ser encaminhado para a análise da CONJUR, notadamente quando se constatar a ocorrência de infrações graves ou um número significativo de irregularidades, que possam ensejar a revogação da autorização.

27. Portanto, verificada a tempestividade do requerimento e apresentados os documentos acima mencionados, o pedido de renovação deverá ser deferido pelo Ministério das Comunicações, encaminhando-se os autos para a deliberação do Congresso Nacional.

28. Caso não atendidos os requisitos, o pedido de renovação deve ser indeferido, conforme prevê o item 20.6 da Norma nº 01/2011:

20.6. Nos casos de não envio pela entidade dos documentos listados nesta Norma



e de não cumprimento das exigências feitas pelo Ministério das Comunicações, o pedido de renovação de outorga será indeferido, extinguindo-se a correspondente autorização.

29. Feitos esses comentários, no Anexo a este parecer foi elaborada *relação completa* dos documentos e das demais questões a serem observadas na análise dos processos de renovação. Essa relação, com a devida conferência dos documentos apresentados, deve ser juntada aos autos, acompanhando a Nota Técnica da SCE e cópia integral deste parecer, dispensando-se, assim, a remessa do processo para esta CONJUR e a análise jurídica individualizada.

30. Como afirmado antes, nos casos de dúvida jurídica fundada, os autos devem ser encaminhados para elaboração de análise específica por parte desta CONJUR.

### III - CONCLUSÃO

31. Ante o exposto, opino pela aprovação deste Parecer como manifestação jurídica referencial, a ser adotada como parâmetro para a análise dos processos de renovação de outorga dos serviços de radiodifusão comunitária.

32. Recomenda-se, ainda, que, em cada caso concreto, a Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica ateste, de forma expressa, o atendimento aos termos deste Parecer, notadamente da relação de documentos anexa, que deve ser preenchida e juntada aos autos, dispensando-se a análise jurídica individualizada e a remessa dos processos a esta CONJUR, exceto nos casos de dúvida jurídica fundada.

33. À consideração superior.

LUCAS BORGES DE CARVALHO

Assessor do Consultor Jurídico

### ANEXO

#### PARECER REFERENCIAL Nº 475/2015

#### RENOVAÇÃO DE OUTORGA – RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA

#### DOCUMENTOS

SI  
M

NÃ  
O

Fls. /  
nº do  
doc.

1      Requerimento, solicitando a renovação, assinado pelo representante legal da pessoa jurídica interessada.

1.  
1.      O requerimento é tempestivo?

2      Declaração firmada pelo representante legal da interessada, atestando que a emissora encontra-se com suas instalações e equipamentos em conformidade com a última autorização do Ministério das Comunicações, de acordo com os parâmetros técnicos

previstos na regulamentação vigente, constantes da respectiva licença de funcionamento da estação.

- 3 Certidão negativa de débitos de receitas administradas pela Anatel.
- 4 Comprovante de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda – CNPJ válido e atual.
- 5 Documentos atualizados revelando eventuais alterações ocorridas no Estatuto Social da interessada, durante o período de vigência da outorga, ou cópia atualizada do Estatuto Social, adequado às finalidades da Lei nº 9.612/1998.
- 6 Ata de eleição da diretoria em exercício, devidamente registrada no Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas.
- 7 Comprovante de nacionalidade e maioria dos dirigentes.
- 8 Último relatório do Conselho Comunitário, constituído nos moldes do item 21.4.1 da Norma nº 1/2011, sobre a programação veiculada pela emissora.
- 9 Relatório de apuração de infrações.

9. Foi aplicada, de forma definitiva, pena de revogação de  
1 autorização?

9. Existem outras situações que suscitem dúvidas quanto à  
2 renovação, tais como a ocorrência de infrações graves ou número significativo de irregularidades que possam ensejar a revogação da autorização? Em caso afirmativo, encaminhar os autos para a CONJUR com o posicionamento da área técnica.

[1] 20.2. As entidades que pretenderem a renovação deverão obrigatoriamente dirigir ao Ministério das Comunicações, entre o terceiro e o último mês anterior ao vencimento das respectivas autorizações, requerimento assinado por seu representante legal, cujo modelo está disponível no Anexo 12 desta Norma, nos termos do art. 36 do Decreto nº 2.615, de 3 de junho de 1998.

[2] 21.4.1. O Conselho Comunitário deverá encaminhar ao Ministério das Comunicações, sempre que solicitado, relatório resumido contendo a descrição da grade de programação, bem como sua avaliação a respeito da mesma, considerando as finalidades legais do Serviço de Radiodifusão Comunitária.

Documento assinado eletronicamente por **Alan Emanuel Cavalcante Trajano, Consultor Jurídico**, em 19/06/2015, às 14:36, conforme art. 3º, III, "b", da Portaria MC 89/2014.



Documento assinado eletronicamente por **Lucas Borges de Carvalho, Assessor do Consultor Jurídico**, em 19/06/2015, às 18:18, conforme art. 3º, III, "a", da Portaria MC 89/2014. Nº de Série do Certificado: 4809944487027627816

A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://sei.mc.gov.br/verifica.html> informando o código verificador **0562589** e o código CRC **133A832C**.

Criado por lucas.carvalho, versão 3 por lucas.carvalho em 19/06/2015 08:15:56.

*Assinado eletronicamente por: Cacilda Lanuza da Rocha Duque*

**MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES**  
**SECRETARIA DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA**

**DESPACHO**

**Processo nº: 53000.052021/2011-38**

Considerando que os órgãos técnico e jurídico desta Pasta já se posicionaram favoravelmente ao deferimento do pleito, conforme os termos da Nota Técnica n.º 223353/2015/SEI-MC e do Parecer n.º 475/2015/SEI-MC, respectivamente, e a mudança do Titular desta Pasta, restitua-se o presente processo à Consultoria Jurídica, com a minuta de Exposição de Motivos disposta no campo próprio abaixo, para reexame e providências, com vistas à submissão dos autos ao atual Excelentíssimo Senhor Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações.

**Vanda Jugurtha Bonna Nogueira**  
Secretária de Serviços de Comunicação Eletrônica



Documento assinado eletronicamente por **Vanda Jugurtha Bonna Nogueira, Secretária de Serviços de Comunicação Eletrônica**, em 22/07/2016, às 14:11, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **1240723** e o código CRC **F3637FB6**.

**Minutas e Anexos**

**MINUTA DE EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS**

Excelentíssimo Senhor Presidente da República, Interino,

1. Submeto à apreciação de Vossa Excelência o Processo Administrativo nº 53000.052021/2011-38, acompanhado da Portaria que renova, pelo prazo de dez anos, a partir de 06 de dezembro de 2011, a autorização outorgada à Associação Comunitária e Cultural de Caçu, para executar, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão comunitária, na localidade de Caçu/GO.

2. Diante do exposto e em observância ao que dispõe o art. 223, §3º, da Constituição da República, encaminho o Processo à Vossa Excelência, para conhecimento e submissão da matéria ao Congresso Nacional.

Respeitosamente,



**GILBERTO KASSAB**

Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações.

# MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES

Secretaria de Radiodifusão

Departamento de Radiodifusão Educativa, Comunitária e de Fiscalização

Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária

## DESPACHO

Processo nº: **53000.052021/2011-38**

Entidade: **ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA E CULTURAL DE CAÇU**

Assunto: **Encaminhamento de Processo**

Ao Departamento de Radiodifusão Educativa, Comunitária e de Fiscalização,

Considerando que órgãos técnico e jurídico desta Coordenação já revisaram o processo e se posicionaram favoravelmente ao deferimento do pleito, encaminho o processo acima referido, para as providências cabíveis.

Atenciosamente,



Documento assinado eletronicamente por **Inalda Celina Madio**, **Coordenadora-Geral de Radiodifusão Comunitária**, em 20/03/2017, às 17:42, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **1742648** e o código CRC **13B7E325**.

## Minutas e Anexos

Não Possui.

**Referência:** Processo nº 53000.052021/2011-38

SEI nº 1742648



# MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES

Secretaria de Radiodifusão

Departamento de Radiodifusão Educativa, Comunitária e de Fiscalização

Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária

## DESPACHO

Processo nº: **53000.052021/2011-38**

Entidade: **ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA E CULTURAL DE CAÇU**

Assunto: **Encaminhamento de Processo**

À Secretaria de Radiodifusão,

Considerando que órgãos técnico e jurídico já revisaram o processo e se posicionaram favoravelmente ao deferimento do pleito, encaminho o processo acima referido, para as providências cabíveis.

Atenciosamente,



Documento assinado eletronicamente por **Itamar Marques Teixeira, Diretor de Radiodifusão Educativa, Comunitária e de Fiscalização, Substituto**, em 22/03/2017, às 09:54, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **1742653** e o código CRC **F9FF5745**.

## Minutas e Anexos

Não Possui.

**Referência:** Processo nº 53000.052021/2011-38

SEI nº 1742653

# MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES

Secretaria de Radiodifusão

Departamento de Radiodifusão Educativa, Comunitária e de Fiscalização

Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária

DESPACHO

Processo nº: **53000.052021/2011-38**

Entidade: **ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA E CULTURAL DE CAÇU**

Assunto: **Minuta de Exposição de Motivos**

À Chefia de Gabinete do Ministro,

Considerando que órgãos técnico e jurídico desta Pasta já revisaram o processo e se posicionaram favoravelmente ao deferimento do pleito, conforme os termos da Nota Técnica nº 23353/2015/SEI-MC (0772485) e do Parecer Conjuntivo nº 475/2015/SEI-MC (0772476), encaminho a Exposição de Motivos anexa, com vista à submissão dos autos ao Excelentíssimo Senhor Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações.

Atenciosamente,



Documento assinado eletronicamente por **Vanda Jugurtha Bonna Nogueira, Secretária de Radiodifusão**, em 23/03/2017, às 19:07, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **1742654** e o código CRC **36B36F06**.

## Minutas e Anexos

### EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

1. Submeto à apreciação de Vossa Excelência o Processo Administrativo nº 53000.052021/2011-38, acompanhado da Portaria que renova, pelo prazo de dez anos, a partir de 06 de dezembro de 2011, a autorização outorgada à **Associação Comunitária e Cultural de Caçu**, para executar, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão comunitária, na localidade de Caçu /GO.



2. Diante do exposto e em observância ao que dispõe o art. 223, §3o, da Constituição da República, encaminho o Processo à Vossa Excelência, para conhecimento e submissão da matéria ao Congresso Nacional.

Respeitosamente,

**GILBERTO KASSAB**

---

**Referência:** Processo nº 53000.052021/2011-38

SEI nº 1742654

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

1. Submeto à apreciação de Vossa Excelência o Processo Administrativo nº 53000.052021/2011-38, acompanhado da Portaria que renova, pelo prazo de dez anos, a partir de 06 de dezembro de 2011, a autorização outorgada à Associação Comunitária e Cultural de Caçu, para executar, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão comunitária, na localidade de Caçu /GO.

2. Diante do exposto e em observância ao que dispõe o art. 223, §3o, da Constituição da República, encaminho o Processo à Vossa Excelência, para conhecimento e submissão da matéria ao Congresso Nacional.

Respeitosamente,

**GILBERTO KASSAB**

Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações



Documento assinado eletronicamente por **GILBERTO KASSAB, Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações**, em 13/05/2017, às 18:13, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **1802936** e o código CRC **48F1620A**.





**MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES**  
**SECRETARIA DE RADIODIFUSÃO**

**UNIDADE(S) DESTINATÁRIA(S):**

**CGGM\_RÁDIO**

**DEMANDA:**

Encaminhar a Presidência da República

**OBSERVAÇÃO:**

Tendo em vista a assinatura da Exposição de Motivos, encaminhe-se o processo, em cópia autenticada, a Coordenação-Geral do Gabinete do Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações para inserção no SIDOF e posterior envio à Presidência da República.

Brasília, 15 de maio de 2017.



Documento assinado eletronicamente por **Ana Maria dos Santos, Agente Administrativo**, em 16/05/2017, às 17:17, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **1885794** e o código CRC **FFA30008**.

Brasília, 18 de julho de 2017.

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

1. Submeto à apreciação de Vossa Excelência o Processo Administrativo nº 53000.052021/2011-38, acompanhado da Portaria que renova, pelo prazo de dez anos, a partir de 06 de dezembro de 2011, a autorização outorgada à Associação Comunitária e Cultural de Caçu, para executar, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão comunitária, na localidade de Caçu /GO.
2. Diante do exposto e em observância ao que dispõe o art. 223, §3º, da Constituição da República, encaminho o Processo à Vossa Excelência, para conhecimento e submissão da matéria ao Congresso Nacional.

Respeitosamente,

*Assinado eletronicamente por: Gilberto Kassab*





**MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES**  
**GABINETE DO MINISTRO**

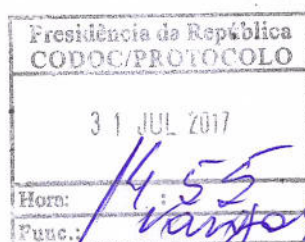
Esplanada dos Ministérios, Bloco E  
CEP: 70067-900 Brasília-DF  
Tel.: (61) 2033-7444

Ofício nº 32152/2017/SEI-MCTIC

Ao Senhor  
**MARCELO PACHECO DOS GUARANYs**  
Subchefe de Análise e Acompanhamento de Políticas Governamentais - SAG  
Casa Civil da Presidência da República  
Brasília/DF

Assunto: **Concessão de outorga**

Senhor Subchefe,



Em atendimento à orientação dessa Subchefia e ao disposto no Decreto nº 3.714, de 03 de janeiro de 2001, encaminho-lhe os seguintes processos impressos a partir de arquivo digital com valor de original, que tratam de concessão de outorga.

Nº EM	Nº PROCESSO	ENTIDADE INTERESSADA
343/2017	53000.021819/2010-57	Associação Comunitária de Radiodifusão do Povoado de São João da Vitória
344/2017	53000.045558/2013-11	Associação Comunitária Novo Amanhecer - ACNA
345/2017	53000.014022/2013-46	Associação Jiquiriçaense de Apoio Cultural
349/2017	53000.057914/2011-70	Associação Comunitária de Radiodifusão de Nepomuceno
350/2017	53000.056238/2011-17	Associação Comunitária Central de Ritópolis
351/2017	53000.056228/2011-81	Associação de Comunicação e Cultura Liberdade
352/2017	53000.058131/2011-11	Associação de Radiodifusão Comunitária da Cidade de Dom Silvério
353/2017	53000.024292/2009-89	Associação Comunitária de Radiodifusão Nova Conceição
354/2017	53000.050492/2011-10	Associação de Promoção Cultural, Educacional e Comunicação Social de Água Boa
355/2017	53000.024188/2012-90	Associação Comunitária de Rodeiro
356/2017	53000.058136/2011-36	Associação Comunitária de Comunicação e Cultura Lasafá
357/2017	53000.003928/2014-16	Serviço de Assistência Social - SAS
358/2017	53000.062396/2013-78	Associação Comunitária da Região Central
359/2017	53000.006882/2013-14	Associação Comunitária de Comunicação de Frutal
360/2017	53000.052021/2011-38	Associação Comunitária e Cultural de Caçu
361/2017	53000.065119/2010-74	Associação de Radiodifusão Comunitária de Novo Destino
362/2017	53000.070758/2013-02	Associação Comunitária para o Progresso de Várzea Alegre
363/2017	53000.071423/2013-01	Associação Comunitária para o Desenvolvimento da Educação, Cultura E Desporto De Pereiro
364/2017	53000.056608/2011-16	Associação Comunitária Eldorado Para o Desenvolvimento Social Cultural e Artístico de Castro Alves
365/2017	53900.032165/2014-77	Associação Comunitária do Município de Botuporã
366/2017	53000.055786/2012-19	Associação Amigos de Nova Fátima, no município de Nova Fátima
367/2017	53000.058133/2011-01	Associação de Radiodifusão Comunitária e Educativa
368/2017	53000.039604/2007-97	Associação Comunitária de Radiodifusão Terra - ACRAT
369/2017	53000.064284/2010-17	Associação Cristã Sem Fronteiras de Difusão Comunitária
370/2017	53000.040135/2013-05	Associação das Mulheres Espinosenses
371/2017	53000.062227/2013-38	Associação Beneficente Cultural Comunitária de Brasilândia de Minas
372/2017	53000.057295/2012-02	Associação de Rádio Comunitária de Oriximiná
373/2017	53000.050218/2012-13	Associação Comunitária Rádio FM Pontapedrense
374/2017	53900.029909/2015-57	Associação Comunitária de Comunicação de Rio Maria
375/2017	53000.045153/2012-94	Associação Comunitária de Amigos de Reserva do Cabaçal
376/2017	53000.029631/2007-51	Associação Cultural Rádio Comunitária do Parque do Lago
377/2017	53000.054585/2011-13	Associação Comunitária de Amigos do Porto Esperidião (ASCAPE)
378/2017	53000.049700/2013-91	Associação Luverdense de Radiodifusão Comunitária
379/2017	53000.020488/2013-81	Associação de Desenvolvimento Educativo, Cultural e Ambiental



380/2017	53000.057028/2013-16	Associação Comunitária de Moradores da Boa Vista
381/2017	53000.007052/2013-04	Associação Beneficente e Cultural Comunitária Diógenes Almeida Celestino
382/2017	53000.058076/2011-51	Associação Rádio Comunitária Belo Horizonte
383/2017	53900.017747/2014-23	Associação Cultural Educacional e Ambiental de Coari
384/2017	53000.044171/2012-59	Associação Comunitária de Rádio Comunicações Vale do Rio Jari
385/2017	53000.053992/2010-14	Associação dos Monitores Em Organização Social de Wenceslau Guimarães (WG Fm)
386/2017	53000.033271/2013-31	Associação de Moradores de Lagedo do Tabocal
387/2017	53900.017321/2015-51	Conselho Comunitário de Arraial D'Ajuda
388/2017	53000.015610/2013-05	Associação Comunitária do Desenvolvimento Social
389/2017	53000.031930/2012-13	Associação Cultural Comunitária Rádio Livre
390/2017	53000.056622/2011-10	Associação dos Moradores de Aracruz
391/2017	53000.070524/2013-57	Associação dos Moradores Amigos de Maragogipe
392/2017	53900.017573/2014-07	Associação Rádio Comunitária Cultura FM de Araci
393/2017	53000.071201/2013-81	Associação Palmaciana da Comunidade Sede
394/2017	53000.027789/2013-35	Associação Beneficente 07 de Outubro
395/2017	53000.048009/2013-91	Fundação Santa Rita de Cássia dos Impossíveis - FSRCDI
396/2017	53000.056240/2011-96	Associação de Radiodifusão Comunitária São Miguel - ACOSAMI
397/2017	53000.055673/2012-13	Associação de Radiodifusão Comunitária de Desenvolvimento Social, Cultural e Educativo
398/2017	53000.054476/2012-79	Associação Comunitária de Radiodifusão Souseense
399/2017	53000.048665/2012-11	Rádio Comunitária Cruz das Armas FM
400/2017	53900.015755/2015-16	Associação Comunitária Rádio Monte Sinai FM

Atenciosamente,

MARACI MENDES DE SANT'ANA  
Coordenadora-Geral do Gabinete do Ministro



Documento assinado eletronicamente por **Maraci Mendes de Sant'Ana**, Coordenadora-Geral do Gabinete do Ministro e Delegação de Competência Portaria Nº 1.317/2017, em 24/07/2017, às 17:03, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://sei.mc.gov.br/verifica.html> informando o código verificador **2054851** e o código CRC **DF1E3466**.

Em caso de resposta a este Ofício, fazer referência expressa a: Ofício nº 32152/2017/SEI-MCTIC - Processo nº 01250.000256/2016-11 - Nº SEI: 2054851



**MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES**  
**SECRETARIA DE RADIODIFUSÃO**

**DESPACHO**

**Processo nº: 53000.052021/2011-38**  
**Referência: Ofício nº 32152/2017/SEI-MCTIC.**  
**Assunto: Restituição de processo.**  
**Destinatário: CGRC**

Tendo em vista a expedição do Ofício nº 32152/2017/SEI-MCTIC à Subchefia de Análise e Acompanhamento de Políticas Governamentais da Casa Civil da Presidência da República, restitua-se o presente processo.



Documento assinado eletronicamente por **Ana Maria dos Santos, Agente Administrativo**, em 07/08/2017, às 16:33, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **2100767** e o código CRC **993A4869**.

**Minutas e Anexos**

Não Possui.

**Referência:** Processo nº 53000.052021/2011-38

SEI nº 2100767

## Pedro Paulo Verano de Souza

---

**De:** Luciana Silveira Teixeira  
**Enviado em:** sexta-feira, 4 de janeiro de 2019 18:43  
**Para:** Andre Jose de Oliveira; Carlos Henrique Teixeira Botelho; Glauce Pereira da Silva  
**Cc:** Luciana Cortez Roriz Pontes; Luciana Silveira Teixeira; Daniela de Oliveira Rodrigues; Daniela de Souto Inocencio; Jose Cruz Filho; Daniel Christianini Nery; Daniel Goncalves Viana; Miquierlam Chaves Cavalcante; Eugenio Cesar Almeida Felippetto; Ana Carolina Tannuri Laferte Marinho  
**Assunto:** Devolução 2 - EMs radiodifusão

Prezado André,

De ordem da Subchefe Adjunta de Infraestrutura, considerando a posse do Presidente da República e do novo Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, solicito a devolução das Exposições de Motivos relacionadas abaixo à Pasta competente (MCTIC), no Sistema de Geração e Tramitação de Documentos Oficiais do Governo Federal - SIDOF, para que seja realizada a reavaliação da pertinência da medida proposta pelo novo Ministro, bem como adequação às novas diretrizes governamentais.

53000.012166/2010-15 – EM nº 81/2017-MCTIC  
53000.040830/2013-69 – EM nº 00330/2017-MCTIC  
53000.055760/2011-81 – EM nº 00333/2017-MCTIC  
53000.074982/2013-65 – EM nº 00261/2017-MCTIC  
53000.032006/2011-73 – EM nº 00321/2017-MCTIC  
53000.047616/2011-71 - EM nº 00281/2017 MCTIC  
53000.007973/2012-88 – EM nº 00232/2016-MCTIC  
53000.026910/2010-69 – EM 00230/2016 - MCTIC  
53900.006400/2014-55 – EM 00289/2017 - MCTIC  
53000.044719/2011-80 - EM 00307/2017 - MCTIC  
53000.057576/2013-38 - EM 00307/2017 - MCTIC  
53000.050136/2011-98 - EM 00187/2017 - MCTIC  
53000.049242/2012-18 - EM 00323/2017 - MCTIC  
53000.064008/2012-11 - EM 00328/2017 - MCTIC  
53000.005325/2012-97 - EM 01061/2017 - MCTIC  
53900.001093/2016-88 - EM 00042/2018 - MCTIC  
53000.020768/2004-06 - EM 00271/2016 - MCTIC  
53000.027954/2010-14 - EM 00237/2016 - MCTIC  
53000.060071/2011-99 - EM 01080/2017 - MCTIC  
53000.059254/2013-23 - EM 00156/2017 - MCTIC  
53830.000784/2000-78 - EM 00154/2017 - MCTIC  
53000.074700/2013-20 Exposição de Motivos 161 2017 MCTIC (0214387)  
53000.051583/2012-45 Exposição de Motivos 282 2017 MCTIC (0247186)  
53000.027859/2012-74 Exposição de Motivos 1035 2017 MCTIC (0359944)  
53790.000368/2000-93 Exposição de Motivos 441 2018 MCTIC (0794170)  
53000.031941/2012-01 Exposição de Motivos 94 2017 MCTIC (0179902)  
53000.059476/2011-84 Exposição de Motivos 179 2017 MCTIC (0219948)  
53900.063451/2015-65 Exposição de Motivos 1094 2017 MCTIC (0383657)  
53000.000369/2006-82 Exposição de Motivos EXM MCTIC 193 2016 (0058228)  
53000.064006/2007-56 Exposição de Motivos 150 2017 MCTIC (0213972)  
53000.058471/2011-34 - EM nº 417/2017 MCTIC



53900.010501/2014-21 - EM nº 378/2018 MCTIC  
53000.057831/2011-81- Exposição de Motivos 1052 2017 MCTIC (0382094)  
53000.009001/2012-28 – Exposição de Motivos 1067 2017 MCTIC (0382266)  
53000.067611/2011-65 - Exposição de Motivos 971 2017 MCTIC (0357555)  
53900.021361/2014-16 - Exposição de Motivos 650 2017 MCTIC (0308588)  
01250.072621/2017-62 - Exposição de Motivos 425 2018 MCTIC (0808682)  
53000.047461/2011-73 -Exposição de Motivos 594 2017 MCTIC (0302018)  
53000.058151/2011-84 - Exposição de Motivos 597 2017 MCTIC (0302009)  
53900.029941/2015-32 - Exposição de Motivos 665 2017 MCTIC (0309687)  
53000.070171/2013-95 - Exposição de Motivos 696 2017 MCTIC (0311929)  
53900.003001/2014-32 - Exposição de Motivos 727 2017 MCTIC (0320630)  
53900.047381/2015-06 - Exposição de Motivos 718 2017 MCTIC (0319399)  
53900.018561/2014-91 - Exposição de Motivos 385 2018 MCTIC (0785184)  
53000.010271/2012-81 - Exposição de Motivos 420 2018 MCTIC (0796194)  
53900.025631/2014-68 - Exposição de Motivos 422 2018 MCTIC (0808446)  
53900.026731/2014-10 - Exposição de Motivos 348 2018 MCTIC (0733503)  
53900.031471/2014-96 - Exposição de Motivos 290 2018 MCTIC (0701495)  
53000.007901/2014-01 - Exposição de Motivos 313 2018 MCTIC (0702758)  
53900.048911/2015-25 - Exposição de Motivos 328 2018 MCTIC (0732602)  
53900.016981/2014-33 - Exposição de Motivos 277 2018 MCTIC (0703036)  
53900.047341/2015-56 - Exposição de Motivos 311 2018 MCTIC (0703008)  
53900.050321/2015-62 - Exposição de Motivos 291 2018 MCTIC (0702244)  
53000.066111/2013-78 - Exposição de Motivos 253 2018 MCTIC (0676949)  
53000.007961/2012-53 - Exposição de Motivos 165 2018 MCTIC (0587696)  
53900.018141/2014-13 - Exposição de Motivos 167 2018 MCTIC (0586159)  
53000.054981/2012-13 - Exposição de Motivos 163 2018 MCTIC (0583602)  
53000.006951/2013-81 - Exposição de Motivos 70 2018 MCTIC (0521365)  
53900.017301/2015-80 - Exposição de Motivos 153 2018 MCTIC (0583770)  
53900.050611/2015-14 - Exposição de Motivos 122 2018 MCTIC (0554598)  
53900.007781/2015-71 - Exposição de Motivos 136 2018 MCTIC (0569460)  
53000.056641/2011-46 - Exposição de Motivos 86 2018 MCTIC (0527776)  
53000.056241/2011-31 - Exposição de Motivos 103 2018 MCTIC (0527496)  
53900.049331/2015-55 - Exposição de Motivos 90 2018 MCTIC (0523348)  
53000.069421/2013-44 - Exposição de Motivos 68 2018 MCTIC (0521538)  
53000.056221/2011-60 - Exposição de Motivos 275 2017 MCTIC (0261599)  
53000.059721/2011-53 - Exposição de Motivos MCTIC 255 2016 (0122403)  
53650.000551/2001-74 - Exposição de Motivos 165 - MCTIC - 2016 (0061447)  
53000.051661/2012-10 - Exposição de Motivos 429 2017 MCTIC (0262554)  
53000.059431/2011-18 - Exposição de Motivos 1053 2017 MCTIC (0382119)  
53900.017561/2015-55 -Exposição de Motivos 961 2017 MCTIC (0373870)  
53000.057231/2011-12 - Exposição de Motivos 923 2017 MCTIC (0372276)  
53000.007691/2012-81 - Exposição de Motivos 1039 2017 MCTIC (0360413)  
53000.055761/2011-26 -Exposição de Motivos 895 2017 MCTIC (0332569)  
53900.005861/2014-19 - Exposição de Motivos 906 2017 MCTIC (0332040)  
53900.046841/2015-71 -Exposição de Motivos 854 2017 MCTIC (0330995)  
53000.007031/2013-81 - Exposição de Motivos 823 2017 MCTIC (0328646)  
53900.034331/2015-51 - Exposição de Motivos 787 2017 MCTIC (0327209)  
53500.002411/2000-73 -Exposição de Motivos 284 2016 MCTIC (0141979)  
53000.068251/2013-81 -Exposição de Motivos 715 2017 MCTIC (0323332)  
53000.057301/2012-13 -Exposição de Motivos 610 2017 MCTIC (0323438)  
53000.050951/2012-38 - Exposição de Motivos 587 2017 MCTIC (0322786)

53900.003161/2014-81 - Exposição de Motivos 745 2017 MCTIC (0322442)  
 53000.051671/2011-66 - Exposição de Motivos 207 2017 MCTIC (0228528)  
 53000.038631/2013-91 - Exposição de Motivos 199 2017 MCTIC (0228389)  
 53900.017191/2015-56 - Exposição de Motivos 115 2017 MCTIC (0231021)  
 53000.061151/2013-23 - Exposição de Motivos 113 2017 MCTIC (0230960)  
 53000.033271/2013-31 - Exposição de Motivos 386 2017 MCTIC (0278204)  
 53000.056621/2011-75 - Exposição de Motivos 506 2017 MCTIC (0278737)  
 53000.057441/2011-19 - Exposição de Motivos 504 2017 MCTIC (0278772)  
 53000.058111/2011-32 - Exposição de Motivos 554 2017 MCTIC (0279751)  
 53000.058131/2011-11 - Exposição de Motivos 352 2017 MCTIC (0280527)  
 53900.021931/2015-59 - Exposição de Motivos 409 2017 MCTIC (0268108)  
 53000.056441/2013-55 - Exposição de Motivos 313 2017 MCTIC (0266582)  
 53000.040721/2013-41 - Exposição de Motivos 537 2017 MCTIC (0272680)  
 53900.017291/2015-82 - Exposição de Motivos 517 2017 MCTIC (0272745)  
 53900.016191/2015-39 - Exposição de Motivos 503 2017 MCTIC (0274259)  
 53000.023661/2010-50 - Exposição de Motivos 479 2017 MCTIC (0276002)  
 53000.041601/2013-61 - Exposição de Motivos 496 2017 MCTIC (0276184)  
 53000.015611/2013-41 - Exposição de Motivos 470 2017 MCTIC (0276540)  
 53000.055771/2011-61 - Exposição de Motivos 540 2017 MCTIC (0277291)  
 53900.017321/2015-51 - Exposição de Motivos 387 2017 MCTIC (0278024)  
 53000.029031/2013-31 - Exposição de Motivos 565 2017 MCTIC (0288150)  
 53000.044171/2012-59 - Exposição de Motivos 384 2017 MCTIC (0282163)  
 53000.056211/2011-24 - Exposição de Motivos 618 2017 MCTIC (0303087)  
 53000.040711/2013-14 - Exposição de Motivos 583 2017 MCTIC (0301742)  
 53900.049701/2015-54 - Exposição de Motivos 656 2017 MCTIC (0308870)  
 53900.041581/2015-47 - Exposição de Motivos 655 2017 MCTIC (0308861)  
 53900.041521/2015-24 - Exposição de Motivos 677 2017 MCTIC (0311053)  
 53000.050661/2013-75 - Exposição de Motivos 217 2018 MCTIC (0677133)  
 53900.018431/2015-30 - Exposição de Motivos 251 2018 MCTIC (0672650)  
 53000.006761/2012-83 - Exposição de Motivos 1038 2017 MCTIC (0360154)  
 53900.034771/2015-16 - Exposição de Motivos 949 2017 MCTIC (0357237)  
 53000.098411/2006-97 - Exposição de Motivos 968 2017 MCTIC (0357699)  
 53000.048971/2012-49 - Exposição de Motivos 954 2017 MCTIC (0357860)  
 53900.015291/2015-48 - Exposição de Motivos 849 2017 MCTIC (0346610)  
 53000.052601/2012-14 - Exposição de Motivos 762 2017 MCTIC (0343918)  
 53000.040771/2013-29 - Exposição de Motivos 756 2017 MCTIC (0343776)  
 53900.018901/2014-84 - Exposição de Motivos 913 2017 MCTIC (0332467)  
 01250.021028/2018-39 - Exposição de Motivos 508 2018 MCTIC (0922759)  
 53900.014648/2014-90 - Exposição de Motivos 519 2018 MCTIC (0920809)  
 53000.042808/2012-72 - Exposição de Motivos 464 2018 MCTIC (0845154)  
 01250.034988/2018-69 - Exposição de Motivos 533 2018 MCTIC (0924025)  
 53000.057858/2013-35 - Exposição de Motivos 480 2018 MCTIC (0845387)  
 53900.011448/2014-85 - Exposição de Motivos 531 2018 MCTIC (0924141)  
 53000.020988/2012-31 - Exposição de Motivos 503 2018 MCTIC (0929282)  
 53900.016488/2015-02 - Exposição de Motivos 506 2018 MCTIC (0929478)  
 53000.039908/2003-21 - Exposição de Motivos 507 2018 MCTIC (0929514)  
 53000.071588/2013-75 - Exposição de Motivos 537 2018 MCTIC (0918433)  
 53900.016778/2016-29 - Exposição de Motivos 29 2018 MCTIC (0943062)  
 53000.058098/2011-11 - Exposição de Motivos 411 2017 MCTIC (0270006)  
 53000.061548/2013-15 - Exposição de Motivos 405 2017 MCTIC (0267989)  
 53000.059608/2012-59 - Exposição de Motivos 255 2017 MCTIC (0245792)



53000.012258/2003-76 - Exposição de Motivos 496 2018 MCTIC (0876649)  
53900.038308/2016-16 - Exposição de Motivos 495 2018 MCTIC (0876407)  
53000.042278/2013-43 - Exposição de Motivos 627 2017 MCTIC (0302610)  
53900.006048/2014-58 - Exposição de Motivos 631 2017 MCTIC (0302587)  
53900.049248/2015-86 - Exposição de Motivos 459 2018 MCTIC (0837157)  
53900.037808/2016-31 - Exposição de Motivos 454 2018 MCTIC (0836972)  
53900.023938/2016-96 - Exposição de Motivos 387 2018 MCTIC (0836653)  
53000.057408/2011-81 - Exposição de Motivos 1075 2017 MCTIC (0382252)  
53900.017138/2015-55 - Exposição de Motivos 408 2018 MCTIC (0795415)  
53900.016138/2015-38 - Exposição de Motivos 397 2018 MCTIC (0785262)  
53900.050638/2016-80 - Exposição de Motivos 362 2018 MCTIC (0764802)  
53900.010498/2016-15 - Exposição de Motivos 204 2018 MCTIC (0673853)  
53000.069398/2013-98 - Exposição de Motivos 325 2018 MCTIC (0734230)  
53900.043838/2015-03 - Exposição de Motivos 288 2018 MCTIC (0732741)  
53900.046898/2015-70 - Exposição de Motivos 200 2018 MCTIC (0677019)  
53900.029908/2015-11 - Exposição de Motivos 225 2018 MCTIC (0676282)  
53900.043928/2015-96 - Exposição de Motivos 213 2018 MCTIC (0676623)  
53900.008608/2014-17 - Exposição de Motivos 233 2018 MCTIC (0676089)  
53000.007048/2013-38 - Exposição de Motivos 270 2018 MCTIC (0673320)  
53900.029648/2014-94 Exposição de Motivos 224 2018 MCTIC (0672724)  
53900.006988/2015-28 Exposição de Motivos 197 2018 MCTIC (0653074)  
53000.056628/2011-97 Exposição de Motivos 186 2018 MCTIC (0652808)  
53900.048808/2016-66 Exposição de Motivos 192 2018 MCTIC (0653446)  
53710.000978/2000-30 Exposição de Motivos 52 2018 MCTIC (0481082)  
53900.047678/2015-63 Exposição de Motivos 174 2018 MCTIC (0587591)  
53000.007678/2014-93 Exposição de Motivos 179 2018 MCTIC (0587220)  
53900.001298/2016-63 Exposição de Motivos 150 2018 MCTIC (0585225)  
53900.062018/2015-11 Exposição de Motivos 134 2018 MCTIC (0567520)  
53000.058118/2011-54 Exposição de Motivos 118 2018 MCTIC (0556231)  
53000.017948/2012-11 Exposição de Motivos 140 2018 MCTIC (0569600)  
53900.025768/2014-12 Exposição de Motivos 121 2018 MCTIC (0554488)  
53000.059288/2011-56 Exposição de Motivos 83 2018 MCTIC (0527803)  
53900.024778/2014-31 Exposição de Motivos 99 2018 MCTIC (0523321)  
53000.049958/2012-15 Exposição de Motivos 95 2018 MCTIC (0523211)  
53900.049658/2015-27 Exposição de Motivos 93 2018 MCTIC (0523509)  
53000.062558/2013-78 Exposição de Motivos 66 2018 MCTIC (0521690)  
53900.000808/2016-85 Exposição de Motivos 24 2018 MCTIC (0484197)  
53900.046788/2015-16 Exposição de Motivos 15 2018 MCTIC (0482045)  
53000.058078/2011-41 Exposição de Motivos 16 2018 MCTIC (0482075)  
53900.041788/2015-11 Exposição de Motivos 14 2018 MCTIC (0481587)  
53000.034808/2013-80 Exposição de Motivos 426 2017 MCTIC (0262636)  
53900.019318/2016-52 Exposição de Motivos 1079 2017 MCTIC (0382966)  
53000.051378/2012-80 Exposição de Motivos 963 2017 MCTIC (0373940)  
53000.048668/2012-46 Exposição de Motivos 168 2017 MCTIC (0359104)  
53000.008188/2012-42 Exposição de Motivos 990 2017 MCTIC (0358445)  
53000.047008/2013-29 Exposição de Motivos 884 2017 MCTIC (0346667)  
53000.020688/2013-33 Exposição de Motivos 944 2017 MCTIC (0356934)  
53900.000468/2014-21 Exposição de Motivos 852 2017 MCTIC (0346293)  
53000.057298/2012-38 Exposição de Motivos 844 2017 MCTIC (0345855)  
53000.057228/2011-07 Exposição de Motivos 876 2017 MCTIC (0345511)

53000.008588/2013-39 Exposição de Motivos 761 2017 MCTIC (0343847)  
53000.007328/2014-27 Exposição de Motivos 907 2017 MCTIC (0332227)  
53900.012938/2015-80 Exposição de Motivos 798 2017 MCTIC (0344437)  
53900.041868/2015-77 Exposição de Motivos 865 2017 MCTIC (0332122)  
53900.016418/2015-46 Exposição de Motivos 910 2017 MCTIC (0332162)  
53000.069388/2013-52 Exposição de Motivos 888 2017 MCTIC (0331611)  
53900.039548/2015-57 Exposição de Motivos 866 2017 MCTIC (0332306)  
53900.029948/2015-54 Exposição de Motivos 843 2017 MCTIC (0329916)  
53900.041608/2015-00 Exposição de Motivos 805 2017 MCTIC (0327282)  
53900.041528/2015-46 Exposição de Motivos 786 2017 MCTIC (0327123)  
53000.069238/2013-49 Exposição de Motivos 816 2017 MCTIC (0327393)  
53900.002998/2014-11 Exposição de Motivos 811 2017 MCTIC (0327474)  
53000.015608/2013-28 Exposição de Motivos 612 2017 MCTIC (0323581)  
53900.008048/2014-92 Exposição de Motivos 744 2017 MCTIC (0322423)  
53000.020718/2012-21 Exposição de Motivos 634 2017 MCTIC (0323320)  
53000.057028/2013-16 Exposição de Motivos 380 2017 MCTIC (0278174)  
53900.014048/2014-21 Exposição de Motivos 200 2017 MCTIC (0228459)  
53000.031928/2012-44 Exposição de Motivos 763 2017 MCTIC (0323498)  
53000.003928/2014-16 Exposição de Motivos 357 2017 mctic (0280401)  
53000.057218/2011-63 Exposição de Motivos MCTIC EXM 415 2017 (0270183)  
53000.057908/2011-12 Exposição de Motivos 401 2017 MCTIC (0267731)  
53000.057358/2011-31 Exposição de Motivos 272 2017 MCTIC (0239681)  
53000.068928/2007-32 Exposição de Motivos 73 2017 MCTIC (0230851)  
53000.056648/2012-49 Exposição de Motivos 205 2017 MCTIC (0271055)  
53000.060438/2013-36 Exposição de Motivos 436 2017 MCTIC (0272373)  
53000.056618/2011-51 Exposição de Motivos 453 2017 MCTIC (0272476)  
53000.067258/2013-85 Exposição de Motivos 434 2017 MCTIC (0272819)  
53000.036058/2011-19 Exposição de Motivos 465 2017 MCTIC (0274083)  
53000.071598/2013-19 Exposição de Motivos 472 2017 MCTIC (0274284)  
53000.067718/2013-75 Exposição de Motivos 467 2017 MCTIC (0274414)  
53900.039538/2015-11 Exposição de Motivos 523 2017 MCTIC (0274942)  
53000.075808/2013-30 Exposição de Motivos 525 2017 MCTIC (0274983)  
53000.026978/2013-91 Exposição de Motivos 499 2017 MCTIC (0276744)  
53000.065118/2013-72 Exposição de Motivos 497 2017 MCTIC (0276285)  
53900.008958/2014-75 Exposição de Motivos 487 2017 MCTIC (0277632)  
53000.003848/2010-37 Exposição de Motivos MCTIC - 210 2016 (0085938)  
53000.056208/2011-19 Exposição de Motivos 821 2017 MCTIC (0293427)  
53000.053961/2012-25 EM nº 0780/2017

53000.053969/2012-91 EM nº 1009/2017

53000.026230/2012-15 EM nº 0132/2018

00001.004845/2018-00 Ofício 047/2018-MS-CD

53000.030007/2005-35 EM nº 0456/2018

53000.054050/2012-15 EM nº 0549/2018

53000.027244/2009-42 EM nº 0557/2018



53000.030397/2012-72	EM nº 0553/2018
53000.009024/2012-32	EM nº 0555/2018
53900.009151/2015-31	EM nº 0550/2018
53000.064009/2013-38	EM nº 0551/2018
53900.000271/2014-91	EM nº 0038/2018
53900.016778/2016-29	EM nº 0029/2018
53000.049242/2012-18	EM nº 0323/2017
53000.052684/2013-14	EM nº 0568/2017
53000.054982/2012-68	EM nº 0445/2017
53000.057297/2012-93	EM nº 0420/2017
53000.030840/2012-13	EM nº 0446/2017
53000.015829/2013-04	EM nº 0443/2017
53000.053176/2013-53	EM nº 0314/2017
53000.065155/2013-81	EM nº 0441/2017
53000.007050/2013-15	EM nº 0195/2017
53000.056214/2011-68	EM nº 0285/2017
53000.007687/2014-84	EM nº 0194/2017
53900.017162/2015-94	EM nº 0338/2017
53000.006481/2010-11	EM nº 0545/2018
53000.055599/2007-60	EM nº 0484/2017
<b>53000.052021/2011-38</b>	<b>EM nº 0360/2017</b>
53000.056217/2011-00	EM nº 0274/2017
00001.004765/2018-46	Ofício 0327/2018-GCH-CD
53000.039908/2003-21	EM nº 0507/2018
53900.047853/2016-01	EM nº 0504/2018

53900.016488/2015-02	EM nº 0506/2018
53000.022925/2012-10	EM nº 0501/2018
53000.042414/2013-03	EM nº 0546/2018
53000.020988/2012-31	EM nº 0503/2018
53000.043010/2012-48	EM nº 0502/2018
53670.001341/2001-65	EM nº 0505/2018
53900.011448/2014-85	EM nº 0531/2018
01250.034988/2018-69	EM nº 0533/2018
01250.048763/2017-17	EM nº 0542/2018
53900.024997/2014-10	EM nº 0517/2018
53900.034082/2015-01	EM nº 0516/2018
53900.037331/2014-21	EM nº 0515/2018
53900.034520/2015-23	EM nº 0525/2018
53900.044560/2015-83	EM nº 0526/2018
53900.041939/2015-31	EM nº 0514/2018
53900.024692/2014-16	EM nº 0530/2018
53900.001273/2016-60	EM nº 0541/2018
53900.017145/2015-57	EM nº 0521/2018
53900.013241/2015-26	EM nº 0532/2018
53900.009333/2014-21	EM nº 0512/2018
53000.016596/2013-59	EM nº 0518/2018
53900.014648/2014-90	EM nº 0519/2018
53900.017091/2015-20	EM nº 0520/2018
53900.043270/2015-12	EM nº 0513/2018
53900.050381/2015-85	EM nº 0528/2018



53900.027712/2014-01	EM nº 0524/2018
53900.048226/2015-07	EM nº 0527/2018
53000.007913/2014-27	EM nº 0529/2018
53900.022443/2014-88	EM nº 0485/2018
53000.009433/2013-10	EM nº 0499/2018
53900.038863/2014-86	EM nº 0722/2017
53900.042143/2015-04	EM nº 0724/2017
53000.007973/20012-88	EM nº 1054/2017
53900.007823/2014-92	EM nº 0413/2018
53900.073493/2015-12	EM nº 0389/2018
53900.011113/2014-67	Exposição de Motivos 0399/2018 MCTIC
01250.059013/2017-62	Exposição de Motivos 0396/2018 MCTIC
53000.001683/2014-92	Exposição de Motivos 0388/2018 MCTIC
53900.017343/2015-11	Exposição de Motivos 0260/2018 MCTIC
53000.013433/2010-71	Exposição de Motivos 0361/2018 MCTIC
53900.013163/2015-60	Exposição de Motivos 0421/2018 MCTIC
53900.017133/2015-22	Exposição de Motivos 0331/2018 MCTIC
53000.065773/2013-21	Exposição de Motivos 0322/2018 MCTIC
53900.008953/2015-23	Exposição de Motivos 0332/2018 MCTIC
53000.015613/2013-31	Exposição de Motivos 0327/2018 MCTIC
53900.047623/2015-53	Exposição de Motivos 0345/2018 MCTIC
53900.016403/2015-88	Exposição de Motivos 0286/2018 MCTIC
53900.026403/2015-96	Exposição de Motivos 0280/2018 MCTIC
53900.042013/2015-63	Exposição de Motivos 0309/2018 MCTIC
53900.029943/2015-21	Exposição de Motivos 0304/2018 MCTIC

53900.046473/2015-61	Exposição de Motivos 0276/2018 MCTIC
53000.061863/2006-13	Exposição de Motivos 0201/2018 MCTIC
53900.016433/2015-94	Exposição de Motivos 0226/2018 MCTIC
53000.007663/2014-25	Exposição de Motivos 0254/2018 MCTIC
53000.043803/2012-67	Exposição de Motivos 1011/2017 MCTIC
53000.006763/2012-72	Exposição de Motivos 0974/2017 MCTIC
53900.028013/2014-70	Exposição de Motivos 0176/2018 MCTIC
53000.007683/2014-04	Exposição de Motivos 0175/2018 MCTIC
53900.014053/2014-34	Exposição de Motivos 0173/2018 MCTIC
53900.016483/2016-52	Exposição de Motivos 0180/2018 MCTIC
53000.007963/2012-42	Exposição de Motivos 0172/2018 MCTIC
53900.050703/2015-96	Exposição de Motivos 0154/2018 MCTIC
53000.066813/2013-51	Exposição de Motivos 0138/2018 MCTIC
53900.046743/2015-33	Exposição de Motivos 0115/2018 MCTIC
00001.001003/2018-98	Exposição de Motivos 0106/2018 MCTIC
53000.001033/2012-85	Exposição de Motivos 0112/2018 MCTIC
53000.071343/2013-48	Exposição de Motivos 0075/2018 MCTIC
53000.043713/2013-57	Exposição de Motivos 0040/2018 MCTIC
53000.055773/2011-51	Exposição de Motivos 0044/2018 MCTIC
53900.009743/2014-71	Exposição de Motivos 0009/2018 MCTIC
53000.055803/2012-18	Exposição de Motivos 0430/2017 MCTIC
53000.061913/2013-91	Exposição de Motivos 0423/2017 MCTIC
53000.007503/2006-76	Exposição de Motivos 0424/2017 MCTIC
53000.043193/2011-11	Exposição de Motivos 1005/2017 MCTIC
53900.020193/2016-11	Exposição de Motivos 1084/2017 MCTIC



53000.006483/2012-64	Exposição de Motivos 1041/2017 MCTIC
53000.055153/2010-31	Exposição de Motivos 0995/2017 MCTIC
53900.017153/2015-01	Exposição de Motivos 0980/2017 MCTIC
53000.056613/2011-29	Exposição de Motivos 0936/2017 MCTIC
53000.004483/2010-68	Exposição de Motivos 1024/2017 MCTIC
53000.056113/2011-97	Exposição de Motivos 1032/2017 MCTIC
53000.054723/2012-37	Exposição de Motivos 1036 2017 MCTIC (0360002)
53900.002813/2016-22	Exposição de Motivos 930 2017 MCTIC (0356756)
53000.059283/2011-23	Exposição de Motivos 951 2017 MCTIC (0357346)
53900.061443/2015-84	Exposição de Motivos 929 2017 MCTIC (0356600)
53000.060033/2013-06	Exposição de Motivos 928 2017 MCTIC (0356495)
53900.042113/2015-90	Exposição de Motivos 842 2017 MCTIC (0345640)
53000.055723/2011-73	Exposição de Motivos 759 2017 MCTIC (0343798)
53000.059473/2011-41	Exposição de Motivos 869 2017 MCTIC (0332543)
53900.038993/2015-08	Exposição de Motivos 903 2017 MCTIC (0332220)
53000.056613/2013-91	Exposição de Motivos 922 2017 MCTIC (0331715)
53900.041793/2015-24	Exposição de Motivos 839 2017 MCTIC (0329895)
53000.058113/2011-21	Exposição de Motivos 826 2017 MCTIC (0328704)
53900.046763/2015-12	Exposição de Motivos 804 2017 MCTIC (0327211)
53900.005543/2014-40	Exposição de Motivos 792 2017 MCTIC (0327459)
53000.036553/2012-17	Exposição de Motivos 813 2017 MCTIC (0327472)
53000.003653/2013-30	Exposição de Motivos 660 2017 MCTIC (0323876)
53000.058083/2011-53	Exposição de Motivos 611 2017 MCTIC (0323512)
53000.056213/2011-13	Exposição de Motivos 579 2017 MCTIC (0322699)

53000.065763/2013-95	Exposição de Motivos 573 2017 MCTIC (0322566)
53900.006983/2014-14	Exposição de Motivos 734 2017 MCTIC (0321816)
53569.000463/2014-16	Exposição de Motivos 527 2017 MCTIC (0286647)
53000.051423/2012-04	Exposição de Motivos 535 2017 MCTIC (0279692)
53000.010093/2013-70	Exposição de Motivos 542 2017 MCTIC (0279756)
53000.058133/2011-01	Exposição de Motivos 367 2017 MCTIC (0280573)
53000.028473/2013-61	Exposição de Motivos 507 2017 MCTIC (0281135)
53000.049063/2007-13	Exposição de Motivos 234 2016 MCTIC (0257579)
53000.015823/2013-29	Exposição de Motivos 449 2017 MCTIC (0263620)
53000.070013/2013-35	Exposição de Motivos 508 2017 MCTIC (0274059)
53000.070233/2013-69	Exposição de Motivos 469 2017 MCTIC (0274412)
3900.005813/2014-12	Exposição de Motivos 498 2017 MCTIC (0276506)
53000.054603/2012-30	Exposição de Motivos 477 2017 MCTIC (0276396)
53000.055673/2012-13	Exposição de Motivos 397 2017 MCTIC (0282643)
53000.047873/2012-94	Exposição de Motivos 637 2017 MCTIC (0303419)
53000.021323/2012-45	Exposição de Motivos 622 2017 MCTIC (0303270)
53000.055763/2011-15	Exposição de Motivos 581 2017 MCTIC (0301991)
53000.058143/2011-38	Exposição de Motivos 639 2017 MCTIC (0303455)
53900.020573/2014-86	Exposição de Motivos 651 2017 MCTIC (0308618)
53000.056993/2012-82	Exposição de Motivos 688 2017 MCTIC (0311657)
53900.029293/2014-33	Exposição de Motivos 712 2017 MCTIC (0312222)
53000.065857/2011-01	Exposição de Motivos 486 2018 MCTIC (0875820)
53900.024997/2014-10	Exposição de Motivos 517 2018 MCTIC (0923704)



53000.030007/2005-35	Exposição de Motivos 456 2018 MCTIC (0838610)
53000.056217/2011-00	Exposição de Motivos 274 2017 MCTIC (0239697)
53000.007687/2014-84	Exposição de Motivos 194 2017 MCTIC (0263330)
53000.057297/2012-93	Exposição de Motivos 420 2017 MCTIC (0270041)
53000.030397/2012-72	Exposição de Motivos 553 2018 MCTIC (0944218)
53900.022527/2014-11	Exposição de Motivos 522 2018 MCTIC (0920398)
53000.059717/2011-95	Exposição de Motivos 342 2018 MCTIC (0732840)
53900.023727/2014-91	Exposição de Motivos 536 2018 MCTIC (0918334)
53900.034197/2015-98	Exposição de Motivos 401 2018 MCTIC (0795077)
53000.040197/2013-13	Exposição de Motivos 390 2018 MCTIC (0808583)
53000.062227/2013-38	Exposição de Motivos 490 2018 MCTIC (0875688)
53900.047647/2015-11	Exposição de Motivos 349 2018 MCTIC (0732038)
53900.029947/2015-18	Exposição de Motivos 457 2017 MCTIC (0274169)
53000.058097/2011-77	Exposição de Motivos 638 2017 MCTIC (0303498)
53900.006047/2014-11	Exposição de Motivos 719 2017 MCTIC (0319454)
53000.039597/2011-18	Exposição de Motivos 404 2018 MCTIC (0795120)
53790.000407/2000-52	Exposição de Motivos 452 2018 MCTIC (0838598)
53000.058347/2013-31	Exposição de Motivos 450 2018 MCTIC (0838276)
53000.011767/2014-34	Exposição de Motivos 429 2018 MCTIC (0808649)
53900.015077/2015-91	Exposição de Motivos 427 2018 MCTIC (0808466)
53900.050577/2016-51	Exposição de Motivos 439 2018 MCTIC (0808419)
53000.007037/2013-58	Exposição de Motivos 393 2018 MCTIC (0765824)
53000.004357/2012-75	Exposição de Motivos 941 2017 MCTIC (0356473)
53900.045907/2016-96	Exposição de Motivos 407 2018 MCTIC (0794915)

53000.071797/2013-19	Exposição de Motivos 406 2018 MCTIC (0795022)
53900.045557/2016-68	Exposição de Motivos 363 2018 MCTIC (0764991)
53900.017337/2015-63	Exposição de Motivos 330 2018 MCTIC (0733897)
53900.017347/2015-07	Exposição de Motivos 337 2018 MCTIC (0733857)
53900.034487/2015-31	Exposição de Motivos 347 2018 MCTIC (0734130)
53000.057937/2012-65	Exposição de Motivos 323 2018 MCTIC (0733458)
53900.047647/2015-11	Exposição de Motivos 349 2018 MCTIC (0732038)
53000.041397/2012-06	Exposição de Motivos 249 2018 MCTIC (0677069)
53000.058147/2011-16	Exposição de Motivos 214 2018 MCTIC (0677135)
53900.035797/2015-73	Exposição de Motivos 259 2018 MCTIC (0677214)
53900.050617/2015-83	Exposição de Motivos 212 2018 MCTIC (0676844)
53900.045447/2015-15	Exposição de Motivos 199 2018 MCTIC (0676838)
53900.050637/2015-54	Exposição de Motivos 269 2018 MCTIC (0676695)
53900.008677/2015-01	Exposição de Motivos 222 2018 MCTIC (0676649)
53000.003257/2014-93	Exposição de Motivos 143 2018 MCTIC (0676161)
53900.026027/2014-59	Exposição de Motivos 256 2018 MCTIC (0676143)
53900.017937/2015-21	Exposição de Motivos 230 2018 MCTIC (0675867)
53000.069977/2013-31	Exposição de Motivos 209 2018 MCTIC (0674122)
53000.007107/2013-78	Exposição de Motivos 264 2018 MCTIC (0673390)
53900.039587/2015-54	Exposição de Motivos 211 2018 MCTIC (0672293)
53900.004157/2014-31	Exposição de Motivos 187 2018 MCTIC (0653050)
53000.018567/2013-21	Exposição de Motivos 235 2017 MCTIC (0246289)
53000.045037/2013-56	Exposição de Motivos 217 2017 MCTIC (0245352)
53900.007957/2014-11	Exposição de Motivos 55 2018 MCTIC (0481563)



53900.047997/2015-79	Exposição de Motivos 158 2018 MCTIC (0583656)
53900.008967/2014-66	Exposição de Motivos 156 2018 MCTIC (0583858)
53900.048797/2015-33	Exposição de Motivos 155 2018 MCTIC (0583982)
53900.049257/2015-77	Exposição de Motivos 135 2018 MCTIC (0569323)
53900.009307/2014-01	Exposição de Motivos 108 2017 MCTIC (0556471)
53900.055547/2015-50	Exposição de Motivos 109 2018 MCTIC (0555947)
53000.050217/2012-79	Exposição de Motivos 88 2018 MCTIC (0527854)
53000.065557/2013-85	Exposição de Motivos 77 2018 MCTIC (0522537)
53000.068677/2013-34	Exposição de Motivos 87 2017 MCTIC (0523265)
53900.000757/2014-21	Exposição de Motivos 97 2018 MCTIC (0523287)
53000.015797/2013-39	Exposição de Motivos 94 2018 MCTIC (0523244)
53000.031927/2012-08	Exposição de Motivos 82 2018 MCTIC (0523176)
53000.034057/2003-20	Exposição de Motivos 32 2018 MCTIC (0483430)
53000.056247/2011-16	Exposição de Motivos 20 2018 MCTIC (0482565)
53000.005567/2013-61	Exposição de Motivos 18 2018 MCTIC (0482269)
53000.021797/2014-59	Exposição de Motivos 7 2018 MCTIC (0481398)
53000.015837/2013-42	Exposição de Motivos 10 2018 MCTIC (0481335)
53000.003387/2012-64	Exposição de Motivos 291 2017 MCTIC (0252697)
53000.043077/2012-82	Exposição de Motivos 428 2017 MCTIC (0262429)
53000.041617/2013-74	Exposição de Motivos 211 2017 MCTIC (0262479)
53000.058587/2011-73	Exposição de Motivos 1077 2017 MCTIC (0383253)
53000.006767/2012-51	Exposição de Motivos 1059 2017 MCTIC (0382276)
53000.057527/2011-33	Exposição de Motivos 1006 2017 MCTIC (0374429)

53000.039997/2012-04	Exposição de Motivos 943 2017 MCTIC (0373787)
53900.003577/2014-16	Exposição de Motivos 919 2017 MCTIC (0372278)
53900.001487/2014-74	Exposição de Motivos 925 2017 MCTIC (0372243)
53000.014127/2010-52	Exposição de Motivos 916 2017 MCTIC (0372106)
53000.071367/2013-05	Exposição de Motivos 188 2017 MCTIC (0358936)
53000.055757/2011-68	Exposição de Motivos 133 2017 MCTIC (0201350)
53000.052857/2011-32	Exposição de Motivos 1008 2017 MCTIC (0358660)
53900.040337/2016-48	Exposição de Motivos 945 2017 MCTIC (0356860)
53000.013347/2011-40	Exposição de Motivos 964 2017 MCTIC (0357829)
53900.002457/2015-66	Exposição de Motivos 797 2017 MCTIC (0344460)
53900.017327/2015-28	Exposição de Motivos 801 2017 MCTIC (0344417)
53000.055767/2011-01	Exposição de Motivos 908 2017 MCTIC (0332366)
53000.071647/2013-13	Exposição de Motivos 911 2017 MCTIC (0332505)
53000.020077/2012-12	Exposição de Motivos 893 2017 MCTIC (0332089)
53900.046737/2015-86	Exposição de Motivos 864 2017 MCTIC (0332091)
53000.058117/2011-18	Exposição de Motivos 902 2017 MCTIC (0332010)
53900.041797/2015-11	Exposição de Motivos 880 2017 MCTIC (0332240)
53900.047727/2015-68	Exposição de Motivos 838 2017 MCTIC (0329880)
53900.049087/2015-21	Exposição de Motivos 829 2017 MCTIC (0328769)
53900.047617/2015-04	Exposição de Motivos 831 2017 MCTIC (0328853)
53900.050647/2015-90	Exposição de Motivos 822 2017 MCTIC (0328628)
53000.061897/2013-37	Exposição de Motivos 791 2017 MCTIC (0327494)
53000.052747/2012-51	Exposição de Motivos 799 2017 MCTIC (0327504)
53000.056227/2011-37	Exposição de Motivos 800 2017 MCTIC (0327615)



53900.017267/2015-43	Exposição de Motivos 775 2017 MCTIC (0324162)
53000.020797/2013-51	Exposição de Motivos 777 2017 MCTIC (0324186)
53900.017067/2015-91	Exposição de Motivos 774 2017 MCTIC (0324130)
53000.007057/2013-29	Exposição de Motivos 755 2017 MCTIC (0323794)
53900.042147/2015-84	Exposição de Motivos 758 2017 MCTIC (0323380)
53000.058137/2011-81	Exposição de Motivos 760 2017 MCTIC (0323420)
53000.049727/2012-01	Exposição de Motivos 742 2017 MCTIC (0322403)
53900.021997/2014-68	Exposição de Motivos 733 2017 MCTIC (0321722)
53900.008337/2014-91	Exposição de Motivos 546 2017 MCTIC (0278146)
53000.017857/2013-58	Exposição de Motivos 224 2017 MCTIC (0267126)
53000.049117/2012-08	Exposição de Motivos 312 2017 MCTIC (0266425)
53000.006807/2013-45	Exposição de Motivos 448 2017 MCTIC (0263586)
53000.017967/2013-10	Exposição de Motivos 301 2017 MCTIC (0271086)
53900.009247/2014-18	Exposição de Motivos 528 2017 MCTIC (0273202)
53000.070507/2013-10	Exposição de Motivos 435 2017 MCTIC (0272809)
53000.029227/2012-45	Exposição de Motivos 463 2017 MCTIC (0274003)
53000.041817/2011-65	Exposição de Motivos 532 2017 MCTIC (0275286)
53000.000127/2013-18	Exposição de Motivos 485 2017 MCTIC (0276693)
53000.019647/2013-02	Exposição de Motivos 563 2017 MCTIC (0288048)
53900.017747/2014-23	Exposição de Motivos 383 2017 MCTIC (0282371)
53000.068877/2013-97	Exposição de Motivos 615 2017 MCTIC (0302563)
53000.000307/2014-81	Exposição de Motivos 604 2017 MCTIC (0302080)
53000.061497/2013-21	Exposição de Motivos 593 2017 MCTIC (0302315)
53000.062557/2013-23	Exposição de Motivos 605 2017 MCTIC (0302364)

53000.005447/2010-11	Exposição de Motivos 223 2016 MCTIC (0083781)
53900.003257/2014-41	Exposição de Motivos 653 2017 MCTIC (0308852)
53900.042127/2015-11	Exposição de Motivos 694 2017 MCTIC (0311518)
53900.041857/2015-97	Exposição de Motivos 691 2017 MCTIC (0311463)
53000.051427/2012-84	Exposição de Motivos 720 2017 MCTIC (0319461)
53900.049367/2015-39	Exposição de Motivos 668 2017 MCTIC (0309842)
53000.047027/2012-74	Exposição de Motivos 657 2017 MCTIC (0309680)
53000.055907/2013-03	Exposição de Motivos 661 2017 MCTIC (0309633)
53900.039719/2015-48	Exposição de Motivos 524 2017 MCTIC (0275247)
53000.028019/2012-29	Exposição de Motivos 466 2017 MCTIC (0276041)
53000.048669/2012-91	Exposição de Motivos 483 2017 MCTIC (0276629)
53900.006389/2014-23	Exposição de Motivos 534 2017 MCTIC (0287128)
53000.036049/2012-17	Exposição de Motivos 608 2017 MCTIC (0302499)
53000.007039/2013-47	Exposição de Motivos 586 2017 MCTIC (0302279)
53000.014269/2012-81	Exposição de Motivos 595 2017 MCTIC (0301695)
53000.009819/2014-11	Exposição de Motivos 585 2017 MCTIC (0301909)
53900.041679/2015-02	Exposição de Motivos 643 2017 MCTIC (0304114)
53000.056639/2012-58	Exposição de Motivos 644 2017 MCTIC (0304144)
53900.039649/2015-28	Exposição de Motivos 646 2017 MCTIC (0308464)
53000.015779/2013-57	Exposição de Motivos 654 2017 MCTIC (0308944)
53900.048239/2015-78	Exposição de Motivos 667 2017 MCTIC (0309927)
53000.070169/2013-16	Exposição de Motivos 663 2017 MCTIC (0309655)
53900.017339/2015-52	Exposição de Motivos 697 2017 MCTIC (0311949)
53000.059219/2013-12 - Exposição de Motivos 467 2018 MCTIC (0875494)	
53000.057439/2011-31 - Exposição de Motivos 867 2017 MCTIC (0346288)	



53900.041939/2015-31 - Exposição de Motivos 514 2018 MCTIC (0923928)  
 53000.015829/2013-04 - Exposição de Motivos 443 2017 MCTIC (0272211)  
 53000.064009/2013-38 - Exposição de Motivos 551 2018 MCTIC (0943983)  
 53000.053969/2012-91 - Exposição de Motivos 1009 2017 MCTIC (0374481)  
 53900.027759/2016-28 - Exposição de Motivos 540 2018 MCTIC (0918404)  
 53000.059289/2011-09 - Exposição de Motivos 248 2017 MCTIC (0246474)  
 53000.041679/2013-86 - Exposição de Motivos 474 2018 MCTIC (0845648)  
 53000.046089/2012-69 - Exposição de Motivos 419 2018 MCTIC (0796181)  
 53710.000749/2000-15 - Exposição de Motivos 453 2018 MCTIC (0845059)  
 53000.028449/2009-45 - Exposição de Motivos 468 2018 MCTIC (0837880)  
 53900.045489/2015-56 - Exposição de Motivos 442 2018 MCTIC (0837144)  
 53900.003029/2016-31 - Exposição de Motivos 445 2018 MCTIC (0836698)  
 53900.020099/2014-92 - Exposição de Motivos 424 2018 MCTIC (0808381)  
 53900.062019/2015-57 - Exposição de Motivos 430 2018 MCTIC (0808327)  
 53000.023809/2013-07 - Exposição de Motivos 432 2018 MCTIC (0808302)  
 53900.046879/2015-43 - Exposição de Motivos 386 2018 MCTIC (0785111)  
 53900.049709/2015-11 - Exposição de Motivos 394 2018 MCTIC (0785064)  
 53900.011959/2016-69 - Exposição de Motivos 375 2018 MCTIC (0765035)  
 53900.019629/2014-50 - Exposição de Motivos 370 2018 MCTIC (0764590)  
 53000.070099/2013-04 - Exposição de Motivos 369 2018 MCTIC (0764449)  
 53900.016399/2015-58 - Exposição de Motivos 324 2018 MCTIC (0733553)  
 53900.012339/2016-47 - Exposição de Motivos 346 2018 MCTIC (0732695)  
 53000.015799/2013-28 - Exposição de Motivos 281 2018 MCTIC (0703199)  
 53900.049739/2015-27 - Exposição de Motivos 296 2018 MCTIC (0702519)  
 53000.075619/2013-67 - Exposição de Motivos 306 2018 MCTIC (0702569)  
 53900.005039/2014-41 - Exposição de Motivos 273 2018 MCTIC (0703141)  
 53900.041859/2015-86 - Exposição de Motivos 308 2018 MCTIC (0702917)  
 53000.060089/2011-91 - Exposição de Motivos 307 2018 MCTIC (0702680)  
 53900.029509/2014-61 - Exposição de Motivos 262 2018 MCTIC (0682072)  
 53000.057909/2011-67 - Exposição de Motivos 206 2018 MCTIC (0677211)  
 53900.031989/2014-20 - Exposição de Motivos 207 2018 MCTIC (0676319)  
 53900.016239/2014-28 - Exposição de Motivos 223 2018 MCTIC (0674392)  
 53900.011529/2016-47 - Exposição de Motivos 164 2018 MCTIC (0583699)  
 53000.050129/2012-77 - Exposição de Motivos 198 2018 MCTIC (0652447)  
 53900.018279/2014-12 - Exposição de Motivos 216 2018 MCTIC (0672536)  
 53900.017279/2015-78 - Exposição de Motivos 120 2018 MCTIC (0556709)  
 53000.041399/2012-97 - Exposição de Motivos 1019 2017 MCTIC (0361470)  
 53680.000099/1998-36 - Exposição de Motivos 50 2018 MCTIC (0481209)  
 53900.017059/2015-44 - Exposição de Motivos 114 2018 MCTIC (0556651)  
 53000.050829/2011-81 - Exposição de Motivos 65 2018 MCTIC (0527570)  
 53900.050709/2015-63 - Exposição de Motivos 13 2018 MCTIC (0481473)  
 53000.071349/2013-15 - Exposição de Motivos 23 2018 MCTIC (0483124)  
 53000.070749/2013-11 - Exposição de Motivos 85 2018 MCTIC (0523217)  
 53000.063589/2012-65 - Exposição de Motivos 3 2018 MCTIC (0481509)  
 53000.065289/2012-11 - Exposição de Motivos 425 2017 MCTIC (0262571)  
 53000.059079/2011-11 - Exposição de Motivos 1042 2017 MCTIC (0382071)  
 53000.006409/2009-42 - Exposição de Motivos 243 2017 MCTIC (0261344)  
 53000.050949/2012-69 - Exposição de Motivos 986 2017 MCTIC (0374381)  
 53000.067009/2011-28 - Exposição de Motivos 1078 2017 MCTIC (0383287)  
 53900.038549/2014-01 - Exposição de Motivos 1025 2017 MCTIC (0361193)  
 53000.001359/2014-74 - Exposição de Motivos 292 2018 MCTIC (0701572)  
 53900.011859/2016-32 - Exposição de Motivos 1068 2017 MCTIC (0382395)

53900.046499/2015-17 - Exposição de Motivos 983 2017 MCTIC (0374418)  
53900.009349/2014-33 - Exposição de Motivos 921 2017 MCTIC (0372284)  
53900.007769/2015-66 - Exposição de Motivos 975 2017 MCTIC (0374053)  
53000.059679/2011-71 - Exposição de Motivos 1065 2017 MCTIC (0382287)  
53000.003089/2010-11 - Exposição de Motivos 240 2016 EXM MCTIC (0131371)  
53000.044199/2011-13 - Exposição de Motivos 891 2017 MCTIC (0347578)  
53000.066549/2011-94 - Exposição de Motivos 997 2017 MCTIC (0358493)  
53000.001639/2012-11 - Exposição de Motivos 1013 2017 MCTIC (0358719)  
53000.032529/2011-10 - Exposição de Motivos 966 2017 MCTIC (0357821)  
53000.055769/2011-92 - Exposição de Motivos 952 2017 MCTIC (0357553)  
53000.043819/2013-51 - Exposição de Motivos 773 2017 MCTIC (0344082)  
53000.056619/2011-04 - Exposição de Motivos 795 2017 MCTIC (0345308)  
53900.048779/2015-51 - Exposição de Motivos 862 2017 MCTIC (0332033)  
53900.017409/2014-91 - Exposição de Motivos 781 2017 MCTIC (0344557)  
53900.039579/2015-16 - Exposição de Motivos 806 2017 MCTIC (0327249)  
53900.020989/2014-02 - Exposição de Motivos 959 2017 MCTIC (0334513)  
53900.009909/2015-31 - Exposição de Motivos 885 2017 MCTIC (0332256)  
53900.050619/2015-72 - Exposição de Motivos 861 2017 MCTIC (0332323)  
53000.051419/2012-38 - Exposição de Motivos 924 2017 MCTIC (0332301)  
53900.048009/2015-17 - Exposição de Motivos 837 2017 MCTIC (0329854)  
53000.007329/2014-71 - Exposição de Motivos 789 2017 MCTIC (0327355)  
53000.006879/2013-92 - Exposição de Motivos 782 2017 MCTIC (0326984)  
53000.058099/2011-66 - Exposição de Motivos 707 2017 MCTIC (0324561)  
53000.058119/2011-07 - Exposição de Motivos 708 2017 MCTIC (0324468)  
53000.009899/2013-15 - Exposição de Motivos 686 2017 MCTIC (0323969)  
53000.071599/2013-55 - Exposição de Motivos 598 2017 MCTIC (0323094)  
53900.016739/2015-41 - Exposição de Motivos 730 2017 MCTIC (0321686)  
53900.046389/2015-47 - Exposição de Motivos 732 2017 MCTIC (0321643)  
53000.073739/2012-14 - Exposição de Motivos 197 2017 MCTIC (0228291)  
53900.041776/2015-97 - Exposição de Motivos 738 2017 MCTIC (0321984)  
53000.034243/2010-98 - Exposição de Motivos 374 2018 MCTIC (0959907)  
53000.019200/2010-82 - Exposição de Motivos 65 2017 MCTIC (0140598)  
53900.023990/2016-42 - Exposição de Motivos 1064 2017 MCTIC (0382367)  
53000.073920/2013-36 - Exposição de Motivos 992 2017 MCTIC (0375706)  
53900.012810/2014-35 - Exposição de Motivos 970 2017 MCTIC (0373991)  
53900.008480/2014-83 - Exposição de Motivos 938 2017 MCTIC (0373602)  
53000.028900/2013-19 - Exposição de Motivos 933 2017 MCTIC (0373148)  
53900.050050/2016-26 - Exposição de Motivos 946 2017 MCTIC (0356836)  
53000.036560/2012-19 - Exposição de Motivos 947 2017 MCTIC (0357082)  
53000.057910/2011-91 - Exposição de Motivos 955 2017 MCTIC (0357847)  
53000.033060/2013-06 - Exposição de Motivos 950 2017 MCTIC (0357843)  
53900.041780/2015-55 - Exposição de Motivos 899 2017 MCTIC (0332372)  
53900.041490/2015-10 - Exposição de Motivos 793 2017 MCTIC (0344522)  
53000.059620/2012-63 - Exposição de Motivos 796 2017 MCTIC (0344568)  
53000.058130/2011-69 - Exposição de Motivos 772 2017 MCTIC (0344120)  
53000.070500/2013-06 - Exposição de Motivos 766 2017 MCTIC (0343966)  
53900.047620/2015-10 - Exposição de Motivos 879 2017 MCTIC (0332013)  
53900.009190/2014-57 - Exposição de Motivos 905 2017 MCTIC (0332156)  
53900.008250/2015-03 - Exposição de Motivos 850 2017 MCTIC (0329788)  
53000.059330/2011-39 - Exposição de Motivos 828 2017 MCTIC (0328856)  
53900.047630/2015-55 - Exposição de Motivos 802 2017 MCTIC (0327331)  
53000.065280/2012-18 - Exposição de Motivos 812 2017 MCTIC (0327513)



53000.006880/2013-17 - Exposição de Motivos 682 2017 MCTIC (0323626)  
53000.019020/2014-24 - Exposição de Motivos 664 2017 MCTIC (0323238)  
53000.012480/2013-41 - Exposição de Motivos 767 2017 MCTIC (0323552)  
53000.059290/2011-25 - Exposição de Motivos 590 2017 MCTIC (0322937)  
53000.058080/2011-10 - Exposição de Motivos 591 2017 MCTIC (0322862)  
53900.011550/2014-81 - Exposição de Motivos 746 2017 MCTIC (0322446)  
53000.012760/2013-59 - Exposição de Motivos 120 2017 MCTIC (0231085)  
53000.043110/2011-93 - Exposição de Motivos 510 2017 MCTIC (0278667)  
53000.031930/2012-13 - Exposição de Motivos 389 2017 MCTIC (0280870)  
53000.056150/2012-86 - Exposição de Motivos 412 2017 MCTIC (0270064)  
53000.002360/2012-54 - Exposição de Motivos 407 2017 MCTIC (0268087)  
53000.021870/2013-10 - Exposição de Motivos 447 2017 MCTIC (0272000)  
53900.036160/2014-13 - Exposição de Motivos 433 2017 MCTIC (0272868)  
53000.071350/2013-40 - Exposição de Motivos 431 2017 MCTIC (0272899)  
53000.045180/2012-67 - Exposição de Motivos 459 2017 MCTIC (0274263)  
53000.041590/2013-10 - Exposição de Motivos 475 2017 MCTIC (0274379)  
53000.059200/2013-68 - Exposição de Motivos 526 2017 MCTIC (0275265)  
53000.056640/2013-63 - Exposição de Motivos 474 2017 MCTIC (0276132)  
53000.008640/2012-76 - Exposição de Motivos 562 2017 MCTIC (0288057)  
53900.037910/2015-55 - Exposição de Motivos 620 2017 MCTIC (0302533)  
53900.007240/2014-61 - Exposição de Motivos 617 2017 MCTIC (0302554)  
53000.049480/2012-15 - Exposição de Motivos 616 2017 MCTIC (0302681)  
53000.040750/2013-11 - Exposição de Motivos 640 2017 MCTIC (0303524)  
53000.056380/2012-45 - Exposição de Motivos 695 2017 MCTIC (0311678)  
53900.034780/2015-07 - Exposição de Motivos 673 2017 MCTIC (0310160)  
53000.031940/2012-59 - Exposição de Motivos 699 2017 MCTIC (0312090)  
53900.042150/2015-06 - Exposição de Motivos 725 2017 MCTIC (0319898)  
53000.055770/2011-17 - Exposição de Motivos 721 2017 MCTIC (0319434)  
53000.036340/2012-87 - Exposição de Motivos 395 2018 MCTIC (0784729)  
53900.017950/2015-81 - Exposição de Motivos 359 2018 MCTIC (0764728)  
53900.005510/2016-61 - Exposição de Motivos 368 2018 MCTIC (0744467)  
53000.027470/2009-23 - Exposição de Motivos 341 2018 MCTIC (0732925)  
53000.041580/2010-31 - Exposição de Motivos 354 2018 MCTIC (0732169)  
53900.007550/2014-86 - Exposição de Motivos 289 2018 MCTIC (0732215)  
53900.016180/2015-59 - Exposição de Motivos 274 2018 MCTIC (0703266)  
53900.048000/2015-06 - Exposição de Motivos 299 2018 MCTIC (0702472)  
53000.043380/2012-85 - Exposição de Motivos 257 2018 MCTIC (0676938)  
53900.038370/2016-16 - Exposição de Motivos 243 2018 MCTIC (0676745)  
53000.067110/2011-89 - Exposição de Motivos 244 2018 MCTIC (0676275)  
53900.023980/2014-45 - Exposição de Motivos 268 2018 MCTIC (0676085)  
53900.017320/2015-14 - Exposição de Motivos 227 2018 MCTIC (0675707)  
53900.009880/2014-14 - Exposição de Motivos 272 2018 MCTIC (0673749)  
53900.005950/2016-19 - Exposição de Motivos 266 2018 MCTIC (0673809)  
53900.013950/2014-21 - Exposição de Motivos 195 2018 MCTIC (0653239)  
53900.049220/2015-49 - Exposição de Motivos 185 2018 MCTIC (0653293)  
53900.041650/2015-12 - Exposição de Motivos 181 2018 MCTIC (0587806)  
53900.020670/2014-79 - Exposição de Motivos 161 2018 MCTIC (0585794)  
53900.006330/2014-35 - Exposição de Motivos 157 2018 MCTIC (0583737)  
53000.014020/2013-57 - Exposição de Motivos 149 2018 MCTIC (0583950)  
53900.009140/2014-70 - Exposição de Motivos 137 2018 MCTIC (0569540)  
53000.058120/2011-23 - Exposição de Motivos 80 2018 MCTIC (0527614)  
53900.016430/2015-51 - Exposição de Motivos 102 2018 MCTIC (0523399)

53900.017160/2015-03 - Exposição de Motivos 89 2018 MCTIC (0523391)  
53000.027270/2013-57 - Exposição de Motivos 71 2018 MCTIC (0521468)  
53000.071620/2013-12 - Exposição de Motivos 22 2018 MCTIC (0483046)  
53900.000200/2016-51 - Exposição de Motivos 30 2018 MCTIC (0483417)  
53000.005800/2014-97 - Exposição de Motivos 17 2018 MCTIC (0482103)  
53000.070120/2013-63 - Exposição de Motivos 8 2018 MCTIC (0481245)  
53900.048226/2015-07 - Exposição de Motivos 527 2018 MCTIC (0920430)  
53000.016596/2013-59 - Exposição de Motivos 518 2018 MCTIC (0922120)  
53000.026836/2011-61 - Exposição de Motivos 477 2018 MCTIC (0845202)  
53000.053176/2013-53 - Exposição de Motivos 314 2017 MCTIC (0271104)  
53900.007246/2014-39 - Exposição de Motivos 410 2017 MCTIC (0268151)  
53900.003786/2014-43 - Exposição de Motivos 494 2018 MCTIC (0876622)  
53000.037836/2011-97 - Exposição de Motivos 493 2018 MCTIC (0876581)  
53900.017326/2015-83 - Exposição de Motivos 726 2017 MCTIC (0319958)  
53000.065326/2013-71 - Exposição de Motivos 482 2018 MCTIC (0845690)  
53900.024846/2015-42 - Exposição de Motivos 415 2018 MCTIC (0795336)  
53000.063406/2011-21 - Exposição de Motivos 998 2017 MCTIC (0358757)  
53000.004676/2014-42 - Exposição de Motivos 463 2018 MCTIC (0837220)  
53000.000416/2009-31 - Exposição de Motivos 466 2918 MCTIC (0837237)  
53000.049916/2013-57 - Exposição de Motivos 448 2018 MCTIC (0836774)  
53000.070826/2013-25 - Exposição de Motivos 443 2018 MCTIC (0836864)  
53000.042696/2011-79 - Exposição de Motivos 445 2018 MCTIC (0836908)  
53900.055346/2015-52 - Exposição de Motivos 458 2018 MCTIC (0837006)  
53000.011766/2014-90 - Exposição de Motivos 428 2018 MCTIC (0808654)  
53000.007916/2014-61 - Exposição de Motivos 417 2018 MCTIC (0796217)  
53000.006816/2013-36 - Exposição de Motivos 416 2018 MCTIC (0795674)  
53900.002856/2015-27 - Exposição de Motivos 409 2018 MCTIC (0794322)  
53900.017286/2015-70 - Exposição de Motivos 384 2018 MCTIC (0785304)  
53000.070736/2013-34 - Exposição de Motivos 380 2018 MCTIC (0784961)  
53900.048776/2015-18 - Exposição de Motivos 367 2018 MCTIC (0765409)  
53900.045626/2016-33 - Exposição de Motivos 366 2018 MCTIC (0765005)  
53900.020036/2015-17 - Exposição de Motivos 334 2018 MCTIC (0733960)  
53900.022496/2015-80 - Exposição de Motivos 333 2018 MCTIC (0734102)  
53900.011676/2014-55 - Exposição de Motivos 278 2018 MCTIC (0703082)  
53900.042136/2015-02 - Exposição de Motivos 297 2018 MCTIC (0702417)  
53000.047896/2013-80 - Exposição de Motivos 305 2018 MCTIC (0702638)  
53900.048786/2015-53 - Exposição de Motivos 228 2018 MCTIC (0676467)  
53900.017866/2015-67 - Exposição de Motivos 221 2018 MCTIC (0675815)  
53000.003536/2013-76 - Exposição de Motivos 202 2018 MCTIC (0672189)  
53900.053766/2016-85 - Exposição de Motivos 194/2018 MCTIC (0652416)  
53000.068096/2013-01 - Exposição de Motivos 223 2017 MCTIC (0246081)  
53900.000576/2014-11 - Exposição de Motivos 270 2017 MCTIC (0246007)  
53900.050256/2015-75 - Exposição de Motivos 178 2018 MCTIC (0587455)  
53000.066606/2013-05 - Exposição de Motivos 177 2018 MCTIC (0588040)  
53900.017136/2015-66 - Exposição de Motivos 133 2018 MCTIC (0569180)  
53000.058466/2011-21 - Exposição de Motivos 131 2018 MCTIC (0569167)  
53900.034256/2015-28 - Exposição de Motivos 105 2018 MCTIC (0555741)  
53900.017156/2015-37 - Exposição de Motivos 123 2018 MCTIC (0556620)  
53000.058106/2011-20 - Exposição de Motivos 110 2018 MCTIC (0556566)  
53900.007846/2015-88 - Exposição de Motivos 60 2018 MCTIC (0556136)  
53900.049346/2015-13 - Exposição de Motivos 100 2018 MCTIC (0523525)  
53000.056216/2011-57 - Exposição de Motivos 98 2018 MCTIC (0523585)



53000.067636/2013-21 - Exposição de Motivos 73 2018 MCTIC (0521350)  
53000.062556/2013-89 - Exposição de Motivos 72 2018 MCTIC (0521613)  
53000.059736/2013-83 - Exposição de Motivos 45 2018 MCTIC (0484303)  
53000.050216/2012-24 - Exposição de Motivos 46 2018 MCTIC (0484161)  
53000.050186/2011-75 - Exposição de Motivos 39 2018 MCTIC (0483089)  
53000.029836/2013-85 - Exposição de Motivos 35 2018 MCTIC (0483254)  
53900.078146/2015-78 - Exposição de Motivos 28 2018 MCTIC (0483329)  
53000.057226/2011-18 - Exposição de Motivos 21 2018 MCTIC (0482777)  
53000.052326/2012-21 - Exposição de Motivos 4 2018 MCTIC (0481625)  
53900.049266/2015-68 - Exposição de Motivos 12 2018 MCTIC (0481490)  
53000.004356/2012-21 - Exposição de Motivos 1082 2017 MCTIC (0383414)  
53900.000766/2016-82 - Exposição de Motivos 1086 2017 MCTIC (0383045)  
53900.042116/2015-23 - Exposição de Motivos 976 2017 MCTIC (0374072)  
53900.046836/2015-68 - Exposição de Motivos 981 2017 MCTIC (0374366)  
53000.070526/2013-46 - Exposição de Motivos 962 2017 MCTIC (0373906)  
53000.055766/2011-59 - Exposição de Motivos 934 2017 MCTIC (0373371)  
53000.005496/2008-30 - Exposição de Motivos 1027 2017 MCTIC (0361295)  
53000.025416/2013-20 - Exposição de Motivos 1026 2017 MCTIC (0361697)  
53000.065796/2013-35 - Exposição de Motivos 070 2017 MCTIC (0358870)  
53000.001866/2009-41 - Exposição de Motivos 892 2017 MCTIC (0347634)  
53000.039926/2013-84 - Exposição de Motivos 870 2017 MCTIC (0346418)  
53000.058116/2011-65 - Exposição de Motivos 846 2017 MCTIC (0346053)  
53900.005056/2014-87 - Exposição de Motivos 840 2017 MCTIC (0345633)  
53000.055726/2012-98 - Exposição de Motivos 785 2017 MCTIC (0344751)  
53000.020796/2013-14 - Exposição de Motivos 765 2017 MCTIC (0343702)  
53000.054986/2012-46 - Exposição de Motivos 901 2017 MCTIC (0332492)  
53000.057916/2011-69 - Exposição de Motivos 909 2017 MCTIC (0332549)  
53900.046846/2015-01 - Exposição de Motivos 855 2017 MCTIC (0332233)  
53900.034546/2015-71 - Exposição de Motivos 841 2017 MCTIC (0329901)  
53900.046496/2015-75 - Exposição de Motivos 833 2017 MCTIC (0328812)  
53900.017336/2015-19 - Exposição de Motivos 808 2017 MCTIC (0327021)  
53900.020946/2014-19 - Exposição de Motivos 809 2017 MCTIC (0327443)  
53900.029926/2015-94 - Exposição de Motivos 807 2017 MCTIC (0326946)  
53000.061976/2013-48 - Exposição de Motivos 713 2017 MCTIC (0324391)  
53900.015016/2015-24 - Exposição de Motivos 599 2017 MCTIC (0322985)  
53000.070516/2013-19 - Exposição de Motivos 716 2017 MCTIC (0322954)  
53000.031936/2012-91 - Exposição de Motivos 749 2017 MCTIC (0322465)  
53000.006656/2013-25 - Exposição de Motivos 681 2017 MCTIC (0321697)  
53900.061306/2015-40 - Exposição de Motivos 121 2017 MCTIC (0231043)  
53900.017866/2014-86 - Exposição de Motivos 509 2017 MCTIC (0278359)  
53000.058076/2011-51 - Exposição de Motivos 382 2017 MCTIC (0280136)  
53000.054476/2012-79 - Exposição de Motivos 398 2017 MCTIC (0280326)  
53000.011716/2013-21 - Exposição de Motivos 549 2017 MCTIC (0281105)  
53000.068456/2013-66 - Exposição de Motivos 202 2017 MCTIC (0270312)  
53000.024276/2012-91 - Exposição de Motivos 252 2017 MCTIC (0266637)  
53900.034526/2015-09 - Exposição de Motivos 337 2017 MCTIC (0263378)  
53000.052576/2012-61 - Exposição de Motivos 455 2017 MCTIC (0272317)  
53000.057706/2012-51 - Exposição de Motivos 451 2017 MCTIC (0274001)  
53900.001546/2014-12 - Exposição de Motivos 550 2017 MCTIC (0275059)  
53000.046516/2011-28 - Exposição de Motivos 471 2017 MCTIC (0276250)  
53000.047886/2011-82 - Exposição de Motivos 489 2017 MCTIC (0276467)  
53000.065566/2013-76 - Exposição de Motivos 494 2017 MCTIC (0276464)

53900.006386/2014-90 - Exposição de Motivos 490 2017 MCTIC (0277800)  
53000.007056/2013-84 - Exposição de Motivos 561 2017 MCTIC (0288082)  
53000.015816/2013-27 - Exposição de Motivos 687 2017 MCTIC (0311291)  
53000.063176/2012-81 - Exposição de Motivos 674 2017 MCTIC (0310173)  
53000.075026/2013-09 - Exposição de Motivos 658 2017 MCTIC (0309598)  
53000.043084/2012-84 - Exposição de Motivos 529 2017 MCTIC (0287146)  
53000.026544/2011-29 - Exposição de Motivos 332 2017 MCTIC (0285817)  
53000.064284/2010-17 - Exposição de Motivos 369 2017 MCTIC (0281344)  
53000.024854/2013-71 - Exposição de Motivos 633 2017 MCTIC (0303388)  
53000.058104/2011-31 - Exposição de Motivos 628 2017 MCTIC (0303107)  
53000.041034/2013-43 - Exposição de Motivos 629 2017 MCTIC (0303205)  
53000.029374/2013-04 - Exposição de Motivos 621 2017 MCTIC (0303217)  
53900.001804/2014-52 - Exposição de Motivos 601 2017 MCTIC (0302096)  
53000.057044/2013-09 - Exposição de Motivos 600 2017 MCTIC (0302345)  
53000.017204/2013-79 - Exposição de Motivos 606 2017 MCTIC (0302407)  
53000.003434/2014-31 - Exposição de Motivos 582 2017 MCTIC (0301851)  
53900.036274/2015-44 - Exposição de Motivos 647 2017 MCTIC (0308500)  
53900.003524/2015-60 - Exposição de Motivos 648 2017 MCTIC (0308543)  
53900.006344/2014-59 - Exposição de Motivos 652 2017 MCTIC (0308650)  
53900.039554/2015-12 - Exposição de Motivos 679 2017 MCTIC (0311456)  
53000.056624/2011-17 - Exposição de Motivos 659 2017 MCTIC (0309608)  
53000.000634/2013-51 - Exposição de Motivos 703 2017 MCTIC (0312137)  
53000.057704/2012-62 - Exposição de Motivos 76 2018 MCTIC (0527529)  
53000.016594/2013-60 - Exposição de Motivos 84 2018 MCTIC (0527683)  
53900.017294/2015-16 - Exposição de Motivos 464 2017 MCTIC (0274123)  
53000.056644/2011-80 - Exposição de Motivos 462 2017 MCTIC (0274523)  
53000.047754/2013-12 - Exposição de Motivos 473 2017 MCTIC (0274544)  
53900.007754/2014-17 - Exposição de Motivos 551 2017 MCTIC (0275107)  
53000.049664/2012-85 - Exposição de Motivos 530 2017 MCTIC (0275268)  
53000.065174/2012-26 - Exposição de Motivos 488 2017 MCTIC (0276350)  
53000.058124/2011-10 - Exposição de Motivos 495 2017 MCTIC (0276793)  
53000.031924/2012-66 - Exposição de Motivos 564 2017 MCTIC (0288218)  
53000.014914/2013-47 - Exposição de Motivos 559 2017 MCTIC (0287358)  
53000.021334/2013-14 - Exposição de Motivos 558 2017 MCTIC (0287196)  
53900.002094/2014-88 - Exposição de Motivos 739 2017 MCTIC (0322005)  
53900.003474/2014-31 - Exposição de Motivos 736 2017 MCTIC (0321857)  
53000.056194/2013-97 - Exposição de Motivos 203 2017 MCTIC (0228364)  
53000.058734/2012-96 - Exposição de Motivos 543 2017 MCTIC (0278264)  
53000.057904/2011-34 - Exposição de Motivos 553 2017 MCTIC (0279688)  
53000.070514/2013-11 - Exposição de Motivos 547 2017 MCTIC (0279720)  
53000.039604/2007-97 - Exposição de Motivos 368 2017 MCTIC (0280177)  
53000.057914/2011-70 - Exposição de Motivos 349 2017 MCTIC (0280450)  
53000.069974/2013-05 - Exposição de Motivos 548 2017 MCTIC (0281204)  
53000.003804/2013-50 - Exposição de Motivos 432 2017 MCTIC (0272628)  
53900.003004/2014-76 - Exposição de Motivos 836 2017 MCTIC (0328793)  
53900.048244/2015-81 - Exposição de Motivos 830 2017 MCTIC (0328813)  
53000.025604/2012-77 - Exposição de Motivos 783 2017 MCTIC (0327039)  
53000.062554/2013-90 - Exposição de Motivos 788 2017 MCTIC (0327259)  
53000.017094/2013-45 - Exposição de Motivos 769 2017 MCTIC (0324607)  
53000.007034/2013-14 - Exposição de Motivos 684 2017 MCTIC (0324031)  
53000.007674/2014-13 - Exposição de Motivos 676 2017 MCTIC (0323272)  
53000.007104/2013-34 - Exposição de Motivos 596 2017 MCTIC (0322906)



53000.059764/2010-58 - Exposição de Motivos 580 2017 MCTIC (0322770)  
 53000.056954/2012-85 - Exposição de Motivos 741 2017 MCTIC (0322174)  
 53900.039644/2015-03 - Exposição de Motivos 803 2017 MCTIC (0345516)  
 53000.031934/2012-00 - Exposição de Motivos 794 2017 MCTIC (0345294)  
 53000.046474/2012-14 - Exposição de Motivos 912 2017 MCTIC (0332009)  
 53900.014134/2015-15 - Exposição de Motivos 872 2017 MCTIC (0332146)  
 53900.034554/2015-18 - Exposição de Motivos 856 2017 MCTIC (0332205)  
 53000.057214/2011-85 - Exposição de Motivos 894 2017 MCTIC (0331931)  
 53000.067714/2013-97 - Exposição de Motivos 915 2017 MCTIC (0331705)  
 53000.062334/2013-66 - Exposição de Motivos 847 2017 MCTIC (0329940)  
 53900.025954/2015-32 - Exposição de Motivos 845 2017 MCTIC (0329839)  
 53000.059284/2011-78 - Exposição de Motivos 825 2017 MCTIC (0328678)  
 53000.073494/2013-31 - Exposição de Motivos 1062 2017 MCTIC (0382352)  
 53000.005244/2012-97 - Exposição de Motivos 1040 2017 MCTIC (0381897)  
 53000.042814/2013-19 - Exposição de Motivos 979 2017 MCTIC (0374191)  
 53000.056644/2012-61 - Exposição de Motivos 978 2017 MCTIC (0374168)  
 53000.069884/2013-14 - Exposição de Motivos 932 2017 MCTIC (0373154)  
 53000.027624/2012-82 - Exposição de Motivos 926 2017 MCTIC (0372163)  
 53000.008174/2012-29 - Exposição de Motivos 1023 2017 MCTIC (0360829)  
 53000.058924/2012-11 - Exposição de Motivos 886 2017 MCTIC (0346677)  
 53000.064084/2012-18 - Exposição de Motivos 871 2017 MCTIC (0346564)  
 53000.067904/2013-12 - Exposição de Motivos 881 2017 MCTIC (0346643)  
 53900.049094/2015-22 - Exposição de Motivos 117 2018 MCTIC (0554330)  
 53000.016594/2013-60 - Exposição de Motivos 84 2018 MCTIC (0527683)  
 53000.013444/2010-51 - Exposição de Motivos 918 2017 MCTIC (0372147)  
 53000.045554/2013-25 - Exposição de Motivos 81 2018 MCTIC (0523079)  
 53900.048224/2015-18 - Exposição de Motivos 92 2018 MCTIC (0523434)  
 53000.039184/2013-97 - Exposição de Motivos 96 2018 MCTIC (0523590)  
 53000.018934/2013-97 - Exposição de Motivos 64 2018 MCTIC (0521368)  
 53900.011474/2014-11 - Exposição de Motivos 56 2018 MCTIC (0481150)  
 53000.001524/2001-73 - Exposição de Motivos 153/2016 (0037790)  
 53000.008854/2012-42 - Exposição de Motivos 1095 2017 MCTIC (0383607)  
 53000.061475/2011-08 - Exposição de Motivos 483 2018 MCTIC (0845098)  
 53000.037545/2012-80 - Exposição de Motivos 451 2018 MCTIC (0837119)  
 53900.016795/2015-85 - Exposição de Motivos 339 2018 MCTIC (0733769)  
 53000.022735/2012-01 - Exposição de Motivos 344 2018 MCTIC (0732889)  
 53900.043275/2015-45 - Exposição de Motivos 336 2018 MCTIC (0732952)  
 53900.046475/2015-50 - Exposição de Motivos 350 2018 MCTIC (0732843)  
 53900.046725/2015-51 - Exposição de Motivos 351 2018 MCTIC (0732784)  
 53900.047355/2015-70 - Exposição de Motivos 275 2018 MCTIC (0703173)  
 53900.016805/2015-82 - Exposição de Motivos 294 2018 MCTIC (0702222)  
 53000.022715/2012-21 - Exposição de Motivos 242 2018 MCTIC (0677098)  
 53000.048845/2013-75 - Exposição de Motivos 265 2018 MCTIC (0677186)  
 53000.041395/2012-17 - Exposição de Motivos 252 2018 MCTIC (0677222)  
 53900.046555/2015-13 - Exposição de Motivos 210 2018 MCTIC (0676692)  
  
 53000.052465/2011-73 - Exposição de Motivos 250 2018 MCTIC (0676561)  
 53900.038365/2016-03 - Exposição de Motivos 239 2018 MCTIC (0676488)  
 53000.007685/2014-95 - Exposição de Motivos 208 2018 MCTIC (0673503)  
 53900.047995/2015-80 - Exposição de Motivos 219 2018 MCTIC (0672423)  
 53770.000815/2002-12 - Exposição de Motivos 129 2018 MCTIC (0569306)  
 53000.038735/2007-57 - Exposição de Motivos 897 2017 MCTIC (0347655)  
 53830.001345/1997-80 - Exposição de Motivos 49 2018 MCTIC (0481248)  
 53900.029945/2015-11 - Exposição de Motivos 152 2018 MCTIC (0585829)

53000.051425/2012-95 - Exposição de Motivos 162 2018 MCTIC (0583804)  
 53000.058135/2011-91 - Exposição de Motivos 79 2018 MCTIC (0527723)  
 53000.056215/2011-11 - Exposição de Motivos 78 2018 MCTIC (0527689)  
 53000.045645/2013-61 - Exposição de Motivos 69 2018 MCTIC (0521418)  
 53000.052005/2013-15 - Exposição de Motivos 67 2018 MCTIC (0521819)  
 53000.021295/2013-47 - Exposição de Motivos 74 2018 MCTIC (0521936)  
 53900.029902/2015-35 --- Exposição de Motivos 360 2018 MCTIC (0765180)  
 53900.016132/2016-41--- Exposição de Motivos 373 2018 MCTIC (0764577)  
 53900.038342/2016-91--- Exposição de Motivos 321 2018 MCTIC (0733707)  
 53900.046422/2015-39---Exposição de Motivos 335 2018 MCTIC (0732876)  
 53900.048812/2015-43---Exposição de Motivos 279 2018 MCTIC (0703215)  
 53000.020902/2012-71--- Exposição de Motivos 312 2018 MCTIC (0702864)  
 53900.049962/2015-74---Exposição de Motivos 293 2018 MCTIC (0702170)  
 53900.002972/2015-46---Exposição de Motivos 263 2018 MCTIC (0676991)  
 53000.067112/2011-78--- Exposição de Motivos 171 2018 MCTIC (0676181)  
 53900.016392/2015-36--- Exposição de Motivos 261 2018 MCTIC (0674459)  
 53000.005022/2011-93---Exposição de Motivos 267 2018 MCTIC (0673261)  
 53000.015432/2013-12-- Exposição de Motivos 159 2018 MCTIC (0584416)  
 53000.054912/2010-48--- Exposição de Motivos 128 2018 MCTIC (0568453)  
 53900.047532/2016-07--- Exposição de Motivos 104 2018 MCTIC (0553386)  
 53000.006952/2013-26 --- Exposição de Motivos 91 2018 MCTIC (0523452)  
 53900.029912/2015-71--- Exposição de Motivos 101 2018 MCTIC (0523442)  
 53000.044722/2011-01 --- Exposição de Motivos 34 2018 MCTIC (0483504)  
 53000.057872/2010-96 --- Exposição de Motivos 43 2018 MCTIC (0483044)  
 53000.014702/2012-89-- Exposição de Motivos 19 2018 MCTIC (0482374)  
 53000.008922/2012-73 --- Exposição de Motivos 11 2018 MCTIC (0482015)  
 53900.000192/2016-42 --- Exposição de Motivos 1089 2017 MCTIC (0383189)  
 53900.023982/2016-04--- Exposição de Motivos 1083 2017 MCTIC (0382822)  
 53900.000562/2016-41--- Exposição de Motivos 1070 2017 MCTIC (0382537)  
 53900.041642/2015-76--- Exposição de Motivos 977 2017 MCTIC (0374116)  
 53000.015612/2013-96--Exposição de Motivos 942 2017 MCTIC (0373644)  
 53900.021042/2014-19-- Exposição de Motivos 927 2017 MCTIC (0372132)  
 53000.060442/2012-13-- Exposição de Motivos 751 2017 MCTIC (0322432)  
 53000.011502/2010-11---Exposição de Motivos 1033 2017 MCTIC (0360901)  
 53000.051422/2012-51--- Exposição de Motivos 940 2017 MCTIC (0357320)  
 53000.029232/2008-71--- Exposição de Motivos 953 2017 MCTIC (0357667)  
 53000.006812/2013-58--- Exposição de Motivos 868 2017 MCTIC (0346340)  
 53000.023322/2012-35 --- Exposição de Motivos 896 2017 MCTIC (0332521)  
 53000.056642/2012-71 --- Exposição de Motivos 889 2017 MCTIC (0332520)  
 53000.056242/2011-85 --- Exposição de Motivos 920 2017 MCTIC (0332584)  
 53900.048912/2015-70--- Exposição de Motivos 863 2017 MCTIC (0332177)  
 53900.017272/2015-56--- Exposição de Motivos 857 2017 MCTIC (0332254)  
 53000.060392/2012-74--- Exposição de Motivos 917 2017 MCTIC (0332282)  
 53900.016742/2015-64 ---Exposição de Motivos 900 2017 MCTIC (0332352)  
 53000.056222/2011-12 --- Exposição de Motivos 827 2017 MCTIC (0328735)  
 53900.021662/2014-40 --- Exposição de Motivos 814 2017 MCTIC (0328021)  
 53000.017052/2013-12 --- Exposição de Motivos 790 2017 MCTIC (0327424)  
 53000.048422/2012-74 --- Exposição de Motivos 748 2017 MCTIC (0322342)  
 53900.011242/2014-55--- Exposição de Motivos 776 2017 MCTIC (0324174)  
 53000.070982/2013-96--- Exposição de Motivos 764 2017 MCTIC (0323771)  
 53000.040872/2012-19 --- Exposição de Motivos 603 2017 MCTIC (0323236)  
 53000.031922/2012-77 --- Exposição de Motivos 588 2017 MCTIC (0322848)  
 53000.051842/2012-38 --- Exposição de Motivos 752 2017 MCTIC (0322408)  
 53000.022892/2010-46 --- Exposição de Motivos 206 2017 MCTIC (0228433)  
 53000.018882/2009-72--- Exposição de Motivos 118 2017 MCTIC (0231073)  
 53900.006082/2014-22 --- Exposição de Motivos 536 2017 MCTIC (0278162)  
 53900.041862/2015-08 --- Exposição de Motivos 544 2017 MCTIC (0278209)  
 53000.036682/2009-00 --- Exposição de Motivos 402 2017 MCTIC (0267749)

53900.014792/2015-15 --- Exposição de Motivos 335 2017 MCTIC (0263492)  
 53000.037302/2011-61 --- Exposição de Motivos 162 2017 MCTIC (0271003)  
 53900.053112/2015-71 --- Exposição de Motivos 545 2017 MCTIC (0272216)  
 53000.045952/2013-41--- Exposição de Motivos 522 2017 MCTIC (0272270)  
 53000.066832/2013-88--- Exposição de Motivos 442 2017 MCTIC (0272322)  
 53000.063555/2012-71 - Exposição de Motivos 54 2018 MCTIC (0481638)  
 53000.046795/2012-19 - Exposição de Motivos 190 2017 MCTIC (0261645)  
 53000.058765/2011-66 - Exposição de Motivos 1057 2017 MCTIC (0382267)  
 53900.008065/2014-20 - Exposição de Motivos 937 2017 (0375377)  
 53900.039625/2015-79 - Exposição de Motivos 985 2017 MCTIC (0374398)  
 53900.020155/2014-99 - Exposição de Motivos 948 2017 MCTIC (0357187)  
 53000.012365/2011-12 - Exposição de Motivos 967 2017 MCTIC (0357812)  
 53000.007145/2014-10 - Exposição de Motivos 956 2017 MCTIC (0357836)  
 53900.010415/2014-18 - Exposição de Motivos 851 2017 MCTIC (0346015)  
 53900.039805/2015-51 - Exposição de Motivos 848 2017 MCTIC (0345696)  
 53000.045475/2012-33 - Exposição de Motivos 779 2017 MCTIC (0344590)  
 53000.039925/2013-30 - Exposição de Motivos 778 2017 MCTIC (0344502)  
 53000.051845/2012-71 - Exposição de Motivos 771 2017 MCTIC (0344002)  
 53000.057995/2011-16 - Exposição de Motivos 757 2017 MCTIC (0343747)  
 53900.022295/2014-00 - Exposição de Motivos 874 2017 MCTIC (0332417)  
 53900.020495/2014-10 - Exposição de Motivos 875 2017 MCTIC (0332519)  
 53900.047605/2015-71 - Exposição de Motivos 878 2017 MCTIC (0332063)  
 53900.039875/2015-17 - Exposição de Motivos 883 2017 MCTIC (0332121)  
 53900.015655/2015-90 - Exposição de Motivos 858 2017 MCTIC (0332268)  
 53000.055775/2011-40 - Exposição de Motivos 935 2017 MCTIC (0373424)  
 53000.055825/2012-70 - Exposição de Motivos 860 2017 MCTIC (0332278)  
 53900.022015/2014-55 - Exposição de Motivos 835 2017 MCTIC (0328817)  
 53000.064515/2012-46 - Exposição de Motivos 834 2017 MCTIC (0328847)  
 53000.070695/2013-86 - Exposição de Motivos 815 2017 MCTIC (0327243)  
 53000.055765/2011-12 - Exposição de Motivos 702 2017 MCTIC (0324652)  
 53000.057355/2011-06 - Exposição de Motivos 705 2017 MCTIC (0324368)  
 53000.048725/2012-97 - Exposição de Motivos 753 2017 MCTIC (0323955)  
 53000.015825/2013-18 - Exposição de Motivos 589 2017 MCTIC (0322898)  
 53000.059475/2011-30 - Exposição de Motivos 731 2017 MCTIC (0321623)  
 53000.064145/2012-47 - Exposição de Motivos 740 2017 MCTIC (0322061)  
 53900.009135/2014-67 - Exposição de Motivos 112 2017 MCTIC (0230996)  
 53900.015755/2015-16 - Exposição de Motivos 400 2017 MCTIC (0280641)  
 53000.050945/2013-61 - Exposição de Motivos 419 2017 MCTIC (0270317)  
 53000.053915/2012-26 - Exposição de Motivos 501 2017 MCTIC (0272379)  
 53900.003595/2014-81 - Exposição de Motivos 519 2017 MCTIC (0272693)  
 53900.017335/2015-74 - Exposição de Motivos 516 2017 MCTIC (0273391)  
 53900.000545/2014-42 - Exposição de Motivos 552 2017 MCTIC (0275044)  
 53000.070495/2013-23 - Exposição de Motivos 632 2017 MCTIC (0303371)  
 53000.054475/2012-24 - Exposição de Motivos 619 2017 MCTIC (0303142)  
 53000.058115/2011-11 - Exposição de Motivos 602 2017 MCTIC (0302035)  
  
 53000.051605/2012-77 - Exposição de Motivos 574 2017 MCTIC (0301664)  
 53900.004565/2015-73 - Exposição de Motivos 672 2017 MCTIC (0310140)  
 53900.009305/2015-94 - Exposição de Motivos 709 2017 MCTIC (0312245)  
 53900.041855/2015-06 - Exposição de Motivos 698 2017 MCTIC (0312028)  
 53900.017158/2015-26 - Exposição de Motivos 728 2017 MCTIC (0320616)  
 53000.052558/2013-60 - Exposição de Motivos 700 2017 MCTIC (0312114)  
 53900.022938/2014-15 - Exposição de Motivos 710 2017 MCTIC (0312092)  
 53000.051498/2012-87 - Exposição de Motivos 701 2017 MCTIC (0312010)  
 53900.046568/2015-84 - Exposição de Motivos 690 2017 MCTIC (0311614)  
 53900.017348/2015-43 - Exposição de Motivos 685 2017 MCTIC (0311402)  
 53900.034358/2015-43 - Exposição de Motivos 680 2017 MCTIC (0311569)  
 53900.021498/2014-71 - Exposição de Motivos 649 2017 MCTIC (0308562)



53000.015818/2013-16 - Exposição de Motivos 635 2017 MCTIC (0303453)  
 53000.028888/2013-34 - Exposição de Motivos 626 2017 MCTIC (0302470)  
 53900.006868/2014-40 - Exposição de Motivos 531 2017 MCTIC (0287103)  
 53000.056228/2011-81 - Exposição de Motivos 351 2017 MCTIC (0282457)  
 53000.045558/2013-11 - Exposição de Motivos 344 2017 MCTIC (0281816)  
 53900.034498/2015-11 - Exposição de Motivos 614 2017 MCTIC (0302510)  
 53000.021788/2012-04 - Exposição de Motivos 625 2017 MCTIC (0303306)  
 53000.007888/2014-81 - Exposição de Motivos 607 2017 MCTIC (0302122)  
 53900.017538/2015-61 - Exposição de Motivos 613 2017 MCTIC (0302147)  
 53000.019859/2008-14 - Exposição de Motivos 693 2017 MCTIC (0323820)  
 53900.012819/2015-27 - Exposição de Motivos 768 2017 MCTIC (0323907)  
 53000.069249/2013-29 - Exposição de Motivos 575 2017 MCTIC (0322572)  
 53000.016939/2012-02 - Exposição de Motivos 692 2017 MCTIC (0323885)  
 53000.027549/2013-31 - Exposição de Motivos 743 2017 MCTIC (0322220)  
 53000.073739/2012-14 - Exposição de Motivos 197 2017 MCTIC (0228291)  
 53000.058095/2011-88 - Exposição de Motivos 931 2017 MCTIC (0372086)  
 53000.006805/2014-37 - Exposição de Motivos 914 2017 MCTIC (0372036)  
 53900.020685/2014-37 - Exposição de Motivos 340 2017 MCTIC (0263432)  
 53900.039515/2015-15 - Exposição de Motivos 784 2017 MCTIC (0327057)  
 53000.026025/2011-61 - Exposição de Motivos 636 2017 MCTIC (0324062)  
 53000.048665/2012-11 - Exposição de Motivos 399 2017 MCTIC (0281062)  
 53000.062335/2013-19 - Exposição de Motivos 578 2017 MCTIC (0322838)  
 53900.017345/2015-18 - Exposição de Motivos 747 2017 MCTIC (0322580)  
 53000.022892/2010-46--Exposição de Motivos 206 2017 MCTIC (0228433)  
 53900.041642/2015-76--Exposição de Motivos 977 2017 MCTIC (0374116)  
 53000.008922/2012-73-- Exposição de Motivos 11 2018 MCTIC (0482015)  
 53900.018692/2014-79---Exposição de Motivos 439 2017 MCTIC (0272696)  
 53900.012702/2014-62---Exposição de Motivos 518 2017 MCTIC (0272813)  
 53000.055772/2011-14---Exposição de Motivos 456 2017 MCTIC (0274060)  
 53000.057442/2011-55---Exposição de Motivos 514 2017 MCTIC (0274332)  
 53000.057442/2011-55--- Exposição de Motivos 514 2017 MCTIC (0274332)  
 53000.050492/2011-10 --- Exposição de Motivos 354 2017 MCTIC (0286002)  
 53000.031942/2012-48--- Exposição de Motivos 505 2017 MCTIC (0281319)  
 53000.006882/2013-14--- Exposição de Motivos 359 2017 MCTIC (0281002)  
 53000.059292/2011-14--- Exposição de Motivos 641 2017 MCTIC (0303329)  
 53000.046522/2013-47--- Exposição de Motivos 584 2017 MCTIC (0302242)  
 53000.057352/2011-64---Exposição de Motivos 592 2017 MCTIC (0302001)  
 53900.017332/2015-31---Exposição de Motivos 683 2017 MCTIC (0311579)  
 53000.047332/2013-47---Exposição de Motivos 556 2017 MCTIC (0273358)  
 53000.025272/2013-10--- Exposição de Motivos 493 2017 MCTIC (0276074)  
 53900.016802/2015-49--- Exposição de Motivos 486 2017 MCTIC (0276232)  
 53000.045172/2012-11--- Exposição de Motivos 482 2017 MCTIC (0276766)  
 53000.056212/2011-79---Exposição de Motivos 645 2017 MCTIC (0304134)  
 53000.015822/2013-84---Exposição de Motivos 642 2017 MCTIC (0304152)  
 53900.050622/2015-96---Exposição de Motivos 669 2017 MCTIC (0309897)  
 53900.047842/2015-32---Exposição de Motivos 666 2017 MCTIC (0309708)  
 53900.022882/2014-91--- Exposição de Motivos 706 2017 MCTIC (0312058)  
 53000.053259/2013-42---Exposição de Motivos 458 2017 MCTIC (0273937)  
 53000.053259/2013-42--- Exposição de Motivos 458 2017 MCTIC (0273937)  
 53900.007299/2015-31--- Exposição de Motivos 511 2017 MCTIC (0273366)  
 53000.031939/2012-24--- Exposição de Motivos 520 2017 MCTIC (0273156)  
 53000.015189/2014-13--- Exposição de Motivos 452 2017 MCTIC (0272529)  
 53900.039779/2015-61--- Exposição de Motivos 298 2017 MCTIC (0263419)  
 53000.021819/2010-57--- Exposição de Motivos 343 2017 MCTIC (0280272)  
 53000.048009/2013-91---Exposição de Motivos 395 2017 MCTIC (0280047)  
 53900.006559/2014-70---Exposição de Motivos 117 2017 MCTIC (0231079)  
 53000.008099/2010-34--- Exposição de Motivos 119 2017 MCTIC (0231064)  
 53900.020685/2014-37--- Exposição de Motivos 340 2017 MCTIC (0263432)

Att,

**Luciana Silveira Teixeira**

Assessora

Subchefia para Assuntos Jurídicos

Casa Civil – Presidência da República

(61) 3411-3426

[luciana.teixeira@presidencia.gov.br](mailto:luciana.teixeira@presidencia.gov.br)

# MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES

Secretaria de Radiodifusão

Departamento de Radiodifusão Educativa, Comunitária e de Fiscalização

Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária

Coordenação de Processos de Rádio Comunitária

Divisão de Processos de Rádio Comunitária

Serviço de Análise de Renovação de Rádio Comunitária

## DESPACHO

Processo nº: **53000.052021/2011-38.**

Entidade: **Associação Comunitária e Cultural de Caçu.**

Assunto: **Minuta de Exposição de Motivos.**

1. Considerando a devolução do processo pela Casa Civil da Presidência da República, para reavaliação da pertinência da medida proposta pelo novo Ministro da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, bem como a adequação às novas diretrizes governamentais, encaminho a minuta da Exposição de Motivos atualizada, para as providências cabíveis.

Atenciosamente,



Documento assinado eletronicamente por **Vilma de Fatima Alvarenga Fanis, Coordenador-Geral de Radiodifusão Comunitária**, em 11/07/2019, às 17:34 (horário oficial de Brasília), com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Marcus Vinícius Paolucci, Diretor do Departamento de Radiodifusão Educativa, Comunitária e de Fiscalização**, em 12/07/2019, às 17:55 (horário oficial de Brasília), com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Elifas Chaves Gurgel do Amaral, Secretário de Radiodifusão**, em 15/07/2019, às 17:21 (horário oficial de Brasília), com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **4357315** e o código CRC **1F9E4A87**.

**Minutas e Anexos**

MINUTA  
EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS



Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

1. Encaminho a Vossa Excelência o Processo nº 53000.052021/2011-38, que veicula a Portaria de Renovação da Outorga de Autorização e a respectiva documentação para que a entidade Associação Comunitária e Cultural de Caçu, inscrita no CNPJ nº 02.896.548/0001-97, explore pelo prazo de dez anos a partir de 06 de dezembro de 2011, o Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de Caçu, estado de Goiás, em conformidade com o que dispõe o *caput* do art. 223 da Constituição da República Federativa do Brasil e a Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998.
2. Sobre o caso em espécie, foram efetuadas análises técnica e jurídica da petição e da documentação apresentada, constando a inexistência de óbice legal e normativo ao pleito. A área técnica deste Ministério se manifestou por meio da Nota Técnica nº 23353/2015/SEI-MC, de modo favorável à renovação da outorga. Por outro lado, informa-se que é aplicável o Parecer Referencial nº 475/2015/SEI-MC, emitido pela Consultoria Jurídica deste Órgão, por meio do qual se dispensou a análise jurídica individualizada dos processos de renovação da outorga quando, da análise técnica, atestar-se que o caso se amolda ao mencionado Parecer.
3. Com base nesses posicionamentos, o Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações expediu a Portaria MCTIC nº 6217, de 01 de dezembro de 2015, publicada no Diário Oficial da União de 09 de dezembro de 2015.
4. Em conformidade com os preceitos constitucionais e legais, a renovação da outorga da autorização, objeto deste Processo, passará a produzir efeitos legais somente após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Respeitosamente,

MARCOS CESAR PONTES

Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações

---

**Referência:** Processo nº 53000.052021/2011-38

SEI nº 4357315

Brasília, 2 de Outubro de 2019

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

1. Encaminho a Vossa Excelência o Processo nº 53000.052021/2011-38, que veicula a Portaria de Renovação da Outorga de Autorização e a respectiva documentação para que a entidade Associação Comunitária e Cultural de Caçu, inscrita no CNPJ nº 02.896.548/0001-97, explore pelo prazo de dez anos a partir de 06 de dezembro de 2011, o Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de Caçu, estado de Goiás, em conformidade com o que dispõe o caput do art. 223 da Constituição da República Federativa do Brasil e a Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998.
2. Sobre o caso em espécie, foram efetuadas análises técnica e jurídica da petição e da documentação apresentada, constando a inexistência de óbice legal e normativo ao pleito. A área técnica deste Ministério se manifestou por meio da Nota Técnica nº 23353/2015/SEI-MC, de modo favorável à renovação da outorga. Por outro lado, informa-se que é aplicável o Parecer Referencial nº 475/2015/SEI-MC, emitido pela Consultoria Jurídica deste Órgão, por meio do qual se dispensou a análise jurídica individualizada dos processos de renovação da outorga quando, da análise técnica, atestar-se que o caso se amolda ao mencionado Parecer.
3. Com base nesses posicionamentos, o Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações expediu a Portaria MCTIC nº 6217, de 01 de dezembro de 2015, publicada no Diário Oficial da União de 09 de dezembro de 2015.
4. Em conformidade com os preceitos constitucionais e legais, a renovação da outorga da autorização, objeto deste Processo, passará a produzir efeitos legais somente após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Respeitosamente,

*Assinado eletronicamente por: Marcos Cesar Pontes*



**MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES**  
Gabinete do Ministro  
Coordenação-Geral do Gabinete do Ministro

OFÍCIO Nº 37184/2019/CGGM/GM/MCTIC

Ao Senhor  
Subchefe de Análise e Acompanhamento de Políticas Governamentais - SAG  
Casa Civil da Presidência da República  
Brasília/DF

**Assunto: Renovação de outorga de radiodifusão, Processo nº 53000.052021/2011-38.**

Senhor Subchefe,

Conforme disposto no Decreto nº 3.714, de 03 de janeiro de 2001, encaminho-lhe processo que trata de renovação de outorga de radiodifusão.

Atenciosamente,

MARACI MENDES DE SANT'ANA  
Coordenadora-Geral do Gabinete do Ministro



Documento assinado eletronicamente por **Maraci Mendes de Sant'Ana, Coordenadora-Geral do Gabinete do Ministro**, em 03/10/2019, às 17:42 (horário oficial de Brasília), com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **4702186** e o código CRC **D471EA70**.